



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA  
AMAZÔNIA

LAÉCIO ROCHA DE SENA

“PAÍS SELVAGEM”  
Os *Mebêngôkre-Irã amrayré* e a fronteira  
Araguaia na segunda metade do século XIX

BELÉM  
2021

LAÉCIO ROCHA DE SENA

**“PAÍS SELVAGEM”**

**Os Mebêngôkre-*Irã Amrayé* e a fronteira Araguaia na  
segunda metade do século XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique

BELÉM  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S474p Sena, Laécio Rocha de.  
PAÍS SELVAGEM : Os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira  
Araguaia na segunda metade do século XIX / Laécio Rocha de  
Sena. — 2021.  
340 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Couto Henrique  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2021.

1. Fronteira. 2. Política indígena e indigenista. 3.  
Mebêngôkre-Irã Amrayré. 4. Século XIX. I. Título.

CDD 980.41

---

## “PAÍS SELVAGEM”

Os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Doutor.  
Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (Orientador, PPHIST-UFPA)

---

Prof. Dr. Almir Diniz Carvalho Junior (Examinador Externo, UFAM)

---

Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva (Examinador Externo, UNIFESSPA)

---

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz (Examinador Interno, PPHIST-UFPA)

---

Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho (Examinador Interno, PPHIST-UFPA)

---

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco (Suplente, PPHIST-UFPA)

## AGRADECIMENTOS

A construção e redação desta tese marca o fechamento de um ciclo e de uma trajetória bastante difícil. Nesse momento é possível fazer uma retrospectiva e perceber o quão agraciado fui por poder contar com a ajuda de familiares, amigos, colegas e instituições, com os seus respectivos servidores. A eles gostaria de manifestar os meus agradecimentos nessas linhas que seguem.

À toda a minha família, em especial ao meu pai, Luiz Gonzaga Francisco de Sena, e minha mãe, Laurisa Rocha de Sena, pelo amor, carinho, renúncia e dedicação que sempre tiveram comigo e meus irmãos. Aos meus irmãos Luiz, Leonel, Ricardo e Ana Lúcia, agradeço pelo carinho de sempre.

Ao professor Márcio Couto Henrique, meu orientador. Sou grato por sua seriedade, sinceridade, competência, humanidade e atenção comigo. Sempre me dando liberdade para escrever e construir, mas ao mesmo tempo tendo o cuidado de tecer as críticas e apontar caminhos fundamentais para a realização do trabalho. Obrigado pela sensibilidade e compreensão para com os problemas que enfrentei ao longo do processo.

Aos professores Karl Heinz Arenz (PPHIST-UFPA) e Almir Diniz de Carvalho Junior (UFAM), agradeço pelas críticas e sugestões na banca de qualificação da tese. No Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA) pude encontrar grandes mestres, que muito acrescentaram a esse trabalho, dentre eles destaco e agradeço a José Maia Bezerra Neto, Mauro Cezar Coelho, Márcio Couto Henrique, Antônio Otaviano Vieira Junior e Pablo Ibáñez-Bonillo. Agradeço também à secretaria do programa, pelo profissionalismo, atenção e cuidado.

Aos meus colegas da turma de doutorado de 2017, em especial àqueles com quais pude discutir sobre esta pesquisa e ouvir suas críticas: André Pompeu, Letícia Barriga, Marcus Vinícius, Vanice Melo, Regina Célia Batista e Celeste Silva. Agradeço também a Breno Neno S. Cavalcante e Bianca Porto, ambos do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPA), pelas críticas e sugestões, por ocasião de suas participações na disciplina da linha de pesquisa *Etnicidade e Territorialidades: usos e representações*.

A realização desta pesquisa não teria sido possível sem as condições que me foram dadas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), liberando-me para cursar o doutorado. Aos meus colegas do curso de História do Instituto de Estudos do

Trópico Úmido, campus de Xinguara, agradeço pela liberação e todo o apoio e compreensão. Ao meu amigo professor Eduardo de Melo Salgueiro sou grato por sua amizade, incentivo e interesse que sempre demonstrou para com a minha pesquisa.

Aos colegas Grupo de Pesquisa Territórios Indígenas e Etnoenvolvimento (GPTIE), pela oportunidade de discutir e aprender acerca da história e etnologia indígena das etnias das região sul e sudeste do Pará, em especial a Maria Cristina Macedo Alencar, Ribamar Ribeiro Junior, Milton Pereira Lima, Ronnielle de Azevedo-Lopes, Rayane Gomes da Silva, William Bruno Silva Araújo, Tatiane de Cassia Costa Malheiro, Josélio Ramos, Mara Pereira, Armanda Ribeiro, Marlene Borges, Leni Feitosa, José Rodrigues.

Agradeço a equipe do Arquivo da Província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas, em Belo Horizonte (MG), em especial ao Jackson (auxiliar de arquivo). Em Belém, agradeço a toda a equipe do Arquivo Público do Pará. Em Goiânia, agradeço a toda a equipe do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, em especial a Marília e Patrícia. Em Goiás Velho, agradeço toda a equipe do Museu das Bandeiras, em especial a Milena. No Rio de Janeiro, agradeço a equipe da Fundação Museu Nacional, em especial a Rutônio Jorge.

Agradeço ainda à professora Tatiana Gonçalves de Oliveira, por disponibilizar a documentação digitalizada do Arquivo de Custódia do Rio de Janeiro via e-mail.

À Maria Regina Davidoff, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, por digitalizar e me enviar alguns exemplares da Revista do Arquivo Municipal.

À Ana Paula de Souza Fernandes, pelo apoio e suporte na pesquisa em Goiânia. A ela devo também a indicação da leitura de Vanessa Lea.

À Veronica Kienen Dias, pela presteza e gentileza com que me atendeu, contribuindo na tradução dos textos em alemão de Wilhelm Kissenberth

À Ribamar Ribeiro Junior, pelo apoio logístico e estadia em Belo Horizonte, durante o período em que realizei pesquisa no arquivo da Província Dominicana. À Ronnielle de Azevedo-Lopes pelo apoio na realização da pesquisa no supracitado arquivo.

À Missiane Gomes da Silva Sena, minha esposa. A ela sou eternamente grato pela compreensão, paciência, encorajamento e amor. É você quem sempre me dá força e ânimo para continuar quando já estou bastante desanimado. Quando me vê preocupado, me

dizes: “- não sei para que essa preocupação toda. Tu sabes que tudo vai dar certo!”.  
Obrigado por adoçar a minha vida com a nossa Zoe Melina.

Laécio Rocha de Sena  
Sul do Pará, 2021

## Resumo

A presente tese analisa a relação dos Irã amrayré (grupo Mebêngôkre-Kayapó) com os diferentes agentes da política indigenista da segunda metade do século XIX, na província de Goiás, que tinha como objetivo a ocupação e colonização dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, com vistas a ocupar as suas margens e construir uma rota comercial ligando o norte da província a Belém, no Pará, sobretudo através do rio Araguaia. Esse processo conformou a região enquanto uma fronteira, um lugar marcado pelo contato interétnico. A partir da análise da documentação oficial, relatos de viajantes, mitos e narrativas Irã amrayré, e em diálogo com a etnografia contemporânea dos Mebêngôkre, defendo a tese de que os Irã amrayré foram importantes agentes históricos na construção da fronteira Araguaia, na segunda metade do século XIX. Esse processo, por sua vez, foi por eles experimentado a partir de sua cultura, suas experiências históricas e segundo os seus próprios interesses. Por outro lado, ressalto ainda que o contato com o outro (o *kubẽ*) operou transformações entre os Irã amrayré.

**Palavras-chave:** Fronteira; Política indígena e indigenista; Mebêngôkre-Irã amrayré; Século XIX



## **Abstract**

This thesis analyzes the relationship of the Irã amrayré (Mebêngôkre-Kayapó group) with the different agents of the indigenist policy of the second half of the 19th century, in the province of Goiás, which had as its objective the occupation and colonization of the valleys of the Araguaia and Tocantins rivers, with a view to occupying its banks and building a trade route connecting the north of the province to Belém, in Pará, above all through the Araguaia River. Based on the analysis of official documentation, travellers' reports, myths and Irã amrayré narratives, and in dialogue with the contemporary ethnography of the Mebêngôkre, I defend the thesis that the Irã amrayré were important historical agents in the construction of the Araguaia frontier, in the second half of the XIX century. This process, in turn, was experienced by them according to their culture, their historical experiences and their own interests. On the other hand, I also emphasize that the contact with the other (the *kubẽ*) brought about transformations among the Irã amrayré.

**Keywords:** frontier Indigenous and indigenist policy, Mebêngôkre-Irã amrayré; 19th century

## **LISTA DE SIGLAS**

ABLC – Arquivo da Província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas

ACRJ – Arquivo de Custódia do Rio de Janeiro

AHEG – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

Cód. – Código

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

MUBAN – Museu das Bandeiras

OFM. Cap - Ordem dos Frades Menores Capuchinhos

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## **LISTA DE MAPA**

Presídios militares e aldeamentos no vale do Araguaia-Tocantins (século XIX).....p. 84

## **LISTA DE QUADRO**

Número total de alunos do colégio Isabel (1871-1889) .....p. 272

### ***Imagem da capa:***

“Tanzszene der Kayapó vor der Apeitití-Festhütte” (Cena de dança Kayapó em frente à cabana do festival Apeitití). Autor: Wilhelm G. Kissenberth. Ano: 1909. Acervo do Instituto Ibero-Americano, em Berlim (Alemanha).

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>p. 12</b>
<b>Capítulo 1. Navegação e Comércio no vale do Araguaia-Tocantins.....</b>	<b>p. 33</b>
1.1 Comércio e comunicação: a questão da navegação.....	p. 33
1.2 A navegação a vapor do Araguaia.....	p. 46
1.3 A questão da mão de obra indígena.....	p. 60
<b>Capítulo 2. Entre presídios e aldeamentos: a política indigenista em Goiás no século XIX.....</b>	<b>p. 73</b>
2.1 A questão indígena no Império.....	p. 73
2.2 Aldeamentos e navegação em Goiás.....	p. 82
2.3 A falta de missionários e as permutas.....	p. 97
2.4 Presídios militares.....	p. 101
2.5 Para criar “necessidades sociais”: os brindes.....	p. 116
<b>Capítulo 3. Sertão e fronteira no norte de Goiás: guerra e predação.....</b>	<b>p. 131</b>
3.1 “Deus é grande, mas o mato é maior ainda”: imagens do sertão do Araguaia.....	p. 131
3.2 O vale do Araguaia-Tocantins: um mosaico multiétnico.....	p. 141
3.3 A fronteira Araguaia-Tocantins.....	p. 146
3.4 Os Mebêngôkre Irã amrayré.....	p. 155
3.5 Guerra e predação: a incorporação da diferença.....	p. 166
<b>Capítulo 4. Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do presídio de Santa Maria do Araguaia.....</b>	<b>p. 187</b>
4.1 Os Irã amrayré e a refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia.....	p. 188
4.2 Os Irã amrayré e os brindes: em busca de <i>nêkrêjx</i> .....	p. 207
4.3 Guerras, porcos e espingardas.....	p. 227
4.4 A guerra indígena e o comércio de crianças.....	p. 236
<b>Capítulo 5. Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do colégio Isabel (1870-1889).....</b>	<b>p. 247</b>
5.1 “O laço entre a civilização ariana [...] e a civilização aborígene”: a formação de “línguas” e oficiais mecânicos.....	p. 248
5.2 Aquisição de menores indígenas.....	p. 258
5.3 Batismos e casamentos: usos e apropriações.....	p. 274
5.4 Experiências indígenas no colégio Isabel.....	p. 286
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>p. 311</b>
<b>Referências.....</b>	<b>p. 319</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>p. 331</b>

## Introdução

A presente tese trata da relação dos Irã amrayré – grupo Mebêngôkre (Kayapó) – com a política indigenista e de expansão territorial no norte da província de Goiás na segunda metade do século XIX. Foi nesse período que a presidência da província de Goiás implementou um processo de ocupação e colonização do vale do rio Araguaia, centrado na fundação de presídios militares e aldeamentos, com o objetivo de criar uma rota comercial ligando o norte da província à Belém, no Pará. Nesse ínterim, com a extinção progressiva da escravidão negra e a ausência de colonos europeus em seu território, o governo provincial projetava na catequese e civilização indígena a solução para o problema da progressiva falta de mão de obra especializada para os serviços de navegação, bem como a agricultura. Nesse momento, como forma de promover a ocupação territorial, a província também fomentou o avanço da frente pastoril da margem do rio Tocantins, oriunda do Maranhão, para o rio Araguaia. À época, a região era um território densamente ocupado por vários grupos indígenas, dentre eles os Mebêngôkre Irã amrayré, cujas aldeias ficavam localizadas nas proximidades dos rios Arraias, Pau d’Arco e Inajá, margem esquerda do rio Araguaia.

Em fins da década de 1850 se deu à refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, o principal entreposto comercial no médio Araguaia, a meio caminho entre a capital da província de Goiás e o litoral paraense. Esse presídio tinha como função dar suporte à navegação do rio Araguaia, proteger os colonos (agricultores e criadores de gado que buscavam se instalar na região) contra os ataques indígenas e auxiliar a catequese e civilização indígena realizada pelos missionários capuchinhos. Em 1870, ainda nessa mesma dinâmica, foi fundado o colégio Isabel. A instituição objetivava educar as crianças indígenas das várias etnias cujas aldeias ficavam localizadas no vale do rio Araguaia, com o objetivo de formar intérpretes (“línguas”), que serviriam como auxiliares na obra da catequese de suas respectivas aldeias. Além disso, o colégio visava também promover o ensino de ofícios (ferreiro e carpinteiro) relacionados diretamente ao serviço de navegação, além de práticas agrícolas e pastoris para os meninos indígenas. Já as meninas indígenas, deveriam aprender a fiar, costurar e cozinhar.

A expansão da sociedade nacional e a incorporação do vale do rio Araguaia e dos grupos indígenas à dinâmica socioeconômica da província, e em sintonia com os desígnios do governo imperial, constituiu a região enquanto uma fronteira, isto é, o lugar de encontro entre diferentes culturas, histórias e territorialidades. A fronteira é entendida

aqui enquanto “produto da ação humana, um *locus* onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos em um contexto social específico”<sup>1</sup>. A fronteira, conforme propôs José de Souza Martins, é o espaço onde se opera o encontro entre aqueles “que são diferentes entre si”<sup>2</sup>. Nesse sentido, afirma o autor, ela “é essencialmente o lugar da alteridade”<sup>3</sup>. Vale ressaltar que, conforme apontam Flores & Farinatti, as fronteiras não são espaços rígidos, pois são vivenciadas de forma diferente pelos grupos que ali estão em interação e, nessa perspectiva, as relações e os significados atribuídos pelos sujeitos são dinâmicos<sup>4</sup>.

Tomo a fronteira aqui no mesmo sentido que Mary Louise Pratt dá ao conceito de *zona de contato*<sup>5</sup> e Guillaume Boccara ao de *espaço fronteiro*<sup>6</sup>. Pratt compreende as zonas de contato enquanto “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”<sup>7</sup>. A zona de contato se constitui, portanto, no espaço em que ocorrem os “encontros coloniais”. Ao utilizar o termo contato, a autora buscou “ênfatar as dimensões interativas e improvisadas” desses encontros. Ali “os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros”<sup>8</sup>. Por sua vez, Boccara define a zona fronteira enquanto um espaço construído, fluido, onde novos sujeitos sociais são formados:

[...] prefiro usar espaço fronteiro para dar conta ao mesmo tempo da natureza construída a partir desta zona de contato, assim como da fluidez e do caráter constituinte das relações que se desenvolvem entre os diferentes agentes sociais em contato. Entendendo assim a fronteira como um espaço transicional de colonização no qual imperam mecanismos performativos de denominação e rituais de tomada de posse que levam à formação de novos sujeitos sociais.<sup>9</sup>

---

<sup>1</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson & FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). HEINZ, Flavio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos: São Leopoldo, 2009, p. 153

<sup>2</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1), 1996, p. 27

<sup>3</sup> *Idem*, p. 27

<sup>4</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson & FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada..., 2009, p. 158-9

<sup>5</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. EDUSC: Bauru, 1999

<sup>6</sup> BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo*, 23, 2007, p. 56-72

<sup>7</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...*, 1999, p. 27

<sup>8</sup> *Idem*, p. 32

<sup>9</sup> BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile..., 2007, p. 60

Portanto, analisar a fronteira – como zona de contato ou espaço fronteiro – exige o reconhecimento de que se trata de um espaço em que se opera o contato interétnico, isto é, “as relações [...] entre indivíduos e grupos de diferentes procedências ‘nacionais’, ‘raciais’ ou ‘culturais’”<sup>10</sup>, e que ao longo desse processo os grupos étnicos e os sujeitos sociais se constituem. De acordo com F. Barth, o que define os grupos étnicos não é a sua “matéria cultural”, mas a fronteira étnica<sup>11</sup>. Segundo ele, a “etnicidade é a organização social de diferenças culturais”<sup>12</sup>.

Na segunda metade do século XIX, o presídio de Santa Maria do Araguaia e o colégio Isabel foram importantes instituições de fronteira, e tiveram a sua sorte ligada diretamente à história dos Irã amrayré. Enquanto Santa Maria era tido como o principal presídio militar da província, dada a sua importância estratégica para o projeto de ocupação e colonização do vale do Araguaia, bem como a construção de uma rota comercial para Belém, o colégio Isabel era a instituição que deveria contribuir na civilização indígena, mediante a formação de tradutores e trabalhadores. São instituições de fronteira no sentido de que foram gestadas no bojo do contato interétnico, e que se constituíram enquanto espaços fluidos, movediços, nos quais os diferentes agentes sociais (indígenas e não indígenas) se constituíam e buscavam os seus próprios interesses.

A historiografia tem demonstrado cada vez mais como a ocupação e anexação dos sertões<sup>13</sup> ao mundo ocidental, desde o período colonial, não se deu sem a ativa e criativa participação dos grupos indígenas que ali habitavam, tendo em vista, sobretudo, os seus próprios interesses. Para além da questão da mão de obra, durante a colonização, os índios foram, nas palavras de Pedro Puntoni, “aquele substrato mínimo de povoadores necessários para a manutenção do domínio, ante as tentativas de conquista ou de invasão de outras potências europeias, ou mesmo de resistência de grupos nativos hostis”<sup>14</sup>. Nota-se, portanto, a sua importância enquanto verdadeiras “muralhas do sertão”, tal como demonstrou Nádia Farage em sua pesquisa acerca das disputas territoriais e fronteiriças entre Portugal e Holanda na região do rio Branco, destacando a participação indígena

---

<sup>10</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e cultura*, v. 6, num. 2, 2003, p. 117

<sup>11</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 33-4

<sup>12</sup> BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica*, n. 19, 2005, p. 16

<sup>13</sup> A discussão acerca desta categoria e o seu significado no século XIX é realizada no terceiro capítulo desta tese, no entanto adiante que, nesse momento, *sertão* não se referia necessariamente (ou unicamente) a um espaço geográfico, mas possuía uma conotação sociocultural, simbólica.

<sup>14</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. HICITEC/Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp: São Paulo: 2002, p. 49

nesse processo<sup>15</sup>. De acordo com a autora, se os povos indígenas foram utilizados pelas nações europeias com vistas a garantir suas possessões territoriais, eles (os indígenas) também usaram esse ambiente de disputa ao seu favor, de modo a alcançar seus próprios objetivos. Nesse cenário, os portugueses e holandeses foram envolvidos nas redes de guerra, alianças e negociações dos grupos indígenas do rio Branco.

Situação semelhante foi percebida por Elisa Garcia em seu estudo sobre o extremo sul da América portuguesa, num contexto de expansão territorial e de discussões das fronteiras envolvendo lusitanos e espanhóis. Ali, a constituição de súditos indígenas fiéis à coroa portuguesa era uma condição fundamental para a garantia da posse do território em litígio, daí a importância de se fundarem aldeamentos sob a supervisão de missionários. Os portugueses buscavam estabelecer uma relação amistosa com os grupos indígenas em seu território e, ao mesmo tempo, criavam meios para atrair aqueles que eram súditos do rei espanhol. Mas, como bem ressalta a autora, “a população indígena dominava muito bem a situação de permanente litígio da região e, dessa forma, nela se inseria, aproveitando-a para satisfazer os seus interesses”<sup>16</sup>.

No início do século XX, essa discussão já era visitada nos flancos da história. Em *Capítulos de História Colonial*, publicado pela primeira vez em 1907, Capistrano de Abreu já havia chamado a atenção para a integração do português com o indígena no desbravamento do sertão, ao destacar que “a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena”<sup>17</sup>. Em *Monções*, de 1945, Sérgio Buarque de Holanda destacou também essa interação entre os bandeirantes e os indígenas durante a expansão das fronteiras coloniais. O autor ressaltou justamente a adaptação do europeu ao meio americano, onde a influência indígena foi preponderante. Nas suas palavras, “nesse processo de adaptação, o indígena se torna seu principal iniciador e guia”<sup>18</sup>. Em *Caminhos e Fronteiras* (1957), Buarque de Holanda destacou que o “aproveitamento do solo americano” se dava mediante o contato do colonizador europeu com “os antigos naturais da terra”. Segundo o autor, “[e]m todo o

---

<sup>15</sup> FARAGE, Nadia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>16</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007, p. 122

<sup>17</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Conselho Editorial do Senado Federal: Brasília, 1998 [1907], p. 170

<sup>18</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4 ed. Cia das Letras: São Paulo, 2014 [1945], p. 43

continente foram assíduos esses contatos, e não deixaram de exercer sua ação transformadora”<sup>19</sup>. Dessa feita, no cotidiano da expansão territorial colonial portuguesa, as práticas e os conhecimentos indígenas foram fundamentais nesse processo.

Em se tratando especificamente do norte de Goiás no século XIX, a historiografia tem demonstrado como as autoridades provinciais também buscaram fazer dos grupos indígenas seus aliados na difícil tarefa de consolidação do domínio dos sertões do Araguaia e Tocantins. Utilizava-se da aliança com os “índios mansos” para o contato e a pacificação daqueles considerados selvagens, habitantes do sertão da província<sup>20</sup>. Ressalta-se a importância da política indigenista como estratégia de ocupação territorial, mas também de controle das rotas fluviais, e produção de mão de obra para a província. Para isso foram construídos presídios militares e aldeamentos, com o objetivo de operar a integração dos grupos indígenas e seus territórios à dinâmica econômica da província<sup>21</sup>.

Os trabalhos de Aracy Lopes da Silva e Mary Karasch, ambos publicados na coletânea *História dos índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, trouxeram uma nova perspectiva acerca da relação dos grupos indígenas no norte de Goiás e as políticas indigenistas do período<sup>22</sup>. Enquanto Karasch realizou uma análise acerca da política indigenista entre fins do século XVIII e praticamente todo o século XIX, Silva se debruçou sobre a história dos Xavante, destacando suas respostas às pressões externas sofridas pelo povo em dois séculos e meio de contato, e os seus rearranjos ao longo desse processo.

---

<sup>19</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 4 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2017 [1957], p. 188

<sup>20</sup> É o caso, por exemplo, dos índios Karajá e Tapirapé, citados por Moreira Neto (1971, p. 195), que, pela promessa de receberem recompensas posteriores, serviram como auxiliares na “pacificação” dos Xavante, no vale do Araguaia. Um outro exemplo é o caso de Damiana da Cunha: mulher Kayapó (setentrionais), companheira de um soldado na aldeia de São José de Mossamedes, foi encarregada pelo governo goiano de liderar uma expedição sertão a dentro, a fim de convencer os demais membros de sua aldeia a se assentarem na aldeia de São José (KARASCH, 1992, p. 401). No início do século XIX, Damiana da Cunha esteve à frente de vários descimentos de Kayapó do sertão para os aldeamentos (JULIO, 2015).

<sup>21</sup> MOREIRA NETO, C. A. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese de doutorado (Antropologia). Rio Claro, 1971; RAVAGNANI, Oswaldo M. Os últimos aldeamentos indígenas na província de Goiás. *Revista do Museu Paulista (Nova Série)*. Vol. XXXII, São Paulo, 1987, p. 195-205; ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Editora UFG: Goiânia, 1998; HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Edusp: São Paulo, 2009; CARVALHO, Francisquinha Laranjeiras. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia (Século XIX)*. Goiânia: Kelps, 2006.

<sup>22</sup> SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história xavante. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, 357-378; KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, p. 397-412



Nas últimas décadas as pesquisas sobre os diferentes grupos indígenas em Goiás têm buscando analisar suas experiências em relação às políticas indigenistas, mas no que concerne aos Kayapó, as análises mais substanciais dizem respeito ao grupo meridional, denominado Kayapó do Sul<sup>23</sup>. Apesar do aumento no número de estudos sobre a política indigenista em Goiás no século XIX, os estudos acerca dos Irã amrayré e sua relação com a fronteira no século XIX são praticamente inexistentes.

As análises acerca da relação dos Irã amrayré com as povoações não indígenas em seu território estão basicamente circunscritas ao século XX, período em que eles mantiveram contato e relações com os missionários dominicanos franceses, cuja missão foi fundada no ano de 1897 no sul do Pará, mas também com os criadores de gado que na última década do século XIX adentraram seu território. Nesses trabalhos são destacados os processos de “transfiguração étnica” e “assimilação” aos quais os índios foram submetidos. É uma história das perdas culturais. Nessas produções, os Irã amrayré são descritos como aqueles que foram exterminados pelo contato com a sociedade nacional ou que tiveram o seu modo de vida e organização modificados pelo outro.

Octávio Ianni destacou a força de padres (missionários dominicanos), comerciantes e fazendeiros na destruição da autonomia cultural e produtiva indígena. O resultado do contato e da convivência entre os Irã amrayré com os não indígenas foi assim sintetizado por esse autor: “Retirava-se o índio de seu estado para colocá-lo no estado de convertido, cristão, sacristão, manso, serviçal, carregador, canoeiro, caucheiro, seringueiro, alcóolatra, caboclo, vaqueiro, alcóolatra, prostituta, lúmpem, civilizado”<sup>24</sup>. Em 1960, Moreira Neto, em sua análise acerca do avanço da frente pastoril no território do Pau d’Arco, ressaltou os impactos desse processo entre os Irã amrayré, o que, segundo ele, ocasionou a sua “desintegração tribal, sucessão ecológica e consequente extermínio”<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Destacam-se aqui os seguintes trabalhos: ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Dissertação (Mestrado em História). UFG, Goiânia, 1991; GIRALDIN, O. *Cayapó e Panara: luta e sobrevivência de um povo*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Unicamp. Campinas, 1994; MANO, Marcel. Contato, Guerra e Paz: problemas de tempo, mito e história. *Política & Trabalho*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 abril de 2011, p.293-212. Mais recentemente, a trajetória da sertanista Kayapó Damiana da Cunha foi analisada em: JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2015.

<sup>24</sup> IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 26.

<sup>25</sup> MOREIRA NETO, C. A. *A cultura pastoril do Pau d’Arco*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, n. 10, março de 1960, p. 100

Já Maria Fátima Roberto, em 1983, destacou como os missionários dominicanos agiram no sentido de promover a “ordenação dominicana do mundo indígena”. Esse processo, segundo a autora, se deu através de quatro aspectos. O primeiro foi a determinação do espaço (localização da aldeia). Para Roberto, “uma vez fixada a ‘aldeia’, o ‘lugar’ dos índios passou a ser o lugar dos índios da Missão”<sup>26</sup>. A outra dimensão que, segundo ela, os missionários dominicanos ordenaram, foi o tempo. Esse processo teria ocorrido através da regulamentação das atividades em tempos determinados na missão (tempo para dormir, se alimentar, educar, descansar, etc.). A terceira dimensão desse ordenamento do mundo indígena pelos dominicanos foi através do trabalho, isto é, o estabelecimento do “amor ao trabalho”. Na compreensão dos missionários dominicanos, “o trabalho indígena não era trabalho, porque não lhe permitia sair da ‘miséria’ e gozar as ‘vantagens do amor ao trabalho’”<sup>27</sup>. O quarto e último aspecto apresentado pela autora são os “sacramentos”. Estes, por sua vez, “ordenavam a trajetória do índio em direção à Cristandade”<sup>28</sup>. Dentre eles estava o batismo, que estava voltado para as crianças indígenas, pois elas eram consideradas “tábuas rasas”.

Edivaldo A. Santos analisou a ação dominicana entre os anos de 1881 a 1930, ou seja, a consolidação da missão dominicana numa conjuntura marcada pela romanização da Igreja Católica no Brasil. Com um referencial teórico marcadamente teológico, o texto de Santos incorre muitas vezes numa postura apologética em relação a atuação dominicana, deixando a desejar no que diz respeito à crítica histórica às fontes<sup>29</sup>. Mais recentemente, os estudos de Carlos Eduardo Chaves<sup>30</sup> e Milton Pereira Lima<sup>31</sup> tem processado uma releitura acerca da história desse grupo. A análise de Chaves está centrada nos documentos oficiais do governo do Pará, da cultura material Irã amrayré (acervo sob a guarda do Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG) e da memória dos atuais Mebêngôkre acerca do grupo. Já Milton Lima analisou o discurso dos missionários dominicanos em sua relação com os povos indígenas do Araguaia, demonstrando como

---

<sup>26</sup> ROBERTO, Maria F. *Salvemos nossos índios: uma interpretação da atuação evangelizadora da ordem dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem do século XIX para o século XX*. Dissertação (Antropologia Social), Unicamp: Campinas, 1983, p. 98

<sup>27</sup> *Idem*, p. 100

<sup>28</sup> *Idem*, p. 101

<sup>29</sup> SANTOS, Edivaldo A. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*. Dissertação (mestrado em História), UFG, Goiânia, 1996

<sup>30</sup> CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas Irã Amrân: sobre história e cultura material Mebêngôkre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFPA, Belém, 2006

<sup>31</sup> LIMA, Milton Pereira. *O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na revista Cayapós e Carajás*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

se dava a produção de uma representação acerca dos índios. Essas enunciações demarcam e classificam o outro, o “índio”, enquanto selvagem, bárbaro e pagão. Entretanto, em que pese a contribuição dos autores nesse debate, as suas análises estão circunscritas ao século XX, e não consideram as experiências desse grupo com a política indigenista do século XIX em Goiás, e o processo de expansão/construção da fronteira nesse período.

A antropóloga Vanessa Lea fez uma reconstrução da história Mebêngôkre, e destacou o que o contato representou para os Irã amrayré: a sua total dizimação na década de 1940, entretanto, conforme ela bem lembra, “essa saga trágica ainda não recebeu a atenção que merece dos historiadores”<sup>32</sup>. A presente tese busca, portanto, dar uma contribuição nesse sentido, a fim de perscrutar a relação desse grupo com os diferentes agentes da fronteira no vale do rio Araguaia, no entanto, tomando como recorte a segunda metade do século XIX, período em que a carência de estudos acerca da sua história é significativa. Entretanto, essa não será uma “saga trágica” de suas perdas e extermínio, ou seja, uma “crônica da extinção”<sup>33</sup> ou uma “etnografia das perdas”<sup>34</sup>.

Entendendo que a historiografia ainda não produziu uma análise acerca dessa experiência a partir da perspectiva indígena, de sua cultura e história, a presente tese busca analisar a relação dos Irã amrayré com a fronteira Araguaia e seus agentes na segunda metade do século XIX, destacando a sua atuação frente à política indigenista voltada para a ocupação e controle de seu território na segunda metade do século XIX. Desse modo, a partir do diálogo com a etnografia sobre os Mebêngôkre atuais, e os testemunhos históricos, busco demonstrar como a relação desse grupo com os não indígenas (os *kubê*<sup>35</sup>) na fronteira foi mediada por seus “horizontes simbólicos”, bem como as suas experiências históricas anteriores ao contato e o convívio com os não indígenas na segunda metade do século XIX. Contudo, é mister ressaltar que esses horizontes simbólicos não são uma estrutura rígida, a-histórica e, portanto, alheios às transformações advindas da experiência do contato intercultural com os não indígenas e sua cultura.

---

<sup>32</sup> LEA, Vanessa. LEA, Vanessa R. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os mebêngôkre (Kayapó) do Brasil Central*. Edusp, Fapesp, São Paulo, 2012, p. 72

<sup>33</sup> MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (livre docência). Unicamp: Campinas, 2001, p. 04; 35

<sup>34</sup> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n.1, 1998, p. 53

<sup>35</sup> Os Mebêngôkre atualmente usam esse etnônimo para se referir ao não indígena, no entanto, como nos informa a literatura antropológica, ele era usado anteriormente para se referir a todos aquele que não fossem Mebêngôkre, inclusive outros grupos indígenas.

Essa perspectiva é devedora de trabalhos já realizados no campo da história indígena. Para não me alongar nos exemplos, citarei apenas alguns aqui. Marcel Mano, ao analisar o contato dos Kayapó meridionais nos séculos XVIII e XIX, mostrou como no primeiro momento os indígenas “colocaram em ação um tempo mítico reiterativo e tornaram as suas ações históricas prolongamento de seus heróis míticos fundadores”<sup>36</sup>. Assim, como lembra o autor, essa experiência foi interpretada pelos Kayapó “de acordo com as estruturas culturais pré-existentes”<sup>37</sup>. A experiência que se seguiu após o contato operou transformações nessa perspectiva e, conseqüentemente, na relação do grupo com os não indígenas. Em sua tese, Izabel Missagia de Mattos, destacou a importância da compreensão das “dimensões simbólicas pré-existentes” dos Botocudos para dar inteligibilidade as relações sociais ocorridas no espaço do aldeamento capuchinho do Itambacuri, em Minas Gerais<sup>38</sup>. Entre os Naknenuk, afirma a autora, havia elementos (adoção de símbolos e ritos cristãos) que apontavam justamente para a abertura do grupo para a incorporação daquela missão<sup>39</sup>. Por sua vez, Guilherme G. Felipe, em sua análise da relação dos índios chaquenhos com os “brancos” durante o avanço colonial em seu território no século XVIII, demonstrou como essa relação estava arraigada em seu complexo sistema cosmológico<sup>40</sup>.

Para não me alongar mais nos exemplos, cabe destacar dois trabalhos que, conforme lembrou Mauro C. Coelho, foram fundamentais na reversão da postura da historiografia nacional acerca dos povos indígenas na história do Brasil<sup>41</sup>: *Negros da Terra*, de John M. Monteiro, e *Segredos Internos*, de Stuart B. Schwartz. Em *Negros da Terra*, de 1994, John Monteiro ressaltou a importância das “dinâmicas internas” dos Tupinambás na compreensão das relações que eles estabeleceram com os portugueses durante o período colonial. Destacam-se, nesse caso, “o processo de fragmentação e reconstituição dos grupos locais, os papéis de liderança desempenhados pelos chefes e xamãs e, finalmente, a importância fundamental do complexo guerreiro na afirmação da

---

<sup>36</sup> MANO, Marcel. Contato, Guerra e Paz... 2011, p. 196

<sup>37</sup> *Idem*, p. 198

<sup>38</sup> Izabel Missagia de Mattos. “Civilização” e “revolta”: povos “Botocudos” e Indigenismo Missionário da Província de Minas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp: Campinas, 2002, p. 326

<sup>39</sup> *Idem*

<sup>40</sup> FELIPPE, Guilherme Galhegos. *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18*. Tese (Doutorado em história). Unisinos, São Leopoldo, 2013

<sup>41</sup> COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005, p. 69

identidade histórica destes grupos”<sup>42</sup>. Na década anterior, em 1988, em *Segredos Internos*, Stuart B. Schwartz já havia ressaltado o impacto das estruturas sociais, econômicas e produtivas dos Tupinambás frente às demandas dos europeus na economia açucareira brasileira. Dentre estes fatores estavam “[a] concepção comunitária ou recíproca quanto à produção e ao consumo, a produção de caráter doméstico, uma sociedade na qual o status não derivava da capacidade econômica e a subordinação a outras formas de organização social”<sup>43</sup>.

Assim, buscando essas discussões como referência, o presente trabalho se insere dentro do que se convencionou denominar, no Brasil, de *Nova História Indígena*. Desde as últimas décadas do século XX, e mais acentuadamente no século XXI, tem sido repensado o papel dos indígenas na história do Brasil, buscando apresentá-los enquanto sujeitos históricos, evidenciando sua agência e recusando a perspectiva historiográfica que os inviabiliza. Em 1999, John Monteiro chamou atenção para o fato de que um dos grandes desafios dos historiadores dos índios, para além de preencher esse “vazio historiográfico”, era “desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro”<sup>44</sup>. Nesse sentido, ele ressaltou a existência de um binômio que contrapunha a imagem de um índio resistente à de um colaborador.

Já em 2001, em sua tese de livre docência, John Monteiro chamou atenção para o fato de que entre os historiadores brasileiros prevalecia duas noções estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional acerca da história dos povos indígenas, quais sejam: a) “a exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos” e b) a concepção de que se tratava de “populações em vias de desaparecimento”<sup>45</sup>. Na contramão dessa perspectiva, a Nova História Indígena trouxe esses sujeitos para o palco da história nacional, tecendo críticas à compreensão que os grupos indígenas eram vítimas passivas das ações de outrem. Evidentemente que não se trata de negar as atrocidades cometidas às populações indígenas ao longo de história, mas, como nos ensinou Carneiro da Cunha, de reconhecer “[...] que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus

---

<sup>42</sup> MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 18-9

<sup>43</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Cia das Letras: São Paulo: 1988, p. 42

<sup>44</sup> MONTEIRO, John M. *Armas e armadilhas*. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 239

<sup>45</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 04

próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências<sup>46</sup>”. Para John Monteiro, “reduzir essa experiência [do contato] à simples caracterização das sociedades indígenas como vítimas das iniquidades dos brancos é cometer mais uma injustiça, que se soma a tantas outras”<sup>47</sup>.

Na mesma direção, Gruzinski destacou alguns clichês relacionados às populações ameríndias e que precisam ser evitados, afim de que se construa verdadeiramente uma história indígena. Citarei aqui dois deles: o primeiro é aquele que “descreve os índios como massas passivas, atrasadas, presas a um arcaísmo miserável”. Já o segundo clichê é aquele que “faz dos índios os heróis de uma resistência invicta e monolítica ao longo de cinco séculos de dominação europeia, heróis que teriam ciosamente preservado os segredos de suas civilizações”<sup>48</sup>. Trata-se de duas imagens distintas, mas que contribuem para a produção de estereótipos que renunciam as experiências históricas desses sujeitos.

John Monteiro sintetizou muito bem o objetivo e o desafio no que concerne à pesquisa da história indígena, tendo em vista o combate a essas imagens cristalizadas. Segundo ele, “[i]mporta recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram”<sup>49</sup>. Portanto, buscando dar conta dessa dimensão, será fundamental o diálogo com a Antropologia, especificamente as etnografias produzidas sobre os grupos Mebêngôkre. A despeito de algumas divergências teóricas entre esses trabalhos, sua leitura é de suma importância na reflexão aqui proposta, sobretudo na análise das fontes.

A abordagem interdisciplinar entre História e Antropologia ganhou forças na historiografia a partir do movimento dos *Annales*, no início do século XX na França, e a revolução que ele provocou na historiografia, mediante a crítica à história política, factual, centrada nos grandes acontecimentos e personagens<sup>50</sup>. Dentre as alterações provocadas na historiografia pelo movimento dos *Annales* estão a valorização da “história problema”, a abordagem interdisciplinar e a ampliação e redefinição do conceito de fonte histórica,

---

<sup>46</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma História Indígena. \_\_\_\_\_. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo: 1992, p. 19

<sup>47</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas...*, 1999, p. 238

<sup>48</sup> GRUZINSKI, S. O renascimento ameríndio. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999. p. 283

<sup>49</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas...*, 1999, p. 248

<sup>50</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Ed. Unesp: São Paulo, 1997

para além da documentação oficial. A partir da década de 1950 e 1960 ganhou força no cenário acadêmico inglês um grupo de pesquisadores que passaram a se dedicar ao que ficou conhecido como *história vista de baixo* (“History from below”). Dentre eles, destaca-se o historiador E. P. Thompson, cujas pesquisas eram voltadas para as experiências das pessoas comuns, e que empreendeu o diálogo da história dos trabalhadores com a Antropologia. Essas transformações no campo historiográfico internacional reverberaram na academia brasileira e promoveram transformações na produção acadêmica nacional, com o surgimento de novos temas, objetos e abordagens<sup>51</sup>. Pode-se afirmar que a emergência da Nova História Indígena reflete esse processo de transformações dentro da academia (mesmo que muito lentamente, no caso dos indígenas), mas também do protagonismo do movimento indígena, que forçou as ciências sociais a repensarem seus modelos explicativos e, no caso da historiografia, o lugar dos índios na história.

Uma das abordagens que tem se destacado na pesquisa da história indígena é a etno-história. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1909, nos Estados Unidos, por Clark Wissler, enquanto um método que utilizava dados arqueológicos e de fontes textuais com o objetivo de reconstruir a história das culturas nativas<sup>52</sup>. Com a fundação da revista *Ethnohistory*, em 1954, ganharam corpo as discussões gerais acerca dos seus objetivos, metodologia e alcance<sup>53</sup>. Debatia-se se a etno-história era uma disciplina separada, um ramo da Antropologia ou da História, ou uma técnica para análise específica de dados<sup>54</sup>.

Cavalcanti lembra que existem diversas acepções de etno-história. Algumas tratam-na como uma disciplina acadêmica diferente, outros como um método interdisciplinar, uma etnociência ou, a “compreensão e/ou representação que é própria dos povos indígenas acerca de sua história e do tempo”<sup>55</sup>. Para Ana Maria Lorendi a etno-história é “uma disciplina que se ocupa da sociedade indígena mediante um casamento

---

<sup>51</sup> Uma análise desse processo pode ser encontrada em: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ed. Campus: Rio de Janeiro, 1997

<sup>52</sup> Cf. EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. *Prosa Uniderpjun*. 2003. v. 3, n. 1, p. 42; PETROCCHI, Marco Curátola. Los cinco sentidos de la etnohistoria. *Memoria Americana*, 20 (1), enero-junio 2012, p. 63

<sup>53</sup> TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Prospects. *Ethnohistory*. 29(1): 1982, p. 1-19

<sup>54</sup> *Idem*, p. 02

<sup>55</sup> VIEIRA CAVALCANTE, Tiago Leandro. “Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa”. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, jan/jun de 2011, p. 350

entre paradigmas teóricos e metodológicos da Antropologia e da História”<sup>56</sup>. Segundo Marco Curátola Petrocchi, à etno-história são atribuídos cinco sentidos diferentes: 1) um subconjunto disciplinar entre história, etnografia e arqueologia; 2) a história das sociedades colonizadas pelos europeus; 3) Etnografia histórica; 4) etno-etnohistória e, por fim, 5) como história oral<sup>57</sup>. A partir dessas diferentes compreensões, Petrocchi define a etno-história como

uma disciplina que, utilizando essencialmente fontes documentais e tradições orais, centra-se na reconstrução tanto das características originais como dos processos de reprodução e transformação ao longo do tempo das sociedades tradicionais colonizadas pelos europeus, com particular interesse em sua memória histórica e sua própria visão do passado.<sup>58</sup>

Em sua análise acerca do surgimento e desenvolvimento da etno-história nos Estados Unidos, Trigger a diferenciou da história convencional (“Conventional history”) e destacou a sua importância para a compreensão desta. Segundo ele, “muitas atividades dos colonos euro-americanos não podem ser compreendidas de forma adequada sem um conhecimento sólido da história nativa”<sup>59</sup>. Valendo-se dessa relação interdisciplinar da História com a Antropologia e a Arqueologia, o etno-historiador precisa, conforme ressaltou Trigger, possuir “não apenas todas as habilidades de um bom historiador convencional, mas também um conhecimento sólido de etnologia, se quiserem avaliar as fontes e interpretá-las com uma compreensão razoável das percepções e motivações dos povos nativos envolvidos”<sup>60</sup>.

No Brasil, conforme afirmado anteriormente, as pesquisas sobre a história indígena têm tomado a etno-história enquanto um método interdisciplinar, destacando a sua importância para a compreensão da agência e do protagonismo indígena nos diferentes contextos de contato intercultural ao longo história nacional. Nessa perspectiva, a partir de um diálogo com a Antropologia, as pesquisas têm repensado o lugar dos povos indígenas na história do Brasil, ressaltando o seu protagonismo, sem, contudo, desconsiderar a dimensão violenta da experiência colonial.

---

<sup>56</sup> LORANDI, Ana María. “¿Etnohistoria, Antropología Histórica o simplemente Historia?”. *Memoria Americana*, nº 20-1, enero-junio 2012, 17-34.

<sup>57</sup> PETROCCHI, Marco Curátola. Los cinco sentidos de la etnohistoria..., 2012, p. 61-78

<sup>58</sup> *Idem*, p. 72

<sup>59</sup> TRIGGER, Bruce G. *Ethnohistory: Problems and Prospects...*, 1982, p. 08

<sup>60</sup> *Idem*, p. 09



Dito isto, parto agora para a apresentação dos conceitos que fundamentam a análise aqui realizada. O primeiro é o de *experiência*, tomado aqui na perspectiva de E. P. Thompson. Para ele a *experiência*, “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”<sup>61</sup>. Segundo Thompson, os sujeitos históricos agem de maneira ativa, de acordo com suas necessidades e interesses, e dentro de condicionamentos. O ser social, afirma Thompson, ao passar por mudanças, dá origem à experiência modificada, e esta, por sua vez, “exerce pressões sobre a consciência social existente”, com isso, “propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”<sup>62</sup>. O conceito de experiência será fundamental para compreendermos a relação dos Irã amrayré com os diferentes agentes históricos da fronteira, fugindo das “imagens cristalizadas”, categorias estanques, buscando entendê-los enquanto sujeitos históricos que se constituem ao longo de suas experiências. A perspectiva thompsoniana tem sido visitada em vários trabalhos no campo da história indígena, cita-se, à guisa de exemplo, Maria Regina Celestino de Almeida, Mauro Cezar Coelho e Rafael Rogério do Nascimento<sup>63</sup>.

Reinhart Koselleck ressalta a importância das categorias *experiências* e *expectativas*, vendo-as como imprescindíveis para a histórica. Segundo ele, “a história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas”<sup>64</sup>. A história é constituída, informa Koselleck, pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem<sup>65</sup>. Há que se considerar que, conforme ressalta o autor, as experiências do sujeito são também marcadas pelas experiências dos outros, uma vez que “a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”<sup>66</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que as experiências do passado constituem, no presente, “um todo no qual muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e

---

<sup>61</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou o planetário dos erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981, p. 15

<sup>62</sup> *Idem*, p. 16

<sup>63</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*. 2 ed. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2013; COELHO, Mauro C. *Do sertão para o ...*, 2005; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “*Dis o índio...*”: políticas indígenas no vale amazônico (1777-1798). Paco Editorial: Jundiá, 2018

<sup>64</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Ed. PUC-Rio/Contraponto: Rio de Janeiro, 2006, p. 309

<sup>65</sup> *Idem*, p. 306

<sup>66</sup> *Idem*, p. 310

um depois”<sup>67</sup>. Assim, Koselleck propõe uma relação entre os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Nesse contexto, a experiência é o passado presente, ao passo que a expectativa é o futuro presente. Esse binômio experiência/expectativa será mobilizado nesta tese a fim de explicar a relação entre os Irã amrayré com as instituições de fronteira (presídio de Santa Maria do Araguaia e o colégio Isabel), visando demonstrar como as experiências desse grupo com os diferentes agentes não indígenas da/na fronteira promoveram mudanças não só nas estruturas sociais, políticas e culturais do grupo, mas também geraram diferentes expectativas frente ao aprendizado da convivência intercultural.

A compreensão de Koselleck e Thompson são fundamentais para pensarmos o conceito de *cultura*, concebendo-o numa perspectiva relacional, dinâmica e, portanto, histórica. Nesse sentido, compreendo a cultura na perspectiva de Sidney Mintz, para quem “a cultura deve ser vista historicamente para que seja afinal entendida”<sup>68</sup>. Segundo ele, as pessoas agem tendo em vista os aprendizados e experiências passadas, mas as experiências do presente geram aprendizados e transformações:

As pessoas adquirem experiência enquanto estão sendo acionadas e enquanto agem. Na maior parte do tempo e na maioria das formas, elas agem de acordo com um código socialmente herdado de comportamento padronizado, um código histórico de longa permanência. Mas esse código não é jamais uma camisa-de-força; existem escolhas e alternativas<sup>69</sup>

Cultura, portanto, é processo. Os “códigos socialmente herdados de comportamento padronizado”, por mais que exerçam alguma influência sobre os agentes históricos, não são camisas de forças e são reconstruídos mediante as diferentes experiências dos sujeitos históricos. De igual modo, conforme destacou Thompson, é através da experiência que “a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história”<sup>70</sup>. Eric Wolf, na mesma perspectiva, destacou como as “formas culturais”<sup>71</sup> operam no sentido de mediar as relações sociais; no entanto, elas (as formas culturais) não são estáticas. Desse modo, para ele, a cultura compreende “uma série de processos que constroem, reconstroem e desmantelam materiais culturais em reação a

---

<sup>67</sup> *Idem*, p. 311

<sup>68</sup> MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*. Niterói: v. 14, nº 28, 2010, p. 233

<sup>69</sup> *Idem*, p. 235-6

<sup>70</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou o planetário dos erros...*, 1981, p.188

<sup>71</sup> WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. Edusp: São Paulo, 2005, p. 44

determinantes identificáveis”<sup>72</sup>. Portanto, os autores ressaltam a historicidade e o dinamismo da cultura, isto é, a sua relação com o tempo, e as experiências dos sujeitos.

Por outro lado, à luz da perspectiva semiótica da cultura, Mintz ressalta também a importância de se compreender os diferentes significados das ações dos sujeitos históricos, de acordo com suas posições sociais e objetivos. Segundo ele, “pessoas em posições diferentes podem concebivelmente fazer a mesma coisa, pretendendo coisas bem diferentes ao fazê-la, e provocar consequências bem diferentes através de seus atos similares”<sup>73</sup>. Vale destacar aqui a contribuição de Geertz nesse sentido. Para ele, a cultura é semelhante a uma teia de significados que os homens tecem e a ela estão presos<sup>74</sup>. Segundo Geertz, “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto”<sup>75</sup>. Desse modo, ela se manifesta através da ação social, do comportamento. No mesmo diapasão, Wolf afirma que “os significados não são impressos nas coisas pela natureza; são desenvolvidos e impostos pelos seres humanos”<sup>76</sup>. Em suma, é preciso pensar a cultura em sua dimensão dinâmica, histórica, e buscar analisar as ações dos sujeitos, tendo em vista as suas posições sociais, suas intenções e os diferentes significados de suas ações. Em sua análise acerca das aldeias coloniais do Rio de Janeiro, Maria Regina Celestino de Almeida demonstrou como, em suas experiências, os índios davam usos e sentidos distintos àqueles aldeamentos. Para eles, afirma a autora, aldear-se “significava a opção pelo mal menor diante da opressão e violência da conquista e da colonização”<sup>77</sup>. Portanto, os sentidos e usos eram distintos daqueles que esperavam os missionários. Essa dimensão semiótica está presente em outros trabalhos, os quais serão mencionados no decorrer da tese.

Na operação historiográfica – basicamente influenciada pelas pesquisas no campo da Antropologia – a abordagem histórica e dinâmica da cultura significou a crítica à perspectiva dos estudos da aculturação, marcadamente influenciados pela antropologia cultural norte-americana. À luz desses estudos, o contato intercultural (a fricção interétnica) levaria necessariamente a “perda” da cultura e, conseqüentemente, a aculturação indígena. Destacam-se, à guisa de exemplo, os estudos de E. Schaden, H.

---

<sup>72</sup> *Idem*, p. 462

<sup>73</sup> MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*. Niterói: v. 14, nº 28, 2010, p. 234

<sup>74</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. LTC: Rio de Janeiro: 2019, p. 04

<sup>75</sup> *Idem*, p. 10

<sup>76</sup> WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história...*, 2005, p. 462

<sup>77</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas...*2013, p. 114-5

Baldus, C. Wagley, entre outros. Como bem afirmou Almeida, ao destacar a importância de se compreender a cultura enquanto “produto histórico, dinâmico e flexível formado pela articulação contínua entre tradições e experiências novas dos homens”, a mudança cultural passou a ser compreendida pelos historiadores “não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos de seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência”<sup>78</sup>. Nesse cenário, os aldeamentos, outrora vistos enquanto espaços de poder e dominação, emergem como espaços de negociação, de reformulação étnica e identitária<sup>79</sup>. Os índios, outrora descritos como vítimas passivas do poder colonial, emergem em narrativas que demonstram seu protagonismo e sua capacidade de manipular projetos e políticas voltadas para controlá-los, catequizá-los, civilizá-los.

Os conceitos de *estratégia* e *tática* de Michel de Certeau serão fundamentais para pensar a relação dos Irã amrayré com a fronteira, e a forma como eles, em seu cotidiano, buscaram manejá-la, segundo os seus interesses, e sua cultura. Segundo Certeau, a estratégia é “o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”<sup>80</sup>. Já a tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [um lugar de poder e do querer]”<sup>81</sup>. Nesse caso, o lugar da tática é o lugar do outro, com suas regras, organização e esquadramento de poder/saber. Assim, enquanto a tática é caracterizada pela ausência de poder, a estratégia se estrutura através da relação de poder. Apesar disso, ao nível do cotidiano, o sujeito comum (ordinário) golpeia a estrutura de poder lá onde ele é menos visto, nas ações mais capilares e ordinárias.

As fontes aqui utilizadas são basicamente de caráter discursivo e, de acordo com os seus agentes de produção, podem ser divididas em três grupos: I – aquelas produzidas

---

<sup>78</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*. 2 ed. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2013, p. 33

<sup>79</sup> Cf. MONTEIRO, John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: *identidades Indígenas Coloniais*. In: \_\_\_\_\_. *Tupis, tupuias e historiadores...*, 2001, p. 53-78; ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas...*, 2013. Para uma análise acerca do processo de etnogênese na América hispânica, conferir: Matthew RESTALL, “Maya Ethnogenesis”. *The Journal of Latin American Anthropology*, 9(1), 2004, p. 64-89; Stuart SCHWARTZ e Frank SALOMON, “New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era)”. In: Frank Salomon y Stuart Schwartz. *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge University Press, 1999, p. 443-501; BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile..., 2007. p. 56-72

<sup>80</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. 16 ed. Ed. Vozes: Petrópolis, 2009, p. 93

<sup>81</sup> *Idem*, p. 94

pelas autoridades imperiais e provinciais (documentos oficiais produzidos pelas instituições responsáveis pela implementação da política indigenista, tais como relatórios, ofícios, leis e notícias divulgadas na imprensa oficial); II - produzidas por missionários: um conjunto de cartas, crônicas, relatos e relatórios, jornais e revistas, além de biografias e memórias. É um vasto conjunto documental produzido pelos capuchinhos e dominicanos que, em momentos distintos, estiveram no Araguaia desenvolvendo a catequese entre os Irã amrayré<sup>82</sup>; III – as produzidas por exploradores, viajantes, políticos e religiosos. Dentre esses relatos estão aqueles produzidos por Paul Ehrenreich, Wilhelm Kissenberth, Fritz Krause e Henri Coudreau<sup>83</sup>. As fontes oficiais aqui analisadas foram consultadas nos seguintes acervos: Arquivo Público do Estado do Pará, em Belém; Arquivo Público Estadual de Goiás, em Goiânia; Museu das Bandeiras, em Goiás (antiga capital do estado de Goiás); Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas, em Belo Horizonte; Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Em virtude da pandemia da Covid-19, não foi possível consultar a documentação do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Os relatórios da presidência de Província de Goiás e Pará, bem como os dos Ministérios da Agricultura e da Guerra foram consultados no site do *Center for Research Libraries*, onde estão digitalizados<sup>84</sup>. As revistas, jornais e correio oficial da província de Goiás foram consultados na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional<sup>85</sup>.

No trato metodológico da documentação foi de vital importância o diálogo com a etnografia contemporânea sobre os Mebêngôkre. Esse processo foi fundamental no que diz respeito ao cuidado com os “filtros socioculturais” presentes na documentação, tendo em vista que ela foi produzida pelos diferentes agentes da política indigenista e pelos viajantes com uma visão de mundo marcadamente eurocêntrica. Paula Montero apontou os riscos relacionados ao que chamou de tratamento etnográfico da documentação

---

<sup>82</sup> A utilização da documentação produzida pelos missionários dominicanos no início do século XX é mobilizada na tese à medida que a sua utilização ajuda a compreender determinados fenômenos sociais relacionados às experiências dos Irã amrayré no século XIX.

<sup>83</sup> As viagens realizadas por Paul Ehrenreich, F. Krause e W. Kissenberth fazem parte de um grande esforço empreendido por etnólogos alemães, denominados americanistas, entre os anos de 1884 e 1928. Durante esse período os alemães realizaram quinze expedições ao Brasil com o objetivo de estudar os povos indígenas e suas culturas. De acordo com Erik Petschelis, “os estudiosos alemães da virada do século XIX ao XX que se dedicavam ao estudo da diversidade humana em cultura, religião, mitologia, organização social e linguagem, praticavam a *Völkerkunde*” (PETSCHELIES, 2019, p. 255). A viagem de Henri Coudreau ao Araguaia ocorreu a serviço do governo do Pará, a fim de explorar as fronteiras sul do Estado. De acordo com Durval de Souza Filho, os relatos de viagem de Coudreau e sua esposa (Octavie Coudreau) são caracterizados por uma riqueza descritiva e por seu caráter “mestiço”, isto é, contendo, ao mesmo tempo, uma “pretensão científica”, mas ao mesmo tempo são “carregados de passagens românticas” (SOUZA FILHO, 2008, p. 27)

<sup>84</sup> Cf. <http://ddsnext.crl.edu/brazil>

<sup>85</sup> Cf. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

histórica: o primeiro é o de tomar as informações contidas nas fontes enquanto dados objetivos, negligenciando as condicionantes culturais que determinam os filtros por meio dos quais os europeus percebiam os índios. O segundo risco é “o de esquecer que os relatos se fixam no processo mesmo das relações entre índios e missionários e que, na maior parte das vezes, ele já se iniciara havia muito tempo”<sup>86</sup>. Nesse contexto, a voz indígena aparece como interlocutora na documentação produzida pelos missionários e, no caso aqui analisado, pelas autoridades da província, e viajantes.

Um dos grandes desafios da pesquisa da história indígena é a desconstrução da aparente unilateralidade da documentação que trata das experiências indígenas. Nelas, a “perspectiva indígena aparece de maneira muito sutil, nas entrelinhas e sempre filtrada pela ótica dos interesses de quem os documenta”<sup>87</sup>. Ao analisar a política indigenista em Goiás, Mary Karasch ressaltou o caráter unilateral da produção da documentação histórica, onde a perspectiva indígena raramente aparece<sup>88</sup>. Entretanto, ao longo de sua análise, conforme destacou Henrique, a autora apresentou vários exemplos em que “a perspectiva indígena quebra a suposta unilateralidade da política indigenista na documentação oficial”<sup>89</sup>. Segundo lembra Pompa, os índios não são “o objeto mudo da descrição alheia, mas se apresentam como interlocutor, determinando as próprias condições do encontro”<sup>90</sup>. É partir desse entendimento que procurei mapear na documentação, no discurso colonial, as marcas da agência Irã amrayré. Um caminho metodológico para contrabalancear o discurso colonial presente na documentação foi a análise dos mitos e narrativas Irã amrayré coletados na década de 1940 por Curt Nimuendaju, por entender que eles apresentam a leitura indígena da história e de sua relação com o outro, indígena e não indígena.

A presente tese está organizada em cinco capítulos. Os três primeiros capítulos desta tese são, por assim dizer, dedicados à análise e reflexão da construção da política indigenista na província de Goiás, no século XIX. No entanto, por mais que este seja o objetivo que os norteie, vale ressaltar que há uma preocupação em destacar a importância dos grupos indígenas nesse processo. Ressalta-se, por exemplo, a importância das

---

<sup>86</sup> MONTERO, Paula. Missionários, índios e mediação cultural. In:\_\_\_\_\_. *Deus na aldeia*. Ed. Globo: São Paulo, 2006, p. 13

<sup>87</sup> *Idem*

<sup>88</sup> KARASCH, M. *Catequese e cativo...*, 1992, p. 397

<sup>89</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018, p. 19

<sup>90</sup> POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 2001, p. 11

experiências dos navegadores/comerciantes/exploradores com os grupos indígenas das margens do rio Araguaia para a proposição de uma política indigenista pautada numa postura mais “branda” para com os grupos indígenas do norte da província de Goiás. Os dois últimos capítulos, por sua vez, buscam demonstrar, de maneira mais detida, o encontro e a interação entre a política indigenista da província de Goiás (com o suporte do governo imperial) com a política indígena, ou melhor, a política Irã amrayré.

No primeiro capítulo, *Navegação e comércio no vale do Araguaia-Tocantins*, analiso as ações desenvolvidas pelas autoridades da província de Goiás voltadas para o fomento da navegação e construção de uma rota comercial ligando o norte da província de Goiás ao litoral paraense através do rio Araguaia. Nesse cenário, os grupos indígenas das margens dos rios Araguaia e Tocantins são descritos enquanto obstáculos à navegação e instalação de colonos em suas margens, mas ao mesmo tempo são tratados como a solução para o problema da mão de obra na província, sobretudo com o avanço da abolição da escravidão africana. Aqui trato também da fundação da navegação a vapor do rio Araguaia. No capítulo 2, intitulado *Entre presídios e aldeamentos: a política indigenista em Goiás no século XIX*, faço uma apresentação do quadro mais geral da política indigenista da província de Goiás na segunda metade do século XIX, destacando a importância dos presídios militares e dos aldeamentos (sob a responsabilidade dos missionários capuchinhos) enquanto “ponta de lança” da política de ocupação e colonização do Norte da província e formação de trabalhadores mediante a catequese e civilização indígena. Destaca-se aqui a importância dos “brindes” no processo de atração dos grupos indígenas do sertão, mas também na produção de “necessidades sociais” entre os grupos indígenas como forma de fazê-los abandonar a vida nômade, se instalarem em aldeamentos e trabalharem sob os moldes ocidentais.

O capítulo 3 tem como título *Sertão e fronteira no norte de Goiás: guerra e predação*. Nele trato mais especificamente da dinâmica da construção da fronteira, apresentando a visão das autoridades da província acerca do vale dos rios Araguaia e Tocantins. Além disso, mostro como a região em questão se constituía num mosaico interétnico composto por vários grupos indígenas. É nesse contexto que situo os Irã amrayré e sua relação com os demais grupos indígenas, alicerçada na guerra com vistas à incorporação das qualidades técnicas e estéticas dos grupos não Mebêngôkre, e no rapto de mulheres e crianças, no caso dos outros grupos Mebêngôkre. O capítulo tem como

objetivo ressaltar a dinâmica da predação Mebêngôkre e sua importância para a diferenciação dentro do grupo, e produção de pessoas belas.

Os capítulos 4 e 5 são voltados para a análise das experiências dos Irã amrayré nas duas principais instituições de fronteira com as quais eles mantiveram relações na segunda metade do século XIX, quais sejam: o presídio de Santa Maria do Araguaia e o colégio Isabel. Parto aqui do argumento de que a relação desse grupo com essas instituições foi mediada por seus “horizontes simbólicos”, suas dinâmicas internas, tendo em vista os seus objetivos. No capítulo 4, *Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do presídio de Santa Maria do Araguaia*, trato da relação dos Irã amrayré com a guarnição e o missionário capuchinho daquele presídio. Busco demonstrar como a relação que eles estabeleceram com aquela instituição, desde a sua fundação, foi marcada pelos seus próprios interesses. De igual modo, aponto para o fato de que essa relação intercultural também operou transformações em algumas práticas do grupo, mais especificamente no que diz respeito à guerra e a incorporação de crianças raptadas. O capítulo 5, *Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do colégio Isabel (1870-1889)*, trata das experiências dos Irã amrayré com o projeto civilizacional do colégio Isabel. Nele objetivo demonstrar a forma com os Irã amrayré buscaram manejar essa política a seu favor, muito embora tenha passado por processos de violência e morte.

Por fim, cabe dizer que, tendo em vista uma melhor compreensão e leitura do texto, optei pela atualização da grafia das fontes históricas, desde que não prejudicasse o sentido e a compreensão do argumento em questão. O mesmo se aplica aos etnônimos. Ressalto que os nomes dos grupos indígenas serão apresentados no singular, seguindo a *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais*, estabelecida durante a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953, no Rio de Janeiro. De igual modo, ressalto que apesar da documentação oficial não mencionar a autoafirmação do grupo, chamando-os genericamente de Kayapó ou Gradaús, optei por me referir ao grupo a partir de sua autodenominação Irã amrayré. Assim, busco me posicionar criticamente frente a perspectiva que nega a sua identidade, tratando-o de maneira generalizada. Portanto, ao mencionar os registros documentais sobre os Kayapó (os setentrionais) estou me referindo aos Irã amrayré, uma vez que no momento em que eles são citados na documentação já havia ocorrido a divisão do grupo ancestral, dando origem aos grupos Mebêngôkre localizados nos rios Araguaia, Xingu e Itacaiúnas-Cateté, conforme veremos ao longo desta tese.



## Capítulo 1

### Navegação e Comércio no vale do Araguaia-Tocantins

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as discussões e as ações empreendidas pelas autoridades da província de Goiás, ao longo da segunda metade do século XIX, tendo em vista duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à construção de uma rota comercial ligando o norte da província ao litoral paraense, através do rio Araguaia. A segunda questão que movimentou os debates na província diz respeito a utilização da mão de obra indígena, sobretudo no cenário em que a abolição da escravidão negra avançava. Conforme veremos aqui, esses dois temas estão inter-relacionados e aparecem nos discursos e nas ações das autoridades da província.

O capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, discuto as ações em torno do fomento do comércio e da comunicação entre o norte da província e o litoral paraense, ressaltando alguns ensaios de navegação empreendidos a partir da década de 1840, bem como a realização de expedições voltadas para a pesquisa da navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins e das condições para a colonização do vale desses dois rios. Essas ações culminaram na implementação da navegação a vapor, na década de 1870, tema do segundo tópico. No último tópico trago o debate em torno da questão da mão de obra indígena e a sua utilização para a economia da província. Por fim, urge informar que, muito embora faça menção aos presídios e aldeamentos ao longo deste capítulo, a sua apresentação mais detalhada, bem como a discussões acerca da política indigenista, ocorrerá no capítulo 2.

#### **1.1 Comércio e comunicação: a questão da navegação**

A segunda metade do século XIX foi um período marcado por profundas mudanças no norte da província de Goiás no que tange a questão da expansão territorial rumo ao vale dos rios Araguaia e Tocantins, com vistas à construção de um corredor fluvial estratégico, ligando-a ao litoral paraense, notadamente Belém. Tal situação, a um só tempo, teve reflexos na questão indígena e foi por ela influenciada. Entre fins do século XVIII e início do XIX, com o avanço da frente de expansão pastoril no vale do rio Tocantins, oriunda do sertão de Pastos Bons, no Maranhão, ocorreram fortes tensões e conflitos entre os criadores de gado e os grupos indígenas que habitavam aquele

território<sup>1</sup>. Esse é o momento em que a atividade mineradora se encontrava em completa decadência, e que tomou corpo um processo de ruralização de Goiás, no qual a pecuária e a agricultura se mantiveram como atividades de resultados relativamente reduzidos<sup>2</sup>.

Em seu *Annais da Província de Goiás*, José Martins Pereira de Alencastre se ressentia da situação econômica em que se encontrava aquela província após a crise da mineração. Dizia ele: “Goiás, que exportou tanto ouro, que pôde dizer-se uma vasta e inesgotável mina de metais preciosos, é hoje uma das mais pobres províncias do Império. O produto dos quintos, que se conta por centenas de arrobas, dá apenas ideia de sua grandeza passada, mas efêmera”<sup>3</sup>. Segundo ele, a maioria daqueles que haviam enriquecido com a mineração “se retiraram ou para as cidades marítimas ou para Portugal”, ao passo que outros empobreceram<sup>4</sup>.

A maioria dos mineiros que permaneceram em Goiás “passou a dedicar-se a uma agricultura de subsistência e à criação de gado”<sup>5</sup>. Segundo as autoridades da província, um dos principais fatores responsáveis pelo atraso em que se encontrava a agricultura de Goiás, onde os colonos e criadores produziam basicamente para o próprio consumo, era a falta de vias apropriadas de comunicação para o escoamento da produção e importação de produtos de primeira necessidade, falta de mão de obra e, mais nitidamente no caso do norte da província, os constantes ataques realizados pelos grupos indígenas às fazendas e povoações.

Não foram poucas as autoridades que destacaram a importância das vias de comunicação para a economia da província e que, na segunda metade do século XIX, não

---

<sup>1</sup> Cf. Moreira Neto (1971), Melatti (2009), Karasch (1992) e Rocha (1998). Rocha (1998, p. 23) lembra que entre fins do século XVIII e início do século XIX o afluxo populacional para Goiás se deu mediante duas frentes de expansão: a primeira, e mais importante, ao norte da província: “[...] uma frente pastoril, que adentra pelo Tocantins, a chamada terceira geração de curralistas baianas, também conhecida por frente maranhense, proveniente da região de Pastos Bons, no sul do Maranhão”. Já a segunda frente pastoril, situada ao sul, provocou a “ocupação do triângulo mineiro, a leste do Paranaíba, sul da província, na fronteira com o Mato Grosso”. Moreira Neto (1971, p. 194) também destacou que a primeira metade do século XIX no Goiás foi caracterizada “por uma expansão acentuada da colonização pelo Tocantins abaixo, em direção às fronteiras do Maranhão. A progressão mais ou menos rápida dessa frente de expansão colonizadora, baseada na criação de gado, deve ser relacionada com os eventos anteriores [as bandeiras particulares contra os índios] que, a partir de começos do século, venceram finalmente a resistência de vários grupos de (Timbiras, Krahó, Xavante, Apinajé, etc.) possibilitando, assim, a ocupação dos territórios do norte goiano e da zona confrontante da Província do Maranhão”.

<sup>2</sup> DOLES, Delísia A. Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Ed. Oriente: Goiânia, 1973, p. 55

<sup>3</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Annais da Província de Goiás*. RIHGB. Tomo 27. Parte Segunda. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1864, p. 21

<sup>4</sup> *Idem*, p. 22

<sup>5</sup> PALACIN, Luis & MORAIS, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 6 ed. Ed Goiânia: Goiânia, 1994, p. 57.

mediram esforços no sentido de garantir o acesso aos grandes centros comerciais do país, tais como Belém e Rio de Janeiro. Em 25 de janeiro de 1870, em resposta a uma circular do Ministério da Agricultura acerca da navegação do rio Araguaia, o então presidente da província de Goiás, Ernesto Augusto Pereira, enviou um ofício detalhando a situação da província no que dizia respeito ao comércio estabelecido pelas cidades e vilas do sul de Goiás com a Corte, e das vilas do norte da província com o Pará. No documento o presidente afirmou que a falta de “meios de exportação” impactava na produção agrícola e pastoril, afetando principalmente as cidades localizadas no sul da província, em especial a capital Goiás. Assim, informou Ernesto Augusto Pereira:

A produção desta província é toda consumida pelos seus próprios habitantes e não havendo meios de exportação é claro que a produção é limitada pela procura que há, que reduz-se como disse ao consumo interno. Desde que, porém, o lavrador tiver meios de exportar o excesso de produção, desde que ele souber que pode aumentar as suas roças, que a cultura de certos gêneros lhe dará proveito achando fácil saída é inquestionável que a produção aumentará, que a exportação de alguns gêneros tomará incremento<sup>6</sup>

Segundo o presidente, as cidades e vilas localizadas no sul da província importavam “gêneros de comércio” do Rio de Janeiro pela estrada de Minas Gerais e São Paulo “por meio de animais de carga”; já aquelas situadas no norte não possuíam relação comercial alguma com a Corte, empreendendo comércio com a província do Pará, pelo rio Tocantins, e com a Bahia, por vias terrestres<sup>7</sup>. Os produtos importados do Rio de Janeiro por via terrestre, em lombos de animais de carga, chegavam na capital da província bem mais caros que aqueles que vinham de Belém pelo rio Tocantins para as vilas do Norte. Dentre os fatores que contribuíam para a “carestia dos preços” dos produtos vindos da Corte, estava a dificuldade no transporte das mercadorias: “[a] necessidade de carregar e descarregar o produto muitas vezes no campo, as chuvas, o sol ardente, a poeira no caminho, a brutalidade dos carregadores, os muitos acidentes que há, causam às vezes a perda, deterioração dos gêneros”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 25 de janeiro de 1870. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873). Livro 0427, p. 129

<sup>7</sup> *Idem*, p. 122

<sup>8</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 25 de janeiro de 1870. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873). Livro 0427, p.122-3

Ademais, essa dificuldade podia ser ainda maior na estação chuvosa. Nessas circunstâncias, informa Augusto Pereira,

“[...] o trânsito é difícil e interrompido a cada passo pelo crescimento das águas de muitos córregos, que não raro obrigam os tropeiros a pararem muitos dias até que seja possível passar, e pelos atoleiros, concorrendo mais ainda para as dificuldades as febres intermitentes que são frequentes em toda extensão das estradas<sup>9</sup>.

No ano anterior, ao tratar dos desafios relacionados ao comércio entre a província de Goiás com o Rio de Janeiro pelas estradas de Minas Gerais e São Paulo, Ernesto Augusto Pereira mencionou outros fatores que contribuía para o alto valor dos produtos oriundos da Corte. Além do aumento do nível dos córregos e rios no período das chuvas, havia também “o excessivo salário dos arrieiros e tocadores dos lotes de bestas; a insubordinação dos mesmos, que com a maior facilidade desamparam o patrão [...], e o elevado preço dos animais, e do milho para os mesmos em parte das estradas”<sup>10</sup>. Por essas razões, o presidente dizia que o comércio não era “lisonjeiro” e, conseqüentemente, a balança comercial da província de Goiás era sempre desfavorável. Segundo ele informou em seu relatório de 30 de dezembro de 1869, “a importação [era] muito superior à exportação. Segundo os cálculos mais bem formados aquele é de 1.200.000 \$ e esta apenas chega à 300.000 \$”<sup>11</sup>. Vale destacar, contudo, que os relatórios foram produzidos num contexto em que se estava fundando o serviço de navegação a vapor no Araguaia, e com isso o presidente buscava ressaltar a sua importância para a economia de Goiás, apontando como ela impactaria positivamente na produção agrícola e pastoril da província.

Situação bem diferente era vivenciada pelos comerciantes de povoações como Boa Vista, Porto Imperial e Palma, no norte da província, que através da navegação do rio Tocantins, escoavam a sua produção (couro, carne, toucinho, entre outros) e importavam ferro, louças, vinhos e outros produtos vindos da Europa pelo litoral paraense. Mas o principal produto importado nesse comércio era o sal, fundamental para a criação de gado. Apesar dos obstáculos naturais (cachoeiras e corredeiras) e das denominadas “febres intermitentes” enfrentadas pela tripulação das embarcações, esse comércio sempre foi

---

<sup>9</sup> *Idem*, p. 122

<sup>10</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira, ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 30 de dezembro de 1869. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873). Livro 0427, p. 112-3

<sup>11</sup> *Idem*, p. 112

mais rentável se comparado àquele realizado pelas cidades do sul da província com o Rio de Janeiro. Um dos principais fatores que contribuía para isso era justamente o baixo custo do frete.

Em fins da década de 1850, Vicente Ferreira Gomes, juiz de direito da Comarca da Palma, apresentou os números que, segundo ele, justificavam o fato de que o comércio das vilas do norte da província de Goiás com Belém, via rio Tocantins, ser considerado “mais fácil e vantajoso” se comparado àquele com a Corte:

Um bote pequeno de custo de 500\$ carrega mais de seiscentas arrobas, que é a carga de cem bestas, cujo custo é 10:000\$; a tripulação de um tal bote é de dez a doze pessoas, e tantas são precisas para guiar as cem bestas de carga; o salário dos remeiros é de 40\$ a 50\$ e equivale ao dos camaradas que conduzem as bestas; o do piloto do bote é de 200\$, equivalente à do arreeiro das tropas; a diferença que há a favor da viagem de terra é a do tempo; nas viagens redondas da Palma e Porto Imperial para a Bahia, de Cavalcante para o Rio de Janeiro, gasta-se quatro até seis meses, nas fluviais da Palma e Porto Imperial para o Pará seis a oito meses; porém as viagens de terra têm contra si a despesa que se faz com milho para os animais e com a substituição dos que se estropiam e morrem; na viagem de terra um doente grave entorpece-a e às vezes paralisa-a; na fluvial assim não sucede. Porque no bote há abrigo, há cômodo para o doente continuar a viagem<sup>12</sup>.

Como se pode notar a partir dos dados apresentados por Ferreira Gomes, apesar do tempo de duração da viagem de Palma, no norte de Goiás, para Belém compreender quase o dobro daquele gasto para ir ao Rio de Janeiro, os custos com a navegação eram muito menores que os da utilização de uma frota de mulas até a Corte. Um só bote, mesmo que pequeno, poderia realizar o carregamento de cem bestas, cujo custo total dos animais era de 10:000\$. No entanto, segundo ele, deve-se levar em consideração ainda os gastos com a aquisição da alimentação (milho) para os animais e a substituição daqueles que adoecem e/ou morrem ao longo da viagem. Já o gasto com o pessoal do serviço da navegação se equivaleria àquele feito com os trabalhadores que tocavam as tropas para o Rio de Janeiro. O relato de Ferreira Gomes, como ele mesmo afirmou, tinha como objetivo chamar a atenção do Imperador “em prol das riquezas abandonadas, em favor de uma parte de seus súditos que vivem como no esquecimento, e de uma parte da humanidade, que vive no país desconhecendo a moral, a religião, as vantagens da vida social [...]”<sup>13</sup>. Por esse motivo, ao longo da descrição de sua viagem de Palma até Belém, ele fez questão de

---

<sup>12</sup> GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma, em Goiás, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do norte da província de Goiás. *RIHGB*. Tomo 25. Rio de Janeiro, 1862, p. 508

<sup>13</sup> *Idem*, p. 186

destacar os obstáculos naturais enfrentados, as povoações existentes ao longo do rio Tocantins, os grupos indígenas visitados (seus costumes e contato com a sociedade não indígena), o modo de vida da população do norte da província e, por fim, destacou os meios necessários para que se pudesse melhorar a navegação do rio Tocantins, e o modo de catequisar os grupos indígenas da região, mesmo reconhecendo a sua ignorância no assunto.

A navegação do rio Tocantins se realizava ainda de modo precário, padecendo, “devido à deficiência de abastecimento para os navegantes, à escassez de mão-de-obra para a tripulação e aos ataques indígenas”<sup>14</sup>. Mesmo assim, na primeira metade do século XIX, o rio Tocantins era a única via utilizada pelo norte da província para a comercialização de sua produção, pelo menos até a década de 1840, quando se iniciaram os esforços por parte do Estado para viabilizar a navegação do rio Araguaia. Pesava para essa decisão o fato de que mesmo se tratando da parte mais pobre da província, a região norte, diferentemente do Sul, tinha equilíbrio em sua balança comercial. Como lembrou Delísia Doles:

[...] o norte, embora se apresentasse à época como a região mais pobre da província, graças ao intercâmbio com o Pará, ao comércio dos subprodutos do boi, de alguns produtos agrícolas, de toucinho e algumas manufaturas de algodão mantinha relativo equilíbrio de sua balança comercial<sup>15</sup>

Portanto, com vistas a melhorar a situação econômica de Goiás, ao longo da segunda metade do século XIX, os presidentes da província buscaram tornar o rio Araguaia um corredor econômico estratégico para o escoamento de sua produção, e ter acesso aos produtos importados, principalmente o sal. Segundo os presidentes da província, em seus relatórios, disso dependeria o futuro e o progresso de Goiás. Em 1864, um ex-presidente da província destacou:

A navegação do Araguaia está destinada a representar de futuro um papel importante no plano das comunicações para o interior de Goiás e Mato Grosso; mas não será por agora, nem tão cedo, que havemos de ver estabelecida a sua regular navegação; enquanto o vapor não sulcar as suas águas, enquanto as margens desse rico e majestoso rio não estiverem povoadas de uma população industriosa, e pacificados e

---

<sup>14</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 59

<sup>15</sup> DOLES, Delísia A. Martins. *As comunicações fluviais...*, 1973, p. 56-7

civilizados o seu grande número de índios, *as portas do progresso se conservarão fechadas para Goiás*<sup>16</sup>

Na década de 1840, a partir do governo de Ignácio Ramalho (1845-1848), a província de Goiás empreendeu uma política de povoamento das margens do rio Araguaia, visando a promoção da sua navegação. A partir de então, a ação indigenista se deslocou para o rio Araguaia, deixando a navegação do Tocantins para a iniciativa de particulares<sup>17</sup>, porém os maus resultados das expedições comerciais acabaram desanimando a empreitada, de modo que foi somente nas décadas de 1860 e 70 que a navegação do Araguaia ganhou um grande impulso, com a fundação de novos presídios militares na margem do rio Araguaia.

Em 1840, o presidente José de Assiz Mascarenhas, em relatório à Assembleia Legislativa de Goiás, apresentou as queixas dos habitantes do norte da província com relação aos ataques realizados pelos grupos indígenas às suas fazendas, dizendo: “ou o índio há de ser civilizado, ou o Norte da Província há de caminhar a passos largos para a total decadência e destruição”<sup>18</sup>. Na vila de Carolina, no norte da Província, ele tomou conhecimento junto a alguns criadores de gado acerca das “belas notícias sobre o Araguaia”, localizado há aproximadamente 50 léguas daquele local. Na ocasião, algumas pessoas se ofereceram para povoar aquele território e com isso animar a navegação para o Pará, dentre elas estava o Tenente Coronel Ladislau Pereira de Miranda, a quem o presidente reputava com sendo alguém “do mais abalizado crédito, respeito e estima geral”<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Annais da Província de Goiás...*, 1864, p. 341-2, grifo meu

<sup>17</sup> MOREIRA NETO, C. A. *A política indigenista brasileira durante o século XIX...*, 1971, p. 203, DOLES, Delísia A. Martins. *As comunicações fluviais...*, 1973, p. 65

<sup>18</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão Ordinária de 1840 o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial, Goiás, 1840, p. 12

<sup>19</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório...* 1840, p. 13. Durante sua expedição pelo norte da província, na década de 1840, o explorador francês F. Castelnau pousou numa das duas fazendas de criação de gado pertencentes ao Coronel Ladislau, nas margens do rio Tocantins, logo abaixo de Porto Imperial. O coronel avaliava o tamanho de suas duas propriedades em torno de vinte léguas quadradas. Segundo informava o francês, as fazendas de Ladislau estavam situadas no território dos Xavantes, e estes, por sua vez, “muitos cavalos e bois lhe haviam matado, sem falar num de seus empregados” (CASTELNAU, 2000, p. 216). Há pouco tempo antes da chegada da expedição, continua Castelnau, o coronel Ladislau havia organizado uma bandeira composta por 130 homens para “caçar” os Xavante, que resultou “fazendo cinquenta e um prisioneiros, sem contar os que deixou mortos no campo da luta” (CASTELNAU, 2000, p. 216). O registro de Castelnau acerca dos Xavante expressa uma visão eurocêntrica e carregada dos estereótipos negativos acerca dos grupos indígenas do sertão, e uma vez alimentado por relatos do coronel Ladislau e membros bandeira, buscava também construir uma imagem dos índios do sertão enquanto selvagens, bárbaros e com isso justificar as ações contra o grupo. Assim, por exemplo, Castelnau (2000, p. 217) aponta os comentários dos membros da bandeira acerca da prática de canibalismo entre os Xavante, algo inexistente entre os Xavante: afirma que os “alguns membros desta expedição observaram, nas choças dos Xavantes, indícios

Mas como tornar o Araguaia um canal de escoamento viável para a produção agrícola e pastoril da província e ao mesmo tempo para a importação de produtos fundamentais para a economia da província e por um valor menor que aquele praticado pelo comércio com o Rio de Janeiro? O que se fazer com os grupos indígenas que habitavam aquele território e que desde o início do século XIX obstavam o avanço da fronteira econômica por sobre aqueles sertões, atacando as fazendas de criação de gado? Na Corte Imperial o debate acerca da questão indígena girava em torno de duas alternativas: a catequese e civilização ou o extermínio através das bandeiras<sup>20</sup>.

A resposta para essa questão, conforme veremos, não estava relacionada somente ao debate ocorrido nos gabinetes da Corte, mas principalmente às experiências concretas vivenciadas por índios, missionários, colonos, comerciantes/navegantes, militares, nas regiões de fronteira, nos sertões<sup>21</sup>. Portanto, mais do que traduzir uma intenção da lei, a questão indígena na província de Goiás estava relacionada também às vivências e experiências dos diversos agentes históricos na fronteira. A partir da experiência da província de São Paulo, no século XIX, Fernanda Sposito lembrou que, muito embora os grupos indígenas não fossem considerados interlocutores nos debates travados na Corte acerca da questão indígena, ao nível provincial, eles faziam a sua voz ouvir. Segundo demonstrou, “nos interiores da província de São Paulo, eram estes nativos que diretamente agiam, falavam, lutavam, aliavam-se, através das diversas possibilidades de convivência com os paulistas”<sup>22</sup>.

Entre maio e outubro de 1844, o explorador francês, Francis Castelnau, desceu o rio Araguaia até a sua confluência com o Tocantins, e de lá navegou até Porto Imperial, para só então, por terra, se dirigir à capital da província. Castelnau fazia parte de uma expedição francesa que foi enviada ao Brasil em 1843, tendo permanecido até o ano de

---

certos de Antropofagia. Em várias casas viam-se farrapos de carne humana pendentes do teto, ao passo que em muitos lugares viam-se ossadas”.

<sup>20</sup> Cf. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. *História dos Índios no Brasil*. Cia das Letras: São Paulo 1992, p. 134

<sup>21</sup> Evidentemente que essa compreensão não é nova. Outros autores já demonstraram como as experiências entre os índios, colonos e missionários nos sertões – na América portuguesa ou no Império brasileiro – contribuíram na feitura e/ou reformulação de legislações indigenistas ao longo da história do Brasil. Entre outros trabalhos, pode-se citar o trabalho de Mauro Cezar Coelho (2005) sobre o Diretório dos Índios, e o de Fernanda Sposito (2006) acerca das primeiras décadas do Império: “o longo caminho da política indigenistas nas três primeiras décadas do Império rompia os espaços institucionais, sendo reflexo da própria relação conflituosa e ambígua entre indígenas e nacionais no interior do Brasil” (SPOSITO, 2006, p. 41).

<sup>22</sup> SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação (mestrado em História). USP, São Paulo, 2006, p. 174



1847. Sua chegada à capital da província de Goiás se deu em 19 de fevereiro de 1844, para de lá tomar o caminho para o rio Araguaia. Sua equipe era composta por pesquisadores da área da zoologia, geologia, botânica e meteorologia, e tinha como objetivo, como ele mesmo relatou, “reabrir o Araguaia à navegação, que desde muitos anos tinha sido interrompida por causa dos morticínios praticados pelos índios”<sup>23</sup>. Conforme destaca Batista, “Castelnau acreditava que além de ciência, também estava contribuindo para o benefício da província de Goiás”<sup>24</sup>. Após o fim de sua viagem, ele ressaltou a necessidade de se construir alternativas para se transpor os lugares obstruídos pelas cachoeiras, mas também destacou a importância dos grupos indígenas para a navegação dos rios Araguaia e Tocantins:

Tem também muito peso, em se tratando da navegabilidade desses rios, a questão referente aos índios que vivem às suas margens. Se hostis, infligem eles aos viajantes os mais horríveis tormentos; quando, pelo contrário, nutrem inclinações amigas, tornam-se extremamente úteis tanto na passagem das corredeiras e baixios, como na remoção dos troncos de árvores que obstruem tantas vezes a navegação, e no fornecimento de víveres de que em tais circunstâncias sempre precisam os viajantes<sup>25</sup>.

Quando estava descendo o rio Araguaia, o explorador francês contava com quatro embarcações e uma canoinha destinada somente para a atividade de caça, conduzida por dois remadores. Chama atenção no relato de Castelnau o fato de que uma das embarcações, denominada Santa Bárbara, “logo se tornou célebre pela sua rapidez e ânimo decidido da tripulação, constituída inteiramente dos índios Xavantes”<sup>26</sup>. Outro episódio descrito pelo explorador e que corroborou com a sua assertiva acerca da importância dos índios para a navegação do rio Araguaia diz respeito à contribuição dada pelos Karajá à transposição das entaipavas<sup>27</sup> e no fornecimento de produtos de suas roças à sua tripulação, mediante troca. Após avistar ao longe uma embarcação (*ubá*) tripulada por nove Karajá e que, segundo ele, tentava fugir, Castelnau encarregou o botânico Hugh Weddell de ir ao seu encontro, pois ele estava numa das canoas mais leves e tripulada

---

<sup>23</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Coleção Reconquista do Brasil (2ª série). Vol. 217. Ed. Itatiaia Ltda, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: 2000, p. 141

<sup>24</sup> BATISTA, Alcelides. *Entre corredeiras, remansos e meandros: os desafios na conquista do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins: Palmas, 2015, p. 98.

<sup>25</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 244

<sup>26</sup> *Idem*, p. 163

<sup>27</sup> Segundo informa o próprio autor, *entaipavas* era o nome dado “a recifes que atravessam o rio de uma a outra margem, dando a impressão de serem o prolongamento das serras que se vêm fugir de cada lado, correndo no mesmo sentido” (CASTELNAU, 2000, p. 177).

pelos Xavantes, a Santa Bárbara. Após remarem a toda força – “A Santa Bárbara voava”, informou o autor – a embarcação alcançou a *ubá* dos Karajá numa praia e ali fizeram “um comércio de trocas”. Os Karajá deram bananas, carás e mandioca suficiente para a alimentação da expedição por um período de oito dias, e em troca receberam colares e facas<sup>28</sup>.

Nos dias seguintes, a expedição passou por várias aldeias situadas nas margens do rio Araguaia, onde os Karajá permutaram arcos, flechas e produtos de suas roças por anzóis, facas e espelhos. Numa delas, Castelnau encontrou um desertor do exército brasileiro, chamado Simão, que há muito tempo vivia com os Karajá e graças a ele pôde descrever muitos dos seus costumes. Quando precisaram passar em segurança pelas perigosas entaipavas, puderam contar com a orientação dos próprios Karajá, exímios conhecedores do Araguaia<sup>29</sup>. Ao cabo de toda essa experiência que teve com os índios das margens do Araguaia, Castelnau passou a rever a imagem negativa que os índios do Araguaia possuíam na capital da província e que lhe foi passada, buscando demovê-lo de sua intenção de descer o rio. Assim, dizia ele: “os Xambioá estão longe de merecer a má reputação de que gozam entre o povo de Goiás”<sup>30</sup>. Ele estava convencido das intenções pacíficas dos índios e de quão úteis eles poderiam ser para a navegação do Araguaia, “presta[ndo] grandes serviços aos futuros navegantes, fornecendo-lhes víveres e guiando-os no meio das cascatas”<sup>31</sup>.

Passados alguns anos, foi a vez de Teotônio Rufino Segurado navegar pelo rio Araguaia, porém com um objetivo distinto. No dia 04 de abril de 1847, a pedido do então presidente da província de Goiás, Joaquim Ignácio de Ramalho, e representando uma sociedade comercial fundada no ano anterior em Goiás, Rufino Teotônio Segurado largou da vila de Porto Imperial, descendo o rio Tocantins rumo à Belém, capital da província do Pará, a fim de empreender um ensaio de comércio entre essas duas províncias. A proposta inicial, apresentada pelo presidente da província de Goiás, era de que a expedição partisse da margem do Araguaia, entretanto Ignácio de Ramalho foi persuadido de que seria mais proveitoso se a expedição largasse do rio Tocantins, haja vista o melhor estado em que se encontrava a navegação naquele rio, o que facilitaria na aquisição de

---

<sup>28</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 181

<sup>29</sup> “As outras entaipavas por que passamos nesse dia, embora mais fáceis de atravessar, ofereciam ainda assim grandes perigos; *mas os selvagens nos mostraram por onde passá-las*” (CASTELNAU, 2000, p. 182, grifo meu)

<sup>30</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 191

<sup>31</sup> *Idem*, p. 191

embarcações, mão de obra qualificada e mantimentos para a empreitada. Juiz Municipal e dos Órfãos da Vila de Carolina e Deputado da Assembleia Provincial em 1846, Rufino Teotônio Segurado, como ele mesmo afirmou, possuía “alguma experiência da navegação fluvial”, posto que anteriormente já houvera navegado pelo rio Tocantins até o Pará<sup>32</sup>.

Apesar de todos os percalços enfrentados na organização da expedição – dentre eles a impossibilidade de adquirir barcos novos e a grande repugnância dos barqueiros contatados com relação à realização da viagem – os barcos aportaram em Belém, no dia 03 de maio daquele ano, com um grande carregamento de couros de boi, apesar de “haver prejuízo no carregamento”<sup>33</sup>. No dia 19 daquele mesmo mês, as embarcações retornaram a Goiás carregadas de “sal, vinho e outras mercadorias”<sup>34</sup>, numa viagem que se mostrou bastante desafiadora e cheia de problemas, graças aos obstáculos naturais dos rios Tocantins e Araguaia (cachoeiras e entaipavas), as febres que acometeram a tripulação, e principalmente a escassez de mantimentos (principalmente a farinha).

Nesse contexto, foram aos Karajá, cujas aldeias se localizavam às margens do rio Araguaia, quem lhes forneceram auxílio em meio àqueles “desertos”. Ao longo da subida daquele rio, momento em que a falta de mantimentos se fez sentir com maior intensidade, eles foram de suma importância para a expedição, auxiliando-os no descarregamento e transporte dos barcos para a transposição das cachoeiras e corredeiras, mas também no fornecimento de alimentos, trocados por produtos manufaturados. No decorrer da viagem, segundo informou Rufino Teotônio Segurado, a escassez e o conseqüente racionamento da farinha levaram ao descontentamento da tripulação, e por pouco não culminou numa insubordinação desta. A situação só não ficou pior graças ao socorro prestado (entenda-se, farinha) pelo aldeamento de São Joaquim de Jamimbú. À duras penas e passados aproximadamente nove meses desde a sua partida do porto de Belém, a expedição conseguiu atracar no porto de Thomaz de Sousa, nas margens do rio vermelho, afluente do Araguaia, no dia 06 de fevereiro de 1848, e de lá seguiu por terra para a capital da província, onde chegou no dia 14 daquele mês<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> SEGURADO, Rufino Teotônio. Viagem ao Araguaia: roteiro escrito pelo Dr. Rufino Teotônio Segurado. *RIHGB*. 1870, p. 178

<sup>33</sup> *Idem*, p. 179

<sup>34</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848, o Exm. Vice-presidente da mesma província, Antônio de Pádua Fleury*. Tipografia Provincial: Goiás, 1848, p. 19

<sup>35</sup> *Idem*

Em seu relato de viagem, de 27 de março de 1848, Rufino Teotônio Segurado apresentou um conjunto de sugestões ao governo da Província com vistas potencializar a navegação e o comércio pelo rio Araguaia. Dentre os vários aspectos citados por ele, destaco aqui a importância dos grupos indígenas para a navegação daquele rio<sup>36</sup>. Por essa razão, dizia ele: “os navegantes devem ter em vista sua posição entre os índios, e agradá-los o mais possível, evitando qualquer desavença por pequena ou particular que seja”<sup>37</sup>. Assim como Francis Castelnau, Rufino Teotônio Segurado estava convencido de que os grupos indígenas que habitavam os sertões do Araguaia seriam de suma importância para a sua navegação, contribuindo como mão de obra, auxiliando na transposição dos obstáculos naturais, mas também na provisão de víveres aos navegantes que descessem o Araguaia, haja vista a ausência de colonos às margens daquele rio à época. Rufino Teotônio Segurado lembrou ao presidente da província que o sertão era o território dos índios, e que eles o conheciam melhor que qualquer um. Por essa razão, ele informou que era preciso que os navegantes jamais se esquecessem de “sua posição entre os índios”.

Em 15 de maio de 1855 o capitão José Freire d’Andrade e o tenente Faustino Rodrigues Bastos organizaram uma sociedade para comercializar com o Pará pelo Araguaia e partiram numa expedição composta por 30 pessoas. Eles contaram com o apoio do presidente da província que, buscando incentivar a navegação do rio Araguaia, forneceu-lhes, por empréstimo, os “botes pertencentes à fazenda pública”<sup>38</sup> que se encontravam nas margens do rio Vermelho; além disso, deu ordens ao comandante da guarnição de São Joaquim de Jamimbú, no rio Araguaia, para que fornecesse seis praças armadas, municadas e aptas para o serviço da navegação. Ao presidente da província do

---

<sup>36</sup> Conforme lembra Doles (1973, p. 63), os inconvenientes da viagem de Segurado foram em decorrência do despovoamento das margens do Araguaia. Por essa razão, as sugestões por ele apresentadas refletem justamente a sua vontade de minimizar os seus impactos no serviço da navegação. As outras sugestões apresentadas pelo autor, resumidamente, foram: a navegação do rio vermelho, afluente direito do Araguaia, só poderia ocorrer no “tempo das águas”, isto é, no período das chuvas, quando ocorria a cheia do rio. Entretanto era necessário a utilização de uma embarcação específica: uma igarité “larga, rasa e de um comprimento proporcional à largura”. O seu número deveria ser o triplo dos barcos. Além disso, os carregamentos deveriam ser feitos nos portos da barra do Rio Vermelho. Desse modo se evitaria os gastos com o transporte (SEGURADO, 1870, p. 211). Com relação às viagens, Segurado sugeriu que o melhor momento para fazer a “descida” era no mês de fevereiro, o mais tardar em março. Disse mais o comerciante/navegador: “cada barco de negócio deve ter sua igarité de descarreto e montaria de caça” (*Idem*, p. 212). Quanto a farinha, motivo de descontentamento de seus tripulantes, esta deveria ser armazenada no presídio de São João do Araguaia, para a volta, numa proporção de dois alqueires por cada indivíduo.

<sup>37</sup> SEGURADO, R. T. Viagem ao Araguaia..., 1870, p. 212

<sup>38</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentada na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense: Goiás, 1855, p. 61

Pará, bem como ao missionário capuchinho (frei Francisco do Monte S. Vito<sup>39</sup>) que se encontrava na missão de Boa Vista, no rio Tocantins, solicitou que lhes dessem auxílio e proteção. Por fim, oficiou ao Diretor Geral dos Índios “que comprasse e entregasse alguns objetos próprios para se brindar as aldeias das margens do Araguaia”<sup>40</sup>. A expedição só retornou em abril de 1857, amargando enorme prejuízo. Quanto ao seu resultado, leiamos o que descreveu o presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha:

A sociedade não tirou lucro algum; antes teve muitos prejuízos pela grande demora da viagem, por causa de ser no regresso atacada toda a tripulação de febres intermitentes, falecendo também alguns remeiros de cólera nas águas da província do Pará. Os botes da fazenda ficaram inutilizados pela broca na grande parada que tiveram abaixo de São João das duas barras; quando a tripulação foi acometida das intermitentes; o que sempre acontece aos barcos, que por muito tempo ficam estacionados nas aguas do Tocantins e Araguaia<sup>41</sup>.

O fracasso dessa tentativa contribuiu para a interrupção da já combatida navegação do rio Araguaia. Segundo o presidente Francisco Januário da Gama Silveira, ela acabou por confirmar ainda mais a opinião daqueles que afirmavam ser impraticável a navegação do Araguaia “enquanto não forem estabelecidos em toda a extensão de seu curso e nos pontos mais convenientes, novos presídios ou povoações onde os navegantes possam refazer-se de víveres e de tripulação e obter outros socorros indispensáveis”<sup>42</sup>. Portanto, o povoamento das margens do rio Araguaia era tido como uma condição *sine qua non* para que ele se tornasse um corredor fluvial estratégico para a província de Goiás. Para tanto era necessário ocupar e colonizar o vasto território do norte da província, garantindo a presença do poder imperial nos sertões do Araguaia. A partir da fundação de colônias nas margens desse rio, os navegantes teriam mais facilidade de se abastecerem de víveres indispensáveis para a viagem, mas também de mão de obra para o serviço da navegação.

As experiências de Francis Castelnau e Rufino Teotônio Segurado no rio Araguaia, na primeira metade do século XIX, deram provas de que esse processo deveria ser implementado *com* os grupos indígenas que habitavam aquele território, e não *contra* eles,

---

<sup>39</sup> O referido missionário, bem como os demais freis capuchinhos que missionaram na província de Goiás no século XIX, serão devidamente apresentados no capítulo seguinte.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 62

<sup>41</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, apresentou no ato de passar-lhe a administração da província de Goiás, o ex-presidente, Exm. Sr. Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1857, p. 16

<sup>42</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1858 pelo Ex. Presidente da província, Sr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858, p. 25

como propunham os defensores das bandeiras como forma de “desinfestação” dos sertões<sup>43</sup>. O sertão era o território controlado pelos grupos indígenas, onde a presença do Estado, com suas instituições, era bastante fragmentária, quase nula. Assim, para as autoridades da província de Goiás e do Império, controlar esse espaço significava combater os ataques (denominados de “carrerias”) realizados pelos grupos indígenas contra as fazendas de gado e os comerciantes/navegantes, mas, ao mesmo tempo, garantir mão de obra indígena para serviços como navegação, criação de gado e agricultura, sobretudo na segunda metade do século XIX, tendo em vista o fim da escravidão negra e a ausência de imigrantes europeus na província. É nesse contexto que se vislumbrou a catequese e civilização indígena como único meio viável de formação de mão de obra necessária à economia da província, em conformidade com o Regulamento das Missões de 1845. Os presídios militares e os aldeamentos serão os instrumentos necessários não só para o povoamento do sertão de Goiás, proporcionando a expansão da fronteira, mas também a constituição de “braços aclimatados”, mediante a assimilação dos índios.

Foram essas expedições que trouxeram a lume o etnônimo “Gradaú” para se referir aos grupos que mais tarde se tomariam conhecimento de sua autoafirmação enquanto Mebêngôkre. Isso, no entanto, tem uma explicação bastante simples: o contato da expedição de Castelnau e Rufino Segurado, na linha do Araguaia, se deu basicamente com os Karajá-Xambioá, inimigos dos Mebêngôkre e que os denominava de Gradaú.

## **1.2 A navegação a vapor do Araguaia**

Se os insucessos daqueles que haviam tentado navegar o rio Araguaia nas décadas de 1840 e 1850 arrefeceram os ânimos dos presidentes da província de Goiás, a partir da década de 1860 a situação mudou: o plano de implantação da navegação a vapor no rio Araguaia foi colocado como questão prioritária, tendo em vista o incremento da agricultura, da criação de gado e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico da província. Além disso a implementação da navegação a vapor fazia parte também do plano do governo imperial que visava a construção de um corredor fluvial ligando as bacias hidrográficas da Prata e do Amazonas, cortando assim as províncias de Goiás,

---

<sup>43</sup> Utilizo-me aqui da compreensão apresentada por Russel-Wood (1998, p. 16), ao analisar a construção do Império português, e a presença dos portugueses na Ásia, África e América, ressaltava que este fora construído “com e não isoladamente contra, os povos com os quais entraram em contato”.

Mato Grosso e Pará. A administração de José Vieira Couto de Magalhães (1863-1864), em Goiás, foi um divisor nesse sentido<sup>44</sup>.

Nascido em 1837, em Diamantina-MG, tendo cursado Direito no largo de São Francisco (São Paulo), e contando com o apoio e proteção do Visconde de Ouro Preto, Couto de Magalhães teve muito cedo uma carreira de destaque na política imperial, assumindo a presidência da província de Goiás, em 1862, quando tinha apenas 24 anos. Ele a presidiu até 1864<sup>45</sup>. Logo em seguida presidiu também as províncias do Pará (1864-1866) e Mato Grosso (1866-1868). Quando ocorreu a proclamação da República, em 1889, Couto de Magalhães era presidente da província de São Paulo. De acordo com John Monteiro, Couto de Magalhães exemplifica a “tensão entre a simpatia pelos índios, fruto de experiências no sertão, e os pressupostos teóricos sobre a inferioridade e o atraso dos selvagens em referência à civilização”<sup>46</sup>. Era um homem que transitava entre o sertão e o gabinete e, conforme Henrique, “por todas as províncias por onde passou, o general manteve contato com diversos grupos indígenas, acumulando experiências importantes para a concepção de seu projeto de inserção dos índios na sociedade nacional”<sup>47</sup>.

Durante o período em que esteve à frente da administração da província de Goiás, ele mobilizou esforços no sentido de dar suporte àqueles que navegavam pelo rio Araguaia. Dentre essas ações estavam a mudança de localização de presídios militares e aldeamentos, como por exemplo, o de São José de Jamimbú, conforme veremos no próximo capítulo. Ainda durante a sua gestão à frente da presidência de Goiás, Couto de Magalhães incumbiu o engenheiro Ernesto Vallée de realizar uma expedição de exploração do rio Araguaia. Em abril de 1861, o Ministério da Agricultura havia solicitado ao presidente da província de Goiás, Antônio Manuel de Aragão e Melo, informações “com possível brevidade” acerca das condições de navegação da província.

---

<sup>44</sup> Em ofício ao Ministro da Marinha, buscando ressaltar a importância da navegação do rio Araguaia não só para a província de Goiás, mas para todo o Império, Couto de Magalhães afirmou: “hoje estou convencido de que principalmente do Araguaia depende não só a prosperidade desta Província, como também a da navegação de todo o centro do Brasil” (GOIÁS, 1863, p. 28).

<sup>45</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 07.

<sup>46</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores...*, p. 152

<sup>47</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Cláudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. FAPERJ: Quartet: Rio de Janeiro, 2010, p. 46. Em obras como *Região e raças selvagens do Brasil (1874)* e *O Selvagem (1876)*, por diversas vezes Couto de Magalhães traz à lume as suas experiências junto aos grupos indígenas das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, para tratar de temas como o aperfeiçoamento moral dos índios, mestiçagem, da utilidade dos índios para a econômica extrativa e pastoril.

Buscava-se saber quais eram os rios navegáveis, e em que extensão, qual o calado apropriado da embarcação, os locais que necessitariam de “obras hidráulicas para facilitar a navegação”<sup>48</sup>.

Esta expedição foi a primeira tentativa de análise objetiva das condições de navegação dos rios Araguaia e Tocantins, entre o porto de Leopoldina e Belém (Pará), atentando-se para as possibilidades e vantagens da navegação por aquelas vias<sup>49</sup>. De posse da instrução de 10 de julho de 1863, Vallée deixou a capital da província, no dia 11 daquele mesmo mês, rumo ao presídio de Santa Leopoldina, às margens do rio Araguaia, para de lá descer o rio Araguaia rumo ao Pará. Em Leopoldina ele deveria encontrar uma tripulação organizada pelo comerciante goiano Semeão Estelita Aryano, que havia se comprometido com o presidente da província de providenciar todo o necessário à expedição. Porém, quando ele chegou ao presídio no dia 24 de agosto, não havia a tripulação. Foi somente no mês de outubro, após ele próprio ajustar a tripulação, “com bastante sacrifício e dificuldade”, que a sua descida do Araguaia aconteceu<sup>50</sup>. Em seu trajeto Vallée visitou os presídios das margens do rio Araguaia, o porto da Piedade, na região do aldeamento de São Joaquim de Jamimbu, apresentado dados acerca da população e a produção dessas localidades. Também descreveu e analisou as margens, o leito do rio e seus afluentes, buscando saber sua largura, profundidade ou se tinha algum embaraço a navegação. Vallée se mostrou cuidadoso na descrição da localização das aldeias dos índios do vale do Araguaia, tais como os Karajá, Xavante, Kayapó (ou Gradaú), entre outros. A viagem terminou em 23 de janeiro de 1864.

Em seu relatório, Vallée apresentou as seguintes informações acerca da navegabilidade do rio Araguaia. Os grandes obstáculos naturais à navegação do rio Araguaia se encontravam no trecho encachoeirado logo após o presídio de Santa Maria do Araguaia. Ali estavam a cachoeira grande e a cachoeira comprida, além de várias entaipavas, o que só permitiria a navegação por botes conduzidos a remos. Já no rio Tocantins, em território paraense, não eram poucos os obstáculos, e o mais difícil era a cachoeira do Itaboca. Porém, além dos obstáculos naturais que embaraçavam a navegação, Vallée apontou a dificuldade de se encontrar pessoas para compor a tripulação

---

<sup>48</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao presidente da província de Goiás. 5 de abril de 1861. AHEG. Manuscritos. Documentos avulsos. Caixa 138

<sup>49</sup> DOLES, Delísia E. Martins. *As comunicações ...*, 1973, p. 87.

<sup>50</sup> VALLÉ, Ernesto. *Exploração do rio Araguaia*, feita por ordem do Illm. e Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da província de Goiás, em 10 de julho de 1863. Tipografia de Quirino & Irmão: Rio de Janeiro, 1864, p. 04



destas embarcações: mesmo com grandes salários, muitos se recusavam a deixar a província, a sujeitar-se à mudança de clima, a uma alimentação diferente, ao serviço próprio das povoações marítimas e, principalmente, tinha-se o receio de epidemias que ali eram muito comuns<sup>51</sup>. Com relação ao abastecimento dos vapores, Vallée afirmou que os índios das margens do Araguaia poderiam fornecer a lenha para a embarcação em troca de brindes.

No ano seguinte àquele em que teve lugar a expedição do engenheiro Ernesto Vallée, no dia 10 de setembro de 1864, a Assembleia Legislativa Provincial aprovou a resolução nº 372, que autorizava o presidente da província a conceder um prêmio no valor de 400 mil réis a todo o negociante que descarregasse em qualquer porto do rio Vermelho (afluente da margem direita do rio Araguaia) um bote que contivesse uma carga de mais de 1000 arrobas de produtos importados do Pará. Em seu primeiro artigo a resolução deixava claro que para o recebimento do prêmio era preciso, no entanto, que a embarcação fosse tripulada pelos índios do Araguaia ou Tocantins: “[...] com tanto que os remeiros sejam indígenas dos que habitam as margens do Araguaia, ou Tocantins”<sup>52</sup>. No segundo artigo estava previsto que o presidente da província regulamentasse a presente lei. No entanto, os relatórios da província de Goiás nada mencionam a respeito do referido documento, nem acerca do pagamento de prêmios aos comerciantes que, apesar dos perigos, continuavam a navegar o rio Araguaia com destino a Belém. De qualquer maneira, o documento sugere um esforço por parte das autoridades da província no sentido de tornar cada vez mais viável a navegação do rio Araguaia, fazendo uso da mão de obra indígena.

Durante o período em que esteve à frente das províncias do Pará e Mato Grosso, Couto de Magalhães também atuou de maneira decisiva para a implantação da navegação a vapor do Araguaia. Ele conseguiu que o Ministério da Marinha realizasse a compra de uma embarcação a vapor para dar início à navegação entre Santa Leopoldina e Santa Maria do Araguaia<sup>53</sup>. Assim, no dia 28 de maio de 1868, na margem esquerda do rio Araguaia, ocorreu a inauguração (“batismo”) do vapor Araguaia, com uma cerimônia realizada às margens daquele rio, no porto de Leopoldina, em Goiás. A cerimônia contou

---

<sup>51</sup> *Idem*, p. 27

<sup>52</sup> Resolução nº 372, de 10 de setembro de 1864. *Correio Oficial*. Sábado 5 de novembro. Tipografia Provincial. Goiás, 1864, p. 01

<sup>53</sup> Cópia do ofício do presidente da província do Mato Grosso ao Ministro da Marinha. 10 de abril de 1867. AHEG. Documentação avulsa. Caixa 189

com a presença de autoridades da província de Goiás, tais como o presidente em exercício da província (vice-presidente Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira), o Inspetor Geral dos Presídios, o chefe de polícia, Inspetor da Tesouraria da Fazenda, e muitos outros funcionários públicos, além do presidente da província do Mato Grosso e idealizador da navegação a vapor do Araguaia, José Vieira Couto de Magalhães. O vapor, que inicialmente seria chamado de *Araguay-nerú-assú*, foi batizado pelo capelão do presídio de Santa Leopoldina, Rev. B. da Costa e Oliveira, tomando o nome de *Araguaia*. Após o ato, o capitão levantou âncora e cruzou o rio Araguaia em diversas direções, subiu o rio vermelho e novamente aportou, tudo isso não sem antes entoar vivas ao Imperador, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro da Marinha. Quando aportaram novamente, Couto de Magalhães foi aclamado pelos presentes, “recebendo as mais vivas demonstrações de gratidão e reconhecimento”<sup>54</sup>. Embora a navegação tenha sido implantada no ano de 1868, foi somente em 1870, após o recebimento da subvenção por parte do governo imperial, que a navegação do Araguaia foi de fato implantada. No ano de 1871, a empresa de navegação já possuía três embarcações a vapor de grande porte: Araguaia, Colombo e Mineiro. Em 1872, a empresa de navegação já empregava em seu serviço alguns índios, os quais, segundo a compreensão do presidente Antero Cícero de Assis, “mostram muita aptidão, e se vão habilitando para a vida social”<sup>55</sup>.

As oficinas da empresa foram montadas em Santa Leopoldina, às margens do Araguaia. Eram de três tipos: a *oficina de máquinas*, possuía dois tornos para ferro e bronze, além de máquinas de furar e tarraxar; a oficina de *obras de madeira*, que possuía uma serra circular e as ferramentas de uso mais corriqueiro, e a oficina da *seção rural*. A criação desse serviço era fruto da necessidade de prover a navegação com mantimentos, tendo em vista a carestia do sustento daquele serviço. Possuía um moinho para moer milho, arroz e mamona, este último fundamental para a extração do azeite para a lubrificação do maquinário. Havia ainda um debulhador de milho, um descaroçador de algodão. Assim, de acordo com o empresário, apesar de ser um maquinário tímido,

quem for a aqueles remotos sertões do Araguaia, há de sentir-se necessariamente bem impressionado, sabendo da economia e facilidade

---

<sup>54</sup> Cf. Auto de Inauguração da navegação a vapor do rio Araguaia. In: MORAES, Eduardo José. *Navegação Interior do Brasil*: notícias dos projetos apresentados para a junção de diversas bacias hidrográficas do Brasil ou rápido esboço da futura rede geral de suas vias navegáveis. Tipografia Montenegro: Rio de Janeiro, 1894, p. 158

<sup>55</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1873*. Tipografia Provincial: Goiás, 1873, p. 31

com que por meio das máquinas as mais modernas, conseguimos ali estes trabalhos, *em lugar onde o fumo do vapor confunde-se ainda com o das fogueiras que as tribos selvagens formam para se ajuntarem*<sup>56</sup>.

O início da navegação a vapor do Araguaia foi saudado em Belém como um importante passo no sentido de “civilizar” aquele território e sua gente, um sinal de prosperidade. O vapor era descrito como agente de civilização dos povos indígenas. Em edição de 5 de abril de 1871, o jornal *O Liberal* anunciou o contraste vivido no Araguaia entre o vapor, entendido enquanto símbolo da civilização, e os povos indígenas do sertão, dizendo: “o remoto Araguaia, cujas águas sulcadas hoje pelo vapor, apresentam o profundo contraste d’esse agente da civilização moderna em contato com os selvagens aborígenes que por muitos milhares estendem suas aldeias ao longo do rio”<sup>57</sup>. Anteriormente, o mesmo semanário já havia destacado como uma liderança dos Irã amrayré, o cacique “Manaô”, ficou admirado “daquela grande máquina de fogo”, quando viajou nele por três dias, juntamente com mais dois companheiros<sup>58</sup>.

Para as autoridades da província de Goiás o funcionamento da navegação a vapor do Araguaia contribuiria não só na melhoria das suas finanças, mas também na catequese e civilização dos índios. Em 1863, quando ainda ocupava o cargo de presidente da província de Goiás, Couto de Magalhães ressaltou justamente a importância da navegação do Araguaia para a catequese e civilização indígena. Em seu relatório, dizia o então presidente:

A catechese e civilização de milhares d'esses infelizes depende sem dúvida da prosperidade da navegação do Araguaia: firmada esta pode se dizer sem medo de errar, que aquela está conseguida. Neste intuito tenho dado e continuo a dar todas as providencias que me parecem necessárias para obter o desejado resultado.<sup>59</sup>

O presidente Joaquim de Almeida Leite Moraes também destacou a importância da navegação e o comércio para a civilização dos índios do Araguaia. Segundo ele, o comércio estabelecido entre a empresa de navegação e os índios das margens do Araguaia era fundamental para civilizá-los: “a troca é o laço que melhor estreita as relações do selvagem com o civilizado. A empresa do Araguaia compra dos indígenas toda a lenha

---

<sup>56</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Relatório dos Negócios da Empresa de Navegação do Araguaia, no exercício de 1870 a 1871*. Tipografia Imparcial: Rio de Janeiro, 1871, p. 03, grifo meu

<sup>57</sup> *O Liberal do Pará*. Ano III, 5 de abril de 1871, p. 1

<sup>58</sup> *O Liberal do Pará*. Ano I, n.62, 20 de março de 1869, p. 2

<sup>59</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. Sr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1º de junho de 1863*. Tipografia Provincial: Goiás, 1863, p. 66

que consome em seus vapores”<sup>60</sup>. A aquisição da lenha para abastecimento dos vapores era feita em negociação com os Karajá, cujas aldeias ficavam nas margens do Araguaia. Segundo informou Leite Moraes, quando a embarcação chegava às aldeias a madeira já estava pronta para ser trocada por machados, foices, facas e outros produtos apreciados pelos Karajá. Buscando ressaltar a força do comércio enquanto agente civilizador, dizia o presidente: “eles não fogem quando o vapor aproxima-se; a fumaça não os aterra; é o símbolo da paz”<sup>61</sup>. Ao se referir à sua descida do rio Araguaia a bordo do vapor Colombo, ele descreveu o sulcar das águas daquele rio nos seguintes termos: “é o progresso que recua a barbárie às suas últimas fronteiras”<sup>62</sup>. Vale destacar, no entanto, que o comércio dos índios da margem do Araguaia com a empresa de navegação jamais logrou o êxito no sentido de civilizá-los, isto é, fazer com que eles abandonassem seu modo de vida, sua organização social. Em seu relatório, o Major dos Engenheiros Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, referia-se aos Karajá dizendo: “estão os Karajá meio civilizados, conquanto ainda andem nus e conservem os seus costumes; fazem roças e cultivam mandioca, batatas, carás, bananas, milho, etc.”<sup>63</sup>.

Em relatório referente ao período compreendido entre os anos de 1879 a 1881, enviado ao presidente da província de Goiás, o empresário João José Correa de Moraes fez um balanço do impacto da navegação a vapor para a civilização dos índios cujas aldeias estavam localizadas no trecho entre Santa Leopoldina e Santa Maria do Araguaia. Assim, dizia ele que nesse trecho de 200 léguas de navegação franca do rio Araguaia “o índio já é manso”. O resultado, segundo ele, era devido a empresa de navegação a vapor: “não poupo os meios de chamar ao grêmio de nossa civilização esses selvagens, já brindando-os, já concedendo-lhes favores”. Na compreensão de Correa de Moraes, os

---

<sup>60</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo presidente da província de Goiás, o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, em 3 de novembro de 1881*. Tipografia Provincial: Goiás, 1881, p. 98

<sup>61</sup> *Idem*. Leite Moraes descreveu essa relação comercial estabelecida entre os Karajá e a empresa de navegação, quando desceu aquele rio, a bordo do vapor Colombo: “estes [os índios] preparam a lenha nas devidas proporções para o consumo do vapor e recebem em troca machados americanos, facas, foices, arpoes e fumo. Então é belo de ver-se, na pequena aldeia e na barranca onde o vapor possa atracar-se, a lenha muito bem amontoada, e, quando o vapor dá o sinal de aproximação, os índios vão colocar-se ao pé da lenha para entregá-la, inspecionar a contagem e receber a troca” (LEITE MORAES, 1995, p. 158)

<sup>62</sup> LEITE MORAES, J. A. *Apontamentos de viagens*. Cia das Letras: São Paulo, 1995[1883], p. 156

<sup>63</sup> JARDIM, J. R. M. *O Rio Araguaia: relatório de sua exploração pelo Major d’Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação, pelo Tenente Coronel d’Engenheiros Jerônimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente de Goiás*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1880, p. 33

serviços da navegação e da catequese estavam ligados: “um depende tanto do outro, que será impossível conseguir-se este sem tratar daquele”<sup>64</sup>.

Alfredo Taunay, em sua obra *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875*, também ressaltou a importância da navegação a vapor do Araguaia para o que ele chamou de “chegada da hora de ressurreição” da província de Goiás. Em um cenário descrito por ele como de penúria econômica, com a crise da mineração e a impossibilidade de exportação de sua produção agrícola, o surgimento da navegação a vapor foi saudado como um novo fôlego de vida para Goiás. Assim, segundo ele, o porto de Leopoldina e os presídios militares situados nas margens do Araguaia se reanimaram e quanto à catequese, diz ele: “a catechese tomou impulso novo, e a vida como que infundiu-se naqueles inanimados desertos”<sup>65</sup>. Essa situação em que a província se encontrava, apontou Taunay, era o resultado dos esforços de Couto de Magalhães, que desde a sua presidência fez da navegação do Araguaia “motivo de constante e verdadeiro apostolado”<sup>66</sup>. O ministro da Agricultura também manifestou sua confiança acerca da contribuição da navegação a vapor para a comércio da província de Goiás, bem como para a colonização do seu vasto sertão:

Confio que esta linha, contribuindo para levar à grande parte dos sertões de Goiás e Mato Grosso os benefícios do comércio e da civilização, fomentará o desenvolvimento desse imenso vale do Araguaia, onde a população e a indústria vão crescendo rapidamente, fazendo esperar que não se passarão muitos anos até que ali se constituam importantes centros de atividade<sup>67</sup>

Instalada a navegação a vapor do Araguaia, a grande questão para Couto de Magalhães era conseguir a subvenção para o funcionamento do serviço. Quem primeiro subvencionou a navegação foi a província de Goiás, que em fevereiro de 1869 firmou um contrato com o empresário no valor de 12.000\$000 réis anuais, durante um período de 30 anos. No dia 28 de novembro o empresário apresentou ao presidente da província uma

---

<sup>64</sup> MORAES, João José Correa de. Relatório dos negócios da Empresa de Navegação a vapor do Araguaia, no período decorrido de maio de 1879 até 1 de julho de 1881. In: BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral, na primeira sessão da décima oitava legislatura, pelo Ministro e Secretário dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Antônio Saraiva*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1882, p. 55, anexo

<sup>65</sup> TAUNAY, Alfredo de Escragnolle. *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1876, p. 18

<sup>66</sup> *Idem*

<sup>67</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1877, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Tipografia Industrial, Rio de Janeiro, 1878, p. 170

tabela com os valores dos fretes de reboque de botes particulares e passagens (somente 2ª e 3ª classe) referentes aos anos de 1870 a 1872, dividida em duas linhas: de Santa Maria do Araguaia a Leopoldina, e de Leopoldina a Itacaiú, no Mato Grosso. A tabela previa que no ano de 1870, as embarcações com destino ao Pará ou de lá regressassem seriam rebocadas gratuitamente. Quando houvesse número de botes superiores à capacidade de reboque, dar-se-ia preferência aos que houvessem chegado primeiro. Após o ano de 1870, o preço do frete passaria a ser cobrado levando-se em consideração o número de arrobas em proporção à distância percorrida<sup>68</sup>.

No entanto, como lembra Doles, devido a necessidade de aumentar a frota, Couto de Magalhães se deslocou ao Pará em busca de apoio financeiro para a navegação a vapor, e ele o conseguiu. Em conversa com os membros da praça comercial de Belém e a presidência da província do Pará, ele obteve uma subvenção no valor de 30:000\$000 réis, valor ainda inferior aos gastos para a manutenção da empresa<sup>69</sup>. Assim, era necessário ainda pleitear a subvenção por parte do governo imperial.

Na Assembleia Geral Legislativa as discussões acerca da subvenção para a navegação do rio Araguaia tiveram início no ano de 1869, em sessão do dia 20 de agosto, com a apresentação de um projeto que solicitava a concessão de um auxílio no valor de 40.000\$000 réis, por um período de 30 anos<sup>70</sup>. Os debates se davam entre aqueles que defendiam a importância da subvenção à navegação a vapor do rio Araguaia (tais como Cruz Machado e Cardoso de Meneses), e aqueles contrários, como por exemplo, o deputado Siqueira Mendes, desafeto pessoal de Couto de Magalhães<sup>71</sup>. Foi somente no dia 20 de agosto de 1870, com a aprovação do Decreto nº1808, que a Assembleia Legislativa autorizou o Governo a conceder a subvenção no valor de 40.000 réis em favor da navegação a vapor do rio Araguaia entre o porto de Itacaiú, no Mato Grosso, e Santa Maria do Araguaia, em Goiás<sup>72</sup>. Ainda de acordo com o documento, o governo também ficava autorizado a realizar concessões de terras para colonos que quisessem se instalar às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Eis os termos do artigo 2º:

---

<sup>68</sup> Ofício da presidência da Província de Goiás ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda Provincial. 25 de outubro. AHEG. Manuscrito. Documentação avulsa. Caixa 195

<sup>69</sup> DOLES, Delísia E. Martins *As comunicações fluviais...*, 1973, p. 92-4

<sup>70</sup> *Idem*, p. 96

<sup>71</sup> *Idem*, p. 96

<sup>72</sup> Art. 1 do Decreto n. 1808. In: BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXX, parte I. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870, p. 66

É também o Governo autorizado para conceder, com as condições que julgar razoáveis, terras aos indivíduos que se estabelecerem nas margens dos rios Tocantins e Araguaia, dentro do espaço de dez anos da data desta Lei, impondo-lhes a obrigação de não cortarem as matas no espaço de um quarto de légua das margens dos mesmos rios para o interior.<sup>73</sup>

Aqui, além da preocupação em resolver o problema da falta de povoações não indígenas às margens dos rios Araguaia e Tocantins, fazia-se necessário também o cuidado para com o estoque de madeiras às margens daqueles rios, pois tratava-se do combustível necessário às embarcações. Mas ainda era preciso tratar da navegação no trecho que ligava o presídio de Santa Maria do Araguaia até o rio Tocantins, um trecho de cachoeiras, corredeiras e entaipavas. Desse modo, o governo ficava autorizado a realizar um estudo no trecho que se estendia entre Santa Maria e Arroios, no baixo Tocantins, com o objetivo de avaliar qual o melhor sistema de comunicação a ser adotado: se “por meio de uma estrada marginal ou pelo sistema de navegação que mais conveniente for”<sup>74</sup>.

No dia 09 de setembro 1870, mediante o Decreto n° 4594, foi celebrado o contrato entre o Governo Imperial e José Vieira Couto de Magalhães para realização da navegação a vapor no trecho descrito pelo Decreto de agosto desse mesmo ano. Tratava-se de um documento contendo 19 cláusulas, em que se previa a vigência de 30 anos de contrato, com previsão de revisão a cada seis anos. De acordo com esse contrato, Couto de Magalhães deveria realizar pelo menos seis viagens completas entre os portos de Itacaiú e Santa Maria do Araguaia, sendo obrigado a passar pelos portos do aldeamento de São José do Araguaia e do presídio de Santa Leopoldina, e ali permanecerem pelo menos 24 e 48 horas, respectivamente. Os vapores deveriam ter força e dimensão para, pelo menos, rebocar em cada uma dessas viagens uma carga de, no mínimo, 4.000 arrobas<sup>75</sup>. Quanto ao valor do frete e passagens, era prerrogativa do Governo Imperial aprovar a tabela com os valores, construída pelo empresário, de acordo com a presidência da província de Goiás. Um fato a ser notado é que o valor do frete cobrado para a exportação de produtos

---

<sup>73</sup> *Idem*

<sup>74</sup> *Idem*

<sup>75</sup> Conferir as cláusulas III e IV do referido contrato, em BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870, p. 490

deveria ser a metade do que se estipularia para a importação<sup>76</sup>. Tratava-se de um claro incentivo ao aumento das exportações da província.

De acordo com as cláusulas VIII e XIX do contrato, a empresa ficava obrigada a transportar gratuitamente as malas do serviço dos correios, valores e, em cada viagem, caso fosse solicitado, transportar também até dez colonos e suas bagagens, ficando “as comedorias” sob a responsabilidade do governo<sup>77</sup>. Estavam previstas multas ao empresário caso ele deixasse de realizar algumas das viagens contratadas, se não parasse n’algum portos do rio Araguaia ou se atrasasse, se interrompesse a viagem e, por último, se extraviasse ou mau acondicionasse as malas e/ou objetos pertencentes ao Estado. A interrupção do serviço de navegação por um período de 12 meses configuraria abandono da empresa e, com isso, faria caducar a concessão<sup>78</sup>.

Atendendo ao que estabelecia o artigo 3º do Decreto nº1808, de 20 de agosto de 1870, o governo deu início aos estudos acerca da seção encachoeirada dos rios Tocantins e Araguaia, compreendida entre Santa Helena de Alcobaça, no Tocantins, e o seco de São Miguel, no Araguaia. A chefia da comissão ficou sob a responsabilidade do Major do corpo de Estado Maior de 1ª classe, Antônio Florência Pereira do Lago. De posse das instruções dadas pelo Ministério da Agricultura, de 27 de outubro de 1871, Pereira do Lago deu início aos preparativos para as atividades da comissão ainda naquele ano. A expedição teve como ponto de partida a província do Pará. Em dezembro de 1871, o chefe da comissão enviou ao menos três ofícios ao presidente da província do Pará, Abel Graça, solicitando recursos – 17.880.000 (dezessete contos e oitocentos e oitenta mil réis) – para a compra de mantimentos e materiais, uma lancha a vapor (com os devidos reparos) e um práctico para a sua condução<sup>79</sup>. Os trabalhos da comissão foram marcados por uma série de percalços, dentre eles, as denominadas “febres intermitentes” e deserção de alguns trabalhadores: em março de 1872, Pereira de Lago escreveu do presídio de São João do Araguaia ao presidente da província de Goiás dando notícias acerca do trabalho da

---

<sup>76</sup> Cláusula VI do contrato, em BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870, p. 91

<sup>77</sup> *Idem*

<sup>78</sup> Conferir Cláusulas XI, XII e XIII do Contrato.

<sup>79</sup> Ofício da Comissão de Exploração do Araguaia à presidência da província do Pará. Belém, 02 de dezembro de 1871. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322; Ofício da Comissão de Exploração do Araguaia à presidência da província do Pará. Belém, 13 de dezembro de 1871. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322; Ofício da Comissão de Exploração do Araguaia à presidência da província do Pará. Belém, 27 de dezembro de 1871. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322;



comissão e solicitando munições. Na ocasião, ele o informou sobre a falta de mantimentos e da condição de saúde dos membros da comissão, que foram acometidos das febres intermitentes no rio Tocantins, quando esperavam o nível do rio subir para transpor a lancha acima de uma cachoeira<sup>80</sup>. Em outubro de 1872, o chefe da comissão informou ao presidente da província do Pará que por aqueles dias dois trabalhadores da comissão haviam desertado, levando consigo ferramentas e espingardas pertencentes à Fazenda Pública<sup>81</sup>. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, os trabalhos da comissão foram concluídos no início de 1875, e no ano seguinte os seus resultados foram publicados.<sup>82</sup>

Além de uma descrição minuciosa de todo o trecho encachoeirado dos dois rios, a comissão também realizou algumas ações com o objetivo de melhorar o comércio pela via Araguaia-Tocantins: abertura de uma estrada de 391 quilômetros na margem esquerda dos dois rios, compreendida entre a povoação de São Vicente, no Araguaia, e Alcobaça, no Tocantins. A via possuía pouco mais de três metros de largura, assentada “em terrenos sempre altos e com declives favoráveis ao trânsito”<sup>83</sup>. Na região da cachoeira da Itaboca foi construída uma estrada de rodagem medindo 13, 497 quilômetros de extensão e 1, 50 metros de largura, destinada ao trânsito das boiadas. Segundo informou em seu relatório, com a abertura dessas estradas, Pereira Lago pôde “observar [...] que homens, de vida até então completamente nômade, levanta[rem] casas e inicia[rem] plantações nas margens do Araguaia e Tocantins”<sup>84</sup>. O relatório cita, como exemplo, o caso de Vicente Bernardino Gomes, descrito como um “cidadão laborioso”, que se instalou na margem direita do Araguaia. Em pouco tempo havia naquela região uma população de cerca de 300 pessoas, formando “um centro agrícola na extrema do Goiás, só com a esperança de ver beneficiada a trilha aberta para passagem de gado”<sup>85</sup>. Nesse cenário, Pereira Lago sugeriu que fosse dada proteção àquela localidade contra os ataques indígenas, mediante “força armada”, ou seja, um presídio militar. Em São Vicente a comissão construiu uma barca para dar passagem ao gado e demais mercadorias que se deslocassem por estrada de Goiás

---

<sup>80</sup> Ofício da Comissão de Exploração do Araguaia à presidência da província do Pará. São João do Araguaia, 17 de março de 1872. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322

<sup>81</sup> Ofício da Comissão de Exploração do Araguaia à presidência da província do Pará. 18 de outubro de 1872. APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322

<sup>82</sup> LAGO, Antônio Florência Pereira. *Relatório dos Estudos da Comissão Explora dos rios Tocantins e Araguaia, agosto de 1875*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1876.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 13

<sup>84</sup> *Idem*, p. 14

<sup>85</sup> *Idem*, p. 14

para o Pará. A embarcação possuía 13,20 metros de comprimento e 4 metros de largura, com uma lotação de até 30 rezes. Foi firmado um contrato com Vicente Bernardino Gomes para realizar essa passagem durante um período de 3 anos, a contar do dia 20 de março de 1874.

Do seco São Miguel ao presídio de Santa Maria do Araguaia o rio possuía nove bancos diversos de rochedos que embaraçavam a navegação. Esse trecho, segundo a aferição da comissão, media aproximadamente 355 quilômetros. Acima de Santa Maria do Araguaia até Itacaiú, num trecho de aproximadamente 1.040 quilômetros a navegação era franca, tal como já havia apontado anos atrás Ernesto Vallée. Dentre os melhoramentos sugeridos pela comissão estavam o derrocamento das rochas para liberação de vários trechos dos rios (tal medida, porém, além de ser considerada bastante arriscada, poderia rebaixar o nível do rio, levando ao surgimento de novas rochas), abertura de canais laterais nos terrenos rochosos, construção de *diques* e, por fim, o uso de um sistema de tração.

Pereira Lago propôs ainda um sistema de comunicação que auxiliaria a navegação no sentido de ligar a bacia amazônica à platina. Assim ele sugeriu a construção de uma estrada de ferro, na margem esquerda dos rios Araguaia e Tocantins, ligando Santa Helena de Alcobaça a São Vicente; e de lá, pela margem direita, seria construída uma outra estrada de ferro ligando essa localidade ao presídio de Santa Maria do Araguaia. Desse presídio o vapor faria a ligação com Itacaiú, no Mato Grosso, margem esquerda do rio Araguaia. Dessa localidade, ainda pela margem esquerda, dever-se-ia passar das vertentes do rio Araguaia para as do rio Paraguai. O presídio de Santa Maria deveria ser ligado à Palma e Porto Imperial por meio de um ramal. A povoação de São Vicente deveria ser ligada, por um ramal, até Boa Vista do Tocantins<sup>86</sup>. Ao final do documento, o relatório apresentou ainda uma avaliação sobre as potencialidades agrícolas do vale do Araguaia e Tocantins, e lamenta que os presídios militares situados às margens desses rios não tenham conseguido se tornar em centros produtores. No final do ano de 1873, portanto antes da comissão ter concluído seus trabalhos, Couto de Magalhães entregou a direção da empresa de navegação para o governo da província de Goiás, permanecendo, mesmo assim, na direção da empresa, mas na condição de funcionário do Estado. Àquela época ele já era o Diretor do Serviço de Catequese do vale do Araguaia, criado em 1873<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> *Idem*, p. 24

<sup>87</sup> DOLES, Delísia E. Martins. *As comunicações fluviais...*, 1973, p. 111

No que se refere à sua administração, a navegação a vapor do rio Araguaia viveu momentos distintos, oscilando entre períodos de intensa atividade e outros de letargia<sup>88</sup>. Nos três primeiros anos de funcionamento da empresa houve um relativo desenvolvimento. A empresa era administrada por Couto de Magalhães, que gozava de uma subvenção da parte do governo imperial, e pôde investir na empresa. Entre os anos de 1874 a 1878, a empresa de navegação ficou a cargo da província de Goiás, após a rescisão do contrato com Couto de Magalhães. Durante esse período, o serviço da navegação do rio Araguaia passou a ser realizado com maiores dificuldades – ou, nas palavras do ministro da Agricultura, “não há sido executado com regularidade desejável”<sup>89</sup> –, principalmente no trecho encachoeirado após o presídio de Santa Maria do Araguaia. Na avaliação do ministro, os primeiros seis anos da navegação a vapor do Araguaia tiveram um saldo positivo. De acordo com Doles, a passagem do serviço de navegação para o governo determinou, entre outros aspectos, uma “progressiva moderação do seu ritmo e sucessivas interrupções do tráfego no médio e baixo Tocantins”<sup>90</sup>.

Em 1878 o governo imperial passou novamente o serviço para particular, dessa vez firmando um contrato com o comerciante goiano João José Correia de Moraes. Nesse período a navegação sofreu um novo impulso, entretanto o serviço foi alvo de duras críticas de parlamentares liberais que o qualificava como um serviço deficitário, servindo como mais uma fonte de despesas para os cofres públicos<sup>91</sup>. O empresário João José Correia de Moraes qualificou o período em que o serviço de navegação do Araguaia esteve sob a responsabilidade da província como “uma fase triste, uma verdadeira crise”, onde grande parte do maquinário da empresa se deteriorou<sup>92</sup>. Durante esse período, segundo o empresário, a navegação se manteve inútil e estacionária, uma vez que suas viagens se limitavam somente ao trecho que ligada Santa Maria do Araguaia ao porto de

---

<sup>88</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 65; DOLES, Delísia E. Martins. *As comunicações fluviais ...*, 1973, p. 103

<sup>89</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima sexta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida, do ano de 1876*. Tipografia Perseverança: Rio de Janeiro, 1877, p. 127

<sup>90</sup> DOLES, Delísia E. Martins. *As comunicações fluviais ...*, 1973, p. 113

<sup>91</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 65

<sup>92</sup> MORAES, João José Correia de. Relatório dos Negócios da Empresa de Navegação por vapor do Araguaia, no período decorrido de maio de 1879 até 01 de julho de 1881. In: BRASIL, Governo. Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembleia Geral da Primeira Sessão da décima oitava legislatura, pelo Ministro e Secretário interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Antônio Saraiva. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1992, p. 52, anexo

Itacaiú, sem fazer qualquer viagem a Belém. Nesse cenário, informa Moraes, “nada se exportou e nem importou, e até foi prejudicial porque os vapores e mais materiais estragaram-se por falta de cuidados, como prova do péssimo estado em que os encontrei ao recebê-los e que já comuniquei ao governo”<sup>93</sup>.

Com a criação do colégio Isabel, em 1870, e posteriormente, a fundação do Serviço de Catequese do vale do Araguaia, em 1873, a empresa de navegação a vapor do Araguaia passou a agir de maneira integrada com o projeto de catequese e colonização do Araguaia. Ao longo de suas viagens, o capitão dos vapores levava consigo brindes para permutar com os Karajá, para aquisição de lenha para abastecimento do vapor. De igual modo, levava também brindes para os comandantes e missionários dos presídios e aldeamentos da linha do Araguaia. Dava-se passagem aos índios das aldeias do Araguaia (Kayapó e Karajá) que se deslocavam para a capital da província, ou para o presídio de Santa Leopoldina, sede da empresa de navegação e do serviço de catequese. O serviço de navegação auxiliava no transporte dos alunos indígenas, enviados das aldeias e dos presídios das margens do rio Araguaia para o colégio Isabel<sup>94</sup>. Conforme veremos no quarto capítulo, era do presídio de Santa Maria do Araguaia que vinha a maioria dos alunos do colégio Isabel, em sua maioria Kayapó (Irã amrayré). Em caso de fuga de alunos daquela instituição, era solicitado aos capitães das embarcações que, de passagem pelas aldeias, buscassem recuperá-los.

### **1.3 A questão da mão de obra indígena**

Além da expansão territorial e, conseqüentemente, da conquista dos territórios indígenas, a política indigenista na província de Goiás tinha outro objetivo: o controle da mão de obra indígena. A análise da documentação nos revela como essa questão também estava na ordem do dia, sobretudo a partir do momento em que a escravidão negra começou a declinar. Diferentemente do que ocorrera nas regiões sul do Império, ao longo da segunda metade do século XIX, Goiás não contou com a vinda de imigrantes europeus para a colonização das terras situadas no norte da província. À mesma época, ocorreu

---

<sup>93</sup> *Idem*

<sup>94</sup> Nas *Instruções para a fundação do aldeamento dos Chambioás*, enviada pelo Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, José Vieira Couto de Magalhães, a frei Savino de Rimini, responsável pela fundação do aldeamento dos Xambioá, o encarregado o orientava a selecionar, entre as crianças daquela missão, aqueles com “maior inteligência e inteligência para ofícios”, e remetê-los nos botes da empresa de navegação para Leopoldina, onde seriam matriculados no colégio Isabel (BRASIL, 1871, p. 01, anexo E).

uma crescente migração de nordestinos para a região amazônica, em virtude da exploração gomífera<sup>95</sup>.

É bastante conhecida a assertiva da Antropóloga Manuela Carneiro da Cunha sobre a política indigenista no século XIX, na obra *História dos Índios no Brasil*, onde ela afirma que, diferentemente do que ocorrera no período colonial, a questão indígena “deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”<sup>96</sup>. Segundo a autora, o uso do trabalho indígena no contexto de construção de rotas fluviais e/ou mesmo nas frentes de expansão foi uma alternativa local e transitória, uma vez que foram “a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo”<sup>97</sup>. No entanto, a análise da documentação do século XIX acerca da questão indígena em Goiás nos ajuda a compreender que a questão da mão de obra não se tratava de um tema marginal, muito embora estivesse atrelada, é verdade, à conquista territorial. Situação semelhante pode ser encontrada em outras regiões do Império. Na região sul da Bahia, conforme demonstrou Ayalla Silva, “os interesses do governo provincial para os aldeamentos instalados na região girava em torno da acessibilidade de colonos às terras regionais e ao trabalho dos aldeados”<sup>98</sup>. De acordo com a autora, a política de aldeamentos e a atuação dos índios aldeados da região contribuíram no processo “de formação e consolidação da lavoura em grande parte do território do sul da Bahia”<sup>99</sup>. André de Almeida Rego, ainda acerca da Bahia oitocentista, ressaltou que as autoridades da província buscavam “incorporar parte significativa das terras das antigas aldeias, a fim de ‘liberá-las’ para serem regulamentadas pelas leis de mercado”, e ao mesmo tempo, intentavam “‘liberar’ os seus moradores, os índios ou descendentes, que

---

<sup>95</sup> A economia gomífera na Amazônia, bem como a migração nordestina para a esta região possui uma bibliografia pródiga. Conferir, à guisa de exemplo, os estudos de SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz 1980; DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989; WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. HUCITEC-EDUSP: São Paulo, 1993. Dentre os trabalhos seminiais para uma releitura acerca da migração nordestina para a Amazônia (mais especificamente os cearenses) durante a exploração da borracha, pode-se destacar o seguinte trabalho: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006

<sup>96</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Política Indigenista no século XIX...*, 1992, p. 133

<sup>97</sup> *Idem*

<sup>98</sup> SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015, p. 112

<sup>99</sup> *Idem*, p 111

poderiam ser mais abertamente inseridos na sociedade brasileira, ocupando o lugar de executores de trabalhos braçais”<sup>100</sup>.

À medida que o fim da escravidão negra avançava no país e que o governo imperial incentivava cada vez mais a vinda de migrantes europeus, as autoridades da província de Goiás lamentavam a falta de investimentos na catequese e civilização indígena, pois entendiam que no sertão do Império havia um verdadeiro reservatório de “braços aclimatados”. Por outro lado, como afirma Henrique, “muitas experiências com imigrantes europeus mostravam-se insatisfatórias, deixando os proprietários apreensivos”<sup>101</sup>. Marin lembra que à medida que se processava a expansão territorial rumo ao norte da província de Goiás, se adentrava cada vez mais nos territórios indígenas e “os fazendeiros se deparavam, por um lado, com a falta de escravos para o trabalho e, por outro, com uma população indígena que resistia ao avanço das novas atividades produtivas, promovendo incursões e ataques às fazendas e povoações”<sup>102</sup>. Esperava-se que com a catequese indígena, a província de Goiás pudesse aproveitar os grupos indígenas existentes nos sertões para a agricultura, pecuária e navegação dos rios Tocantins e Araguaia.

As autoridades da província estipulavam em aproximadamente 20 mil a quantidade de índios existentes nos sertões do Araguaia-Tocantins. É mister ressaltar, no entanto, que se trata de um número especulativo, impreciso, e que mais tem a ver com o esforço dos presidentes da província em buscar sempre mais recursos junto ao governo imperial para a catequese indígena<sup>103</sup>. Nesse interim, os presidentes buscavam sempre

---

<sup>100</sup> REGO, André de Almeida. *Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na Província da Bahia (1822-1862)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2014, p. 58-9

<sup>101</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação...*, 2010, p. 45-6

<sup>102</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos* 13(2):154-167, maio/agosto 2009, p. 155

<sup>103</sup> Os dados acerca da quantidade de índios existentes na província de Goiás eram baseados na impressão dos próprios navegantes dos rios Araguaia e Tocantins, conforme mostra o Diretor Geral dos Índios de Goiás, Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó, em seu relatório enviado ao presidente da província: “O número destes selvagens excede provavelmente a vinte mil, *segundo informações dos negociantes*, que descem para o Pará” (Relatório da Diretoria Geral dos Índios, em 28 de abril de 1869. In: Goiás, 1869, p. 05, anexo, grifos meus). O missionário capuchinho, frei Rafael de Taggia, ao tratar dos Xerente e Xavante da missão de Teresa Cristina, na linha do Tocantins, atestava a dificuldade de se estabelecer um número preciso acerca desses grupos. Assim, informou o referido missionário, dizendo: “[o] número dos índios é aproximativo, sendo quase impossível oferecer uma relação exata, pois em nenhum tempo acham-se juntos. Estes índios foram muito dizimados pelas epidemias frequentes, e nas invasões das Bandeiras; porém como são muito prolíficos, e continuam a viver em paz, ficaram vistosamente aumentados, de modo tal que será necessário que o governo tome providências acerca do sustento do mesmo, tanto mais que os produtos de casa vão ficando diminuídos” (Mapas dos Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Cristina no rio

demonstrar como os sertões de Goiás estavam “infestados” de “selvagens” que quase sempre obstavam a instalação de fazendas de criação de gado, de colonos nas margens dos rios e, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento do comércio pelos rios Araguaia e Tocantins.

Em ofício endereçado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 30 de dezembro de 1869, o presidente Ernesto Augusto Pereira se queixava da resistência por parte dos agricultores goianos no tocante a incorporação do arado em suas lavouras, e ressaltava como essa nova tecnologia poderia contribuir para dirimir a falta de braços: “[...] não querem admitir o arado que seria de grande vantagem n’esta província não só por haverem terrenos propícios para esse método de cultura, como porque ele não exige *tantos braços de que há aqui grande falta*”<sup>104</sup>. No mês seguinte, em nova correspondência ao Ministério da Agricultura, o presidente voltou a destacar a carência de mão de obra e o seu impacto no desenvolvimento da lavoura na província de Goiás: “os braços escravos já são mais escassos que em outra qualquer e que para o futuro ainda mais diminuirão”<sup>105</sup>.

Para Ernesto Pereira a escassez da mão de obra escrava também operava no sentido de sustar o aumento da exportação: “o aumento da exportação não pode assumir desde já proporções demasiadamente grandes porque não é possível desconhecer a pouca população da província e a grande escassez de braços escravos”<sup>106</sup>. É nessa conjuntura que a catequese e civilização indígena aparecera nos discursos das autoridades da província como a forma mais viável de aquisição de mão de obra para o alavancar da economia goiana.

---

Tocantins... In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XIX, N° 21, 1° trimestre. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1856, p. 20). Em 1869, o presidente Ernesto Augusto Pereira, orçava em 30 mil a quantidade de índios existentes na província (Ofício de Ernesto Augusto Pereira ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 30 de dezembro de 1869, Livro 0427, p.118). Tempos depois, em 1871, o mesmo presidente orçava em aproximadamente 20 mil o número de “índios selvagens” existentes na província (GOIÁS, 1871, p. 15).

<sup>104</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 30 de dezembro de 1869. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1961-1873). Livro 0427, p.113, grifos meus.

<sup>105</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 25 de janeiro de 1870. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1961-1873). Livro 0427, p.123.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 128

O presidente Francisco Januário Gama Cerqueira, ressaltou justamente que, por se encontrar localizada no centro do Império e com enormes dificuldades de comunicação, a província não poderia esperar que para o seu território afluísse a colonização europeia. Nesse sentido, ele apontava que a “civilização das numerosas hordas selvagens que aí vagueiam pelas florestas em uma condição miserável é ao mesmo tempo satisfazer a um preceito de justiça e humanidade, e atender aos nossos mais vitais interesses”<sup>107</sup>. No decorrer do seu relatório, o presidente evidenciou quais eram, segundo ele, os “mais vitais interesses” da província:

Com efeito, senhores, quando a nossa lavoura se ressentia tão profundamente da falta de braços, quando a nossa segurança constantemente ameaçada pela ferocidade d’aquelas hordas reclama providências eficazes, que ponham a população ao abrigo das suas devastadoras incursões, seria para admirar que alguém desconhecesse ainda as imensas vantagens que nos devem provir a catequese e civilização<sup>108</sup>

Em nome da segurança (“ameaçada pela ferocidade d’aquelas hordas) e do desenvolvimento econômico da província (que “se ressent[ia] profundamente da falta de braços), a catequese e civilização indígena era tida pelas autoridades da província como a única forma não só de pôr termo às “carrerias” que os índios realizavam no sertão da província, mas também um meio de adquirir “braços robustos para o trabalho”<sup>109</sup>. Nessa ótica, não se poderia esperar a vinda de imigrantes europeus para a província, era preciso aproveitar a mão de obra indígena fartamente existente na província. Dever-se-ia então empreender todos os esforços necessários a fim de tirá-los do que as autoridades denominavam de “vida errante”, incentivando a sua sedentarização. O tema da falta de mão de obra, presente nos discursos dos presidentes da província, estava estritamente ligado ao apelo das autoridades locais junto ao governo imperial em prol da catequese indígena. Não por acaso, à medida que se enfatizava a falta de mão de obra, dava-se destaque também ao fato de que os sertões goianos eram um espaço onde se possuía braços em abundância, os indígenas.

Na década de 1870, a questão da catequese enquanto meio de aquisição de “braços aclimatados” ganhou ainda mais força no discurso dos presidentes da província de Goiás.

---

<sup>107</sup> GOIÁS, *Governo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1858 pelo Ex. Presidente da província, Sr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858, p. 19

<sup>108</sup> *Idem*

<sup>109</sup> *Idem*



Os presidentes Ernesto Augusto Pereira e Antero Cícero de Assis foram alguns dos que fizeram questão de apontar a importância da catequese para o progresso da província de Goiás. Em seu relatório de 1870, apontou Ernesto Augusto Pereira:

Catequizados os índios, obteremos milhares de braços para a agricultura, base da riqueza pública, e para outros trabalhos úteis, e ao mesmo tempo, teremos completo domínio nos excelentes matos, nas pingues pastagens e nos rios piscosos e navegáveis de cujo uso em outros tempos nos tem privado em parte por meio de suas cruéis atrocidades. Se quando havia a importação de escravos da costa d'África, já se tratava da catequese dos índios, hoje que felizmente cessou esse abominável tráfico, e que é geralmente partilhada a ideia da emancipação dos escravos existentes, devemos com a maior solicitude envidar todos os esforços em prol da civilização desses infelizes que vivem errantes pelas matas<sup>110</sup>.

Nota-se aqui a importância que a catequese indígena vai tomando para a província na mesma proporção em que havia cessado a importação de escravos africanos e que a emancipação dos escravos ganhava força no cenário nacional. Segundo Ernesto A. Pereira, com a catequese indígena a província alcançaria um duplo objetivo: a obtenção de braços para a agricultura – a base de riqueza pública, informou ele –, mas também a posse dos territórios indígenas, compostos, segundo ele afirmou, por “excelentes matos, nas pingues pastagens e [...] rios piscosos e navegáveis”. De fato, as margens do Araguaia, no trecho compreendido entre o presídio de Santa Maria do Araguaia e o de São João das Duas Barras, eram campos férteis, segundo apontou em seu relatório o major do Corpo de Estado Maior, Antônio Florêncio Pereira de Lago:

Subindo o Araguaia, mostra a margem direita terrenos alagadiços, campos de criação de gado e matas em terrenos enxutos até pouco adiante de S. Vicente; daí para cima até a colônia dos Xambioá, há matas em terrenos altos. A margem esquerda é, desde S. João até à cachoeira grande do Araguaia, de extensa e robusta vegetação. Para diante, ambas, a partir de um pouco acima da colônia dos Xambioá, alargam-se em campos de criação talhados de alguns terrenos alagadiços e matas em terrenos enxutos, próprios para a agricultura<sup>111</sup>

Ernesto A. Pereira não demonstrava esperança quanto à vinda dos colonos estrangeiros para o Brasil e o seu deslocamento para a província de Goiás, pois, segundo ele, “os colonos estrangeiros [...] preferem litoral onde podem dispor com mais facilidade

---

<sup>110</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 14

<sup>111</sup> LAGO, Antônio Florêncio Pereira do. *Relatório dos Estudos da Comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia...*, 1875, p. 28

do produto de suas fadigas e não se animam a fazer tão longa viagem”<sup>112</sup>. Em suma, à medida que ela pudesse contribuir na transformação do índio em colono, a catequese era apresentada como o principal remédio para o que a província considerava ser um dos seus principais problemas: a falta de braços<sup>113</sup>. O presidente Antero Cícero de Assis foi outro que salientou a importância do investimento na catequese indígena para a obtenção de braços para a agricultura, sobretudo no contexto de “emancipação do elemento servil”<sup>114</sup>. Ao considerar a catequese indígena como o “serviço da maior importância do país”, o presidente teceu duras críticas à política imperial de incentivo à vinda de imigrantes europeus, em detrimento da mão de obra indígena existentes em território nacional:

Nem parece consentâneo com a razão humana, quanto mais com os altos interesses d’um país, que busca a todo transe seguir os vestígios dos países europeus, e professa a Religião Cristã, que nós, que temos tantos braços robustos e aclimatados em milhares de indígenas, que vagam nas nossas selvas, como animais, aterrando os outros homens, procuremos na imigração estrangeira suprimento às forças braçais e que depende a nossa lavoura<sup>115</sup>.

Era preciso que a catequese ocupasse a atenção dos altos poderes do Império, afirmava Antero Cícero de Assis. Muito embora as despesas com esse serviço fossem consideradas altas, elas seriam nada se comparadas às vantagens que o país alcançaria com a catequese indígena. Portanto, para o presidente era um contrassenso muito grande um país que possuía uma significativa quantidade de “braços aclimatados” e robustos, investir somas consideráveis para trazer colonos europeus<sup>116</sup>. Ademais, segundo ele, era uma postura que não condizia com o fato de se tratar de um país cristão. No ano de 1875, ainda na presidência da província, Antero Cícero de Assis reafirmou a catequese para a uma província como a de Goiás, na qual, segundo ele, havia “tantos milhares de índios que podem ser civilizados com vantagem própria e da sociedade, vagueiam selvagens, privados dos benefícios e cômodos dela”<sup>117</sup>.

---

<sup>112</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 15

<sup>113</sup> *Idem*

<sup>114</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1º de junho de 1871, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Antero Cícero de Assis*. Tipografia Provincial: Goiás, 1871, p. 12

<sup>115</sup> *Idem*

<sup>116</sup> Em seu relatório do ano seguinte, 1872, afirmou que com a catequese a província poderia adquirir cerca de “dez mil braços apropriados ao clima do país” (GOIÁS, 1872, p. 32).

<sup>117</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, Presidente da província, em 1º de junho de 1875*. Tipografia Provincial: Goiás, 1875, p. 40

Poucos foram tão entusiastas do aproveitamento da mão de obra indígena para a economia do Império quanto o general José Vieira Couto de Magalhães, defensor da teoria da aclimação. Na obra *Região e raças selvagens do Brasil (1874)* Couto de Magalhães defendeu a importância da mestiçagem enquanto elemento positivo no processo de aclimação do europeu aos trópicos. Para ele, o branco era inaproveitável para a indústria pastoril – “uma das maiores e mais esperanças indústrias”<sup>118</sup> – por não estar aclimatado “à ação mais direta dos agentes atmosféricos” próprios ao trabalho da “cultura dos rebanhos de ovelhas, manadas de gado, ou lotes de animais muares e cavalares”<sup>119</sup>. Já as “raças indígenas”, segundo ele, estavam mais aclimatadas a esses mesmos agentes, uma vez que exposta a eles, “não faz[iam] mais do que seguir o curso natural daqueles velhos costumes, que pela ação do tempo as tornaram imunes para sofrer com o seu contato”<sup>120</sup>. A “raça branca”, por não possuir a mesma imunidade, ao se expor a esses agentes, esse contato seria causa de “destruição, ou quanto menos de degradação”<sup>121</sup>.

Um outro fator que segundo Couto de Magalhães pesava contra a presença da “raça branca” no sertão e a favor da “raça indígena”, era o distanciamento da civilização e da vida de comodidade. O autor afirma que “se a civilização torna o homem mais forte pela união com os seus semelhantes, e pela divisão do trabalho, torna-o muito mais fraco, muito mais cheio de necessidades desde que se isole da sociedade”<sup>122</sup>. Na compreensão de Couto de Magalhães, era a condição de “inferioridade” da “raça indígena”, com uma vida nômade e sem os cômodos da vida “civilizada”, que fazia com que seu trabalho fosse superior ao da “raça ariana” no sertão. As poucas necessidades dos indígenas só seriam um defeito se fossem para empregá-los nos trabalhos sedentários. Por essa razão era que, segundo ele, o *caipira* (São Paulo e Paraná), o *gaúcho* (do Rio Grande, Uruguai e Argentina), *caburé* (de Goiás) eram considerados os pastores por excelência, pois eram “os descendentes daquela raça que esta[va] habituada a vida nômade”<sup>123</sup>. No norte do

---

<sup>118</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil* (Ensaio de Anthropologia). Rio de Janeiro. Tip. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro n. 159. 1874, p. 99

<sup>119</sup> *Idem*, p. 100

<sup>120</sup> *Idem*, p. 101

<sup>121</sup> *Idem*, p. 101. Couto de Magalhães, evocando a sua experiência na província de Goiás, lembra que naquela província existia uma região conhecida pelo nome de “vão do Paraná”, onde somente o negro e o mulato (mestiço, portanto) podiam viver. O branco que fosse residir naquele local morriam “cedo ou tarde de febres palustres” (COUTO DE MAGALHÃES, 1874, p. 113). Nos seringais da província do Pará, informa o autor, “o negociante branco (o regatão), não vive ali alguns meses sem voltar inchado, pálido e anêmico, o tapuio medra, cresce e multiplica-se” (*Idem*, p. 114, grifo do autor)

<sup>122</sup> *Idem*, p. 101

<sup>123</sup> *Idem*, p. 102

Império, eram os “tapuios” que cuidavam da indústria extrativa da borracha, que nas províncias do Pará e Amazonas já garantia doze mil contos anuais em exportação. Para Couto de Magalhães, “o branco no meio das florestas, com os cômodos de sua civilização, é tão miserável como o *tapuia* em nossas cidades com seu arco e flecha”<sup>124</sup>.

Portanto, segundo Couto de Magalhães o “braço do índio” era inaproveitável e improdutivo nas indústrias sedentárias, ao passo que com a indústria de caráter nômade ele era extremamente produtivo:

Onde quer que foi possível empregar o selvagem como caçador ou pastor, ele excedeu muito à raça branca, excedeu porque, como reflexionei atrás, seu próprio atraso, suas poucas necessidades que constituem obstáculos invencíveis a que se ele adapte à indústrias sedentárias, constituem também virtudes e qualidades de subido valor para todas aquelas que supõe um viver nômade errante e independente d’isto, que para nós são cômodos indispensáveis, mas que para eles são peias e incômodos, tanto quanto para nós seria o adoptarmos seu gênero de vida errante e selvagem<sup>125</sup>

A solução proposta por Couto de Magalhães para a aclimação consistia no cruzamento das duas raças, a indígena e a ariana. Segundo ele, esse cruzamento era uma lei natural com vistas ao melhoramento e progresso da espécie humana. “Os troncos humanos não morrem; transformam-se”<sup>126</sup>, destacou. Dessa feita, “a única transformação que vinga e predomina é aquela que fica mais em harmonia com as circunstâncias locais em que se têm de exercitar as diversas e variadíssimas funções da vida”<sup>127</sup>. Couto de Magalhães acreditava que “os indígenas, por uma lei de seleção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer”<sup>128</sup>, porém, nesse cenário, era preciso agir com previdência para que ele deixasse misturado o seu sangue ao do europeu. Nessa perspectiva, informa o autor, “[..] eles não desaparecerão antes de haver confundido parte do seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistir a ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil”<sup>129</sup>. Maria Helena Pereira T. Machado assim resumiu a proposta de civilização indígena de Couto de Magalhães para a incorporação do índio à civilização: “adequação do silvícola e de seus descendentes às atividades econômicas compatíveis

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 104

<sup>125</sup> *Idem*, p. 106

<sup>126</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil...*, 1874, p. 112

<sup>127</sup> *Idem*

<sup>128</sup> *Idem*, p. 114

<sup>129</sup> *Idem*, p. 114

com seu estágio civilizatório, que seria o do pastoreio, e, sobretudo, a mestiçagem”<sup>130</sup>. Esta, lembra a autora, era a “pedra de toque” do projeto integracionista de Couto de Magalhães.

O aproveitamento da mão de obra indígena também foi defendido por Couto de Magalhães na obra *O Selvagem*, publicada em 1876, a pedido do Imperador D. Pedro II, por ocasião da participação brasileira na Exposição Universal da Filadélfia, nos Estados Unidos<sup>131</sup>. Tratava-se de um curso de Língua Geral, tomando o método de Ollendorf<sup>132</sup> como referência. Conforme consta na própria capa da publicação, o livro era um “trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil”. Na obra, Couto de Magalhães defendia a educação e a civilização indígena como principal forma de lhes conquistar o território, mas também de resolver o que ele denominava de o “problema da domesticação dos nossos selvagens”<sup>133</sup>:

Só essa conquista vale milhões; feita ela, porém, não conseguiríamos somente a posse real da maior parte do território do império; conseguiríamos também um milhão de braços aclimados, e os únicos que se prestam às indústrias, que por muitos anos serão as únicas possíveis no interior – as extrativas e pastoris.<sup>134</sup>

Segundo ele, a conquista das porções territoriais pertencentes aos grupos indígenas garantiria não somente o controle de “um território quase do tamanho da Europa, e mais rico que ela”<sup>135</sup>, mas também possibilitaria ao governo imperial o acesso a um grande contingente de trabalhadores indígenas que viviam no sertão e que, por essa razão, eram os mais habilitados ao trabalho da agricultura e pecuária. “A catequização”, informa Marin, “estava associada aos propósitos de expropriar os índios de suas terras e de fornecer a mão de obra necessária aos trabalhos nas fazendas”<sup>136</sup>. Couto de Magalhães elencou mais outros motivos que para ele justificavam a civilização indígena:

[...] a paz e segurança de grande parte de nossas populações do interior, nossas comunicações internas, o aproveitamento de regiões fertilíssimas, a vida das únicas indústrias produtivas do interior – a

---

<sup>130</sup>MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese (Livre docência). Departamento de História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005, p. 99

<sup>131</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem: trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil*. Tipografia da Reforma: Rio de Janeiro, 1876.

<sup>132</sup> Heinrich Gottfried Ollendorff (1802-1865) foi um especialista em gramática, nascido na Polônia, mas de ascendência alemã, que ficou conhecido pela criação de um método de ensino de línguas estrangeiras para adultos.

<sup>133</sup> *Idem*, p. VIII

<sup>134</sup> *Idem*, p. VIII

<sup>135</sup> *Idem*

<sup>136</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *A formação de trabalhadores brasileiros...*, 2009, p. 155

pastoril, extrativa, a de transportes pelos rios que não tem navegação a vapor; são outras tantas razões de ordem social que solicitam os esforços do Brasil em bem do amansamento de nossos selvagens<sup>137</sup>

Conforme vimos, a compreensão de Couto de Magalhães acerca da importância da civilização indígena no vale do Araguaia para obtenção de “braços aclimatados” era compartilhada por diversos presidentes da província de Goiás no decorrer da segunda metade do século XIX. Assim, para realizar a ocupação dos sertões do Araguaia, e a inserção dos índios na sociedade nacional, Couto de Magalhães propunha então um tripé composto por colônia militar, intérprete (ou língua) e o missionário<sup>138</sup>, e como ele disse, essa compreensão foi bem aceita pelo governo imperial:

A ideia de utilizar nossas colônias militares, *como auxiliares do povoamento dos sertões*, para nelas se colocarem *intérpretes que, falando as línguas das populações selvagens circunvizinhas* lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens, encontrou eco no seio do gabinete e nomeadamente nos dois conspícuos varões, por cujas pastas correm estes negócios: os da Agricultura e o da Guerra<sup>139</sup>.

O colégio Isabel, conforme veremos mais adiante no capítulo V, tinha justamente a função de, entre outros aspectos, formar línguas (intérpretes) indígenas que auxiliassem na civilização de seu próprio povo. Esta era, segundo o autor, a parte que precisava ser melhor organizada para o funcionamento do tripé por ele proposto, pois vários presídios haviam sido criados estrategicamente às margens dos rios e, mesmo sendo poucos, o Império possuía vários missionários atuando no sertão. Esse trabalho, no entanto, segundo ele, estava comprometido graças a ausência de tradutores, mediadores entre o mundo e a língua indígena e o mundo dito civilizado.

Na contramão das teorias raciológicas de sua época, críticas à miscigenação no Brasil, por entenderem que índios e negros eram raças degeneradas, Couto de Magalhães defendia justamente a miscigenação como forma de adaptação do europeu aos trópicos<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. XIII

<sup>138</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Cláudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação ...*, 2010, p. 46

<sup>139</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. XIV, grifos meus

<sup>140</sup> Márcio Couto Henrique destaca como as ideias de pensadores europeus como o francês Arthur de Gobineau e o naturalista suíço Louis Agassiz, defensores da miscigenação como degradação da raça, eram recebidas nos circuitos intelectuais brasileiros, dentre eles Couto de Magalhães. Apesar disso, o autor de *O Selvagem*, segundo Henrique, “interpretou-as de uma forma peculiar, reelaborando-as a partir da influência do ‘darwinismo social’. Para ele, por exemplo, as diferenças entre as raças eram ‘acidentais’, explicadas a partir da ‘ação dos meios’” (HENRIQUE, 2003, p. 22)

Segundo ele, a perspectiva da perfectibilidade humana<sup>141</sup> se aplicava aos índios, e por isso ele defendia a importância dos casamentos interétnicos entre índios e europeus como forma de auxiliar a aclimação destes ao interior do país<sup>142</sup>. Ele era extremamente enfático ao afirmar que “[...] nenhuma raça nos é tão proveitosa como a do branco aclimado pelo sangue do indígena”<sup>143</sup>. Estando em sintonia com o determinismo social que marcou o pensamento do século XIX, Couto de Magalhães acreditava ser inevitável a extinção física dos índios e defendia a superioridade do europeu frente ao homem americano<sup>144</sup>. Assim, segundo ele

Não devemos conservar pois apreensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. Cumpre apenas não turbar, partindo de prejuízos de raças, o processo lento, porém sábio, da natureza. Nosso grande reservatório de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indígenas, por uma lei de seleção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos previdentes e humanos, eles não desaparecerão antes de haver confundido parte do seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistir a ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil.<sup>145</sup>

O problema do povoamento do interior do Brasil passaria, segundo ele, pelo aproveitamento desses dois elementos: o americano e o europeu. Fazendo uso de sua vasta experiência nos sertões do país, Couto de Magalhães lembrou da importância, por exemplo, dos índios para a indústria extrativa e pecuária. No caso da primeira, ele afirma: “[s]e o vale do Amazonas não possuísse o tapuío seria atualmente uma das mais pobres regiões do país, quando, com ele, e justamente porque ele é semi-bárbaro e se pode entregar a essas indústrias, a região é uma das mais produtivas que possuímos”<sup>146</sup>. De

---

<sup>141</sup> Ao defender o seu plano de civilização indígena, ancorado na proposta do colégio Isabel, e criticando as teorias contrárias à perspectiva segundo a qual os índios não seriam capazes de “aperfeiçoamentos morais”, Couto Magalhães afirmava: “não é muito provável, pergunto, que essa tribo, seguindo as leis naturais da perfectibilidade humana, se transforme senão em tudo, pelo menos tanto quanto baste para começar a ser útil?” (COUTO DE MAGALHÃES, 1874, p. 108).

<sup>142</sup> No Pará, as proposições de Couto de Magalhães foram duramente criticadas por José Veríssimo, bastante influenciado pelas teorias de Louis Agassiz (HENRIQUE, 2003). Para a uma reflexão acerca das teorias raciológicas no século XIX e início do século XX, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. Companhia das Letras: São Paulo, 1993; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espectáculo da miscigenação*. Estudos Avançados. vol.8, n.20, 1994, p.137-152; SEYFERTH, G. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Editora Fiocruz/CCBB: Rio de Janeiro, 1996, pp. 41-58; SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Agassiz e Gobineau – as Ciências contra o Brasil Mestiço*. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fiocruz: Rio de Janeiro, 2008.

<sup>143</sup> *Idem*, p. XX

<sup>144</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018, p. 14

<sup>145</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil ...*, 1874, p. 114

<sup>146</sup> *Idem*, p. XXIV

igual modo, o autor ressaltou que o Brasil é um dos maiores importadores de couro para a Europa, e que a atividade de criação desenvolvida nas pastagens do centro do país era realizada pelos índios: “se não fora a raça aborígene ou não seríamos produtores d’esse artigo, ou sê-lo-íamos em escala diminuta”<sup>147</sup>. Durante o período em que ocupou a presidência das províncias de Goiás e do Mato Grosso, afirma o autor, ele pode perceber que “o principal instrumento de trabalho na indústria do interior – a criação de gado – é o índio antigamente catequisado pelo jesuíta, ou o mestiço seu descendente”<sup>148</sup>.

Em suma, para Couto de Magalhães, ao pensar o povoamento das zonas centrais do Império, não somente a província de Goiás, povoar o Brasil não significava somente trazer o colono europeu, mas trazê-lo para “cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximas aos centros povoados”; de igual modo, “[a]proveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é o obstáculo”; e “[u]tilizar cerca de um milhão de selvagens [...], os quais são os que melhores serviços podem prestar nessas duas partes do nosso território”<sup>149</sup>. Portanto, quer seja para garantir a segurança dos caminhos de Goiás (principalmente os rios) ou para viabilizar a mão de obra que tanto reclamava a economia da província, a catequese indígena terá um papel central nesse processo. Nesse sentido é que a província de Goiás, em inteira sintonia com o governo imperial, implementou na segunda metade do século XIX uma política indigenista voltada para a expansão territorial, na qual os presídios militares e os aldeamentos foram as principais instituições de fronteira, promovendo o contato entre os vários grupos indígenas que ocupavam os vales dos rios, e os não indígenas que aos poucos começaram a migrar para aqueles territórios. É no bojo desse processo que foram fundados os presídios nas margens dos rios Araguaia e Tocantins, dentre eles o de Santa Maria do Araguaia, considerado por vários presidentes da província de Goiás como o mais importante dentre eles, haja vista a sua localização estratégica a meio caminho entre a capital da província de Goiás e o litoral paraense. Este foi o lugar onde os Irã amrayré mantiveram contato, visitaram quando tinham necessidades de objetos, mas também atacaram as fazendas dos arredores daquela guarnição militar.

---

<sup>147</sup> *Idem*, p. XXIV

<sup>148</sup> *Idem*, p. XXVI

<sup>149</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. XXI



## Capítulo 2

### Entre presídios e aldeamentos: a política indigenista em Goiás no século XIX

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um quadro geral sobre a política indigenista desenvolvida na província de Goiás na segunda metade do século XIX, de modo a demonstrar a sua relação com a promoção da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, e assim torná-los um canal de comunicação e comércio desta província com o Belém, no Pará. Ao mesmo tempo, servia ao propósito do governo imperial de expandir as fronteiras internas da nação e construir um grande canal de comunicação fluvial ligando as bacias do Prata e do Amazonas.

Desse modo, a partir da segunda metade do século XIX, a fundação de aldeamentos, sob a direção de missionários capuchinhos, e de presídios militares nas margens dos rios Araguaia e Tocantins foi a estratégia adotada pelos presidentes da província de Goiás para alcançar dois principais objetivos: *i*) a ocupação e colonização da região norte da província e *ii*) a obtenção de mão de obra indígena para a economia goiana. Aquele era um território secularmente habitado por vários grupos indígenas e que desde o início do século se constituíam numa barreira ao avanço de criadores de gado e agricultores para as margens daqueles rios. Graças aos seus ataques, a navegação para Belém era uma atividade extremamente perigosa e penosa, pois os grupos indígenas obstavam a instalação de colonos nas margens daqueles dois rios, o que impossibilitava a tripulação das embarcações obterem acesso a mantimentos em meio ao sertão do Araguaia-Tocantins. Por outro lado, conforme vimos, a falta de mão de obra foi um problema colocado pelas autoridades da província de Goiás. Antes de tratarmos mais detidamente da política indigenista em Goiás, faz-se necessário traçar um quadro acerca da política indigenista imperial no século XIX, destacando o lugar do índio, segundo o discurso das elites políticas e intelectuais do Império.

#### **2.1 A questão indígena no Império**

As ações que foram tomadas ao longo do século XIX em relação aos índios traduziam muito bem a visão que a sociedade imperial tinha acerca das populações ameríndias. Ao mesmo tempo em que as elites políticas nacionais, após a independência, buscavam alçar o índio (o tupi) à condição de símbolo da nascente nação, pavimentando, mesmo assim, o seu lugar de coadjuvante na história nacional, nos sertões do Império os

grupos indígenas estavam impondo sérios limites a expansão do Império<sup>1</sup>. Segundo demonstrou John Monteiro, a visão acerca dos índios no século XIX no Brasil foi construída entre o gabinete dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as experiências dos brasileiros nas fronteiras internas da nação<sup>2</sup>. Fundado em 1838, o IHGB tinha como um de seus objetivos “recolher e organizar documentos que pudessem consolidar a história e a geografia da nação”<sup>3</sup>. Coube também ao IHGB a atribuição de contar (ou melhor, construir) de modo sistemático a história nacional, contribuindo no “delineamento de um perfil para a ‘Nação Brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”<sup>4</sup>. Era necessário dar conta de uma narrativa na qual se pudesse inserir a nação dentro da tradição de civilização e progresso, temas caros ao iluminismo, conforme afirma Guimarães<sup>5</sup>; ao mesmo tempo, era preciso estabelecer os lugares e os papéis dos diferentes sujeitos presentes na sociedade brasileira: o branco (português), o negro e o índio.

Conforme destaca Mauro C. Coelho, o IHGB contribuiu na consolidação de uma cultura histórica que relegou ao índio uma série de preconceitos: “coadjuvante do português; incapaz de gerir seu destino; preguiçoso, indolente e lascivo; débil, fraco e de cultura assaz rudimentar, de modo que teve de ser substituído pelo braço africano na lida agrícola”<sup>6</sup>. Pelo menos duas imagens foram produzidas acerca dos grupos indígenas no século XIX: a primeira é aquela que está pautada na representação idealizada do “índio” enquanto símbolo da nação, razão pela qual ele era celebrado na literatura e nas artes. Conforme lembra Carneiro da Cunha, essa imagem da nação era materializada na figura dos índios tupi e guarani, os quais já estavam “virtualmente ou extintos ou supostamente

---

<sup>1</sup> Conforme lembra Rafael Santos, ao tratar do papel de destaque dado aos índios na cultura histórica formulada no – e a partir do – IHGB, “é de suma importância lembrar que tal papel possui sua origem relacionada à condição de subserviente aos colonizadores, sendo os indígenas considerados com sujeitos desprovidos de interesses próprios e à mercê dos europeus” (SANTOS, 2018, p. 31). Para uma análise da produção da historiografia nacional no IHGB, conferir os trabalhos

<sup>2</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 129-69

<sup>3</sup> SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros...*, 2006, p. 89

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. N. 1, v. 01. Rio de Janeiro, 1988, p. 06

<sup>5</sup> *Idem*, p. 08

<sup>6</sup> COELHO, Mauro C. *Do sertão par ao mar...*, 2005, p. 46

assimilados”<sup>7</sup>. Enquanto símbolo da nação brasileira, lembra a autora, o tupi “é o índio bom e, convenientemente, é o índio morto”<sup>8</sup>.

Os índios bárbaros dos sertões eram justamente aqueles que figuravam nos relatórios oficiais na condição de entrave à expansão da sociedade nacional. Comumente esses registros associavam esses grupos à ideia de selvageria, barbárie e agressividade. No início do século XIX eram os botocudos quem tinham essa reputação, e contra eles se guerreava<sup>9</sup>. Nas primeiras décadas do século XIX, na província de Goiás, eram os Canoeiro, os Xavante e Xerente que, na linha do rio Tocantins, representavam um entrave ao avanço da fronteira para o norte da província, sobretudo os criadores de gado.

A segunda metade do século XIX foi a “[...] época de triunfo do evolucionismo, [quando] prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fosseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais”<sup>10</sup>. Nessa perspectiva, afirma Carneiro da Cunha, as sociedades sem Estado passam a ser tomadas pela teoria ocidental enquanto sociedades primitivas, sem lugar na história, ou melhor, sem história<sup>11</sup>. Assim, nesse projeto de Brasil construído no século XIX, não havia lugar para os índios, exceto numa única condição: enquanto “[...] ancestrais míticos da nação e, por isso mesmo, definitivamente relegados a uma temporalidade outra em relação ao processo/progresso histórico e social do país”<sup>12</sup>.

Do ponto de vista político, o IHGB “foi fundamental no direcionamento do debate sobre a questão indígena no centro do Império”<sup>13</sup>. Debatia-se acerca da humanidade (ou animalidade) dos indígenas tomando como referência a teoria da perfectibilidade, perspectiva segunda a qual “o homem é aquele animal que se autodomestica e se alça acima de sua própria natureza”<sup>14</sup>. Nessa questão havia uma clivagem, opondo de um lado aqueles que acreditavam que os índios eram passíveis de serem civilizados e inseridos à

---

<sup>7</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX..., 1992, p. 136

<sup>8</sup> *Idem*

<sup>9</sup> *Idem*

<sup>10</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma História Indígena..., 1992. p.11.

<sup>11</sup> É bastante conhecida a afirmação de Francisco Adolfo Varnhagem, segundo a qual os índios eram povos para os quais não havia história, mas etnografia. Estes, segundo Varnhagem, se situavam na infância da humanidade, em estado de “barbárie e de atraso”, tanto do ponto de vista moral, quanto individual e física. Tudo isso, segundo ele, acompanhado “de pequenez e de misérias”. (VARNHAGEM, 1877, p. 22-3).

<sup>12</sup> POMPA, Cristina. Os índios, entre Antropologia e História: a obra de John Manuel Monteiro. *BIB*, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), p. 63

<sup>13</sup> *Idem*

<sup>14</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX..., 1992, p. 134. Conforme veremos mais adiante, José Vieira Couto de Magalhães, ex-presidente da província de Goiás e membro do IHGB, foi um dos expoentes dessa perspectiva.

ordem imperial (como por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva), e por isso defendiam a adoção de uma atitude branda com relação aos indígenas, e havia também os que advogavam o contrário, como por exemplo, Francisco de Adolfo de Varnhagem<sup>15</sup>. Ambos, no entanto, concordavam no mesmo ponto: a inferioridade dos índios.

Essas duas perspectivas apontavam caminhos diferentes acerca de como tratar a questão indígena no Império: o extermínio dos grupos indígenas e o domínio dos seus territórios, o sertão, ou a sua catequese e civilização. Conforme destacou John Monteiro, “[f]osse nos elegantes recintos das academias e institutos ou no ambiente mais rude dos sertões do Império, tornaram-se cada vez mais ácidas as disputas entre partidários da ‘catequese e civilização’ e os defensores do afastamento e mesmo extermínio dos índios”<sup>16</sup>. Apesar das vozes que defendiam o primeiro caminho, a opção do Império foi a catequese indígena com o auxílio dos missionários capuchinhos, entretanto, a prática das bandeiras contra os grupos indígenas continuou.

Durante a segunda metade do Oitocentos, a catequese e civilização indígena ficou majoritariamente sob a responsabilidade dos missionários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM. Cap), em sua maioria, italianos. Por essa razão o século XIX é também conhecido como o “século dos capuchinhos”<sup>17</sup>. Porém, diferentemente do que ocorrera com a ordem jesuítica na América portuguesa, eles não gozaram da mesma autonomia para a realização de seu trabalho. Pelo contrário, suas ações estiveram atreladas aos interesses do próprio Estado imperial<sup>18</sup>. Levando-se em consideração a legislação indigenista do Segundo Reinado, percebe-se que os missionários capuchinhos foram aos poucos se tornando funcionários do Império, isto é, “legítimos representantes da política indigenista imperial nas regiões onde se instalaram”<sup>19</sup>, entretanto, a relação entre os missionários e o Império não nem sempre era harmoniosa. Como tem demonstrado a historiografia recente, a vinda dos missionários capuchinhos para o Brasil

---

<sup>15</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX..., 1992, p. 134

<sup>16</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 3-4

<sup>17</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos capuchinhos italianos no século XIX. *Estudos Históricos*. vol. 28, no 55, Rio de Janeiro, 2015, p. 53

<sup>18</sup> Como bem já ressaltou Carneiro da Cunha, o século XIX foi marcado por um “estreitamento da arena em que se discute e decide a política indigenista” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133). Como ela afirma, nos quase três séculos de colonização portuguesa, a política indigenista oscilava entre interesses diversos (Coroa, moradores e jesuítas), no século XIX, porém, essa questão ficou restrita à esfera do Estado, não havendo vozes ou projetos dissidentes ao que se propunha pelo Império.

<sup>19</sup> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. *Presença Indígena na Formação do Brasil*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Brasília; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 81

marcou uma guinada no sentido de fazer da ação missionária um componente fundamental na prática da catequese e civilização indígena<sup>20</sup>. Por outro lado, ela também fez parte de um movimento de reaproximação da parte do Governo imperial com a Santa Sé, cuja relação estava estremecida desde a separação de Portugal<sup>21</sup>. Segundo Paraiso, em texto de 1986, os capuchinhos eram os “legítimos representantes a ideologia branqueadora, europeizante e evolucionária” nos sertões<sup>22</sup>. Assim, de acordo com a autora, eles eram os agentes de concretização desses ideais nos sertões do Império:

Eram neles que se depositavam as esperanças do surgimento de uma nação com fortes raízes europeias, da incorporação econômica de vastos territórios, ainda não explorados, e da mão-de-obra indígena, considerada volumosa e inaproveitada apesar da carência e da exigência de progresso da nação emergente.<sup>23</sup>

Mas aqui é preciso explicar quais os fatores que justificavam a escolha dos missionários capuchinhos para a realização da catequese e civilização indígena nos sertões do Brasil. No calor dos debates em torno da questão da vinda dos capuchinhos, os parlamentares tinham claro que havia a “falta de agentes religiosos em número suficiente no país para preencher os postos nos diversos pontos requeridos”<sup>24</sup>. Vale lembrar que no Brasil, os capuchinhos atuaram tanto na catequese e civilização indígena quanto na pacificação dos tumultos políticos da época<sup>25</sup>. Segundo Guilherme Palacios, a lógica que trouxe os primeiros missionários capuchinhos ao Brasil, na década de 1840, estava ligada ao surgimento de movimentos populares camponeses que haviam se multiplicado pelo país, na década de 1830, e com isso, ameaçando a ordem agrária estabelecida pelos

---

<sup>20</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 179. Segundo apontou Marta Amoroso, a catequese capuchinha realizada durante boa parte do século XIX representou um elo entre dois momentos de inspiração laicizante e anticlerical, quais sejam: o primeiro foi a política dos aldeamentos pombalinos do século XVIII (onde ocorrera a expulsão dos jesuítas) e o segundo momento diz respeito ao indigenismo do Serviço de Proteção aos Índios, na República, de caráter leigo e positivista (AMOROSO, 1998, p. 29). Fernanda Sposito ressalta como a partir da década de 1840 a questão da mão de obra e da ocupação territorial no Brasil retornam à pauta dos debates em torno de temas como a vinda de missionários capuchinhos para a civilização dos índios, a vinda de colonos estrangeiros, a lei de terras devolutas; os tratados sobre o fim o tráfico e a questão da soberania nacional (SPOSITO, 2006, p. 87)

<sup>21</sup> PALACIOS, Guillermo. Política externa, tensões agrárias e práxis missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do Segundo Reinado. *Revista de História*. N. 167. São Paulo. Jun./dez. 2012, p. 196-7

<sup>22</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. 31, São Paulo, 1986, p. 149

<sup>23</sup> *Idem*

<sup>24</sup> KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005, p. 228

<sup>25</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros..., 2015, p. 53.

grandes proprietários de terras e senhores de escravos<sup>26</sup>. Assim, de acordo com o autor, os missionários atuavam “como agentes governamentais contratados na neutralização de revoltas populares agrárias e motins urbanos, e chegavam amparados por uma lenda de eficiência e preparo para esse tipo de tarefas que vinham de longe”<sup>27</sup>. “Apresentavam-se”, afirma Palacios, “como especialistas na restauração da autoridade civil e na recondução de populações superficialmente cristianizadas”<sup>28</sup>. Segundo Kasburg, os missionários capuchinhos primavam pela pobreza evangélica, oração, solidão e o silêncio e, ao mesmo tempo, conciliavam esse modo de vida com o trabalho pastoral nas comunidades<sup>29</sup>. Paraiso caracteriza a ação dos missionários capuchinhos como “eminente orientada para a prática, ainda que muitas vezes pouco fundamentada em termos teóricos”<sup>30</sup>. Ainda segundo a autora:

Os princípios fundamentais [...] eram: a pobreza, o incentivo ao estudo das Santas Escrituras e a dedicação preferencial à pregação feita por meio de discursos simples e carregados de emoção e horror ao pecado. Suas igrejas deveriam ser pequenas e simples; e suas casas, além dessas características, situar-se-iam fora da cidade e não poderiam ser adquiridas por uso dos recursos auferidos com donativos, mas resultar do trabalho da pregação, pelo qual não podiam ser remunerados, mas receber esmolas.<sup>31</sup>

Essas características faziam dos capuchinhos uma ordem religiosa de suma importância para o trabalho na “solidão” dos sertões do Império, desprovido de luxos, riquezas, e em busca dos índios, para fixá-los em aldeias. Entre os anos de 1843 e 1845 foram publicados três decretos que se constituíram na base legal da atuação dos missionários capuchinhos em território brasileiro. No primeiro deles, o Decreto n° 285 de 21 de junho de 1843, o governo autorizou a vinda de missionários capuchinhos, enviados pela *Sagrada Congregação da Propaganda Fide* (órgão do Vaticano responsável pelo treinamento de missionários), e que eram distribuídos às províncias<sup>32</sup>. Ao chegarem ao

---

<sup>26</sup> PALACIOS, Guillermo. Política externa, tensões agrárias e práxis missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do Segundo Reinado. *Revista de História*. N. 167. São Paulo. Jun./dez. 2012, p. 198

<sup>27</sup> *Idem*

<sup>28</sup> *Idem*, p. 199

<sup>29</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros..., 2015, p. 53-4.

<sup>30</sup> PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia..., 1986, p. 152

<sup>31</sup> *Idem*

<sup>32</sup> KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil...*, 2005, p. 228

Brasil, os missionários eram registrados na Secretaria de Negócios do Estado, que era a responsável pelo envio dos capuchinhos ao campo<sup>33</sup>.

Em 30 de julho de 1844 o governo imperial publicou o decreto nº 373. O documento era considerado polêmico e gerou descontentamento entre os missionários capuchinhos. O referido decreto estabeleceu as regras de distribuição dos missionários capuchinhos pelas províncias, e nele os capuchinhos foram vinculados ao Estado, na condição de funcionários, desvinculando-os assim da obrigação e obediência à Santa Sé. Dessa feita, os missionários iriam para aqueles locais onde o governo imperial, atendendo às demandas das províncias, lhes enviassem<sup>34</sup>. Tal decreto gerou descontentamento também ao Vaticano, que considerou o documento enquanto uma ingerência do Império brasileiro nas questões apostólicas; com isso, em contrapartida, a Santa Sé sonou o envio de novos missionários ao Brasil<sup>35</sup>.

Por fim, em 1845, o governo imperial promulgou uma legislação indigenista de âmbito nacional: o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que “Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos índios”, mais conhecido como Regulamento das Missões<sup>36</sup>. É sabido que o referido documento, com seu caráter laico, recuperou várias experiências de outras propostas de civilização dos índios, tais como o Diretório Pombalino e a proposta de José de Bonifácio de Andrada e Silva, defensor da catequese e civilização indígena em aldeamentos como forma de incorporá-los à sociedade nacional<sup>37</sup>. Desde a extinção do Diretório Pombalino, com a carta régia de 12

---

<sup>33</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998, p. 30

<sup>34</sup> Conferir AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 30-1; HENRIQUE, Márcio C. *Nem Vieira nem Pombal...*, 2018, p. 55-6; KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil...*, p. 232. Kaori Kodama chama atenção para o fato de que a promulgação desse decreto foi o resultado de debates ocorridos no Parlamento brasileiro acerca da entrada dos frades no Brasil.

<sup>35</sup> AMOROSO, Marta. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 31. Márcio Couto Henrique mostra como esse decreto não foi bem recebido entre os capuchinhos em território brasileiro, que “protestavam pela falta de autonomia e se enganados pelo governo imperial brasileiro” (HENRIQUE, 2018, p. 56)

<sup>36</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Tomo VIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846, p. 86-96

<sup>37</sup> Para uma análise mais detalhada do Regulamento de 1845, conferir Carneiro da Cunha (1992), Patrícia Sampaio (2009). Para uma análise da implementação da política indigenista e as (re)ações indígenas, sob a égide do referido Regulamento, em várias províncias do Império, conferir os trabalhos: HENRIQUE, Márcio C. *Nem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018; ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Ed. UFG: Goiânia, 1998; AMOROSO, M. AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, 1998; MATTOS, Izabel Missagia de. “Civilização” e “revolta”: povos botocudos e indigenismo missionário na província de Minas. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 2002;

FERREIRA, David Barbuda Guimarães de Meneses. *Entre contatos, trocas e embates: índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade

de maio de 1798, ainda no período colonial, o Regulamento das Missões foi a única legislação geral do Império que tratou da questão indígena. Para Carneiro da Cunha (1992), esse período foi marcado por um “vácuo legal” no que se refere a não existência de uma legislação mais ampla acerca da questão indígena no Brasil; no entanto Sposito afirma que esse aparente vazio legislativo estava dotado de sentido, uma vez que as tensões políticas e sociais nos primórdios do Império inviabilizaram a proposição de uma resolução geral a essa questão. Apesar disso, os debates parlamentares acerca da temática ocorriam e, de certo modo, refletiam as tensões entre índios e nacionais nos sertões do Brasil. Patrícia Sampaio, por sua vez, reconhece a inexistência de uma legislação indigenista única do Império até 1845, porém destaca que “a extinção do Diretório permite-nos observar a emergência de soluções alternativas (ou mais adequadas) às diferentes realidades locais”<sup>38</sup>. Acerca do regulamento de 1845, ressalta a autora:

A nova legislação criou uma estrutura de aldeamentos indígenas, distribuídos por todo o território, sob a gestão de um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador para cada província. Cada aldeamento seria dirigido por um Diretor de Aldeia, indicado pelo Diretor Geral, além de um pequeno corpo de funcionários. Cabia aos missionários a tarefa relativa à catequese e à educação dos índios, enquanto que os outros funcionários imperiais se encarregariam da vida cotidiana, incentivando o cultivo de alimentos, monitorando os contratos de trabalho, mantendo a tranquilidade e polícia dos aldeamentos, regulando o acesso de comerciantes, contactando índios ainda não-aldeados e controlando as terras indígenas, dentre muitas outras atividades previstas<sup>39</sup>.

No contexto do Segundo Reinado as pressões para que o Governo tratasse da questão indígena eram intensas e, segundo Monteiro, durante o debate acerca da política indigenista no Império – que culminou com a promulgação do Regulamento de 1845 –, havia “a cisão entre aqueles que defendiam políticas filantrópicas e outros que subscreviam a práticas agressivas e intolerantes”<sup>40</sup>, ou seja, “[a]trair ou repelir, civilizar ou exterminar, estas alternativas que remontavam aos primórdios da colonização moviam as discussões nos sertões e nas cidades”<sup>41</sup>. Conforme ressalta Sposito, a questão indígena

---

Federal da Bahia: Salvador, 2011; MALHEIROS, Marcia. Homens da Fronteira: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVII e XIX). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; DORNELLES, Soraia Sales. A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese (doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2017.

<sup>38</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial..., 2009, p. 182

<sup>39</sup> *Idem*, p. 178

<sup>40</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 142.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 143



no Império estava relacionada basicamente a duas questões: a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico<sup>42</sup>. Portanto, a questão indígena, no século XIX, “tornou-se parte importante da política territorial do Estado brasileiro”<sup>43</sup>. Cara a Carneiro da Cunha, a tese segundo a qual, no século XIX a questão indígena deixou de ser uma questão de mão de obra para ser uma questão de terra há muito vem sendo repensada na historiografia nacional<sup>44</sup>, tendo em vista as dinâmicas locais e como elas mobilizam a legislação indigenista como vistas a alcançá-las. No caso de Goiás, conforme veremos adiante, a partir dos discursos de alguns presidentes da província, a questão da mão de obra indígena era tida como de vital importância para o progresso econômica daquela província, assim como o controle dos territórios indígenas na fronteira, em especial as margens dos rios<sup>45</sup>.

A nova legislação deixava claro o papel dos missionários e a importância da política de aldeamentos dos grupos indígenas nos sertões do país. Tendo em vista a administração leiga proposta pelo Regulamento de 1845, competia aos missionários a catequese e civilização das crianças indígenas, mediante a fundação de escolas nos aldeamentos, o desenvolvimento de ofícios mecânicos, e o incentivo à produção agrícola para a autossustentação do aldeamento e comercialização do excedente. Na prática, o que se via nos sertões eram os missionários assumirem também o cargo de diretores dos índios. Enquanto “ponta de lança”<sup>46</sup> da política indigenista imperial, esperava-se que os aldeamentos fossem espaços onde se operaria a civilização dos índios no sertão, mediante a catequese. Henrique lembra que os aldeamentos eram espaços de transição, pois ali “os índios deveriam aprender o hábito do trabalho regular voltado para a produção de excedentes, além de outros hábitos associados a um padrão de vida tido como civilizado (uso de roupas, língua portuguesa, crenças católicas, entre outros)”<sup>47</sup>. Assim, os aldeamentos eram o meio de “incorporação dos índios recém-egressos dos sertões”<sup>48</sup>.

---

<sup>42</sup> SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros...*, 2006, p. 62

<sup>43</sup> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. *Presença Indígena na Formação do Brasil...*, p. 75

<sup>44</sup> Cita-se, por exemplo, os trabalhos de Marta Amoroso (1998) e Fernanda Sposito (2006).

<sup>45</sup> Situação semelhante pode ser observada com relação à colonização das matas do Mucuri e rio Doce, segundo demonstrou Mattos. Segundo a autora, a colonização, à medida que “liberava o território para as atividades agrícolas economicamente valorizadas e adequadas para a solidificação das elites regionais”, também operava a “liberação de uma mão-de-obra absurdamente disponível” (MATTOS, 2002, p. 115).

<sup>46</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Política indigenista no século XIX...*, 1992, p. 141

<sup>47</sup> HENRIQUE, Marcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal...*, 2018, p. 58

<sup>48</sup> MOREIRA, Vania M. Lousada. *Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios - 1789-1860* (Coleção Canaã). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Vitória, 2017, p. 116

Em conformidade com uma retórica mais secular que remetia ao Marquês de Pombal, o conceito de civilização aqui diz respeito a submissão dos povos indígenas às leis do Império e ao trabalho considerado metódico<sup>49</sup>. Tal política indigenista, de acordo com Amoroso, “pautava-se por um conjunto de princípios que giravam em torno da ideia da conversão, educação e assimilação branda da população indígena”<sup>50</sup>. Ao criticar as duas primeiras décadas de catequese e civilização indígena sob a égide do Regulamento de Missões de 1845, Sampaio destaca alguns aspectos que contribuíram para que ele resultasse num fracasso: o despreparo dos missionários para lidar com a diversidade das línguas indígenas, o número reduzido de religiosos, e o fato de que muitas vezes os aldeamentos eram construídos em locais com condições diversas daquelas de onde os grupos indígenas tinham as suas aldeias<sup>51</sup>. Tais questões se fizeram sentir sensivelmente na província de Goiás no século XIX.

## 2.2 Aldeamentos e navegação em Goiás

Em Goiás, assim como noutras províncias do Império, a catequese e civilização indígena ficou a cargo dos missionários capuchinhos. Estes, ao chegarem a província, eram enviados exclusivamente para a região dos rios Araguaia e Tocantins, onde ocorriam os conflitos entre grupos indígenas e os agentes da frente de expansão<sup>52</sup>. Nessa região eles fundaram aldeamentos para cuidar da catequese e civilização dos índios. Tal processo estava diretamente relacionado ao desenvolvimento da navegação dos rios da região<sup>53</sup>.

Leandro Rocha destacou o papel dos aldeamentos na província de Goiás, demonstrando sua relação com as dinâmicas socioeconômicas locais, nos seguintes termos:

Os aldeamentos [...] explicavam-se menos por questões humanitárias do que pelas reais imposições do momento histórico, marcado pela necessidade de abrir novos campos e pastagens aos elementos das frentes de expansão pecuária; pela necessidade de afastar os indígenas que representavam um obstáculo ao livre estabelecimento da navegação; e, ainda, pela necessidade de desenvolver pontos de apoio, para o fornecimento de mão-de-obra e víveres, aos navegantes das rodas de comércio com o Pará.<sup>54</sup>

---

<sup>49</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX..., 1992, p. 142;

<sup>50</sup> AMOROSO, M. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 35

<sup>51</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial..., 2009, p. 196

<sup>52</sup> MOREIRA NETO, C. A. *A política indigenista brasileira durante o século XIX...*, 1971, p. 205

<sup>53</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 58-9

<sup>54</sup> *Idem*, p. 105

De maneira geral, de acordo com Rocha, a política indigenista de Goiás, no século XIX, estava intimamente ligada a dois aspectos, quais seja, “os interesses suscitados pelo deslocamento das frentes de expansão, notadamente daquela baseada na atividade pecuária, assim como a necessidade de desenvolver a navegação dos rios Araguaia e Tocantins”<sup>55</sup>. A relação entre a fundação dos aldeamentos e as dinâmicas socioeconômicas, mais especificamente a ocupação territorial e a utilização do trabalho indígena, também foi destacada por Patrícia Grigório. Ao tratar dos aldeamentos fundados à margem do rio Tocantins, a autora afirma que eles tinham como objetivo a transformação das populações indígenas de suas margens em “mão-de-obra necessária para o abastecimento dos barcos, provendo os navegantes de víveres”, mas também a “sua utilização como tripulação assim como fixá-los à terra, possibilitando o povoamento da região”<sup>56</sup>. Carneiro da Cunha lembra que no século XIX, a um só tempo, a prática do aldeamento dos grupos indígenas sob a tutela de um missionário ou diretor, obedecia a algumas conveniências: “não só se os tirava ou confinava em parcelas de regiões disputadas por frentes pastoris ou agrícolas, mas os levava também para onde se achava seriam uteis”<sup>57</sup>.

Segundo Tamna Sales, a constituição dos aldeamentos em Goiás tinha como objetivo “subjugar os povos indígenas que trouxessem de alguma forma dificuldade ao bom crescimento da economia e desenvolvimento da ocupação dos territórios pelos ‘colonizadores’”<sup>58</sup>. Nesse contexto, os missionários atuavam como “membros de ligação entre os indígenas e o governo”<sup>59</sup>. Rocha informa que os missionários se constituíam em um elemento integrador no processo de formulação da política indigenista de Goiás, no qual cumpria o papel de “desarticulação da cultura indígena tradicional em nome da introdução dos valores de nossa civilização”<sup>60</sup>. Segundo ele, os aldeamentos acabavam impondo “a transformação dos hábitos cotidianos mediante uma nova disciplina de trabalho e o incentivo à agricultura em detrimento da caça e da pesca”. Para o autor, “[o]s

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 107

<sup>56</sup> GRIGÓRIO, Patrícia Costa. *A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 36

<sup>57</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Política indigenista no século XIX...*, 1992, p. 144

<sup>58</sup> SALES, Tamna dos Santos. *Políticas indigenistas na província de Goiás: a territorialização do povo Krahô no século XIX*. Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território). UFT, Araguaína, 2017, p. 38

<sup>59</sup> *Idem*, p. 48

<sup>60</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 105

ritmos fixos do plantio e da colheita forçavam os índios a readaptarem seu padrão cultural”<sup>61</sup>.

O mapa a seguir nos ajuda a perceber como o processo de espacialização da política indigenista goiana, através dos aldeamentos e presídios militares, foi estrategicamente pensado em torno do controle dos rios Araguaia e Tocantins, dada a sua importância para o comércio da província. O mapa foi construído tomando como referência os relatórios dos presidentes da província de Goiás, mas também a *Carta da Província de Goiás*, de 1874, organizada pelo capitão de engenheiros, Joaquim R. de M. Jardim, a pedido do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ele nos ajuda a perceber a relação de complementação estabelecida entre os aldeamentos e os presídios militares fundados nas linhas dos rios Araguaia e Tocantins.

A exceção do presídio de São João do Araguaia (São João das Duas Barras), fundado no início do século XIX, todos os demais presídios militares apresentados no mapa foram criados ou remanejados a partir da década de 1850, tendo em vista justamente a tentativa de fomentar a navegação da província de Goiás, combater os ataques indígenas e garantir a instalação de colonos nas margens dos rios Araguaia e Tocantins. No que concerne aos aldeamentos, somente o de Carretão não foi fundado a partir da década de 1840. Sua fundação se deu em 1784. No século XIX ele era descrito como um aldeamento em completa decadência. Num esforço de maior fôlego, a partir de documentação oficial, comparando com os mapas de Cândido Mendes de Almeida (1868) e Curt Nimuendaju (1944), Márcio Couto Henrique mapeou as missões religiosas na Amazônia do século XIX, e destacou a sua articulação com “outras instâncias de dominação do espaço que hoje se define como Amazônia”<sup>62</sup>, tais como colônias e presídios militares, entre outros. Ao todo o autor mapeou 45 missões religiosas. Conforme notou Henrique, as missões religiosas eram fundadas ao longo dos principais rios da região, com o objetivo de “facilitar a navegação e o comércio interprovincial”<sup>63</sup>.

No decorrer desse tópico trato dos aldeamentos fundados na província de Goiás entre as décadas de 1840 e 1870. Deve-se ressaltar, no entanto, que ao longo de toda a segunda metade do século XIX, a prática da catequese e civilização dos grupos indígenas

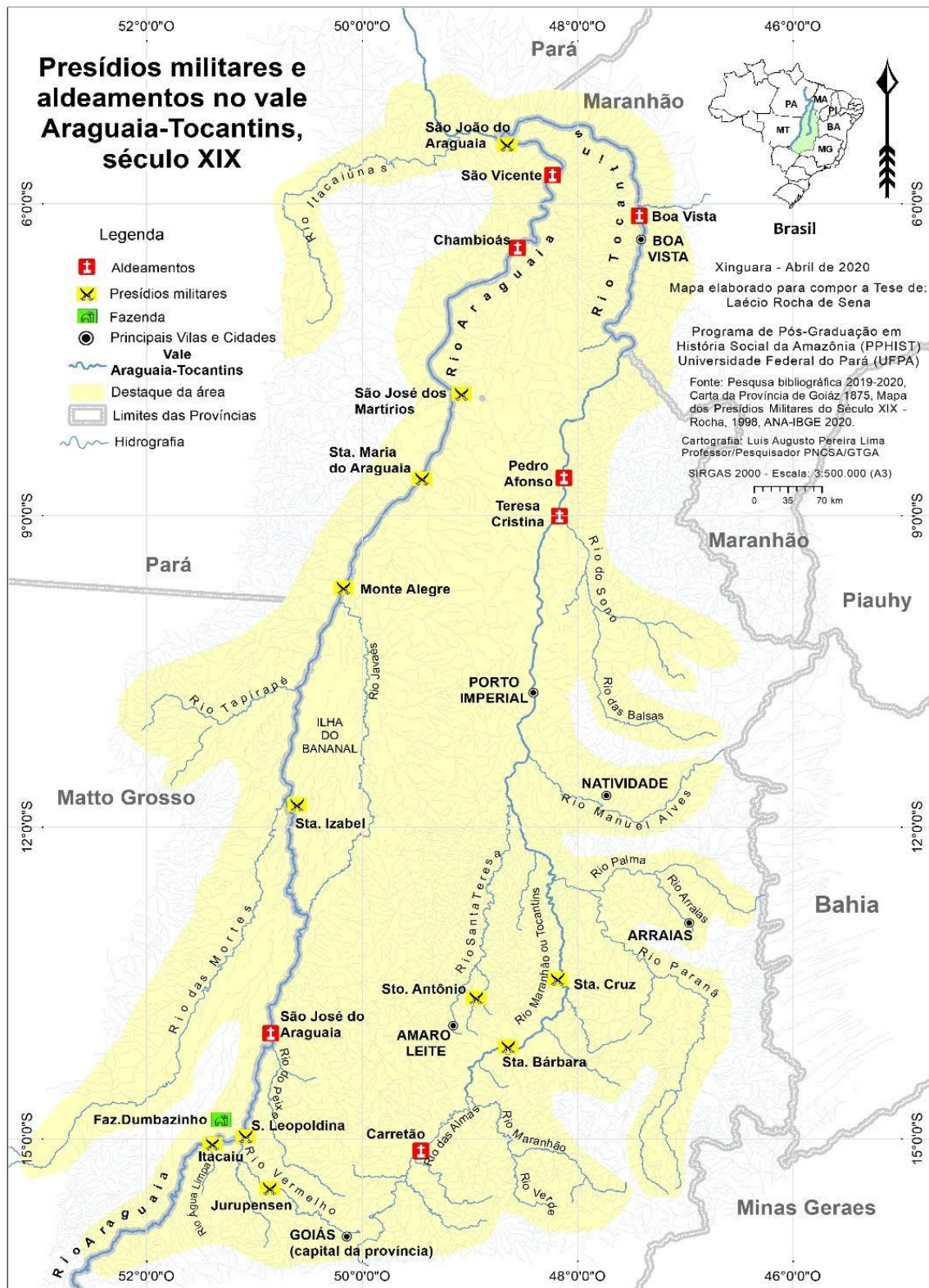
---

<sup>61</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 96

<sup>62</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal...*, 2018, p. 76

<sup>63</sup> *Idem*, p. 77

coexistia com a realização de expedições contra os grupos indígenas nos sertões da província de Goiás, a despeito das proibições por parte do governo da província.



Em março de 1858, a população da vila de Pilar, com seus próprios recursos, organizou uma bandeira para sair no encalço dos Canoeiro logo após eles atacarem e assassinarem nas proximidades daquela vila, um homem e uma mulher<sup>64</sup>. Em 1880, passados mais três décadas de vigência do Regulamento das Missões, o presidente Aristides de Souza Spínola informou que a população de Rio Verde – região localizada entre o rio Paranaíba e o Araguaia – organizou uma excursão para perseguir os Kayapó (meridionais), que se embrenharam “pelos sertões do Kayapó e Rio grande”<sup>65</sup>. Os colonos da região atacaram as suas aldeias, mataram os velhos, as crianças e os doentes. Num dos ataques, eles pouparam uma mulher que havia dado à luz gêmeos, a qual, quando escapou, contou aos demais Kayapó, que acabaram “mergulhando a região numa guerra sangrenta durante dois anos”<sup>66</sup>.

A esses episódios se aplica um quadro mais geral acerca dessa questão, traçado por Moreira Neto:

Mesmo durante o Segundo Império, considerado de tendência mais branda em relação às populações indígenas, não são raros os pronunciamentos de alguns de seus mais prestigiosos políticos e funcionários advogando a adoção de uma política de submissão pela força e de redução ao estado servil dos ‘índios bárbaros’ do Império, invocando, em auxílio da tese, os direitos e obrigações ‘civilizadores’ das nações europeias em suas coloniais ultramarinas<sup>67</sup>

Com a civilização dos índios, o presidente José de Assiz Mascarenhas esperava pôr termo ao que ele considerava a “página negra” presente nos relatórios da província de Goiás, onde anualmente se fazia menção dos ataques impetrados pelos índios contra as povoações da região de Amaro Leite, Porto Imperial, Natividade, entre outros<sup>68</sup>. Ele os considerava um obstáculo ao comércio realizado entre Goiás e o Pará, pelo rio Tocantins; por outro lado, a sua civilização resultaria em trabalhadores para a província. Leiamos o

---

<sup>64</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás na sessão ordinária de 1858, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858, p. 21

<sup>65</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da província no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia da Tribuna Livre, Goiás, 1880, p. 18

<sup>66</sup> KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás..., 1992, p. 410

<sup>67</sup> MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX...*, 1971, p. XIV

<sup>68</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão ordinária de 1839, o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial: Goiás, 1839, p. 24-26

que ele informou: “Que benefícios não resultaria a Província, quantos bens para a causa da humanidade se os índios fossem civilizados, e se domesticassem! Uma tribo de selvagens se converteria em trabalhadores proveitosos e úteis!”<sup>69</sup>. Assim, tendo em vista a necessidade de arrancar dos relatórios essas “páginas ensanguentadas”, o presidente reafirmou seu interesse na catequese e civilização dos índios da província: “nenhum sacrifício pode ser custoso em ordem a conseguir-se a civilização dos índios, para o que ofereço desde já minha pessoa e minhas débeis forças”, informou ele<sup>70</sup>.

Os primeiros missionários capuchinhos chegaram à província ainda no início da década de 1840, antes mesmo da promulgação do Regulamento das Missões de 1845. Ao longo de toda a segunda metade do oitocentos, cinco frades capuchinhos missionaram na província de Goiás. O primeiro a chegar foi frei Francisco do Monte São Vito. Em 1841 foi enviado para o extremo norte da província, nas proximidades da confluência dos rios Araguaia e Tocantins, a 320 léguas da capital da província, para ali fundar uma missão entre os índios Apinajé e Kraô, em Boa Vista do Tocantins. As aldeias dos Apinajé ficavam a uma distância de uma légua daquela povoação. Em 1842 o presidente da província já tinha recebido notícias de que aquele missionário havia dado início à missão e que, segundo ele informa, frei Francisco se empregava com verdadeiro zelo em seu ministério, e que por isso logo esperava colher bons frutos daquela catequese<sup>71</sup>. Quando passou por Boa Vista, em 1844, Francis Castelnau se encontrou com frei Francisco, e se admirou dos resultados do seu trabalho em meio a um local, segundo ele, outrora “deserto”: “não é possível deixar de admirar que semelhante ordem tenha sido conseguida por um frade ignorante”, disse ele<sup>72</sup>. Tratava-se, na compreensão do francês, de um missionário ignorante, mas que era venerado pela população daquela localidade; ao mesmo tempo, informou Castelnau, frei Francisco exercia o poder absoluto que tinha em suas mãos para tomar ações “filhas de um exagerado zelo”<sup>73</sup>. Boa Vista contava com uma

---

<sup>69</sup> *Idem*, p. 29

<sup>70</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão ordinária de 1840, o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial: Goiás, 1840, p. 12

<sup>71</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1842, o Exm. vice-presidente da mesma província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo*. Tipografia Provincial: Goiás, 1842, p. 11.

<sup>72</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 207

<sup>73</sup> *Idem*. A título de exemplo, Castelnau cita o episódio em que o referido missionário expulsou uma mulher da localidade e queimou a sua casa pelo fato de que ela “se obstinava em levar uma vida pouco regular” (CASTELNAU, 2000, p. 207). Outro caso que chamou a atenção do autor foi o fato de frei Francisco, segundo ele, obrigar os habitantes da localidade a comparecerem três vezes ao dia “ao serviço divino”, o que acabava roubando o tempo necessário para o desenvolvimento de uma vila ainda em formação (*Idem*). Em 1924, a maranhense Carlota Carvalho publicou sua obra *O Sertão*. Com uma perspectiva positivista e



população de 1.500 almas e o número de casas girava entre 200 e 300, sendo todas de palha<sup>74</sup>. Em 1845, o ministro dos Negócios do Império, Joaquim Marcelino de Brito, relatou que a partir de informações prestadas pelo presidente da província de Goiás, tomou conhecimento do andamento das atividades realizadas por frei Francisco em Boa Vista:

Segundo os documentos aquele lugar que antes a chegada daquele religioso era asilo de facinorosos, que ali cometiam toda sorte de atentados está hoje convertido em uma povoação numerosa, laboriosa, e morigerada, com mais de mil e quinhentos habitantes, quase todos índios Apinajé por ele domesticados<sup>75</sup>.

Após a fundação daquele aldeamento, os Apinajé passaram a se envolver ainda mais na economia do norte da província, trabalhando, inclusive, como remadores nas embarcações que desciam o rio Tocantins com destino a Belém e, ao mesmo tempo, comercializavam os produtos de suas roças em Boa Vista e com a tripulação das embarcações. Em 1857, os Apinajé possuíam “algumas criações, trabalha[vam] na lavoura, de modo a suprir de mantimentos as embarcações; e alguns continua[vam] como remeiros, constantemente empregados na navegação do Pará”<sup>76</sup>. O presidente da província do Pará mencionou a existência de três grandes aldeias Apinajé situadas na confluência do Araguaia com o Tocantins. Estes eram considerados por ele como “os mais pacíficos, os mais civilizados e de mais antigo trato” e que desciam com frequência rumo ao porto de Belém, auxiliando “o serviço fluvial das canoas de comércio, que navegam pelo Tocantins e Araguaia”<sup>77</sup>. O referido presidente ressaltou que apesar de

---

crítica da atuação de frei Francisco em Boa Vista, a autora afirmou que “Frei Francisco chegou a Boa Vista em 1840 e domiciliou-se nesse povoado de civilizados, com os quais conviveu sempre, e relegou ao desprezo e abjeção os Apinajé, os quais nunca ele considerou homens e sim bichos, espécie inferior” (CARVALHO, 2011 [1924], p. 123). No decorrer de seu relato a autora afirma que o missionário se serviu de seu poder moral para “ascender um fanatismo intransigente, intolerante e feroz” (*Idem*). Assim, informa ela, frei Francisco perseguiu uma pessoa suspeita de ser maçom, trocou a instrução literária pela religiosa, além de entrar em atritos com autoridades civil e secular. Vale ressaltar, no entanto, que o relato da autora se deu no momento em que a política indigenista no Brasil era marcadamente laica, sob os auspícios do positivismo, sendo realizada pelo Serviço de Proteção ao Índio, fundado em 1910.

<sup>74</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 207

<sup>75</sup> BRASIL, Governo. *Relatório da repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3ª sessão a 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário d'Estado, Joaquim Marcellino de Brito*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846, p. 27

<sup>76</sup> Relatório dando conta do estado dos aldeamentos dos índios de Goiás, em 30 de janeiro de 1857. FBN, p. 02

<sup>77</sup> PARÁ, Governo. *Fala dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará a Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Sexta Legislatura, no dia 1º de outubro de 1849*. Tipografia de Santos & Filhos: Pará, 1849, p. 83



terem suas aldeias na província de Goiás, “é só o Pará, que eles procuram, e somente daqui tem eles recebido muitas ferramentas, armas, brindes e fazendas”<sup>78</sup>.

Nos anos que se seguiram à fundação daquela missão entre os Apinajé, em seus relatórios, os presidentes da província de Goiás comumente faziam menção da importância dos Apinajé para a navegação do Tocantins e mesmo do Araguaia<sup>79</sup>. Apesar disso, longe de estarem sendo aculturados, como tanto queriam as autoridades da província, eles continuaram com seu modo de vida e organização social, mantendo a sua autonomia em relação aos não indígenas<sup>80</sup>. Ao longo de sua atividade apostólica em Boa Vista, frei Francisco acabou se envolvendo em querelas políticas e judiciais, o que por pouco não resultou na sua expulsão da província.

Em 1845, o missionário capuchinho, frei Segismundo de Taggia, foi enviado para o rio Araguaia e ali fundou um aldeamento entre os Karajá denominado São Joaquim de Jamimbú, localizado acima da confluência do rio Crixás-açu com o Araguaia, a uma distância de aproximadamente cinco léguas da margem do Araguaia. O missionário contava com o apoio de um destacamento militar<sup>81</sup>. Quando visitou aquele aldeamento em 1851, o capitão João Baptista de Castro e Moraes Antas encontrou uma povoação descrita por ele como decadente, e que não podia prestar o devido suporte aos índios que procuravam aquela localidade:

Não há edifícios algum para os Xavante, nem mesmo um rancho para se abrigarem do sol e da chuva, quando vem falar ao Missionário. A residência desse Índios é em ligeiras palhoças que fazem nas suas pequenas roças a uma légua da chamada Boa Vista. Moravam os Karajá ainda mais longe, no lugar denominado Cana Brava, onde se conservaram até 1850. De aí se retiraram descontentes e procuraram o presídio de Santa Izabel, mas vendo por toda parte a miséria, a fome e

---

<sup>78</sup> *Idem*, p. 84

<sup>79</sup> Só para citar alguns exemplos: o presidente José Martins Pereira de Alencastre os considerava “adiantados em civilização”, informando que eles trabalhavam no cultivo da terra e que eram “um poderoso auxiliar para o serviço de navegação” (GOIÁS, 1862, p. 47). Mesmo assim, ele informa, “nossos índios dificilmente deixam seus usos e costumes” (*Idem*). No ano seguinte, o presidente José Vieira Couto de Magalhães informava que dos 1800 índios, 600 (“a parte mais civilizada”, dizia ele) se aplicavam na “navegação, lavoura” (GOIÁS, 1863, p. 66). Em 1869, o Diretor Geral dos Índios informou que os índios de Boa Vista (Apinajé e Gradau) se empregavam na “agricultura, criação de gado, e navegação para o Grão Pará” (GOIÁS, 1869, p. 04, anexo). O desenvolvimento da indústria agrícola deste aldeamento, segundo o diretor, era devido não só a fertilidade das matas vizinhas, mas também “a facilidade de condução e permuta com os habitantes da cidade de Boa-vista e navegantes do rio Tocantins” (*Idem*).

<sup>80</sup> Atestam isso os relatos de Francis Castelnau e Vicente Ferreira Gomes, ambos estiveram em contato com os Apinajé e constataram a permanência do modo de vida daquele grupo, a despeito da introdução de ferramentas e outros utensílios da não indígena.

<sup>81</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1846, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1846, p. 16

nudez dos nossos, deixaram-nos fazendo de nós a triste ideia que é de esperar a vista disso.<sup>82</sup>

Frente a essa situação de miséria em que, segundo ele, se encontrava aquele aldeamento, os índios do Araguaia passaram a não mais procurar aquela localidade, pois nada poderiam receber do missionário. Assim, de acordo com Moraes Antas, naquelas condições em nada aquele aldeamento poderia servir à catequese indígena e a navegação do rio Araguaia. Segundo ele, o melhor seria a sua transferência para as margens daquele rio, no porto da Piedade. Isso, por sua vez, desagradou o missionário, que, segundo Antas, apresentou objeções e afirmou que a mudança do aldeamento era desvantajosa e desgostaria os índios<sup>83</sup>. Frente a essas objeções de frei Segismundo de Taggia, Antas informou ao presidente da província que aquela era uma povoação situada em uma localidade insalubre e que, por esse motivo, ali havia perecido de “febre” boa parte dos Xavante que Frei Segismundo havia deslocado da Ilha do Bananal. “O resto dessa gente”, informou Antas, “retirou-se com desgosto; só ficaram os primeiros Xavante, que frei Segismundo não poderá conter com os poucos meios de que dispõe”<sup>84</sup>. Antas ainda afirmou que a relação entre aquele missionário e o comandante da guarnição era litigiosa, o que atrapalhava o bom andamento do serviço.

Em troca de correspondência com o prefeito dos capuchinhos, na Corte imperial, frei Segismundo apontava a falta de recursos para a catequese e civilização indígena como um dos principais responsáveis pelo insucesso de sua missão. No dia 12 de janeiro de 1848, ele escreveu ao prefeito da ordem, dizendo: “eu me acho quase desamparado desse governo para não dar-me os meios necessários pela Catequese dos índios”<sup>85</sup>. O missionário se queixava de como esse problema havia prejudicado o rendimento de seu trabalho: “bem sabeis que sem meios não se pode obter fins, já faz dois anos e meses que me acho nestes desertos e já poderia ter feito grandes vantagens”<sup>86</sup>. Em junho de 1850, o missionário voltou a lamentar a falta de recurso por parte da província, que “chorava misérias” no que dizia respeito à catequese indígena: “participo a V. Rma que eu não fiz mais nenhuma conquista de selvagem p<sup>o</sup> não ter sido assistido do governo a razão que

---

<sup>82</sup> ANTAS, João Baptista de Castro e Moraes. Relatórios dos Presídios Santa Izabel, Leopoldina, da Piedade, aldeia de São Joaquim de Jamimbú, 15 de marco de 1852. AHEG. Caixa Municípios Diversos (1851), p. 33

<sup>83</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>84</sup> *Idem*

<sup>85</sup> Carta de Frei Segismundo de Taggia ao prefeito dos missionários capuchinhos no Brasil, frei Fabiano de Scandiano. São Joaquim de Jamimbú, 12 de janeiro de 1848. ACRJ. Gaveta 19, pasta XII, 03

<sup>86</sup> *Idem*, p. 34

esta Província sempre chora misérias e sempre anda atrapalhada; e por esse fim é que os Missionários não podem fazer progressos maiores”<sup>87</sup>.

Essas alegações do missionário não foram consideradas por Moraes Antes em seu relatório. Desse modo, ao final de sua apreciação acerca do aldeamento de Jamimbú e do trabalho de frei Segismundo, ele sugeriu ao presidente da Província que frei Segismundo não era útil no Araguaia, podendo servir noutra parte da província ou mesmo noutra província. Na ocasião, ele propôs também que fosse feita a remoção do aldeamento para as margens do rio Araguaia<sup>88</sup>. Apesar do relatório de Moraes Antas, frei Segismundo continuou naquele aldeamento e a sua mudança para a margem do rio Araguaia só ocorreu na década seguinte. Em 1857, havia no aldeamento de S. J. Jamimbú 2 Canoeiro, 7 Karajá e 69 Xavante, grande parte destes chegando ali muito recentemente. A sua população estava orçada em cerca de 205 habitantes, que se dedicavam na fabricação do sal, agricultura e criação de gado<sup>89</sup>. Os Karajá haviam se retirado daquele aldeamento graças as moléstias que haviam dizimado vários dos seus. Segundo informou Joaquim da Rocha Maia, o seu estado era de decadência, e os fatores que contribuía para isso eram, segundo ele, “a escolha dos lugares impróprios e contrários aos costumes que os índios adquirem e recursos que encontram nas suas aldeias primitivas, a falta de uma administração verdadeiramente religiosa, inteligente e paternal”<sup>90</sup>

Em 1863, dez anos após a indicação de Moraes Antas, foi que se deu a transferência do aldeamento de São Joaquim de Jamimbú para as margens do rio Araguaia, pelo presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães. Após realizar uma viagem ao Araguaia, ele achou por bem mudar aquele aldeamento para as margens do rio Araguaia, denominando-o São José do Araguaia. Em sua portaria n° 40, de 12 de novembro de 1863, que mudou provisoriamente o aldeamento para as margens do Araguaia, o presidente alegava que a localidade onde se encontrava o aldeamento não possuía “condições necessárias para um estabelecimento daquela ordem, visto haver falta d’água potável na

---

<sup>87</sup> Carta de Frei Segismundo de Taggia ao prefeito dos missionários capuchinhos no Brasil, frei Fabiano de Scandiano. São Joaquim de Jamimbú, 01 de junho de 1850. *ACRJ*. Gaveta 19, pasta XII, 06, grifo meu

<sup>88</sup> Frente a todo esse cenário, onde aquele aldeamento, na compreensão de Antas, não poderia contribuir nem com a catequese e com a navegação do Araguaia, o militar informa ao presidente: “Que utilidade pode tirar a navegação e a catequese deste estado de coisas? A navegação precisa de socorros prontos na beira do rio. Aí nada existe; a catequese exige que o Missionário viva entre os Índios, ou que os traga para uma povoação florescente, ou suscetível de prosperidade”. (Relatórios dos Presídios..., 15 de março de 1852, p. 33)

<sup>89</sup> MAIA. Joaquim da Rocha. Relatório dando conta do estado dos aldeamentos dos índios de Goiás. 31 de novembro de 1857. 4fls. FBN. Manuscritos-I-32,14,015

<sup>90</sup> *Idem*

estação seca, não ter matas para a agricultura, e estar a seis léguas do rio Araguaia, onde os índios vão pescar”<sup>91</sup>. A transferência era provisória pois precisava ser aprovada pelo governo Imperial, o que de fato ocorreu. Em seu relatório o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro, atestou a sua aprovação e reafirmou a importância da localização daquele aldeamento nas margens do Araguaia: “além de melhores condições de desenvolvimento e prosperidade, deve prestar grande auxílio à navegação deste tão importante rio”<sup>92</sup>. Uma vez situado naquela nova localidade, os navegantes poderiam encontrar ali remeiros e mantimentos, além de “escoadouro fácil para seus produtos, e todos os benefícios resultantes de um comércio tão interessante como é o do Pará, e por uma via tão fácil como a do Araguaia”<sup>93</sup>.

Quanto aos índios daquela missão, vale registrar aqui o relato do presidente Ernesto Augusto Pereira acerca dos Karajá e de sua relação com o missionário e o aldeamento: “os Karajá”, diz ele, “porém quase exclusivamente se empregam na caça e na pesca e pouca obediência prestam ao missionário frei Segismundo de Taggia que reside em São José e dirige os Xavante”<sup>94</sup>. O presidente contrastava “a pouca obediência” dos Karajá com a “docilidade” dos Xavante – “estes índios prestam-se docilmente a direção do missionário”, informou o presidente<sup>95</sup>. Entretanto, estes últimos não eram tão submissos como faz crer Augusto Pereira em seu relatório, pois eis que no ano seguinte o presidente dava expressas ordens ao comandante do destacamento de São José do Araguaia para que auxiliasse frei Segismundo no retorno dos Xavante que haviam abandonado aquele aldeamento:

Tendo nesta data determinado ao Missionário Diretor da Aldeia de S. José do Araguaia que faça voltar para a mesma os índios Xavante que dela se retiraram para a tapera de Mont’Alegre, distando daquela aldeia 16 léguas por assim ser conveniente aos mesmos índios visto que estão perdendo os princípios de educação que já receberam, ordeno-lhe que

---

<sup>91</sup> GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da Província de Goiás, 1863*. Tomo 29, parte I. Tipografia Provincial, 1864, p. 15

<sup>92</sup> BRASIL. *Relatório do ano de 1863, apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro*. Tipografia Paula Brito, Rio de Janeiro, 1864, p. 22

<sup>93</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia*. Edição definitiva. Spindola, Siqueira & comp. São Paulo, 1902 [1863], p. 157

<sup>94</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da Província de Goiás, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província, a 1º de junho de 1869*. Tipografia Provincial: Goiás, 1869, p. 14

<sup>95</sup> *Idem*

preste ao referido Missionário o auxílio de força que ele requisitar para efetuar o regresso dos ditos índios<sup>96</sup>.

Nota-se aqui a autonomia que os Xavante tinham em relação ao aldeamento de São José do Araguaia, se aproximando e se afastando daquela localidade, conforme lhe parecesse conveniente. Aos olhos do presidente essa postura era um risco ao projeto de catequese e civilização indígena, uma vez que distantes do aldeamento, os Xavante estavam “perdendo os princípios de educação” que haviam recebido na missão. Frei Segismundo missionou em S. José do Araguaia até o dia de sua morte, em janeiro de 1879, e ainda se envolveu noutras querelas com os comandantes da guarnição do aldeamento<sup>97</sup>.

Outro missionário capuchinho que realizou missão em Goiás foi frei Rafael de Taggia. Em 1849, ele fundou o aldeamento de Pedro Afonso, na foz do rio do Sono com o rio Tocantins, cujo objetivo era aldear os Kraô. No ano seguinte ele fundou o aldeamento de Teresa Cristina ou Piabanhas, situado a doze léguas de distância do anterior, na confluência do ribeirão Piabanhas. Era destinado a catequese dos Xerente e Xavante. Tanto num como noutro aldeamento os índios se empregaram na lavoura e na navegação, além de continuarem com suas atividades de caça e pesca<sup>98</sup>. Os índios de Pedro Afonso se empregavam como “camaradas para tocarem o gado de exportação para a província do Maranhão”<sup>99</sup>. Assim como os Apinajé do entorno de Boa Vista do Tocantins, os grupos indígenas das proximidades desses aldeamentos optaram por manter uma certa distância e autonomia em relação a missão religiosa. Em 1856, frei Rafael

---

<sup>96</sup> Ofício do presidente da província, Ernesto Augusto Pereira, ao comandante do destacamento de S. José do Araguaia. 14 de maio de 1870. AHEG. Manuscritos. Secretaria de Governo. Livro 13º - Assunto Militar (1865-1873). Livro 466.

<sup>97</sup> Em 1869 frei Segismundo de Taggia acusou os Karajá de estarem roubando as plantações dos moradores do aldeamento; com isso ele solicita ao comandante da guarnição daquele aldeamento que os expulsasse da localidade. O comandante informou que não atenderia a seu pedido, e o orientou a ele “que procure educar os índios nas máximas puras da Religião que professamos”. Continua o documento: “e que procedendo assim cumpriria seus importantes deveres e conseguirá que os ditos índios se apliquem a trabalho regular, donde tirem meios de subsistência e assim não cometerão jamais latrocínios” (Ofício ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 9 de novembro de 1869, Livro 427, p. 110)

<sup>98</sup> Em seus relatórios os presidentes da província de Goiás destacavam como os grupos indígenas aldeados em Teresa Cristina e Pedro Afonso estavam inseridos no serviço da navegação do rio Tocantins para Belém, mas também na comercialização do excedente de sua produção com a tripulação das embarcações, tal como informam os presidentes José Martins Pereira de Alencastre (GOIÁS, 1861, p. 17), Ernesto Augusto Pereira (GOIÁS, 1869, p. 13; GOIÁS, 1870, p. 15), Antero Cícero de Assis (GOIÁS, 1872, p. 29; GOIÁS, 1873, p. 35)

<sup>99</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1 de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 15. Em 1873, o presidente Antero Cícero de Assis dá conta da continuidade dos Kraô de Pedro Afonso no trabalho de tocar o gado de Goiás para o Maranhão (GOIÁS, 1873, p. 35)

solicitou ao presidente que instalasse em Pedro Afonso uma escola de primeiras letras e oficinas para a catequese e civilização de, segundo ele, quase quatro mil índios<sup>100</sup>. O seu pedido não só foi atendido, como também o presidente entendeu que o mesmo deveria ser estendido aos demais aldeamentos da província a fim de convidar os índios ao trabalho:

[...] sem indústria, sem inteligência de nossa língua e costumes, os índios, ou voltarão à barbárie, ou espalhados pelas povoações continuarão a viver na ociosidade, e estupidez. A fundação de oficinas além de convidá-los ao trabalho, concorrerá para livrar o estado dos sacrifícios, que faz com os socorros, que lhes presta<sup>101</sup>.

Ocorre que, nos anos seguintes, a oficina não logrou êxito em seu intento, pois os indígenas frequentaram-na muito pouco, conforme atestou Vicente Ferreira Gomes: “o presidente da província havia mandado estabelecer uma oficina de ferreiro porém que os indígenas não queriam permanecer na povoação, como se se não pudesse estabelecer a oficina na aldeia”<sup>102</sup>. Naquela ocasião Ferreira Gomes não pode conhecer as três aldeias de “índios mansos” localizadas a uma distância de quatro léguas da povoação de Pedro Afonso, pois os índios estavam ausentes, em suas caçadas, “por não ser tempo de plantação e de colheita”<sup>103</sup>. Nota-se aqui que o uso que os Kraô faziam daquela missão estava condicionado aos seus próprios interesses e sua dinâmica interna (tempo das caçadas, do plantio e da colheita).

Em 1851, segundo dados apresentados pelo próprio missionário, o número de Kraô no aldeamento de Pedro Afonso era de 620 indivíduos e os Xerente e Xavante do aldeamento de Teresa Cristina era de 2.139<sup>104</sup>. Em 1857 o aldeamento de Pedro Afonso era habitado por 700 Kraô, vivendo da cultura, pesca e fornecendo remeiros para a navegação ao Pará. À época o aldeamento já contava com a presença de mais de 300 criadores de gado, oriundos da Bahia. Já o número de Xerente e Xavante no aldeamento de Teresa Cristina, segundo o relatório de Joaquim da Rocha Maia, era de cerca de

---

<sup>100</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1856, p. 16

<sup>101</sup> *Idem*

<sup>102</sup> GOMES, Vicente Ferreira. *Itinerário da cidade de Palma...*, 1862, p. 490

<sup>103</sup> *Idem*

<sup>104</sup> TAGGIA, Frei Rafael de. *Mapas dos Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Cristina no rio Tocantins e índios Charaós da aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goiás*. *RIHGB*. Tomo XIX, nº 21, 1º trimestre. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1856, p. 122

3.800<sup>105</sup>. Além de se tratar de um número especulativo, ele diz respeito mais aos indígenas do território onde estava localizado aquele aldeamento do que propriamente àqueles que frequentavam a missão religiosa. Em 1862, Pedro Afonso contava com uma população de 800 Kraô, ao passo que, em Teresa Cristina, os Xavante e Xerente contabilizavam 2.000 indivíduos<sup>106</sup>. A distância entre esses dois aldeamentos colocados sob a responsabilidade de um único missionário era vista como um empecilho ao progresso da catequese. Foi buscando resolver essa questão que foi enviado outro missionário capuchinho, frei Antônio de Ganges, para o aldeamento de Teresa Cristina.

A nomeação de Antônio de Ganges como diretor daquele aldeamento se deu em 1866<sup>107</sup>. Já no ano de 1870, logo após a sua chegada, ele pediu e foi autorizado a realizar a mudança daquele aldeamento para a localidade denominada Panela de Ferro<sup>108</sup>. Segundo ele havia informado ao presidente Ernesto Augusto Pereira, na localidade em que presentemente se encontrava o aldeamento havia falta de matas para a agricultura, campos para a criação de gado, além de frutas e caças. A localidade onde ele se instalaria era um território salubre, com “ótimas matas para a lavoura, de pingues pastagens, de diversas qualidades de frutas, de grande quantidade de caças, e os rios mais piscosos”<sup>109</sup>. Além disso, segundo informou o presidente, em Teresa Cristina residiam somente seis famílias Xerente, ao passo que na nova localidade habitavam “mais de mil índios da mesma tribo”<sup>110</sup>. Essa transferência, no entanto, segundo Grigório, se deu em virtude das disputas entre os índios e os sertanejos pelas terras para o gado e a agricultura; porém ele passou ali pouco tempo, tendo voltado um ano depois para Piabanhas<sup>111</sup>. Frei Antônio morreu no ano de 1900, tendo sido último missionário capuchinho do século XIX em Goiás.

---

<sup>105</sup> MAIA, Joaquim da Rocha. Relatório dando conta do estado dos aldeamentos dos índios de Goiás, em 31 de novembro de 1857. FBN. Manuscritos-I-32,14,015, p. 01-2

<sup>106</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura d'Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da Província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 43

<sup>107</sup> Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Palácio do Governo da Província do Goiás, em 13 de novembro de 1866. AHEG. Documentação avulsa. Caixa 172.

<sup>108</sup> Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Palácio do Governo da Província de Goiás, em 8 de agosto de 1870. AHEG. Documentação avulsa. Caixa 195.

<sup>109</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1 de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 16

<sup>110</sup> *Idem*, p. 15

<sup>111</sup> GRIGÓRIO, Patrícia Costa. *A professora Leolinda Daltra e os missionários...*, 2012, p. 49-50

Em dezembro de 1868, frei Savino de Rimini, outro missionário capuchinho, foi nomeado e enviado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas à província de Goiás “com o fim de prestar nessa província serviço na catequese dos índios que em hordas numerosas por ela vagueiam”<sup>112</sup>. Logo após a sua chegada a Goiás, ele se dirigiu para o presídio de Santa Maria do Araguaia para auxiliar a frei Francisco e frei Antônio na catequese e civilização dos índios que constantemente acorriam para aquele local, em especial os Kayapó (Irã amrayré). Frei Antônio esperava a chegada de frei Savino para poder retornar para a sua missão de origem, no rio Tocantins.

Em 09 de novembro de 1869, pouco tempo após a sua chegada em Santa Maria do Araguaia, o presidente da província determinou a frei Savino que deixasse aquele presídio e rumasse para Boa Vista do Tocantins, “onde exist[ia]m algumas aldeias de Apinajé e de outras tribos, afim de as catequisar”<sup>113</sup>. Entretanto, no ano seguinte, frei Francisco solicitou ao presidente da província o seu retorno a Santa Maria, pois se achava já velho, doente e quase cego. Inicialmente houve uma recusa por parte do presidente Augusto Pereira, na esperança de que o Bispo Diocesano enviasse um sacerdote secular para coadjuvar frei Francisco, a fim de “não distrair Frei Savino de Rimini da catequese dos índios Apinajé”. Como não foi possível enviar tal sacerdote – havia falta destes na província – o presidente consentiu que frei Savino retornasse a Santa Maria<sup>114</sup>. Dali ele sairia novamente para fundar o aldeamento dos Xambioá, em 1872. A fundação dessa missão foi fruto de uma demanda apresentada pelo empresário da Empresa de Navegação a Vapor do Araguaia e também diretor do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, José Vieira Couto de Magalhães<sup>115</sup>. Esperava-se que esse aldeamento prestasse o suporte aos navegantes no trecho encachoeirado do rio Araguaia compreendido entre os presídios de Santa Maria do Araguaia e São João das Duas Barras, território dos Xambioá<sup>116</sup>. Foi

---

<sup>112</sup> Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Palácio do Governo da Província do Goiás. 26 de janeiro de 1869. AHEG. Documentação Avulsa. Caixa 189

<sup>113</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Ernesto Augusto Pereira ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 9 de novembro de 1869. AHEG. Documentação Manuscrita. Secretaria de Governo: correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873). Livro 0427, p. 109

<sup>114</sup> *Idem*

<sup>115</sup> “[...] tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que ficam expedidas as ordens ao Sub Prefeito dos Capuchinhos nesta província, a fim de pôr à disposição do Dr. José Vieira Couto de Magalhães o missionário dos capuchinhos frei Savino de Rimini para ir fundar o aldeamento dos Chambioás, conforme requisitou a V. Ex<sup>a</sup> o mesmo Dr. Couto de Magalhães” (Ofício ao Diretor Geral dos Índios...21 de janeiro de 1872. Doc. Avulsa. Caixa 211)

<sup>116</sup> Entre as orientações a frei Savino, contidas nas *Instruções*, Couto de Magalhães o orientava a desenvolver a agricultura e a criação de gado, tendo em vista a sua utilidade para o socorro dos tripulantes das embarcações: “Peco a V. Rvma. que procure desenvolver no aldeamento a indústria da criação do gado



ali que frei Savino protagonizou um episódio sangrento, massacrando os Xambioá e os acusando de terem roubado um carregamento de sal pertencente à empresa de Navegação a vapor do Araguaia e que se encontrava numa ilha<sup>117</sup>.

Na década de 1870, com o objetivo de fomentar ainda mais a navegação do Araguaia, o governo imperial criou o Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, com sede no presídio de Santa Leopoldina, na margem direita do Araguaia, e subordinado ao Ministério da Agricultura. Sob a sua responsabilidade estava o empresário da navegação a vapor e diretor do colégio Isabel, José Vieira Couto de Magalhães<sup>118</sup>. Competia ao Diretor do Serviço de Catequese dar suporte às ações dos missionários dos aldeamentos localizados na linha do Araguaia, fornecendo-lhes, entre outras coisas, objetos para brindar os índios. A criação de uma repartição voltada especificamente para a catequese dos índios do vale do Araguaia, num contexto de quase trinta anos de vigência do Decreto nº 426 (24/07/1845) foi mais um passo dado por parte do Governo imperial a fim de viabilizar a navegação a vapor do rio Araguaia e, não por acaso, ambas as ações ficaram sob a responsabilidade da mesma pessoa. Assim, a partir da década de 1870, a catequese e civilização indígena em Goiás ficaria a cargo de duas repartições: a Diretoria Geral dos Índios – cujas ações, em tese, eram regidas pelo de 24 de julho de 1845 – e o Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, responsável pela administração do colégio Isabel<sup>119</sup>.

### **2.3 A falta de missionários e as permutas**

Uma das principais questões presentes na documentação acerca da catequese e civilização indígena da província de Goiás diz respeito às reclamações pela falta de missionários. Ao longo da segunda metade do século XIX, os presidentes da província continuaram a solicitar o aumento do número de missionários em Goiás, sobretudo graças a avançada idade e do estado de saúde dos poucos que tinham na província. Em 1855, ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, informava acerca da falta de missionários em “todas as províncias cujas matas [havia] selvagens”. Diz ele:

---

vacum, e da agricultura de nossos cereais, porque assim o aldeamento será, além d'uma obra meritória perante Deus, um serviço útil ao comércio e navegação do rio” (BRASIL, 1871, p. 01, anexo E)

<sup>117</sup> Acerca do Massacre dos Xambioá conferir GIRALDIN, O. Catequese e civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. sér. Ant. 18(2), 2002

<sup>118</sup> Acerca das atribuições de Couto de Magalhães, informou o Ministro da Agricultura: “A administração está a cargo do dr. José Vieira Couto de Magalhães, diretor dos índios naquela circunscrição, e quem dependem a fiscalização exercida pelo Tesoureiro da caixa da catequese, nomeado pelo Governo Imperial, e a direção do colégio Izabel, onde educam-se menores pertencentes a diversas tribos de indígenas, que se habilitam para interpretes” (BRASIL, 1873, p. 198)

<sup>119</sup> A discussão acerca do colégio Isabel, seu funcionamento, e a presença dos grupos indígenas na instituição será tratada no último capítulo desta tese.

“numerosas hordas de índios selvagens temos em estado de se aldearem; mas falta para este fim o principal elemento: faltam-nos missionários, dignos desse nome, em número suficiente, aos quais se confie a sorte dos índios e sua civilização”<sup>120</sup>. No caso de Goiás, ressaltava-se como essa situação “embaraça[va] sensivelmente o serviço de catequese e civilização dos indígenas”, uma vez que se entendia que somente com missionários – e não com companhia de pedestres, em parte distribuídas pelos principais afluentes do Tocantins – é que se conseguiria “a conquista para a sociedade e civilização” dos vários grupos indígenas que existiam nas margens do Araguaia e Tocantins<sup>121</sup>. Em 1857, o presidente da província de Goiás prestou informações ao Ministério do Império sobre os ataques realizados pelos índios Canoeiro, e solicitou o envio de novos missionários e a fundação de presídios militares no norte da província. Em sua resposta, o ministro elogiou a disposição do presidente em, segundo ele, chamar os índios à “razão, e a hábitos pacíficos, antes pelos meios brandos, do que por atos de violência”, porém informou que não possuía praças e nem missionários para o seu socorro<sup>122</sup>.

Em 1863 a falta de missionários ainda era mencionada nos relatórios ministeriais. Desta feita, o ministro Domiciano Leite Ribeiro se queixava, dizendo: “A falta de missionários tem obstado ao desenvolvimento deste serviço”<sup>123</sup>. Em 1867, o ministro da Agricultura informou que nos últimos dois anos havia chegado ao país somente 22 missionários, sendo 18 sacerdotes e 4 leigos. Desse total, somente um foi destinado ao Goiás, para auxiliar o missionário frei Francisco do Monte S. Vito<sup>124</sup>. Em 1869, o ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, lamentou o estado em que se encontrava os aldeamentos do Império, os quais, segundo ele, estavam “abandonados geralmente por falta de missionários” e que, por essa razão, “voltaram seus habitantes aos antigos

---

<sup>120</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1855 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1856, p. 94

<sup>121</sup> MELO, Manoel Felizardo de Souza. Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, em 28 de abril de 1856. In: BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1855 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1856, p. 49, anexo.

<sup>122</sup> Ofício do Ministro dos Negócios do Império ao presidente da província de Goiás. 19 de janeiro de 1858. AHEG. Documentação avulsa. Caixa 123

<sup>123</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1863, apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro*. Tipografia Paula Brito, Rio de Janeiro, 1864, p. 22

<sup>124</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas*. Tipografia do Diário do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1868, p. 51

hábitos da vida selvagem”<sup>125</sup>. Com relação a província de Goiás, por ocasião da implementação da navegação a vapor na província de Goiás, dizia o ministro:

Muito sensível se torna nessa província a falta de missionários, cuja presença aguardam numerosas tribos de índios habituadas às margens dos rios Araguaia e Tocantins, a fim de abraçarem com a religião os hábitos da vida civilizada. Esses índios, convenientemente instruídos e dirigidos, devem prestar importantes serviços à navegação a vapor iniciada naqueles rios.<sup>126</sup>

No ano seguinte a situação continuava a mesma, e o Ministério da Agricultura se queixava da “falta de missionários que se dedi[cassem] aos árduos e ariscados trabalhos de catequese” na região do rio Araguaia”<sup>127</sup>. Quando da já citada chegada de frei Savino de Rimini a Goiás, a situação da província era bastante sensível no que tange a falta de missionários. Ele encontrou um quadro de missionários em avançada idade, que pouco podiam fazer com relação à catequese indígena, pois não tinham condições de adentrarem o sertão em busca dos “índios selvagens”, dando alguma instrução religiosa somente quando os índios visitavam o aldeamento. Havia, portanto, poucos missionários para uma demanda cada vez maior. Em 1869, frei Savino era o único dentre os cinco missionários capuchinhos em Goiás que estava de fato no exercício de suas funções. Desse total, três se encontravam “inutilizados em consequência da avançada idade, e o quarto, embora moço, [estava] gravemente enfermo”<sup>128</sup>. Os três missionários de idade avançada mencionados eram frei Francisco (presídio de Santa Maria do Araguaia), frei Rafael de Taggia (aldeamento de Pedro Afonso) e frei Segismundo de Taggia (aldeamento de São José do Araguaia), os quais estavam em missão na província desde a década de 1840. O quarto missionário mencionado no relatório era frei Antônio de Ganges, diretor do aldeamento de Piabanhas, mas que naquela ocasião se encontrava em Santa Maria do Araguaia.

---

<sup>125</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1869 apresentado Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1870, p. 58

<sup>126</sup> *Idem*, p. 60

<sup>127</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1871, p. 20

<sup>128</sup> BRASIL. Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no ano de 1869*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1870, p. 60

As correspondências dos missionários capuchinhos nos ajudam a entender melhor a situação de cada um deles. De Santa Maria do Araguaia, em 23 de março de 1869, frei Antônio de Ganges escreveu ao Comissário da ordem, frei Caetano de Messina, informando do estado de saúde de frei Rafael de Taggia. Segundo ele, frei Rafael não tinha mais condições de desempenhar suas funções como diretor de Pedro Afonso, “por se achar [...] mui acabado e doente tanto que nunca sai de casa”<sup>129</sup>. O próprio frei Rafael, escreveu uma carta ao Comissário, em 24 de novembro de 1868, pedindo para ser recolhido da missão de Pedro Afonso devido ao seu estado de saúde. Dizia ele: “sendo-me assaz penoso continuar a viver no clima que habito [...], padeço de uma forte inflamação de estômago e não tenho aqui jeito p. me tratar”<sup>130</sup>. No ano seguinte, frei Rafael escreveu novamente ao Comissário, informando de seu estado de saúde e afirmou que estava disposto a retornar para a Itália<sup>131</sup>.

Outro caso foi o de Frei Francisco. Na década de 1870, ele se encontrava em Santa Maria do Araguaia quase cego, e pouco podia fazer em favor da catequese dos Irã amrayré. Por sua vez, frei Antônio de Ganges, muito embora fosse mais novo que os anteriormente citados, quando esteve nas margens do Araguaia auxiliando frei Francisco, adquiriu uma “moléstia”, e escreveu ao Comissário dos Capuchinhos solicitando a sua permuta para as margens do Tocantins assim que frei Savino chegasse a Santa Maria do Araguaia.

Nesse cenário de poucos recursos e número diminuto de missionários, a decisão adotada pela província e o Ministério da Agricultura foi a permuta de missionários entre os aldeamentos e/ou presídios, de acordo com as necessidades que se apresentavam, como por exemplo, o afluxo de índios para os espaços dos aldeamentos ou presídios militares e, principalmente, a necessidade de fundação de um presídio ou aldeamento para o auxílio da navegação. Alguns casos podem ser aqui destacados: o primeiro é o de frei Francisco do Monte S. Vito, que, em 1859, foi deslocado de Boa Vista – onde era responsável pela catequese dos Apinajé desde 1841 – para a margem do Araguaia, para auxiliar na fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia e da catequese dos índios daquela

---

<sup>129</sup> Carta de Frei Antônio de Ganges ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, 23 de março de 1869. *ACRJ*. Gaveta 01, pasta IX, 09.

<sup>130</sup> Carta de Frei Rafael de Taggia ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Pedro Afonso, 24 de novembro de 1868. *ACRJ*. Gaveta 18, pasta I, 03

<sup>131</sup> Carta de Frei Rafael de Taggia ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Pedro Afonso, 10 de junho de 1869. *ACRJ*. Gaveta 18, pasta I, 04

região<sup>132</sup>. Outro caso é o do missionário frei Savino de Rimini. Desde a sua chegada, conforme já mencionado acima, esteve ao lado de frei Francisco, auxiliando-o, entretanto, a pedido de Couto de Magalhães, responsável pelo serviço de catequese no vale do Araguaia e proprietário da empresa de navegação a vapor, o missionário foi remanejado, em 1872, para a fundação de um aldeamento entre os Xambioá, localizado a mais de 300 quilômetros ao norte de Santa Maria.

No dia 2 de abril daquele ano, o encarregado da catequese no vale do Araguaia, encaminhou a frei Savino de Rimini as instruções para a fundação daquele aldeamento, ressaltando que ele deveria promover o desenvolvimento da “indústria de criação do gado vacum, e da agricultura de nossos cereais”. Desse modo, destacava Couto de Magalhães, prestaria um serviço “útil ao comércio e navegação do rio”<sup>133</sup>. Ao missionário foi sugerido que negociasse com os Xambioá, trocando os brindes por algo que eles produzissem, tais como “armas, peles de animal selvagem, cola de peixe, urucum e cera”<sup>134</sup>. Tais produtos deveriam ser comercializados na praça de Belém, para gerar receita para a compra de materiais para as ferramentas dos próprios índios<sup>135</sup>. Por fim, um terceiro exemplo é o de frei Antônio de Ganges, que em 1868 foi transferido de seu aldeamento nas margens do Tocantins, Teresa Cristina, para o presídio de Santa Maria do Araguaia, para auxiliar a frei Francisco na catequese dos indígenas, que começavam a frequentar aquele presídio. Em virtude de sua avançada idade e cegueira, frei Francisco não conseguia mais realizar os seus ofícios religiosos.

## 2.4 Presídios militares

Conforme mencionado, os presídios militares foram estrategicamente fundados às margens dos rios Araguaia, Tocantins e seus afluentes, e eram tidos como instituições fundamentais na política de ocupação e colonização do norte da província de Goiás, isto

---

<sup>132</sup> De acordo com Carvalho, frei Francisco, apesar dos desentendimentos com a administração da justiça de Boa Vista, desenvolveu um importante trabalho junto aos índios Apinajé e, por essa razão, quiseram aproveitar sua experiência “com a missão de catequizar principalmente os Karajá e os Kayapó, povos considerados pelos viajantes os mais resistentes para a evangelização” (CARVALHO, 2006, p. 59).

<sup>133</sup> Instrução para a fundação do aldeamento dos Chambioás. In: BRASIL, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barros Barreto*. Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1872, p. 138.

<sup>134</sup> *Idem*, p. 138

<sup>135</sup> Pouco tempo após a fundação desse aldeamento, frei Savino de Rimini se envolveu numa chacina dos Xambioá, graças a um roubo de cem sacos de sal pertencentes à companhia de navegação, que o missionário julgava terem sido os próprios índios. Já na aldeia, após uma discussão entre o missionário e o cacique Deridó, resultou na morte do cacique. O missionário foi levado a júri popular na capital, sendo absolvido. Para maiores detalhes acerca desse acontecimento ver Giraldin (2002).

é, da expansão da fronteira rumo ao sertão. Segundo Medeiros, no final da década de 1840, o governo imperial passou a incentivar, ao lado das missões, outras formas de povoamento, dando um novo ânimo à fundação de colônias e presídios militares “como forma de formação de núcleos de povoamento, estímulo ao comércio e defesa”<sup>136</sup>. Além de garantir o controle sobre as fronteiras internas da nação, nas tensões com os grupos indígenas dos sertões, os presídios militares, assim como as missões religiosas, eram também instituições vitais na política de manutenção das fronteiras com outras nações, ou seja, “postos avançados da soberania do Estado”<sup>137</sup>.

Rafael Silva demonstrou como a fundação da colônia militar Pedro II, situada na região do contestado entre Brasil e a Guiana Francesa, na região do Cabo Norte, fazia parte de um esforço por parte do governo imperial brasileiro de proteger a soberania nacional, mas também de vigiar os “foragidos” que se deslocavam para as regiões de fronteira (índios, desertores, réus de justiça, etc.)<sup>138</sup>.

Uma vez que “nas fronteiras distantes é que mais se acirrou a rivalidade entre colonos e índios”, como bem destacou John Hemming<sup>139</sup>, os presídios militares deveriam ser uma garantia de segurança contra os ataques indígenas. “Já vos disse”, afirmou o presidente José de Assiz Mascarenhas, “que a par da civilização, e da catequese deve estar a força, porque o índio selvagem, sempre que pode nos hostiliza a maneira mais bárbara: as povoações civilizadas não estão em sossego”<sup>140</sup>. Ao elogiar o trabalho realizado por frei Francisco do Monte S. Vito, em Boa Vista, junto aos Apinajé, o presidente afirmou que com a presença de um destacamento militar os “serviços prestados pelo missionário [haveria] de ser de muito maior valia”<sup>141</sup>. José Rodrigues Jardim, vice-presidente da província, também comungava dessa compreensão e, em 1841, deixou clara a sua compreensão de que na civilização dos índios “a força só deve servir para os conter, e

---

<sup>136</sup> MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese (doutorado em Estado e sociedade na América e África). Universidade de Barcelona: Barcelona, 2006, p. 214

<sup>137</sup> *Idem*, p. 209

<sup>138</sup> SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2013, p. 21

<sup>139</sup> HEMMING, John *Fronteira Amazônica...*, 2009, p. 239

<sup>140</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa e Goiás apresentou na sessão ordinária e 1845, o exm. Presidente da mesma província, Dr. José de Assiz Mascarenhas*. Goiás, Tipografia Provincial, 1845, p. 13

<sup>141</sup> *Idem*, p. 14

repelir”<sup>142</sup>. Segundo ele, “os meios da força têm produzido mau resultado”<sup>143</sup>. Ignácio Ramalho também era um crítico da prática das bandeiras punitivas contra os índios e acreditava na importância de uma ação articulada entre as missões religiosas e os presídios militares para a realização da catequese e civilização indígena e a ocupação do vale do Araguaia. Assim, quando fundou o aldeamento de São Joaquim de Jamimbú, além de enviar um missionário para o trabalho com os índios, o presidente cuidou logo em enviar também um destacamento militar para aquela localidade<sup>144</sup>.

Os presidentes de província que sucederam a Ignácio Ramalho empreenderam esforços no sentido de povoar as margens dos dois principais rios do norte da província e coibir os ataques indígenas. A importância dessas instituições fica evidente não só nas falas dos presidentes de província presente nos seus relatórios, mas sobretudo nas ações empreendidas no sentido de viabilizá-los. Desse modo, antes de fazer menção aos presídios militares fundados tanto nas margens do rio Araguaia, como do Tocantins, na província de Goiás, urge aqui destacar a compreensão que as autoridades da província e do governo imperial tinham acerca da importância desse espaço na expansão da fronteira no norte da província.

Em seu relatório, o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira fez um longo registro das incursões dos que ele chamou de “ferozes Canoeiros” na vila de Pilar, norte da província. Segundo ele, a população daquela localidade não ousava se ausentar para procurar melhores terrenos de cultura e, com isso, produziam somente para o seu próprio consumo. A sugestão do presidente estava ancorada no binômio missão-presídio:

[...] o único meio eficaz e seguro de libertar a população da província do pesado tributo, que anualmente paga à ferocidade do gentio, seria a fundação de mais algumas colônias militares no fertilíssimo sertão que ele ocupa, procurando reunir à sombra desses estabelecimentos as

---

<sup>142</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa e Goiás apresentou na sessão ordinária e 1841, o Exm. Vice-presidente da mesma província, José Rodrigues Jardim*. Goiás, Tipografia Provincial, 1841, p. 10

<sup>143</sup> *Idem*

<sup>144</sup> Em comunicação enviada ao presidente da província em 18 de janeiro de 1851, o missionário da missão de Pedro Afonso, informou-lhe informou da chegada de 800 Xerente pedindo paz e dizendo que iriam entregar os cristãos que estavam presos em suas aldeias. No dia 22 do mesmo mês, o missionário informou ao presidente acerca da chegada de 16 Xavante à missão. Nesse contexto, frei Rafael de Taggia pediu ao presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes que lhe fosse enviado um “destacamento reforçado”, pois tinha “sérios receios acerca de sua segurança e da aldeia, por não confiar na sinceridade dessas duas tribos numerosas” (GOIÁS, 1851, p. 43-4)

famílias que hoje vivem dispersas, e portanto expostas aos contínuos ultrajes de algumas tribos sanguinárias<sup>145</sup>

Juntamente a esse sistema de defesa, acrescenta Gama Cerqueira, poder-se-ia combinar tanto o serviço de catequese como o de navegação, “escolhendo-se para assento desses estabelecimentos os pontos mais próximos dos grandes rios”<sup>146</sup>. No ano seguinte, Gama Cerqueira, reafirmava esse duplo objetivo dos presídios militares, realçando ainda que sua instalação tornaria possível, ao mesmo tempo, “a cultura e aproveitamento dos mais férteis terrenos da província, até então infestados pelo gentio, cujas hostilidades já haviam motivado o total abandono de importantes fazendas de cultura e de criação”<sup>147</sup>. Seu antecessor, Antônio Augusto Pereira da Cunha, já havia destacado que os presídios da província formavam duas linhas, “destinadas a proteger a navegação e as povoações contra as incursões dos índios”<sup>148</sup>.

Em 1861, o Ministro da Guerra, Luiz Alves de Lima e Silva, o Marquês de Caxias, também destacou o papel dos presídios, em articulação com a catequese, para a ocupação de um “país vastíssimo” e a civilização indígena, os quais, segundo ele, viviam “no seio da barbárie”:

Promovendo o desenvolvimento da população em lugares ermos, e procurando atrair ao grêmio do cristianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbárie e da mais profunda ignorância, os quais infelizmente ainda abundam em nossas virgens florestas, as colônias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretensões de absorção de território [...] <sup>149</sup>

No caso do rio Araguaia, de acordo com o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, a ausência de povoações em suas margens fazia com que as embarcações destinadas ao comércio com o Pará tivessem não só o seu lucro comprometido, mas

---

<sup>145</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1858, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Goiás, Tipografia Goianense, 1858, p. 22

<sup>146</sup> *Idem*

<sup>147</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira entregou a administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo*. Goiás, Tipografia Goianense, 1859, p. 37

<sup>148</sup> GOIÁS, Relatório. *Relatório que ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, apresentou no ato de passar-lhe a administração da província de Goiás, Exm. Sr. Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Goiás, Tipografia Goianense, 1857, p. 17

<sup>149</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Marques de Caxias*. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. 28



também dificuldades na formação da tripulação e manutenção da disciplina no decorrer da viagem:

A falta absoluta de socorros em tão longo trajeto obrigava os negociantes a conduzir nos barcos considerável quantidade de víveres, diminuindo assim os lucros da empresa, tornava difícil o engajamento dos remadores, pela prospectiva de perigos e privações; e, nas circunstâncias mais apertadas, eram muitas vezes agravados esses males pela insubordinação e revolta das tripulações, desanimadas com os trabalhos da viagem, e acoçoadas pela impossibilidade de toda a repressão<sup>150</sup>

Enquanto instituições de fronteira, os presídios militares, conforme lembra Leandro Mendes Rocha, eram espécies de instituições mistas, trazendo em si a função de colônia agrícola e estabelecimento penal e militar<sup>151</sup>. Eram espaços onde muitos condenados iam cumprir suas penas, mas tinham também a função de atrair colonos para o seu entorno, com o objetivo de produzirem e atenderem aos navegantes de desciam os rios rumo ao Pará. Sua organização e funcionamento eram de caráter militar, tendo à sua frente um comandante. Em Goiás, os presídios militares foram fundados em duas linhas: a do rio Araguaia e a do rio Tocantins.

Tendo em vista o fato de que na década de 1850, a navegação do rio Tocantins se encontrava em funcionamento, ao passo que a do Araguaia estava praticamente desativada, foram fundados na linha do Tocantins, na região denominada “sertão de Amaro Leite”, três presídios, com o objetivo de promover a ocupação daquele vasto território, dar suporte a navegação e combater os ataques dos índios Canoeiros<sup>152</sup>. Trata-se dos presídios de Santa Cruz, Santa Bárbara e Santo Antônio. O presídio de Santa Cruz foi fundado em fevereiro de 1855, na margem direita do rio Canabrava, um afluente do rio Santa Teresa<sup>153</sup>. Este presídio era o ponto para onde as tropas de comerciantes vindas

---

<sup>150</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira entregou a administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo*. Goiás, Tipografia Goianense, 1859, p. 38

<sup>151</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 71.

<sup>152</sup> O sertão de Amaro Leite compreendia um grande território no norte da província de Goiás que, segundo estimativas da época, tinha “de sul a norte a extensão de cerca de oitenta léguas, e de leste a oeste em algumas partes metade, e em outra menos” (GOIÁS, 1855, p. 35). Tratava-se de uma região de clima ameno, de matas férteis e cujos campos eram próprios para a criação de gado (vacum e cavalari), território dos índios Canoeiros. A base para a sua prosperidade era, segundo as autoridades provinciais, “a defesa e a segurança dos seus povoadores” (GOIÁS, 1855, p. 36).

<sup>153</sup> O presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha, em seu relatório, destacava a riqueza das matas no entorno dessa guarnição militar, informando que “as [suas] pastagens são superiores a todas as outras da província, e boas as matas e cultura” (GOIÁS, 1857, p. 18). Em seguida, ele mencionava como a presença da guarnição havia feito com que as desconfianças acerca de seu estabelecimento definitivo e o receio dos ataques dos Canoeiros fossem aos poucos se acabando: “a estabilidade destes presídios tem feito

dos municípios de S. José, Traíras, Pilar e a Capital iriam transportar sal, vindo de Porto Imperial<sup>154</sup>. Em 1859, por diversas vezes havia chegado àquela guarnição, vindas do Pará, “canoas carregadas de diversos gêneros, e principalmente de sal, que [era] vendido nos municípios de S. José, e Traíras por preço menor do que o [da] Capital”<sup>155</sup>. Em 1864, o presidente José Vieira Couto de Magalhães o desativou e transferiu suas praças e seu respectivo rebanho de gado para o porto de Jurupensem, no rio vermelho, afluente da margem direita do Araguaia<sup>156</sup>. Em ofício ao Ministério da Guerra, ele informou que o presídio “não prest[ava] auxílio a navegação do Tocantins, porque aqueles rios [eram] navegáveis só durante as águas” e, além disso, informa ele, “as matas que pareciam boas nada produz[iam] porque ao tempo das chuvas ficam alagadas”<sup>157</sup>.

Já o presídio de Santo Antônio foi fundado em novembro de 1854, na cabeceira do rio S. Teresa, a uma distância de 70 léguas da capital da província, 16 léguas do de Santa Bárbara e 24 do de Santa Cruz. O presídio ficava próximo do último ponto onde atracavam as canoas que navegavam pelo Tocantins<sup>158</sup>, e possuía “gordas pastagens e boas matas”<sup>159</sup>. Em 1856 sua população era de 60 pessoas, e em 1862 possuía uma população de 34 famílias, totalizando com 95 pessoas, com um rebanho de 350 cabeças (vacum, suíno, cavalari)<sup>160</sup>. Em 1866, seu rebanho era constituído de 401 cabeças de gado

---

desaparecer, a desconfiança que a sucessiva mudança dos antigos tinha produzido, tanto que algumas famílias já se passaram com suas criações para os territórios próximos aos presídios, os quais tendo sido outrora ricas fazendas estavam abandonadas por causa das hostilidades praticadas pelos índios, principalmente pelo indomável Canoeiro” (*Idem*). Anos depois, em 1862, o presidente José Martins Pereira de Alencastre criticou o ponto de localização deste presídio, que não oferecia condições para a agricultura: “falta de matas, e de águas na estação seca, sua população sofre misérias e privações que longo seria enumerar” (GOIÁS, 1862, p. 89).

<sup>154</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou, na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense, Goiás, 1855, p. 44

<sup>155</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. Presidente Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense, Goiás, 1859, p. 59

<sup>156</sup> Ofício do presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães, ao Inspetor Geral dos Presídios, em 14 de março de 1864. AHEG. Documentação manuscrita. Livro 0421 (correspondência da presidência com autoridades militares, 1861-1865)

<sup>157</sup> Ofício do presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães, Ministério da Guerra, em 14 de março de 1864. AHEG. Documentação manuscrita. Livro 0434 (Livro 10º de ofícios do governo provincial ao Ministério da Guerra).

<sup>158</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial, Goiás, 1862, p. 87

<sup>159</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou, na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense, Goiás, 1855, p. 40

<sup>160</sup> Conforme dados apresentados pelos relatórios dos presidentes da província Antônio Augusto Pereira a Cunha, de setembro de 1856, e de José Martins Pereira de Alencastre, de junho de 1862.

vacum, 81 cavalari, 32 cabrum, 242 suínos e 696 aves<sup>161</sup>. Por fim, o presídio de Santa Bárbara foi fundado em novembro de 1854, e ficava situado a uma distância de duas léguas da margem esquerda do rio Maranhão, e da confluência do rio das almas. À época de sua fundação, dizia-se que “dentro dos limites do território que lhe foi demarcado, [havia] abundantes pastagens para criação de gado vacuum e cavalari, e matas suficientes para alimentar uma futura cidade”<sup>162</sup>. Anos depois o Inspetor Geral dos Presídios de Goiás informou ao presidente da província que as matas de Santa Bárbara não eram apropriadas e que o gado pouco havia prosperado<sup>163</sup>. Em seu relatório de 1866, o Inspetor afirmou que aquele era “um presídio sem utilidade real”, posto que, além de se encontrar a uma distância de 15 léguas do de Santo Antônio, “seus pastos [eram] sofríveis”, e o “gado [era] perseguido de verme”, de tal sorte que “raras vezes se obtém um couro sem avaria”<sup>164</sup>.

De todo modo, na década de 1850, quando o comércio pelo rio Araguaia se encontrava praticamente paralisado, os presídios da linha do Tocantins despertavam a esperança do governo provincial. Assim, em 1856, informa o presidente:

[...] passaram pelos presídios mais de 45 tropas de maior ou menor importância, pertencentes à diversas pessoas, e dois carros de José Martins Pereira, morador de S. José do Tocantins, para Porto Imperial, em procura de gêneros importados do Pará. Para diminuir a viagem por terra estão feitas em S. Cruz, e postas à disposição dos negociantes três igarités, e três montarias<sup>165</sup>.

Mas a presidência da província não havia de todo abandonado seu plano de tornar a rota Araguaia viável àqueles que almejavam descer até Belém. Assim, ainda na década de 1850, buscou de vez ocupar as suas margens e fomentar a sua navegação, mediante um programa de fundação de presídios nas margens daquele rio. As regras para a

---

<sup>161</sup> Relatório da Inspetoria Geral dos Presídios de Goiás, de 5 de julho de 1866, sobre os presídios de Santo Antônio, Santa Bárbara, Jurupensem, Santa Leopoldina, Monte Alegre, Santa Maria, São José dos Martírios. AHEG. Documentação Avulsa. Caixa 171.

<sup>162</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou, na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense, Goiás, 1855, p. 39

<sup>163</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial, Goiás, 1862, p. 85

<sup>164</sup> Relatório da Inspetoria Geral dos Presídios de Goiás, de 5 de julho de 1866, sobre os presídios de Santo Antônio, Santa Bárbara, Jurupensem, Santa Leopoldina, Monte Alegre, Santa Maria, São José dos Martírios. AHEG. Documentação Avulsa. Caixa 171.

<sup>165</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1856, pelo Exm. Presidente da Província, Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense, Goiás, 1856, p. 14

fundação, organização e funcionamento desses presídios foram estabelecidas através do Decreto nº 750, de 02 de janeiro de 1851, que continha o *Regulamento para os Presídios Militares fundados à margem do Rio Araguaia na Província de Goiás*. Muito embora o regulamento dizia respeito estritamente aos presídios de Santa Izabel e Leopoldina, fundados em 1850, ele foi utilizado para orientar a fundação e funcionamento dos novos presídios militares nas margens do rio Araguaia.

Tal legislação discriminava de forma pormenorizada vários aspectos com vistas a potencializar a ocupação e colonização das margens daquele rio: as atribuições dos comandantes, as funções dos presídios militares, a relação que deveria ser estabelecida com os índios das margens do Araguaia. Da mesma forma, havia também uma preocupação com a organização espacial do arraial do presídio, tendo em vista o cuidado para com os ataques indígenas, mas também o apoio a ser prestado à navegação. Logo em seu primeiro artigo, o Regulamento explicitava o que eram os presídios militares e quais os seus objetivos: “[o]s Presídios fundados nas margens do Rio Araguaia são pontos militares destinados a proteger e auxiliar a navegação deste rio; a atrair população para suas margens; e a chamar, com o auxílio da catequese, os índios a civilização”<sup>166</sup>.

De acordo com o regulamento, os comandantes deveriam prestar auxílio aos navegantes “da carreira do Pará com víveres por troca ou venda” e, quando necessário, e sem prejuízo do serviço do presídio, fornecer alguma embarcação e/ou duas praças para o auxílio dos navegantes<sup>167</sup>. De igual modo, os presídios deveriam dar o suporte aos comerciantes que desciam da capital da província rumo às guarnições e missões religiosas localizadas na margem do rio Araguaia. Foi com esse objetivo que, em janeiro de 1863, em aviso circular aos comandantes dos presídios da linha do Araguaia, o presidente da província solicitava-lhes que prestassem “apoio ao negociante Franklin da Rocha Lima, que segu[ia] até o presídio de S. Maria do Araguaia, levando diversos gêneros para vender, todo e qualquer auxílio de que por ventura precisar tanto na ida quanto na volta”<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851*. Tomo XIV, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1852, p. 01

<sup>167</sup> Cf. §5º do artigo 4º do referido Regulamento: “Auxiliar aos navegantes da carreira do Pará com viveres por troca ou venda; emprestando-lhes, sem prejuízo dos Presídios, alguma embarcação, e fornecendo-lhes uma até duas praças, que não poderão passar além do Presídio mais próximo, cujo Comandante providenciará sobre o oportuno regresso delas” (BRASIL, 1852, p. 02).

<sup>168</sup> Correio Oficial. Sábado, 11 de maio de 1863. N. 41. Tipografia Provincial: Goiás, 1863, p. 02

Aos comandantes era ainda vedada a prática de realização de comércio particular no presídio, principalmente com as praças da guarnição. Em seu artigo 43, que trata “*Dos socorros e auxílio aos navegantes da carreira do Pará*”, o regulamento discriminava as funções dos presídios no que se refere ao suporte à navegação do Araguaia:

Art. 43. Os socorros e auxílio aos navegantes da carreira do Pará consistem na prática de todos os bons officios da hospitalidade; na venda de gêneros alimentares, ou troca por outros que convenham ao Presídio; no empréstimo de embarcações; na coadjuvação nos descarretos; no fornecimento de uma a duas praças para ajudar a tripulação até o Presídio mais próximo; na guarda ou deposito de quaisquer gêneros que queiram deixar no Presídio; finalmente na execução de medidas tendentes a manter, a ordem nas tripulações e a evitar prejuízos<sup>169</sup>.

Ora, conforme já destacado, além da falta de víveres, um dos principais problemas enfrentados pelos comerciantes, ao navegarem as “solidões do Araguaia”, era o risco de insubordinação por parte da sua tripulação. Não foram poucos os casos em que a tripulação das embarcações, ao se sentir desgostosa, ameaçou desertar do serviço ou mesmo tomar o controle da embarcação<sup>170</sup>. Assim que tomasse conhecimento de que alguma tripulação estava insubordinada, ou que algum carregamento foi abandonado por insubordinação ou deserção de tripulação, o comandante do presídio deveria enviar imediatamente uma guarnição a serviço do comerciante. Em comum acordo com os donos da embarcação, os comandantes deveriam prender os insubordinados e remetê-los a capital da província para que fossem tomadas as medidas cabíveis<sup>171</sup>. Era preciso também uma atenção para com todos os barcos que passassem pelos presídios, fiscalizando-os, “a fim de evitar-se que neles escapem desertores; criminosos, presos fugidos das cadeias, pessoas suspeitas, objetos furtados e escravos fugidos ou furtados”<sup>172</sup>. Os que fossem encontrados nessa situação deveriam ser presos e remetidos à capital da província.

---

<sup>169</sup> *Idem*, p. 10

<sup>170</sup> Em seu relatório sobre a subida do Araguaia, Rufino Segurado informou, por exemplo, como a falta de farinha o forçou a realização um racionamento deste produto e, como consequência, gerou o descontentamento de sua tripulação, com “repetidas e rancorosas murmurações” e, por pouco, não chegou “a vias de fato” (SEGURADO, 1870, p. 202). Problema semelhante enfrentou o francês, Francis Castelnau, em sua expedição, quando estava subindo o rio Tocantins, quando sua tripulação ameaçou não embarcar para seguir viagem: “com efeito, ao cabo de alguns instantes, veio ter comigo um grupo de pessoas, dizendo-me com insolência que todos estavam com fome e tinham decidido não embarcar antes de comer. [...] Ameaçaram-me então desertar, ao que repliquei fazendo-os saber que estava nas suas mãos ficar na praia deserta, se tal lhes conviesse” (CASTELNAU, 2000, p. 205)

<sup>171</sup> Cf. Capítulo VI, *Dos Socorros e auxílio aos navegantes da carreira do Pará*, artigos 44, 45 e 46 (BRASIL, 1852, p. 10).

<sup>172</sup> Cf. Artigo 56 (BRASIL, 1852, p. 12)

No tocante aos incentivos para que os presídios do Araguaia se tornassem um espaço de produção agrícola, algumas orientações estavam contidas no referido regulamento: quanto ao que deveria ser produzido nos presídios, o regulamento dava maior ênfase aos produtos que pudessem ser exportados. O artigo 11, por exemplo, deixava claro que era possível se produzir todos os ramos de cultivo, entretanto deveria dar “preferência a cultura daqueles gêneros que servirem para exportação, como sejam o café, algodão, anil, baunilha, fumo, trigo e cacau”, desde que tais culturas não prejudiquem “a cultura dos gêneros necessários a sustentação dos Presídios”<sup>173</sup>. Cada presídio deveria ter uma roça comunitária, porém os soldados poderiam ter suas roças particulares. Para o cultivo das suas roças, ou mesmo desenvolvimento de alguma indústria, de acordo com o artigo 10, as praças teriam alguns dias livres: domingos, dias santos e um dia útil na semana. Àquelas praças que se destacassem com suas roças, o comandante deveria premiá-lo “convenientemente” como forma de incentivo. Assim como aos militares, deveria ser destinado uma porção de terra aos paisanos que fossem se instalar em torno do presídio. Terminado o seu período de serviço, as praças que quisessem ficar no presídio teriam um incentivo para ali permanecerem.

No que concerne ao trato com os grupos indígenas, o regulamento dava orientações ao comandante do presídio. Ele deveria prestar auxílio aos missionários no trabalho da catequese e, caso necessário, “ministrando-lhes até a quinta parte da força total do Presídio”. Em seu quarto artigo, o regulamento recomendava aos comandantes:

Fazer todas as diligências a seu alcance a fim de que os selvagens da vizinhança vivam em harmonia com os habitantes do Presídio, e abracem a vida social. Para conseguir este fim procurarão captar a amizade dos maiores de todas as Tribos, e recusarão intrometer-se em favor de qualquer, no caso de dissidências, ainda que isso lhes seja solicitado; procurando pelo contrário, com boas maneiras, tornarem-se os árbitros das contestações dos selvagens.<sup>174</sup>

Estava em jogo primeiramente a busca pela confiança dos grupos indígenas nas proximidades dos presídios e, para isso, era preciso tomar cuidado para não se “intrometer” nas questões internas dos grupos, no que tange aos conflitos, a fim de não tomar partido n’algumas das partes em litígios. Como sugere a documentação, a conquista do grupo indígena passava pela captação da “amizade” dos denominados “maiores de todas as tribos”. Era-lhe recomendado também que tomasse certo cuidado para com as

---

<sup>173</sup> Cf. Artigo 11(BRASIL, 1852, p. 04)

<sup>174</sup> *Idem*, p. 03

praças dos presídios, para que eles mantivessem uma relação de “cortesia e urbanidade” para com os índios, “não os provocando jamais por gestos ou por palavras, e muito menos por vias de facto; finalmente observando nos tratos e negócios que com eles fizerem a maior sinceridade e lisura”<sup>175</sup>. Da mesma forma, deveria ser diligente para que os negociantes e/ou tripulantes de seus barcos não cometesse nenhuma ofensa contra os índios. Quando o presídio estivesse sob ameaça de algum ataque dos índios, os trabalhadores deveriam ser guarnecidos em suas roças por uma guarnição de, no mínimo, três praças.

No artigo 64, o Regulamento prescrevia também a obrigatoriedade do ensino de ofícios aos filhos de militares e paisanos, principalmente os de ferreiros e carpinteiro. Tal necessidade evidencia a importância dessas guarnições para a navegação do rio Araguaia, fornecendo mão de obra necessária para manutenção de embarcações, além, claro, de realizar serviços de construções dos presídios. Caso houvesse alguma necessidade (demanda), deveria se incentivar também ensino do ofício de alfaiate e sapateiro. Com relação à infraestrutura dos presídios, ainda de acordo com o Regulamento, ele deveria possuir uma capela, uma casa para residência do comandante, um quartel com casa forte para a guarda dos presos, além de casas para a guarda da produção nas roças (paiol ou celeiro), outra para a guarda dos utensílios utilizados na lavoura, além de espaço para a guarda das embarcações pertencentes ao presídio. Estas, as embarcações, deveriam ser utilizadas na caça, pesca, para socorro de víveres dos presídios, mas também para auxílio dos navegantes, sobretudo no trecho encachoeirado do rio, localizado algumas léguas abaixo do presídio de Santa Maria do Araguaia.

É bem verdade que, em inúmeras situações, conforme veremos, o Regulamento dos presídios de 1851, assim como o Regulamento das Missões de 1845, se constituiu em “letra morta” no sertão do Araguaia. De todo modo, o referido documento revela uma compreensão das autoridades provinciais e imperiais acerca da importância dessa instituição enquanto espaço de poder, disciplina e civilização nos lugares mais longínquos do Império. Dito isto, apresento aqui os presídios militares fundados na linha do Araguaia, a partir da década de 1850<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> *Idem*, p. 03

<sup>176</sup> A fundação de presídios militares nas margens do Araguaia teve início ainda no início do século XIX, ainda no período colonial (LARANJEIRAS, 2006; HEMMING, 2009)

Em 1850 foram fundados os presídios de Santa Izabel e Santa Leopoldina. O primeiro foi inicialmente fundado no braço grande da Ilha do bananal (ou ilha de Santana), mas um ano depois teve a sua localização mudada para uma região mais salubre. Quando ali esteve em 1851, João Baptista de Castro e Moraes Antas, capitão do corpo de bombeiros imperial e responsável pela fundação desses presídios, constatou a situação deplorável em que se encontrava a sua guarnição, bem como o descumprimento das normas acerca dos presídios militares: “Guarnição nua, desarmada e faminta; homens e mulheres ansiosos por se recolherem, vinte e uma praças em vez de quarenta; tristeza em vez de animação e desejos de se estabelecerem no Araguaia”<sup>177</sup>. Além disso, a quantidade de ferramentas deixadas para a feitura das roças havia reduzido: das doze enxadas deixadas em 1850 só haviam seis, das 18 foices só existiam seis, e dos vinte machados deixados na fundação, Moraes Antas encontrou somente um. Além disso, o armamento e a munição estavam seriamente comprometidos<sup>178</sup>. Foi nesse contexto que o presídio foi mudado de lugar, para uma localidade de clima mais aprazível, e para isso contou com apoio e informações prestadas pelos índios que frequentavam aquele presídio<sup>179</sup>. Pouco tempo depois, o presídio foi extinto.

Santa Leopoldina estava fundado na confluência do rio vermelho com o Araguaia. Este presídio também foi visitado por João Baptista de Castro e Moraes Antas, em 1851, e segundo ele informou, Leopoldina se encontrava “num estado bastante desagradável, tanto pelo que respeita ao material como pelo que respeita ao pessoal”<sup>180</sup>. O comandante da guarnição, diferentemente do que orientava o Regulamento de 1851, não plantava e nem fazia plantar. Graças ao seu rebanho – “meia dúzia de vacas”, segundo informa o relatório – os soldados da guarnição eram impedidos de plantar nas proximidades de suas casas. Aqueles que plantaram tiveram as suas roças invadidas e destruídas pelo rebanho do comandante:

Achei o terreno das roças ocupado por meia dúzia de vacas que tudo haviam estragado, e que destruíram as pequenas plantações que haviam feito algumas praças da guarnição. Sobreveio a fome, o desgosto dos

---

<sup>177</sup> Relatórios dos presídios de Santa Izabel, Leopoldina, da Piedade, aldeia São Joaquim de Jamimbú, de 16 de novembro de 1851. AHEG. Documentação Avulsa. Caixa Municípios Diversos, p. 2-3

<sup>178</sup> *Idem*

<sup>179</sup> Segundo informou o presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes, em maio do ano de 1851, quando o presídio ainda estava assentado na sua primeira localidade, havia morrido o seu comandante, o alferes Antônio Xavier da Silva, tomado pelas “febres intermitentes”. Mesmo após efetuada a mudança do presídio, a sua guarnição continuou a sofrer com esse problema, felizmente sem nenhuma vítima fatal (GOIÁS, 1852, p. 29)

<sup>180</sup> *Idem*, p. 12



colonos e a necessidade de ocupar os soldados em reiterados pedidos de socorros<sup>181</sup>

Antas informou que a ocupação do comandante da guarnição se resumia a realizar caçadas e, quando preenchia o diário informando acerca das atividades realizadas no presídio, informa o autor, ele “improvisa[va] o diário, e escrev[ia] ao Governo o que lhe parec[ia]”<sup>182</sup>. Frente a esse cenário, o relatório destaca que o presídio de Santa Leopoldina não possuía plantações para subsistir ao ano seguinte, nem tampouco para prestar socorros aos navegantes. Como encaminhamento para resolver essa situação e mudar a sorte daquela guarnição, João Baptista de Castro e Moraes Antas sugeriu a demissão do comandante e sua substituição por um “comandante trabalhador”, mas principalmente, apontou a necessidade de uma maior fiscalização dos presídios fundados nas margens do rio Araguaia, a fim de que se evitasse certos abusos pelos comandantes. A partir da década de 1860, sobretudo na gestão do presidente José Vieira Couto de Magalhães (1863-1864), Santa Leopoldina passou por grandes transformações e, na década de 1870, com a fundação da Empresa de Navegação a vapor do Araguaia, este presídio se tornou a povoação mais desenvolvida do alto Araguaia, o principal ponto de apoio ligando a capital da província ao comércio com Belém<sup>183</sup>.

No relatório de 1852, o presidente da província mencionou a realização de uma expedição para a fundação de um presídio denominado de Januária, em homenagem à irmã do Imperador, a Condessa D'Áquila. Sua localização deveria ser onde outrora se instalou o presídio de Santa Maria do Araguaia, num ponto equidistante entre o presídio de Santa Isabel e o de São João das Duas Barras<sup>184</sup>. Nos relatórios dos anos seguintes nada mais foi mencionando acerca desse presídio militar<sup>185</sup>. Sua função, assim como a dos demais, era a de “proteger e animar a navegação do Araguaia, e atrair povoadores para a suas margens fertilíssimas”<sup>186</sup>.

---

<sup>181</sup> *Idem*, p. 12

<sup>182</sup> *Idem*, p. 12

<sup>183</sup> Em 1863, Couto de Magalhães cogitou mudar a capital da província para Santa Leopoldina, esperando com isso que as receitas de Goiás pudessem melhorar graças ao comércio com o Pará. Assim, dizia ele: “a primeira consequência da mudança da capital para o Araguaia era o comércio com o Pará, que, por uma redução nos fretes de 200%, alteraria desde já a face de nossa indústria” (MAGALHÃES, 1902, p. 55)

<sup>184</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiás apresentou a sessão ordinária de 1852, o exm. Presidente da província, Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes*. Tipografia Provincial, Goiás, 1852, p. 20

<sup>185</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 78

<sup>186</sup> *Idem*

Em 30 de agosto de 1857, foi estabelecido o presídio de Monte Alegre, a 15 léguas da ponta meridional da ilha do Bananal e uma distância de 6 léguas da margem direita do rio Araguaia. À época de sua fundação, a escolha de sua localização foi feita pelo então Inspetor dos presídios, o engenheiro Ernesto Vallée, considerando as vantagens de sua localização para a indústria da criação, no entanto, durante parte do ano ele ficava alagado, além de não possuir matas abundantes no entorno que pudesse torná-lo um estabelecimento agrícola<sup>187</sup>. Em 1862, o presídio possuía um rebanho de 515 animais (gado vacum, cavalari, cabrum, suíno e muares)<sup>188</sup>. Em 1864, segundo relatório de Ernesto Vallée, o presídio possuía um rebanho de 1200 cabeças de gado, que pertenciam à guarnição e a alguns fazendeiros. Segundo ele, o número não era maior devido a postura de alguns comandantes, “que a mais das vezes tem abusado de sua posição e excitado a desconfiança das famílias”<sup>189</sup>. No contexto de incentivo ao comércio e navegação, o fato de se encontrar distante da margem do rio Araguaia foi considerado um erro no seu planejamento, pois assim ele não poderia auxiliar a navegação daquele rio. Foi com o objetivo de reparar esse problema, que, em 14 de março de 1864, o então presidente Couto de Magalhães o transferiu para as margens do Araguaia. Em 1865 ele foi duramente castigado pelas cheias do rio Araguaia, e com isso, a presidência da província acabou extinguindo-o.

Em 1864 o presídio de Santa Cruz foi transferido da linha do Tocantins para o porto de Jurupensem, com o objetivo de auxiliar a navegação do Araguaia, além de servir como depósito e na construção de barcos. Desde então passou a se chamar presídio de Jurupensem. Ao apresentar a sua justificativa para a criação deste presídio, Couto de Magalhães destacou:

O porto de Jurupensem no Rio Vermelho dista desta cidade 14 léguas é o lugar mais próximo da Capital a que podem chegar no tempo das águas os barcos vindos do Pará, e por isso deve haver ali armazéns e força para acondicionamento das cargas, o que só se pode conseguir com a criação de um Presídio, por ser deserto o lugar. Sendo pois inútil a despesa que se faz com o Presídio de S. Cruz, e mais que necessária a criação de um destes estabelecimentos no porto de Jurupensem nesta

---

<sup>187</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goiás pelo presidente da província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, em 1º de junho de 1861*. Tipografia Provincial, 1862, p. 92

<sup>188</sup> *Idem*, p. 93

<sup>189</sup> VALLÉE, E. *Exploração do Rio Araguaia feita por ordem do Illm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás, em 10 de julho de 1863*. Tipografia de Quirino & irmão r. da Assembleia n. 55. Rio de Janeiro, 1864, p. 07

data determinei que o Presídio de S. Cruz fosse transferido para o dito porto do Jurupensem<sup>190</sup>.

Em 1866, ele possuía uma população de 59 pessoas, sendo 15 praças e um tenente, além de lavradores, criadores e operários. O presídio possuía ainda um rebanho de 178 cabeças de gado vacum, 64 cavalares, 28 suínos, 6 lanígeros, 5 cabrums e 400 aves, os quais, segundo informou o Inspetor Geral dos presídios, pertenciam quase todos a particulares<sup>191</sup>. No ano seguinte, o presídio já possuía uma população de “100 habitantes, 30 e tantos ranchos cobertos de palha, 4 casas cobertas de telha, um engenho de serrar madeira, tocado por água, algum gado”<sup>192</sup>.

Outro presídio, São José dos Martírios, foi fundado em 1864 e ficava localizado há cerca de 60 a 70 léguas do presídio de Santa Maria do Araguaia. Segundo informou em 1870 o presidente da província, o estabelecimento militar foi colocado em “um péssimo lugar, resultando daí, além de outros inconvenientes, adoecerem muitas praças, das quais algumas faleceram, e entre elas o próprio Comandante”<sup>193</sup>. Pouco tempo após sua fundação, o presídio sofreu um incêndio que destruiu suas casas e materiais. Após isso, ele foi desativado e sua guarnição já se encontrava no presídio de Santa Maria do Araguaia no ano de 1866. Em 1870, José Vieira Couto de Magalhães, empresário da Empresa de Navegação a vapor do Araguaia, pediu ao presidente Gomes da Siqueira que o presídio fosse reativado logo abaixo das entaipavas, no território do Xambioá; com isso, dizia Gomes da Siqueira, o novo presídio “não só pode prestar os mais necessários auxílios aos navegantes contra as hostilidades dos índios, como também pode auxiliar e ser reciprocamente auxiliado pelo aldeamento dos Xambioá”<sup>194</sup>. Em 1871, o então presidente Antero Cícero de Assis, após autorização para refundar aquela guarnição, informou que a quantia de 4:000.000 rs que lhe foi orçada para a realização do pleito talvez não bastasse para a fundação de um presídio “em lugar deserto e tão remoto dos

---

<sup>190</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório com que o presidente da província de Goiás, o Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, entregou a presidência da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Bonifácio Gomes de Siqueira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1864, p. 06

<sup>191</sup> Relatório da Inspetoria Geral dos Presídios de Goiás, de 5 de julho de 1866, sobre os presídios de Santo Antônio, Santa Bárbara, Jurupensem, Santa Leopoldina, Monte Alegre, Santa Maria, São José dos Martírios. AHEG. Documentação Avulsa. Caixa 171.

<sup>192</sup> BROTERO, Frederico de Barros. Uma viagem a Goiás em 1867. *RIHGSP*. Edição do IHGSP, vol. 38. São Paulo, 1940, p. 42

<sup>193</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, João Bonifácio Gomes da Siqueira, ao Ministério da Guerra, em 25 de novembro de 1870. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 479 (Correspondência da presidência da província com ministério da guerra, 1867-1872).

<sup>194</sup> *Idem*

povoados”<sup>195</sup>. De todo modo, a sua posição era estratégica para a catequese indígena e apoio ao serviço da navegação a vapor e, por isso, em 1872, São José dos Martírios foi novamente fundado, porém com muita dificuldade<sup>196</sup>.

Por fim, apresento aquele que era considerado o mais importante presídio não só da linha do Araguaia, mas de toda a província de Goiás: Santa Maria do Araguaia. Sua história, conforme veremos, está diretamente ligada aos Irã amrayré. O debate mais detalhado acerca do presídio de Santa Maria do Araguaia ocorrerá nos capítulos que se seguem, haja vista a sua importância para o tema desta tese.

## **2.5 Para criar “necessidades sociais”: os brindes**

Em seu relatório de 1846, o presidente Ignácio Ramalho ressaltou a situação caótica no sertão da província de Goiás, onde, segundo ele, nascentes povoações e estabelecimentos rurais se achavam destruídos pelas incursões dos “selvagens”. Para ele, negando o protagonismo dos próprios índios, tal situação se devia mais aos métodos improfícuos que se empregavam na catequese indígena que propriamente à ferocidade dos grupos indígenas. Ao criticar a prática de se erigir aldeamentos em locais distantes dos territórios indígenas, o que tornavam o seu deslocamento dispendioso, Ramalho afirmava que era fundamental a fundação de aldeamentos, sob a responsabilidade de missionários, nos lugares em que os indígenas estavam habituados a frequentar, para que desse modo, de maneira “gradual, e insensivelmente [eles] adquiram necessidades

---

<sup>195</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Antero Cícero de Assis, ao Ministério da Guerra, em 13 de setembro de 1871. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 479 (Correspondência da presidência da província com ministério da guerra, 1867-1872).

<sup>196</sup> O capitão reformado Joaquim Alves d’Oliveira, encarregado de fundar e comandar aquele presídio, partiu da capital da província em abril de 1872, porém sua viagem foi cheia de dificuldades após a sua partida do porto de Jurupense e, dizia Antero Cícero de Assis, “só ao seu ânimo firme e resolutivo devo poder hoje referir aquela guarnição no prazo marcado” (GOIÁS, 1873, p. 33). Quando chegou em Santa Maria do Araguaia teve que lidar com a insubordinação das praças daquela guarnição que se recusaram a acompanhá-lo para fazerem parte da guarnição do novo presídio. Das 17 que estavam previstos, somente 07 se dispuseram a acompanhá-lo, os demais militares foram presos e remetidos à capital. Estava prevista também a chegada de 25 guardas, cedidas pelo Comandante Superior da Guarda nacional de Porto Imperial, porém a maioria desertou no caminho, chegando somente 02 ao presídio de Santa Maria (GOIÁS, 1873, p. 33). Em ofício enviado ao Inspetor Geral dos Presídios de Goiás, em 26 de dezembro de 1873, o presidente Antero Cícero de Assis, deu-lhe a seguinte informação acerca da mudança deste presídio: “Por Aviso do Ministério da Guerra de 19 de novembro último foi-me declarado ficar aprovado a deliberação que tomei de mandar transferir o Presídio de S. José dos Martyrios do lugar em que se acha para o em que outrora fora fundado, em vista da conveniência aconselhada pela Comissão de Engenheiros encarregada das explorações dos rios Araguaia e Tocantins” (Ofício ao Inspetor Geral dos Presídios, 26 de dez. de 1873)

sociais”. Este, continua ele, “seria o melhor sistema a adotar, e que terá os melhores resultados”<sup>197</sup>.

Para Ramalho, as expedições punitivas realizadas contra os índios nos sertões, método até então empregado, serviam tão somente para incitar a ferocidade dos grupos indígenas contra os “civilizados”. Sendo assim, era preciso combater tal prática e implementar uma política de fundação de aldeamentos, nos quais se buscava convencer os índios acerca das “intenções pacíficas” para com eles. A convivência no espaço das missões, à medida que geraria as necessidades sociais, através dos bens materiais a serem ofertados constantemente pelos missionários aos índios, serviria para criar neles demandas cada vez mais frequente por esses produtos, obrigando-os a buscá-los no mundo civilizado e, conseqüentemente, se submetendo ao trabalho “metódico”. No ano seguinte, Ignácio Ramalho voltou a reafirmar a sua tese de que somente através dos aldeamentos e do contato frequente dos índios com os bens materiais do mundo ocidental era que se poderia realizar a civilização dos indígenas: “destarte irão se convencendo lentamente que a raça civilizada não quer a sua destruição, mas antes o seu bem-estar; criarão facilmente necessidades, que os obriguem à vida social, onde somente poderão satisfazê-la”<sup>198</sup>.

Em seu *Itinerário*, Vicente Ferreira Gomes propôs algo semelhante no que diz respeito ao melhor método de incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Após conhecer as aldeias dos Apinajé, nas proximidades de Boa Vista do Tocantins, ele estava convicto de que o melhor meio para conquistar os índios à civilização não seria mediante o seu constrangimento pela força, através da realização de bandeiras, mas garantindo que eles experimentassem “os cômodos e vantagens da vida social”<sup>199</sup>. Mesmo reconhecendo “não ter as habilitações precisas para bem apreciar as coisas e indicar os meios pelos quais se possam conseguir os melhoramentos materiais e morais”<sup>200</sup>, o magistrado da comarca de Palma apresentou uma proposta acerca de como melhor proceder com os grupos

---

<sup>197</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1846, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1846, p. 15

<sup>198</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1847, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1847, p. 13

<sup>199</sup> GOMES, Vicente Ferreira. *Itinerário da cidade de Palma...*, 1862, p. 512. Ao se referir aos Apinajé, quando lhe foi informado – inclusive pelo missionário capuchinho, frei Francisco do Monte S. Vito – que eles não queriam andar vestidos, ele afirma que tal fato se dava em virtude de que “eles não experimentaram os cômodos da vida social, que depois seriam reputados necessidades reais”. (GOMES, 1862, p. 494).

<sup>200</sup> *Idem*

indígenas do norte da província: “convém não atacar de frente e de choque seus hábitos, costumes e inclinações; porque eles os deixarão logo que gozarem os cômodos, as vantagens da vida social”<sup>201</sup>. Assim como o presidente Ignácio Ramalho, Ferreira Gomes acreditava que as violências cometidas contra os índios serviam tão somente para provocar-lhes a ira contra os “civilizados”. Por essa razão, em seu relatório, ele apresentou a seguinte recomendação ao governo imperial:

Convém que o governo imperial recomende a todas as autoridades, aos povos civilizados, que não hostilizem os indígenas, que não se façam bandeiras a título de perseguir indígenas hostis e agressores; porque este inumano sistema, este vergonhoso passado de carnificina, de devastação, tem feito com que os indígenas nos consideram seus inimigos encarniçados<sup>202</sup>.

À crítica de que os índios eram indolentes e preguiçosos, Ferreira Gomes contestava fazendo a seguinte indagação: “pode-se chamar preguiçoso aquele que trabalha para satisfazer as necessidades reais e fictícias da vida?”. O autor ainda é mais enfático ao perguntar: “poder-se-á qualificar como tal aquele que, não conhecendo outra necessidade senão a da conservação, trabalha para alimentar-se como o resultado do seu trabalho e defende-se quanto pode contra seus opressores?”. A resposta do autor para essas perguntas foi taxativa: “não”<sup>203</sup>. O ponto nevrálgico da afirmação de Ferreira Gomes era de que os índios não eram preguiçosos, apenas não possuíam necessidades sociais que justificassem o trabalho metódico e uma vida de previdência. Os Apinajé, assim como outros grupos indígenas, segundo ele, se prestavam a todos os tipos de trabalho, em especial o de “campear, o de caçar, pescar, remar”<sup>204</sup>. De certo modo, era preciso se operar uma mudança de hábitos entre os grupos indígenas, e com isso, gerar essa dependência para com a sociedade ocidental e seus bens materiais<sup>205</sup>. A estratégia adotada foi a paulatina incorporação de bens materiais – denominados brindes pelos não indígenas – no mundo indígena.

Na política indigenista desenvolvida na segunda metade do século XIX, os brindes foram fundamentais na aproximação inicial que os missionários estabeleciam junto aos

---

<sup>201</sup> *Idem*

<sup>202</sup> *Idem*

<sup>203</sup> *Idem*

<sup>204</sup> *Idem*

<sup>205</sup> AMOROSO, Marta. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 13, n. 37. São Paulo: 1998, p. 101-114

índios ainda não aldeados, tidos como “brabos”. O Regulamento das Missões de 1845 explicitava a função dos brindes no contato com os índios, no §10º do art. 1º:

Distribuir pelos Diretores das Aldeias, e pelos Missionários, que andarem nos *lugares remotos*, os objetos que pelo Governo Imperial forem destinados para os Índios, assim para a agricultura, ou para o uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem próprios para atrair-lhes a atenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Província, segundo as Instruções que tiver do Governo Imperial<sup>206</sup>

Nota-se aqui como a utilização de brindes era vista enquanto uma estratégia para se buscar o estabelecimento do contato inicial com os índios, atraindo a sua atenção, e provocando-lhes a curiosidade; uma vez estabelecida a relação, esperava-se que os brindes gerassem uma dependência por parte dos índios para a obtenção desses produtos, o que os levaria ao “desejo do trato social”<sup>207</sup>. Ainda de acordo com o Regulamento das Missões, no §7º do Art. 2º, aos diretores dos aldeamentos e missionários competia a função de “[d]istribuir os objetos, que forem aplicados pelo Diretor Geral para os trabalhos comuns, e particulares dos Índios; e os que forem destinados para animar, e premiar os Índios já aldeados, e atrair os que ainda o não estejam”<sup>208</sup>. Ao analisarmos o texto legal, pode-se perceber como a distribuição dos “objetos” nos “lugares remotos” se dava com dois objetivos distintos, buscando atender tanto aos índios aldeados, quanto aqueles que estavam nos sertões: no primeiro caso, os brindes deveriam ser distribuídos

---

<sup>206</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Tomo VIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846, p. 86, grifo meu

<sup>207</sup> A utilização de bens materiais para a cooptação e convencimento dos índios também ocorria na América portuguesa, conforme mostram fartamente a historiografia sobre o tema. Em *Do Sertão para o Mar*, Mauro Cesar Coelho, por exemplo, aponta a importância dos presentes para o convencimento dos índios – em especial, as chefias indígenas – para a realização dos descimentos durante a vigência da Lei do Diretório (1750-1798). Segundo ele informa, “[n]os descimentos ocorridos durante a vigência do Diretório dos Índios, a oferta de presentes permaneceu intocada, como um dos momentos fundamentais do processo de convencimento. Roupas, tecidos, chapéus, machados, foices, barbantes, granadas, pólvora, espelhos etc. faziam parte da relação de bens que eram oferecidos aos índios” (COELHO, 2005, p. 205). John Monteiro, em *Negros da Terra*, lembra como na São Paulo seiscentista se utilizava de um “amplo sortimento de quinquilharias” nas expedições ao sertão, a fim de serem utilizadas nos “resgates” dos índios cativos de guerra (MONTEIRO, 1994, p. 65). Ainda nessa linha, para não me alongar nos inúmeros exemplos sobre o período colonial, vale citar os seguintes trabalhos: GARCIA, Elisa Frühaufer. *As diversas formas de ser índio...*, 2007; ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfozes indígenas...*, 2013; FELIPPE, Guilherme Galhegos. *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18*. Tese (Doutorado em história). Unisinos, São Leopoldo, 2013; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

<sup>208</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Tomo VIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846, p. 92.

para incentivar o trabalho no aldeamento, a produção de roças coletivas, etc.; já com relação ao segundo objetivo, diz respeito basicamente à atração dos grupos indígenas que ainda não estavam aldeados na missão.

Na documentação esses objetos eram quase sempre descritos como produtos que para os não indígenas não tinham muito valor. “Nada nos custavam”, dizia Couto de Magalhães acerca dos produtos permutados com os Karajá e Xavante da povoação da Estiva – região da missão de São Joaquim de Jamimbú – e que eles ficavam tão satisfeitos<sup>209</sup>. Esses objetos, conforme afirma Henrique, eram também descritos como mimos, e segundo ele, “constituíam elemento fundamental na política de atração e manutenção dos indígenas nos aldeamentos”<sup>210</sup>. O processo de civilização dos índios, segundo Amoroso, era organizado em três etapas: em primeiro lugar se tentava a “conquista do paladar”, dando aos índios produtos da cultura material ocidental, em especial o sal, rapadura, além de ferramentas. Como lembra a autora, através do paladar a civilização cristã almejava a mudança dos hábitos da população indígena, acostumando-os aos produtos que lhes eram fornecidos pelos missionários<sup>211</sup>. Desse modo, destaca Amoroso, “[a]costumar o paladar do índio ao gosto doce, salgado e ardente da civilização era assim o primeiro passo, e principal ardid da manutenção dos índios aproximados, ainda que a contragosto, dos equipamentos coloniais”<sup>212</sup>.

O passo seguinte pressupunha que os grupos indígenas estivessem aldeados ou em íntima relação com o aldeamento. A partir de então o missionário fornecia somente ferramentas aos índios como forma de induzi-los ao trabalho, como forma de continuarem adquirindo os produtos ocidentais. O objetivo era que partisse dos próprios índios a demanda por esses produtos. “Feita a aproximação através dos brindes e mantidos os índios aproximados mediante o fornecimento sistemático de sal e ferramentas, era necessário induzir aquela população aldeada ao trabalho”<sup>213</sup>.

A terceira etapa desse processo estava baseada na ideia do “exemplo edificante”. Diferentemente do que faziam os missionários jesuítas durante o período colonial, os

---

<sup>209</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaya...*, 1902, p. 148. O presidente da província, José de Assiz Mascarenhas, ao tratar da importância da civilização indígena, afirmou o seguinte: “os índios são fáceis de contentar e atrair ainda com presentes os mais insignificantes, que infinitamente apreciam” (GOIÁS, 1838, p. 25, grifo meu)

<sup>210</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal...*, p. 126

<sup>211</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, p. 66

<sup>212</sup> *Idem*, p. 68

<sup>213</sup> *Idem*, p. 69



capuchinhos incentivavam a presença de não indígenas no espaço do aldeamento para que assim os grupos indígenas pudessem aprender mediante o exemplo dado por estes. Na compreensão dos missionários capuchinhos, os índios não eram capazes de raciocinar, mas poderiam “imitar comportamentos desejáveis”<sup>214</sup>. Portanto, nessa terceira etapa:

[...] os missionários faziam uma apropriação didático-pedagógica da presença dos colonos e militares nos aldeamentos: os índios aprenderiam convivendo com a gente católica e trabalhadora do Brasil, e o trabalho de catequese chegaria indiretamente aos índios, pela via do exemplo [...]<sup>215</sup>

Portanto, se as missões e os presídios militares deveriam ser espaços de poder e controle dos/nos sertões por meio dos quais se operaria a incorporação das populações indígenas ao mundo imperial, tal processo seria mediado – ou viabilizado – pelos bens materiais, primeiramente, mas em seguida pelo incentivo ao trabalho, mediante o exemplo dos trabalhadores não indígenas presentes naqueles espaços<sup>216</sup>. A documentação oficial da província de Goiás, bem como os relatos de viajantes são ricos em exemplos que apontam a importância dos bens materiais ocidentais para a aproximação com os índios do sertão goiano, os “índios brabos”, mas também para a manutenção da relação de aliança e cooperação com aqueles já aldeados. Missionários, militares, viajantes/exploradores, comerciantes/navegantes ou mesmo os presidentes de província não se dirigiam até os sertões da província de Goiás sem estarem munidos de um número significativo de produtos para brindarem os índios<sup>217</sup>. Dentre esses brindes estavam

---

<sup>214</sup> AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. Série Antropologia Hoje. Terceiro Nome: São Paulo, 2014, p. 102. Como lembra a autora: “o diagnóstico de uma capacidade intelectual reduzida dos índios era um dos muitos empréstimos livremente tomados dos jesuítas, com uma pequena intrusão do tema da decrepitude original dos índios, ao gosto da ciência do século XIX” (AMOROSO, 2014, p. 102)

<sup>215</sup> *Idem*, p.103

<sup>216</sup> Ainda segundo Marta Amoroso, para os capuchinhos era necessário levar em consideração três premissas na catequese indígena: i) “os índios não detinham capacidade intelectual para o aprendizado de valores exteriores a suas culturas originais”; ii) “os índios eram irredutíveis, não mudariam nunca, mesmo vivendo a situação de aldeamento”; iii) “o estágio de selvageria em que se encontravam não permitia o aprendizado, somente a imitação” (AMOROSO, 1998, p. 104)

<sup>217</sup> Em suas expedições pelo Araguaia, graças às trocas de brindes com os índios, Francis Castelnau e T. Rufino Segurado, puderam contar com a cooperação dos Karajá-Xambioá para transpor o trecho encachoeirado daquele rio. No caso de Rufino Segurado, conforme já dito nesta tese, a troca de brindes com os Karajá foi fundamental para a aquisição de alimentos para a tripulação das embarcações, sobretudo, devido ao fato de que àquela altura a presença de colonos nas margens do Araguaia era praticamente nula. Quando realizou a sua expedição ao Araguaia, em 1863, o presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães, fez questão de levar “diversos presentes para os índios”. No aldeamento de Estiva, nas proximidades de S. Joaquim de Jamimbu, ele pode trocar vários desses produtos com os Karajá e os Xavante. Dentre esses presentes estavam: “baetas, facas, tesouras, fumo, agulhas, anzóis, espelhos, rosários e quantidade de cousas semelhantes, que foram distribuídas entre eles: as mulheres apreciaram muito os espelhos e os rosários de missangas” (MAGALHÃES, 1902 [1863], p. 148).

principalmente ferramentas (facas, machados, enxadas, etc.), fumo, anzóis, sal, contas, tecidos, armas de fogo e munição.

No dia 21 de agosto de 1860, quando estava organizando a expedição responsável por descer o rio Araguaia e fundar o presídio de Santa Maria do Araguaia, o presidente da província escreveu ao Inspetor Geral dos Presídios informando-lhe acerca da compra de brindes aos índios. Dizia ele: “[n]esta data mandei pagar-lhe pela Tesouraria da Fazenda a quantia de 139.130 réis que Vmce por autorização desta Presidência, dispendeu com a aquisição de objetos para brindes aos índios no Presídio de S. Maria do Araguaia”<sup>218</sup>. Conforme veremos adiante, o reforço não chegou a tempo, e a expedição que saiu de Boa Visto do Tocantins, liderada por frei Francisco, foi atacada pelos Irã amrayré. Quando o frei Savino de Rimini foi incumbido de fundar o aldeamento dos Xambioá, logo abaixo do presídio de Santa Maria do Araguaia, a orientação que lhe foi dada pelo encarregado do Serviço de Catequese era para que chamasse “ao trabalho e à religião” os índios adultos. Por essa razão, era-lhe orientado a distribuir brindes somente àqueles que se mostrassem “inteligentes, laboriosos e nossos amigos”<sup>219</sup>.

Em 1859, quando na freguesia de Torres do Rio Bonito, os “índios Kayapó” (os Mebêngôkre meridionais) realizavam as suas incursões e, segundo o discurso do presidente da província, “incendiando as habitações dos pequenos lavradores daquele lugar, roubando tudo quanto pod[iam] conduzir”, a orientação do presidente às praças daquela região era para que “não lançasse mão de meios violentos”, mas “que procurasse captar-lhes a confiança, e chamá-los a paz por todos os meios brandos e persuasivos”<sup>220</sup>. Na ocasião, o presidente recorreu aos presentes como forma de estabelecer relações com aquele grupo: “[n]a mesma ocasião mandei fornecer à autoridade policial diversas ferramentas e outros objetos estimados pelos selvagens, a fim de serem por eles distribuídos, caso fossem encontrados, ou depostos em lugares ostensivos e onde

---

<sup>218</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Antônio Manoel d’Araujo e Mello, ao Inspetor Geral dos Presídios. 21 de agosto de 1860. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 406 – Correspondência com os presídios (1859-1863), p. 52

<sup>219</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Instruções para a fundação do aldeamento dos Chambioás. 2 de abril de 1872. In: BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira Sessão da décima quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barros Barreto*. Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1872, p. 01, anexo

<sup>220</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. Presidente, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 55

pudessem eles vir arrecadá-los”<sup>221</sup>. Anos antes, em 1841, o presidente José Rodrigues Jardim ressaltou a importância dos brindes para a atração dos índios, quando fez menção da chegada de dois missionários capuchinhos que ainda se encontrava em São Paulo, a caminho de Goiás:

Os dois missionários, que haveis pedido para a catequese, se acham na cidade de S. Paulo de marcha para esta Província, eles devem ser auxiliados para seguirem o seu destino; dê força para os defender, e dê brindes para atrair a esses que até agora se mostra nossos inimigos<sup>222</sup>.

O exemplo utilizado pelo mesmo presidente para corroborar com a sua orientação acerca do uso dos brindes para a pacificação dos índios era a relação que até então era estabelecida com os Karajá, aldeados nas margens do rio Araguaia: “os pequenos brindes de ferramentas distribuídas pela Nação Karajá os tem conservado em perfeita paz, e amizade conosco, e por este exemplo nos devemos dirigir para com as demais Nações”<sup>223</sup>. No ano de 1847, segundo informou o presidente Ignácio Ramalho, alguns Xavante da região do rio das Mortes apareceram na povoação de Salinas “pedindo paz, e proteção do Governo, seguramente por verem os Karajá protegidos e *brindados*”<sup>224</sup>. Passados alguns anos, os Xavante continuariam a aparecer nas proximidades daquela povoação pelo mesmo motivo: “terem sido sempre bem recebidos ali, e presenteados”<sup>225</sup>. No ano de 1856, o missionário da missão de São Joaquim de Jamimbú, frei Segismundo de Taggia, esteve na capital da província a fim de tratar de sua expedição em busca dos Xavante e outras “tribos” do Araguaia. Naquela ocasião, o presidente mandou que lhe entregassem vários brindes e o recomendou para que “empregasse todos os meios a seu alcance para abrir com eles relações amigáveis, a fim de por meio delas dar-se princípio à catequese e tornar-se uteis a sociedade milhares de indivíduos”<sup>226</sup>. Ao adentrarem numa aldeia dos Xavante, alguns membros dessa expedição encontraram somente um velho que os

---

<sup>221</sup> *Idem*, p. 56

<sup>222</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1841, o Exm. Vice-Presidente da mesma província, Dr. José Rodrigues Jardim*. Tipografia Provincial: Goiás, 1841, p. 10

<sup>223</sup> *Idem*

<sup>224</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1847, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Ignácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1847, p. 15, grifo meu

<sup>225</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. Presidente, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 49

<sup>226</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1856, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1856, p. 15

recebeu com flechas, pois não queria conversar. Os guerreiros, segundo lhe foi informado por uma mulher Xavante, estavam fora da aldeia, numa caçada de queixada. No diálogo com o velho Xavante, o intérprete (“língua”) da expedição lhe disse que “era seu parente e tinha ido com o missionário para levar-lhe *mimos*, e não para brigar, e que desejava a paz”<sup>227</sup>. Não adiantou, pois para ele os “cristãos” eram muito maus: no passado seu povo havia sido aldeado no aldeamento do Carretão e ali sofrera “judiações”, com palmatoria, tronco, corrente chicote e colar<sup>228</sup>.

Ao final, a expedição se mostrou completamente desastrosa, resultando na morte de um cabo, um soldado e “quatro ou cinco índios brabos”<sup>229</sup>. A realização de expedições ao sertão em busca de contato com os “índios brabos” foi criticada depois pelo presidente Gama Cerqueira, haja vista o risco que corria o missionário. Seria mais proveitoso, cria ele, fazer uso dos presentes, dando aos índios os “objetos mais estimados por eles”:

Não me parecendo conveniente o método de fazerem-se expedições com o fim de atrair novas tribos para os aldeamentos, porque nem devem os missionários empreendê-las desacompanhados, nem lhes é [palavra ilegível] evitar conflitos entre os selvagens e a escolta que os acompanha, *resta somente o meio de aliciá-los com alguns presentes para o que é indispensável que nos aldeamentos exista sempre uma pequena provisão dos objetos mais estimados pelos índios*<sup>230</sup>.

Em seu relatório de 1865, Antônio Francisco de Paula Souza, Ministro da Agricultura, lembrou que a conversão e civilização indígena era um processo lento. Segundo ele, “[a] transição da vida selvagem e errante para a da civilização não pode efetuar-se bruscamente, sem gradações”<sup>231</sup>, e enquanto tal, afirmou ele, devia ser mediada pela religião. Teoricamente, essa passagem da vida selvagem e errante para a civilização – para utilizar os termos do ministro – deveria se operar segundo alguns estágios, de acordo com Amoroso: sedução, sedentarização, conversão e trabalho<sup>232</sup>. A experiência

---

<sup>227</sup> *Idem*, grifo meu

<sup>228</sup> *Idem*

<sup>229</sup> *Idem*

<sup>230</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1858, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858, p. 20, grifo meu

<sup>231</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1865, apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (Antônio Francisco de Paula Souza)*. Tipografia Perseverança, Rio de Janeiro, 1866, p. 51.

<sup>232</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 75. Em outro trabalho, ao destacar o trabalho dos Guarani-Kaiowá na construção das lavouras coletivas no aldeamento de São Pedro de Alcântara, administrada pelo missionário capuchinho, frei Timotheo de Castelnuovo, a autora afirma que isso não só visava a subsistência do aldeamento, mas também pôr em prática o programa de Catequese e Civilização dos índios, no qual “o abandono da vida errante, a adoção da vida sedentária e a ‘ambição de possuir’ eram

cotidiana, no entanto, era completamente diferente, conforme veremos. Uma vez estabelecida a missão ou um presídio militar dentro do território indígena havia a constante necessidade de municiar os missionários e/ou os comandantes dos presídios de produtos que os índios constantemente demandavam. Por essa razão, os missionários constantemente solicitavam ao governo da província brindes para os índios de seus aldeamentos<sup>233</sup>.

Na documentação consultada junto ao AHEG relacionada aos orçamentos anuais, mesmo apresentando lacunas para vários anos, pode-se notar que os presidentes da província previam, no capítulo sobre a catequese, uma determinada quantia destinada a aquisição de brindes para os índios<sup>234</sup>. Em 1847, por exemplo, do montante de 5:400\$000 réis previstos para a catequese indígena, 1:400\$000 réis estavam destinados ao pagamento dos três missionários capuchinhos<sup>235</sup>, e o restante (4:000\$000) era para o pagamento de inspetores para as aldeias, caso fosse necessário, para o estabelecimento de presídio, e para a compra de “brindes para os índios”<sup>236</sup>. No ano seguinte, o orçamento anual previa um orçamento de 3. 400\$000 réis para a catequese; excetuando os 1. 400\$000 que eram para o pagamento dos mesmos missionários, o restante – 2 .000\$000 – estava destinado para a aquisição de “brindes aos índios”, além da fundação de novos presídios e “o mais que o Governo da Província julgar necessário, não só para rebater as incursões dos Índios Selvagens, como para promover sua catequese, e civilização”<sup>237</sup>. Para o orçamento do ano

---

etapas preparatórias da catequese, associadas à produção de excedentes e à comercialização de produtos da lavoura” (AMOROSO, 2014, p. 152)

<sup>233</sup> Em setembro de 1851 foi enviado ao missionário frei Rafael de Taggia, da missão de Pedro Afonso, um carregamento composto de 24 machados, 24 foices, 47 tesouras, 4 dúzias de espelhos, 4 maços de missangas, 24 enxadas, um fardo e um pequeno rolo de algodão – 283 varas (MUBAN. Cód. 1683. 4 de setembro de 1851). Em 1852, frei Rafael, ao se referir às ferramentas agrícolas dos índios da missão de Pedro Afonso, afirmava que “os instrumentos da agricultura não diversificam dos nossos” (TAGGIA, 1856, p. 124).

<sup>234</sup> Foram encontrados somente os orçamentos referentes aos anos de 1847, 1848, 1860, 1862, 1863, 1864, 1865, 1870, 1876, 1877, 1878, 1879 e 1886

<sup>235</sup> Eram eles: frei Francisco do Monte São Vito, “Missionário apostólico das aldeias dos índios Apinajé, e Kraó” (600U000), frei Segismundo de Taggia, “missionário da povoação de São Joaquim de Jamimbu” (400U000) e frei Rafael de Taggia, “missionário da povoação de Santa Maria do Araguaia” (400U000) (Livro da Lei Goiana, 1848, p. 30). Mesmo estando citado aqui como missionário em Santa Maria do Araguaia, frei Rafael não chegou, de fato, a fundar e missionar em Santa Maria. No ano seguinte ele já constava no orçamento como missionário na povoação do rio do sono.

<sup>236</sup> GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*: dividido em duas partes: primeira contém as leis, resoluções, e posturas da Assembleia Legislativa da Província de Goiás em as sessões ordinárias de 1847; segunda contém os atos do governo provincial para a boa execução das ditas leis e resoluções. Tomo 13. Tipografia Provincial: Goiás, 1848, p. 30

<sup>237</sup> GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*: dividido em duas partes: primeira contém as leis, resoluções, e posturas da Assembleia Legislativa da Província de Goiás em as sessões ordinárias de 1848; segunda contém os atos do governo provincial para a boa execução das ditas leis e resoluções. Tomo 14. Tipografia Provincial: Goiás, 1848, p. 24

de 1861 estava prevista verba somente para “brindes aos índios e despesas em geral”<sup>238</sup>. Nos anos de 1862 e 1863 foi destinado ao orçamento da catequese o valor de 2.000\$000 réis a serem gastos com brindes aos índios e despesas em geral<sup>239</sup>, e nos anos de 1864 e 1865 esse valor foi de apenas 1.000\$000 réis<sup>240</sup>. Na década de 1870 os gastos com a catequese indígena pelos cofres da província de Goiás, ao menos para os documentos que encontrei, eram de 5.000 réis; portanto, bem abaixo dos anos anteriores<sup>241</sup>. Frente aos poucos recursos destinados à catequese, uma das opções adotadas pelos presidentes da província era comprar os brindes no Pará, valendo-se dos comerciantes que navegavam pelo Araguaia. Assim, após tomar conhecimento de que os “índios Kayapó” se apresentavam “de par” ao presídio de Santa Maria do Araguaia buscando permutar as crianças raptadas em suas guerras por bens materiais ocidentais<sup>242</sup>, o presidente da província escreve ao comandante daquela guarnição para lhe orientar, dentre outras coisas, acerca da aquisição dos “brindes” a serem entregues àqueles índios:

Sendo mais conveniente mandar vir do Pará, do que remeter daqui, os objetos próprios para brindes dos índios, porque ficam mais baratos, autorizo Vm<sup>ce</sup> a dispender com a compra dos mesmos objetos até a quantia de 600,000 r<sup>s</sup>, devendo enviar quanto antes a conta documentada da despesa com a compra e frete dos mesmos objetos, afim de lhe ser paga sua importância<sup>243</sup>

---

<sup>238</sup> GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*. Contém as leis, e resoluções da Assembleia Legislativa da província de Goiás em as Sessões ordinárias de 1860. Tomo 26. Tipografia Provincial: Goiás, 1861, p. 11-2

<sup>239</sup> GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1862*. Tomo 28, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 16; GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1863*. Tomo 29, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1864, p. 08.

<sup>240</sup> GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1864*. Tomo 30, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1865, p. 27; GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1865*. Tomo 31, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1866, p. 10.

<sup>241</sup> Referentes a essa década, foram encontrados os orçamentos dos anos de 1870 (que estabelece o orçamento do ano de 1871 e 1872), 1876 (que fixa o orçamento dos anos de 1876 e 1877), 1877 (que fixa o orçamento dos anos de 1878 e 1879) e 1878 (que estabelece o orçamento provincial de 1879 e 1880). Em ofício de 16 de julho de 1870, atendendo a uma solicitação do presidente da província, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas lhe informou acerca da concessão de crédito no valor de 29.683\$000 réis para o exercício de 1870-1871, sendo 15.000\$000 para as obras públicas em geral, 5.000\$000 para a catequese e civilização dos índios e 9.683\$000 para os correios (Ofício... 16 de julho de 1870. Doc. Avulsa. Caixa 195). No ano anterior, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, atendendo a uma solicitação da Tesouraria da Fazenda da província de Goiás para que aumentasse a verba destinada a catequese e civilização indígena, enviou aviso ao Ministério da Fazenda “acerca do aumento de trezentos e sessenta e sete mil novecentos e vinte e dois réis”. (Ofício...11 de novembro de 1869. Doc. Avulsa. Caixa 189)

<sup>242</sup> Este episódio é analisado mais detalhadamente no capítulo IV.

<sup>243</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. 21 de maio de 1867. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 451 - correspondência da presidência da província para os presídios (1864-1872), p. 69

Em relatório ao presidente da província, em 1876, o encarregado do Serviço de Catequese no vale do Araguaia, José da Costa Xavier Barros, informou-lhe acerca do “recebimento de brindes, materiais e utensílios chegados ultimamente do Pará para este serviço”<sup>244</sup>. Os presidentes da província constantemente se queixavam dos limitados recursos dispendidos por parte do governo imperial com a catequese indígena em Goiás. No ano de 1862, o presidente José Martins Pereira Alencastre se queixou ao Ministro da Agricultura, acerca das verbas destinadas para a catequese indígena em Goiás, uma província que, segundo ele, “cont[inha] em seu seio mais de vinte mil habitantes da raça indígena, muito milhares dos quais não são desconhecedores de nossos hábitos e costumes, e exigem ferramentas com preferência a qualquer outro objeto”<sup>245</sup>. Pereira Martins ressaltou que as verbas mal davam para o pagamento dos missionários, e “para comprar pouca ou rara ferramenta que distribuía aos índios aldeados”<sup>246</sup>. Partindo da perspectiva de que somente através das missões religiosas e dos presídios militares criados no território habitado pelos próprios índios, e pelo constante estabelecimento de relações entre estes e os não indígenas, o presidente reiterou o discurso acerca da importância de se criar necessidades sociais entre os índios para impeli-los à civilização:

Venham novos missionários, organiza-se o serviço das diretorias, fundem-se essas colônias militares e agrícolas ao lado dos aldeamentos indígenas, criem-se neles as escolas, estabeleçam-se as oficinas mais próprias a satisfazer as necessidades d’esses estabelecimentos nascentes, distribui-se em larga escala entre os índios instrumentos de lavoura (fouces, machados, enxada) não sejam contrariados em seus hábitos, ao invés, tratados com humanidade e presenteados no sentido de seus gostos – e estou convencido que eles confiarão em nós, procurar-nos-ão, sentirão novas necessidades e com elas irão desaparecendo lentamente seus hábitos e costumes<sup>247</sup>.

A análise da documentação oficial da província de Goiás nos mostra como a política indigenista imperial ancorada nos brindes como mecanismos de atração dos índios do sertão para o espaço da missão religiosa ou do presídio militar serviu para a atrair cada vez mais os indígenas para esses espaços de poder. Muitos, com certa frequência,

---

<sup>244</sup> Serviço de Catequese no Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente a província, em 1º de junho de 1876*. Tipografia Provincial: Goiás, 1876, p. 02, anexo

<sup>245</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, José Martins Pereira Alencastre, ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Felizardo de Souza e Melo. 12 de janeiro de 1862. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 427 - correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 24

<sup>246</sup> *Idem*, p. 24

<sup>247</sup> *Idem*, p. 30

chegaram a se deslocar de suas aldeias, nas margens do Araguaia e Tocantins, não só para as missões e presídios militares, mas também para a capital da província e até mesmo para a Corte imperial. Em 1866 um grupo de Xerente esteve no Rio de Janeiro e, segundo informa Patrícia Grigório, eles teriam reivindicado ao imperador um missionário para a sua aldeia<sup>248</sup>. Muito embora despertassem a preocupação por parte das autoridades, haja vista os poucos recursos destinados à catequese e civilização indígena, tal atitude era vista como um indício de que se estava, de fato, gerando as “novas necessidades sociais” entre os grupos indígenas.

Grande parte dos objetos dados aos índios que se dirigiam à capital ou às missões e presídios era constituído de ferramentas voltadas para o trabalho agrícola (machado, enxada, facas e foices). O objetivo era justamente “insinuar-lhe gradualmente o amor ao trabalho”<sup>249</sup>. No ano de 1864, os índios das proximidades do presídio de Santa Maria do Araguaia – o documento não menciona se eram Kayapó ou Karajá – estiveram na capital, juntamente com o comandante daquela guarnição. Na ocasião foram obsequiados com roupas e assessórios (camisas, calças, chapéus, mantas de algodão), 5 “espingardas fulminantes”, munições, ferramentas para a agricultura e fumo<sup>250</sup>. Em 1867, em momentos distintos, os índios do aldeamento S. José do Araguaia e do presídio de Santa Maria do Araguaia estiveram em Goiás em busca de brindes. O documento não detalha a quais grupos foram dados quais os brindes. Sabe-se, no entanto, que eles receberam 22 machados grandes, 22 enxadas do porto, 22 fouces grandes, 144 rosários, 12 espelhos com gaveta, 12 facas cabo de osso grandes, 12 facas cabo de osso, 24 facas cabo de osso menores<sup>251</sup>. Em junho de 1870, os Xerente, vindos do presídio de Santa Maria do Araguaia, estiveram na capital da província e foram obsequiados com duas facas grandes, duas foices, dois machados, dois chapéus, 2 calças de riscado, 2 camisas de chita e 2

---

<sup>248</sup> GRIGÓRIO, Patrícia Costa. Transformando selvagens em civilizados: um plano de educação para os índios do Brasil segundo a professora Leolinda Daltro. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 03.

<sup>249</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1847, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Ignácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1847, p. 14

<sup>250</sup> Ofício do presidente da província, João Bonifácio Gomes de Siqueira, ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda da província. 08 de novembro de 1864. MUBAN. Cód. 1680. Aldeia de Santa Maria do Araguaia.

<sup>251</sup> Ofício do Diretor Geral dos Índios, Joaquim Bueno Caiapó, ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. 10 de maio de 1867. MUBAN. Cód. 1680. Aldeia de Santa Maria do Araguaia.



enxadas, o que custou aos cofres provinciais a quantia de quarenta e 43:400 réis<sup>252</sup>. Os casos se sucedem aos montes na documentação<sup>253</sup>.

Após a fundação da empresa de navegação a vapor do rio Araguaia e do colégio Isabel, os brindes passaram a ser utilizados tanto para a aquisição de lenhas para o vapor, bem como para a obtenção de crianças indígenas para o referido colégio. Ao descerem o rio Araguaia, saindo de Leopoldina rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia, os comandantes dos vapores levavam consigo um número significativo de objetos para realizarem comércio com os índios da margem daquele rio ou simplesmente para deixarem nos presídios e missões das margens daquele rio, a pedido dos missionários ou comandantes das guarnições<sup>254</sup>. De igual modo, eram também utilizados brindes para obsequiar aos grupos indígenas que enviavam crianças para o colégio Isabel. Na documentação oficial, traduzindo o olhar do não indígena acerca dessa relação, se usava com frequência a expressão “aquisição de menores”, denotando que para eles (os não indígenas) se tratava de uma relação puramente econômica. Em 25 de dezembro de 1880, o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, major João Detsi, declarou ter comprado do comerciante João José Correia de Moraes três machados, no valor de seis mil réis cada um, e dois facões dos senhores Perilo e Vigiano, com o objetivo de brindar os índios “na aquisição de três menores que remeto p<sup>a</sup> o colégio Isabel”<sup>255</sup>.

---

<sup>252</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Ernesto Augusto Pereira, ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. 23 de julho de 1870. MUBAN. Cód. 1680. Aldeia de Santa Maria do Araguaia.

<sup>253</sup> Somente para mencionar mais alguns exemplos: em 1855 os índios Xavantes em visita à capital da província foram brindados com vários objetos, dentre eles “4 espingardas lazarinas” (MUBAN. Cód. 1682. 19 de novembro de 1855). Aos Xerente e Xavante que visitaram Goiás, foi mandado brindar com roupas e 09 espingardas aparelhadas. Tempos atrás os “índios do rio do somno”, quando estiveram na capital, foram brindados com roupas e assessorios (1 paletó, 1 calça e camisa americanos, 16 chapéus, 16 mantas de algodão, 10 mantas de chitas, pentes), ferramentas (4 foices, 15 enxadas), além de tesouras, agulhas, uma arma, munições, lenços e fios de conta de cores. (MUBAN. Cód. 1682. 10 de maio de 1865).

Em 1873, o capitão dos Kraô, Antônio Fito, e sete companheiros estiveram na capital da província em busca de brindes e receberam tecidos, ferramentas, chapéus, pentes, uma espingarda e munição (MUBAN. Cód. 1682. 8 de janeiro de 1873)

<sup>254</sup> No ano de 1882, o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia e o comandante de um dos vapores da Empresa de Navegação a vapor havia solicitado ao Almojarife do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia o fornecimento dos seguintes brindes: 6 machados americanos, 4 facões, 6 tesouras, 300 anzóis, 3 dúzias de rosários, 3 dúzias de espelho c/ de zinco e 2 Rolos de fumo (MUBAN, Cód. 16701 de setembro de 1882). Em maio de 1883, o comandante do vapor Mineiro solicitou 4 machados americanos, 4 facões, 6 tesouras, 4 dúzias de rosários, 4 dúzias de facas cabo branco, 200 anzóis e um rolo de fumo “para brindes aos índios a presente viagem à S. Maria” (MUBAN. Cód. 1670. 31 de maio de 1883). No mês anterior, foi o comandante do vapor colombo quem havia solicitado ao mesmo almojarife 6 machados americanos, 6 facões americanos, 6 tesouras ordinárias, 6 dúzias de rosários, 1 dúzia de espelhos c/ de zinco, 1 dúzia de facas c/ branco, 200 anzóis brancos de nº 4 a 8 e 1 rolo de fumo “para brindes aos índios na presente viagem à S. Maria” (MUBAN. Cód. 1670. 10 de abril de 1883)

<sup>255</sup> MUBAN. Cód. 1671. 25 de dezembro de 1880

Enfim, com a fundação dos aldeamentos e presídios militares nas margens dos dois principais rios de Goiás, bem como a criação do colégio Isabel, esperava-se a paulatina incorporação das sociedades indígenas à ordem imperial, incorporando seus territórios e fazendo-os mão de obra, trabalhadores uteis à nação. Ao mesmo tempo, com a função do serviço de navegação à vapor do Araguaia, tinha-se em mente a civilização dos grupos indígenas da margem do rio Araguaia através do comércio: “o comércio é um grande civilizador”, dizia o presidente da província de Goiás, Aristides de Souza Spínola<sup>256</sup>. Porém, apesar da vontade de poder e controle por parte dos agentes de execução da política indigenista do século XIX, os grupos indígenas não permaneceram passivos frente a todo esse processo; pelo contrário, agiram ativamente e criativamente frente a essa política, dando outros usos e sentidos aos espaços de poder imperial nos sertões e, ao seu modo, se apropriando dos bens materiais bastante utilizados no contato inicial e no cultivo da relação de amizade para com eles.

Foi em meio a essa dinâmica que as autoridades da província de Goiás fundaram o presídio de Santa Maria do Araguaia, com objetivo de promover a catequese indígena, auxiliar a navegação do rio Araguaia e promover o avanço da frente pastoril da margem do rio Tocantins para o Araguaia. Nesse processo, a política indigenista goiana se encontra com a política indígena, mais especificamente, os Irã amrayré, estabelecendo assim uma relação interétnica na qual os indígenas buscaram dar sentido e uso a essa experiência segundo os seus próprios interesses e sua cultura. Manuela Carneiro da Cunha certa vez criticou a perspectiva segundo a qual “o indigenismo foi muitas vezes reduzido à legislação”. Sem desconsiderar a sua importância, a autora ressalta que ela não pode ser pensada dissociada da “realidade completa”. Para ela, “a história do indigenismo não é portanto dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores”<sup>257</sup>.

Nesse sentido, antes de tratar mais detidamente do contato e da convivência dos Irã amrairé com os diferentes agentes na/da fronteira, faz-se necessário traçar um quadro mais geral acerca do mosaico étnico que caracterizava o vale do Araguaia-Tocantins no século XIX, destacando a etno-histórica Mebêngôkre e buscando compreender a relação que ele estabelecia com os demais grupos indígenas.

---

<sup>256</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 54

<sup>257</sup>CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Por uma história indígena e do indigenismo. In: \_\_\_\_\_. *Cultura com aspas e outros ensaios*. Ubu Editora: São Paulo, 2017, p. 133

## Capítulo 3

### Sertão e fronteira no norte de Goiás: guerra e predação

O presente capítulo tem como objetivo analisar a constituição da fronteira Araguaia-Tocantins ao longo do século XIX, em Goiás, buscando demonstrar que o território que se pretendia incorporar à dinâmica socioeconômica provincial era um complexo mosaico interétnico, caracterizado com uma rede de relações entre os diferentes grupos indígenas. No primeiro momento, analiso a visão que as autoridades provinciais tinham a respeito do norte da província, em especial o vale do Araguaia, e sua gente (os grupos indígenas), descrito sumariamente como sertão, um lugar selvagem, bárbaro, onde a civilização estava ausente. Em seguida, analiso a dinâmica do conflito interétnico entre indígenas e não indígenas na constituição da fronteira no século XIX. No segundo momento, busco analisar essa fronteira pelo seu outro lado, isto é, o lado indígena. É nesse cenário que se inserem os Mebêngôkre-Irã amrayré, e a sua relação com os outros grupos indígenas, alicerçada, no caso dos grupos não Mebêngôkre, na guerra, com vistas à predação (a incorporação da diferença) do outro, manifesta em seus cantos, adornos e danças.

#### 3.1 “Deus é grande, mas o mato é maior ainda”: imagens do sertão do Araguaia

Em sua obra, *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875*, Alfredo d’Escagnolle Taunay expunha a situação econômica em que se encontrava aquela província, destacando, entre outros aspectos, o que ele denominava de “estado estacionário e de desalento”<sup>1</sup>. O então deputado pela província de Goiás se receava que, a despeito da “exuberância dos recursos naturais que encerra” e da existência “dos grandes rios por toda parte [...] como que incitando o comércio interno”, grande parte do seu território restava totalmente desabitado pelos brasileiros<sup>2</sup>. Taunay afirmava que “campos ubérrimos se *alongam desertos e inaproveitados*”<sup>3</sup>. Segundo ele, faltava à província pessoas para povoar o seu vasto território, em especial o norte. Para Taunay, manifestando não somente a sua, mas a compreensão das autoridades provinciais e imperiais, aquele era o sertão, os “inanimados desertos”<sup>4</sup>. Assim, na perspectiva do autor,

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875...*, 1876, p. 11

<sup>2</sup> *Idem*, p. 06

<sup>3</sup> *Idem*, p. 06

<sup>4</sup> *Idem*, p. 18

sertão era o “[...] terreno ainda não de todo ganho ao trabalho e à civilização. Todas as províncias limítrofes de Goiás o têm largo e até mal conhecido”<sup>5</sup>.

A ideia do sertão enquanto o avesso da civilização também estava presente entre os missionários capuchinhos que atuavam na província de Goiás. Em março de 1869, frei Antônio de Ganges, em carta endereçada ao Comissário Geral dos missionários capuchinhos do Brasil, frei Caetano de Messina, dizia:

[...] peço-lhe não julgue os missionários do centro como julga os missionários que moram nos lugares civilizados, em que tem correios regulares, estradas férreas, e vapores, e podem escrever quando lhes agrada. Nós ao contrário, estamos desterrados nestes *sertões*, em que não temos ainda correios regulares, não temos teleférico elétricos<sup>6</sup>.

Sob as ordens do presidente da província de Goiás, conforme já dito anteriormente, Frei Antônio havia sido transferido da missão de Teresa Cristina, no Tocantins, para a missão do presídio de Santa Maria do Araguaia, a fim de auxiliar frei Francisco do Monte São Vito. A transferência, segundo frei Antônio, era provisória e ele deveria ficar naquela localidade até a chegada de outro missionário a ser enviado pelo governo imperial. Dentre os vários assuntos tratado em sua carta, frei Antônio se desculpou com o seu superior, pois este havia demonstrado descontentamento de sua mudança de missão sem a sua licença. Assim ele buscou justificar os motivos de não ter informado com antecedência ao frei Caetano de Messina, dizendo: “quando o Presidente em Goiás me disse que devia mudar-me, eu quis logo participar a V. Rema o que havia de novo, porém não pude porque enfermei”<sup>7</sup>. O outro motivo evocado por aquele missionário para justificar a não comunicação de sua transferência é justamente o fato de estar missionando no “sertão”, se opondo assim aos missionários que moravam nos “lugares civilizados”, isto é, nos grandes centros, com acesso serviços como correios, trens e navios a vapor.

Tanto o deputado Alfredo Taunay, quanto frei Antônio de Ganges, mobilizam uma representação negativa acerca do norte da província de Goiás, colocando-o na condição de território ainda por ser conquistado. A compreensão de sertão cara aos agentes históricos do século XIX em nada diz respeito à ideia atual que se tem desse conceito, relacionando-o à região Nordeste brasileira, vista enquanto o espaço da seca. Esta construção imagético-discursiva, como bem demonstrou Albuquerque Junior, se deu ao

---

<sup>5</sup> *Idem*, p. 07

<sup>6</sup> Carta do frei Antônio de Ganges ao Comissão Geral dos missionários capuchinhos do Brasil, frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, 25 de março de 1869. ACRJ. Gaveta 1, Pasta IX, 9, grifo meu.

<sup>7</sup> *Idem*

longo das primeiras décadas do século XX<sup>8</sup>. Para além de um espaço físico (isto é, o interior do continente), sertão remetia também a “um lugar cultural”, marcado por imagens e representações, classificado e hierarquizado na perspectiva de quem se encontrava no centro de poder. Desse modo, quanto mais distante se estivesse dos espaços de poder, da civilização, mais próximo se encontrava do sertão. No Brasil do século XIX, assim como em todo o período de colonização portuguesa, esses espaços de poder estavam localizados no litoral. O sertão era, tal como destacou Janaina Amado, “o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade”<sup>9</sup>.

A categoria *sertão*, tão pródiga no pensamento social brasileiro<sup>10</sup> do século XIX e início século XX, foi construída no contexto da colonização e, como lembra Lima, “mais do que em oposição ao litoral, é em contraste com a ideia de *região colonial* que o imaginário sobre o sertão se constitui. A *região colonial* representaria o espaço preenchido pelo colonizador, como sua antítese encontra-se o sertão”<sup>11</sup>. Seria, portanto, um espaço vazio de cultura e civilização, marcado pela barbárie, selvageria. Assim, como que num jogo de espelhos, o sertão é o avesso do moderno, do civilizado, da cultura; é o lugar, por excelência, da barbárie, onde reinam os selvagens e, citando novamente Taunay, “não [foi] de todo ganho ao trabalho e à civilização”<sup>12</sup>. No século XIX, destaca Lima, “à ideia de sertão [...] são associados atributos como ócio e propensão à violência, resultado de uma população dispersa e não moldada pela disciplina imposta pelo trabalho”<sup>13</sup>.

Enquanto espaço socioculturalmente imaginado, existiam duas perspectivas acerca do sertão: uma positiva e outra negativa. No primeiro caso, ele era tido enquanto o espaço da autêntica consciência nacional; já no segundo caso, é o espaço marcado pela natureza bravia e do índio bárbaro, selvagem. Lylia Galetti, por sua vez, ao destacar essas duas perspectivas, afirma:

Nas representações deste território, *ufanismo e pessimismo* combinavam-se, desenhando o mapa de um país cujos atributos naturais

---

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. Cortez Editora: São Paulo, 2011

<sup>9</sup> AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Vol. 8, n. 15, 1995, p. 149

<sup>10</sup> Dentre os vários pensadores e obras que ao longo do século XX dialogaram com essa categoria, cita-se, à guisa de exemplo: ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800...*, 1998 [1907]; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções...*, 2014 [1945]; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras...*, 2017[1957].

<sup>11</sup> LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. HUCITEC Editora: São Paulo, 2013, p. 22, grifo da autora.

<sup>12</sup> TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875...*, 1876, p. 07

<sup>13</sup> LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. HUCITEC Editora: São Paulo, 2013, p. 24

ora favoreciam a construção, no futuro, de uma grande e poderosa nação, ora pareciam condená-lo a submergir na barbárie, tais as dificuldades a enfrentar para fazer florescerem o progresso e a civilização num território gigantesco, cuja maior parte era ainda praticamente despovoada e desconhecida.<sup>14</sup>

No que concerne aos aspectos mais positivos na representação do interior do país, segundo a autora, destacam-se, além de sua natureza exuberante a ser explorada convenientemente, “a importância de sua população como portadora de manifestações culturais que expressavam, pelo isolamento em que se mantivera, longe de influências alienígenas, as mais autênticas tradições brasileiras”<sup>15</sup>, seriam reservas de brasilidade. Por outro lado, para as visões pessimistas, os sertões “eram lugar de barbárie, onde a natureza, praticamente intocada pelos motores da civilização [...] submetia às suas forças primitivas uma população composta de índios selvagens [...] e de mestiços tidos como indolentes e avessos à civilização”<sup>16</sup>. Nessa narrativa, os índios apareciam na condição de obstáculo ao avanço da civilização rumo ao interior da nação. Quanto à indolência atribuída aos mestiços, informa Galetti, essa característica era o resultado do meio tropical em que viviam e da mistura de sangue negro e índio<sup>17</sup>. Quer seja enquanto reserva de brasilidade ou lugar da barbárie, a “expansão para dentro”<sup>18</sup>, buscando a incorporação dos sertões do Império à dita civilização foi uma atividade das mais complexas no século XIX.

Em Goiás, no século XIX, os sertões eram territórios que suscitavam à população medo de toda ordem. Temia-se as doenças que acometiam a tripulação das embarcações que desciam os rios Araguaia e Tocantins rumo a Belém; temia-se também as feras bravas, tais como a onça, os jacarés, entre outros; no entanto, eram os ataques indígenas que causavam maior temor àqueles que se aventuravam no norte da província, quer com a instalação de fazendas de criação de gado, ou no serviço da navegação. Por essa razão, o norte da província de Goiás era descrito na capital a partir de expressões como selvagem, deserto, solidão.

---

<sup>14</sup> GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. *Textos de História*. v. 3, n.2, Brasília, 1995, p. 50

<sup>15</sup> *Idem*

<sup>16</sup> *Idem*, p. 50-1

<sup>17</sup> *Idem*, p. 51

<sup>18</sup> Acerca da ocupação do interior do território brasileiro no século XIX, pelo Estado Imperial, aponta Ilmar Mattos: “Impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: *uma expansão para dentro*. E aí reside o traço mais significativo na construção de uma unidade” (MATTOS, 2005, p. 26, grifo meu).

Os relatos de viajantes, relatórios dos presidentes de províncias e a comunicação oficial da província ajudam-nos a melhor compreender a visão que se tinha acerca do norte de Goiás, facilmente traduzida na postura que os goianos apresentavam com relação àquela região. Vale destacar, de antemão, que é preciso levar em consideração o lugar de enunciação desses sujeitos que produziram discursos acerca desse território, e os seus objetivos. São registros de autoridades provinciais, magistrados, missionários, exploradores, que estão descrevendo a região a partir da perspectiva dos grandes centros nacionais, ou mesmo de uma visão europeia, como é o caso do francês Francis Castelnau<sup>19</sup>. Estes se viam enquanto portadores de uma superioridade cultural e civilizacional com relação à população do norte goiano e, principalmente, aos índios que habitavam aquele território. Em seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas e Goiás*, Raimundo José da Cunha Mattos descreveu a visão que os moradores do sul da província tinham sobre os do norte: “Eu tinha até agora ouvido dizer que os habitantes dos sertões da Comarca do Norte de Goiás eram muito selvagens, e que estavam grandemente arredados da civilização da Comarca do Sul”.<sup>20</sup>

Para as pessoas de Goiás da segunda metade do século XIX, embrenhar-se no norte da província era uma missão arriscada, pois se estava marchando rumo ao desconhecido, no sentido oposto à civilização, correndo o risco de ser atacado pelos grupos indígenas. Em 1844, quando esteve na cidade de Goiás, a capital da província, a fim de preparar a sua expedição ao vale dos rios Araguaia e Tocantins, o Francis Castelnau foi instado de todas as formas a abortar a sua expedição: “pintaram-me em toda parte a execução do projeto como de tal modo difícil que eu já me dispunha a abandoná-lo”<sup>21</sup>. A fim de auxiliá-lo nessa empreitada, o vice-presidente da província de Goiás, reuniu “os chefes militares que tinha feito a campanha contra os índios, os guias mais experientes e os pilotos mais audazes, ficando decidido que o meu projeto de viagem era[...] perfeitamente exequível”<sup>22</sup>. Mesmo assim, no dia em que a expedição se despedia da capital para rumar para as margens do Araguaia, informa Castelnau, “todo mundo procurava fazer com que

---

<sup>19</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 141

<sup>20</sup> DA CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas e Goiás*. Tomo Segundo. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C. Rio de Janeiro, 1856, p. 09. Cunha Mattos foi um militar português que, segundo Kodama (2008, p. 377), “foi devoto servidor do Estado monárquico português”, porém logo após a independência se juntou aqueles que se consideravam brasileiros. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, vindo a falecer no ano seguinte. Seu *Itinerário* e registro das duas viagens que ele realizou do Rio de Janeiro para Goiás, e foi escrito entre os anos de 1823 e 1826 (KODAMA, 2008, p. 380).

<sup>21</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 141

<sup>22</sup> *Idem*, p. 141

abandonássemos uma empresa cujo sucesso parecia quase impossível, e cujos perigos nos eram pintados com as cores mais sombrias”<sup>23</sup>. Tratava-se de uma viagem marcada por “grandes dificuldades e perigos reais”, tais como as dificuldades em transpor o trecho encachoeirado do rio, as febres intermitentes que acometiam a tripulação das embarcações do Araguaia-Tocantins, e, principalmente, os donos daqueles sertões, os grupos indígenas.

Em 1863, em sua viagem ao rio Araguaia, Couto de Magalhães se referiu ao tamanho de sua expedição, dizendo: “[e]stes desertos talvez nunca [viram] tão grande número de homens civilizados”<sup>24</sup>. Sua comitiva era composta por 23 pessoas “completamente armados e municiados de cartuxame e bala”; assim, em caso de ataques, diz ele, “estamos aptos para oferecer uma resistência formidável os selvagens”<sup>25</sup>. Couto de Magalhães realizou sua viagem na condição de alto funcionário do Império, com objetivos administrativos, isto é, analisar a possibilidade e a viabilidade de navegação do rio Araguaia, mudar as populações de localidades, trazendo-as para as margens daquele rio, construir estradas ligando os vários pontos distantes no sertão da província<sup>26</sup>. Apesar disso, a sua narrativa, num tom mais pessoal, traz um misto de contemplação e temor com relação ao vale do Araguaia. No dia 5 de outubro, quando chegou ao presídio de Santa Leopoldina, e contemplou o rio Araguaia, Couto de Magalhães assim registrou sua impressão: “[a]qui o *deserto* é uma majestade tão imponente, que assombra e abate o espírito”<sup>27</sup>. Os registros de Couto de Magalhães, por ocasião da contemplação do Araguaia, são “tipicamente românticos, marcados pela projeção de sentimentos de melancolia e saudade numa paisagem gigantesca, que aterroriza e encanta”<sup>28</sup>.

Em 1881, foi a vez do presidente da província, Joaquim de Almeida Leite Moraes, ouvir dos residentes na capital que a sua decisão de retornar à Corte Imperial pelo rio Araguaia era uma ideia arriscada. Segundo Leite Moraes, todos tentaram demovê-lo desse intento, “fazendo crescer aos meus olhos as inúmeras dificuldades da viagem, com horrorosas descrições de seus perigos”<sup>29</sup>, dizia ele em seu relato. E quando tentou refutar essas ideias, lembravam-lhes os cidadãos goianos: “Mas as febres no Araguaia...os índios

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 145

<sup>24</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia...*, 1902 [1863], p. 97

<sup>25</sup> *Idem*

<sup>26</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. *Governadores de ruínas...*, 2007, p. 08.

<sup>27</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia...*, 1902 [1863], p. 101, grifo meu.

<sup>28</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. *Governadores de ruínas...*, 2007, p. 11

<sup>29</sup> LEITE MORAES, Joaquim Almeida. *Apontamentos de viagem...*, 1995[1883], p. 30



sempre traiçoeiros e ferozes...as formidáveis cachoeiras do mesmo rio e do Tocantins...os muitos naufrágios de todos os anos...os jacarés... a frequente insubordinação dos tripulantes dos botes...”<sup>30</sup>.

Nota-se como o sertão do Araguaia era, na visão das autoridades, um espaço onde era propício a insubordinação e indisciplina (das tropas e tripulações das embarcações), fuga de escravos, onde as leis ainda eram frágeis. O sertão não era um espaço somente dos índios, muito embora eles fossem os senhores daquelas paragens. De acordo com Vânia Lousada, o sertão era “antes de tudo o mundo não policiado, primeiro dos índios, primários habitantes do Novo Mundo, e progressivamente também de outros setores sociais, como escravos fugidos, salteadores e ‘vadios’”<sup>31</sup>. Poder-se-ia acrescentar aqui também os militares desertores<sup>32</sup>.

As imagens produzidas acerca do sertão do Araguaia, oscilando entre o perigo e o fascínio, em muito se assemelham a discussão proposta por Sergio Buarque de Holanda, acerca dos “motivos edênicos” no descobrimento e colonização do Brasil. Buarque de Holanda mostra como Colombo e outros navegantes significaram a paisagem americana, as populações indígenas, a partir de “concepções correntes durante a Idade Média acerca da realidade física do Éden”<sup>33</sup>. Essas “terras incógnitas” eram um lugar de mistério e perigos, que assustavam, mas também que despertava o fascínio, por sua proximidade com o paraíso terreal, conforme se acreditava.

Mas, afinal, qual o tamanho dos sertões goianos? Onde eles começavam? A fim de melhor responder essa questão trago aqui dois relatos que, apesar de terem sido produzidos em momentos distintos, tematizam a mesma questão: o primeiro relato é do Dr. Frederico Dabney de Avelar Brotero sobre a sua viagem a Goiás em 1867, e publicado anos depois por seu filho, Frederico de Barros Brotero<sup>34</sup>. Convidado pelo então empresário da Empresa de Navegação à vapor do Araguaia, José Vieira Couto de Magalhães, para se dirigir até o presídio de Santa Leopoldina para acompanhar a inauguração do vapor Araguaia que ocorreria nas margens daquele rio, Avelar Brotero,

---

<sup>30</sup> *Idem*

<sup>31</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena...*, 2017, p. 107

<sup>32</sup> Para uma análise acerca da deserção na Amazônia, no século XVIII, conferir GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII – XIX)*. Edufpa: Belém. 1999, p. 195-224

<sup>33</sup> BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). Brasiliense: São Paulo, 2000, p. 19

<sup>34</sup> BROTERO, Frederico de Barros. *Uma viagem a Goiás em 1867...*, 1940, p. 21-51.

na condição de “alto funcionário” – como ele próprio se designa – não teve como recusar o convite; no entanto, ele ressaltou:

Em primeiro lugar, é preciso que fique bem ciente que não realizei este passeio por mero entretenimento, e nem valia a pena cavalgar 60 léguas, por maus caminhos, com a doce esperança de ver um rio, o sertão, e algumas tribos de índios selvagens. Seria uma excursão fecunda e proveitosa para um sábio que se internasse por essas brenhas, armado de barômetro etc., e fosse senhor dos segredos da botânica, geologia, ornitologia, e outras ciências que, com pesar o digo, ignoro completamente. Para um simples amador como eu, as impressões se resumem na admiração, no êxtase, e isso mesmo não é para qualquer, o descrever *comme il faut* as grandes cenas que a natureza ostenta em seu estado primitivo, nem traduzir em linguagem humana a admiração ante as magnificências deslumbrantes do nosso esplêndido interior.<sup>35</sup>

Para Avelar Brotero a ida ao presídio de Santa Leopoldina, localizado nas margens do rio Araguaia, na confluência com o rio vermelho, significa marchar cada vez mais rumo ao sertão, distanciando-se do mundo civilizado. Aquele presídio era visto como uma espécie de porta de entrada para o sertão, o mundo do índio – de “algumas tribos selvagens”, dizia ele – no qual a natureza se encontrava ainda em seu “estado primitivo”. Portanto, nessa situação, essa expedição seria perfeita para aqueles que tivessem conhecimentos “dos segredos da botânica, geologia, ornitologia, e outras ciências”<sup>36</sup>, o que não era o seu o caso, como ele mesmo fez questão de frisar. Algumas coisas chamaram-lhe atenção durante a viagem no trecho que liga a capital da província até aquele presídio: primeiramente, a falta de moradores no trajeto: “da Capital ao Presídio, não se encontram moradores nem recursos; é preciso levar tudo”<sup>37</sup>. O comportamento dos soldados e camaradas também chamaram a atenção dos olhos acostumados aos grandes centros do país, como eram os de Brotero: “O aspecto selvagem dos soldados e camaradas ao redor das fogueiras, assando em grandes espetos a carne de uma formidável anta caçada na véspera, fazia-me recordar os quadros sombrios da vida dos saxões vagando nas florestas”<sup>38</sup>. A postura dos soldados “em pleno deserto” também parece ter chamado a atenção de Francis Castelnau, que fez questão de mencionar em seu registro, dizendo:

---

<sup>35</sup> *Idem*, p. 38-9, grifo do autor

<sup>36</sup> *Idem*, p. 38

<sup>37</sup> *Idem*, p. 39. A concepção do sertão enquanto o espaço marcado pela falta (de recursos, moradores, socorros, estrutura, etc.) é também recorrente nos relatos do século XX, como esse descrito pelo missionário dominicano, frei Reginaldo Tournier: o “*Sertão* não significa, pois, deserto de areia, mas região afastada, quase desabitada, sem outros recursos senão os que levamos conosco, rios sem ponte, planícies sem caminho, florestas espessas sulcadas apenas pelas feras à procura de uma presa, sem correio, portanto sem notícias. *É o isolamento quase total do mundo civilizado*” (TOURNIER, 1942, p. 70, grifos meus).

<sup>38</sup> *Idem*, p. 44.

[...] os soldados tinham perdido a severa compostura com que deixaram a cidade, desapareceram-lhes o uniforme e os calçados, o que lhes dava a aparência, que me sinto obrigado a declarar, de verdadeiros vagabundos. Cansados da caminhada, tinham posto as armas sobre as mulas cargueiras; mais tarde, em pleno deserto tornaram-se-lhes indiferentes as roupas. Não se desapegavam então dos fuzis; mas, eram-lhes muitas vezes, estes, a única vestimenta.<sup>39</sup>

Um outro aspecto que fazia parte do cotidiano de quem se arriscava ao norte da província de Goiás era o medo dos ataques dos índios. Isso não passou despercebido aos olhos de Brotero:

Não se faz ideia do medo e *temor que há dos índios*, e é este o maior perigo da viagem, mas raras vezes atacam. Encontramos, uma noite, um bando de vinte e tantos: não soubemos a tribo, mas fugiram espavoridos e de longe começaram a assobiar, a imitar onças, macacos, etc. *Ninguém dormia, exceto eu*<sup>40</sup>

Essa visão do sertão do Araguaia não mudou ao longo de todo o século XIX e perduraria na primeira metade do século seguinte. O segundo relato foi produzido em 1901, pelo missionário francês pertencente à Ordem Dominicana da província de Toulouse (França), frei Estevão Gallais, durante a sua visita canônica ao Brasil, quando ele estava descendo o rio Araguaia rumo à missão de Conceição do Araguaia, fundada pelos padres dominicanos em 1897, no extremo sul do Pará. Trata-se de uma carta escrita aos seus noviços que se encontravam na Europa. A carta tinha como objetivo lhes mostrar as lutas e os sofrimentos dos missionários da ordem no interior do país, mas também animá-los para o exercício das missões no sertão do Brasil. Assim, em 15 de janeiro de 1901, quando estava em Leopoldina, ele escreveu os seus noviços, dizendo:

Eis-me às margens do Araguaia. É o extremo limite do mundo civilizado, ao menos com relação à região em que me encontro. A alguns passos diante de mim, do lado do pôr do sol, o rio rola com majestade suas águas acrescidas pelas chuvas diluvianas que caem há dois meses. Do outro lado é o desconhecido, a mata virgem com toda a força do termo, o país selvagem por excelência. Bem pouco são aqueles que ousaram aventurar-se por ali e jamais afastaram-se muito da margem<sup>41</sup>.

Assim como já havia feito Avelar Brotero décadas atrás, Gallais também tomou o presídio de Leopoldina como o divisor entre o mundo civilizado e desconhecido, “o país

---

<sup>39</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 146

<sup>40</sup> *Idem*, p. 40, grifos meus

<sup>41</sup> GALLAIS, E. *Cartas do Brasil. Coleção Memória Dominicana*. N° 12. Ordem Dominicana. Juiz de Fora. S/d, p. 25

selvagem por excelência”. A compreensão que no século XIX e início do século XX era bastante recorrente era de que, saindo da capital de Goiás, o sertão do Araguaia começaria após a descida daquele rio, partindo do presídio de Santa Leopoldina. Dali em diante, se encontraria um mundo selvagem, sem disciplina e perigoso. Usando do binômio selvagem/civilizado, Gallais destacou que aquele era o território onde a civilização ainda não havia chegado e, por isso, era marcadamente selvagem, desconhecido. De sua viagem ao sertão do Araguaia, entre 1900 e 1901, resultou a publicação da obra *Uma catequese entre os índios do Araguaia*, traduzida e publicada no Brasil em 1903, por Octaviano Esselin, um ex-praticante de maquinista dos barcos a vapor do Araguaia. Direcionada originalmente para o público francês, a obra apresentava o vale do Araguaia enquanto uma terra por ser desbravada, colonizada, não só do ponto de vista material, mas, principalmente, espiritual:

Mas se no Araguaia, em grande parte do seu curso, rola ouro e diamantes nas suas areias, se as maravilhosas matas que sombreiam os seus vales contêm em abundancia madeiras as mais preciosas, se as terras que ele rega são próprias para a cultura do café, do cacau, da cana de açúcar, etc, como para a criação de animais, em uma palavra, se o homem ávido de exercer a sua atividade sob todas as formas ali acha inesgotáveis riquezas a explorar, o *missionário também ali encontra tesouros a ajuntar e um vasto campo a cultivar, numerosas tribos selvagens a evangelizar e legiões de almas a salvar. Terra virgem tanto na ordem espiritual como sob o ponto de vista material*, o vale do Araguaia não é habitado, em sua quase totalidade, senão por *índios selvagens*.<sup>42</sup>

Eis, portanto, o vale do Araguaia – o sertão – sendo representado sempre em contraposição ao mundo do litoral, aos grandes centros, o mundo dito civilizado. No sertão, esse mundo desconhecido e ainda não desbravado, estaria um solo fértil aos exploradores das riquezas naturais (ouro, diamante, madeiras, solo agricultável, etc.), mas também o solo espiritual, que interessava aos missionários, qual seja: as “numerosas tribos selvagens a evangelizar e legiões de almas a salvar”. O vale do Araguaia era, na visão de Gallais, um outro país, selvagem e, portanto, carente de missões: “[e]m suma, o vale do Araguaia é quase na sua totalidade país selvagem: a margem esquerda é ocupada pelos *Kayapó, Karajá, Xavantes, Tapirapé* e outras tribos indígenas e, em um percurso de 180 a 200 léguas, não há sinal algum de habitações cristãs”<sup>43</sup>. Noutros termos, informa ainda o missionário, é o “*sertão bruto*”, ou seja, “uma região desconhecida, sem

---

<sup>42</sup> GALLAIS, E. *Uma catequese entre os índios do Araguaia (Brasil)*. Escola Tipográfica Salesiana: São Paulo, 1903, p. 09, grifos meus.

<sup>43</sup> *Idem*

moradores e sem recursos”<sup>44</sup>. Mas se era relativamente fácil definir onde começava o sertão do Araguaia, sabia-se também que a sua extensão era por demais enorme. Vale destacar aqui um dito popular sertanejo do Araguaia e que foi reproduzido por um missionário da Ordem dominicana, frei Marie H. Tapie, para descrever a pequenez humana frente a imensidão das matas do Araguaia: “Deus é grande, mas o *mato* (a floresta) é maior ainda”<sup>45</sup>.

Os relatos de Avelar Brotero e Gallais nos mostram como a região norte goiana, mais especificamente o vale do Araguaia (mas não somente), era vista pela população localizada mais ao sul: um território desconhecido, selvagem, perigoso, desabitado e carente de civilização. Por sua vez, o relato de Gallais nos mostra que aquela região que o não indígena tentava conhecer e controlar desde a segunda metade do século XIX era, na verdade, um verdadeiro mosaico étnico, ou seja, um território habitado por grupos indígenas pertencentes a diferentes troncos linguísticos (Macro-Jê e Tupi), e com diferenças culturais e sociopolíticas.

### **3.2 O vale do Araguaia-Tocantins: um mosaico multiétnico**

No século XIX, o vale do Araguaia-Tocantins se constituía num verdadeiro mosaico multiétnico, formado por vários grupos indígenas que estabeleciam relações de troca e/ou guerra entre si. A documentação oficial e os relatos de viajantes que percorreram os rios Araguaia e Tocantins trazem informações fundamentais acerca da complexa rede de relações estabelecidas entre esses diferentes grupos indígenas. Muito embora o registro seja marcado pela influência da presença não indígena nos territórios tradicionais indígenas, os testemunhos históricos trazem a lume as diferentes relações estabelecidas entre esses grupos.

Composto majoritariamente por uma vegetação de cerrado, o vale do Araguaia-Tocantins era um território densamente ocupado por grupos indígenas pertencentes, em sua maioria, ao tronco linguístico Macro-Jê<sup>46</sup>. A localização das aldeias indígenas estava

---

<sup>44</sup> *Idem*, p. 13. Márcio Roberto Alves dos Santos notou algo semelhante ao analisar os sentidos e significados do sertão para os homens e mulheres na Bahia entre os anos de 1640 e 1750. Segundo ele aponta, além da percepção do sertão enquanto “espaço natural”, destacavam a sua dilatação. O autor informa, por exemplo, como no ano de 1650 “um senhor de engenho pernambucano afirmava que o sertão corria para o ocidente por uma extensão comparável à da linha litorânea, chegando até as terras da costa do mar Pacífico” (SANTOS, 2010, p. 352)

<sup>45</sup> TAPIE, M. H. *Chevauchées a travers déserts et forêts vierges du Brésil inconnu*. Librairie Plon: Paris, 1928. p. II, tradução nossa

<sup>46</sup> Ao apresentar a distribuição geográfica contemporânea dos povos falantes da família linguística Jê, do tronco Macro-Jê, Aryon Rodrigues apontou que estes povos “se estendem do sul do Maranhão e do Pará,

quase sempre atrelada ao curso desses dois principais rios e seus afluentes. Assim, as margens do rio Araguaia eram densamente ocupadas pelos Karajá, grupo pertencente ao tronco Macro-Jê e que se divide em três grupos: os Karajá, os Xambioá e os Javaé<sup>47</sup>. O explorador alemão Paul Ehrenreich<sup>48</sup> denominou de Karajahí o grupo que habitava entre a missão de São José do Araguaia e o presídio de Santa Maria do Araguaia, numa extensão de quase 200 léguas. Ele contabilizou entre 12 a 15 a quantidade de aldeias desse grupo localizadas à margem do Araguaia<sup>49</sup>. No trecho encachoeirado do rio Araguaia, entre a cachoeira grande e o presídio de São João do Araguaia, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, se localizavam as aldeias dos Xambioá. A ilha de Santana (ou ilha do Bananal) era o território dos Javaé.

O rio Araguaia era fundamental para a vida dos Karajá. No período de seca, as suas aldeias ficavam localizadas nas proximidades de lagos, nas praias formadas às margens daquele rio e seus afluentes, e dali eles retiravam o peixe e a tracajá. No período de cheia do rio, eles mudavam as suas aldeias para as partes mais altas das margens do Araguaia, fugindo assim das cheias periódicas daquele rio. Os Karajá comumente evitavam a margem esquerda do Araguaia, pois ali estavam localizadas as aldeias dos seus tradicionais inimigos, os Mebêngôkre (Kayapó) e os Xavante<sup>50</sup>. Em razão da localização de suas aldeias, os Karajá foram constantemente visitados por navegantes, a partir da década de 1840. Muitos dos produtos recebidos junto aos não indígenas eram permutados com outros grupos indígenas, como por exemplo, os Tapirapé. Os Xambioá foram os responsáveis pelas primeiras alusões aos Mebêngôkre – denominados por eles de Gradaús

---

em direção ao sul, pelos Estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (RODRIGUES, 1986, p. 47)

<sup>47</sup> Do ponto de vista linguístico, conforme lembra André Amaral de Toral, “o idioma Karajá era tido como ‘isolado’ até bem pouco tempo atrás; só recentemente a família linguística Karajá foi considerada como definitivamente ligada ao tronco Macro-Jê” (TORAL, 1992, p. 10)

<sup>48</sup> Paul Ehrenreich nasceu em Berlim em 1855, era doutor em medicina e filosofia. A sua expedição ao Araguaia teve início de 1888, e tinha estreita relações com os resultados da segunda expedição realizada ao Xingu realizada por Karl von den Steinen (1887-1888). Naquela ocasião, a sua expedição havia determinado que o “berço originário das línguas Karib se situava no Brasil Central, de onde essas línguas migraram para as demais regiões da América do Sul” (PETSCHLIES, 2019, p. 255). Por essa razão ele buscou estudar os Karajá, por supor que eles seriam o elo entre essas duas zonas etnográficas, o Xingu e o Brasil Central. Ao longo da expedição, o alemão furtou crânios e ossadas indígenas.

<sup>49</sup> EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N. S., vol. 2. São Paulo, 1948, p. 26.

<sup>50</sup> Paul Ehrenreich, que visitou a região em fins do século XIX, observou o receio que os Karajá tinham com relação à margem esquerda do Araguaia. Segundo ele informa, “[p]or pouco tempo somente animam-se às vezes a subir na margem esquerda, mais alta, mas habitada por seus piores inimigos, os Akué e os Kayapó” (EHRENREICH, 1948, p. 27).

–, apontando a localização de suas aldeias e sua distância em relação à margem esquerda do rio Araguaia.

Tendo as suas aldeias localizadas nas margens do rio Tapirapé, um afluente da margem esquerda do rio Araguaia, os Tapirapé – autodenominados *Apyãwa* – pertencem ao tronco linguístico Tupi-guarani. Em seu relatório, o presidente José Martins Pereira de Alencastre os definiu enquanto índios “trabalhadores e industriais”, fabricantes de redes, e ressaltou a relação de paz que eles estabeleciam com os Karajá<sup>51</sup>. A relação entre esses dois grupos também foi destacada pelo engenheiro da província, Ernesto Vallée, quando de sua expedição de exploração do Araguaia. Segundo ele, no trecho de cerca de 49 léguas compreendido entre o rio Crixás e a ponta setentrional da Ilha do Bananal haviam 12 aldeias “Carajays”, com uma população superior a 2.400 indivíduos e que vivia “em relação constante com os Tapirapís estabelecidos na margem esquerda do rio do mesmo nome n’um espaço de 8 léguas”<sup>52</sup>. Em 1888, já com a empresa de navegação a vapor funcionando no rio Araguaia, um relato publicado no jornal *Goiás*, por Baggi de Araújo, dá conta dessa relação. Segundo informa, “dezenas de Karajá, em suas ubás, lá [na aldeia dos Tapirapé] iam buscar cará, banana, mandioca, armas ofensivas, etc.; em troca de machado, facões e outros objetos que adquiriam no seu tráfico com a empresa de navegação a vapor do Araguaia”<sup>53</sup>. Não raras vezes, ocorriam também conflitos entre esses dois grupos, pois algumas vezes os Karajá tentavam raptar crianças e mulheres entre os Tapirapé. Outro inimigo desse grupo eram os Mebêngôkre<sup>54</sup>. No século XIX e início do século XX suas aldeias eram atacadas pelos Mebêngôkre, que buscavam raptar mulheres, crianças e bens materiais.

O rio das Mortes, outro afluente da margem esquerda do rio Araguaia, era o território dos Xavante, tidos como índios selvagens pelas autoridades da província de Goiás. Seu território era evitado não só pelos Karajá, seus inimigos, mas também pelos

---

<sup>51</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 47

<sup>52</sup> VALLÉE, E. *Exploração do Rio Araguaia* feita por ordem do Illm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás, em 10 de julho de 1863. Tipografia de Quirino & irmão r. da Assembleia n. 55. Rio de Janeiro, 1864, p. 08-9

<sup>53</sup> *Goiás*: Órgão Democrata. Sexta-feira, 9 de março de 1888. Ano III, n. 129, p. 02. Para maiores informações acerca dos Tapirapé, conferir os trabalhos de BALDUS, Herbert. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Edusp/Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1970; WAGLEY, Charles. *Lágrimas de boas-vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central*. (Reconquista do Brasil, 2º série, 137). Edusp: São Paulo, 1988.

<sup>54</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 38

não indígenas<sup>55</sup>. Com a fundação do aldeamento de São Joaquim de Jamimbú, na década de 1840, os Xavante do rio das Mortes visitaram algumas vezes aquele aldeamento e alguns se aldearam nas suas proximidades. Noutra ocasião, o missionário capuchinho, frei Segismundo de Taggia empreendeu uma expedição àquele rio, buscando estabelecer contato com esse grupo. A expedição resultou fracassada, com a morte de alguns de seus membros, atacados que foram pelos guerreiros Xavante<sup>56</sup>.

Na linha do rio Tocantins e seus afluentes, a presença de grupos indígenas era também bastante significativa ao longo do século XIX. Poucas léguas acima da confluência do rio Araguaia e Tocantins ficavam as aldeias dos Apinajé, grupo de língua Jê, e que mantinha relações comerciais com os Xambioá. Os Apinajé trocavam os produtos que recebiam dos navegadores que desciam o rio Tocantins rumo a Belém, mas também os objetos que obtinham no aldeamento de Boa Vista do Tocantins, dados por frei Francisco. Antes da abertura da navegação do rio Araguaia, era através da relação com os Apinajé que os Xambioá tinham acesso a ferramentas e outros bens manufaturados. Em seu relato de viagem, Teotônio Segurado informou que a aldeia do capitão José (Xambioá) era bastante abastecida de ferramentas e outros produtos, pois, nas suas palavras, “há tempos as podem obter por via dos índios *Apinagés*”<sup>57</sup>.

No que concerne aos conflitos com outros grupos indígenas, vale aqui o registro do presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, em 1859. Segundo lhe informou frei Francisco, “[...] em fins de 1857 os Apinajé e Kraô, ausentando-se para a província do Maranhão, lá foram fazer horrível matança nos índios Gaviões, trazendo em seu regresso perto de cem crianças prisioneiras”<sup>58</sup>. Estas foram distribuídas pelo missionário aos

---

<sup>55</sup> Em relatório de sua viagem pelo Araguaia, em fins da década de 1870, o major de engenheiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, descrevia os índios Xavante como um “inimigo encarnizado” dos Karajá. Segundo ele informa, com uma narrativa marcadamente ocidental, “o rio das Mortes [era] infestado de índios Xavante, ainda em completo estado selvagem” (JARDIM, 1880, p. 23).

<sup>56</sup> A trajetória dos Xavante, desde o século XVIII, passando pelo XIX e XX, é marcada pela migração, saindo da região do rio Tocantins, atravessando o rio Araguaia, chegando ao rio das Mortes, fugindo do contato com as frentes de expansão, e guerreando com outros grupos indígenas. Tal processo os separou de seus parentes Xerente, os quais, juntamente como ele, formam um conjunto etno-linguístico denominado *Akwe*. Uma reflexão acerca da trajetória do povo Xavante pode ser encontrada em SILVA, Aracy Lopes. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp: São Paulo, 1992, p. 357-378

<sup>57</sup> SEGURADO, Rufino Teotônio. Viagem ao Araguaia.... 1870, p. 198

<sup>58</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. Presidente, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goiana: Goiás, 1859, p. 51; Correio Oficial de Goiás. Sábado, 12 de fevereiro de 1859. Ano II, nº 04. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 03



habitantes da vila de Boa Vista. Os registros oficiais da província de Goiás informam acerca da presença de Gradaús entre os Apinajé<sup>59</sup>.

Ainda nas margens do rio Tocantins estava situado o território dos Kraô, povo falante da língua Timbira e pertencente ao tronco Macro-Jê. Eles eram provenientes do Maranhão, de onde migraram fugindo de criadores de gado, estabelecidos na região de Pastos Bons<sup>60</sup>. Nas margens do Tocantins, no início do século XIX, eles mantiveram, ao menos inicialmente, uma relação de aliança com os criadores de gado. Conforme Lembra Melatti, “em troca da paz com os ‘brancos’, os Kraô deviam ajudá-los a guerrear e escravizar os grupos indígenas vizinhos, timbiras ou akuéns, tomando-lhes os territórios”<sup>61</sup>. Entretanto essa situação era apenas provisória e, uma vez não absorvidos enquanto mão de obra pelos fazendeiros, e após terem aniquilados ou afugentados seus inimigos, os Kraô passaram a ser alvos dos seus aliados, os fazendeiros. Assim, em 1848, com o apoio do missionário capuchinho, frei Rafael de Taggia, eles foram deslocados de seu território, nas proximidades do rio Farinha, e levados rio acima para a missão de Pedro Afonso, na confluência do Tocantins com o rio do Sono. Tempos depois eles se deslocaram para as cabeceiras do rio Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno<sup>62</sup>. No início do século XIX, no médio Tocantins, entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno ficavam localizados as aldeias dos Xerente (autodenominados Akwê).

Ainda na região do Tocantins estavam localizados os Canoeiro, grupo pertencente ao tronco Tupi-Guarani. Na segunda metade do século XVIII eles habitavam as cabeceiras do Tocantins, quando os primeiros colonizadores chegaram à região. Eles, como lembra Rodrigues, são conhecidos na literatura histórica e na memória oral dos

---

<sup>59</sup> Em 1859, o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, informa que os Gradaú faziam parte do aldeamento de Boa Vista do Tocantins, sob a liderança do missionário capuchinho, frei Francisco (GOIÁS, 1859, p. 83). Em 1869, em seu relatório, o presidente da província, Ernesto Augusto Pereira, informou que os habitantes do aldeamento de Boa Vista do Tocantins pertenciam “as tribos barbaras dos Apinajé e Gradaús”, e que, segundo ele, dedicavam-se à agricultura e, com facilidade, permutavam seus produtos na cidade de Boa Vista (GOIAS, 1869, p. 13). O Diretor Geral dos Índios, Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó, em seu relatório – que se encontra anexo ao relatório da presidência de província – informou que os habitantes da “aldeia dos Apinajé e Gradaú” se empregavam na agricultura, criação de gado e na navegação para o Pará (*Idem*, p. 04, anexo)

<sup>60</sup> ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 30

<sup>61</sup> MELATTI, Júlio Cezar. *Índios e criadores: a situação dos Craôs na Área Pastoril do Tocantins*. Editado pelo autor: Brasília, 2009, p. 18

<sup>62</sup> AZANHA, Gilberto. *A forma Timbira: estrutura e resistência*. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1984, p 48; ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios...*, 1998, p. 30; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahô*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1978, p. 05; MELATTI, Júlio Cezar. *Índios e criadores...*, 2009, p. 26

antigos goianos como o povo que mais resistiu ao colonizador<sup>63</sup>. As bandeiras realizadas contra esse grupo levaram à sua dispersão, fazendo com que alguns deixassem a região do rio Tocantins e rumassem para as margens do rio Araguaia, por volta de 1830, e ali disputasse o território com os Karajá<sup>64</sup>. Na primeira metade do Oitocentos, os Canoeiro, juntamente com os Xerente e Xavante, eram os principais obstáculos ao avanço e instalação de fazendas de criação de gado às margens do rio Tocantins.

### 3.3 A fronteira Araguaia-Tocantins

Ao analisar a história recente da experiência de expansão da sociedade brasileira rumo às terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”, o sociólogo José de Souza Martins definiu a experiência da fronteira no Brasil enquanto “a história das lutas étnicas e sociais”<sup>65</sup>. É a história da destruição, mas, ao mesmo tempo, da resistência, do protesto e da revolta<sup>66</sup>. Dentre os aspectos que caracterizam a fronteira, na ótica do autor, estão a situação de conflito social e a alteridade<sup>67</sup>. Assim, informa Martins:

[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro<sup>68</sup>.

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo. *Anuário Antropológico*. n. 01, v. 38. Brasília: 2013, p. 84

<sup>64</sup> *Idem*. Acerca dos Canoeiro que ainda estavam na região do rio Tocantins, na segunda metade do século XIX, autoridades da província de Goiás ainda buscava dispersá-los para as margens do Araguaia. No dia 3 de agosto de 1858, o presidente da província, Francisco Januário da Gama Cerqueira, em correspondência enviada ao Vigário da Paróquia de Santa Rita, exigiu informações acerca de uma patrulha encarregada de descobrir os aldeamentos dos Canoeiro. A expedição foi organizada e dirigida pelo Juiz de Paz daquela freguesia, João Leite Ortiz de Camargo, e contou com uma patrulha de 20 praças da Guarda Nacional. Seu objetivo, segundo o presidente Gama Cerqueira era “fazer explorações ou rondas com o fim de descobrir o aldeamento dos índios selvagens que infestam o território dessa Freguesia e procurar trazê-los a paz por meios brandos e amigáveis ou repeli-los para a margem esquerda do Araguaia caso fossem ele da tribo dos Canoeiros, evitando em todo o caso fazer-lhes dano” (Ofício ao vigário da Freguesia de S. Rita. 03 de agosto de 1858. AHEG. Livro 400). Após o seu retorno, o comandante da expedição informou ao presidente da província que não havia logrado êxito em sua empreitada, pois os índios, pressentindo a presença da expedição, fugiram sem deixar qualquer vestígio. Entretanto, corriam boatos na capital de que a mesma expedição havia encontrado, nas cabeceiras do rio Tesouras, um “alojamento” dos Canoeiro, e com eles travaram conflitos, e com isso, segundo se dizia na capital, “foram mortos grande número deles [os Canoeiro], e a final incendiadas as cabanas e os objetos de uso dos mesmos selvagens” (*Idem*)

<sup>65</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira..., 1996. p. 26

<sup>66</sup> *Idem*, p. 26

<sup>67</sup> *Idem*, p. 27

<sup>68</sup> *Idem*, p. 27

Nesse contexto no qual o conflito é o aspecto definidor da fronteira, Martins entende que “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social”<sup>69</sup>. À despeito da análise de fronteira de José de Souza Martins dizer respeito a uma temporalidade diferente daquela abordada nessa tese, sua compreensão acerca da experiência fronteiriça é de suma importância para pensarmos as experiências entre índios, colonos, missionários e militares no vale do Araguaia-Tocantins na segunda metade do século XIX, entendendo-o enquanto região de fronteira. John Hemming, ao discutir a fronteira Araguaia-Tocantins entre fins do século XVIII e início do XIX ressaltou justamente a guerra como um elemento definidor das relações entre os grupos indígenas e os colonos: “Nas fronteiras distantes”, diz ele, “é que mais se acirrou a rivalidade entre colonos e índios”<sup>70</sup>. A fronteira era, nas suas palavras, “o limite do povoamento e do controle político dos colonizadores descendentes de imigrantes europeus, seus escravos africanos e as tribos aculturadas cujas terras haviam conquistado”<sup>71</sup>. De acordo com Silva, era na fronteira que se operava “a arte da contra-conquista”<sup>72</sup>.

Tomando de empréstimo a afirmação de Russel-Wood sobre o Brasil colonial, pode-se dizer que a fronteira do Araguaia-Tocantins se constituiu enquanto “uma área de interação entre diferentes culturas”<sup>73</sup>. Trata-se das fronteiras internas da nação, um território cuja ocupação se mostrou bastante desafiadora para o governo imperial no decorrer de todo o século XIX, graças às ações dos vários grupos indígenas que ocupavam aquela porção territorial.

Assim como no Brasil colonial, conforme analisado por Márcio Santos, as fronteiras internas do Império negam a ideia de território contínuo, uma vez que ao domínio territorial brasileiro, se interpõe “espaços onde os exploradores, conquistadores

---

<sup>69</sup> *Idem*, p. 27

<sup>70</sup> HEMMING, John. *Fronteira Amazônica...*, 2009, p. 239

<sup>71</sup> *Idem*

<sup>72</sup> SILVA, Luiz Sérgio Duarte. Teses sobre sertão e cidades de fronteira: labirinto e barroco. *O público e o privado*. N 7, janeiro/junho de 2006, p. 174

<sup>73</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. Fronteiras do Brasil colonial. In: \_\_\_\_\_ *Histórias do Atlântico português* (Organização de Ângela Domingues e Denise A. Soares de Moura). 1 ed. Ed.Unesp: São Paulo, 2014, p. 279. Conforme lembrou Ângela Domingues, Russel-Wood propõe uma discussão da “fronteira enquanto metáfora”, tomando este conceito de Frederick Jackson Turner. Desse modo, conforme lembra a autora, Russel-Wood “saí da noção de fronteira como mero limite físico, territorial, político ou geográfico, para valorizar o seu significado enquanto área de interação entre diferentes culturas” (DOMINGUES, 2011, p. 37). No caso do Brasil, Russel-Wood divide a fronteira em física e conceitual. A abertura de ambas, na história do Brasil, se deu com a chegada de Pedro Álvares Cabral (no caso da fronteira física) e a escrita da primeira carta da América portuguesa por Pero Vaz de Caminha (fronteira conceitual).

e ocupadores não podem entrar”<sup>74</sup>. Espaços controlados pelos grupos indígenas que secularmente ocupavam as regiões centrais do Império. No caso de Goiás, o avanço da frente de expansão pastoril advinda do Maranhão rumo ao norte de Goiás, nas margens do rio Tocantins, entre fins do século XVIII e início do XIX, pôs em contato sociedades, culturas e territorialidades distintas entre si. É válido ressaltar que, tal como lembra Santos para o período colonial, na perspectiva dos povos indígenas da região, a quebra de continuidade foi representada pela chegada dos não indígenas em seu território<sup>75</sup>.

A guerra, conforme lembrou Patrícia Sampaio, inaugurou o século XIX para várias populações indígenas no Brasil<sup>76</sup>. De acordo com a autora, houve um recrudescimento das ações de violência contra os índios em vários lugares do Brasil no início daquele século. A guerra e o cativeiro das populações nativas evidenciam isso, informa Sampaio<sup>77</sup>. Uma fronteira marcada pela guerra e pela violência. Assim foi a experiência da região do Araguaia-Tocantins nesse período. Ao longo da primeira metade do século XIX, o norte da província de Goiás foi palco de vários conflitos entre os grupos indígenas e os colonos que ali chegavam. Em seus relatórios, os presidentes da província constantemente traziam os resultados das “incursões dos selvagens” nas fazendas e vilas das regiões do rio Tocantins e destacavam o impacto dessas ações para a situação de penúria em que se encontrava aquela região e província como um todo.

Em seu relatório, o presidente José de Assiz Mascarenhas fez menção das queixas dos moradores do norte da província de Goiás contra os ataques e destruição causados

---

<sup>74</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010, p. 23. Ao tratar das fronteiras internas da América portuguesa, o autor afirma que elas “estão relacionadas às resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Não estão ligadas, portanto, à disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente tapuias. Trata-se de limites não institucionais, temporários e colidentes, que se estabelecem entre territórios de ocupação luso-brasileira e espaços habitados por tapuias” (SANTOS, 2010, p. 23).

<sup>75</sup> *Idem*

<sup>76</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial..., 2009, p. 181. A autora destaca a prática da “guerra justa” instituída contra os Botocudos, nos sertões de Minas Gerais pouco tempo após o desembarque da corte português no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois essa prática seria uma constante nos sertões de todo território brasileiro. A instituição das “guerras justas” contra os Botocudos e o processo de incorporação dos sertões de Minas Gerais no século XIX é discutido por LANGFUR, Hal. The Return of the Bandeira: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808. *The Americas*, Vol. 61, No. 3, Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil (Jan., 2005), p.429-461; LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n° 75, São Paulo, 2017, p. 119-143; AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a Escravidão Indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, n° 35, Jan/Jun 2006, p.189-206.

<sup>77</sup> *Idem*

pelo “índio selvagem” e destacou que “ou o índio há de ser civilizado, ou o Norte da Província há de caminhar à passos largos para sua total decadência, e destruição”<sup>78</sup>. Era preciso, segundo Mascarenhas, não poupar sacrifícios para trazer os índios à civilização e, com isso, garantir a permanência dos criadores de gado e agricultores no norte da província. Os constantes ataques realizados pelos índios contra fazendas de criação de gado eram tratados pelas autoridades provinciais de modo a ressaltar a selvageria, ferocidade e barbárie dos grupos indígenas.

Um dos principais obstáculos ao avanço da sociedade ocidental na região do rio Tocantins eram, por exemplo, os índios Canoeiro. Em abril de 1842, o vice-presidente Francisco Pereira dos Santos Azevedo trouxe em seu relatório o que ele chamou de “notícias das terríveis hostilidades que tem cometido o Gentio Canoeiro”<sup>79</sup>. De acordo com Santos Azevedo, no dia 7 de abril daquele ano eles haviam matado – “cruelmente”, ressalta o documento – 12 pessoas nas proximidades do arraial da água quente, na estrada que ligava a vila de Pilar à de Traíras. Por ocasião desse ataque, o presidente da província autorizou a realização de uma expedição contra os índios, enviando “armamento e munição de guerra” para Pilar, ao major Bento Pereira Ribeiro, que os havia solicitado para a realização de tal expedição. Porém, antes da chegada dos artigos bélicos, o major já havia se lançado ao sertão com 44 guardas nacionais. A expedição não logrou êxito, tendo chegado até Amaro Leite e retornado com a intenção de adquirir armas e munições para uma nova tentativa em 2 de julho daquele ano. Simultaneamente, o presidente ordenou a realização de outra bandeira saindo de Traíras, sob o comando do tenente coronel Antônio Alves da Silva. Até aquele momento o presidente Santos Azevedo não possuía nenhuma informação acerca desta expedição, entretanto esperava que ela não se mostrasse “infrutífera”.

No ano seguinte, Santos Azevedo reiterou que continuavam os ataques do gentio “selvagem” contra algumas localidades do norte da província. Segundo ele, os Canoeiro apareciam em Pilar, Traíras e Cavalcante, ao passo que os Xerente e Xavante realizavam suas expedições nas proximidades de Natividade e Porto Imperial. Acerca destes últimos, Santos Azevedo informou que eles haviam atacado Porto Imperial, S. Miguel e Almas,

---

<sup>78</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão ordinária de 1840, o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial: Goiás, 1840, p. 12

<sup>79</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1842, o Exm. vice-presidente da mesma província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo*. Tipografia Provincial: Goiás, 1842, p. 11

tendo raptado “doze pessoas nossas entre grandes e pequenas”<sup>80</sup>. As medidas que deveriam ser tomadas pela província para “livrar esses infelizes povos do terrível cacete feroz Gentio”<sup>81</sup>, segundo Santos Azevedo, dependiam do aumento do número da força de linha e do armamento. Quanto ao primeiro, a província já contava com 356 praças, com pessoas próprias para o serviço do sertão, e “homens animosos, e conhecedores os lugares infestados pelos Gentios”<sup>82</sup>.

Nos anos posteriores, os ataques dos Canoeiro se seguiam na linha do Tocantins, e a eles se somavam também os realizados pelos Xavante. Em 1846, o presidente Joaquim Ignácio Ramalho se ressentia dos ataques realizados pelas “hordas selvagens” no norte da província. Estas – referindo-se aos Xavante e Canoeiro – tinham “produzido gravíssimos males a esta província”, dizia o presidente<sup>83</sup>. Ignácio de Ramalho assim descreveu o resultado dos ataques realizados por esses grupos no norte da província: “povoações nascentes e estabelecimentos rurais que prometiam espantoso engrandecimento se acham hoje destruídos pelas incursões dos Selvagens”<sup>84</sup>. Em 17 de janeiro de 1848, os Xavante atacaram e mataram dois guardas nacionais do destacamento da aldeia fundada por frei Rafael de Taggia, na confluência do rio do Sono com o Tocantins, quando estes se separaram de seus companheiros durante uma caçada<sup>85</sup>.

Ao longo da década de 1850, os relatórios dos presidentes da província de Goiás continuaram noticiando os ataques dos realizados pelos Canoeiro, na região do rio Tocantins<sup>86</sup>. Na década de 1870, graças às expedições armadas contra os Canoeiro, e sua posterior dispersão rumo às margens do Araguaia, eles passaram a realizar ataques também nas imediações do aldeamento de São José do Araguaia. Por essa razão, em 1874, o presidente da província reforçou aquela guarnição com mais duas praças<sup>87</sup>. Tempos

---

<sup>80</sup> GOIÁS, Governo. *Discurso com que o vice-presidente da província de Goiás (Francisco Ferreira dos Santos Azevedo) fez na abertura da primeira sessão ordinária da quinta legislatura da Assembleia Provincial, no 1º de junho de 1843*. Tipografia Provincial: Goiás, 1843, p. 04

<sup>81</sup> *Idem*, p. 5

<sup>82</sup> *Idem*, p. 5

<sup>83</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1846, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1846, p. 14

<sup>84</sup> *Idem*

<sup>85</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848, o Exm. vice-presidente da mesma província, Antônio de Pádua Fleury*. Tipografia Provincial: Goiás, 1848, p. 28

<sup>86</sup> Os ataques dos Canoeiro foram registrados em todos os relatórios dos presidentes da província na década de 1850.

<sup>87</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1874*. Tipografia Provincial: Goiás, 1874, p. 37

antes, em agosto de 1851, eles já haviam atacado aquele aldeamento, então denominado de São Joaquim Jamimbú, e ali mataram dois Xavante, um soldado do destacamento, um paisano e um camarada do frei Segismundo de Taggia, missionário capuchinho que dirigia aquele aldeamento<sup>88</sup>. Anos depois, em 1856, eles haviam atacado a aldeia de Santo Antônio, do capitão Felipe Xavante, nas proximidades de Jamimbú, levando ferramentas e destruindo as suas roças<sup>89</sup>. Atendendo aos pedidos do capitão, o presidente da província enviou uma expedição à espreita dos Canoeiro, composta por praças de primeira linha e alguns paisanos. O relatório não menciona o resultado da referida expedição. Em 1859, os Canoeiro atacaram uma fazenda na margem do rio Maranhão, pertencente ao capitão Jacob Antônio dos Santos, resultando na morte de duas pessoas<sup>90</sup>. Mas se os Canoeiro, tangidos das margens do Tocantins pelas expedições empreendidas à mando da província, começaram a atacar na linha do rio Tocantins, a eles se somavam outros grupos que desde o início do século representavam uma barreira ao avanço da fronteira rumo ao norte da província.

Os Karajá, habitantes das margens do rio Araguaia, impunham limites àqueles que navegavam por aquele rio com destino à Belém. No início do século XIX, o presídio de Santa Maria, fundado em 1812, foi destruído no ano seguinte num ataque realizado pelos indígenas daquela localidade<sup>91</sup>. José Martins Pereira de Alencastre, em seu *Annais da Província de Goiás*, informou que os Karajá atacaram aquela guarnição numa coalizão formada juntamente com os Xavante e Xerente<sup>92</sup>. Acerca dessa coalizão, é preciso considerar aqui a possibilidade de que se tratasse de uma informação equivocada, uma confusão, ou mesmo um ato proposital por parte do autor com vistas a reforçar a necessidade de um melhor municiação das guarnições dos presídios do Araguaia frente à possibilidade sempre constante dos ataques indígenas. Mesmo compreendendo o fato de que as alianças e inimizades entre os grupos indígenas e destes com os “brancos” não eram eternas, mas podiam ser reconfiguradas conforme os interesses dos envolvidos, os Karajá eram inimigos dos Xavante, que habitavam o rio das Mortes e por essa razão

---

<sup>88</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1852, o Exm. Presidente da província, Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes*. Tipografia Provincial: Goiás, 1852, p. 07

<sup>89</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1856, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense, 1856, p. 16

<sup>90</sup> Correio Oficial de Goiás. Ano II, n. 25. Sábado, 30 de junho de 1859, p. 01

<sup>91</sup> Cf. HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Edusp: São Paulo, 2009; CARVALHO, Francisquinha Laranjeiras. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia...*, 2006.

<sup>92</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Annais da Província de Goiás...*, 1865, p. 92

evitavam muitas vezes se deslocar para longe das margens do rio Araguaia, sertão adentro, salvo quando subiam o rio Tapirapé para ali negociarem com os índios Tapirapé.

De todo modo, o episódio do ataque ao presídio de Santa Maria do Araguaia foi descrito, com detalhes, por Alencastre: após a sua fundação, os índios visitavam-no com frequência, em busca “brindes e ferramentas”, porém, afirma o autor, “a calma que mostrava os selvagens era aparente; seu prazer era dissimulado, e fingido”. Segundo o autor, “o presídio era para eles um motivo de desgosto, uma ameaça constante”<sup>93</sup>. No dia do ataque, 11 de fevereiro de 1813, 10 pessoas estavam ausentes do presídio (cinco praças que estavam caçando, além do cirurgião, seu irmão, um cabo e dois escravos). O autor descreveu a marcha dos índios para realizarem o ataque ao presídio nos seguintes termos: “tudo era imponente, e capaz de infundir terror”<sup>94</sup>. Em seu relato sobre as batalhas ocorridas, Alencastre buscou destacar o que ele chamou de “heroísmo” do comandante da guarnição, dos doentes, mulheres e crianças que se juntaram a peleja<sup>95</sup>.

Depois da primeira batalha, cessaram os tiros e as flechas, e o comandante, com o apoio de uma intérprete Xakriabá, pôs-se a dialogar com alguns dos índios, os quais tentaram num determinado momento raptá-la. Após recuarem, os índios ficaram ao redor da guarnição, e quando resolveram atacar novamente, o capitão tomou a decisão de deixar o presídio. Desse modo, eles desceram o rio Araguaia rumo ao presídio de São João do Araguaia. Na fuga saíram 38 pessoas do presídio, muitos morreram nas cachoeiras do Araguaia. Após o naufrágio, eles seguiram por terra até chegarem àquele presídio. Poucos conseguiram sobreviver a essa travessia. Após a destruição de Santa Maria, o príncipe regente ainda tentou restabelecê-lo, através do Aviso de 3 de setembro de 1813, o que não ocorreu<sup>96</sup>. O autor arremata dizendo que o presídio foi destruído por falta de apoio de Vila Boa, e não por falta de esforços por parte dos militares que para ali foram enviados<sup>97</sup>. Esse ataque acabou por retardar a ocupação das margens do Araguaia em pelo menos meio século, impedindo, assim, a ocupação e colonização das suas margens.

Em 1849, uma expedição que saiu do aldeamento de São Joaquim de Jamimbú e descia o rio Araguaia para conduzir socorros para uma expedição comercial que estava

---

<sup>93</sup> *Idem*

<sup>94</sup> *Idem*

<sup>95</sup> *Idem*, p. 93-4

<sup>96</sup> *Idem*, p. 96-7

<sup>97</sup> Diz ele: “O presídio de Santa Maria deixou de existir, não por negligência de seu comandante, mas por falta dos socorros que esperava da Villa-Boa, e que nunca chegaram!” (ALENCASTRE, 1865, p. 97)



subindo aquele rio, foi impedida de fazê-lo pelos índios Karajá<sup>98</sup>. Em 1844, um velho piloto de nome Ricardo, acostumado às lidas da navegação do rio Araguaia, e que fazia parte da expedição de Francis Castelnau, informou-lhe acerca do perigo que a expedição sofria ao entrar no trecho do rio habitado pelos Karajá-Xambioá, dizendo: “muito perto daqui estão os Xambioá, os mais ferozes de todos os índios, que muito provavelmente irão se opor à nossa passagem, armando-nos toda espécie de ciladas, enquanto estivermos atarefados com as dificuldades do rio”<sup>99</sup>. A expectativa e os temores do velho barqueiro não se concretizaram, haja vista o fato de que foram justamente os Xambioá quem ajudaram a expedição de Castelnau. De todo modo, resta evidente que o temor do piloto Ricardo tinha base nas experiências de navegação daquele rio.

No alto Araguaia, na região do rio Bonito, os Kayapó (meridionais) atacavam sítios e fazendas. Ao seu respeito o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira afirmou, em seu relatório de maio de 1859, que se tratava de um grupo “que há muito tempo se conservavam pacíficos”, porém, eles começaram desde setembro do ano anterior a realizar suas incursões e, assim, incendiaram habitações de pequenos lavradores, levando tudo que podiam levar. Eles atacaram a fazenda de um abastado fazendeiro, denominado Manoel Antônio Pereira, matando alguns animais, queimando campos, incendiando senzalas e assassinando um dos seus escravos. Um pequeno lavrador da região também teve sua casa incendiada, perdendo seus pertences. Apesar disso, o presidente proibiu a utilização de meios violentos contra os índios, e mandou fornecer a autoridade policial diversas ferramentas que os índios estimavam para assim ganhar-lhes a confiança e trazê-los à paz<sup>100</sup>. Em 1862, eles continuaram seus ataques a sítios e fazendas daquela mesma região, “incendiando casas e roubando os gados”. Em setembro do ano anterior eles haviam flechado a um vaqueiro do capitão Antônio Gomes Pinheiro, um fazendeiro daquela região<sup>101</sup>. Na década de 1880, eles continuaram atacando as fazendas da região do Rio Bonito.

---

<sup>98</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1849, o Exm. Vice-presidente da mesma província, Antônio de Pádua Fleury*. Tipografia Provincial: Goiás, 1849, p. 18

<sup>99</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...* 2000, p. 180

<sup>100</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense, 1859, p. 54-6

<sup>101</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura d'Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 45

Mesmo considerando o fato de que muitos desses relatos possam ter sido potencialmente superdimensionados, nota-se que na segunda metade do século XIX a guerra foi uma marca significativa na relação estabelecida entre índios e não indígenas nos sertões da província, tanto na linha do Tocantins, quanto nas margens do rio Araguaia e seus afluentes. Aos ataques realizados pelos grupos indígenas – denominados de “correrias” – seguiam-se as expedições de represálias por parte das autoridades da província. Enquanto a orientação dos presidentes da província era para que essas expedições não usassem de violência para com os índios, no sertão, muitas vezes ocorriam justamente o contrário, isto é, conflitos entre indígenas e não indígenas. Mas nem só de conflito vivia a fronteira. A partir da década de 1840, sobretudo após a promulgação do Regulamento das Missões (1845), as autoridades da província buscaram a pacificação da fronteira através da catequese e civilização indígena. Foi quando, conforme já destacado no capítulo anterior, deu-se um significativo impulso na fundação de aldeamentos indígenas, presídios militares e, na década de 1870, a criação do colégio Isabel. Esse foi um período de retomada da atividade catequética não só em Goiás, mas noutras províncias do Império, como por exemplo, o Pará<sup>102</sup>.

Esse processo fez da fronteira uma zona de contato, marcada não só pela presença do projeto indigenista imperial, mas principalmente pela atuação ativa e criativa dos grupos indígenas e, no caso do presídio de Santa Maria do Araguaia, dos Irã amrayré. A fronteira se constituirá enquanto um espaço de contato intercultural e troca entre indígenas e não indígenas. No caso dos Irã amrayré, ela será manejada tendo em vista a sua cosmologia, estrutura política e econômica, bem como a relação que eles estabeleciam com os outros grupos indígenas da região anteriormente à chegada e instalação definitiva dos *kubẽ* em seu território.

### **3.4 Os Mebêngôkre Irã amrayré**

Os Mebêngôkre<sup>103</sup>, mais conhecidos como Kayapó, pertencem ao tronco linguístico Jê setentrional. Terence Turner, baseando-se em estimativas glotocronológicas, estimou que a separação desse grupo dos seus demais parentes setentrionais mais próximos –

---

<sup>102</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal...*, 2018.

<sup>103</sup> A autodenominação do grupo – Mebêngôkre – foi traduzida por Terence Turner como o “espaço entre as águas”. Desse modo, para o autor, esse etnônimo tinha relação com o local de origem do grupo, a área compreendida entre os rios Tocantins e Araguaia (TURNER, 1992, p. 314). Cesar Gordon, no entanto, discorda dessa compreensão do autor e, a partir dos relatos dos Xikrin, que desconhecem tal tradução, informa que a tradução mais correta seria “gente do buraco d’água” (GORDON, 2006, p. 115). Anos antes, Lux Vidal, que também realizou pesquisa etnográfica entre os Xikrin, já havia apontado para essa tradução: “os que vêm buraco d’água” (VIDAL, 1977, p. 14).

Apinajé e Suyá – tenha ocorrido há cerca de 400 anos. Já o tronco ancestral composto por esses três povos deve ter se separado dos ancestrais dos timbiras orientais – Krahô, Krikati, Gavião e Ramkokamekra-Canela – há pelo menos 500 anos<sup>104</sup>. Segundo os próprios Mebêngôkre esse processo de diferenciação dos demais povos Jê teria ocorrido na área entre os rios Tocantins e Araguaia<sup>105</sup>. Foi nesse local onde, segundo a tradição Mebêngôkre, se deu a dispersão dos diferentes grupos logo após a derrubada do grande pé de milho. Conforme apontaram os etnógrafos do grupo, a designação Kayapó é de origem Tupi<sup>106</sup>, e foi inicialmente empregada para designar o grupo meridional, denominados de Kayapó do Sul, a fim de diferenciá-los dos setentrionais, denominados Kayapó do Norte<sup>107</sup>. Nos registros documentais do século XIX, produzidos pela província de Goiás, o etnônimo Kayapó é grafado de diferentes maneiras, quais sejam: caiapó, kaiapó ou cayapó.

Os Mebêngôkre são caçadores, coletores e agricultores. São monogâmicos e possuem como regra a residência matri-uxorilocal, no qual a família funciona enquanto uma unidade básica de produção dos meios necessários à subsistência, mas também de personalidades sociais<sup>108</sup>. A família, é constituída de “mulheres irmãs e homens de outras casas incluídos por casamento (ou seja, maridos)”<sup>109</sup>. Assim como outras sociedades Jê, os Mebêngôkre possuem dois sistemas principais de instituições comunitárias: “um sistema de categorias de idade de homens e mulheres (centrado no caso dos Kayapó, na casa dos homens) e um sistema de organização ritual”<sup>110</sup>. Em 1896, quando visitou as aldeias dos Irã amrayré, frei Gil Vilanova notou que as casas – “as choças”, nas suas palavras – eram habitadas por várias famílias. Diz ele: “as choças que lhes servem de habitáculo, compõem-se de pedaços de madeiras, grosseiramente entrelaçados e cobertos de ramos de palmeiras. Dentro vivem eles apertados, muitos: às vezes quatro ou mais

---

<sup>104</sup> TURNER, T. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, p. 311

<sup>105</sup> *Idem*, p. 313; VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. HUCITEC/Ed. USP: São Paulo, 1977, p. 21

<sup>106</sup> TURNER, T. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social..., 1992, p. 311; VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 14; GORDON, Cesar. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Ed. UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006, p. 115. ARNAUD, Expedito. A expansão dos índios Kayapó-Gorotire e a ocupação nacional (região sul do Pará). In: \_\_\_\_\_. *O índio e a expansão nacional*. Edições Cejup: Belém, 1989, p. 433

<sup>107</sup> VERSWIJVER, G. *Enquete ethnographique chez les Kayapo-Mekragnoti: contribution a l'etude de la dynamique des groupes locaux (scissions et regroupements)*. Paris:École des Hautes Études, 1978, p. 01

<sup>108</sup> TURNER, Terence. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social..., 1992, p. 319

<sup>109</sup> *Idem*. Conferir também VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 63

<sup>110</sup> *Idem*

famílias”<sup>111</sup>. Seu guia, o capitão Irã amrayré João Gongri, informou-lhe que numa das aldeias – a “aldeia grande” – havia mais de 50 casas, cada uma com 30 pessoas. Com um olhar marcadamente eurocêntrico e uma visão de mundo no qual as casas deveriam ser habitadas por famílias nucleares, a residência uxorilocal Mebêngôkre saltou aos seus olhos de modo negativo, a ponto de valer o registro do missionário em seu relatório. Acerca da agricultura desse grupo, informou o missionário: “plantam milho, batatas, mandiocas em pequena escala, e quando chega a época a colheita aí estabelecem seus ranchos e em poucos dias consomem tudo”<sup>112</sup>.

Tradicionalmente as aldeias Mebêngôkre são organizadas com as casas (*kikre*) dispostas em círculos, formando uma praça central, espaço público onde se realizam as reuniões dos homens, os guerreiros, e onde se realizam os rituais do grupo. As casas situadas no contorno da aldeia abrigam as unidades domésticas e são de domínio das mulheres. Conforme demonstrou Vanessa Lea, mais que espaço primordial da esfera doméstica, moradias, as casas são instituições jurídicas – “as Casas”. Assim, de acordo com Lea, “[c]ada casa tem uma herança distintiva de nomes pessoais e de prerrogativas herdadas (correspondente à sua porção do universo), com a origem e, portanto, propriedade, estabelecidas pelos mitos”<sup>113</sup>. Assim, as Casas Mebêngôkre são instituições jurídicas portadoras de riquezas (*nêkrêjx*<sup>114</sup>), isto é, os nomes belos e as prerrogativas cerimoniais, as quais só podem ser passadas teoricamente pela linhagem materna, através da nomeação. Conforme veremos no tópico seguinte, os *nêkrêjx* eram justamente os bens culturais que eram apropriados/incorporados (predados) da cultura do outro, do não-Mebêngôkre.

A proposição de Vanessa Lea em sua etnografia foi fundamental na desconstrução da ideia existente na etnografia dos Mebêngôkre de que as casas eram espaços periféricos das aldeias<sup>115</sup>. Conforme a autora ressalta,

---

<sup>111</sup> Relatório de frei Gil Vilanova transcritos por Dom Sebastião Thomaz (1º relatório do R. Fr. Gil Vilanova, do jornal de Uberaba, nº 47, de 14 de fevereiro de 1897). Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5B. Pasta Sebastião Tomaz.

<sup>112</sup> Relatório de frei Gil Vilanova transcritos por Dom Sebastião Thomaz (1º relatório do R. Fr. Gil Vilanova, do jornal de Uberaba, nº 47, de 14 de fevereiro de 1897). Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5B. Pasta Sebastião Tomaz.

<sup>113</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, p. 50-1

<sup>114</sup> Cabe mencionar que na etnografia existente sobre os Mebêngôkre esta palavra tem sido grafada de diferentes maneiras, entretanto todas elas deixam claro o fato de se tratar das riquezas e das prerrogativas cerimoniais do grupo.

<sup>115</sup> Antes de Vanessa Lea, Lux Vidal já havia destacado a relação entre o processo de nomeação e a transmissão de privilégios (VIDAL, 1977, p. 56)

Ao compreender que os nomes e *nekretx*, incluindo adornos e papeis cerimoniais (elementos que fabricam a pessoa Mebêngôkre), são atributos das Casas, torna-se possível considerar o centro como sendo englobado pelas matricasas e não vice-versa, como é comum na literatura existente em que as mulheres foram geralmente relegadas à periferia da sociedade<sup>116</sup>

A disposição das casas Mebêngôkre no plano da aldeia é fixa e não se altera nem mesmo nas expedições, quando os assentamentos são provisórios. Ela remete a tempos imemoriais. Na praça central se localiza a *casa dos homens* (ngà), instituição fundamental na organização social e política Mebêngôkre, e também na socialização dos meninos. Durante o dia a praça pública é ocupada pelas crianças que brincam, e os homens se empregam em atividades de pesca, caça, ao passo que as mulheres se empregavam nas atividades de cultivo, nas roças. A praça da aldeia é o lugar onde ocorrem as cerimônias, dentre elas as de nomeação, onde ocorria a confirmação dos nomes belos, propriedade das Casas.

De acordo com os etnógrafos, o processo de educação/socialização das crianças Mebêngôkre, opera-se segundo uma diferenciação de acordo com o sexo: as meninas estão sempre no espaço doméstico, na casa da mãe. Já os meninos ficam na casa de sua mãe até aproximadamente os dez anos de idade. A partir de então ele se dirige para a casa dos homens e ali fica até se casar. Acerca do processo de socialização na casa dos homens, entre os Gorotire, o missionário Horace Banner informou, em 1952: “Por quatro ou cinco anos, o rapazinho há de seguir um aprendizado duro e exigente. Por meio de exemplo, disciplina e ensino, os adultos procuram desenvolver nele o espírito ‘*djokrê*’, de bravo”<sup>117</sup>. Ali ele deveria assistir todas as cerimônias, aprender os cânticos, ouvir e aprender com os relatos dos velhos. Ele deveria ficar na casa dos homens até o dia em que arranjasse uma noiva e a engravidasse, consumando assim o casamento e deixando a categoria de solteiros e se tornando pai<sup>118</sup>.

Os primeiros registros sobre esse grupo são do início do século XIX, e foram feitos pelo militar Raimundo José da Cunha Mattos, por ocasião de sua viagem ao norte de Goiás. Em sua subida do rio Araguaia, ele mencionou a existência de um grupo chamado pelos Karajá-Xambioá de “Gradaús”: “Junto à cachoeira de Santa Maria, um pouco ao

---

<sup>116</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012, p. 53

<sup>117</sup> BANNER, Horace. A casa dos homens Gorotire. *Revista do Museu Paulista*. Nova série. Vol VI. São Paulo, 1952, p. 457

<sup>118</sup> TURNER, Terence. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social..., 1992, p. 321. Tradicionalmente, entre os Mebêngôkre, o casamento se confirma com o nascimento de um filho, e não com uma cerimônia (LEA, 2012, p. 109)

sul dela, encontram-se duas entaipavas ou travessões de pedras soltas: aqui aparecem índios *Gradaús*. A cachoeira de Santa Maria tem três canais”<sup>119</sup>. Em seu *Itinerário*, escrito entre os anos de 1823 e 1826, Cunha Mattos informou que esse grupo tinha “estabelecimentos distantes [das margens do rio Araguaia], e [eram] inimigos mortais dos Karajá com quem sempre [estavam] em guerra”<sup>120</sup>. Conforme lembra Gustaaf Verswijver, o etnônimo Gradaú – também grafado como Gradahú ou Kradaú – é a designação Karajá para os Kayapó<sup>121</sup>. À época da expedição de Cunha Mattos, somente os Xikrin haviam se separado do grupo original dos atuais Mebêngôkre. O explorador francês, Francis Castelnau, em 1844, também fez menção a essa denominação dada pelos Karajá aos Mebêngôkre. Ele foi um dos primeiros a confundir os Kayapó do Norte com os do Sul. Em seu relato de viagem, ele informou:

Os Kayapó penetram também até por trás das três ou quatro aldeias dos índios Karajá-is, situadas na margem do furo ocidental da Ilha do Bananal, bem como das dos Tapirapô, índios que habitam em Mato Grosso, mais ou menos à altura da ponta setentrional da Ilha do Bananal, nas margens de um ribeirão que desemboca no furo esquerdo. Ao norte deste ponto os Kayapó tomam o nome de *Gradaós*; trata-se porém de um mesmo povo, falando a mesma língua. Apenas, uma vez expulso para a porção mais baixa do rio, os velhos Kayapó foram fundar novas concentrações, muitas das quais ainda se encontram nas terras do interior<sup>122</sup>

Nota-se, a partir da citação acima, detalhes não só acerca do território dos Mebêngôkre, mas principalmente a confusão feita pelo explorador francês, dizendo que os Kayapó do Norte eram juntamente com os Kayapó do Sul um mesmo povo, falando a mesma língua. Essa afirmação do autor foi contestada pelos estudiosos dos povos Jê, ao afirmarem que se trata de grupos diferentes<sup>123</sup>. Rufino Theotônio Segurado, ao subir o rio Araguaia, estando próximo do local onde foi fundado um presídio no início do século XIX (Santa Maria Velha), tomou conhecimento através de um capitão Karajá chamado Carô, que as aldeias dos “Gradaús” ficavam “distantes do Araguaia para o ocidente três

---

<sup>119</sup> CUNHA MATTOS, Raimundo José da. Chorografia Histórica da Província de Goiás. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. 2º trimestre de 1874. Tomo XXXVII, parte primeira. B. L. Garnier – Livreiro-editor: Rio de Janeiro, 1874, p. 361

<sup>120</sup> CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas e Goiás*. Tomo Segundo. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C. Rio de Janeiro, 1856, p. 223

<sup>121</sup> VERSWIJVER, G. Considerations on Mekrãnotí warfare. Doctor in de Sociale Wetenschappen Facultei van Rechtsgeleerdheit: Rijksuniversiteit Gent Academiejaar, 1985, p. 06

<sup>122</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 245

<sup>123</sup> Nimuendajú contesta essa assertiva de Castelnau, ressaltando que mediante “um exame da língua, cultura e história dos mesmos, conclui-se serem duas tribos que, embora aparentadas são claramente diferentes e não podem ser derivadas uma da outra” (NIMUENDAJÚ, 1982, p. 220)

dias de viagem, em umas grandes matas”<sup>124</sup>. Ainda na década de 1860, José Vieira Couto de Magalhães visitou algumas aldeias dos Mebêngôkre localizadas na margem direita do rio Araguaia, em frente ao presídio de Santa Maria do Araguaia. Assim ele informou acerca de sua visita à aldeia dos “Cahiapós”, dizendo

Eu tenho estado em aldeias que nenhum contato tem tido com a raça conquistadora nos sertões do Araguaia; tenho conversado com chefes indígenas, entre outros o dos Cahiapós de nome Manahó, que me dão notícias dos índios do plateau do Xingu, inteiramente desconhecidos de nós<sup>125</sup>

As primeiras informações consideradas etnologicamente mais confiáveis acerca desse grupo foram produzidas já no limiar do século XIX, pelo explorador francês Henri Coudreau, em 1897. Em viagem pelo Araguaia, rumo ao rio Tapirapé, a serviço do governo paraense, Coudreau esteve em contato com os Mebêngôkre. Na ocasião, ele se valeu da relação que estes já haviam estabelecido com os missionários dominicanos franceses que iniciaram, em 1897, uma missão com o objetivo de catequizar aquele grupo, denominada Nossa Senhora da Conceição do Araguaia<sup>126</sup>. Antes da chegada dos missionários franceses, os indígenas já haviam iniciado relações amistosas com a povoação de Barreira de Santana, uma povoação sertaneja situada nas margens do rio Araguaia, e que em sua maioria era formada por criadores de gado advindos da região de Boa Vista do Tocantins e Pedro Afonso. A partir das informações prestadas pelos “Kayapó propriamente dito” – os Irã amrayré –, mediante auxílio dado por frei Gil Vilanova, Coudreau tomou conhecimento da existência de outros grupos Mebêngôkre que, juntamente com eles, formaram um só grupo no passado: “os Kayapó dizem que, inicialmente, os quatro grupos atuais formavam somente uma única tribo falando a mesma língua, e que foram as dissidências intestinais que levaram a grande tribo inicial a se fracionar em quatro grupos”<sup>127</sup>.

Conforme os Irã amrayré informaram a Coudreau, esses quatro grupos habitavam uma só aldeia, pelo menos até o início do século XIX. Quem primeiro se separou desse grupo foram os ancestrais dos atuais Xikrin, mais ou menos por volta do ano de 1810. Logo em seguida, entre os anos de 1840 a 1860, um outro grupo deixou a margem do rio

---

<sup>124</sup> SEGURADO, Rufino Teotônio. Viagem ao Araguaia..., 1870, p. 197

<sup>125</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil...*, 1874, p. 57

<sup>126</sup> A missão religiosa deu origem a atual cidade de Conceição do Araguaia, localizada no sul do estado do Pará.

<sup>127</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya*. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897, p. 206, tradução nossa

Araguaia, migrando para a região do rio Xingu e seus afluentes. Este grupo passou a ser chamado de Gorotire por aqueles que ficaram nas margens do Araguaia. Estes, por sua vez, se autodenominavam Irã amrayré. À separação desses grupos, seguia-se uma situação de animosidade e guerras entre eles. Assim, após a sua separação, os Xikrin passaram a guerrear contra o Irã amrayré, e após a separação dos Gorotire, com esses também. De igual modo, os Gorotire se tornaram inimigos dos Irã amrayré.

Segundo os dados apresentados por Coudreau, em 1897, os Mebêngôkre estavam divididos em quatro grandes grupos: Os “Kayapó” (os Irã amrayré), cujas aldeias ficavam localizadas às margens dos principais afluentes da margem esquerda do Araguaia e que àquela época estavam em franco contato com os criadores e gado do Pau d’Arco e com a missão dominicana de Conceição do Araguaia. Esse grupo era estimado em aproximadamente 1500 indivíduos, divididos em três aldeias, algumas delas lideradas por ex-alunos do colégio Isabel<sup>128</sup>. Além destas aldeias, havia uma quarta, a “aldeia fechada”, sobre a qual o explorador não possuía nenhuma informação precisa. De igual modo, não estava considerada nessa estatística os Kayapó Peucaranty, Domingos, João Raimundo e “uma dezena de pessoas” que viviam na região do Chicão<sup>129</sup>.

O outro grupo era denominado Gorotire, cuja estimativa populacional apresentada por Coudreau era de aproximadamente 1500 indivíduos. Eles estavam localizados a oeste dos Irã amrayré, na região do rio Xingu e do rio Fresco. À época, em que se conhecia ainda muito pouco acerca desse grupo, Coudreau afirmava que eles eram “ainda bem misteriosos”, porém o grupo do Pau d’Arco o informou que os Gorotire eram “brabos”<sup>130</sup>. O desconhecimento por parte do explorador francês fez com que ele se perguntasse se estes “misteriosos” Gorotire eram parentes dos “Suyás do Xingu” ou mesmo aventasse a possibilidade de que se tratasse do mesmo grupo, porém com nomes diferentes<sup>131</sup>.

O terceiro grupo descrito por Coudreau eram os Purucarus (Purukarôt), que habitavam a noroeste do Pau d’Arco. Estes, assim como os Gorotire, eram contabilizados em aproximadamente 1500 indivíduos. O último grupo mencionado por Coudreau eram os “Chicris”, situados a nordeste dos Irã amrayré, na região “da grande floresta da

---

<sup>128</sup> Essa questão será tratada no capítulo V

<sup>129</sup> Coudreau apresentou uma estatística, contendo o número de casas e habitantes de cada uma destas aldeias, exceto a “aldeia fechada”: “Estas três aldeias são de sul ao norte, a aldeia pequena, chefes Becca e Fontoura com 26 casas e 250 habitantes, a de João Gongri, com 52 casas e 500 habitantes, a de Aminti, aproximadamente 80 casas e 750 habitantes” (COUDREAU, 1897, p. 206, tradução nossa)

<sup>130</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 205, tradução nossa

<sup>131</sup> *Idem*



itaipava”, nas proximidades do rio Itacaiunas, e sua população era estimada em cerca de 500 indivíduos. Segundo informou Coudreau, apesar de pertencerem à “família Kayapó”, eles estavam “em maus termos com os outros grupos dessa nação”, e mantinham boas relações com os Karajá. Segundo os próprios Karajá haviam informado ao explorador francês, “quase sempre havia Chicris entre eles, do mesmo modo que havia constantemente Karajá entre os Chicris”<sup>132</sup>. Segundo Coudreau, as aldeias dos Gorotire e dos Purucus ficavam a uma distância de cinco dias de marcha das aldeias dos Irã amrayré<sup>133</sup>.

Com a fundação da missão dominicana de Conceição do Araguaia, em 1897, os Irã amrayré passaram a ter as suas aldeias visitadas com mais frequência, e com isso os missionários dominicanos descreviam suas visitas às aldeias Irã amrayré, bem como a sua organização social, política e religiosa. De igual modo, eles também serviram de suporte para exploradores europeus que visitaram as aldeias do grupo, situadas na região do rio das Arraias e do Pau d’Arco. Na primeira década do século XX, a missão dominicana serviu de suporte para as visitas realizadas pelos exploradores/pesquisadores alemães Fritz Krause<sup>134</sup> e Wilhelm Kissenberth<sup>135</sup>.

Ao todo, considerando os quatro grupos, Coudreau estipulou o número dos Kayapó em aproximadamente 5000 mil indivíduos, cujo território se estendia “do Araguaia ao Rio Fresco e do Tapirapé ao Itacayuna, sobre aproximadamente 200 quilômetros de leste a oeste e 500 quilômetros de sul a norte, ou seja, sobre aproximadamente 100.000

---

<sup>132</sup> *Idem*, p. 205. A partir dos dados apresentados por outros etnógrafos dos Xikrin, Cesar Gordon afirma que é possível dizer com segurança esses dois grupos – os Purukarôt e os Xikrin – são os antepassados diretos dos atuais Xikrin, “mesmo que a cronologia e a sequência das separações, fusões e rearranjos que ocorreram até as primeiras décadas do século XX, bem como as relações entre os grupos que se cindiam, ainda não tenham sido mais bem esclarecidas” (GORDON, 2006, p.117)

<sup>133</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 205, tradução nossa

<sup>134</sup> Fritz Krause nasceu em 1881 e estudou na Universidade de Leipzig. Em 1905 ele defendeu o seu doutorado sobre os índios Pueblo (índios norte-americanos) e se tornou assistente do Museu da cidade de Leipzig. Contando com um financiamento no valor de 15 mil marcos da prefeitura de Leipzig e de uma doação privada de Herrmann Meyer, ele realizou a sua expedição ao Araguaia entre janeiro de 1908 e fevereiro de 1909. Na ocasião ele visitou as aldeias Karajá da margem do Araguaia, subiu Tapirapé, e esteve com os Mebêngôkre (Kayapó), cujas aldeias ficavam localizadas próximas à missão dominicana de Conceição do Araguaia. Os resultados de sua expedição foram publicados no ano de 1911, em Leipzig, na obra *In den Wildnissen Brasiliens*

<sup>135</sup> Wilhelm Kissenberth nasceu em 1878, e se doutorou em teoria literária. Em 1908 foi comissionado pelo Museu Real de Antropologia de Berlim para realizar uma expedição ao Araguaia, e ela se estendeu até 1910, sendo marcada por várias dificuldades, e o seu alto custo. Como lembra Petschelies, a sua expedição foi a mais dispendiosa de toda a era americanista alemã, e grande parte disso se devia à sua falta de preparo para a sua realização. O seu trabalho se concentrou basicamente entre os Mebêngôkre (Kayapó), aldeados próximos da missão dominicana de Conceição do Araguaia. Ele jamais produziu uma tese acerca de seus dados, e boa parte de seus escritos ainda continuam inéditos

quilômetros quadrados”<sup>136</sup>. Anos antes, Couto de Magalhães apresentou a informação acerca do território Kayapó na margem esquerda do Araguaia, considerada por ele como uma “grande e poderosa nação”:

Às margens do Araguaia eles [os Kayapó] entraram, há poucos anos, em relação conosco, e têm seus aldeamentos nas setenta léguas que medeiam entre o rio Tapirapé e a Cachoeira Grande, margem esquerda do Araguaia, com uma população que orça, mais ou menos por dez mil homens, sendo atualmente governados por três chefes inteligentes e aguerridos, de nomes Manahô e Kamecran, não me ocorrendo agora o nome do terceiro<sup>137</sup>

É claro que a informação apresentada por Couto de Magalhães acerca do número dos Kayapó – 10.000 indivíduos – precisa ser posta em perspectiva e criticada. Na ocasião, conforme já mencionado anteriormente, ele buscava convencer as autoridades imperiais acerca da importância da formação de tradutores indígenas a fim de proporcionar a civilização dos grupos indígenas que ocupavam o vale do Araguaia e a conquista do seu território para promover a navegação a vapor do rio Araguaia. De igual modo, era preciso convencer ao governo imperial de que a região central do Império era ocupada não por pequenas povoações, mas por grandes nações indígenas. Assim, de modo a demonstrar a necessidade de um maior investimento nesse projeto – materializado no colégio Isabel – Couto de Magalhães certamente pesou a mão nessa estatística. De todo modo, resta claro que os Mebêngôkre ocupavam um vasto território e boa parte dele era composto por áreas banhadas por importantes cursos d’água e a salvo das inundações periódicas do rio Araguaia.

Em seu relatório acerca da expedição de exploração do rio Araguaia, realizada à pedido do então presidente da província de Goiás (José Vieira Couto de Magalhães), em 1863, o engenheiro e Inspetor Geral dos Presídios da província de Goiás, Ernesto Vallée, ressaltou que defronte da primeira aldeia dos Xambioá estavam “os férteis terrenos ocupados pelos Gradaús”<sup>138</sup>. Os terrenos, eram “quase sempre altos de ambos os lados e muito convenientes para receberem população”<sup>139</sup>. Diferenciando-os dos Karajá, Vallée considerava os “Gradaús” como “mais robustos e industriosos e muito mais acostumados

---

<sup>136</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 207, tradução nossa

<sup>137</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil...*, 1874, p. 122

<sup>138</sup> VALLÉE, Ernesto. *Exploração do Rio Araguaia feita por ordem do Illm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás, em 10 de julho de 1863*. Tipografia de Quirino & irmão r. da Assembleia n. 55. Rio de Janeiro, 1864, p. 12

<sup>139</sup> *Idem*, p. 13

ao trabalho que as nações que, nunca afastando-se das praias, não procuram outra alimentação mais do que a pesca”<sup>140</sup>. Eis que por essa razão Vallée defendia a importância de uma catequese por ele definida como “hábil e conscienciosamente dirigida”<sup>141</sup>.

Nas “observações gerais” contidas no mapa produzido por um dos membros da expedição, em 16 de setembro de 1864, o topógrafo José de Sousa Monteiro, ressaltou-se também a qualidade dos terrenos ocupados pelos “Gradaús”, dizendo:

Em frente desta Aldeia como das três outras pertencentes aos índios Xambioá e um pouco ao Nor noroeste do Presídio de Sta. Maria existem apenas 2 léguas retiradas da margem do Rio as importantes aldeias dos Gradaú. *Os terrenos q’elles ocupam são os melhores da bacia do Araguaia tanto no sentido da cultura como no da salubridade e todos eles são cortados de Córregos e Ribeirões abundantes, cujo declívio permite aproveitá-los com a maior facilidade para qualquer estabelecimento industrial ou agrícola*<sup>142</sup>.

Na década seguinte, a já citada expedição de Antônio Florêncio Pereira do Lago, evidenciou o que ele chamou de “o poder agrícola” do vale dos rios Araguaia e Tocantins. Partindo do presídio de São João do Araguaia – localizado na confluência dos rios Araguaia e Tocantins – e subindo o rio Araguaia, o cenário descrito por Pereira do Lago era o de um território de ricas matas e salvo das inundações, portanto, propício para a agricultura e criação de gado, o território dos Gradaú e Xambioá:

Subindo o Araguaia, mostra a margem direita terrenos alagadiços, campos de criação de gado e matas em terrenos enxutos até pouco adiante de S. Vicente; daí para cima até a colônia dos Xambioá, há matas em terrenos altos. A margem esquerda é, desde S. João até à cachoeira grande do Araguaia, de extensa e robusta vegetação. Para diante, ambas, a partir de um pouco acima da colônia dos Xambioá, alargam-se em campos de criação talhados de alguns terrenos alagadiços e matas em terrenos enxutos, próprios para a agricultura.<sup>143</sup>

Todo o território habitado pelos Mebêngôkre apresentava um aspecto de alto planalto, majoritariamente composto por campos, e florestas na região do Xingu<sup>144</sup>:

---

<sup>140</sup> *Idem*, p. 13

<sup>141</sup> *Idem*, p. 13

<sup>142</sup> MONTEIRO, José de Sousa. Mapa da Exploração do Rio Araguaya. Feita por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás. 16 de setembro de 1864. AN. Rio de Janeiro, grifo meu

<sup>143</sup> LAGO, Antônio Florêncio Pereira do. *Relatório dos Estudos da Comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia* apresentado pelo Major do corpo de Estado Maior de 1ª classe Antônio Florêncio Pereira do Lago. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro: agosto de 1875, p. 28

<sup>144</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 208, tradução nossa

Do lado do Xingu e do Rio Fresco, vimos as montanhas se erguer, na mesma margem do Xingu, à grandes alturas. Do lado do Araguaia, três cadeias sucessivas correm paralelas ao rio. A primeira cadeia, contornando bem de perto o Araguaia, é formada de jusante a montante pelas serras principais do Gongry, da Conceição e do Taitétu; a segunda cadeia é formada pela serra do Cocal e a serra do Chicão; a terceira cadeia é formada pela serra da Mata, a serra do Najá e a serra do Tamanacó. A maior parte destas montanhas parecem ser parcialmente arborizadas, e parte coberta de campos; frequentemente são aspectos de pastagens altas em paisagens rochosas. A Serra da Mata é a mais importante, apresenta uma continuidade compacta e maciça.<sup>145</sup>

Essa vasta extensão do território Mebêngôkre, composto de campos, mas também de floresta, traduz a relação desse grupo com o espaço aqui citado, isto é, o seu processo de territorialização. Vale ressaltar, conforme apontou João Pacheco de Oliveira, “não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade”<sup>146</sup>. Esses limites são estabelecidos numa situação colonial, onde as sociedades indígenas têm os seus territórios reduzidos a uma terra indígena demarcada pelo Estado. Dominique Gallois lembra que “o contato coloca um grupo indígena diante de lógicas espaciais diferentes da sua e que passam a ser expressas também em termos territoriais. Como já se viu, o contato é um contexto de confronto entre lógicas espaciais”<sup>147</sup>.

Tradicionalmente, o processo de territorialização dos Mebêngôkre era marcado pelo seminomadismo. Gordon, por exemplo, citando o exemplo dos Xikrin, ressalta que nesse processo se alternariam períodos de permanência na aldeia com períodos em que se realizavam expedições de caça, coleta e guerra contra outros grupos indígenas. No primeiro caso, lembra o autor, o grupo vivia basicamente dos produtos de suas roças, mas também da caça, pesca e coleta realizada nas proximidades da aldeia. Já as expedições se configuram enquanto período de dispersão do grupo pelo seu território. Esse processo poderia durar meses<sup>148</sup>. Entre os Gorotire, a situação não era diferente: Terence Turner destaca que a “vida social dos Kayapó se apresenta como uma alternância regular entre

---

<sup>145</sup> *Idem*

<sup>146</sup> OLIVEIRA FILHO, J.P. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. *Revista Travessia*. v.9, n.24, p. 5-9, São Paulo: CEM, jan./abr. 1996, p. 09

<sup>147</sup> GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 41

<sup>148</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 107

períodos de residência numa aldeia principal coletiva e grupos seminômades que se deslocam por períodos de um ou vários meses para caça e coleta”.<sup>149</sup>

Vanessa Lea, por sua vez, ao analisar o ritmo de vida na aldeia, lembra que este oscilava entre a “junção das pessoas na aldeia principal para a realização de cerimônias e pela dispersão para caçadas realizadas por indivíduos ou por grupos pequenos no espaço de um único dia ou pela expedição de caça e coleta mais demoradas”<sup>150</sup>. No passado, conforme lembra a autora, grupo de homens realizavam longas expedições de guerras contra inimigos (Mebêngôkre e não-Mebêngôkre)<sup>151</sup>. Em suas expedições de guerra, os Irã amrayré atravessavam o rio Araguaia, passando para a margem direita e ali guerreava contra os Karajá. Foi numa dessas travessias, conforme veremos no decorrer desta tese, que esse grupo atacou a expedição liderada por frei Francisco do Monte São Vito que iniciava os trabalhos de refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, na margem direita daquele rio. No tópico seguinte discutiremos a guerra Mebêngôkre, e sua importância para a predação do outro, a incorporação de alteridades e a produção de homens fortes e valentes.

### **3.5 Guerra e predação: a incorporação da diferença**

Em *Os índios e a civilização*, Darcy Ribeiro afirmou que em todos os processos de pacificação o equipamento civilizador desempenhou um papel capital. Por equipamento civilizador, tal como afirma o autor, entende-se as “armas de fogo, os instrumentos supercortantes, os panos, os adornos e uma série de outros bens”<sup>152</sup>. Assim, segundo ele, “[o] índio vê o civilizado que avança sobre sua aldeia como representante de uma tribo poderosa e cruel, mas também como o detentor de um equipamento que lhe impõe o maior respeito e é motivo da mais viva cobiça”<sup>153</sup>. A relação dos povos indígenas com a sociedade nacional e seus bens manufaturados por muito tempo foi compreendida sob o prisma da noção de aculturação e assimilação, em contextos de fricção interétnica. Nessa perspectiva, a “cultura indígena” – no singular mesmo – era compreendida enquanto um dado, vista de maneira reificada, de modo que quanto mais se intensificavam os contatos

---

<sup>149</sup> TURNER, Terence. *Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social...*, 1992, p. 322

<sup>150</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partiveis...*, 2012, p. 76.

<sup>151</sup> *Idem*

<sup>152</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7 ed. Global Editora: 2017 [1970], p. 281

<sup>153</sup> *Idem*

e as relações dos indígenas com os diferentes sujeitos da sociedade nacional, nas frentes de expansão, mais se descaracterizaria a sua cultura. Tal perspectiva contribuía para que quase sempre a história dos povos indígenas fosse contada sob o prisma do que John Monteiro denominou de “a crônica de sua extinção”. Segundo ele informa,

Um dos principais problemas da história dos índios é a perspectiva que pressupõe um caminho de via única para as populações que sofreram as consequências do contato: a história deste ou daquele povo, em termos tanto demográfico como culturais, se resume à crônica de sua extinção<sup>154</sup>

Nessa perspectiva, Darcy Ribeiro afirmou que na experiência do contato intercultural entre índios e brancos, por ocasião do avanço das “fronteiras da civilização”, os grupos indígenas se viam envoltos numa série de desafios nos planos bióticos, ecológico e étnico-culturais. Em tal situação, “nenhuma oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e sua cultura em sua forma original”<sup>155</sup>. Aos índios, segundo ele, caberiam três reações possíveis frente a esse contexto: *i*) evitar o enfrentamento às frentes de expansão da fronteira, marchando rumo aos “territórios ermos”; *ii*) o “enfrentamento hostil aos invasores”, de modo que tal situação levaria a uma transformação permanente na sociedade indígena graças ao estado de guerra permanente; e, por fim, *iii*) a aceitação passiva da relação com os brasileiros, uma vez que, segundo o autor, era algo “inevitável”<sup>156</sup>. Para Darcy Ribeiro o contato entre a sociedade brasileira – entendendo suas variantes espaciais e temporais – com as sociedades indígenas levaria fatalmente à transfiguração étnica destas, fazendo com que os vários grupos indígenas perdessem suas especificidades étnicas, tornando-se “índios genéricos”.

Ribeiro se insere dentro de uma perspectiva teórica que remete aos estudos de aculturação e mudança social, destacando-se – apesar de algumas diferenças teóricas – nomes como os de Charles Wagley, Eduardo Galvão, H. Baldus, Egon Schaden e Roberto Cardoso de Oliveira<sup>157</sup>. Sem desconsiderar a importância desses trabalhos para a

---

<sup>154</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas...*, 1999. p. 241.

<sup>155</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização...*, 2017 [1970], p. 193

<sup>156</sup> *Idem*

<sup>157</sup> GALVÃO, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979; WAGLEY, C.; GALVÃO, E. *Os índios Tenetehara*. Coleção Vida Brasileira. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1961; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. 2 ed. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1972; BALDUS, H. *O Xamanismo na aculturação de uma tribo tupi do Brasil Central*. *Revista do Museu Paulista*. 15. 1964, p. 319-27; SCHADEN, Egon. *Aculturação e assimilação dos índios do Brasil*. *Revista do Instituto de Estudos*

etnologia brasileira, há que se destacar o fato de que a perspectiva teórica acima apontada negligenciava a capacidade criativa dos grupos indígenas, à medida que a experiência do contato e da relação interétnica era analisada da perspectiva do poder colonizador. Nesse sentido, tal como propõe Viveiros de Castro, ressalto a necessidade de realizarmos uma “rotação de perspectiva” quanto a análise desse processo, tendo em vista a importância de se “determinar a atividade propriamente criadora desses povos na constituição do ‘mundo dos brancos’ como um dos componentes de seu próprio mundo vivido, isto é, como matéria-prima histórica para a ‘cultura culturante’ dos coletivos indígenas”<sup>158</sup>.

A análise da relação dos Mebêngôkre com os diversos agentes históricos não indígenas na fronteira Araguaia, desde a segunda metade do século XIX, tem sido tomada justamente sob a perspectiva que ressalta o avanço da “fronteira civilizadora” e sua força deletéria sobre as culturas indígenas – estas, por sua vez, quase sempre tomadas de modo reificadas. Os trabalhos J. Hemming, Moreira Neto e o já citado livro de Darcy Ribeiro são exemplares nesse sentido<sup>159</sup>. Para Moreira Neto, por exemplo, o destino das sociedades indígenas e suas culturas está intimamente relacionado ao “avanço da sociedade nacional pelos territórios por elas ocupados”<sup>160</sup>. Nessa relação, dizia o autor, “dependerá a cultura tribal para sua sobrevivência em tais situações de contato, do caráter e da intensidade com que sobre ela atuam as agências locais da sociedade nacional em expansão”<sup>161</sup>. Para Hemming, a experiência da expansão da fronteira sobre os territórios indígenas levou à derrota dos índios. Já Ribeiro, ao analisar a relação dos Mebêngôkre com os diferentes sujeitos da frente de expansão pastoril, apontou justamente as ações da sociedade nacional frente a um grupo que, por se achar numa região limítrofe entre o planalto central e a floresta amazônica, vivia sob a ameaça dos criadores de gado e

---

brasileiros. N. 02, São Paulo, 1967, p. 7-14; SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. Ed. Pioneira/Ed. da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1969.

<sup>158</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Etnologia brasileira*. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. I: Antropologia. São Paulo: Org. Sumaré/ANPOCS, 1999, p. 115

<sup>159</sup> Conferir os seguintes textos: MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d’Arco. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Belém, n. 10, março de 1960; HEMMING, John. *Fronteira Amazônica...*, 2009; RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização...*, 2017 [1970].

<sup>160</sup> MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d’Arco..., 1960, p. 02

<sup>161</sup> *Idem*. Para o autor, estariam reservados aos demais grupos Mebêngôkre (Xikrin e Gorotire) o mesmo destino que coube aos Irã’a mrayré, frente à incorporação desses territórios de fronteira, ou seja, a sua extinção. É mister ressaltar que a escrita de Moreira Neto, assim como de outros antropólogos que atuaram junto ao antigo Serviço de Proteção aos Índios, é permeada pela experiência de muitas vezes terem presenciado os impactos do contato das frentes extrativista com os grupos indígenas, resultando em decréscimo populacional em detrimento de epidemias e chacinas. À título de exemplo, destaca-se o seu relatório de 1959, intitulado *Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó*.

garimpeiros no Araguaia, mas também tinham que resistir às ações de seringueiros e castanheiros nas matas do Xingu e adjacências<sup>162</sup>.

Romper com a narrativa da crônica da extinção dos grupos indígenas, mais precisamente dos Irã amrayré, exige a capacidade de se compreender o protagonismo e a agência indígena na relação estabelecida com a sociedade nacional, em seu projeto de incorporação das sociedades indígenas à ordem imperial. De igual modo, é preciso também entender que nesse processo os Irã amrayré tinham seus próprios interesses e agenciavam a relação com o outro nos seus próprios termos culturais. Isso não significa dizer que esses mesmos “termos culturais” eram instâncias a-históricas e, portanto, imutáveis, à despeito dos efeitos do contato com o *kubẽ*. Pelo contrário, conforme veremos no decorrer dessa tese, evocando a reflexão de Sidney Mintz, pode-se dizer que os Irã amrayré “conduzem a maior parte das suas ações com base em suas experiências e aprendizados passados”<sup>163</sup>. O contato inicial com os não-indígenas foi mediado pela visão que esse grupo tinha de si e do outro. Esta, por sua vez, estava inicialmente ancorada nos referenciais míticos do grupo e, com o tempo, e mediante as experiências com os invasores, estes mesmos referenciais foram se transformando. Terence Turner, refletindo acerca da relação interétnica dos Gorotire com a sociedade nacional na segunda metade do século XX, ressaltou um aspecto de suma importância e que pode nos ajudar a refletir acerca da relação dos Irã amrayré com os diferentes agentes históricos da fronteira, no século XIX. Diz ele: “as sociedades indígenas aplicam seus próprios princípios estruturais (sociais e culturais) na construção da situação de contato com a sociedade nacional de modos diversos [...]”<sup>164</sup>.

Marcel Mano destaca como “à época dos primeiros contatos com não-índios, a interpretação do evento se deu de acordo com as estruturas culturais pré-existentes”<sup>165</sup>. Estas, por sua vez, segundo ele, estavam ancoradas nas realizações míticas dos dois irmãos míticos (Kukryt-Kakô e Kukryt-Uire) que mataram o Gavião. Tal ação teria significado a passagem do estado *uabô* (manso) para o de *akrê* (valente, brabo e guerreiro). Foi a partir desse ideal guerreiro que os Kayapó se relacionavam com os outros grupos indígenas, guerreando e predando-os, mas foi também a partir dessa mesma

---

<sup>162</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização...*, 2017 [1970], p. 71

<sup>163</sup> MINTZ, Sidney W. *Cultura: uma visão antropológica...*, 2010, p. 235

<sup>164</sup> TURNER, Terence. Da Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: VIVEIROS DE CASTROS, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. NHII-USP: FAPESP: São Paulo, 1993, p. 64

<sup>165</sup> MANO, Marcel. *Contato, Guerra e Paz...*, 2011, p. 198



estrutura de relação com o mundo exterior ao seu universo cultural que o grupo se relacionou com os não-indígenas quando estes avançaram sobre o seu território. Segundo o autor, “os não índios que se interpunham no caminho de Goiás forneceram as chances históricas para os Kayapó atualizarem as ações mitológicas de seus heróis civilizadores”<sup>166</sup>.

A experiência histórica do contato e da relação mais duradoura com esses novos “outros”, tal como afirma o autor, fez com que esse grupo modificasse a sua percepção acerca destes, e com isso, eles acabaram “inaugurando uma modificação nos processos de relacionamento e instituindo um tempo histórico transformativo, no qual as suas ações já não reproduziam mais um passado, mas se solidificavam numa análise do presente e do porvir”<sup>167</sup>. O trabalho de Mano, mesmo tratando dos Kayapó meridionais, lança questões relevantes por meio das quais podemos pensar os Mebêngôkre e sua relação com os “outros” (indígena e não-indígena), ao longo da sua história. Não tenho o objetivo aqui de esboçar uma teoria da guerra Mebêngôkre<sup>168</sup>, nem tampouco da guerra indígena de modo geral, entretanto a análise dos relatos das guerras realizadas no século XIX contra os Gorotire, Karajá ou as denominadas “tribos lendárias” (coletados por Nimuendaju), evidenciam uma dimensão central na cultura dos Mebêngôkre-Irã amrayré: a predação, isto é, a incorporação de elementos externos à cultura do grupo como forma de dinamizá-la.

A assimilação dos cantos, das danças e outros conhecimentos dos grupos com os quais eles guerreavam, não significava uma espécie de “perda de cultura” ou “assimilação cultural”. Pelo contrário, para os *Irã amrayré*, a busca por aquilo que o outro possuía tinha como objetivo continuar sendo quem eles sempre foram. Mesmo tendo sido produzidos pelos não indígenas, e em geral por aqueles envolvidos diretamente no processo da catequese e civilização indígena – já no contexto do contato com os não indígenas –, os relatos históricos nos mostram que a guerra Mebêngôkre, seguidas do rapto de mulheres, crianças e bens materiais (e imateriais, mediante o aprendizado com as mulheres raptadas) era uma prática comum. Os relatos de Nimuendaju, coletados com os dois últimos homens Irã amrayré, em 1940, nos mostram a leitura indígena desse processo. Antes de apresentar

---

<sup>166</sup> *Idem*, p. 198

<sup>167</sup> *Idem*, p. 196

<sup>168</sup> Um trabalho de maior folego acerca da guerra entre os Mebêngôkre foi realizado pelo antropólogo G. Verswijver, em sua tese de doutorado.

esses dados históricos, faz-se necessário uma discussão acerca da relação entre guerra e predação Mebêngôkre.

Conforme já destacado, tomando como referência a etnografia de Vanessa Lea, as Casas Mebêngôkre são instituições jurídicas, portadoras de patrimônios, bens simbólicos e prerrogativas herdadas ao longo do tempo. Elas são “uma unidade exogâmica, cuja identidade distintiva é substancializada por bens simbólicos inalienáveis que integram seu patrimônio”<sup>169</sup>. Estes bens simbólicos, afirma a autora, são materiais e/ou imateriais, tais como nomes pessoais e prerrogativas, os *nêkrêjx*. Estes, enquanto símbolo de uma Casa, funcionariam como “totens”, emblemas vivos<sup>170</sup>, mas também eram uma fonte de prestígio para os seus detentores, posto que, conforme ela lembra, “alguém sem adorno é considerado pobre, enquanto alguém que tem muitos atesta, através desse fato, o respaldo de uma parentela extensa, dotada de belos *nêkrêjx*”<sup>171</sup>.

Mesmo dentro das Casas os seus membros se diferenciam uns dos outros, “pela quantidade e qualidade do *nêkrêjx* alocados a eles”<sup>172</sup>. Evidenciando a inter-relação entre o tempo mítico e o histórico, Vanessa Lea mostra como para os Mebêngôkre, “os feitos dos antepassados uterinos dão origem a seu patrimônio e nomes e prerrogativas distintivas, que por isto formam um conjunto aparentemente arbitrário”<sup>173</sup>. Os nomes e os *nêkrêjx* correspondentes são, portanto, o elo de ligação entre os atuais Mebêngôkre e seus antepassados, pois deles foram herdados e continuarão sendo transmitidos à posteridade.

Mas qual a relação entre os *nêkrêjx* e a guerra Mebêngôkre? Conforme apontou Cesar Gordon, os *nêkrêjx* “são concebidos como *importações do exterior*”<sup>174</sup>. O tema da predação ontológica foi discutido por Eduardo Viveiros de Castro, em sua vasta produção antropológica. De acordo com esse autor, a predação ontológica “constitui o regime geral de subjetivação ou personificação na maioria, senão na totalidade, das culturas da Amazônia indígena”<sup>175</sup>. Segundo ele, “a predação do exterior surge como condição de

---

<sup>169</sup> LEA, Vanessa. Casas e casas Mebêngôkre (Jê). In: VIVEIROS DE CASTROS, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. NHII-USP: FAPESP: São Paulo, 1993, p. 267

<sup>170</sup> *Idem*

<sup>171</sup> LEA, Vanessa. LEA, Vanessa R. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012, p. 384

<sup>172</sup> *Idem*, p. 382

<sup>173</sup> LEA, Vanessa. Casas e casas Mebengokre..., 1993, p. 273. Conforme afirma Terence Turner, “os Kayapó concebiam suas próprias crenças e instituições sociais como continuidades diretas do que foi estabelecido nos tempos míticos pelos heróis culturais que criaram o padrão de humanidade e da sociedade humana, diferenciando-as da natureza” (TURNER, 1993, p. 58)

<sup>174</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 95

<sup>175</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, 2002, p. 14

produção do corpo social em sua dimensão interna”, e desse modo, ela atua “como o elemento de construção das diferenças e dinamismos sexuais, etários e estatutários, que manifestam assim sua dependência da ordem global da predação”<sup>176</sup>. Portanto, entendendo a predação como relação mediante a qual se dá a constituição do “eu” através de assimilação da alteridade, do outro, o autor afirma que “o *socius* se constitui precisamente na interface com seu exterior, ou, em outras palavras, que ele se põe como essencialmente determinado pela exterioridade”<sup>177</sup>.

Nesse sentido, dialogando com essa perspectiva, Gordon destaca que a predação Mebêngôkre

[t]rata-se menos de capturar o corpo (ou partes do corpo) e o espírito do inimigo do que sua cultura (imaterial e material), ou sua riqueza, sua beleza, enfim, suas propriedades não imediatamente corpóreas, mas relacionadas ao corpo: nomes, cantos, adornos, matérias-primas, formas, coisas. A predação mebêngôkre destina-se a absorver a diferença do estrangeiro objetivada em sua cultura material, seu conhecimento, seus saberes, sua expressividade técnica e estética<sup>178</sup>.

Portanto, para os Mebêngôkre predação significa incorporar o Outro naquilo que ele tem de mais distintivo e diferente. É a assimilação da alteridade, materializada nos cantos, nas danças, enfim, na “expressividade técnica e estética”. Tendo em vista a demonstração da relação entre o que o autor chamou de consumismo dos atuais Xikrin e a dinâmica de incorporação/apropriação do exterior comum aos grupos Mebêngôkre, Gordon propôs uma crítica à leitura de Terence Turner acerca da relação dos Mebêngôkre com os não indígenas e os seus bens materiais. Para Turner, antes do contato intensivo com a sociedade brasileira, a organização e a cultura dos Mebêngôkre se estruturava por um “sistema de comunidades grandes que eram totalmente auto-suficientes e autônomas”<sup>179</sup>. Com o advento do contato, afirma Turner, perdeu-se a autonomia, gerando uma situação de dependência indígena para com a sociedade nacional e, como consequência, ocorreu a acentuação das guerras intestinais e com os brasileiros. A partir de então, a comunidade Mebêngôkre, outrora independente, acabou “deslocando seu centro gravitacional para operações militares dirigidas para fora”<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> *Idem*, p. 167-8

<sup>177</sup> *Idem*, p. 290-1

<sup>178</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 97-8

<sup>179</sup> TURNER, T. *Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social...*, 1992, p. 317

<sup>180</sup> *Idem*, p. 317-8

Turner parece corroborar com a assertiva de Ferguson & Whitehead, segundo a qual a guerra (*Warre*) indígena é um subproduto da expansão do Estado sobre os territórios das sociedades sem Estado<sup>181</sup>. Conforme aponta Gordon, o período que se seguiu à expansão colonizadora no território Mebêngôkre acarretou um aumento na guerra, bem como de fissões e rearranjos comunitários<sup>182</sup>. No entanto, segundo ele, a guerra e a predação não têm início com a chegada do não indígena no território Mebêngôkre. Os relatos coletados por Nimuendaju junto aos Irã amrayré – assim como os coletados por outros etnógrafos dos Mebêngôkre – mostram como a guerra é um elemento fundamental na ordem social e política desse grupo, cujas raízes remetem a um tempo imemorial.

Em 1940, o etnógrafo teuto-brasileiro, Curt Nimuendaju, esteve na região do rio Arraias em trabalho de campo junto aos Irã amrayré. Em 26 de março daquele ano, em carta escrita a Carlos Estevão de Oliveira, então diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Nimuendaju manifestou a sua preocupação a respeito dos resultados de sua expedição junto aos Irã amrayré, denominados por ele de “Kayapó do Arraias”. Naquela ocasião, o autor informou ao diretor do MPEG sobre os seus insucessos junto aos Gorotire e o interrogava a respeito. Apesar disso, o etnógrafo disse: “se fosse só pelo meu gosto eu subiria já o Araguaia para arrancar ainda daqueles trinta e tantos Kayapó atrás de Conceição o que puder”<sup>183</sup>. Em junho daquele ano, noutra carta endereçada a Carlos Estevão, Nimuendaju informou que de fato iria “arriscar a visita aos Kayapó de Conceição”, porém, informou que “somente restavam dez deles”<sup>184</sup>.

Ao chegar à região, Nimuendaju encontrou somente dois homens, com os quais conversou e coletou um conjunto de relatos e mitos. Tratava-se de Cícero Bepkrit e Sant’Anna Kukrit-Kãe. Como bem lembra Chaves, o etnógrafo era herdeiro de uma tradição que remonta ao século XIX, na qual os museus de ciências “representavam a última ‘esperança’ de registro para culturas indígenas condenadas à extinção, sendo os depositários de seus últimos vestígios”<sup>185</sup>. Os relatos e mitos registrados por Nimuendaju junto aos dois Irã amrayré tratavam dos temas mais diversos, tais como a origem do *kubẽ*

---

<sup>181</sup> FERGUSON, R. Brian & WHITEHEAD, Neil. “The violent edge of empire”. FERGUSON, R. Brian & WHITEHEAD, Neil (Orgs.). *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1992, p. 1-30.

<sup>182</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 142

<sup>183</sup> NIMUENDAJU, C. *Cartas do sertão*: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim: Lisboa, 2000, p. 279

<sup>184</sup> *Idem*, p. 283

<sup>185</sup> CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas Irã Amrãnh...*, 2006, p. 82

e seus produtos manufaturados, o surgimento das danças e nomes cerimoniais entre os Mebêngôkre e a obtenção do fogo. Nimuendaju também registrou os relatos das guerras desse grupo contra os Gorotire, cujas aldeias ficavam na região do rio Xingu e rio Fresco, sem, contudo, precisar o período em que ocorreram. Essas diferentes narrativas foram organizadas e publicadas pelo antropólogo Eduardo Viveiro de Castro, em 1986<sup>186</sup>.

Dentre os vários relatos míticos coletados por Nimuendaju junto aos *Irã amrayré*, segue um logo abaixo, acerca de uma tribo lendária: os Kubẽ-nyep.

#### Tribos lendárias: 1. Os Kubẽ-nyep

Fora esses inimigos históricos [referindo-se aos Gorotire], falam os Irãamráyre ainda em diversas tribos lendárias com as quais pretendem ter lutado em tempos remotos. Uma destas é a dos Kubẽ-nyep (*kubẽ* - índio, *nyep* - morcego) que habitava ao sul dos Kayapó e era inimiga destes. Tinham forma humana mas possuíam também asas como morcegos e matavam os seus adversários a dentada. Ninguém sabia ao certo onde moravam. Uma vez, porém, alguns índios que estavam caçando viram voar um grupo de Kubẽ-nyep sobre eles, carregando seus filhos nas costas. Seguiram no rumo em que voavam e descobriram a habitação dos Kubẽ-nyep numa galeria subterrânea que tinha duas bocas. Quando os Kayapó atacaram por uma delas, a maior parte dos Kubẽ-nyep voou pela outra, levando seus filhos às costas e conseguiram escapar. Os Kayapó fizeram fumaça em ambas as bocas e assim sufocaram os que haviam ficado. Examinando, depois, a habitação dos Kubẽ-nyep encontraram a um canto um menino ainda vivo que levaram e criaram. O pequeno, a princípio, só queria dormir pendurado, de cabeça para baixo, e só se acostumou a dormir no chão, como os Kayapó, depois de lhe terem cortado as asas. A sua única comida era pipoca de milho. Ele ensinou aos Kayapó as cantigas de Kubẽ-nyep, que cantam até hoje<sup>187</sup>.

No relato acima se percebe como os Mebêngôkre (denominados de Kayapó) e os kubẽ-nyep eram grupos inimigos em “tempos remotos”, um tempo mítico. Por não saberem onde os “homens morcego” moravam, os caçadores, ao notarem que alguns deles sobrevoavam o grupo, não hesitaram e resolveram segui-los e matá-los. A história prossegue, o ataque é perpetrado com êxito, apesar das muitas fugas. Ao final, quando notaram que uma criança havia sobrevivido ao ataque, os caçadores/guerreiros resolvem levá-lo para a sua aldeia e criá-lo como um Mebêngôkre. Alguns aspectos são particularmente interessantes nesse relato, como, por exemplo, o rapto de uma criança

---

<sup>186</sup> VIVEIROS DE CASTRO (Org.). Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 21. 1986. O relatório da expedição de Nimuendaju aos Irã'mrayré estava sob a guarda do Museu Nacional e não chegou a ser publicado. Infelizmente, com o incêndio ocorrido no dia 02 de setembro de 2018, este documento foi destruído, juntamente com todo o acervo do etnólogo Teuto-brasileiro ali guardado.

<sup>187</sup> *Idem*, p. 76

pertencente àquele grupo. Ao rapto, seguiu-se um processo de “humanização” do outro, sua socialização e incorporação ao universo sociocultural Mebêngôkre.

Esse processo, como podemos notar, não foi simples, posto que “[o] pequeno, a princípio, só queria dormir pendurado, de cabeça para baixo, e só se acostumou a dormir no chão, como os Kayapó, depois de lhe terem cortado as asas”. Mas, para além do processo de inserção do estrangeiro no mundo Mebêngôkre, o grupo também tinha interesses em se apropriar (predar) dos conhecimentos de sua cultura, nesse caso, “as cantigas de Kubê-nyep”. O presente mito, portanto, nos ajuda a compreender justamente a importância da guerra entre os Mebêngôkre enquanto um instrumento de dinamização cultural do grupo, mediante a incorporação de elementos culturais de outros grupos indígenas, ou seja, aquilo que torna um determinado grupo diferente dos Mebêngôkre é incorporado/predado e passa a fazer parte do universo sociocultural Mebêngôkre.

Noutro relato coletado por Nimuendaju, intitulado “A origem da tribo Kayapó”, seus interlocutores narram um tempo imemorial, quando ainda não existia os grupos Kayapó, apenas um Kayapó, chamado Katembári, sua mulher, oito filhos e “outras tantas filhas”. Estes casavam entre si, mas não tinham filhos e, por esse motivo, o seu número nunca aumentava. Em função disso seus filhos pediram a Katembári que criasse mais Kayapó, o que ele consentiu, haja vista ele se sentir enfadado de estar só. O mito prossegue, e Nimuendaju registra que Katembári se retirou ao campo para realizar a sua magia – ele procurou uma sucupira e cortou os galhos:

Depois meteu um aspersório de penas de urubu-rei na água mágica, trepou com ele no topo da árvore e, gritando alto, aspergiu para todos os lados. Depois desceu e deitou ao redor da árvore, no chão, num círculo largo, folhas de caeté, sempre uma em cada lugar onde havia de ter uma choça<sup>188</sup>

Logo na manhã seguinte, todos se dirigiram ao lugar onde Katembári havia feito a sua magia e logo ouviram o som das vozes de crianças e mulheres: “ao redor do pé de sucupira tinha surgido durante a noite uma grande aldeia de Kayapó”<sup>189</sup>. No entanto, o relato aqui apresentado traz uma informação fundamental para pensarmos a relação dos Mebêngôkre com os outros: a predação mediante a guerra e o rapto. Assim, acerca do tempo em que ainda não havia a grande aldeia Kayapó, mas somente Katembári e sua família, nos informam os interlocutores de Nimuendaju: “Vagavam pelo mundo *fazendo*

---

<sup>188</sup> VIVEIROS DE CASTRO (Org.). Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju..., 1986, p. 81

<sup>189</sup> *Idem*

guerra a todas as tribos que descobriam, tomando-lhes os enfeites e adotando, com estes, as festas e as cerimônias dos vencidos”<sup>190</sup>. Como lembra Carlos Eduardo Chaves, mesmo estando em situação crítica, fragilizados, e tendo sofrido um duro processo de depopulação em virtude das doenças trazidas pelos colonos da região, em 1940, os Irã amrayré se mantiveram forte em seus mitos, suas histórias e suas memórias<sup>191</sup>. A situação frágil desse grupo fica ainda mais evidente no relato que se segue: no dia 25 de junho de 1943, frei Sebastião Tomaz, missionário dominicano e bispo prelado de Conceição do Araguaia, escreveu uma carta a José Maria da Gama Malcher, chefe da 2ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), informava-lhe acerca da situação da missão dominicana entre os índios e a condição dos últimos Irã amrayré:

Os aldeamentos de Kayapó que aceitaram a catequese em 1897, data da fundação de Conceição, se compunham de 400 a 500 aborígenes. Foram aos poucos se extinguindo, dizimados por doenças diversas, o sarampo, a gripe, etc. restam 4 indivíduos apenas, um homem e três mulheres, casados três com cristãos e o quarto é uma viúva”<sup>192</sup>

Ambos os relatos coletados por Nimuendaju são fundamentais para nos ajudar a compreender melhor a importância da guerra na sociedade Mebêngôkre. Vemos, portanto, no caso do relato acerca da guerra contra os Kubẽ-nyep, o rapto de uma criança. Esta foi socializada e inserida no mundo cultural Mebêngôkre, amansada, e através dela os Irã amrayré se apropriaram das cantigas daquele grupo. No segundo relato – acerca da origem dos Kayapó – vemos mais uma vez essa mecânica da predação em ação: a família de Katembári guerreava contra os povos que descobriam em suas expedições, tomando os seus enfeites, adotando as suas festas e cerimônias. A predação também está presente noutro mito narrado pelos interlocutores de Nimuendaju, o mito acerca de como descobriram os Karajá. O relato já se inicia com a seguinte afirmação: “os Irã amrayré tinham duas espécies de máscaras: as máscaras de tamanduá, próprias deles e comuns aos Apinajé e Xerente, e as máscaras *Bo* que, segundo eles mesmos afirmam, lhes vieram dos Karajá”<sup>193</sup>. Nesse caso, por “lhes vieram dos Karajá”, entenda-se apropriação mediante a guerra, haja vista que, conforme já mencionado, os Mebêngôkre e os Karajá eram inimigos.

---

<sup>190</sup> *Idem*, grifos meus

<sup>191</sup> Carlos Eduardo Chaves. *Nas trilhas Irã Āmrānh...*, 2012, p. 60

<sup>192</sup> Correspondência de frei Sebastião Thomas a José Maria da Gama Malcher, chefe da 2ª I. R do SPI, 25/06/1943. Microfilme 091. Imagem 2290-2291

<sup>193</sup> VIVEIROS DE CASTRO (Org.). Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju..., 1986, p. 81, grifo no original

Para os Mebêngôkre, conforme lembrou Anton Lukesch, os mitos não são narrativas sem sentidos, como se fossem apenas anedotas; pelo contrário, eles retratam a sua concepção de mundo. Para eles, informa o autor, “o mito e o relato histórico são tão reais quanto uma borduna, na qual se pode pegar e com a qual se pode bater”<sup>194</sup>. Portanto, os mitos Irã amrayré coletados por Nimuendaju apresentam elementos importantes que nos ajudam a compreender a relação desse grupo com aqueles que se encontravam para além de suas fronteiras culturais e, em diálogo com as etnografias produzidas acerca dos Mebêngôkre, constituem-se num diapasão fundamental por meio do qual podemos ler a documentação produzida ao longo dos séculos XIX e XX acerca desse grupo. A análise desses relatos e mitos revela também as categorias por meio das quais o grupo compreendia a sua realidade e como, dentro de seus “filtros culturais”, davam significados às suas experiências interétnicas – primeiramente com os outros grupos indígenas e, a partir da década de 1850, após a refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, com os não indígenas. Ou seja, os mitos revelam uma consciência histórica de si, do seu lugar, e do outro.

Há tempos historiadores e antropólogos têm reafirmado que mito e história são formas distintas das sociedades indígenas lerem a sua realidade. Desse modo, os mitos começam a ser vistos enquanto “forma metafórica [...] de criar consciência histórica de acontecimentos específicos, como maneira de dar sentido às contingências e, paralelamente, orientar práticas sociais”<sup>195</sup>. Por sua vez, ao criticar a infecunda oposição entre consciência mítica e histórica, e destacar a primeira enquanto uma forma de compreender a história, Cristina Pompa ressalta que “[a] consciência mítica pode se tornar a base para uma compreensão de processos temporais no interior da ordem social e a metáfora principal mediante a qual a sociedade se reproduz”<sup>196</sup>. A produção de uma história indígena – diferentemente de uma história sobre os indígenas – não pode prescindir justamente da compreensão das categorias interpretativas nativas, haja vista a necessidade de melhor defini-las a fim de se analisar a perspectiva indígena acerca de determinados aspectos. A coletânea *Rethinking history and Myth* (1988), organizada por Jonathan Hill, se insere justamente nesse esforço feito pela Antropologia no sentido de repensar o papel e a importância dos mitos na compreensão da história dos povos

---

<sup>194</sup> LUKESCH, Anton. *Mito e Vida dos índios Caiapós*. Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976, p. 02

<sup>195</sup> POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução...*, 2001, p. 165

<sup>196</sup> HILL, Jonathan. *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*, University of Illinois (Urbana), 1988, p. 07



indígenas na região amazônica. De modo geral, a obra tece duras críticas a uma divisão segundo a qual o mito estava relacionado à atemporalidade (às sociedades não ocidentais), ao passo que a história dizia respeito àquilo que muda (às sociedades ocidentais). A coletânea, portanto, busca ressaltar a historicidade das sociedades indígenas, solapando de vez a compreensão de que essas seriam sociedades onde não havia mudança, sociedades a-históricas, portanto.

Hill destaca ainda a necessidade de antropólogos e historiadores se debruçarem sobre diferentes gêneros “que dão expressão à consciência mítica e histórica” e, por meio deles, “estudar como povos indígenas tem construído estruturas interpretativas compartilhadas para compreender as situações sociais de contato e o processo histórico de lidar com uma dominante, sociedade externa”. É o caso, por exemplo, dos mitos indígenas. Terence Turner, em texto publicado nessa coletânea, chamou atenção para o fato de que a experiência do contato com o “homem branco” não pode ser tomada como a primeira experiência de história entre os Kayapó. Desse modo, o autor destaca a relação desse grupo com outros povos indígenas e, a partir da análise de mitos, mostra como o contato com os brasileiros e suas mercadorias foi significado na perspectiva Kayapó<sup>197</sup>.

A obra *Pacificando o branco*, organizada por Bruce Albert e Alcida R. Ramos caminha na mesma perspectiva. Seu objetivo, tal como posto por Albert, é buscar, entre outros aspectos, “reconciliar análises dos sistemas cosmológicos com a sócio-história das situações de contato”, buscando discutir como diferentes grupos indígenas constroem uma alteridade acerca do outro mediante a experiência do contato. Segundo o autor, a obra articula “as dimensões históricas (processo colonial), política (estratégias de reprodução social) e simbólica (teorias da alteridade), embutidas tanto nas ações quanto nas interpretações do contato”<sup>198</sup>.

Nota-se, portanto, como a compreensão dos mitos dos Mebêngôkre é fundamental para se perceber a relação do grupo para com o outro, e o lugar da guerra nesse processo. De acordo com Cesar Gordon havia uma diferença entre a guerra realizada entre os Mebêngôkre e aquela contra os grupos situados fora do universo cultural Mebêngôkre. No primeiro caso – a guerra entre os Mebêngôkre –, ela visava o rapto de mulheres e

---

<sup>197</sup> TURNER, T. History, Myth, and Social Consciousness among the Kayapó of Central Brazil. HILL, Jonathan (org.). *Rethinking History and Myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 195-213

<sup>198</sup> ALBERT, B. Introdução: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. In: ALBERT, B; RAMOS, Alcida R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato Norte-Amazônico* (org.). Ed. UNESP: Imprensa Oficial de São Paulo: São Paulo, 2002, p. 10

criança, se “configurando uma espécie de reciprocidade negativa, em que mulheres circulavam entre as aldeias por meio da força”<sup>199</sup>. Era também uma forma de demonstração de força e valentia, valores extremamente apreciados pelos Mebêngôkre, também um símbolo de prestígio e distinção. Horace Banner, referindo-se aos Gorotire, onde ele missionava, lembrou que esse grupo, assim como os demais Mebêngôkre,

cultiva a braveza e valentia com o mesmo afã com que o civilizado procura enriquecer-se. Quando se fala de “índio bravo”, rende-se-lhe a homenagem que mais deseja. No seu idioma, a palavra “djokrê” que significa valente, cruel, feroz, representa o verdadeiro ideal selvagem<sup>200</sup>.

Entre os Xikrin, analisados por Lux Vidal, “[a] participação numa expedição guerreira fazia parte da formação de um jovem”<sup>201</sup>, e era por meio dela que um homem poderia demonstrar que era “duro (*toi, okre*) ou insensível (*amak-kre-ke*)”<sup>202</sup>. No caso dos Xikrin, eles consideravam as expedições contra os Gorotire as mais interessantes. Nos relatos coletados por Nimuendaju, a guerra entre os Irã amrayré e os Gorotire toma um lugar de destaque.

Em “A guerra contra os Gorotire”, Nimuendaju menciona um conflito entre os Irã amrayré, aldeados na região do rio Arraias, e os Gorotire. Tudo tem início com o ataque realizado por estes contra os Irã amrayré. Segundo informou Cícero Bepkprit, os Gorotire se dividiram em dois grupos, e assim, “enquanto um lutava com os homens, o outro aprisionou todas as mulheres”<sup>203</sup>. Uma tia da mãe de Bepkprit havia lhe contado que “por toda parte, no campo e nas moitas, jaziam espalhados feridos e mortos em grande número”. Mesmo com a resistência de um dos filhos das mulheres raptadas, os Gorotire conseguiram lograr êxito e levar consigo algumas mulheres. Ocorre que no caminho elas fugiram e retornaram para a aldeia, ocasião em que os guerreiros se organizavam para empreenderem uma expedição contra seus inimigos. Assim, informa Nimuendaju, eles marcharam contra os Gorotire e quando chegaram à sua aldeia, eles os encontraram “reunidos numa grande casa de festa, no pátio da aldeia”<sup>204</sup>. Era a casa dos homens. A estratégia dos guerreiros Irã amrayré consistiu em atear fogo ao redor da casa com todos

---

<sup>199</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 123

<sup>200</sup> BANNER, H. *A casa dos homens Gorotire...*, 1952, p. 457

<sup>201</sup> VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977. Acerca desse aspecto ver também TURNER (1992).

<sup>202</sup> *Idem*

<sup>203</sup> VIVEIROS DE CASTRO (Org.). *Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju...*, 1986, p. 74

<sup>204</sup> *Idem*

os guerreiros Gorotire dentro, tomando a única saída; com isso, morreram todos, exceto uma mulher Irã amrayré que foi reconhecida e puxada para fora da casa que jazia em chamas. Quando menino, informa Nimuendaju, seu informante ainda conheceu essa mulher. Ao final do ataque, os guerreiros Irã amrayré raptaram diversas mulheres Gorotire, porém elas fugiram e retornaram para sua aldeia.

Em “A campanha de Nokára”, Nimuendaju traz outro registro acerca da campanha dos Irã amrayré contra os Gorotire, após estes atacarem uma das duas aldeias existentes no Arraias (a aldeia menor), matarem mulheres, velhos, e raptarem três moças e um menino. As três moças já haviam inclusive recebido um Gorotire como companheiro ainda entre os guerreiros. Após retornarem de uma pescaria de timbó, depois de terem sido informados do ataque, os homens encontraram os mortos na aldeia e os sepultaram. Um dos homens da aldeia menor buscou ajuda na outra aldeia e, após a negativa de um dos “dois chefes da aldeia maior”, contou com o auxílio de Nokára. Antes de tratar da expedição de Nokára, vale mencionar aqui o motivo pelo qual o primeiro chefe negou a ajuda a aldeia atacada. Em resposta ao pedido de socorro, ele disse: “Por que ele está gritando agora? Não podia estar morando conosco? Ninguém o atenda!”<sup>205</sup>. Tal interpelação sugere pelo menos duas questões: primeiro, que anteriormente se tratava de uma só aldeia e que com o tempo se cindiram; ou então que havia um movimento no sentido de juntar as duas aldeias numa só, tornando-as mais forte e protegidas contra os ataques dos Gorotire. Voltemos a Nokára e sua expedição.

No dia seguinte ao pedido de socorro, todos os homens se encontravam reunidos no pátio. Foi quando Nokára “entrou, enfeitado e armado de lança, no meio deles, e os convidou para a guerra contra os Gorotire. Todos os guerreiros se levantaram, prontos para acompanhá-lo”<sup>206</sup>. No caminho encontraram outro grupo de guerreiros de vinham de uma pescaria de timbó, e Nokára tomou alguns entre eles para o acompanhar na expedição. O rastro dos Gorotire foi acompanhado graças ao menino capturado, pois ele deixava pistas no caminho para que os guerreiros Irã amrayré pudessem encontrá-los, conforme lhe ensinara seu pai. Desse modo, relata Nimuendaju

[...] o menino, quando passava com os outros prisioneiros pelo campo, arrancava folhas de pati, tecendo com elas cestinhos que deixava cair pelo caminho. Quando depois entraram na zona da mata, fazia o mesmo

---

<sup>205</sup> *Idem*, p. 75

<sup>206</sup> *Idem*, p. 75

com folhas de açafá; os Gorotire, por fim, descobriram a sua manobra e ameaçaram-no de morte se continuasse.<sup>207</sup>

Nessa situação o grupo de Nokára, já localizados na “zona da mata” (floresta), território dos Gorotire, perdeu o rastro dos seus inimigos. A situação só foi contornada graças a um sobrinho do líder da expedição: ele se ausentou do grupo, sem que eles soubessem, e perseguiu o rastro dos Gorotire e, após encontrá-los, retornou ao acampamento para informar a localização de seus inimigos. Em seu retorno ao grupo, à noite, a situação do rapaz despertou a preocupação de todos os guerreiros, pois ele se encontrava sem fogo e no meio da floresta – “a mata tenebrosa”. Para os Mebêngôkre a mata representa um lugar de insegurança, e a ausência do fogo configurava um perigo ainda maior, haja vista o risco de terem o seu espírito predado. Na visão dos Mebêngôkre, além do risco de ser atacado pelas feras na floresta, um Mebêngôkre que se encontrasse no meio da mata e sem fogo estava à mercê do ataque de *mekarõ*, o espírito que deixa o corpo do indivíduo logo após a sua morte e que pode canibalizar outros Mebêngôkre<sup>208</sup>. Assim, conforme mencionado por Cohn, era preciso todo o cuidado a fim de manter os espíritos dos mortos, o *mekarõ*, afastados e distantes<sup>209</sup>.

Em 1909, num texto manuscrito intitulado *Notas Antropológicas sobre os Kayapó*, o missionário dominicano, frei Francisco Bigorre, pertencente à missão de Conceição do Araguaia, informou que os Irã amrayré “acredita[vam] em espíritos, e a palavra Mecano designa os espíritos ocultos que, à noite, espreitam-nos, atormentam-nos, matam-nos”<sup>210</sup>. Conforme os Irã amrayré informaram ao missionário dominicano, *mekarõ* – por ele grafado como *mecano* – era um espírito que ficava à espreita dos vivos, podendo matá-los: “Nossos Kayapó imaginam que na escuridão eles podem ser raptados

---

<sup>207</sup> *Idem*, p. 75

<sup>208</sup> Cf. VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 170-1; GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 98. Entre os Xikrin do Bacajá, analisados por Cohn, as mulheres evitavam ir sozinhas para as suas roças, pois naquele “local [...] os espíritos dos mortos, os mekaron, estão presentes com frequência” (COHN, 2005, p. 72)

<sup>209</sup> COHN, Clarice. *Relações de diferença no Brasil Central: os Mebêngôkre e seus outros*. Tese (Antropologia Social). USP: São Paulo, 2005, 122. Conforme lembra Lea (2012, p. 168-9), na compreensão dos Mebêngôkre, os defuntos são descritos como que sempre estando com saudade dos seus parentes vivos; desse modo, em momentos de tristeza ou mesmo de doença, eles aproveitam a ocasião para tentar trazê-los para a sua aldeã, a aldeia dos mortos. A autora ainda informa que quando vão as suas roças, as mulheres sempre andavam em grupo, a fim de evitar o ataque de feras, fantasmas e índios bravos que andam espreitando na floresta. Um vento repentino que balança a vegetação trazia temor às mulheres, como que “prenunciando a presença de alguém (*mẽ’õ*) na forma de uma brisa”.

<sup>210</sup> BIGORRE, Francisco. Notes anthropologiques sur les Cayapós (1909). Para P. Guenin (rua Porte-Paris 27 Amiens) para L’Anthropos. Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5A, missão indígena.

por Mecano, os fantasmas, ‘a sombra’ que se lança sobre eles, os asfixiam: ele mata muitos Kayapó, me dizia Apryo”<sup>211</sup>.

Dito isto, voltemos ao relato acerca da expedição contra os Gorotire: a expedição de Nokára alcançou o acampamento dos Gorotire – estes haviam matado muita caça e comido tanto que não se podiam mais mexer. Eles foram cercados pelos guerreiros Irã amrayré. O resultado da expedição foi assim descrito por Nimuendaju: “[...] os guerreiros de Nokára atacaram de todos os lados, matando os Gorotire dos quais somente três conseguiram escapar”<sup>212</sup>.

Esses embates “intra-étnicos” entre os grupos Mebêngôkre, tal como lembra Gordon, serviam como contexto para a afirmação de qualidades bastante valorizadas pelo grupo, tais como a valentia, a bravura e beligerância<sup>213</sup>. Não por acaso, a caça e a guerra são consideradas atividades de prestígio entre os Mebêngôkre, de tal sorte que entre os Xikrin, mostra Vidal, “é considerado homem tão-somente aquele que tiver parte numa expedição guerreira e morto um inimigo, Assurini, Parakanã, Gorotire ou um cristão”<sup>214</sup>. Além disso, essas guerras também punham em circulação, entre os próprios Mebêngôkre, mulheres e crianças. Em suma, pode-se afirmar que, fragilizados e praticamente dizimados enquanto povo, graças às doenças advindas do contato com os não indígenas, os remanescentes Irã amrayré rememoravam um passado, um tempo em que a sua força ainda era bastante temida. Nada melhor do que rememorar as guerras contra os seus inimigos preferenciais, os Gorotire.

O segundo tipo de guerra realizado pelos Mebêngôkre é aquela empreendida contra os grupos situados fora do universo linguístico e cultural Mebêngôkre, cujo objetivo era justamente a predação, isto é, a incorporação da diferença do outro no universo sociocultural Mebêngôkre. Assim, de acordo com Gordon, conforme já destacado aqui, a predação visava captar não o corpo do outro, mas a sua cultura, riqueza e beleza: “sua *cultura* (imaterial e material), ou sua *riqueza*, sua *beleza*, enfim, suas *propriedades* não imediatamente corpóreas, mas relacionadas ao corpo: nomes, cantos, adornos, matérias-primas, formas, coisas”<sup>215</sup>.

---

<sup>211</sup> *Idem*

<sup>212</sup> VIVEIROS DE CASTRO (Org.). Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju..., 1986, p. 75

<sup>213</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 123

<sup>214</sup> VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 155

<sup>215</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 97-8, grifo do autor

A guerra contra o estrangeiro estava a serviço da reprodução de pessoas belas, e para isso a incorporação da expressividade técnica e estética do outro era de suma importância nesse processo. Os ataques dos Mebêngôkre eram quase sempre seguidos do butim, o rapto de objetos da cultura material do inimigo. Já a apropriação dos elementos da cultura imaterial do outro se dava mediante o rapto de mulheres e crianças. Desse modo, como lembra Lux Vidal, “um dos objetivos do aprisionamento de uma mulher pertencente a grupo não Kayapó era, em primeiro lugar, aprender, por seu intermédio, cantos da tribo estranha”<sup>216</sup>. Da mesma forma acontecia também com as crianças raptadas. Quando uma criança era raptada numa expedição guerreira, ela era dada para o promotor daquela expedição. Este, por sua vez, podia adotá-la ou dar para um parente<sup>217</sup>. Tanto no caso das mulheres quanto das crianças estrangeiras, sua função era transmitir os conhecimentos de seu povo para os seus raptadores, no entanto, eles – a exemplo da criança Kubê-Nyep, descrito por Nimuendaju – eram inseridos à ordem social da aldeia, mediante a sua socialização no seio do grupo<sup>218</sup>.

Os registros documentais do século XIX corroboram com as observações feitas pelos etnógrafos dos atuais Mebêngôkre no tocante a essa questão. É o que se pode compreender no relato apresentado por José Vieira Couto de Magalhães acerca dos “Cahiapós” dos sertões do Araguaia, mais precisamente do grupo de Manaô<sup>219</sup>. Referindo-se à relação que esse grupo tinha com as crianças raptadas nas guerras, ele afirmou: “os selvagens são em geral mui caridosos para com todos os meninos, inclusive para com os de tribos inimigas que tomam na guerra, aos quais criam como se foram próprios”<sup>220</sup>. Couto de Magalhães visitou a aldeia de Manaô e ali percebeu a relação que ele havia estabelecido com as crianças raptadas nas guerras empreendidas por aquele grupo, porém ele infelizmente não menciona a que grupo elas pertenciam. Sabemos, por exemplo, que à época um grupo já havia se deslocado para as matas do Xingu, passando a ser denominado de Gorotire pelos Mebêngôkre que ficaram no cerrado, como foi o caso

---

<sup>216</sup> VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 47, grifo da autora. A autora ainda informa que quando perguntou aos Xikrin se eles raptavam essas mulheres para fins sexuais, eles a responderam: “não, não sabem falar: primeiro amansar, falar e depois casar”.

<sup>217</sup> VERSWIJVER, G. *Considerations on Mekrãgnotí warfare...*, 1985, p. 255

<sup>218</sup> Conforme apontou Clarice Cohn, em sua etnografia sobre os Xikrin do Bacajá, as “crianças estrangeiras são *okrê*, e devem ser amansadas, tornadas *uabô*, assim como os animais. Memórias de cativos são pontuadas por comentários sobre sua valentia e determinação, e alguns são lembrados por terem resistido mais que outros à sua inserção em novas relações, a sua transformação em Mebengokré” (COHN, 2005, p. 114).

<sup>219</sup> Trataremos sobre esse líder Irã amrayré e sua relação com os *kubê*, no século XIX, no próximo capítulo.

<sup>220</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil...*, 1874, p. 122

de Manaô. Assim, essas crianças poderiam pertencer a esse grupo, mas também a outros grupos, tais como os Karajá e os Tapirapé, grupos com os quais eles guerreavam.

A presença de índios de outros grupos não era uma raridade nas aldeias dos Irã amrayré, mas uma prática bastante comum. Quando visitou as duas únicas aldeias dos Irã amrayré, em 1909, o explorador alemão Wilhelm Kissenberth encontrou índios de outros grupos vivendo entre eles:

No que diz respeito à aparência externa do Mëkubengokrä [sic], é difícil falar de um tipo distintamente unificado dos dois que são tão misturados com elementos de fora. Por exemplo, eu encontrei na tribo em Pau d'arco um índio Tapirapé e um índio Karajá, nos Arraias alguns índios Gorotire e um Apinajé<sup>221</sup>

No caso do índio Tapirapé citado acima, Kissenberth informou que se tratava de um sexagenário, portanto, isto significa dizer que ele provavelmente foi raptado ainda criança no século XIX, entre as décadas de 1860 e 1870, uma vez que os homens são assassinados nas guerras. Este já se encontrava bastante inserido no mundo aldeão Mebêngôkre, tendo sido certamente adotado por uma família Irã amrayré logo após a sua chegada a aldeia. Isso, no entanto, parece não ter apagado a sua diferença étnica com relação ao conjunto do grupo, razão pela qual o explorador alemão pôde facilmente identificá-lo. Para isso ele certamente contou com a ajuda de algum interlocutor Mebêngôkre. Acerca dos demais índios residentes nas aldeias Irã amrayré (Gorotire, Karajá e Apinajé), não se pode precisar nada acerca do período em que tenha ocorrido a sua incorporação na aldeia.

Os Gorotire que viviam na aldeia das Arraias faziam parte do mesmo universo sociocultural dos Irã amrayré, o que, conforme já apontado, podemos inferir que os mesmos tenham sido raptados não para fins de predação, mas dentro do já citado contexto de guerra que se seguia a uma cisão entre os grupos Mebêngôkre. Já o Karajá da aldeia do Pau d'Arco não pertencia a esse universo cultural Mebêngôkre; dessa feita, o seu rapto pode ter sido motivado pelo desejo de se apropriar de algum elemento da cultura material e imaterial de seu grupo, ou tão somente uma demonstração de força por parte da expedição guerreira que resultou no seu rapto. Com relação ao índio Apinajé há a possibilidade de ele não ter sido raptado pelos Mebêngôkre, haja vista a relação que havia

---

<sup>221</sup> KISSENBERTH, W. Über die hauptsächlichsten Ergebnisse der Araguaya-Reise (Vortrag, gehalten am 15. Juli 1911 in der anthropologischen Gesellschaft in Berlin). *Zeitschrift für Ethnologie*. Ano 44. Berlin, 1912, p. 54, tradução nossa

entre esses dois grupos. Mas, reitero, isso é somente uma possibilidade. Mas o que chamou a atenção do explorador alemão foi justamente o fato de que os Irã amrayré eram, nas suas palavras, “tão misturados com elementos de fora”. Há que se registrar também a presença de alguns Gorotire na aldeia localizada no rio das Arraias, a mesma que os interlocutores de Nimuendaju fizeram menção, em 1940, ao relatar as guerras entre essa aldeia e os Gorotire.

No século XIX, a prática do rapto de crianças durante as guerras era algo comum entre os diferentes grupos indígenas, não sendo, portanto, uma peculiaridade dos Irã amrayré. Entre os Munduruku, por exemplo, enquanto se fazia os preparativos para uma expedição guerreira, as mulheres costumavam encomendar uma criança<sup>222</sup>. Entre os objetivos das guerras Baniwa, conforme mostrou Robin Wright, estava “a captura de prisioneiros, principalmente de mulheres e crianças”<sup>223</sup>.

Em suas *Notas Antropológicas sobre os Kayapó*, frei Francisco Bigorre mencionou a história de Secuoïroti, um Gorotire raptado ainda pequeno e que havia se tornado líder de uma das aldeias dos Irã amrayré. Assim, informou Bigorre: “um fato a ser destacado é aquele do Gorotiré capturado na guerra com esta tribo há 40 anos e que se misturou com os Kayapó e viveu sua vida em pé de igualdade, e conseguiu ocupar o lugar de grande capitão”<sup>224</sup>. Secuoïroti foi feito prisioneiro ainda criança, quando Fontoura organizou uma expedição contra os Gorotire; porém, de acordo com Bigorre, Secuoïroti acabou se sobressaindo e assumiu a liderança de uma das mais importantes aldeias dos Irã amrayré, o “grupo mais numeroso estabelecido na margem esquerda do Pau d’Arco”, denominada desde então de “a aldeia ‘grande’ de Secuoïroti”. Ela recebeu esse nome devido ao fato de que ela sozinha reunia mais índios que as outras três existentes<sup>225</sup>. O caso de Secuoïroti corrobora com a afirmação apresentada por Lux Vidal para os Xikrin. Segundo ela

Um órfão (*uatim*), um prisioneiro de guerra, uma criança com parentela reduzida, podem também vencer na vida, e os exemplos destes casos são numerosos mas as dificuldades serão sempre maiores e, de qualquer modo, sempre precisarão do apoio de pais adotivos que se interessem por eles<sup>226</sup>

---

<sup>222</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira, nem Pombal...*, p. 199

<sup>223</sup> WRIGHT, Robin M. *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro*. Mercado das Letras/ISA: Campinas/São Paulo, 2005, p. 95

<sup>224</sup> BIGORRE, Francisco. *Notes anthropologiques sur les Cayapós* (1909). Para P. Guenin (rua Porte-Paris 27 Amiens) para L’Anthropos. Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5A, missão indígena.

<sup>225</sup> *Idem*

<sup>226</sup> VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 89, grifo do autor



Ao que parece, segundo registrou Fr. Francisco Bigorre, Secuoiroty não havia se adequado aos novos tempos dos Irã amrayré, de modo que os mais jovens o havia tirado do poder e governavam em seu lugar<sup>227</sup>. Nesse caso, pode-se dizer que a substituição do velho líder pelos mais jovens tem mais a ver com o fato de que os Irã amrayré, àquela época, buscavam líderes que falassem o português, haja visto o contato cada vez mais frequente com os não indígenas que estavam mais próximos de suas aldeias. Por essa razão havia a necessidade do conhecimento de sua língua e de um líder que pudesse transitar nesse novo mundo da fronteira, do contato com o outro.

Em suma, no presente capítulo procurei demonstrar como, no século XIX, o vale dos rios Araguaia e Tocantins era um verdadeiro e complexo mosaico multiétnico, composto por vários grupos indígenas, pertencentes aos troncos linguísticos Macro-Jê e Tupi. À luz das autoridades da província de Goiás, nesse período, essa porção da província era descrita enquanto um território selvagem, bárbaro, onde a civilização estaria ausente. Era, portanto, o sertão, o avesso do moderno e civilizado. Nesse cenário, apresentei os Irã amrayré, grupo Mebêngôkre, cujas aldeias ficavam situadas na margem esquerda do curso médio do rio Araguaia, porém o seu território era muito mais amplo que isso. A partir do diálogo com as etnografias produzidas sobre os grupos Mebêngôkre da contemporaneidade, mas também com o suporte dos testemunhos documentais do século XIX e XX, busquei caracterizá-los, ressaltando aspectos de sua organização social, política e principalmente guerreira.

Desse modo, busquei demonstrar como a relação que eles estabeleciam com os demais grupos indígenas da região, mediante a guerra, estava alicerçada na prática da predação, isto é, na apropriação de elementos de sua cultura material e imaterial, no caso daqueles grupos situados fora de suas fronteiras culturais (tais como os Karajá e Tapirapé). Nesse sentido, o rapto de crianças e mulheres era fundamental. No que concerne à guerra com os outros grupos Mebêngôkre, tais como os Xikrin e Gorotire, a guerra tinha uma estreita relação com as tensões oriundas do processo de cisão desses grupos, mas também com o rapto de mulheres e crianças, como forma de demonstração de força, valentia e belicosidade. Os mitos Mebêngôkre são de suma importância no sentido de nos apresentar a consciência histórica desse grupo, a visão de si, do outro. Neles, os Mebêngôkre são descritos como valentes, fortes, predadores, agentes de sua

---

<sup>227</sup> BIGORRE, Francisco. Notes anthropologiques sur les Cayapós (1909). Para P. Guenin (rua Porte-Paris 27 Amiens) para L'Anthropos. Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5A, missão indígena.

história. Esse será o referencial por meio do qual os Irã amrayré irão se relacionar com o presídio de Santa Maria do Araguaia, a partir do final da década de 1850, e a partir dele, com outros espaços de poder instituídos na província de Goiás com o objetivo de catequizá-lo e civilizá-lo. Mas se essa visão de mundo Mebêngôkre, apresentada em seus mitos, irá mediar a sua relação com os não indígenas – assim como o fizera com os grupos indígenas antes da chegada destes –, é preciso considerar que esses “filtros” simbólicos irão se alterar à medida que se intensifica a experiência do contato. De igual modo, a experiência do contato e da experiência intercultural na fronteira, abrirá também novos horizontes de possibilidades ao grupo, tendo em vista, sobretudo, a apropriação do outro e de sua cultura. Eis, portanto, a dinamicidade da cultura.

## Capítulo 4

### Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do presídio de Santa Maria do Araguaia

Entre os anos de 1859 e 1861, a província de Goiás empreendeu duas expedições com vistas à refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, no curso médio do rio Araguaia. Conforme destacado no capítulo anterior, esse era um território habitado por diferentes grupos indígenas, formando um mosaico étnico. Nesse contexto, os Irã amrayré empreendiam suas guerras com diferentes objetivos, variando conforme o grupo, se era pertencente (ou não) ao universo sociocultural Mebêngôkre. Foi em meio a essa complexa e dinâmica teia de relações sociais e interétnicas que os não indígenas adentraram ao território Irã amrayré através da fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia. Foi somente no final do ano de 1861 que a província de Goiás conseguiu instalar aquele presídio militar, valendo-se do interesse dos Irã amrayré em constituir aliança com os estrangeiros, mesmo que provisória. Desde então, Santa Maria do Araguaia se configurou enquanto uma importante instituição de fronteira, uma zona de contato para onde se convergiam diferentes agentes com distintos interesses, dentre eles os Irã amrayré.

Dessa feita, enquanto para as autoridades da província de Goiás a refundação deste presídio era tido como um passo importante na incorporação daqueles sertões e dos índios à dinâmica socioeconômica da província de Goiás e, num plano mais amplo, a garantia de expansão das fronteiras internas da nação, para os Irã amrayré esse mesmo fato lhe possibilitou a ampliação de sua rede de relações interétnicas com vistas a apropriação de bens materiais e imateriais, ora através da guerra, ora através da negociação. Assim, os Irã amrayré acabaram não correspondendo com as expectativas das autoridades da província de Goiás, eis que eles deram àquele presídio sentidos e funções que correspondiam aos seus próprios interesses, e não aos dos não indígenas. Os usos e sentidos dados pelo grupo àquela guarnição devem ser compreendidos enquanto uma ação tática, no sentido proposto por Michel de Certeau, uma vez que em meio a esse cenário os Irã amrayré subvertiam o projeto colonial.

O presente capítulo trata, portanto, dessas questões, objetivando demonstrar como esse grupo manejava habilmente a fronteira conforme seus próprios objetivos, e de acordo com os seus horizontes simbólicos e suas dinâmicas internas. De igual modo, partindo da compreensão de E. P. Thompson e S. Mintz, entendemos a cultura não é um dado *a priori*,

uma essência, mas como resultante do processo histórico e das experiências dos indivíduos ao longo do tempo; desse modo, buscamos demonstrar também como a experiência do contato e da convivência intercultural na fronteira operaram transformações na cultura Irã amrayré.

#### **4.1 Os Irã amrayré e a refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia**

A fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia tem sido analisada levando-se em consideração tão somente a vontade e ação das autoridades da província de Goiás e do governo imperial com vistas à ocupação daquela porção territorial, tendo em vista a sua importância para a viabilização da navegação do rio Araguaia, mas também a ocupação dos campos com o rebanho dos criadores de gado vindos das margens do rio Tocantins, principalmente da cidade de Boa Vista. Nesse sentido, o sucesso daquele presídio estaria relacionado à capacidade da capital da província (ou da capitania, no caso de sua primeira fundação, em 1812) em enviar socorros, ou de seus comandantes em mantê-lo à salvo dos grupos indígenas que ameaçavam a sua integridade. A esses mesmos grupos, cujo território estava sendo invadido, não se reconhecia a capacidade de intervir nesse projeto<sup>1</sup>.

Por ocasião da terceira fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, no período compreendido entre os anos de 1859 a 1862, não seria diferente<sup>2</sup>. O missionário capuchinho, frei Francisco do Monte São Vito foi alçado à condição de pacificador dos índios dos arredores daquele presídio, chamando-os ao “grêmio da civilização”, enquanto verdadeiro apóstolo nos sertões da província. Em maio de 1871, o Inspetor Geral dos Presídios de Goiás, Pedro Dias Paes Leme, referindo-se a frei Francisco, disse: “foi ele quem chamou à fala a grande tribo dos Kayapó, que conta mais de dois mil combatentes apenas sua tribo”<sup>3</sup>. Já frei Antônio de Ganges, ao lamentar a morte de frei Francisco, em

---

<sup>1</sup> Vale lembrar aqui o já mencionado relato de José Martins Pereira de Alencastre, nos *Anais da província de Goiás (1864)*, no qual ele atribuiu o insucesso da primeira fundação daquela guarnição, em 1812, a falta de socorros por parte de Vila Boa, desconsiderando, assim, a capacidade indígena de impor limites à política de expansão territorial de Goiás.

<sup>2</sup> O presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, rememorou as duas vezes em que se tentou a fundação daquela guarnição militar, dizendo: “três vezes tem-se tentado levar a efeito a fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, e outras tantas se tem malgrado tão útil e necessária empresa. Deixando a história que se refere aos anos de 1813 e 1852” (GOIÁS, 1861, p. 26)

<sup>3</sup> Relatório da Inspeção Geral dos Presídios da província de Goiás. 17 de maio de 1871. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1º de julho de 1871*. Tipografia Provincial: Goiás, 1871, p. 03, anexo

1873, afirmou que o “R. Frei Francisco foi um verdadeiro pai da pobreza, *legítimo apóstolo do norte desta Província*”<sup>4</sup>.

Quando se faz menção à postura adotada pelos Irã amrayré com relação a esse presídio é para ressaltar o fato de que estes aceitaram muito pacificamente estabelecer relações de aliança com aquele presídio, e por essa razão sucumbiram nos anos que se seguiram ao contato, ao ponto de na década 1940 o grupo se encontrar praticamente extinto. Darcy Ribeiro ressaltou, por exemplo, que esse grupo – “uma horda Kayapó que vivia no rio Pau d’Arco, afluente do Araguaia” – estabeleceu o que ele denominou de “relações pacíficas” com a guarnição de Santa Maria do Araguaia<sup>5</sup>. John Hemming lembrou o caráter “demasiadamente amistoso” com que esse grupo, juntamente com os Djoré, também Mebêngôkre, trataram os colonizadores<sup>6</sup>. A consequência desse contato, informa o autor, foi a extinção do grupo, sobretudo pós-1890, com o início da catequese dos missionários da ordem dominicana da província de Toulouse, do sul da França.

Além deles, Cesar Gordon também destacou o fato de que os Irã amrayré, desde o início do contato com Santa Maria do Araguaia, não nutriam nenhuma animosidade contra aquela guarnição<sup>7</sup>. O autor sugere que esse comportamento se devia ao fato de que eles não entendiam aquela povoação como invasores, mas como possíveis aliados<sup>8</sup>. Em sua análise acerca da expansão da cultura pastoril no território dos Irã amrayré, na região do rio Pau d’Arco, Moreira Neto destacou: “fato muito raro em relações interétnicas desse tipo, não registra a bibliografia existente ou a memória de quantos informantes foram consultados, um só caso de hostilidade dos Irã’ãmrajre aos invasores de seus territórios”<sup>9</sup>. Por fim, ainda acerca dessa questão, vale também mencionar aqui a afirmação de Gustaaf Verswijver, para quem “[o]s Irã-amrãnhre foram contatados pacificamente pela primeira vez em 1859 e novamente em 1891-1893. Após a construção de um posto missionário próximo às suas aldeias, suas terras logo foram invadidas por colonos”<sup>10</sup>. Na memória

---

<sup>4</sup> Carta de frei Antônio de Ganges a frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, em 4 de novembro de 1873. ACRJ. Gaveta 1, Pasta IX, 11, grifo meu.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização...*, 2017 [1970], p. 71

<sup>6</sup> HEMMING, John. *Fronteira Amazônica...*, 2009, p. 496

<sup>7</sup> O autor ressalta “É preciso lembrar que, desde os primeiros contatos com os missionários, na década de 1850, os Irã’ãmranhre do Pau d’Arco não demonstraram disposição de armarem-se para enfrentar os estrangeiros brancos” (GORDON, 2006, p. 136, grifo meu)

<sup>8</sup> *Idem*

<sup>9</sup> MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d’Arco..., 1960, p. 13

<sup>10</sup> VERSWIJVER, G. *Considerations on Mekrãgnotí warfare...*, 1985, p. 244

dos atuais Mebêngôkre, os Irã amrayré são descritos como aquele grupo que preferiu o contato pacífico com os *kubẽ* em vez de fazer guerra pela manutenção de sua cultura<sup>11</sup>.

Os registros documentais mostram um cenário bem mais complexo e dinâmico da relação dos Irã amrayré com aquela guarnição militar, que vai para além de uma aceitação passiva daquela guarnição no seu território, ou mesmo, de uma guerra obstinada com vistas à manutenção de sua identidade e cultura. Poder-se-ia dizer também que a postura dos Irã amrayré para com o presídio de Santa Maria do Araguaia, no processo de sua fundação, não foi uma simples reação espasmódica a uma provocação inicial dos não indígenas; pelo contrário, era parte da sua experiência histórica, que remete ao período anterior à chegada dos não indígenas no médio Araguaia, no qual eles (os Irã amrayré) empreendiam guerra contra outros grupos indígenas, tendo em vista a sua importância enquanto atividade de prestígio, demonstração de força e belicosidade, mas também como instrumento para a incorporação dos elementos da cultura do outro, mediante a predação. Assim, em 1859, quando a província de Goiás pôs em prática o Aviso do Ministério do Império de 19 de novembro de 1858 para a fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, a política indigenista e expansionista de Goiás se encontrou com a política Mebêngôkre e sua experiência de contato com o outro. Conforme veremos a seguir, a relação dos Irã amrayré com o presídio de Santa Maria do Araguaia durante o período de sua refundação – entre os anos de 1859 a 1861 – oscilou entre conflito e a aliança, variando conforme os objetivos e as dinâmicas internas dos indígenas.

Em junho de 1859, após ordens do presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, frei Francisco, então diretor do aldeamento de Boa Vista do Tocantins, partiu à frente de uma comissão para as margens do Araguaia, com algumas pessoas de Boa Vista para cuidar “dos diversos trabalhos preliminares para o restabelecimento do antigo presídio de Santa Maria, nas margens do Araguaia”<sup>12</sup>. O presídio deveria ser restabelecido não mais no local onde ele foi fundado na primeira metade do século XIX, mas na ponta

---

<sup>11</sup> Em sua etnografia sobre os Mebêngôkre da aldeia Moikarakô, nas margens do Riozinho, afluente do rio Xingu, Carlos Eduardo Chaves registrou os relatos e as memórias acerca dos Irã amrayré entre os habitantes daquela aldeia. Entre eles, permanece a memória de que os Irã amrayré “preferiram se aliar com os brancos a brigar e resistir, e fazer guerra pela manutenção de seus costumes e de sua terra” (CHAVES, 2012, p. 162)

<sup>12</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda, em 7 de fevereiro de 1859. MUBAN. Ministério da Guerra. Presídios e Colônias. Presídio de Santa Maria do Araguaia. 9. Ordens e Deliberações (1857-1889). Caixa 81

norte da Ilha do Bananal<sup>13</sup>. Essa era, na compreensão das autoridades, uma “posição mais azada não só para servir de ponto de apoio e proteção ao comércio e viajantes que transitam por ali, como também por ficar o dito presídio menos exposto aos ataques e assaltos dos índios”<sup>14</sup>. A sua função consistia em dar início aos preparativos iniciais daquele posto militar até que chegasse a guarnição que seria enviada da capital da província, descendo o rio Araguaia, a partir do presídio de Santa Leopoldina. Frei Francisco marchou para o Araguaia munido de expressas orientações dadas pelo presidente da província num documento contendo oito instruções. Estas podem ser resumidas da seguinte maneira: o missionário deveria sair de Boa Vista do Tocantins, levando consigo até 10 “trabalhadores robustos”, não indígenas, além de alguns índios que ele conseguisse persuadir a acompanhá-lo. Na impossibilidade de isso acontecer, frei Francisco poderia aumentar o número de trabalhadores, caso julgasse necessário. Deveria levar consigo também “ferramentas precisas, gado e víveres em quantidade suficiente para a alimentação de toda a gente que o acompanhar”<sup>15</sup>.

A expedição deveria se deslocar até a margem do Araguaia, nas proximidades da ponta setentrional da Ilha do Bananal. Ali chegando, se iniciaria a construção de um grande rancho para o abrigo das pessoas, um depósito para os víveres e objetos, além de mandar aprontar uma ou duas canoas de montaria. Em seguida, toda a gente ali presente deveria ser transportada para a ilha e dar início ao reconhecimento do lugar, a fim de iniciar a construção de uma roça de seis alqueires. Nela se plantaria “milho, arroz, feijão e mandioca, devendo para este fim preferir, quanto seja possível, os terrenos da ilha adjacente ao local que escolher para assento do presídio”<sup>16</sup>. Em caso de atraso na travessia do “sertão”, dever-se-ia dar prioridade à feitura da roça, uma vez que ela era “condição primária e essencial, para que [pudesse] ter lugar a fundação do projetado estabelecimento”<sup>17</sup>. Tendo em vista o receio dos ataques dos índios, o presidente deu a seguinte orientação a frei Francisco:

---

<sup>13</sup> Gazeta Oficial de Goiás. Sábado, 05 de março de 1859. Ano II, n° 07. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 02; Gazeta Oficial de Goiás. Sábado, 02 de abril de 1859. Ano II, n° 11. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 02.

<sup>14</sup> *Idem*. Em seu relatório, o presidente da província reiterou a importância do restabelecimento daquele presídio para a navegação do rio Araguaia, afirmando que devia “influir de um modo muito importante em favor da navegação do Araguaia, cuja superioridade sobre a linha do Tocantins tornar-se-á inquestionável, desde que se ache definitivamente realizada aquela fundação” (GOIÁS, 1859, p. 61)

<sup>15</sup> *Idem*

<sup>16</sup> *Idem*

<sup>17</sup> *Idem*

7º Convirá que v. r.<sup>ma</sup> forneça aos próprios trabalhadores algumas armas, pólvora e chumbo para caça, afim de melhor garantir a subsistência da gente que levar, bem como que faça conduzir alguns objetos próprios para mimosear os índios selvagens, que porventura encontrar, procurando, por todos os meios brandos e persuasivos, estabelecer com eles relações de amizade, e evitando com todo o cuidado a deplorável necessidade de empregar contra os mesmos a força e a violência.<sup>18</sup>

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a utilização dos brindes era uma prática costumeira nas expedições ao sertão, cujo objetivo era o estabelecimento de alianças com os grupos indígenas ainda não aldeados, denominados selvagens pelas autoridades indigenistas. Em Santa Maria não foi diferente: frei Francisco foi orientado a “mimosear” os índios com tais objetos, de modo a evitar uma ação violenta. Ele foi ainda orientado a levar consigo um intérprete (língua) para lhe auxiliar não só na travessia do sertão, mas também na relação com os grupos indígenas do Araguaia. Por fim, ao missionário foi informado que até agosto daquele ano partiria de Santa Leopoldina as praças para a guarnição daquele presídio, levando consigo víveres e outros materiais indispensáveis para ali se estabelecerem. Frei Francisco não deveria se ausentar daquele local até a sua chegada. A esse respeito, o presidente lhe orientou, dizendo:

cumpre que v. r. <sup>ma</sup> não se retire com a sua [comitiva] enquanto ali não chegar guarnição, da qual poderá v. r. <sup>ma</sup> obter os auxílios de que necessitar para a sua volta, durante a qual mandar v. r. <sup>ma</sup> alargar e aperfeiçoar convenientemente a picada, de modo a tornar franco e seguro o trânsito entre os municípios do norte da província, e o futuro presídio, afim de que possa d’ali receber o gado preciso, e quaisquer outros socorros de que haja mister nos primeiros tempos de sua existência<sup>19</sup>

Duas questões precisam ser consideradas aqui: a primeira era a de que nesse primeiro momento a atuação de frei Francisco na fundação daquele presídio era provisória, pois ele deveria permanecer naquele local até a chegada da referida guarnição, vinda de Santa Leopoldina. O outro aspecto diz respeito à necessidade de se reconstruir uma picada outrora aberta, para assim possibilitar o contato das povoações da margem direita do rio Araguaia – a serem fundadas – com as cidades e vilas da margem do rio Tocantins, onde o comércio e a navegação para Belém já se encontravam consolidados, apesar das dificuldades em torno da atividade. Ademais, vale ressaltar ainda a sua

---

<sup>18</sup> *Idem*

<sup>19</sup> *Idem*



importância para a passagem dos criadores de gado da linha do Tocantins para a região do Araguaia, com os seus rebanhos.

Todas essas orientações por parte do presidente da província ao missionário ficaram no campo na intenção, pois a prática, no entanto, se revelou bem diferente. Segundo o presidente Gama Cerqueira informou em seu relatório, a comissão de frei Francisco constava de “um bote de 8 remos, 4 igarités, 1 montaria, conduzindo 45 pessoas, além de víveres e outros objetos indispensáveis”<sup>20</sup>. No entanto, ao passar pelo acampamento provisório do presídio, retornando de sua viagem a Belém, o negociante Simeão Estellita Arrayano, ali encontrou somente “cinco pessoas [...] no ponto designado para o assento do novo presídio, à espera da guarnição, e reclamava alguns socorros”<sup>21</sup>. No ano de 1860, o governo provincial havia se organizado a fim de prestar o melhor auxílio à instalação daquele presídio. Entre abril e dezembro daquele ano, o presidente da província enviou uma série de correspondência ao Inspetor Geral dos Presídios, tratando dos mais diversos assuntos referentes à fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia. Em 27 de abril, por exemplo, ele determinou que, por intermédio dos comandantes dos presídios de Leopoldina e Monte Alegre, fossem enviados a frei Francisco,

[...] todos os socorros de que possa necessitar ele e sua gente, e que para a mais pronta execução dessas providências bem como para obter-se notícias completas e circunstanciadas do estado dos trabalhadores a cargo do mesmo R<sup>do</sup>. Missionário, como também para compra de materiais destinados ao futuro presídio de S. Maria do Araguaia<sup>22</sup>

No dia 9 de agosto daquele ano foi nomeado como comandante daquela guarnição o experiente José Pereira Valle, Alferes do Estado Maior da 2<sup>a</sup> classe do Exército<sup>23</sup>. Ele seria coadjuvado pelo supracitado missionário capuchinho, frei Francisco. Naquele mesmo mês, o presidente solicitou ao Inspetor Geral dos Presídios que organizasse, com urgência, oito praças dentre aqueles que deveriam ser deslocados para o presídio de Santa Maria do Araguaia e, além disso, autorizou a compra de vários objetos para serem

---

<sup>20</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório de 30 de novembro de 1859 com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira, entregou a administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo*. Tipografia Goianense: Goiás, 1859, p. 39

<sup>21</sup> GOIÁS, Governo. *Aditamento ao relatório com que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo fez entrega da administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp.: Rio de Janeiro, 1861, p. 10

<sup>22</sup> Respondendo: que providencie p<sup>a</sup> q<sup>e</sup> sejam remetidos ao R<sup>do</sup> Frei Franco do Monte de S. Vito, os socorros de q<sup>e</sup> possa necessitar ele e sua gente. 27 de abril de 1860. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>23</sup> Comunicando a nomeação de Com<sup>e</sup> p<sup>a</sup> o Presídio de S<sup>ta</sup> Maria do Araguaia. 9 de agosto de 1860. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

enviados ao missionário<sup>24</sup>. As correspondências trocadas entre o presidente da província e o Inspetor Geral dos Presídios revelam todo o preparo para a fundação daquele presídio.

Como destacou Ernesto Vallée, em relatório de 1864, aquele presídio estava localizado “40 palmos acima do nível do rio” e, ainda segundo ele, as matas eram “de boa qualidade e abundantes e os campos cortados por dois ribeirões caudalosos, [...] tendo as suas cabeceiras a uma distância de 60 a 80 léguas [...]”<sup>25</sup>. Nas duas primeiras tentativas de sua instalação, na primeira metade do século XIX, Santa Maria foi erguido num local considerado “completamente estéril”<sup>26</sup>, ou seja, “[o] antigo Presídio de S. Maria além de achar-se num lugar inteiramente insalubre, não tinha as proporções necessárias mesmo para uma povoação”<sup>27</sup>. Apesar das boas condições de Santa Maria, os melhores campos estavam localizados na margem esquerda do rio Araguaia, território ocupado pelos Irã amrayré.

Se parecia claro às autoridades provinciais que a incorporação dos sertões do Araguaia à dinâmica econômica de Goiás era indispensável para o desenvolvimento econômico da província, conforme mencionado, em seus discursos os presidentes da província de Goiás evidenciavam também que esse processo não seria feito sem que se estabelecesse uma relação de aliança com os diferentes grupos indígenas que habitavam aquela região.

Como a historiografia brasileira vem demonstrando ao longo das últimas décadas, as populações indígenas têm desenvolvido um papel de primeira importância na política de definição das fronteiras, quer sejam as externas ou as internas, isto é, os sertões. Enquanto as autoridades indigenistas buscavam fazer uso dos grupos indígenas visando seus próprios objetivos, estes, por sua vez, não se portaram passivamente nesse processo. Pelo contrário, protagonistas de sua história, eles agiam de maneira ativa e criativa frente às estruturas de poder e dominação colonial ou imperial, segundo seus próprios objetivos e de acordo com os seus horizontes simbólicos<sup>28</sup>. A principal estratégia para se conseguir

---

<sup>24</sup> Correspondência ao Inspetor Geral dos Presídios, sem título. 01 de outubro de 1860. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>25</sup> *Exploração do Rio Araguaia feita por ordem do Ilmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás, em 10 de julho de 1863*. Tipografia de Quirino & irmão r. da Assembleia n. 55. Rio de Janeiro, 1864, p.10

<sup>26</sup> *Idem*

<sup>27</sup> “Exploração do Rio Araguaya. Feita por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás”. 16 de setembro de 1864. Mapa. Arquivo Nacional.

<sup>28</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução:*

a atenção e manutenção de uma relação pacífica com os índios, conforme vimos, era a utilização de brindes. Essa foi justamente a estratégia utilizada pelo governo do Goiás para manter contato com os índios da região de Santa Maria do Araguaia. Em agosto de 1860, em resposta a um ofício do Inspetor Geral dos Presídios, o presidente Gama da Cerqueira informou que havia autorizado à Tesouraria da Fazenda que pagasse a quantia de 139,130 réis destinados à “aquisição de objetos para brindes aos índios no Presídio de S. Maria do Araguaia”<sup>29</sup>.

Foi em meio a todo esse preparo que a capital da província foi surpreendida com a notícia do ataque realizado pelos “Kayapó” contra aquele presídio. Em virtude da rigorosa seca do ano de 1860 não foi possível a partida da expedição de Santa Leopoldina que deveria descer para ali com todos os socorros necessários a frei Francisco<sup>30</sup>. Em fim de setembro daquele ano, uma embarcação ligeira descia até Santa Maria do Araguaia, quando, no caminho, soube pelos Karajá que aquele presídio havia sido atacado e destruído. Ao se dirigirem ao local, confirmaram o que lhes havia dito os Karajá: “encontraram os vestígios do incêndio e dois cadáveres insepultos”<sup>31</sup>. Em razão do ocorrido, a expedição foi adiada até “que a pudesse reforçar com mais praças, e enquanto fazia a aquisição de um comandante ativo e resoluto, que a par dos trabalhos de colonização se ocupasse com as de fortificação e defesa do presídio”<sup>32</sup>.

Muito embora a documentação oficial informe apenas que se tratava dos “Kayapó”, é sabido que eram os Irã amrayré, uma vez que à época já havia se operado a cisão que

---

missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 2001; PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. HUCITEC/Ed. Universidade de São Paulo. Fapesp: São Paulo, 2002; HUGH-JONES, Stephen. *Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia*. In: HUMPHREY, Caroline; HUGH-JONES, Stephen (org.). *Barter, exchange and value: na anthropological approach*. Cambridge University Press, 1992, p. 42-74; GARCIA, Elisa Frühau. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese (doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007; MALHEIROS, Marcia. *Homens da Fronteira: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVII e XIX)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; HENRIQUE, Márcio C. *Nem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018.

<sup>29</sup> Declarando ter mandado pagar-lhe a quantia de 139,130 rs que dispendeu com aquisição de brindes aos índios, no Presídio de S. Maria do Araguaia. 21 de agosto de 1860. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>30</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás na sessão ordinária de 1861, pelo Exm. Presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre*. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp.: Rio de Janeiro, 1861, p. 26

<sup>31</sup> *Idem*

<sup>32</sup> *Idem*

deu origem aos outros grupos Mebêngôkre que se deslocaram para o Xingu e para a região das Entaipavas, conforme já mencionado no capítulo anterior.

No ataque ao presídio, os Irã amrayré mataram duas pessoas, destruíram todo o estabelecimento e frei Francisco fugiu do local, com destino desconhecido àquela época<sup>33</sup>. A província não desistiu da sua instalação e, em 1861, deu início aos preparativos para uma nova tentativa. Em janeiro daquele ano, em ofício enviado ao Inspetor Geral dos Presídios, o presidente Antônio Manoel de Aragão e Mello, informou-lhe que havia tomado as seguintes decisões a respeito da questão: *i*) solicitou que escolhesse quinze praças armados dos presídios de Leopoldina e Monte Alegre para reforçar a guarnição que deve seguir para Santa Maria; *ii*) enviou ao referido inspetor a quantia de trezentos mil reis para que pudesse ser empregado a serviço da expedição e da fundação daquele presídio. A ordem do presidente da província era para que, assim que reunisse os homens necessários, fizesse “embarcar a expedição, e desç[esse] com ela até Santa Maria, onde procurará alojar a gente pelos meios a seu dispor, e que tomadas as necessárias disposições de comodidade, e segurança”<sup>34</sup>. Todas as praças deveriam ir armadas. Com a expedição iria também “uma peça d’artilharia de pequeno calibre com a pólvora, metralha, morrões, e todos os necessários”<sup>35</sup>. Esse armamento deveria ser colocado numa posição estratégica a fim de repelir os ataques indígenas. Ao chegar a Santa Maria do Araguaia, o inspetor deveria erigir ranchos no recinto de uma estacada forte de dentro da qual possa a guarnição defender-se e repelir os ataques indígenas<sup>36</sup>. Por fim, o inspetor deveria fazer voltar àquela guarnição o missionário capuchinho frei Francisco, que se encontrava em Boa Vista do Tocantins. Se possível, dizia ele, o religioso deveria levar consigo algumas pessoas para ali se estabelecerem, mesmo que temporariamente.

Apesar de todos os cuidados tomados pelas autoridades, os presídios erigidos no norte da província, às margens do Araguaia e Tocantins, eram insuficientes para guarnecerem aqueles vastos sertões, e que por essa razão “a fronteira nunca ficou bem protegida” naquelas paragens<sup>37</sup>. Em seus relatórios, os presidentes da província de Goiás, não raras vezes, deixavam claro a limitação do número de praças para guarnecerem os

---

<sup>33</sup> Dando providências acerca das irrupções dos Cayapós em S. M<sup>a</sup> do Araguaia. 16 de janeiro de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>34</sup> *Idem*

<sup>35</sup> Dando providências na marcha do Inspetor Geral dos Presídios para S. M<sup>a</sup>. 18 de janeiro de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>36</sup> *Idem*

<sup>37</sup> KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás..., 1992, p. 403

presídios situados nas linhas desses dois rios. Um exemplo dessa situação pode ser visualizado na queixa do presidente Antônio Manoel de Aragão e Mello, ao afirmar que apesar das guarnições se empregarem em atividades de rondas e batidas nos territórios indígenas, tal iniciativa era malograda, pois, segundo ele, “ser-lhes-ia mesmo impossível competir com os selvagens, que com incrível rapidez embrenham-se pelos matos e desaparecem como por encanto”<sup>38</sup>.

No caso específico em tela, pode-se dizer então que o primeiro contato dos Irã amrayré com o presídio de Santa Maria do Araguaia, foi mediado pela guerra, e ensejou por parte da província todo um cuidado necessário em sua nova tentativa no ano de 1861. Um ano antes do ataque ao presídio, segundo informou o viajante francês Henri Coudreau, os Irã amrayré haviam atacado uma aldeia Karajá, numa ilha que ficou depois conhecido como Ilha da Mortandade. Segue o relato de Coudreau:

A Ilha da Mortandade, a montante da Ilha do Gato, é assim chamada devido ao massacre de Karajá que fizeram, há alguns anos, os Kayapó que atacaram os Karajá com quem tinham velhas contas a acertar. Isso ocorreu por volta de 1859, no momento em que o Padre Francisco começava a estabelecer a Missão de Santa Maria<sup>39</sup>.

Nota-se que a instalação do presídio, sob a responsabilidade do missionário capuchinho, se deu dentro de um cenário marcado por guerras interétnicas, mais especificamente o conflito entre os Kayapó (Irã amrayré) e os Karajá. Dentre os líderes ao ataque da aldeia Karajá estava o capitão Wanaô<sup>40</sup> (chamado de Manaô), o mesmo que depois estabeleceria uma aliança com o comandante do presídio de Santa Maria. Um dado interessante apresentado por Coudreau e que demonstra como aquele território era marcado por conflitos interétnicos é que pouco antes do episódio da ilha da Mortandade, os “Xikrin tinham ido, parece, juntos aos Karajá saquear e roubar crianças entre os Kayapó da aldeia de Manaó”<sup>41</sup>.

Portanto, se em 1859, em suas expedições guerreiras, os Irã amrayré atacaram os Karajá, no ano seguinte eles atacaram e destruíram o presídio de Santa Maria. A despeito de se tratar de um inimigo diferente daquele que os Irã amrayré já estavam acostumados a guerrear, a relação inicial estabelecida com o presídio foi balizada na experiência que

---

<sup>38</sup> GOIÁS, Governo. *Aditamento ao relatório com que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo fez entrega da administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp.: Rio de Janeiro, 1861, p. 13

<sup>39</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 136, tradução nossa

<sup>40</sup> *Idem*, p. 201

<sup>41</sup> *Idem*, p. 205

tradicionalmente eles mantinham com os grupos indígenas da região, mediante a guerra. Santa Maria estava sendo fundado dentro do território dos Irã amrayré e, portanto, sujeito à lógica de territorialização daquele grupo, no qual a guerra era um elemento importante de relação com o outro. Não há registro na documentação oficial acerca do rapto de algum objeto por parte dos índios durante esse ataque, mas é possível que tal fato tenha ocorrido, uma vez que a expedição deveria lançar as bases – mesmo que provisória – do presídio e para isso deveria levar consigo ferramentas, mantimentos, entre outros, em conformidade com as orientações dadas pelo presidente da província a frei Francisco.

Conforme destacado, as expedições guerreiras tinham uma grande importância para os Mebêngôkre, pois nela se formava o caráter dos mais jovens enquanto guerreiros hábeis e belicosos. Era por meio dela que um guerreiro poderia demonstrar que era “duro (*toi, okre*) ou insensível (*amak-kre-ket*)”<sup>42</sup>. Assim como os dois irmãos míticos que mataram o grande gavião, os Mebêngôkre cultivavam o estado de *ákrê*, “palavra que designa o estado de braveza, de perigosos, de selvagens, de guerreiros e caçadores intrépidos”<sup>43</sup>. Tal situação impressionou Horace Banner, missionário protestante que esteve por muito tempo entre os Gorotire. Segundo ele, conforme já mencionado nesta tese, esse grupo “cultiva[va] a braveza e valentia com o mesmo afã com que o civilizado procura enriquecer-se”<sup>44</sup>. Ao tratar dos Mebêngôkre meridionais (os Kayapó do Sul), Marcel Mano destaca justamente como “os não índios que se interpunham no caminho de Goiás forneceram as chances históricas para os Kayapó atualizarem as ações mitológicas de seus heróis civilizadores”<sup>45</sup>. Nos séculos XVIII esse grupo se apresentava como um dos maiores obstáculos aos planos de colonização do sertão do sul do Goiás e Triângulo Mineiro. Para eles, informa o autor, “fazerem guerras estava intimamente ligado à construção ontológica do ser guerreiro e, por isso, fazer guerra é uma normalidade intrínseca a sua cultura”<sup>46</sup>.

Nesse contexto em que se deu o ataque dos Irã amrayré, mudou-se o comando do presídio de Santa Maria do Araguaia, alegando a necessidade de um comandante que fosse mais “ativo, robusto, e de reconhecida energia” à frente daquela instituição. Assim,

---

<sup>42</sup> VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade...*, 1977, p. 48.

<sup>43</sup> MANO, M. *Contato, Guerra e Paz...*, 2011, p. 200

<sup>44</sup> BANNER, H. *A casa dos homens Gorotire...*, 1952, p. 457

<sup>45</sup> MANO, M. *Contato, Guerra e Paz...*, 2011, p. 198

<sup>46</sup> RODRIGUES, Álvaro Almeida. *Da cultura da guerra a paz colonial: notícias sobre um gentio Kayapó*. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Mestrado (dissertação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013, p. 14

o presidente da província exonerou o Alferes José Pereira Valle do cargo (por sua avançada idade), nomeando em seu lugar o então comandante do presídio de Monte Alegre, Manoel Pinheiro de Lemos (Capitão da Guarda Nacional)<sup>47</sup>. Seu lugar foi ocupado justamente por José Pereira Valle<sup>48</sup>. A segunda expedição deveria partir no mês de março de 1861, e com ela, cerca de 35 praças e 15 presos que iriam cumprir suas sentenças no presídio de Santa Maria<sup>49</sup>, entretanto no mês de maio a expedição ainda se encontrava em Leopoldina, e o recém-empossado presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, solicitou ao Inspetor informações acerca dos trabalhos preparatórios da expedição, bem como que o mesmo fizesse seguir com urgência, para Leopoldina, o comandante de Santa Maria do Araguaia, que possivelmente ainda se encontrava em Monte Alegre.

No mês seguinte, o presidente da província deu ordens expressas ao comandante daquela guarnição, num longo documento com 23 orientações, além de uma lista contendo os nomes e a quantidade das praças que para ali seguiriam com o referido comandante. Inicialmente Pereira de Alencastre ressaltou a importância da empreitada para o destino da província e destacou o objetivo do presídio, dizendo:

[...] visto como esta Presidência está convencida, pelas informações que tem, ser esse local um dos mais vantajosos da margem do Araguaia para o estabelecimento d'esse núcleo colonial, que tem por *fim proteger e auxiliar a navegação do rio, atrair população para suas margens, e promover a catequese e civilização dos índios*<sup>50</sup>.

Como se nota no relato, eram três os objetivos do presídio: auxiliar a navegação, atrair população não indígena para as margens do Araguaia e, principalmente, proceder com a catequese e civilização dos índios. Tanto a sua instalação como o funcionamento deveriam ocorrer em conformidade com o que previa o já citado Decreto nº 750, de 2 de janeiro de 1851, que regulamentava a instalação dos presídios militares no Araguaia. Ao todo, o comandante contou com 38 praças, sendo 19 oriundos da capital e 19 do presídio

---

<sup>47</sup> Dizendo que dispensou o Alferes do Estado Maior de 2ª classe do Comando de S. Maria do Araguaia, e nomeou para esse fim Cap. da G. N. M<sup>el</sup> Pin<sup>o</sup> de Lemos. 3 de fevereiro de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>48</sup> Mandando recolher do Presídio de Montalegre o tenente José Manoel da Silva Marques e nomeando para substituir o Alferes José Pereira Valle. 3 de fevereiro de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863).

<sup>49</sup> Comunicando e ordenando acerca do novo Presídio de Santa Maria. 14 de fevereiro de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863)

<sup>50</sup> Ofício ao Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia, sem título. 25 de junho de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863), grifo meu

de Leopoldina. A maioria dos que compunham a expedição era de solteiros. Apenas quatro eram casados e levaram consigo suas famílias. O grupo estava “provido de gêneros alimentícios para alguns meses, de ferramentas para trabalhos agrícolas e de construção, logo que cheguem ao ponto do seu destino, procurará escolher o terreno que já ficou indicado”<sup>51</sup>. Ao chegarem ao local de fundação do presídio, deveriam se instalar em local “abundante de caça e salubre, próximo a terreno de lavoura e de matas, que fornecem madeiras de construção”. Entretanto, era preciso, como orientava o Regulamento de 1851, tomar cuidado para que “de modo algum [...] os povoadores est[ivessem] separados por longas distâncias, e assim dispostos aos ataques dos índios sem facilidade de auxílio”<sup>52</sup>.

Atestando a ideia de que os presídios militares, bem como os aldeamentos, deveriam auxiliar a navegação dos rios da província, o presidente deu uma orientação bastante clara ao comandante do presídio:

Na plantação dos cereais deve ter Vmce muito em vista, que estabelecendo-se o presídio para animar, desenvolver, e auxiliar a navegação, deve plantar-se em quantidade, que a produção não só abasteça com fartura o presídio como haja sobras, para socorrer os navegantes que subirem ou descerem o rio Araguaia, e mesmo os índios que estiverem em relações amigáveis com a população do presídio<sup>53</sup>.

Nota-se aqui a importância de que a produção agrícola deveria gerar um excedente para o socorro dos comerciantes que navegavam o Araguaia. De igual modo, a plantação de cereais deveria ser um instrumento para manter relações com os índios do entorno do presídio. A exemplo do que destacou Marta Amoroso<sup>54</sup>, aqui também vemos a importância da roça na política indigenista, enquanto primeira etapa do processo de “conquista do paladar”. No que se refere ao trato com os índios, filiando-se àqueles que viam na postura branda com os índios o caminho para a conquista dos sertões do Império, o presidente orientou ao comandante que procurasse “relacionar-se com os chefes das diferentes tribos que povoam as margens do Araguaia, presenteando-os e fazendo-lhes os favores, que puder, afim de cativar a confiança d’eles”<sup>55</sup>. O objetivo era, de acordo com as autoridades da província, fazer-lhes entender que a presença do presídio não lhes

---

<sup>51</sup> *Idem*

<sup>52</sup> *Idem*

<sup>53</sup> Ofício ao Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia. 25 de junho de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863)

<sup>54</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, p. 66

<sup>55</sup> Ofício ao Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia. 25 de junho de 1861. AHEG. Livro 406 - Correspondência com os Presídios (1859-1863)



representaria nenhum mal. Com o intuito de cativar aos índios da região, dizia o presidente:

Todo o serviço que pelos índios for prestado ao presídio será por qualquer modo retribuído em *brindes* e presentes, para captar a sua boa vontade, e proíbo-lhe expressamente que os force a qualquer trabalho a que não se queiram prestar espontaneamente<sup>56</sup>.

Ainda com vistas a construir uma aliança com índios, o presidente orientou ao comandante que observasse os parágrafos 8 e 9 no artigo 4º do regulamento de 1851; ou seja, era preciso fazer de tudo para que “os selvagens da vizinhança” vivessem em harmonia com a população do presídio e abraçassem “a vida social”<sup>57</sup>; para isso os comandantes deveriam buscar captar a amizade dos líderes de cada aldeia. De igual modo, de acordo com o parágrafo 9º da referida legislação, deveria cuidar para que as praças os tratassem com “cortesia e urbanidade”, inclusive em seus tratos e negócios. Apesar de todas as tentativas de se construir uma relação de aliança com os índios do entorno do futuro presídio, o ataque realizado pelos Irã amrayré, em 1860, ainda ecoava na memória das autoridades provinciais, de modo que o presidente recomendava ao comandante todo o cuidado para se evitar novos ataques indígenas. Os cuidados eram tais como: o melhor posicionamento para a peça de artilharia, a distância entre os ranchos dos colonos e/ou praças e a disposição das casas em torno de uma praça central, onde se localizariam a igreja, escola, quartel e casa de detenção. De acordo com o missionário dominicano, frei Estevão Gallais, na construção da igreja daquele presídio, frei Francisco deu-lhe uma forma de fortaleza, “onde a população pudesse refugiar-se no caso de incursão súbita da parte dos índios”<sup>58</sup>.

Servidos com brindes, armas e munições, a expedição deixou a capital da província no dia 2 de agosto de 1861, rumo a margem do Araguaia. No dia 16 de setembro, o capitão José Manoel da Silva Marques embarcou no porto de Leopoldina para a localidade onde deveria ser fundado o presídio de Santa Maria do Araguaia. No dia 12 de janeiro do ano de 1862 o presidente da província tomou conhecimento da chegada da expedição no local

---

<sup>56</sup> *Idem*, grifos meu

<sup>57</sup> Cf. Decreto nº 750, de 2 de janeiro de 1851. *Op. Cit.*

<sup>58</sup> GALLAIS, E. *Uma catequese entre os índios do Araguaia...*, 1903, p. 34. Quando passou por aquela povoação, após o fim da fase áurea da navegação a vapor do rio Araguaia, o explorador Henri Coudreau encontrou uma povoação com 50 casas, das quais 20 eram cobertas de palha e 29 de cobertas de telhas. A quinquagésima era justamente a igreja. Acerca de sua construção e objetivos, o explorador informou que se tratava de uma “construção maciça” que, em suas palavras, “deveria servir às vezes de igreja para os civilizados e os índios convertidos, e de fortaleza contra os “índios bravos”, do interior, se eles viessem para atacar” (COUDREAU, 1897, p.137)

destinado à fundação do presídio. Em novembro de 1861, o presídio já se encontrava estabelecido, e foi o ponto de chegada de Caetano Tavares da Silva, o encarregado de construção de uma estrada partindo “da Povoação de Pedro Afonso com direção E. O. procurando a margem do Araguaia no ponto destinado para o estabelecimento do presídio [de Santa Maria do Araguaia]”<sup>59</sup>. A via de comunicação tinha como objetivo possibilitar a passagem dos moradores da margem do Tocantins para as margens do rio Araguaia, juntamente com o seu rebanho. Segundo o presidente José Martins Pereira de Alencastre, essa estrada proporcionaria a imigração para as margens do Araguaia, promoveria “a catequese de milhares de índios selvagens que habitam tão fértil território”<sup>60</sup>, facilitaria a comunicação com o presídio de Santa Maria do Araguaia e, conseqüentemente, “os socorros de gado e víveres de que tem necessidade aquele Presídio”<sup>61</sup>.

No início do ano de 1862, o presidente enviou mais víveres para o socorro daquele presídio através do comerciante Simeão Estelita Arraiano, quando este desceu para o Pará<sup>62</sup>. Juntamente com ele seguiu o missionário frei Francisco do Monte São Vito, àquela altura alçado à condição de missionário do presídio, com a função de ali aldear os Irã amrayré e os Karajá. O presidente elogiou o missionário, ressaltando o seu “gênio empreendedor, sua coragem e tenacidade para grandes causas”<sup>63</sup>. Apesar dos desentendimentos com as autoridades locais, a sua experiência entre os índios do Tocantins, na missão de Boa Vista, era citada com um fato que referendava a sua escolha enquanto missionário para a realização de tão grande obra<sup>64</sup>.

---

<sup>59</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 05 de fevereiro de 1862. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 37

<sup>60</sup> O presidente José Martins Pereira de Alencastre compreendia que o povoamento dos territórios habitados pelos povos indígenas – os sertões – era fundamental na catequese e civilização indígena. Segundo ele, “o único meio que me parece mais fácil, embora dispendesse, para chamar as tribos bárbaras à domesticidade, e a civilização, é povoar-se todo o sertão habitado pelos mesmos, afim de que possam entreter relações de comércio e de amizade com a gente civilizada” (Informando...12 de janeiro de 1862. AHEG. Livro 427, p. 30). Desse modo, fundando núcleos de colonização nos territórios indígenas poder-se-ia fazer aparecer o comércio e desenvolver a agricultura (nos moldes não-indígenas). Eis, portanto, a importância da província possuir boas vias de comunicação para a promoção da migração dos colonos para os territórios indígenas.

<sup>61</sup> *Idem*

<sup>62</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 94

<sup>63</sup> *Idem*

<sup>64</sup> Em ofício ao Ministério do Interior, datado de 12 de dezembro de 1851, o presidente da província, Antônio Joaquim da Silva Gomes, solicitou a remoção de frei Francisco da missão de Boa Vista do Tocantins, alegando que o missionário havia praticado irregularidades à frente daquele aldeamento (Ofício...AHEG. 12 de dezembro de 1851. Cx. 83). Em 1859, o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira reconhecia os bons serviços prestados pelo referido missionário em Boa Vista, apesar de “a intervenção indébita que procura exercer aquele missionário sobre a administração da justiça da comarca

Mas os Irã amrayré voltaram a atacar aquela guarnição militar. Na noite dos dias 12 e 13 de outubro de 1862, segundo informou o comandante do presídio ao presidente da província, os “Kayapó, Karajá, Xambioá” atacaram o presídio de Santa Maria, mas dessa vez o resultado foi diferente, pois somente uma criança ficou ferida nos ataques. Porém, no dia 18 eles repetiram o ataque; desta vez, disse o comandante, em maior número e com o maior furor:

Na noite de 18 repetiram os índios o ataque com maior furor e em maior número, que o comandante do presídio orçou em 800, ou mais, durando o ataque desde 3 horas da madrugada até o romper do dia, retirando-se então os índios, deixando no campo quatro mortos, cujo número calcula-se ser ainda maior pelos vestígios de sangue que deixaram nos lugares por onde passaram na retirada, e conforme o costume sabido de conduzirem consigo os mortos<sup>65</sup>

Algumas informações apresentadas acerca do ataque precisam ser aqui analisadas com mais cautela: primeiramente, a notícia de que o ataque foi realizado mediante uma coalizão formada pelos Kayapó (os Irã amrayré) e os Karajá deve ser vista como um equívoco por parte do comandante ou mesmo uma estratégia para alertar acerca da necessidade de se reforçar a guarnição do presídio frente aos constantes riscos de ataques por parte dos grupos indígenas da região, dentre eles os Irã amrayré. Conforme já mencionado, esses dois grupos eram tradicionalmente inimigos, o que acaba por colocar em xeque a informação do comandante. À despeito do fato de que as relações de inimizade e aliança entre os grupos indígenas não serem eternas, mas se modificarem ao longo do tempo e conforme as circunstâncias, as tensões entre esses dois grupos perduraram ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas de XX<sup>66</sup>.

---

da Boa Vista tem dado lugar a frequentes conflitos com as autoridades” (GOIÁS, 1859, p. 63). Acerca da visão de frei Francisco como um missionário experiente no trato com os índios no Norte da província, Cf. CARVALHO, Francisquinha Laranjeiras. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia...*, 2006

<sup>65</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, vice-presidente da província de Goiás, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães*. Tipografia Provincial: Goiás, 1863, p. 03

<sup>66</sup> Em 1862, o presidente de província José Martins Pereira de Alencastre, fez menção à relação belicosa entre esses dois grupos, ao noticiar a morte de um cacique da aldeia Tauá grande, dos Karajá, dizendo: “[e]m 1859 governava-a internamente o índio Quadí [...] por ter sido o cacique eleito morto em um encontro que teve com o índio Kayapó de quem são inimigos os Karajá” (GOIÁS, 1862, p. 46). Na década de 1880, o explorador alemão Paul Ehrenreich informou que os Karajá evitavam subir a margem esquerda do rio Araguaia “habitada por seus piores inimigos, os Akué e os Kayapó”. (EHRENREICH, 1948, p. 27). Na primeira metade do século XX, durante a fundação e os primeiros anos de funcionamento da missão dominicana de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, junto aos Kayapó, os missionários tiveram que prescindir da presença dos Karajá na catequese, uma vez que os grupos eram inimigos. Esse cenário foi bem descrito pelo missionário frei José Maria Audrin, o qual residiu na missão entre os anos de 1905 a 1921. Após um período à frente do Convento de Porto Nacional, Audrin retornou ao Araguaia no ano de

O mesmo pode ser dito com relação a informação acerca do número de indígenas (800 indivíduos) que atacaram aquele presídio no dia 18. Nesse caso, parece fazer todo o sentido a afirmação de Sergio Buarque de Holanda de que “o exagero é companheiro da surpresa”<sup>67</sup>, pois não é difícil acreditar que o ataque pela madrugada até o raiar do dia tenha causado tal impressão ao comandante. Por outro lado, há que se levar em consideração também o fato de que o relato do comandante visava alertar ao presidente da província de que o presídio de Santa Maria do Araguaia corria o risco de mais uma vez ter a sua fundação sustada pelos grupos indígenas daquela região. Assim, ao informar ao presidente acerca do ataque realizado ao presídio, o comandante solicitou ao governo provincial que enviasse mais praças, viveres e fardamento. A autoria do ataque foi confirmada tempos depois por Couto de Magalhães, mediante informações prestadas ao jornal *O liberal do Pará*, por ocasião de sua viagem a Belém. Na edição de 28 de março de 1869, dizia o jornal acerca dos Irã amrayré, denominados “cahiapós”: “estes Cahiapós são os mesmos Gradahus que há 6 anos atrás atacaram e reduziram a cinzas o velho presídio de Santa Maria”<sup>68</sup>.

Mas depois desses ataques dos Irã amrayré ao presídio de Santa Maria do Araguaia, algo havia mudado e os Irã amrayré, que outrora buscaram impedir a sua instalação, se apresentaram em paz àquele presídio, liderados por Wanaô. Essa mudança foi registrada pelo *O Liberal do Pará*, na já citada edição de 28 de março de 1869. Naquela ocasião, o jornal informou que no dia anterior haviam chegado a Belém, oriundos da capital da província de Goiás, José Vieira Couto de Magalhães (empresário da navegação e ex-presidente das duas províncias) e o Bispo da Diocese de Goiás, D. Joaquim Antônio da Azevedo. Ao fazer menção da boa viagem que estes fizeram, o jornal informou que eles

---

1929. Segundo ele, dentre as principais exigências dos indígenas para enviarem seus filhos para estudarem na missão dominicana estava a de que “não se recebessem na pequena escola indiozinhos de tribos diferentes” (AUDRIN, 1963, p. 183). Dessa feita, informa o missionário, “Kayapó [...] não aceitavam, de bom grado, a vizinhança dos Xerente e evitavam todo o contato com os Karajá, porque pertenciam estes a uma tribo inimiga” (*Idem*). Ainda durante a fundação da missão, por frei Gil Vilanova, as “rixas” entre esses dois grupos se fizeram sentir e redefiniram os rumos da missão: “[e]ra de fato, impossível, imprudente reuni-los numa mesma catequese. Qualquer encontro mesmo casual era ocasião de rixas sangrentas” (AUDRIN, 1946, p. 132). A inserção de crianças Karajá juntamente com os Kayapó na missão dominicana só foi possível, informa o autor, a partir do momento em que estes já havia diminuído bastante em função das epidemias.

<sup>67</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras...*, 2017, p. 46

<sup>68</sup> Viajantes de Goiás. In: *O Liberal do Pará*. Belém do Pará, 28 de março de 1869. Ano I, n. 62, p. 02

não foram incomodados pelas “tribos selvagens que habita[va]m ambas as margens do rio Araguaia”<sup>69</sup>.

A partir de informações prestadas pelos viajantes, o jornal apresentou informações acerca dos índios “Capiapós”, descritos como “os mais valentes inimigos que os cristãos tinham nesses sertões”. Segundo informou o jornal, os Irã amrayré “*apareceram de paz em Santa Maria e na cachoeira grande de Araguaia, com força de cerca de 2.000 arcos*”<sup>70</sup>. Assim, diferentemente do que poderiam supor as autoridades da província de Goiás, logo após o ataque à guarnição de Santa Maria, os Irã amrayré se apresentaram por conta própria àquele presídio, pedindo paz. Nota-se aqui que, diferentemente do que sugerem os registros oficiais, nos quais é sempre ressaltada a ação das autoridades provinciais na conquista e colonização do vale do rio Araguaia, foram os próprios indígenas que tomaram a atitude e mudaram a sua postura com relação àquele presídio. Mas a que se deveu essa mudança de postura dos Irã amrayré com relação àquele posto militar? Teriam eles deixado de cultivar a braveza e valentia? Seria o resultado da tão esperada catequese indígena realizada pelo missionário capuchinho, frei Francisco do Monte S. Vito? Nesse caso, a resposta para essas questões tem mais a ver com as dinâmicas internas do próprio grupo do que com o efeito propriamente dito da política indigenista. É preciso atentar para a relação belicosa que este grupo tinha estabelecido com os demais indígenas daquela região, mais precisamente os Gorotire, os Xikrin e os Karajá, ambos seus tradicionais inimigos. Nesse sentido, *O Liberal* ressaltou o impacto da guerra com os Gorotire (“Burutiré”) para a opção dos Irã amrayré em se aproximar dos não indígenas residentes no presídio de Santa Maria do Araguaia:

Parece que acossados agora por outra tribo mais numerosa, que deve habitar entre o Xingu e o Araguaia, e que eles designam pelo nome de Burutiré chegam-se à nós, ao menos é o que se pode coligir do que exprimem, por quanto não é fácil entendê-los expressando-se como se expressam por gestos e uma ou outra palavra portuguesa de que destacadamente usam e cujo sentido e força provavelmente não compreendem bem<sup>71</sup>

Nota-se, portanto, como a relação inicial dos Irã amrayré que outrora tinha sido belicosa, mudou significativamente rumo a constituição de aliança com o comandante do presídio. No entanto, o que definiu esse processo – pelo menos nesse momento – foi a

---

<sup>69</sup> *Idem*

<sup>70</sup> *Idem*, grifos meu

<sup>71</sup> *Idem*

necessidade de se proteger dos ataques dos Gorotire, mas também, como veremos mais adiante nesse capítulo, a obtenção de bens materiais trazidos pelos não indígenas, dentre eles, armas de fogo, fundamentais para as suas guerras<sup>72</sup>. Enquanto as autoridades denominavam esses objetos de brindes, para os Irã amrayré, assim como os demais grupos Mebêngôkre, tratava-se de *nêkrêjx*, conforme já destacado no capítulo anterior. Durante esse contato, informa o jornal, o desconhecimento da língua portuguesa foi um fator que dificultou a comunicação inicial entre os Irã amrayré e os não indígenas: “por quanto não é fácil entendê-los expressando se como se expressam por gestos e uma ou outra palavra portuguesa de que destacadamente usam e cujo sentido e força provavelmente não compreendem bem”<sup>73</sup>. À frente do grupo que manteve o contato amistoso com o presídio estava Wanaô, aquele cuja aldeia, conforme vimos, foi atacada pelos Xikrin, em parceria com os Karajá pouco tempo antes da refundação do presídio. A partir de então, o que se viu foi a relação cada vez mais complexa entre os Irã amrayré e os diferentes agentes não indígenas na fronteira, tendo no presídio de Santa Maria do Araguaia um *lôcus* estratégico para a visualização dessas experiências concretas desses diferentes agentes.

Nem a aceitação passiva ou a resistência obstinada como o objetivo de manter a sua cultura e identidade intacta e alheia às influências externas ao seu universo simbólico. O que se viu na verdade, já na fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, foi a capacidade dos Irã amrayré de manejar a fronteira de acordo com os seus próprios interesses e as suas dinâmicas internas. Conforme destacou John Monteiro, ao analisar a atuação das lideranças indígenas enquanto sujeitos capazes de traçar sua própria história no processo colonial, a resistência, em algumas situações, “não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais, mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação”<sup>74</sup>. Dessa forma, os presídios militares e os aldeamentos devem ser vistos para além de um simples espaço de dominação, aculturação e assimilação do indígena ao mundo do “branco”<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> Nesse sentido à afirmação de Francisquinha Laranjeira Carvalho (2008, p. 67) de que o número elevado de militares e armamentos enviados pelo presidente da província para Santa Maria “intimidou e obrigou os índios a aceitarem aquele povoado” precisa ser acrescentada também o fato de que os Irã amrayré tinham objetivos com relação àquele presídio, bem como o impacto das tensões anteriores ao contato na decisão de se achegarem à guarnição daquele presídio.

<sup>73</sup> *Idem*

<sup>74</sup> MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 75

<sup>75</sup> A historiografia voltada para o estudo dos povos indígenas tem demonstrado como os aldeamentos – quer seja na colônia ou durante o período imperial –, enquanto espaços de ressocialização indígena, foram marcados pela agência dos grupos indígenas. Neles, os índios recriavam suas identidades (ALMEIDA, 2013, 2015; MONTEIRO, 2001; SCHWARTZ & SALOMON, 1999), se apropriavam dos elementos da

De uma postura outrora aguerrida e beligerante, esse grupo começou a frequentar aquela guarnição e negociar com sua população. O que motivou a aceitação por parte dos Irã amrayré não foi o desejo de ser igual ao branco, aceitar a religião cristã e sua divindade. A documentação aqui analisada, mesmo não tendo sido produzida pelos *Irã amrayré*, evidencia o modo como estes se relacionavam com as instituições criadas pelo governo da província de Goiás com o objetivo de catequizá-lo, “amansá-lo”. Tal relacionamento quase sempre não estava de acordo com o que as autoridades esperavam. Entretanto, longe de serem reações casuísticas ou fortuitas, as ações desse grupo possuíam uma motivação que deve ser entendida dentro da própria lógica interna do grupo, sua estrutura sociocultural.

Tendo em vista a lógica da predação do outro e a incorporação de sua diferença, esse grupo passou a se relacionar com os “brancos” na mesma perspectiva com a qual tratava os outros grupos indígenas da região, antes mesmos dos missionários, militares e colonos adentrarem seu território, ou seja, predando-os para incorporar seus bens materiais e imateriais ao seu universo de *nêkrêjx*. Ou seja, os estrangeiros foram inseridos nas relações interétnicas pré-existentes<sup>76</sup>. Isso não significa dizer que o contato intercultural com os não indígenas não tenha exercido nenhuma influência entre os Irã amrayré; pelo contrário, a experiência histórica do contato e da relação intercultural operou alterações no seio desse grupo, mas, ao mesmo tempo, abriu-lhes um horizonte de possibilidades, no qual a obtenção de *nêkrêjx* poderia ocorrer não somente através da guerra seguida de butim, mas também com a negociação ou mesmo simplesmente do recebimento de brindes dados pelo missionário do presídio.

#### **4.2 Os Irã amrayré e os brindes: em busca de *nêkrêjx***

No episódio do primeiro contato pacífico dos Irã amrayré com o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, algo chama atenção: a negociação realizada pelo grupo liderado pelo capitão Wanaô e o comandante daquela guarnição militar, José Manoel da Silva Marques. Segundo informou o jornal *O liberal do Pará*:

---

cultura do “homem branco”, dotando-lhes de novos sentidos (HENRIQUE, 2017, 2018). Da mesma forma, tem-se destacando sua dimensão enquanto espaço de negociação, tendo em vista os interesses dos próprios índios (POMPA, 2001; MONTEIRO, 1995).

<sup>76</sup> Situação semelhante é descrita por Maria Regina Celestino de Almeida, ao analisar a relação dos tupinambás e os estrangeiros (não indígenas) durante a conquista do Rio de Janeiro. Segundo demonstrou a autora, “[n]o Rio de Janeiro colonial, os estrangeiros foram inseridos nas relações intertribais já existentes. Os índios buscavam estabelecer com eles relações que pudessem completar ou ultrapassar sua própria identidade, daí a receptividade e abertura ao contato que tanto os surpreendeu e possibilitou a colonização” (ALMEIDA, 2013, p. 56)

A troca de machados e facas deram estes selvagens ao capitão José Manoel da Silva Marques, comandante do presídio de Santa Maria meninos de ambos os sexos, que este oficial adotou como filhos e aos quais está mandando ensinar a ler e escrever, e destinou os rapazes a aprenderem os ofícios de ferreiro e carpinteiro; as raparigas já estão aprendendo a fiar e tecer. Consta-nos que está nas intenções desse distinto oficial, logo que tenha educados estes meninos, mandá-los a suas aldeias para servirem de mestres aos outros.<sup>77</sup>

Após empreenderem ataques ao presídio, os Irã amrayré se aproximaram daquela instituição – que tanto haviam tentado obstar – com o objetivo de realizarem trocas comerciais. Mesmo com dificuldades de comunicação em português, os Irã amrayré conseguiram trocar algumas crianças (meninos e meninas) por ferramentas, como machados e facas. Conforme veremos no tópico seguinte, as crianças permutadas eram raptadas nos ataques realizados contra outros grupos, e não os filhos dos próprios Irã amrayré, como faz parecer a notícia. Mas o aspecto que gostaria de ressaltar nesse tópico é justamente a relação de negociação estabelecida por esse grupo com o presídio de Santa Maria do Araguaia, tendo em vista a obtenção de bens materiais junto ao comandante daquela guarnição. O jornal trouxe informações acerca da destinação dada pelo comandante às crianças adquiridas junto ao capitão Wanaô: todos foram direcionados ao aprendizado da língua portuguesa (ler e escrever), sendo que os meninos foram direcionados para aprenderem os ofícios de ferreiro e carpintaria, ao passo que as meninas o de fiar e tecer. O jornal se cala, no entanto, com relação ao destino dado pelos Irã amrayré aos bens materiais recebidos do comandante. Essa informação, no entanto, está presente nos relatórios da presidência de província, bem como nas comunicações oficiais.

Com a refundação do presídio de Santa Maria do Araguaia e a designação do experiente frei Francisco para aldear os Irã amrayré e os Karajá, esperava-se pôr termo às suas expedições guerreiras naquela região, e fixá-los em aldeamentos, preferencialmente nas proximidades do presídio, às margens do rio Araguaia, para servir como trabalhadores no serviço da navegação, mas também enquanto fornecedores de alimentos para os comerciantes da linha do Araguaia, tal como já faziam os grupos indígenas da linha do rio Tocantins, dos aldeamentos de Pedro Afonso, Teresa Cristina e Boa Vista do Tocantins. Por outro lado, a sedentarização dos Irã amrayré em Santa Maria do Araguaia serviria também para liberar o seu território (os campos férteis) para os criadores de gado. Desse modo, cumprir-se-ia, através do aldeamento dos indígenas, o duplo papel já

---

<sup>77</sup> Viajantes de Goiás. In: *O Liberal do Pará*. Belém do Pará, 28 de março de 1869. Ano I, n. 62, p. 02



destacado por Manuela Carneiro da Cunha: liberar seus territórios para o avanço da frente pastoril e, ao mesmo tempo, deslocar as populações indígenas para os locais onde elas pudessem servir como mão de obra<sup>78</sup>.

No presídio de Santa Maria do Araguaia, os Irã amrayré não só deveriam receber os rudimentos da fé cristã, mas também serem “regenerados pelo trabalho”, conforme propunha o presidente José Martins Pereira de Alencastre, em seu relatório. Referindo-se às missões religiosas e sua importância para a ocupação dos sertões da província e a catequese indígena, ele afirmou:

Esses núcleos populacionais criados nos terrenos hoje desertos, e onde o branco homem civilizado não pode ainda entrar, fazendo aparecer o comércio, a agricultura, e a indústria, conseguirão também regenerar pelo trabalho a raça aborígene tão profundamente corrompida, a qual não conhecendo ambições, nem necessidades, vive entregue aos instintos da pura animalidade<sup>79</sup>

Conforme afirmação de Karasch, a política indigenista no norte de Goiás visava a assimilação dos índios ao mundo do trabalho, na condição de mão de obra<sup>80</sup>. No caso em tela, o trabalho é descrito como uma atividade de reabilitação, capaz de fazer com que os indígenas superem os seus “instintos de pura animalidade”. Nesse sentido, era preciso despertar na “raça aborígene” ambições e necessidades sociais. Para isso, conforme apontado no capítulo anterior, a distribuição de brindes era fundamental, enquanto parte de uma engrenagem na qual deveria culminar com a sedentarização dos índios ao redor do presídio – ou aldeamento – e, com isso, irem aos poucos se confundindo com a população local. Conforme já destacado, o presídio e o aldeamento deveriam ser o ponto de apoio para esse processo de incorporação do índio à sociedade nacional nas fronteiras do Império.

Mas os Irã amrayré tinham outros propósitos para com a relação estabelecida com o presídio de Santa Maria do Araguaia e, em especial, com o missionário capuchinho, frei Francisco: a obtenção de bens materiais. Nesse processo, aos poucos eles foram percebendo que os bens outrora adquiridos através da guerra poderiam ser conseguidos mediante a negociação. Houve, portanto, uma alteração quanto ao método de

---

<sup>78</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX..., 1992, p. 144

<sup>79</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura d'Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da Província, o Exm. sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862, p. 49

<sup>80</sup> KARASCH, M. *Catequese e cativoiro...*, 1992, p. 404

incorporação de *nêkrêjx*, porém o objetivo continuava sendo o mesmo. Nas décadas de 1860 e 1870, os Irã amrayré buscaram aquele presídio principalmente para ali receberem brindes ou negociarem produtos de suas roças, criações, caças e seus espólios de guerra. Terence Turner informa que ali eles iriam negociar as suas caças (caititus) em troca de ferramentas e missangas<sup>81</sup>.

Em 1869, ao referir-se ao presídio de Santa Maria do Araguaia, o presidente Ernesto Augusto Pereira informou que no decorrer daquele ano tinha se “apresentado de paz neste presídio grande número de índios Kayapó que residem a margem esquerda do Araguaia”<sup>82</sup>. O relato do presidente, apesar de não citar nomes, traz a lume o fato de que a ida dos Irã amrayré ao presídio se tratava de uma constante cada vez maior, de modo que houve a necessidade de reforçar aquela guarnição no que diz respeito ao número de missionários, afinal, tratava-se daquele que era considerado o mais importante presídio para a navegação da província.

O aumento das visitas dos Irã amrayré ao presídio de Santa Maria do Araguaia gerou uma preocupação por parte da província de Goiás no que dizia respeito à catequese e civilização indígena, pois frei Francisco não tinha condições de contribuir satisfatoriamente com a catequese daquele grupo, devido ao debilitado estado de saúde. A solução encontrada foi enviar outros missionários para auxiliá-lo na catequese indígena. Em ofício ao Inspetor Geral dos Presídios, de 9 de maio de 1868, o presidente da província informou que havia resolvido transferir o missionário frei Antônio de Ganges do aldeamento de Piabanhas para o presídio de Santa Maria do Araguaia, a fim de que ele pudesse “auxiliar a Frei Francisco do Monte São Vito na catequese dos índios que [estavam] afluindo em grande número para os arredores daquele presídio”<sup>83</sup>, pois em virtude de sua avançada idade e enfermidades, não podia desempenhar “os deveres do seu cargo”<sup>84</sup>.

Com essa reformulação, o aldeamento de Piabanhas passaria para a responsabilidade de frei Rafael de Taggia, diretor do aldeamento de Pedro Afonso,

---

<sup>81</sup> TURNER, Terence. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social..., 1992, p. 314

<sup>82</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da província de Goiás, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província, a 1º de junho de 1869*. Tipografia Provincial: Goiás, 1869, p. 19

<sup>83</sup> Ofício do presidente da província ao Inspetor Geral dos Presídios, em 2 de maio de 1868. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – Correspondência da presidência para os presídios (1864-1872).

<sup>84</sup> *Idem*. Conferir também: MUBAN. Ministério da Guerra. Presídios e Colônias. Presídio de Santa Maria do Araguaia. 2. Pessoal (1860-1889). Caixa 80, vol. 5, parte II.

distante aproximadamente 15 léguas de Piabanhas. A proposta da transferência tinha o parecer favorável do bispo da Diocese, entretanto dependia do aval do governo imperial. No ano seguinte, frei Antônio já se encontrava em Santa Maria do Araguaia em missão juntamente com frei Francisco. Em maio de 1869, frei Savino de Rimini chegou à província de Goiás e logo foi enviado para Santa Maria do Araguaia, para auxiliar na catequese e civilização dos Irã amrayré<sup>85</sup>.

Para o presidente da província, essa era a oportunidade que se esperava para se empreender a catequese e civilização dos Irã amrayré, aproveitando-se do fascínio que eles tinham pelos bens materiais não indígenas. Por essa razão, em 1869, o presidente Augusto Pereira escreveu ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, exortando-o para que continuasse “a entreter relações de amizade com o gentio Kayapó, pois além de cumprir seus deveres presta[va] relevante serviço ao país, que tanto necessita de braços, principalmente nas margens do Araguaia, de cujo comércio depende a prosperidade d’esta Província”<sup>86</sup>. Para Augusto Pereira, assim como outros presidentes da província de Goiás, a catequese e civilização indígena era a principal forma de obtenção de mão de obra para a navegação do rio Araguaia, sobretudo no contexto em que o fim da escravidão negra já se apresentava no horizonte e não havia a expectativa da chegada de colonos europeus à província.

Era somente a catequese indígena que poderia fazer com que a província pudesse obter “milhares de braços para a agricultura, base a riqueza pública, e para outros trabalhos uteis”, dizia o próprio Augusto Pereira, em seu relatório<sup>87</sup>. De igual modo, poder-se-ia também, segundo ele, “ter o completo domínio nos excelentes matos, nas pingues pastagens e nos rios piscosos e navegáveis de cujo uso em outros tempos nos tem privado em parte por meio de suas cruéis atrocidades”<sup>88</sup>. Nesse cenário, não é difícil entender o anseio do presidente da província quanto ao avanço da catequese dos Irã amrayré, valendo-se da “relação de amizade que o gentio Kayapó” mantinha com o presídio de Santa Maria do Araguaia. Mas nessa equação, o presidente não considerou a

---

<sup>85</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da província de Goiás, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província, a 1º de junho de 1869*. Tipografia Provincial: Goiás, 1869, p. 19

<sup>86</sup> Ofício do presidente da província ao comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia, em 8 de fevereiro de 1869. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – Correspondência da presidência para os presídios (1864-1872).

<sup>87</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, à 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 14

<sup>88</sup> *Idem*

capacidade de os indígenas também usarem essa relação a seu favor. Ao fazê-lo, os Irã amrayré impunham limites a política indigenista da província de Goiás.

À já citada afirmação de Pedro Dias Paes Leme (Inspetor Geral dos Presídios), em 1871, de que foi frei Francisco “quem chamou à fala a grande tribo dos Kayapó”, negando assim a agência Irã amrayré, as evidências mostram justamente a sua capacidade ativa e criativa, usando o presídio e manejando as relações com os não indígenas de acordo com seus interesses. Apesar das constantes idas dos Irã amrayré ao presídio, valendo-se da boa relação que tinham com frei Francisco, não era a busca da fé cristã que os motivava a isso, conforme informou o presidente Ernesto Augusto Pereira, em 1870:

Existindo três missionários no presídio de Santa Maria do Araguaia, onde o serviço da catequese tem sido improfícuo porque os índios por horas só ali aparecem quando vão pedir ou consertar ferramentas, como participou-me frei Francisco do Monte S. Vito em ofício de 11 de outubro do ano passado<sup>89</sup>

Ainda no mesmo relatório, a fim de que não possa pairar dúvidas acerca de quais “índios” ele se referia, o presidente informou que se tratava dos Kayapó:

Os índios Kayapó que estão aldeados na margem do Araguaia em frente ao presídio de S. Maria, constantemente vêm ao presídio consertar suas ferramentas, e por essa ocasião recebem de Frei Francisco, que está muito velho e quase cego a instrução que é possível dar-lhes no pouco tempo que ali se demoram.

Assim estava acontecendo a catequese e civilização dos Irã amrayré em Santa Maria: “a instrução que é possível dar-lhes no pouco tempo que ali se demoram”. Perceba que o que motivava a ida dos Irã amrayré ao presídio era a busca ou o conserto de ferramentas. O que tornava improfícuo o serviço da catequese em Santa Maria e, conseqüentemente a aquisição de braços para a agricultura, navegação e outros serviços, não era a avançada idade de frei Francisco, nem tampouco a ausência dos indígenas no presídio, mas o fato de que os Irã amrayré não se aldeavam na missão criada para esse fim e só irem ao local quando lhes era mais conveniente: a aquisição de bens materiais. Assim, o que restava ao missionário era dar-lhes a instrução nessa situação.

---

<sup>89</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, à 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 15. Essa informação foi passada pelo referido presidente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em ofício datado de 09 de novembro de 1869 (Ofício...AHEG. Livro 427, p. 109)

Nesse cenário, em 1869, o presidente resolveu remanejar para a linha do Tocantins os missionários frei Antônio de Ganges e Savino de Rimini. O primeiro voltou para a sua missão de origem, em Piabanhas, tal como ele havia solicitado, alegando que o clima do Araguaia o fazia bastante mal. Frei Savino foi designado para missionar em Boa Vista do Tocantins, entre os Apinajé<sup>90</sup>. Já frei Francisco permaneceu em Santa Maria, “encarregado de *catequisar os índios quando ali aparecessem*”<sup>91</sup>, apesar do pouco tempo que eles permaneciam no presídio. Portanto, o tempo e as condições em que ocorriam a catequese e civilização dos Irã amrayré eram estabelecidos pelos próprios indígenas, de acordo com as suas dinâmicas internas. Podia ocorrer também de o trabalho do missionário ficar ainda mais difícil em virtude da postura de alguns comandantes e praças do presídio, os quais não raramente afugentavam os indígenas. Essa foi uma das várias razões pelas quais o Inspetor Geral dos Presídios, Pedro Dias Paes Lemes, criticou o comandante da guarnição de Santa Maria do Araguaia, informando que ele “diz[ia] publicamente que só quer[ia] estar no presídio até acumular uma quinzena de contos, e tem afugentados os índios que já frequentavam o presídio com assiduidade”<sup>92</sup>.

A relação dos Irã amrayré com o presídio permitiu, por exemplo, que Couto de Magalhães aprendesse um pouco da língua Mebêngôkre e, graças a esse conhecimento, visitasse suas aldeias numa das vezes em que esteve em Santa Maria do Araguaia. Acerca dessa experiência, Couto de Magalhães afirmou: “[e]m uma das vezes em que os gradaús apareceram à margem do Araguaia, eu acompanhei-os sozinho em uma longa excursão, levado pela curiosidade de observar grandes aldeamentos inteiramente selvagens”<sup>93</sup>. Tempos depois, ele convenceu os Irã amrayré a enviarem crianças – as suas crianças e as raptadas em suas guerras – para o colégio Isabel, em Santa Leopoldina<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao governo da província de Goiás, em 16 de agosto de 1870. AHEG. Documentação avulsa. Caixa 195.

<sup>91</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, à 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 15, grifo meu.

<sup>92</sup> Relatório da Inspeção Geral dos Presídios da província de Goiás. 17 de maio de 1871. GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1º de julho de 1871*. Tipografia Provincial: Goiás, 1871, p. 03, anexo. Ferindo ao artigo 6º do Decreto nº 750, de 2 de janeiro de 1851, que regulamentava os presídios militares do Araguaia, o comandante só cuidava de seu negócio, de tal forma que, conforme menciona o Inspetor Geral do Presídio, ele obrigava “as praças doentes a não recolherem para a capital, enquanto não lhe paga aquilo que ele vende por preços fabulosos” (GOIÁS, 1871, p. 03, anexo).

<sup>93</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. XXXVI

<sup>94</sup> TURNER, Terence. *Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social...*, 1992, p. 314

A partir da década de 1870, com a criação do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, eles também passaram a frequentar o alto Araguaia, quase sempre levados pelos vapores pertencentes à empresa de navegação à vapor. Esse foi o caso, por exemplo, do capitão Wanaô. Certa vez, “com uma confiança indiferente do índio”, ele entrou no vapor pertencente à empresa de navegação a vapor do Araguaia, e “viajou três dias admirado daquela máquina de fogo que andava noite e dia sem cansar”<sup>95</sup>. O texto não informa, mas tendo em vista que àquela época o vapor Araguaia já estava realizando viagens entre os portos de Itacaiú, no Mato Grosso, a Santa Maria, em Goiás, pode-se afirmar que o capitão Irã amrayré estava se deslocando para o porto do presídio de Santa Leopoldina e de lá deve ter seguido rumo à capital da província. Prova disso é que no dia 5 de fevereiro de 1869 o capitão “José Unaó” e um companheiro foram até a capital e ali foram obsequiados com “roupas, ferramentas e outros brindes”, saindo satisfeitos daquela cidade<sup>96</sup>.

Três dias depois o presidente da província escreveu ao comandante de Santa Maria do Araguaia para lhe informar acerca da chegada do capitão José Unaó à capital da província, dando conta de todo o tratamento dispensado ao chefe Irã amrayré e seu companheiro. Naquela ocasião, reiterou a importância do estabelecimento de uma boa relação do presídio de Santa Maria do Araguaia com os Irã amrayré, ressaltando a importância destes para a navegação da província<sup>97</sup>. Em relatório daquele ano, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas informou que o “capitão Unaó” tinha sobre a sua obediência “mais de mil arcos”<sup>98</sup>. O Ministro lembrou que a província de Goiás se ressentia da falta de missionários que pudessem atuar na catequese e civilização das “numerosas tribos de índios habituadas às margens dos rios Araguaia e Tocantins, a fim de abraçarem com a religião os hábitos da vida civilizada”<sup>99</sup>. Segundo ele, uma vez

---

<sup>95</sup> Viajantes de Goiás. In: *O Liberal do Pará*. Belém do Pará, 28 de março de 1869. Ano I, n. 62, p. 02

<sup>96</sup> Ofício do presidente da província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 11 de fevereiro de 1869. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 427 – Correspondência da presidência da Província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 100.

<sup>97</sup> Ofício do presidente da província ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 8 de fevereiro de 1869. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 451 – Correspondência da presidência da província com os presídios.

<sup>98</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1870, p. 60

<sup>99</sup> *Idem*. Dos missionários que à época estavam na província, informa o ministro, somente frei Savino de Rimini estava empregado no exercício de suas funções.

alcançado tal intento junto aos índios das margens desses rios, eles poderiam “prestar importantes serviços à navegação a vapor iniciada naqueles rios”<sup>100</sup>.

Em 1871, outro Irã amrayré se deslocou de sua aldeia, nas proximidades de Santa Maria do Araguaia, em direção a capital da província com o objetivo de ali receber brindes. Tratava-se do índio Antônio. Assim informou o presidente Antero Cícero de Assis, em seu relatório de 1871: “Ha pouco veio de Santa Maria o índio Kayapó, de nome Antônio, ao qual mandei prestar alguns brindes, segundo se tem praticado com todos que vêm a esta cidade, e procuram obtê-los”<sup>101</sup>. Como se pode notar, Wanaô, seu companheiro (não identificado) e Antônio não foram os únicos entre os Irã amrayré que se deslocaram de suas aldeias em direção à capital da província em busca de brindes. A afirmação do presidente da província evidencia que essa era uma prática comum entre os Irã amrayré.

Outra preocupação por parte do presidente da província, nessa mesma direção, era a relação dos Irã amrayré com as praças e paisanos de Santa Maria do Araguaia. Buscava-se evitar que ali houvesse algum desentendimento entre ambas as partes, o que poderia levar a uma retomada da violência deste grupo para com a população do presídio. Por essa razão, em 1867, o presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira, em ofício ao comandante de Santa Maria, fez-lhe a seguinte recomendação:

Inteirado de quanto Vm<sup>ce</sup> me participou a respeito dos Índios Kayapó que aí se tem apresentado de par, recomendo-lhe o seguinte: Deve Vm<sup>ce</sup> empregar todos os meios ao seu alcance para manter a paz e boa harmonia com os mesmos índios; e como eles de ordinário são muito desconfiados, procure Vm<sup>ce</sup> evitar que entretenham muitas relações com as praças e pessoas de baixa educação, afim de que não tenha motivos de queixas contra nós, antes se convençam de que os estimamos, o que Vm<sup>ce</sup> procurará mostrar-lhes por fatos; devendo ao mesmo tempo estar sempre acutelado para não serem vítimas de qualquer agressão da parte deles<sup>102</sup>

Aqui mais uma vez fica claro o fluxo constante dos Irã amrayré de suas aldeias para o espaço do presídio. Portanto, o comandante informou ao presidente que os Irã amrayré frequentavam aquele espaço, em pares, apesar de sua desconfiança com relação aos não indígenas. Estes, por sua vez, segundo orientou o presidente, deveriam tratá-los de modo

---

<sup>100</sup> *Idem*

<sup>101</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1871*. Goiás. Tipografia Provincial, 1871, p. 12

<sup>102</sup> Ofício do presidente da província ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 21 de maio de 1867. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – Correspondência da presidência para os presídios (1864-1872).

a “manter a paz e boa harmonia com os mesmos índios”, porém deviam se manter acautelados para com a possibilidade de a qualquer momento sofrerem alguma agressão por parte dos indígenas. Para que isso não ocorresse, a orientação era clara: evitar que os índios tivessem contatos com as praças e as “pessoas de baixa educação” daquele presídio<sup>103</sup>, e demonstrar, com atitudes, que eles eram estimados pelos não indígenas.

O fato dos Irã amrayré não se aldearem nas proximidades do presídio, e de somente o visitarem quando lhes conviessem, acabou inviabilizando a intenção da província de educar os índios no próprio presídio, na escola que ali foi criada para esse fim, em 11 de agosto de 1875<sup>104</sup>. A instituição teve vida curta em Santa Maria do Araguaia. No dia 24 de julho de 1879, em ofício endereçado ao encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, o presidente Aristides de Souza Spínola acusou o recebimento de um ofício endereçado por aquela repartição no qual propunha a extinção da escola existente em Santa Maria do Araguaia e Xambioá, uma vez que “além de não serem frequentadas convenientemente não se tem elas prestado ao fim para que foram criadas, educação de indígenas, por isso que nenhum educando desses nas mesmas existe”<sup>105</sup>.

Assim, frente a já combatida situação dos cofres da província, colocados à prova em virtude da forte demanda por bens materiais por parte dos grupos indígenas do norte da província, não podia admitir a continuidade de um gasto que “nenhuma vantagem ou

---

<sup>103</sup> Possivelmente o presidente estava se referindo à presença de condenados da justiça entre os moradores de Santa Maria do Araguaia, haja visto que muitas vezes era ali que eles iriam pagar as suas penas, na condição de colonos. Em 1883, o missionário dominicano, Frei Michel Laurent Berthet, realizou uma viagem ao vale do Araguaia, tendo conhecido alguns presídios e missões religiosas e acerca das guarnições militares do Araguaia, ele afirmou: “Estas colônias, que poderiam ser tão úteis à catequese, tornam-se o mais das vezes um obstáculo. A imoralidade se implanta com os soldados e os prisioneiros. E, longe de ser uma ajuda, estes oficiais comprometem a ação dos missionários, provocando os índios a rixas e à dissolução” (BERTHET, 1982 [1883], p. 140). Tempos depois, outro missionário dominicano, frei Estevão Gallais, buscou diferenciar a população e a missão dominicana de Conceição do Araguaia daquela dos presídios militares de Goiás, no século XIX, dizendo: “Nos Presídios funcionários longe de toda fiscalização e soldados sem disciplina, levavam frequentemente uma vida dissoluta e davam o exemplo de todas as desordens” (GALLAIS, 1903, p. 40). O referido missionário ainda apresentou a população que migrou para as margens do rio Araguaia, nas proximidades dos presídios que ali foram fundados no século XIX: “Ao redor dos Presídios que o governo havia espalhado ao longo do rio tinham vindo agrupar-se aventureiros, mulheres de má vida, negociantes viciados, espuma sem consistência sobre a qual não se podia fazer alicerce para o futuro” (GALLAIS, 1903, p. 21)

<sup>104</sup> Relatório da Diretoria Geral dos índios de Goiás. 15 de maio de 1876. In: GOIÁS, Governo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente a província, em 1º de junho de 1876. Tipografia Provincial: Goiás, 1876, p. 01, anexo. Em ofício de 10 de janeiro de 1876, ao Inspetor Geral da Instrução Pública da província, o presidente Cícero de Assis lhe informou, na verdade que o colégio de Santa Maria do Araguaia foi criado em 10 de janeiro de 1876 (Ofício...AHEG. Documento Avulso. Caixa 254)

<sup>105</sup> Ofício do presidente da província, Aristides de Souza Spínola, ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 24 de julho de 1879. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - Correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885)



interesse result[asse] ao mesmo”. Nesse cenário, a ausência dos grupos indígenas nas escolas criadas nos aldeamentos era mais um gasto desnecessário e, assim, nesse contexto foi que o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia sugeriu ao presidente da província a extinção da escola existente em Santa Maria do Araguaia.

À época, conforme veremos no capítulo seguinte, os Irã amrayré já frequentavam o colégio Isabel. Sendo assim, a ausência dos indígenas no colégio de Santa Maria do Araguaia, mas não do presídio, leva-nos a pensar que para os grupos indígenas parecia estar muito clara a função e os objetivos com relação às duas instituições criadas na fronteira – o presídio e o colégio Isabel. Do presídio eles esperavam obter bens materiais, como ferramentas, armas e munições, mas também fazer reparos àquelas que já possuíam. Ali eles também iam para negociarem os produtos de suas roças, caçadas e, conforme veremos adiante, as crianças aprisionadas em suas guerras.

À medida que a relação ia se consolidando e os grupos indígenas do vale do Araguaia iam decifrando esse novo mundo da fronteira e aprendendo a se movimentar nele, a demanda por bens materiais não só aumentavam, como também ficava mais direcionada aos itens que eles mais apreciavam. Esse processo de escolha por parte dos indígenas era reputado pelas autoridades da província como um reflexo positivo da catequese e civilização indígena: “os índios estão já mais civilizados e mostram amor ao trabalho, pois hoje não apreciam muito as missangas e outras miudezas, pedem enxadas, machados, fources, espingardas e anzóis”, afirmou o presidente Augusto Pereira, em 1870<sup>106</sup>. Em 25 de abril de 1876, o encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, José da Costa Xavier Barros, também manifestou o seu contentamento para com a catequese indígena no vale do Araguaia, destacando o fato de que os índios das margens daquele rio iam com muita frequência à sede daquela repartição, em Leopoldina, em busca de “brindes e objetos para as suas lavouras”. Segundo ele informou, “o desenvolvimento da catechese e civilização dos índios no vale deste rio [era] animador, pois vai sensivelmente mostrando o seu progresso desde o ano passado”<sup>107</sup>. Dentre os fatores que, segundo ele, corroboravam com a sua afirmação, estavam:

---

<sup>106</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, à 1º de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 16

<sup>107</sup> Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1876*. Goiás. Tipografia Provincial, 1876, p. 02, anexo.

[as] repetidas vindas de índios das aldeias em procura de brindes e ferramentas para as suas lavouras, índios estes que a bem pouco repugnaram relações de amizade a que hoje só procuram entretê-las conosco, desprezando os de suas tribos ainda indomáveis. Estas tribos que acabo de mencionar, *são as dos Kayapó e Karajá, em número muito considerável*<sup>108</sup>.

Tanto no caso citado por Augusto Pereira, em 1870, quanto neste aqui, podemos perceber que, de fato, havia um verdadeiro fascínio por parte dos Irã amrayré pelos brindes, no entanto a leitura indígena desse processo – evidenciada em suas ações – era bem diferente do que afirmavam as autoridades provinciais: quando inseridos no mundo indígena, esses bens industrializados eram incorporados a uma lógica sociocultural indígena preexistente, que buscava dar sentido e uso a esses bens materiais. Catherine Howard, ao analisar a relação dos Waiwai com as mercadorias dos brancos no século XX, chamou atenção para o fato de que, nessa relação, eles (os Waiwai) “usaram a linguagem ritual das trocas como instrumento para domesticar esses visitantes ‘selvagens’ e enigmáticos, e ao mesmo tempo para capturar algo de seus poderes exóticos e ameaçadores”<sup>109</sup>.

A introdução de mercadorias no seio daquela sociedade indígena, conforme lembra a autora, foi agenciada e manipulada segundo o seu tradicional modelo de prestações e contraprestações, de modo que, apesar de ter operado algumas mudanças no seio do grupo, estas foram mediadas pelas “formas sociais e princípios culturais autóctones”<sup>110</sup>. Howard se posicionou criticamente em relação a uma perspectiva antropológica segundo a qual a introdução de mercadorias no mundo indígena marcava uma espécie de contaminação do grupo e, conseqüentemente, perda da identidade, da cultura. Os nativos aparecem nessa narrativa enquanto vítimas ingênuas, passivas diante dos poderes das mercadorias do mundo ocidental. Nessa perspectiva teórica, a presença desses elementos era tida como indício da inautenticidade ou da perda da integridade do grupo indígena.

Aqui vale recuperar a afirmação de Mintz, para quem “pessoas em posições diferentes podem concebivelmente fazer a mesma coisa, pretendendo coisas bem diferentes ao fazê-la, e provocar conseqüências bem diferentes através de seus atos similares”<sup>111</sup>. Os estudos antropológicos têm demonstrado cada vez mais a capacidade

---

<sup>108</sup> *Idem*, grifo meu

<sup>109</sup> HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In. ALBERT, B; RAMOS, Alcida R. Pacificando o branco: cosmologias do contato Norte-Amazônico. Ed. UNESP: Imprensa Oficial de São Paulo: São Paulo, 2002, p. 25

<sup>110</sup> *Idem*, p. 27

<sup>111</sup> MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica..., 2010, p. 234

das sociedades indígenas de interpretarem e redimensionarem as relações interétnica no contexto do contato colonial, tendo em vista os seus próprios interesses. Nesse processo, nota-se também como as sociedades indígenas e suas culturas passam por transformações. Vale citar aqui, por exemplo, o estudo de Bruce Albert sobre a incorporação dos bens materiais entre os Yanomami e suas implicações na “teoria política dos poderes patogênicos, à qual subordinam a identificação dos brancos e dos objetos manufaturados”<sup>112</sup>. Segundo o autor, nos últimos 150 anos de contato com os brancos, a concepção etiológica dos Yanomami ia se alterando em vista dos seguintes aspectos: a dinâmica cognitiva do grupo, sua contextualidade histórica e sua estratégia cultural<sup>113</sup>. Para não se alongar nos exemplos, lembro aqui também os trabalhos de Robin Wright acerca dos movimentos milenaristas no noroeste amazônico e a formulação de processo de resistência às condições políticas e econômicas impostas pelos povos e instituições não-nativas<sup>114</sup>.

A busca por manufaturados de origem não indígena por parte dos Irã amrayré não era uma prerrogativa somente desse grupo. Stephen Hugh-Jones demonstrou algo semelhante entre os Tukano do rio Pirá-Paraná, na região colombiana do Vaupés. O autor ressalta que essa era uma característica comum entre os povos das terras baixas sul-americanas. Em seu trabalho, o autor rastreou a aquisição, distribuição e consumo dos bens manufaturados entre os Tukano, seguindo os rastros desses produtos desde o momento em que eles eram obtidos junto aos missionários e negociantes, em troca de mão de obra e produtos agrícolas indígenas. Em seguida, esses mesmos bens circulavam mediante uma rede de troca e eram utilizados das mais diversas maneiras<sup>115</sup>. Assim como Howard, Hugh-Jones nega a compreensão segundo a qual a presença dos bens manufaturados no seio das sociedades indígenas representaria necessariamente um esvaziamento da “cultura” indígena.

---

<sup>112</sup> ALBERT, B. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico/89*. Departamento de Antropologia da ICH/UNB. Edições Tempo Brasileiro Ltda: Brasília, 1992, p. 153

<sup>113</sup> *Idem*, p. 181

<sup>114</sup> WRIGHT, Robin R. “Uma conspiração contra os civilizados”: história, política e ideologias dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano do Noroeste da Amazônia. *Anuário Antropológico/89*. Departamento de Antropologia da ICH/UNB. Edições Tempo Brasileiro Ltda: Brasília, 1992. Para outras reflexões deste autor, ver também reflexões contidas na obra: WRIGHT, Robin R. *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro...*, 2005.

<sup>115</sup> HUGH-JONES, Stephen. Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In: HUMPHREY, Caroline; HUGH-JONES, Stephen (org.). *Barter, exchange and value: an anthropological approach*. Cambridge University Press, 1992, p. 42-74

Entre os Mebêngôkre, as etnografias contemporâneas mostram justamente o desejo desse grupo pelos bens materiais ocidentais, os quais são denominados de *nêkrêjx*. Vanessa Lea relata que no início de sua estada entre os Mêtÿktire eles falavam “dia e noite sobre *nekretx*, referindo-se aos bens industrializados”<sup>116</sup>. Aos poucos, segundo informa, ela foi se desvencilhando da visão pós-1968 de que os grupos indígenas eram sociedades que viviam em sintonia com a natureza, em contraposição ao mundo moderno e suas mazelas sociais, e percebeu que na verdade havia uma forte relação entre a riqueza Mebêngôkre (os *nekretx*) e o seu sistema onomástico<sup>117</sup>. Cesar Gordon, em sua etnografia sobre os Xikrin, demonstrou como o atual consumismo dos produtos da sociedade regional não representava necessariamente uma ruptura com a sua cultura, mas, pelo contrário, guardava uma estreita relação com a lógica de predação e os mecanismos de reprodução social Mebêngôkre. O autor lembra que, na atualidade, “a infra-estrutura da aldeia, as atividades de produção e o ‘estilo’ de vida Xikrin são marcados pela grande demanda de produtos industrializados e serviços, exigindo, portanto, intenso relacionamento com os mercados locais urbanos e crescente monetarização”<sup>118</sup>.

No caso dos Irã amrayré, conforme veremos no tópico seguinte, a incorporação das armas de fogo e munições foram fundamentais na guerra que eles realizavam contra seus inimigos, os Gorotire. Já as ferramentas agrícolas, uma vez fazendo parte do mundo produtivo dos Irã amrayré, não operou a sua subjugação a um regime de trabalho nos moldes pretendidos pela política indigenista, isto é, uma produção para o consumo do grupo e geração de excedentes que servisse aos comerciantes que navegavam o rio Araguaia. De todo modo, os registros documentais mostram que, de fato, havia um consumismo Irã amrayré com relação aos produtos manufaturados utilizados pelos agentes da política indigenista para a captação da sua confiança, num primeiro momento, e em seguida, a geração de necessidades sociais. O próximo passo seria levá-los a trabalharem para que pudessem obter esses bens que eles tanto queriam.

Mas a aliança dos Irã amrayré com os não indígenas do presídio de Santa Maria do Araguaia não era eterna e, assim, na segunda metade da década de 1870, a relação entre eles mudou drasticamente, de modo que os indígenas retomaram suas expedições contra as fazendas de gado das proximidades do presídio, queimando paióis nas roças e matando

---

<sup>116</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012, p. 40

<sup>117</sup> *Idem*, p. 40-1

<sup>118</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 50

gado. Nesse período, segundo o relato de Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, major de engenheiros, a ameaça de ataques por parte dos Irã amrayré, somada à crise da empresa de navegação a vapor do Araguaia, resultou na decadência daquele presídio. Quando foi visitado por Moraes Jardim, Santa Maria do Araguaia contava com “trinta e três sítios e seis engenhos de cana, tendo alguns aparelhos de destilação”<sup>119</sup>. Possuía ainda uma igreja, quinze casas de telhas, 42 de palhas e uma escola<sup>120</sup>.

Nesse período, devido as desavenças com os colonos, os Irã amrayré se retiraram das margens do rio Araguaia e foram para o centro, o sertão. Ali eles foram atacados por uma bandeira organizada pelos colonos das proximidades do presídio. A situação se deteriorou a tal ponto que o presidente Aristides de Souza Spínola, à época, descreveu aquele presídio como “o teatro das mais encarniçadas lutas contra os índios”<sup>121</sup>. Em outubro de 1879, Aristides de Souza Spínola visitou o presídio e tentou mudar essa situação, dando ordens ao então comandante daquela guarnição, João Detsi, que não consentisse que os colonos atacassem os índios. Naquela ocasião, Spínola visitou um acampamento dos Irã amrayré que se localizava na margem esquerda do Araguaia, buscando restabelecer a relação de amizade entre aquele grupo e a população do presídio. Nesse encontro, segundo o comandante João Detsi, o presidente os brindou e falou-lhes amigavelmente e sem rancor. O grupo era capitaneado pelo chefe Bepkety. Como resultado, eles se animaram e “foram noticiar aos chefes de 5 aldeias, situadas nas fraldas da serra fronteira”<sup>122</sup>.

No ano seguinte, para a satisfação do presidente, que reputava para si tal feito, os Irã amrayré já estavam novamente aldeados às margens do rio Araguaia. Em seu relatório, o presidente afirmou:

Procurei restabelecer as relações [entre os índios e os colonos], e para consegui-lo não só estive entre os selvagens, como dei as precisas instruções ao comandante do presídio, major João Detsi. Consegui o

---

<sup>119</sup> JARDIM, J. R. M. *O Rio Araguaia*: relatório de sua exploração pelo Major d’Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação, pelo Tenente Coronel d’Engenheiros Jeronimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente de Goiás. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1880, p. 30

<sup>120</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. sr. dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Goiás. Tipografia Provincial, 1880, p. 32

<sup>121</sup> *Idem*, p. 33

<sup>122</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. sr. dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Goiás. Tipografia Provincial, 1880, p. 33

meu intento; e hoje as aldeias do centro têm-se abalado para a margem do rio, onde, segundo comunicou-me o major Detsi, já deverão eles ter feito suas roças, convencidos de que não serão incomodados pelos cristãos<sup>123</sup>.

Se o presidente advogava para si a prerrogativa de ter posto fim as tensões entre os Irã amrayré e os colonos dos campos vizinhos ao presídio de Santa Maria do Araguaia, chamando-os para as margens do rio, ao analisarmos a correspondência do Major Detsi ao presidente Souza Spínola, fica evidente, no entanto, que a escolha pela construção das aldeias nas proximidades do rio Araguaia partiu dos próprios Irã amrayré, e o que pesou nessa decisão foi justamente o conflito com os colonos. A carta foi reproduzida no relatório da presidência da província, de março de 1880. Poucos dias depois do chefe Bepkety ir até as aldeias localizadas nas fraldas da serra dos Gradaús, o grupo retornou à margem do rio e ali gritou chamando ao capitão do presídio. Segue o relato descrito por João Detsi em sua carta ao presidente:

No dia 17 [de outubro de 1879] ouvi gritos na margem esquerda, e muitos Kayapó pediram passagem; sem demora mandei 2 canoas e os fiz conduzir a este lado; logo que chegaram perguntaram por V. Ex.; respondi-lhes que V. Ex. tinha regressado para a Capital, e que eu era encarregado de tratar com eles; os chefes ficaram contentes: seus nomes são – Bepkety, Tacacare, Wakit, Pahy e Mot-a-jara. Tendo permutado tudo que traziam na minha vista e vigilância, me brindaram com algumas flechas, arcos, paus bordados e uma pedra com que ornaram os beijos; eu os brindei generosamente e mandei-os alojar numa casa vazia do quartel<sup>124</sup>

Após alguns anos de conflito entre os Irã amrayré e os colonos de Santa Maria do Araguaia, cinco guerreiros adentravam novamente aquele presídio e ali negociavam, trocando suas armas e ornamentos por brindes. A exemplo das trocas realizadas pelos índios e portugueses nos primórdios da colonização, tão bem analisadas por John Monteiro, essa transcendia a dimensão puramente econômica<sup>125</sup>. Ela precisa ser compreendida no contexto da estratégia dos guerreiros Irã amrayré de reconstrução de aliança com os não indígenas. No dia 18 os capitães Tacacare e Wakit foram buscar suas mulheres no acampamento provisório, na margem esquerda do rio Araguaia, chegando

---

<sup>123</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da província, no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia da Tribuna Livre: Goiás, 1880, p. 19

<sup>124</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. sr. dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Goiás. Tipografia Provincial, 1880, p. 33

<sup>125</sup> MONTEIRO, John M. *Negros da terra...*, 1995, p. 32

no dia seguinte, com suas esposas e filhinhas. O comandante informou que as recebeu bem e as brindou com “uma saia vermelha, [...] contas e rosários”. No tempo em que ficaram no presídio, Tacacare foi o porta-voz do grupo, tendo em vista que era o único que falava “alguma coisa o idioma português”<sup>126</sup>. Este fato, de certo modo, faz-nos pensar que Tacacare mantinha (ou manteve) alguma relação de contato e convivência, mesmo que esporádica, com os não indígenas do presídio. No diálogo com João Detsi, Tacacare relatou a experiência do grupo com os colonos, os quais organizaram expedições para atacá-los em suas aldeias. Diz o relato:

Disse-me que seis aldeias situadas nas fraldas da serra fronteira pediam paz e amizade, e desejavam se aproximar de nós; porém, tinham medo dos Cristãos, que sempre os perseguem com bandeiras, matando suas mulheres e filhos; apresentou-me o pé e vi uma cicatriz profunda, dizendo-me que, estando eles, além do Ribeirão Piranhas, 5 léguas abaixo do Presídio, sossegados em suas casas, apareceu grande porção de Cristãos, armados de *macauás* (espingardas) fazendo fogo; os homens puderam escapar com alguns ferimentos, e das mulheres mataram 10 e 2 meninos<sup>127</sup>

O relato de Tacacare nos mostra o quão frágil era a obediência das deliberações das autoridades provinciais no sertão. Se a opção e o direcionamento da província eram pela catequese indígena para a obtenção de mão de obra, os colonos – notadamente os criadores de gado – viam os Irã amrayré como empecilhos à expansão de suas fazendas. Estes, por sua vez, cientes das limitações de seus armamentos frente às armas de fogo usadas nas bandeiras, avaliaram que era mais proveitoso se aldearem nas proximidades do presídio e garantir a proteção que o presídio poderia lhes proporcionar, mas principalmente os bens que adquirir. Portanto, assim como foi no início da década de 1860, em que o capitão Wanaô se aproximou do recém-fundado presídio de Santa Maria do Araguaia, fugindo aos Gorotire, mas também buscando os recursos que os *kubẽ* poderiam fornecer-lhe – em especial, armas de fogo – agora eram os “cristãos” que estavam atacando os Irã amrayré, levando-os a procurar o presídio em busca de segurança.

Muitas vezes uma epidemia poderia levar um grupo a estabelecer contato e se aldear nas proximidades de uma determinada missão religiosa. Tal situação foi vivenciada pelos Munduruku, no século XIX. Em 1856, conforme menciona Henrique (2018), eles foram afetados por uma “peste” que assolou suas aldeias e, por essa razão, buscaram se aldear

---

<sup>126</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. sr. dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Goiás. Tipografia Provincial, 1880, p. 34

<sup>127</sup> *Idem*, p. 34, grifo do autor

em busca de roupas e provisões<sup>128</sup>. Ainda segundo o autor, outras vezes um determinado grupo indígena buscava se aldear a fim de fugir de alguma etnia inimiga mais poderosa. Este foi o caso dos índios Pariqui, os quais buscaram o aldeamento após se sentirem acoçados pelos seus inimigos e, por esse motivo, buscando atrair “as atenções bélicas das autoridades da província” contra esse grupo<sup>129</sup>. Nessas duas situações, assim como foi com os Irã amrayré – tanto na construção de aliança durante a instalação do presídio e no caso em tela – o que motivava os indígenas a procurarem esses espaços (presídios e/ou aldeamentos) eram as dinâmicas internas do próprio grupo, e não, como bem menciona Henrique, “o desejo de tornarem-se cristãos e trabalhadores produtivos para a província”<sup>130</sup>. Nota-se aqui, a partir da premissa de S. Mintz, que os usos e sentidos dados pelos Irã amrayré ao presídio de Santa Maria do Araguaia, bem como aos brindes que lhes eram dados, diferiam dos interesses das autoridades da província de Goiás.

Voltando aos Irã amrayré e sua visita a Santa Maria do Araguaia, convém mencionar que antes de se retirarem para as suas aldeias a comitiva solicitou “ferramenta para lavoura, gado bovino e suíno e algumas éguas para criar” e informou de suas intenções de se aldearem na margem esquerda do rio Araguaia, à salvo das enchentes, e onde havia matas para a lavoura e campos para a criação de gado<sup>131</sup>. No dia 3 de março de 1880, em atenção ao pedido dos Irã amrayré, o presidente da província encaminhou um ofício ao encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, solicitando que este enviasse

pelo vapor que tem de partir do porto de Leopoldina em 20 do corrente, ao Major João Detis [sic], Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia alguns brindes, principalmente ferramentas próprias pra lavoura, destinadas aos índios da tribo Kayapó aldeados em frente aquele presídio<sup>132</sup>

No dia 6 daquele mesmo mês, o presidente orientou ao comandante de São Maria do Araguaia que, em observação ao que previa o §7 do artigo 4 do Regulamento n° 750

---

<sup>128</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal...*, 2018, p. 91-2

<sup>129</sup> *Idem*, p. 92

<sup>130</sup> *Idem*, p. 91

<sup>131</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. sr. dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1° de março de 1880*. Goiás. Tipografia Provincial, 1880, p. 34

<sup>132</sup> Ofício da presidência da província ao encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 3 de março de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - Correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885).



de 25 de janeiro de 1851<sup>133</sup>, lhe informasse “a respeito das ofensas praticadas contra os Kayapó desse lugar como contra outros selvagens das margens do Araguaia”<sup>134</sup>. Nesse mesmo dia, o presidente lhe saber ainda que havia expedido ordem ao encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia para que colocasse à sua disposição “alguns brindes destinados aos Índios da tribo Kayapó, aldeados defronte a esse presídio, principalmente objetos de lavoura”<sup>135</sup>.

Em sua orientação, o presidente instruiu ao comandante Detsi para que ele não abdicasse de “empregar todos os esforços para chamar esses índios à vida civilizada, garantindo-lhes segurança, auxílio e proteção”<sup>136</sup>, além de proporcionar todos os meios possíveis para que eles pudessem fazer as suas roças “perto das margens do Araguaia, e [pudessem] entreter relações com o presídio e com as pessoas que navega[va]m pelo rio”<sup>137</sup>. Para o presidente da província, uma vez restabelecida a relação com os Irã amrayré, que buscavam proteção e ferramentas para o trabalho agrícola, era preciso garantir esse estado de coisas, mas também utilizá-los enquanto trabalhadores na produção de víveres para os comerciantes/navegadores. Mas, segundo sugere a documentação, os Irã amrayré buscavam ter acesso aos meios para a sua proteção, como por exemplo, a obtenção de armas de fogo (espingardas). E eles conseguiram, pois entre os brindes que o presidente havia lhes enviado estavam alguns “machados e espingardas”<sup>138</sup>.

Como se pode perceber a partir do pedido de Tacacare ao comandante João Detsi, a demanda por bens materiais por parte dos Irã amrayré aos não indígenas não se restringia somente a ferramentas. A partir do contato com o presídio, os Irã amrayré também adquiriram animais para criar e comercializar com aquela guarnição militar. Nesse caso, me refiro à criação de porcos, animais que eles recebiam junto ao comandante

---

<sup>133</sup> O texto do §7 do artigo 4º do Regulamento dos presídios (Decreto nº 750, de 25 de janeiro de 1851), que trata dos deveres dos comandantes dos presídios militares do vale do Araguaia, definia aos comandantes o seguinte dever: “Dar parte ao Governo da Província de qualquer ofensa que tenha sido feita aos índios por parte dos negociantes, ou das tripulações de seus barcos, com informações circunstanciadas que habilitem o Governo a proceder como for conveniente” (BRASIL, 1852, p. 02-3)

<sup>134</sup> Ofício da presidência da província ao encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 6 de março de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - Correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885).

<sup>135</sup> Ofício da presidência da província ao Comandante do presídio de Santa Maria, em 6 de março de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 662 – correspondência da presidência da Província para a Inspeção Geral dos Presídios (1877-1884), p. 15 v

<sup>136</sup> *Idem*

<sup>137</sup> *Idem*

<sup>138</sup> *Idem*, p. 20

do presídio. Na década de 1870, a aldeia de Wanaô era uma das que criavam porcos. Em 1875, o roubo desses animais por parte dos Gorotire acabou motivando a realização de uma campanha militar de Wanaô contra os raptores, apesar dos esforços do comandante o presídio de Santa Maria do Araguaia para demovê-lo de seu intento. Este episódio será tratado, com detalhes, no tópico seguinte, tendo em vista a sua representatividade para pensarmos a respeito da guerra Mebêngôkre em contexto de contato com os não indígenas.

Quanto desceu o rio Araguaia e visitou as aldeias dos Karajá, no final do século XIX, o explorador e etnógrafo alemão Paul Ehrenreich notou que os grupos indígenas do rio Araguaia há tempos haviam trocado os utensílios de barro pelos de ferro e, com relação à criação de animais domésticos, ele informou: “dos animais domésticos importados já estão bem difundidos entre esses índios os cães e os gatos. Falta, porém, o porco, que, em compensação, é criado e negociado com predileção pelas tribos Kayapó”<sup>139</sup>. Segundo Coudreau, a incorporação desses animais pelos “Kayapó” se devia à relação que eles estabeleceram com o presídio de Santa Maria do Araguaia, tornando-se criadores<sup>140</sup>. O autor narrou um episódio, ocorrido em 1878, no presídio de Santa Maria do Araguaia, no qual o capitão daquela guarnição, major Cyriaco José do Azevedo, deu aos Irã amrayré um casal de porcos para que eles pudessem cria-los. Não demorou muito e a criação deu os seus resultados, conforme relatou o explorador francês: “o coronel Fontoura, um dos sucessores do major Azevedo e o último comandante do Presídio de Santa Maria, foi visitado, em 1892, pelos Kayapó, que levaram consigo uma dúzia de porcos, que eles trocaram por ferramentas e outras mercadorias civilizadas”<sup>141</sup>. Um fato que chamou a atenção de Coudreau foi que os indígenas deram nomes aos seus porcos, assim como fizeram com os cachorros que criavam. Cinco anos mais tarde, em 1897, o rebanho dos porcos já não existia mais, pois quase todos haviam sido consumidos pelos próprios Irã amrayré, restando somente um animal na “aldeia pequena” e não mais que dois ou três na aldeia de João Gongry, capitão de uma das aldeias da bacia do rio Pau d’Arco, que estava em contato com os criadores de gado de Barreira de Santana, no sul do Pará<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil..., 1948, p. 37, grifo meu

<sup>140</sup> CONDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 138, tradução nossa

<sup>141</sup> *Idem*

<sup>142</sup> *Idem*

Coincidência ou não, a criação de porcos dos Irã amrayré foi extinta no mesmo momento em que os criadores de gado de Boa Vista do Tocantins e Pedro Afonso passaram os seus rebanhos para a margem esquerda do rio Araguaia, no território Irã amrayré. É possível que isso (a extinção do rebanho de porcos) tenha ocorrido pelo fato de que com a formação de um núcleo de povoamento em seu território, composto majoritariamente por criadores de gado, os indígenas tenham optado por acabar com a sua criação tendo em vista a possibilidade de carne de gado bovino com os criadores das fazendas de Barreira de Santana. De acordo com o relato de Coudreau, o estabelecimento dos criadores de Boa Vista nos campos dos Irã amrayré ocorreu ao custo de que os criadores obsequiassem os Irã amrayré com “um touro e uma dúzia de vacas ou novilhas”<sup>143</sup>.

### 4.3 Guerras, porcos e espingardas

No mês de outubro do ano de 1875, o capitão Wanaô organizou uma expedição guerreira para marchar, sertão a dentro, rumo ao rio Xingu, à procura dos Gorotire. Estes haviam atacado a sua aldeia e raptado alguns porcos que lhes haviam sido dados pelo comandante do presídio de Santa Maria. De acordo com o presidente Antero Cícero de Assis, além do furto, Wanaô e seus liderados eram motivados por “antigas rixas”, razão pela qual eles não acataram os pedidos do comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, Major Pedro Dias Paes Leme, e do diretor do aldeamento de São José do Araguaia para que não saísse “a bater” os Gorotire<sup>144</sup>. Em seu relatório, o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, salientou a força dessa “antiga rixa” entre Wanaô, seus guerreiros e os Gorotire, dizendo: “sendo certo que só uma rixa antiga, como a dessas duas tribos, é que desprezam conselhos pela sede de vingança, que nutrem entre si e é própria de suas índoles guerreiras”<sup>145</sup>.

Dentre as funções do comandante do presídio, conforme consta no artigo 4º do Regulamento de 1851, estava a de não tomar parte nos conflitos indígenas, mas de mediar e suprimir essas tensões. Wanaô, porém, não se deixou convencer pelo comandante e

---

<sup>143</sup> *Idem*

<sup>144</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo exm. sr. dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1876*. Goiás. Tipografia Provincial, 1876, p. 31-2

<sup>145</sup> Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. sr. dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1876*. Goiás. Tipografia Provincial, 1876, p. 01, anexo.

seguiu numa expedição que contava com mais de cem homens e trinta mulheres. O que se seguiu depois disso foi registrado pelo presidente Antero Cícero de Assis do seguinte modo: “vinte dias depois voltou Wanaô somente com 8 dos 130 companheiros, dizendo que vencido pelos Gorotires, haviam ficado o mais, uns mortos e outros prisioneiros”<sup>146</sup>. Ao que parece, o conflito ocorreu ainda em território Irã amrayré, nos campos do Araguaia, pois na batalha, além de fazerem prisioneiros, os Gorotire também “tomaram uma pequena roça que estes possuíam e de que se alimentavam”<sup>147</sup>. Como consequência dessa malfadada expedição, a aldeia de Wanaô, que antes da expedição somava “trezentas e tantas almas, perdeu trinta mulheres e noventa e um homens, restando só 20 homens”<sup>148</sup> e uma situação de extrema penúria<sup>149</sup>. Essa não era a primeira expedição realizada por Wanaô contra os Gorotire, conforme afirmou José da Costa Xavier de Barros, o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Segundo ele, referindo-se a Wanaô, “[...] este cacique, insaciável como é pela sede de vingança, que tem nos seus adversários, vive sempre em correrias contra os mesmos”<sup>150</sup>.

As expedições guerreiras de Wanaô contra seus adversários representavam um problema às pretensões da província de realizar a catequese e civilização dos grupos indígenas do vale do rio Araguaia. No final do século XIX, o missionário dominicano frei Gil Vilanova encontrou um caminho medindo aproximadamente 8 metros de largura, na região do ribeirão das Arraias, um dos afluentes da margem esquerda do rio Araguaia. Segundo informou H. Coudreau, este caminho foi construído por Wanaô – “Manaó, o chefe da aldeia em frente a Santa Maria” –, o qual, segundo ele, “queria, por essa via, garantir a dominação dos Kayapó sobre os Gorotire”<sup>151</sup>.

O encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia receava, inclusive, que os outros grupos indígenas da região pudessem pensar que Wanaô estivesse sendo auxiliado pelo presídio de Santa Maria do Araguaia em suas expedições<sup>152</sup>. Tal fato, na

---

<sup>146</sup> *Idem*

<sup>147</sup> Relatório da Secretaria de Política de Goiás. 04 de maio de 1876. In: GOIÁS, Governo. Relatório..., 1876, p. 06, anexo

<sup>148</sup> *Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 8 de janeiro de 1876. Ano XXXIX, n. 01, p. 01.

<sup>149</sup> Ofício do Presidente da Província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 17 de dezembro de 1875. AHEG. Documento Manuscrito. Livro 576 – Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1873-1877), 67

<sup>150</sup> *Idem*

<sup>151</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 200-1, tradução nossa

<sup>152</sup> Manifestando essa preocupação ele informou em seu relatório: “por isso que entretendo ele [Wanaô] muita relação conosco, podem os seus adversários entender que o auxiliamos para esse fim” (GOIÁS, 1876, p. 01, anexo, grifo meu)

compreensão do encarregado, poderia fazer com que eles recusassem o contato e o aldeamento nas proximidades do presídio ou, na pior das hipóteses, atacassem-no. A solução apresentada por Xavier de Barros ao presidente da província foi, na verdade, aquilo que já se vinha tentando desde a década de 1860: “aldear os índios Kayapó da aldeia do cacique Wanaô em S. Maria, debaixo das vistas do respectivo diretor”<sup>153</sup>. Isso jamais aconteceu; não por falta de receitas, segundo apontou o relatório do encarregado, mas devido ao fato de os Irã amrayré não quererem se aldear no presídio, salvo quando foram atacados por uma bandeira, em 1879. Naquela ocasião, conforme vimos, cinco capitães procuraram aquele presídio e decidiram se estabelecer na margem esquerda do rio Araguaia, em frente ao presídio.

A compreensão das autoridades da província de que a expedição de Wanaô contra os Gorotire era motivada pela sede de vingança e as antigas rixas era na verdade a forma como a dinâmica das cisões dos grupos Mebêngôkre foi significada pelos não indígenas. Conforme mencionado, à separação dos grupos que deixaram grupo ancestral, na primeira metade do século XIX, seguia-se a instauração de um conflito entre os dois grupos. Mesmo após a cisão e sua posterior migração para as florestas do Xingu, os Gorotire continuavam a visitar as margens do rio Araguaia, através de suas expedições de guerra contra os Irã amrayré. Em edição de 5 de abril de 1871, o jornal *O Liberal do Pará* ressaltou justamente essas expedições dos Gorotire no Araguaia, dizendo: “[...] Gorotires, esses são nossos patrícios; habitam o alto Xingu, e fazem excursões entre esse rio e o Araguaia”<sup>154</sup>. A atitude de Wanaô não foi um ato fortuito ou impulsivo, como pode parecer num primeiro momento. Ela estava de acordo com a dinâmica das relações interculturais estabelecidas entre os grupos indígenas do médio Araguaia e que eram anteriores à chegada do *kubẽ* naquele território.

O relato traz também outra dimensão envolvida na guerra Mebêngôkre: o rapto de mulheres. Conforme lembrou Gordon, nos confrontos ‘intra-étnicos’, isto é, entre os grupos Mebêngôkre, a guerra acabava por produzir uma espécie de “reciprocidade negativa”, na qual “as mulheres circulavam entre as aldeias por meio da força”<sup>155</sup>. Uma

---

<sup>153</sup> Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1876*. Goiás. Tipografia Provincial, 1876, p. 01, anexo.

<sup>154</sup> *O Liberal do Pará*: jornal político, comercial e noticioso. Belém do Pará, quarta-feira, 5 de abril de 1871. Ano III, n. 75, p. 01

<sup>155</sup> GORDON, César. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 123

vez raptada, na nova aldeia elas receberiam um novo marido e eram inseridas dentro da coletividade aldeã. Nos relatos colhidos por Nimuendaju entre os últimos Irã amrayré, em Conceição do Araguaia, as narrativas acerca das guerras com os Gorotire evidenciam o rapto de mulheres como uma prática constante. No relato 3 (A guerra contra o Gorotire), já analisado nesta tese, o autor descreve um ataque dos Gorotire a uma aldeia Irã amrayré no rio Arraias. De acordo com a narrativa, enquanto três guerreiros que revidaram o ataque fugiram – pois lhes faltaram flechas – “os Gorotire foram *levando as mulheres capturadas*”<sup>156</sup>. Buscando revidar o ataque, os Irã amrayré marcharam contra os Gorotire e atacaram sua aldeia, “capturaram diversas mulheres Gorotire, mas estas também escaparam todas, voltando para a sua tribo”<sup>157</sup>. Já na narrativa acerca da campanha de Nokara (relato 4), o autor registrou que todas as três mulheres raptadas aos Irã amrayré pelos Gorotire haviam recebido um companheiro.

Circulavam-se mulheres, mas também bens materiais. Ora, a guerra entre os Irã amrayré, os Gorotire ou os Xikrin era para esses últimos (Gorotire e Xikrin) uma forma de garantir-lhes acesso a bens manufaturados que os primeiros adquiriam – pelo rapto ou negociação – no presídio de Santa Maria do Araguaia. No caso em tela vimos o rapto dos porcos que Wanaô havia recebido do comandante do presídio. Voltando aos relatos colhidos por Nimuendaju sobre a campanha de Nokara, há ali um detalhe importante a ser considerado. Durante o ataque Gorotire à aldeia Irã amrayré na região do rio Arraias, uma mulher que estava sendo levada cativa deu uma informação ao seu captor que o fez descuidar de sua presa, possibilitando a sua fuga. Segue o relato:

Logo as duas ouviram a gritaria na aldeia, quando os inimigos mataram os velhos e as mulheres. Três moças e um menino foram capturados. Um dos inimigos pegou a filha mais velha da mulher, mas ela disse: “Espera um pouco! *Na choça de meu pai há muitas coisas bonitas, vai primeiro buscá-las!*” - “Então espera-me aqui”, disse o Gorotire, correndo em direção à choça indicada. A moça aproveitou a oportunidade para fugir em busca de sua mãe<sup>158</sup>

A estratégia da jovem prisioneira se mostrou exitosa, permitindo a sua fuga. Se de fato havia “muitas coisas bonitas” na choça do pai da jovem, não o saberemos; no entanto, o relato nos mostra que esses objetos chamaram tanto a atenção do guerreiro Gorotire a ponto dele se descuidar de sua prisioneira. É possível, nesse caso, que se tratasse de algum

---

<sup>156</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). *Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju...*, 1986, p. 74, grifo meu

<sup>157</sup> *Idem*

<sup>158</sup> *Idem*, p. 74-5, grifo meu

bem material que os Irã amrayré havia adquirido junto a outro grupo indígena não Mebêngôkre ou mesmo dos não indígenas. Cesar Gordon apontou um certo padrão com relação às guerras estabelecidas entre os Xikrin e os Gorotire contra os Irã amrayré. Segundo ele, “grupos que se encontravam mais afastados dos colonos brasileiros procuravam garantir algum acesso aos bens industrializados dos brancos, por meios indiretos, isto é, por intermédio daqueles que se encontravam em uma posição de contato mais regular”<sup>159</sup>. Neste caso, as guerras contra os Irã amrayré, permitia aos Gorotire raptar vários bens materiais que aqueles obtinham através do contato que estabeleciam com o presídio de Santa Maria do Araguaia. Por outro lado, a imprensa paraense de fins do século XIX também registrou vários ataques dos Gorotire a acampamentos de seringueiros nas matas do Xingu e seus afluentes<sup>160</sup>.

Se no tempo mítico, os antepassados dos Mebêngôkre haviam escolhido mal entre as armas de fogo e o arco e flecha, os Irã amrayré estavam cientes dos benefícios que a incorporação da espingarda poderia lhes proporcionar, dando vantagens sobre os seus tradicionais inimigos. No dia 11 de novembro de 1882, os Irã amrayré gritaram da margem esquerda do Araguaia pedindo passagem para se apresentarem até o presídio de Santa Maria. Duas canoas com seis praças, todos armados, foram até a margem oposta à do presídio para realizar a travessia dos Irã amrayré. Segundo informou o comandante do presídio, três indígenas subiram na embarcação e foram até o presídio em busca de

---

<sup>159</sup> GORDON, César. *Economia Selvagem...*, 2006, p. 123

<sup>160</sup> Na edição de 3 de novembro de 1880, o jornal *A Constituição* noticiava o ataque dos Karajá – forma como eram chamados os Kayapó no Pará até 1918, segundo Nimuendaju (1952, p. 427) – à feitoria do comerciante Luiz Carlos Barbosa, no alto Xingu. Naquela ocasião, informa o jornal, eles “mataram dois homens e arrebatarem um menor de 9 anos de idade”. A reportagem continua dizendo: “[...] deram há pouco tempo, quase na mesma data, diversos ataques em diversos lugares, num destes ataques, no lugar denominado *Bacabal* (cachoeira), ficaram mortos três índios e ferido, numa perna, um dos nossos homens” (p. 2). De acordo com alguns “conhecedores dos turnos dos Karajá”, eles estavam se dirigindo para a vila de Souzel, para assaltá-la. No verão, aquela vila ficava quase abandonada, pois grande parte de seus habitantes se embrenhavam nos seringais. Em 30 de agosto de 1882, o mesmo jornal noticiou o ataque dos “Karajá” contra o aldeamento dos índios *Aixipaias*, à margem do rio Iriri, na região do Xingu. Estes foram atacados de surpresa, por ocasião da realização de suas “solenidades religiosas”. De acordo com o jornal, “o número de índios mortos excede ao de setenta”. O *Almanak Paraense de Administração, Comércio, Indústria e Estatística*, em 1883, demonizava os Karajá, juntamente com os Apiacás, enquanto grupo de índios “nômades, que vivem do saque e do roubo” (p. 222). Os constantes ataques realizados pelos Karajá na região do Xingu representavam um duro golpe na economia extrativista, por essa razão os comerciantes de Souzel, e mesmo da capital, exigiam ações mais enérgicas por parte da Província, principalmente no tocante ao aumento da força militar na região.

“ferramentas e outros brindes e também de espingardas, pólvora, chumbo e espoletas por se acharem perseguidos pelos índios Gorotires aldeados no mesmo território”<sup>161</sup>.

Esse não era um caso isolado. A presença de espingardas entre os Irã amrayré foi uma constante durante o período em que eles mantiveram relação com o presídio de Santa Maria do Araguaia. Em sua maioria, os relatos acerca dos bens materiais quase sempre os resume à designação “brindes”, não os discriminando detalhadamente. Apesar disso, ao perscrutarmos a documentação, é possível perceber a presença de espingardas entre os Irã amrayré. Em 1864, em ofício ao Inspetor da Tesouraria da Província, o presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira o autorizava a pagar a quantia de duzentos e três mil e cem réis ao negociante Francisco de Faria Albernaz, referente a “objetos a ele comprados para os índios que vieram com o Comandante do Presídio de S. Maria do Araguaia”<sup>162</sup>. Dentre os itens que constavam na nota fiscal anexa ao ofício estavam ferramentas de trabalho agrícola (5 fouce, 5 machados, 5 facas grandes), roupas e acessórios (10 camisas, 10 calças, 5 chapéus, 5 mantas de algodão), além de objetos como anzóis, tesouras, espelhos e rosários. Além desses brindes, constavam também “5 espingardas fulminantes”, chumbo grosso e pólvora<sup>163</sup>.

Em seu relatório de 1870, o presidente Ernesto Augusto Pereira, ao mencionar a busca dos grupos indígenas do vale do rio Araguaia por “brindes”, destacou: “não apreciam muito as missangas e outras miudezas, pedem enxadas, machados, fouce, *espingardas* e anzóis”<sup>164</sup>. A opção por ferramentas e armas de fogo por parte dos indígenas, em detrimento de “outras miudezas”, foi compreendida pelo presidente como um sinal de que a catequese indígena começava a apresentar resultados positivos. De igual modo, sem mencionar o grupo étnico a que pertenciam, o major Antônio Florêncio Pereira do Lago, chefe da comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia, informou que alguns indígenas se empregavam nas fazendas de criação de gado e no serviço de navegação do rio Araguaia a fim de adquirirem espingardas. Em seu relatório, ele informou: “[h]omens há, e não raros, que tem o aluguel de um índio, por dois ou três anos,

---

<sup>161</sup> Correspondência do Presidente da Província ao Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 16 de fevereiro de 1883. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 662 – Correspondência da Presidência da Província para a Inspeção Geral da Província (1877-1884), p. 36

<sup>162</sup> Ofício do Presidente da Província ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda, em 8 de novembro de 1864. MUBAN. Vol. 1680. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. II – Aldeias 8 – Aldeia Santa Maria do Araguaia.

<sup>163</sup> *Idem*

<sup>164</sup> GOIÁS, Governo. GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1 de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Ernesto Augusto Pereira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1870, p. 16, grifo meu.



em troca de uma espingarda, uma libra de pólvora e o chumbo correspondente”<sup>165</sup>. O fato de trabalharem no serviço de navegação ou nas fazendas por um período de até três anos a troca de armas e munição foi visto pelo major como o resultado do que ele denominava de “ignorância, boa fé e brandura” por parte dos grupos indígenas<sup>166</sup>. Com relação aos índios das margens do rio Tocantins, vale aqui o registro de frei Rafael de Taggia acerca dos Kraô: “[n]as caçadas servem-se indiferentemente de arco, e de armas de fogo, sendo bons atiradores”<sup>167</sup>.

Um recibo de 12 de novembro de 1875, assinado pelo ferreiro do presídio de Santa Maria do Araguaia, o sr. Antônio José Falcão, dá conta da presença de espingardas entre os Irã amrayré e os Karajá:

Relação das obras que consertei para os Índios Kayapó e Karajá moradores nas imediações do Presídio de Santa Maria, por ordem do Snr. Comandante, para ser presente ao Ilmo. Snr. Tesoureiro da Catequese.

4 espingardas a 1.600 – 6.400  
1 machado a 1.500 – 1.500  
2 espingardas mais 1.500 – 3.000  
3 machados a 1.500 – 3.500 (sic)  
1 espingarda 1.300 – 1.300  
6 machados 1.400 – 8.400  
1 espingarda 2.000 – 2.000  
1 faca 1.000 – 1.000  
28.1000

Santa Maria, 12 de novembro de 1875  
Antônio José Falcão<sup>168</sup>

O recibo lista uma quantidade de 8 espingardas pertencentes aos indígenas que foram consertadas pelo ferreiro, a pedido do comandante do presídio. Portanto, se os Irã amrayré iam ao presídio somente quando queriam pedir ou consertar suas ferramentas, o recibo assinado por Antônio José Falcão deixa claro que entre esses produtos levados ao presídio para serem reparados estavam não só ferramentas de trabalho agrícola, mas também armas de fogo. No início daquele mesmo ano, em 15 de fevereiro de 1875, Antônio José Falcão já havia recebido do Tenente José da Costa Xavier de Barros, encarregado da Catequese do rio Araguaia, a quantia de 38.500 réis referente ao conserto

---

<sup>165</sup> LAGO, Antônio Florência Pereira. *Relatório dos Estudos da Comissão Explora dos rios Tocantins e Araguaia, agosto de 1875*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1876, p. 33

<sup>166</sup> *Idem*, p. 32

<sup>167</sup> TAGGIA, Frei Rafael de. *Mapas dos Cherentes e Chavantes...*, 1856, p. 123

<sup>168</sup> N. 25B. Santa Maria, 12 de novembro de 1875. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas, grifo meu

realizado para “as tribos dos índios Karajá e Kayapó”<sup>169</sup>. Foram consertados machados, enxadas, facas, facões e 5 armas de fogo.

No ano seguinte, em 18 de julho de 1876, o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, Pedro Dias Paes, comunicou ao tesoureiro e encarregado da Catequese do Vale do Araguaia que entre os meses de fevereiro e junho daquele ano o ferreiro do presídio havia consertado as ferramentas e espingardas pertencentes aos indígenas da região (Karajá e Irã amrayré)<sup>170</sup>. Eis abaixo a conta enviada pelo referido comandante ao tesoureiro do Serviço de Catequese da Vale do Araguaia:

Conta corrente das ferramentas consertadas no Presídio de Santa Maria do Araguaia, para os índios Kayapó e Karajá, por conta da Catequese e apresentado ao Sr. Diretor dos índios deste Presídio, a contar de Fevereiro a Junho. A saber:

*Cinco espingardas a um mil réis – 5.000*

Onze machados a mil e quinhentos réis – 16.500

Nove facões a um mil cada um – 9.000

Nove machados a mil e quinhentos 13.500

Seis facões a mil réis – 6.000

Quatro fouces a mil quinhentos – 6.000

Um facão – 1.000

Dois machados a mil e quinhentos – 3.000

*Uma espingarda por um mil réis – 1.000*

Uma faca por um mil réis – 1.000

Soma – 62.000 (sic)

Mais

Um machado [...] um mil e quinhentos réis – 1.500

Uma fouce a um mil e quinhentos – 1.500

Um facão a um mil réis – 1.000

Uma fouce a um mil e quinhentos réis – 1.500

Dois facões a um mil e réis cada um – 2.000

Soma – 69.500

S. Maria, 15 de julho de 1876<sup>171</sup>

Em virtude da demanda crescente dos índios do Araguaia por “ferro”, o comandante Pedro Dias Paes sugeriu ao tesoureiro do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia a contratação do ferreiro Antônio José Falcão pelo valor de 50.000 réis. Em sua argumentação o comandante informou que essa demanda era o resultado da estratégia da política indigenista de criar necessidades entre os índios a fim de “chamá-los ao grêmio

---

<sup>169</sup> N. 25D. Santa Maria, 15 de fevereiro de 1875. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas

<sup>170</sup> N. 21. Santa Maria, 18 de julho de 1876. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas

<sup>171</sup> Conta Corrente das ferramentas consertadas no presídio de Santa Maria do Araguaia..., em 15 de julho de 1876. In: N. 21. Santa Maria, 18 de julho de 1876. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas, grifo meu

social”<sup>172</sup>. Em janeiro de 1880, o presidente da província autorizou ao encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia a assinar um contrato com Antônio José Falcão no valor de 1.000.000 réis anuais<sup>173</sup>.

Vale mencionar – mesmo que em caráter hipotético – que é bem possível que as espingardas chegassem aos Irã mrayré também por meio de sua inserção nas redes de relações interétnicas no vale do Araguaia-Tocantins, quer seja de forma amistosa ou mediante as guerras. No primeiro caso, destaca-se a aliança que os Irã mrayré tinham com os Apinajé, cujas aldeias se localizavam nas margens do rio Tocantins e que recebiam armas de fogo como pagamento por seus serviços na navegação a Belém, ou em suas trocas/negociações com os moradores de Boa Vista do Tocantins. O presidente José Martins Pereira de Alencastre informou, em 1862, que anualmente os Apinajé atravessavam o Tocantins e se dirigiam até as aldeias dos Gavião, no Maranhão, para guerrear. Acerca dessas expedições, informou Alencastre: “eles matam os que podem e os meninos que conseguem aprisionar são trazidos para Boavista, onde são permutados por ferramentas e armas de fogo”<sup>174</sup>. Acerca da relação que eles estabeleciam com os Gradaús, apontou o presidente: “os Apinajé mantem íntima relações com os Gradaús, que habitam o território do Pará”<sup>175</sup>.

Quando visitou as aldeias dos Apinajé durante sua expedição aos rios Araguaia e Tocantins, o explorador francês Francis Castelnau notou a grande quantidade de armas de fogo nas suas casas. Segundo Castelnau, essas armas eram recebidas como pagamento pelos serviços nas embarcações que desciam ao Pará. Diz ele: “gabam-se ainda de ser excelentes remadores, muitos deles tendo feito a viagem pelo rio até Belém do Pará. Por esta longa viagem, que dura de seis a oito meses, recebem a título de pagamento uma espingarda ordinária, de 5 ou 6 francos”<sup>176</sup>.

A documentação registra ainda alguns casos de indígenas que se deslocaram de suas aldeias para a capital da província de Goiás em busca de brindes, entre eles as espingardas e munições. Em novembro de 1855, foram adquiridos vários brindes para os índios

---

<sup>172</sup> N. 21. Santa Maria, 18 de julho de 1876. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas.

<sup>173</sup> Ofício do Presidente da Província ao Encarregado Interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 10 de janeiro de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - correspondência da Presidência da Província relativo à catequese dos índios (1878-1885)

<sup>174</sup> Relatório...AHEG. Livro 427, p. 21

<sup>175</sup> *Idem*

<sup>176</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul...*, 2000, p. 208

Xavante que estavam na capital. Entre esses produtos estavam “4 espingardas Lazarinas”<sup>177</sup>. Já em 1873, entre os objetos que brindaram um capitão Kraô e mais 7 companheiros, contava uma espingarda<sup>178</sup>. Em 1870, quando estiveram em visita à capital da província, os Xerente e Xavante, foram brindados com objetos diversos e 9 espingardas<sup>179</sup>. Em junho de 1876, dos 7 Xerente que foram à capital da província, dois deles receberam entre os brindes uma espingarda, chumbo e pólvora<sup>180</sup>.

Os dados apresentados acima nos mostram como o contato e o convívio com os não indígenas foram responsáveis pela introdução cada vez maior de bens materiais (em especial as espingardas) entre os Irã amrayré, assim como em outros grupos indígenas. A busca por armas de fogo (ou o seu conserto) fazia com que os indígenas se deslocassem de suas aldeias rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia ou mesmo a capital da província. Para os Irã amrayré, a posse de uma espingarda era de suma importância para suas guerras contra os seus tradicionais inimigos, em especial os Gorotire. O episódio do conflito entre Wanaô e seus guerreiros contra os Gorotire, apresentado no início desse tópico, nos revela como o contato das sociedades Mebêngôkre com os diferentes agentes não indígenas na fronteira não ensejou o fim da guerra indígena, como pretendiam as autoridades da província; pelo contrário, conforme pretendo demonstrar adiante, elas não só continuaram, como foram até mesmo impulsionadas pelo “horizonte de possibilidade”<sup>181</sup> que se apresentou aos Irã amrayré de obterem mais bens materiais através da comercialização dos seus cativos de guerra, mormente crianças.

#### **4.4 A guerra indígena e o comércio de crianças**

Além da incorporação das armas de fogo nas guerras indígenas, o contato e o convívio com os não indígenas na fronteira operaram também uma significativa mudança na destinação de muitas das crianças que os Irã amrayré raptavam em suas guerras, as quais passaram a ser resgatadas aos índios pelos não indígenas mediante troca por bens materiais. Conforme vimos anteriormente, tradicionalmente as crianças indígenas raptadas nas guerras, assim como as mulheres, eram inseridas no mundo social da aldeia e eram responsáveis por ensinar os cantos, as danças e outros conhecimentos de seu povo

---

<sup>177</sup> Ofício...MUBAN, 19 de novembro de 1855. Cod.1682

<sup>178</sup> Ofício...MUBAN, 8 de janeiro de 1873. Cod.1682

<sup>179</sup> Ofício...MUBAN, 23 de julho de 1870. Cod.1682

<sup>180</sup> Ofício...AHEG, junho de 1876. Cx. 254

<sup>181</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Ed. PUC-Rio/Contraponto: Rio de Janeiro, 2006, p. 305-27

aos seus raptos. A experiência social da fronteira operou uma mudança nessa dinâmica cultural. Em ofício ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 9 de novembro de 1869, o presidente Ernesto Augusto Pereira não só informou que os trabalhos da catequese em Santa Maria do Araguaia eram improfícuos – apesar dos três missionários capuchinhos que residiam no presídio à época – devido à sazonalidade dos Iã amrayré, como também ressaltou outro motivo que os levava a frequentar aquela povoação: a venda de crianças raptadas.

Ernesto Augusto Pereira informou ao ministro, dizendo: “consta que os índios vendem em S. Maria os filhos de outros índios que matam”<sup>182</sup>. Frente a essa situação, o presidente deu a seguinte ordem ao comandante do presídio para que

não consentisse em semelhante negócio, e que tratasse de resgatar os que por ventura tivesse sido vendidos como escravos, e os remetesse para esta Capital, a fim de terem conveniente destino, consentindo, porém, e até influenciando para que sejam trocados por aquelas pessoas que os quiseram para educá-los [...]<sup>183</sup>

Em fevereiro daquele mesmo ano, quando estive na capital da província, Wanaô prometeu ao presidente que retornaria à Goiás na seca do ano seguinte levando consigo “alguns índios pequenos de ambos os sexos”. A proposta do presidente era de distribuí-los entre as “principais famílias desta Cid<sup>e</sup> a fim de que sejam convenientemente educados”<sup>184</sup>. Logo nos primeiros anos de contato com o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia e ciente do desejo que os não indígenas tinham pelas crianças indígenas, o capitão Wanaô trocou algumas por bens materiais, conforme o já citado episódio em que se deu o encontro desse capitão indígena com o comandante de Santa Maria do Araguaia, Manoel Silva Marques: “[a] troco de machados e facas deram estes selvagens ao capitão José Manoel da Silva Marques, comandante do presídio de Santa Maria meninos de ambos os sexos”<sup>185</sup>.

A relação de negociação entre o capitão Wanaô e o comandante do presídio precisa ser compreendida à luz do que ela representava para cada um dos sujeitos envolvidos:

---

<sup>182</sup> Ofício do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 9 de novembro de 1869. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 101

<sup>183</sup> *Idem*

<sup>184</sup> Ofício do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 11 de fevereiro de 1869. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 100 v

<sup>185</sup> *O Liberal do Pará*. Belém do Pará, 28 de março de 1869. Ano I, n. 62, p. 02

para o comandante do presídio, como se percebe no relato, era uma forma de ir aos poucos incorporando as populações indígenas à dinâmica da fronteira, mediante a sua catequese e civilização<sup>186</sup>. A estratégia a ser adotada pelo militar consistia em “educar” as crianças indígenas recebidas, ensinando-lhes tanto a língua portuguesa, como também alguns ofícios (ferreiro e carpinteiro, no caso dos meninos, e tecer e fiar, no caso das meninas). Em seguida, eles deveriam ser enviados para as suas aldeias para ali servirem de “mestres” aos demais. Mais tarde esse mesmo método foi colocado em prática, ao nível mais institucional, no colégio Isabel. Para o capitão Wanaô a negociação com o comandante do presídio significou a incorporação dos estrangeiros, recém-chegados ao seu território, em sua rede de relação e predação. No caso em tela, Wanaô recebeu machados e facas. A conotação econômica à relação aqui estabelecida é, na verdade, a leitura que os não indígenas fizeram desse processo. É, portanto, a visão de um dos lados da fronteira.

Assim como foi com o comandante Manoel Silva Marques, a troca de crianças raptadas por bens materiais continuou em Santa Maria do Araguaia ao longo das décadas de 1860 e 1870. Ela acabou motivando o fluxo dos Irã amrayré entre o sertão, local onde estavam as suas aldeias, e o presídio. Um ofício enviado pelo presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira ao comandante Manoel Silva Marques, em 21 de maio de 1867, evidencia que a prática da venda de criança pelos Irã amrayré em Santa Maria do Araguaia era algo comum, a ponto de preocupar as autoridades da província:

Não deve Vmce por maneira alguma consentir que continue o comércio de índios menores feito por particulares, convindo por esse fim proibir que os mesmos particulares os comprem dos índios embora eles os ofereçam, como costumam, constituindo esse comércio o crime de reduzir a escravidão pessoa livre, todo aquele que nesse presídio o praticar deve ser preso e remetido para esta Capital com todas as provas do crime afim de ser convenientemente processado<sup>187</sup>

A orientação ao comandante do presídio para que ele não consentisse na continuidade do comércio de menores indígenas sugere que aquele não era um episódio isolado, mas uma constante na relação dos Irã amrayré com a população do presídio. Era de costume dos Irã amrayré – “como costumam”, queixava-se o presidente – se

---

<sup>186</sup> Vale mencionar que, por mais que não foi citado na reportagem, frei Francisco já se encontrava no presídio à época em que ocorreu essa troca.

<sup>187</sup> Ofício do Presidente da Província ao Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 21 de maio de 1867. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – correspondência do Presidente da província com os presídios. O referido ofício foi publicado pelo presidente em seu relatório do ano de 1867 (GOIÁS, 1870).

deslocarem para o presídio e ali oferecerem crianças a particulares. A fim de proibir esse comércio, o presidente lembrou ao comandante que tal prática se constituía crime passível de prisão. Mas um detalhe que não deve ser menosprezado era o fato de que os próprios Irã amrayré tinham interesse nesse comércio. Por essa razão o presidente orientou o comandante a resgatar todas as crianças para ali conduziam os Irã amrayré:

Deve, porém, Vmce continuar a resgatar todos os índios menores que lhes forem oferecidos pelos Kayapó, ou outros quaisquer, os quais, ou conservará aí recebendo a conveniente educação, ou remeterá para esta cidade como julgar mais conveniente, o que deverá ser declarado aos índios no ato do resgate<sup>188</sup>.

A orientação dada ao comandante não só nos mostra como esse comércio interessava aos Irã amrayré, como também que durante toda a década de 1860 eles visitaram aquele presídio para trocar crianças raptadas por brindes, cientes de que elas seriam resgatas, conforme pudemos perceber na orientação do presidente ao comandante do presídio. As ações dos Irã amrayré, portanto, dizem muito acerca do que representava o presídio de Santa Maria do Araguaia para eles. De igual modo, elas nos revelam como eles agenciavam essa relação e manejavam a fronteira a seu favor, valendo-se da aliança construída com os não indígenas e do desejo que eles tinham pelas crianças raptadas, dando-lhes, em troca, bens que eles (os Irã amrayré) tanto apreciavam, os *nêkrêjx*.

Apesar das tentativas do presidente da província, a prática da comercialização de crianças continuou no presídio de Santa Maria do Araguaia. No dia 13 de setembro de 1870, o presidente da província encaminhou um ofício ao comandante daquele presídio, dizendo:

Constando-me que algumas praças e paisanos desse Presídio compram índios a título de educá-los e os tem como seus escravos, como tais os vendem, recomendo-lhe mui terminantemente que não consinta que qualquer soldado ou paisano compre índio algum, e que quando aí aparecer qualquer tribo que queira dar alguns índios em troco de ferramentas ou brindes, Vmce não consinta que essa troca se faça sem o consentimento do missionário<sup>189</sup>

Aqui a questão de fundo era o fato de que os índios estavam comercializando crianças com as praças e paisanos do presídio, os quais, com a justificativa de que iria educa-las, as submetia a um regime de escravidão e os vendia. O que o presidente

---

<sup>188</sup> *Idem*

<sup>189</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia, em 13 de setembro de 1870. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – correspondência do Presidente da província com os presídios<sup>^</sup>.

propunha ao comandante não era o fim da comercialização, mas que o missionário existente no presídio fiscalizasse esse processo de “aquisição” de menores a fim de averiguar se aqueles que os adquiria os educavam ou simplesmente se “limita[va]m [...] só a gozar dos serviços deles”<sup>190</sup>. Em caso de se tratar da segunda opção, o missionário deveria passar essas crianças para as pessoas que cuidassem de sua educação. Ao comandante, segundo escreveu o presidente, caberia a função de auxiliar o missionário e reportar à presidência da província qualquer ocorrido acerca da questão. O presidente da província não criticou o comércio em si, mas a exploração da mão de obra indígena – como escravos – por particulares. Um dos riscos que essa atitude trazia era o de despertar a animosidade dos grupos indígenas e, com isso, suscitar um ataque ao presídio. Outrossim, os maus tratos poderiam também afugentar os grupos indígenas e inviabilizar a relação entre indígenas e não indígenas.

Sabe-se que com a promulgação da lei de 27 de novembro de 1831 ficaram revogadas as Cartas Régias de 1808, que mandavam fazer guerra e reduzir à servidão os índios aprisionados; entretanto, a situação nos sertões do Império se mostrava diferente. Conforme lembrou Soraia S. Dornelles, a prática do resgate indígena no século XIX é um exemplo da “força do costume perante a lei”<sup>191</sup>. A partir da realidade da província de São Paulo, a autora mostra como a prática do resgate, que remonta aos tempos coloniais, ainda era utilizada readequando-se “às prerrogativas legais e interesses específicos de parte da elite política paulista”<sup>192</sup>. No caso em tela, o resgate se constituía “o pagamento do valor para os possuidores de indígenas escravizados ilegalmente, devolvendo-lhes sua

---

<sup>190</sup> *Idem*

<sup>191</sup> DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*. vol. 38, no 79, São Paulo: 2018, p. 89.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 91. Durante o período de colonização portuguesa, o *resgate* era uma das formas legais de escravização dos grupos indígenas do sertão, resgatando os índios capturados de seus captores a troco de brindes. As guerras indígenas eram muitas vezes incentivadas pelos colonizadores, justamente com o objetivo de promover a escravização dos índios do sertão, mediante o dispositivo do resgate. Para uma maior discussão acerca da questão, na América portuguesa, conferir: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 58-68 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. Fapesp/SMC/Companhia das Letras: São Paulo, 1992, p. 115-132; SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano...*, 2010; DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de Guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 47; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Editora da Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2011; COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão ao Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia – o caso do Diretório dos Índios (1751-1789)*. Tese (doutorado em história). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.



liberdade”<sup>193</sup>. Na São Paulo oitocentista, continua a autora, os índios representavam boa parte da mão de obra das fazendas do sertão. Eram “arrecadados e contratados nos aldeamentos existentes, ou, simplesmente, escravizados”. Enquanto “os braços da lavoura”, eram os “os peões das estâncias, os trabalhadores das aberturas de estradas e de tantas outras sortes de serviços”<sup>194</sup>.

A escravidão indígena também era uma realidade na Amazônia do oitocentos. A prática do apresamento e os trabalhos forçados a que vários grupos indígenas foram submetidos nas províncias do Pará e Amazonas foram fartamente registrados nos relatos de viajantes<sup>195</sup>. Do cotidiano dos trabalhadores indígenas fazia parte os castigos corporais, jornadas exaustivas e um sistema de dívida mediante o aviamento<sup>196</sup>. De acordo com Sampaio & Henrique, “os relatos dos viajantes não deixam dúvida quanto à existência da escravidão dos índios no século XIX, um ‘comércio criminoso’ de reconhecida prática e, em muitos casos, com pleno conhecimento das autoridades”<sup>197</sup>.

Na década de 1870, após a fundação do colégio Isabel, a presidência da província de Goiás passou a atuar de maneira mais direta no resgate de crianças indígenas trazidas pelos Irã amrayré ao presídio de Santa Maria do Araguaia, eis que essa era a sua principal estratégia de “aquisição” de alunos indígenas para a referida instituição<sup>198</sup>. Não por acaso, era daquele presídio que provinha a maior parte dos educandos do colégio Isabel, conseguidos graças aos resgates pagos aos Irã amrayré.

Conforme as pesquisas têm demonstrado, as guerras e rivalidades entre os diferentes grupos indígenas no Brasil foram utilizadas habilmente pelos colonizadores a

---

<sup>193</sup> *Idem*, p. 91. Acerca da persistência da prática do resgate e das bandeiras no século XIX, conferir DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese (doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2017

<sup>194</sup> *Idem*, p. 91

<sup>195</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo & HENRIQUE, Márcio Couto. História, memória e escravidão ilegal dos índios no Brasil, século XIX. In: IVO, Isnara Pereira & GUEDES, Roberta (orgs.). *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos (séculos XVI-XXI)*. 1 ed. Alameda: São Paulo, 2019, p. 230-8

<sup>196</sup> *Idem*, p. 235. Acerca do sistema de aviamento na Amazônia, destaca-se a reflexão de Márcio Meira (2017), em sua tese doutoral. O autor demonstrar a persistência do sistema de escambo a crédito (o aviamento) no Noroeste Amazônico, ressaltando como os muitos grupos indígenas foram vítimas desse processo, mas também como outros conseguiram sobreviver atuando nas margens do regime de violência implantado no processo de colonização. Meira demonstra que o sistema não foi construído se uma contrapartida indígena, visando atender aos seus próprios interesses. Para uma discussão acerca do sistema de aviamento na economia da borracha na Amazônia, ver WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Série Estudos Históricos. HUCITEC/EdUSP: São Paulo, 1993; SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. Série Estudos Brasileiros: São Paulo, 1980.

<sup>197</sup> *Idem*, p. 234

<sup>198</sup> Conferir MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *A formação de trabalhadores brasileiros...*, 2009, p. 160

serviço da captação de índios e da expansão das fronteiras. Durante a conquista do Rio de Janeiro, no século XVI, por exemplo, as rivalidades indígenas foram habilmente utilizadas pelos colonizadores a fim conquistar e dominar a nova terra e suas gentes. Para isso a aliança com os índios era fundamental. Havia, como bem lembra Almeida, uma multiplicidade de interesses nesse processo, não só o do colonizador. Para os Teminimós, por exemplo, a guerra foi “a oportunidade de realizar a mais cruel vingança contra seus inimigos, e antigos vencedores”<sup>199</sup>. John Monteiro, ao destacar as alianças construídas pelos índios com os europeus na capitania paulista, lembra que nessa relação “os índios [...] certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais”<sup>200</sup>. No caso do nordeste colonial, Pedro Puntoni ressaltou a importância dos indígenas nas guerras no sertão. Segundo ele, os índios desempenhavam um papel de “povoador”, cuja função era de suma importância na construção do domínio colonial. De acordo com o autor,

[...] os autóctones eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as tropas com os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e tribos que se manifestavam hostis, e entre colonizadores de diversas nações”<sup>201</sup>.

Algumas vezes eram os missionários que faziam uso das guerras indígenas como forma de expansão das missões. Akira Saito, por exemplo, analisa esse processo a partir das missões jesuíticas de Moxo, no Vice-Reinado do Peru, mostrando como o estabelecimento do regime de missões não levou ao fim das guerras indígenas, tidas pelos missionários como oposta à atividade de catequese e civilização indígena; pelo contrário, os missionários fizeram uso dela para a expansão das missões. Segundo Saito:

em vez de desarraigar la guerra, los misioneros la aprovecharon como un mecanismo de expansión de las misiones. En particular, adoptaron la práctica indígena de capturar prisioneros e incorporarlos al grupo de

---

<sup>199</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses Indígenas...*, 2013, p. 47

<sup>200</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra...*, 1995, p. 29.

<sup>201</sup> PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. HUCITEC/Ed. Universidade de São Paulo. Fapesp: São Paulo, 2002, p. 50. Stuart B. Schwartz, em *Segredos Internos*, demonstrou como no Nordeste açucareiro, a dependência dos portugueses por mão de obra indígena (cada vez mais escassa, em virtude das guerras, doenças ou mesmo excesso de trabalho), fez com que eles importassem índios de outras regiões. Essa política, afirma o autor, “permitiu aos europeus aproveitarem a habilidade militar de seus aliados nativos, usando-os contra povos ainda não submetidos ao jugo português” (SCHWARTZ, 1988, p. 52). No Estado do Maranhão e Grão-Pará, as hostilidades entre os grupos indígenas também foram exploradas pelos colonizadores. Cf. MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2011.

los cautivadores. Arguyo que la expedición misionera a las tierras de los infieles mantenía una continuidad con la guerra indígena. Montados a caballo y armados de arcos y flechas, los neófitos asaltaban por sorpresa a los pueblos de los infieles, cautivaban a cuantos infieles podían y los conducían a su reducción. Posteriormente los cautivadores alojaban a los presos en casas particulares y los ponían bajo su protección<sup>202</sup>

Como se pode notar, a prática do governo provincial para com os Irã amrayré, utilizando-os enquanto agentes de aquisição de menores para o colégio Isabel não era algo novo, nem tampouco uma exclusividade na província de Goiás, mas algo disseminado em vários lugares do Império. Entretanto, não se tratava somente da habilidade (ou não) das autoridades em conseguir manejar essa situação a seu favor. É preciso considerar também os interesses dos próprios Irã amrayré nessa relação de negociação. No primeiro relatório produzido acerca do colégio Isabel, no ano de 1871, o presidente Antero Cícero de Assis apontou a importância daquele presídio para essa instituição. “Do presídio de Santa Maria”, diz ele, “tem vindo para o colégio diversos índios menores, enviados pelo missionário Frei Savino de Rimini, coadjuvado pelo comandante do presídio”<sup>203</sup>. Em 1873, em seu relatório do estado da catequese e civilização dos índios na província, Antero Cícero de Assis informou que continuava realizando os resgates dos índios que para ali eram levados pelos Irã amrayré<sup>204</sup>. As “escaramuças” dos Irã amrayré com outros grupos indígenas eram habilmente exploradas pela presidência da província em sua estratégia de aquisição de alunos para o colégio ao longo de toda a década de 1870.

Em 1875, o presidente Antero Cícero de Assis destacou mais uma vez como as guerras Irã amrayré eram fundamentais para a aquisição de menores indígenas para o colégio Isabel. Na ocasião ele se ressentia da ausência de um missionário em Santa Maria do Araguaia após a morte de frei Francisco e o seu impacto na aquisição de alunos para o colégio. Segue o relato do presidente:

A missão de S. Maria do Araguaia que se achava a cargo do finado frei Francisco do Monte S. Vito, muito se ressentia da falta de um sacerdote que ali resida, pois que os índios Kayapó, a maior das tribos do

---

<sup>202</sup> SAITO, Akira. “Guerra y Evangelización en las misiones jesuíticas de Moxos”. *Boletín Americanista*, LXV.1, n. 70, 2015, p. 37

<sup>203</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo exm. sr. dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de julho de 1871*. Goiás: Tipografia Provincial, 1871, p. 12

<sup>204</sup> Assim informou o presidente: “continua a funcionar e por modo bem lisonjeiro o colégio Isabel fundado em Santa Leopoldina para o qual tem vindo alguns índios menores, principalmente de S. Maria, onde são resgatados os Kayapó que para ali conduzem os Karajá, e outros que vivem em escaramuças com os ditos Kayapó” (GOIÁS, 1872, p. 29)

Araguaia, tem de algum modo afugentado-se daquela povoação, única que se relaciona ali conosco e que tem prestado importantes serviços ao colégio Isabel promovendo a aquisição de menores para ele<sup>205</sup>

Com a morte do missionário capuchinho em 1873 e a ausência dos Irã amrayré do presídio, a preocupação do presidente era com a “aquisição de menores” para o colégio, haja vista que os Irã amrayré eram os únicos que se relacionavam com aquela guarnição e vendiam as crianças raptadas em suas guerras. Nessa situação, o sistema que as autoridades da província muito habilmente utilizavam para manter em funcionamento o colégio corria o risco de ruir, e com ele o plano de catequese e civilização que representava o colégio Isabel. De todo modo, na década de 1880 a situação continuava, conforme relatou o missionário dominicano frei Michel Laurent Berthet, em relato acerca da aquisição de menores indígenas para o colégio Isabel: “os índios não dão facilmente seus filhos aos cristãos. Mas, se por ocasião de uma guerra, fazem prisioneiros, apressam-se em oferecer as crianças aos encarregados da catequese, em troca de um machado ou de um objeto”<sup>206</sup>.

Em sua crítica à leitura de Terence Turner acerca dos Mebêngôkre enquanto um grupo autossuficiente anteriormente ao contato, Cesar Gordon demonstrou que na verdade os Mebêngôkre eram abertos ao outro, à incorporação da alteridade. Nesse processo a guerra era fundamental. Isso, informa o autor, antecede ao contato com os não indígenas. Desse modo, partindo dessa compreensão, é possível afirmar que a possibilidade de incorporação de bens manufaturados – *nêkrêjx* – mediante o contato e a negociação com o presídio de Santa Maria do Araguaia não representou o início da guerra dos Irã amrayré contra seus tradicionais inimigos, mas a potencialização da *Warre* Mebêngôkre. Isso ocorria em função da possibilidade de se obter cada vez mais os bens materiais que os não indígenas lhes forneciam em troca dos seus cativos de guerra.

Três anos após a sua trágica expedição contra os Gorotire, o capitão Wanaô sofreu um revés que selou de vez o seu destino. Num ataque realizado pelos seus tradicionais inimigos Mebêngôkre, no dia 28 de fevereiro de 1878, Wanaô foi morto. O ofício do presidente Antero Cícero de Assis afirmou que os Gorotire atuaram em conjunto com

---

<sup>205</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875*. Goiás. Tipografia Provincial, 1875, p. 39

<sup>206</sup> BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo Brasil (1883). In: *Revista Memórias Goianas*. Vol. I. Centauro – gráfica e editora: Goiânia, 1982, p. 145

outros “índios Kayapó”<sup>207</sup>. O motivo, segundo ele, era o fato de que Wanaô “obstava os intentos de todos eles de agressão à gente civilizada como chefe do aldeamento d’aqueles estabelecidos próximos ao presídio de S. Maria do Araguaia”<sup>208</sup>. Após o ataque, segundo o presidente da província, os Gorotire atacaram as roças dos moradores do presídio, destruindo-as, e atacando três agricultores, conforme relatou o presidente:

acometeram de surpresa a três pais de família dali que tinham ido ver seus plantios, matando a cacete e flechando a dois deles, Noberto Neves Ribeiro e José Ferreira de Almeida, e ferindo gravemente ao terceiro, que logrou escapar-se e chegar ao presídio, onde referiu o acontecimento”<sup>209</sup>.

O relato se segue com a informação de que os Gorotire continuaram suas expedições na região do Araguaia, o que resultou no envio de “um oficial com algumas praças de linha e municamento”<sup>210</sup> ao local, atendendo às solicitações do comandante daquele presídio, bem como do encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia.

No que concerne à guerra indígena, é preciso ressaltar que os casos em tela nos mostram como a experiência do contato e da convivência dos Irã amrayré com o presídio de Santa Maria do Araguaia promoveu uma mudança no que diz respeito à prática de incorporação (socialização) das crianças raptadas no seio da comunidade aldeã. Assim, parafraseando Mintz, pode-se afirmar que os Irã amrayré “conduz[ia]m a maior parte das suas ações com base em suas experiências e aprendizados passados”<sup>211</sup>.

Enfim, o presídio de Santa Maria do Araguaia, enquanto uma instituição de fronteira, proporcionou o contato e a relação entre os Irã amrayré e os *kubẽ* e seus bens, fazendo daquele espaço uma zona de contato, na qual cada um dos diferentes agentes sociais possuía motivações próprias na construção e manutenção das relações interétnicas. Para aqueles que implementavam a política indigenista da província visando a catequese e civilização dos grupos indígenas, o presídio era um *locus* importante para a

---

<sup>207</sup> Conforme mencionado na introdução, essa expressão era utilizada na documentação oficial para se referir aos Irã amrayré, isto é, os Mebêngôkre cujas aldeias se localizavam na margem oposta àquela em que se encontrava o presídio de Santa Maria do Araguaia. Aqui vale mencionar o fato de que, conforme demonstrado no primeiro capítulo, pelo fato de os Irã amrayré serem inimigos dos Gorotire, realização dessa aliança para atacar a aldeia de Wanaô e, em seguida, as fazendas da região, parece ter sido mais uma estratégia por parte do comandante do presídio a fim de fazer entender a gravidade da situação.

<sup>208</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 10 de abril de 1878. AHEG. Documentos Manuscritos. Livro 652 – correspondência da Presidência da Província de Goiás ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1877-1879)

<sup>209</sup> *Idem*

<sup>210</sup> *Idem*

<sup>211</sup> MINTZ, S. Cultura: uma visão antropológica..., 2010, p. 235

incorporação dos sertões do Araguaia e sua população à lógica econômica Imperial, sobretudo pela possibilidade de controle do território e formação de mão de obra. Nesse sentido, a presença dos Irã amrayré no presídio era condição *sine qua non* para a execução desse intento. Para o Irã amrayré, por seu turno, a relação construída com os invasores de seu território, que eles outrora tentaram obstar, estava inserida dentro de uma rede mais ampla preexistente ao contato, na qual eles colocavam em prática o seu sistema de predação/incorporação do outro.

Antes, através da guerra, tal como se fazia no tempo mitológico, predava-se os outros grupos indígenas da região para se obter os seus cantos, danças e outros conhecimentos; com a instalação do presídio se abriu não só a possibilidade de incorporação de novos *nêkrêjx* ao conjunto de riquezas tradicionais Irã amrayré, como também se operou uma nova dinâmica em sua obtenção, mediante o contato e a negociação com os *kubê*. Nessa perspectiva, o presídio de Santa Maria do Araguaia se constituiu enquanto um espaço produzido e negociado com e pelos Irã amrayré, porém ao seu modo, ao seu tempo, e conforme os seus interesses. Assim, as autoridades da província de Goiás eram obrigadas a executar não a catequese que queriam, mas a que era possível. Fiando-me no binômio tática/estratégia muito bem desenvolvido por Michel de Certeau, pode-se dizer que se as autoridades da província e do Império pensavam estrategicamente o projeto colonial, em suas táticas, os Irã amrayré subvertiam e/ou manipulavam tal projeto. Portanto, a partir de sua leitura política da situação de contato, os Irã amrayré souberam manejá-la ao seu favor, buscando obter lucros e vantagens, apesar das assimetrias na relação de poder.

## Capítulo 5

### Os Irã amrayré e a fronteira Araguaia: o caso do colégio Isabel (1870-1889)

No capítulo anterior busquei demonstrar como se deu a relação dos Irã amrayré com o presídio de Santa Maria do Araguaia, uma instituição de fronteira fundada no território indígena, e que tinha como objetivo a sua catequese e civilização, tendo em vista a promoção da navegação e do comércio pelo rio Araguaia, bem como o povoamento de suas margens. Nesse processo, os rumos dessa instituição e a relação que ela estabeleceu com os Irã amrayré foram definidos pelas dinâmicas internas deste grupo e os seus objetivos. Conforme vimos, do presídio de Santa Maria do Araguaia eram enviados grande parte das crianças que se tornaram alunos no colégio Isabel.

Não são poucas as pesquisas sobre o colégio Isabel, seus objetivos, funcionamento e organização<sup>1</sup>. No geral, elas pouco tratam acerca da trajetória daquele que foi o principal grupo que compôs o alunado da instituição, isto é, os Irã amrayré. Entretanto, elas são unânimes em apontar a importância de José Vieira Couto de Magalhães na fundação e estabelecimento das normas que regravam (ou deveriam regravar, como veremos) o funcionamento da instituição. Alguns trabalhos, como os de David Caume e Márcio Couto Henrique, destacam também as experiências indígenas no âmbito do colégio, ressaltando os processos de resistência indígena. Essa mesma perspectiva também é encontrada no trabalho de Joel Marin. Este autor, muito embora não desconsidere as ações indígenas dentro do colégio, compreende a relação do colégio Isabel com os grupos indígenas enquanto uma imposição da cultura ocidental, não indígena, sobre as culturas indígenas. Segundo ele, esse processo se dava de diversas maneiras, tais como: o batismo, a imposição do uso de vestuário, a alimentação e medicação.

---

<sup>1</sup> Dentre os trabalhos que trataram mais especificamente sobre o colégio Isabel, ou que dele fizeram menção em suas análises, pode-se citar, à guisa de exemplo: CAUME, David J. A história de uma escola para índios: colégio Isabel (Goiás, 1870-1888). *Inter-Ação*, Goiás, v. 21, n.1-2, p.97-124, jan./dez.1997; ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Editora UFG: Goiânia, 1998; RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em história). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004; HENRIQUE, Márcio C. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. FAPERP: Quartet: Rio de Janeiro, 2010. p.45-83; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do colégio Isabel. *História Unisinos*. 13(2): maio/agosto, 2009, 154-167; BALDUINO, Ana Paula. *Educação indígena no Império: a Colônia Orfanológica Agrícola e Industrial Isabel e o projeto pedagógico dos capuchinhos (1874- 1889)*. Dissertação (mestrado em História). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2013.

Conforme informa Marin, ao ingressarem no colégio, as crianças indígenas “eram batizadas, recebiam outros nomes e participavam de rituais para impor uma nova identidade, como se tivessem nascido outra vez”<sup>2</sup>. Com relação ao uso de roupas uniformizadas, o autor menciona que elas “além de descaracterizarem aquelas crianças que, em suas aldeias, andavam nuas, destruía a identidade de cada um dos alunos, cujas etnias e referências culturais eram diferenciadas”<sup>3</sup>. Para o autor, portanto, ao adentrarem no colégio, as crianças indígenas passaram por um processo violento de imposição de uma nova cultura, materializada no batismo cristão e adoção de novos hábitos. Isto, na sua compreensão, levou à destruição da identidade dos alunos.

Sem desconsiderar esses processos de violência aos quais estavam submetidas as crianças indígenas ao adentrarem no colégio Isabel, buscarei ao longo deste capítulo analisar a relação dos Irã amrayré com essa instituição, de modo a demonstrar que assim como fizeram com o presídio de Santa Maria do Araguaia eles trouxeram os seus próprios interesses para a ordem do dia e, dessa feita, redefiniram os rumos do colégio. Enquanto para alguns a passagem pela instituição marcou a sua incorporação ao mundo do não indígena – muitas vezes através do casamento, como aconteceu com as meninas indígenas – ou mesmo a morte, para outros, a experiência no colégio foi agenciada de modo diferente àquele pretendido pelas autoridades da província e do Império. Dessa feita, eles buscaram se apropriar dos conhecimentos ali adquiridos (a língua portuguesa, por exemplo) tendo em vista os seus próprios objetivos, nesse novo contexto da fronteira, marcado pelo encontro, o contato e a convivência cada vez mais constante com o outro. De igual modo, os Irã amrayré buscaram manejar os sacramentos cristãos (especificamente o batismo e o casamento) visando, entre outros ganhos, a obtenção de bens materiais, dentro de uma dinâmica da predação.

### **5.1 “O laço entre a civilização ariana [...] e a civilização aborígene”: a formação de “línguas” e oficiais mecânicos**

Já havia se passado mais de duas décadas desde a instauração do Regulamento das Missões de 1845 quando o Império resolveu empreender um ensaio de civilização indígena nas margens do rio Araguaia, porém sob outros moldes, ou seja, diferente

---

<sup>2</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros..., 2009, p. 156

<sup>3</sup> *Idem*



daquele que se empregava nos aldeamentos sob a liderança dos missionários capuchinhos. Seu fundamento, segundo Manuela Carneiro da Cunha, consistia:

[...] no abandono da política de concentração e aldeamento dos índios, criação de um internato para crianças indígenas, obtidas a troco de ferramentas, e destinadas a serem ‘intérpretes’ linguísticos e culturais e levarem, justamente com os missionários, a ‘civilização’ aos seus parentes<sup>4</sup>

Conforme lembra Rizzini, a criação do colégio foi sugerida ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo próprio José Vieira Couto de Magalhães, reputado conhecedor dos índios do vale do Araguaia<sup>5</sup>. Assim, mediante o decreto n. 275, de 21 de setembro de 1870, do referido Ministério da Agricultura, foi criado o colégio Isabel. Além da formação de intérpretes (línguas), o colégio também tinha como objetivo a formação de trabalhadores indígenas versados em “ofícios mecânicos” para que pudessem auxiliar nos serviços da navegação e na agricultura. Seu principal idealizador e primeiro diretor foi o próprio José Vieira Couto de Magalhães. No projeto de criação do colégio Isabel, de acordo com Karasch, “retomou-se a velha ideia jesuítica de catequizar os índios em suas próprias línguas”<sup>6</sup>.

Manuela Carneiro da Cunha ressaltou que, após a promulgação do Regulamento das Missões de 1845, a fundação do colégio Isabel foi a única experiência inovadora perceptível no Império com relação à catequese e civilização indígena. Esperava-se, inclusive, estender a proposta para a região do Amazonas, do Mucuri ou rio Doce<sup>7</sup>. A instituição era uma espécie de laboratório no sertão do Araguaia, no qual Couto de Magalhães poderia experimentar suas teorias acerca da civilização indígena, mas também reformulá-las, tendo em vista as ações dos indígenas no colégio<sup>8</sup>. Ele próprio afirmou haver sugerido ao então ministro da Agricultura o plano a ser executado no serviço de catequese do Araguaia. O projeto consistia, segundo ele, “no aproveitamento do intérprete indígena para auxiliar o missionário”<sup>9</sup>. Logo no seu primeiro ano de atividade, o colégio

---

<sup>4</sup> *Idem*, p. 140

<sup>5</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em história). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p. 342

<sup>6</sup> KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás..., 1992, p. 405

<sup>7</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política Indigenista no século XIX. In: (org.) *História dos Índios no Brasil...*, p. 139. Para uma reflexão acerca da educação dos meninos pobres (“desvalidos”) na Amazônia imperial, tanto nas escolas primárias, quanto nos internatos de ensino profissional, conferir o RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em história). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>8</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto...*, 2004, p. 342

<sup>9</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. X

Isabel funcionou provisoriamente nas instalações do presídio de Santa Leopoldina e meses depois já se encontrava “na casa que para isto foi construída, cerca de uma milha abaixo do presídio [de Santa Leopoldina]”<sup>10</sup>. O colégio estava vinculado diretamente ao Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, dirigido por Couto de Magalhães, que àquela altura também era o proprietário da empresa de navegação a vapor do rio Araguaia, subvencionada pelo Estado.

À mesma época em que foi fundado o colégio Isabel, outras experiências foram idealizadas noutras províncias do Império. No Pará, D. Antônio de Macedo Costa criou, em 1883, o Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência, instituição voltada para a “educação dos meninos desvalidos dos povoados do interior, das ‘selvas’ e das capitais das Províncias do Pará e do Amazonas”<sup>11</sup>. Outra proposta foi a do cônsul português Domingos Maria Gonçalves, voltada para os “índios de Urubá”, na província de Pernambuco. Sua proposta se encontrava expressa no plano do “Colégio dos Índios de Urubá de Agricultura, e Artes Industriais”, de 1874, porém não chegou a ser implementada, conforme lembra Rizzini<sup>12</sup>.

Para Couto de Magalhães, defensor da teoria da perfectibilidade humana, a língua era o primeiro passo para a realização de uma catequese regular, uma vez que segundo ele, somente a partir da constituição de uma “comunidade da língua” seria possível “colocar uma raça em contato com a outra”<sup>13</sup>. Assim, tendo em vista que era praticamente impossível, na sua compreensão, fazer com que os brasileiros aprendessem as línguas indígenas, era preciso fazer o caminho inverso, isto é “educar meninos selvagens que, continuando o conhecimento da língua materna, sejam nossos intérpretes”<sup>14</sup>, e com isso, pudesse servir, segundo ele, como “o laço entre a civilização ariana, de que nós somos os representantes, e essa civilização aborígene que ainda não transpôs os limites da idade de pedra, e de que eles são os representantes”<sup>15</sup>.

Uma vez educados na língua portuguesa, mas mantendo a sua língua materna, os menores indígenas seriam esse elo entre os dois mundos em contato na fronteira. A

---

<sup>10</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1873*. Tipografia Provincial, Goiás, p. 36

<sup>11</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto...*, 2004, p. 324.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 331-340.

<sup>13</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil ...*, 1874, p. 107

<sup>14</sup> *Idem*, p. 107-8

<sup>15</sup> *Idem*

expectativa de Couto de Magalhães era de que, passados alguns anos, pudessem existir em cada grupo indígena 10 ou 12 pessoas que falassem a língua indígena, mas também a língua portuguesa, e que soubessem ler e escrever. Seriam, segundo ele, “indígenas pela língua e sangue, mas [...] brasileiros e cristãos pelas ideias, sentimentos e educação”<sup>16</sup>. Em *O Selvagem*, Couto de Magalhães defendeu a importância do tripé colônia militar, intérprete e missionário para a catequese e civilização indígena e, conseqüentemente, a conquista e colonização do vale do Araguaia. Sua proposição deste tripé estava baseada na experiência daquilo que os portugueses e espanhóis fizeram na América colonial. O autor lembra que “os jesuítas espanhóis e portugueses criavam nos seus colégios os intérpretes, que não eram outros senão os meninos selvagens a quem davam uma organização militar”<sup>17</sup>. No caso do Império brasileiro à época, segundo Couto de Magalhães, tinha-se a colônia militar, o missionário, mas faltavam os intérpretes<sup>18</sup>, o que tornava esse tripé ineficiente: “de que serve o missionário, com a santidade das leis da religião, se ele não tem língua por onde ensine a regeneradora moral do cristianismo?”<sup>19</sup>.

Como bem lembrou Henrique, esse é o momento em que a atuação dos missionários capuchinhos passava por duras críticas, e a sua eficiência estava colocada em contestação. Nas províncias do Pará e Amazonas, as críticas aos missionários capuchinhos resultaram numa espécie de “saudosismo jesuítico” entre os presidentes de província<sup>20</sup>. Para Couto de Magalhães, o sistema de catequese, da forma como estava estruturado e funcionando, era mau, e fazia do índio catequizado “um ente degradado”, pois, segundo ele, “o esforço do catequista, dirigido especialmente para conseguir um homem religioso, se esquec[ia] de desenvolver as ideias eminentemente sociais do trabalho livre”<sup>21</sup>. A sua proposta, portanto, consistia em utilizar as colônias militares “como auxiliares do povoamento dos sertões, para nelas colocarem intérpretes que, falando a língua das populações selvagens circunvizinhas lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens”<sup>22</sup>. Desse modo, a criança indígena, uma vez formada enquanto língua, auxiliaria o missionário instalado no presídio militar a entrar em contato com a sua aldeia.

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 108

<sup>17</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. X-XI

<sup>18</sup> *Idem*, p. XIII

<sup>19</sup> *Idem*, p. X

<sup>20</sup> HENRIQUE, Márcio C. *Nem Vieira nem Pombal...*, 2018, p. 68

<sup>21</sup> *Idem*, p. 120

<sup>22</sup> COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem...*, 1876, p. XIV

Couto de Magalhães defendia ainda que essa proposta fosse implementada naquelas províncias onde a presença indígena era bastante expressiva e fundamental para o seu desenvolvimento econômico, tais como o Pará, Amazonas e Mato Grosso. Em seu plano, todas essas instituições deveriam estar vinculadas a um colégio de intérpretes que deveria ser fundado na Corte. Este, segundo o autor, deveria ser uma instituição como o colégio Pedro II, no qual “a política não se venha meter”<sup>23</sup>. Para lá as províncias enviariam “os mais inteligentes dos seus alunos”, para aprenderem os ofícios de carpinteiro, ferreiro, bem como uma “educação intelectual prática”. Após formados, esses meninos seriam empregados pelo próprio colégio com a missão de retornarem até as suas aldeias para ali governarem “não com caráter de imposição, mas sendo as influências naturais”<sup>24</sup>. Desse modo, segundo o autor, eles iriam

adquirir grande ascendente entre os seus, tornando-se o canal pelo qual lhes déssemos a pouca ferramenta de que necessitam para as indústrias extrativas, ou os primeiros elementos para criarem entre si a indústria pastoril o bom encaminhamento da economia<sup>25</sup>.

Em 21 de dezembro de 1870, mediante o decreto n.º. 275, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas estabeleceu as diretrizes para o colégio Isabel, através das *Instruções para organização, direção e regime econômico do Colégio Isabel no Vale do Araguaia*. Para a educação das crianças indígenas, as *Instruções* definiam como deveria funcionar o ensino do colégio nos seguintes termos:

1ª O ensino dividir-se-á em duas partes: primário, que compreenderá a doutrina cristã, as primeiras letras e música, e profissional de que farão parte os ofícios mecânicos, principalmente ferreiro e carpinteiro com aplicação especial a construção naval, bem como a prática da agricultura limitada ao amanho das terras, uso dos instrumentos e cultura das plantas habituais aos indígenas. No ensino das meninas entrarão trabalhos de agulha e tear<sup>26</sup>

Nota-se que logo no primeiro artigo da proposta de ensino, algumas questões ficam evidentes: primeiramente, a compreensão de que a religião cristã (“a doutrina cristã”) deveria ser pensada em articulação com a formação profissional (a formação de mão de

---

<sup>23</sup> *Idem*

<sup>24</sup> *Idem*, p. 109

<sup>25</sup> *Idem*

<sup>26</sup> Instruções para organização, direção e regime econômico do colégio Isabel no Vale do Araguaia. Serviço de Catequese no Valle do Araguaia, Leopoldina, em 21 de dezembro de 1870. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675. O documento foi publicado na Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1870 (BRASIL, 1870)

obra); por outro lado, pode-se perceber também que esse ensino estava estritamente relacionado com a própria demanda das autoridades da província de Goiás por trabalhadores especializados nos serviços de construção naval, haja vista a constante necessidade de construção e reparos de embarcações que faziam viagens para o litoral paraense. Além de tradutores, a ideia era que os alunos do colégio retornassem às suas aldeias e, com o conhecimento adquirido, pudessem auxiliar os navegantes. Foi também a preocupação em dar suporte aos comerciantes/navegadores que desciam o rio Araguaia que levou ao Ministério da Agricultura a prever nas *Instruções* do colégio Isabel o ensino de uma “agricultura limitada ao amanho das terras”.

Couto de Magalhães propunha que o ensino estivesse de acordo com as práticas tradicionais indígenas, como sugere no final do parágrafo: “uso dos instrumentos e cultura das plantas habituais aos indígenas”. Já com relação à educação das meninas indígenas, o documento estabelecia que elas deveriam se dedicar aos “trabalhos da agulha e tear”<sup>27</sup>, evidenciando assim uma compreensão de ensino segmentada por sexo. Cabe lembrar, no entanto, que essa divisão dos conteúdos de acordo com o sexo dos alunos estava estruturada segundo a compreensão dos papéis de homens e mulheres na sociedade ocidental da época, em desconexão com as realidades dos grupos indígenas.

No 3º artigo das *Instruções* se reafirmava o objetivo da educação recebida no colégio para a formação de intérpretes: a “educação e instrução que se prestarem terão por fim principal habilitar os menores a serem para o futuro intermediários para com as tribos a que pertençam, atraindo-as aos hábitos sociais”<sup>28</sup>. Entusiasmado com a proposta do colégio e os seus futuros benefícios para a navegação e o comércio entre as províncias do Pará e de Goiás, o presidente da província paraense, Pedro Vicente de Azevedo, destacou: “falando português e tornando-se cristãos, e falando as línguas e tendo sangue indígena, serão o mais seguro laço entre os selvagens e a civilização”<sup>29</sup>. Assim, com a formação de “línguas” indígenas o tripé defendido por Couto de Magalhães ficaria completo, o que, na sua perspectiva, facilitaria a conquista e colonização do vale do Araguaia, mediante a proteção das fronteiras, as comunicações interiores<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> *Idem*

<sup>28</sup> *Idem*

<sup>29</sup> PARÁ, Governo. *Relatório apresentado ao Exm. Senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, pelo Exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará, 1875, p. 104

<sup>30</sup> CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008, p. 55

O documento previa ainda que o professor contratado para o ensino de primeiras letras deveria ser alguém que possuísse o conhecimento da língua “usada pela mais numerosa das tribos”, de modo a proporcionar uma melhor comunicação e servir de intérprete na relação entre os alunos e a instituição (art. 2º). Muito embora se tratasse de uma instituição voltada ao ensino das crianças, o seu diretor foi orientado a admitir os indígenas adultos que mostrassem aptidão para aprender. Ele deveria também atuar em conjunto com os missionários que o governo enviasse para a catequese indígena dos grupos aldeados nas margens do rio Araguaia, e assim recorrer à influência do referido missionário “para chamar ao estabelecimento os meninos que têm de ser instruídos e educados”<sup>31</sup>. De igual modo, ele poderia intervir com os mesmos missionários “para que os objetos que houverem de ser distribuídos a título de brindes aos indígenas sejam permutados por produtos de sua indústria, embora de menor valor”<sup>32</sup>.

No mesmo dia em que foi criado o colégio Isabel e estabelecida as diretrizes de seu funcionamento, o Ministério da Agricultura também publicou o decreto n. 277, que apresentou as “providências para o estabelecimento de uma missão encarregada da catequese da tribo Chambioás”<sup>33</sup>. O aldeamento foi fundado por frei Savino de Rimini no trecho encachoeirado do rio Araguaia, poucas léguas abaixo do presídio de Santa Maria do Araguaia, entre os índios Xambioá. Conforme vimos no primeiro capítulo, este era o trecho em que a navegação do rio Araguaia era bastante difícil, em virtude das corredeiras e entaipavas. No dia 02 de abril de 1872, Couto de Magalhães encaminhou ao missionário as *Instruções para a fundação do aldeamento dos Chambioás*. Além do suporte aos navegadores/comerciantes, as orientações contidas nesse documento evidenciam a preocupação de Couto de Magalhães em fazer com que o novo aldeamento atuasse em sintonia com o colégio Isabel. Logo nos dois primeiros parágrafos, o texto informava:

§1º O plano da catequese no vale do Araguaia, segundo as vistas do governo imperial, baseia-se na ideia de criar e educar o menino selvagem, para, por seu intermédio, levar a civilização às suas tribos.

---

<sup>31</sup> Instruções para organização, direção e regime econômico do Colégio Isabel no Vale do Araguaia. Serviço de Catequese no Valle do Araguaia, Leopoldina, em 21 de dezembro de 1870. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675.

<sup>32</sup> *Idem*

<sup>33</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870, p. 362

§2º Nessa conformidade V. Rvma proceda, procurando haver para o aldeamento meninos e meninas, criando-os e educando-os sem perderem o uso da própria língua<sup>34</sup>.

Aqui estão presentes dois princípios caros à proposta de civilização indígena defendida por Couto de Magalhães: a compreensão de que, uma vez educado nos moldes ocidentais, a criança indígena seria a responsável por “levar a civilização às suas tribos”. Entretanto, para isso – eis aqui o segundo princípio – era preciso que ela não perdesse o uso de sua língua nativa, a despeito de aprender a língua portuguesa. Em acordo com o que propunha o decreto de criação do colégio Isabel, Couto de Magalhães orientou frei Savino para que fornecesse alunos ao referido colégio, optando por aqueles que demonstrarem mais “inteligência ou aptidão para ofícios”. Uma vez identificados, eles deveriam ser remetidos à Santa Leopoldina através dos botes pertencentes à empresa de navegação ou qualquer outro<sup>35</sup>.

Passados quase seis anos desde a fundação do colégio Isabel, Couto de Magalhães propôs e implementou a criação de uma fazenda para a educação dos menores indígenas do colégio, fundada nas proximidades do lago Dumbá, na margem esquerda do rio Araguaia, na província do Mato Grosso. As suas diretrizes de funcionamento foram estabelecidas em 11 de outubro de 1876, com as *Instruções para a fazenda de criação dos índios do Araguaia*. Couto de Magalhães, que se encontrava no Rio de Janeiro à frente da Diretoria do Serviço de Navegação e Catequese e Colonização do Araguaia, apresentou essa proposta ao Ministro da Agricultura, que a aprovou. O princípio que justificaria a criação de uma fazenda para o serviço da catequese, de alguma forma, já havia sido apresentado por Couto de Magalhães em 1874 na obra *Região e raças selvagens do Brasil*, quando o autor ressaltou a aptidão do indígena para a indústria da criação:

Que a educação tão caridosa mandada dar pelo governo imperial aos indígenas no Colégio Isabel ser incompleta se não se proporcionasse aos mesmos os meios de *aprenderem a indústria pastoril para ensiná-la nas numerosas aldeias que existem a margem do Araguaia, indústria*

---

<sup>34</sup> Instruções para a fundação do aldeamento dos Chambioás. In: BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Quinta Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barros Barreto*. Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1879, p. 01, anexo.

<sup>35</sup> Convém lembrar que o aldeamento Xambioá ficava localizado abaixo do Presídio de Santa Maria do Araguaia, no trecho encachoeirado daquele rio, onde não passava a embarcação a vapor, somente os botes conduzidos à vara.

*para que são muito aptos, e para a qual é excelente a região que habitam*<sup>36</sup>

Na compreensão de Couto de Magalhães, a aprendizagem do ofício da indústria pastoril estava em sintonia não só com as possibilidades da região do vale do rio Araguaia, onde havia pastagens naturais propícias à criação de gado, mas também estava em conformidade com a aptidão dos indígenas para o serviço. As experiências dos primeiros anos de ensino dos ofícios de carpintaria e ferraria no colégio, no qual os indígenas demonstravam pouco interesse, parecem ter exercido alguma influência nessa compreensão de Couto de Magalhães. Segundo o documento, a fazenda de criação de gado vacum e cavalariaria deveria se chamar “Fazenda dos Índios”. Para o início das criações da fazenda, o próprio diretor se comprometeu em fazer a doação de “um carro com os competentes arreios e seis juntas de bois mansos para puxarem a madeira necessária para casa e currais”; 5 armas de fogo, 2 cavalos, além de “duzentas novilhas e garrotes e 20 éguas que nesta data manda comprar em S. José de Jamimbú e entregar na mesma fazenda”<sup>37</sup>. Após se realizar a construção da casa e dos primeiros currais da fazenda, o carro e os bois deveriam ser vendidos e o dinheiro aplicado na compra de mais gado para a fazenda.

Todo o gado adquirido para a fazenda pertenceria aos índios (alunos), entretanto eles eram destinados à criação, ou seja, não deveriam ser vendidos:

Dele se dará a cada um dos meninos varões do Colégio Izabel, dos que tenham 12 anos para mais, uma vaca, a quem ficará pertencendo assim como a descendência da mesma, para o que se fará sinal próprio; e se mostrará a cada um dos meninos qual é a sua; e, ao passo que for sendo possível se lhe ensinará a tirar leite, a curar e a tratar do animal e filhos, de modo que ele se ocupe no serviço não como famulo mas como dono<sup>38</sup>.

Segundo o projeto, após demonstrarem “amor ao trabalho” e “inclinação para a indústria pastoril” no ensino da fazenda, eles receberiam duas novilhas, um garrote, um cavalo e uma égua. A proposta era de que inicialmente se fizesse isso com um indígena de cada aldeia e se essa experiência apresentasse resultados satisfatórios esse número deveria ser aumentado. Quanto às meninas indígenas matriculadas no colégio, a sua parte

---

<sup>36</sup> Instruções para a fazenda de criação dos índios do Araguaia. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1876. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675, grifo meu.

<sup>37</sup> *Idem*

<sup>38</sup> *Idem*



na produção da fazenda viria após o casamento, ocasião em que lhe seriam dados, a título de dote, algumas novilhas, garrotes e éguas<sup>39</sup>. Se a produção aumentasse de maneira satisfatória, parte dela poderia ser vendida e os dividendos comporiam um fundo em benefício da educação dos índios.

O diretor do Serviço de Catequese estabelecia que os meninos que fossem maiores de 14 anos e que já soubessem ler e escrever deveriam ser enviados à fazenda para servirem de vaqueiros<sup>40</sup>. Nota-se que a perspectiva era que, de fato, a formação de língua (intérprete) fosse complementada com o ensino prático da indústria pastoril. Uma vez na fazenda, era preciso todo o cuidado para que os alunos não perdessem o vínculo com os rudimentos da língua portuguesa, mas por outro lado, a sua ligação com a sua língua e cultura nativa não poderia ser negligenciada, haja visto que eles deveriam voltar para sua aldeia. Desse modo, era preciso tomar alguns cuidados para que esse vínculo com a cultura do próprio grupo não se perdesse:

chamá-los-á pelos seus nomes indígenas; fará com que entre si falem pela sua língua; aos sábados promoverá as danças cantadas de que eles rezam, em sua língua; estas cousas se recomendarão por que é necessário não esquecer que estes meninos tem de mais tarde voltar as aldeias para serem intérpretes e para n'elas ensinarem a indústria pastoril e outras servindo de nexos entre nós os cristãos<sup>41</sup>

Nessa perspectiva, dever-se-ia ensinar os rudimentos da vida civilizada, do trabalho sedentário, porém não se deveria esquecer que o que fazia do índio alguém apto para a vida nos sertões do Araguaia era justamente a sua aclimação, e o desprendimento dos cômodos da convivência dos grandes centros. Portanto, a proposta pedagogia da fazenda foi pensada de modo que, muito embora se ensinasse a língua portuguesa às crianças indígenas, era preciso todo o cuidado para fazer com que elas não se esquecessem de seu modo de vida singular, sua língua e suas “danças cantadas”. A preocupação de Couto de Magalhães era de que a estadia dos menores indígenas no colégio/fazenda fizesse com que eles “considera[ssem] como coisa ridícula a sua língua e as suas tradições”<sup>42</sup>. Daí toda a preocupação em articular o ensino da língua portuguesa, os ofícios, com a cultura e a língua indígena.

---

<sup>39</sup> *Idem*

<sup>40</sup> *Idem*

<sup>41</sup> *Idem*

<sup>42</sup> *Idem*

Quer seja nas aulas de primeiras letras (para meninos e meninas), de ofícios de ferreiro e carpinteiro ou na indústria pastoril (para os meninos), ou de fiar, tecer e cozinhar (para as meninas), tudo tinha seu início com o processo de captação/aquisição de menores indígenas para o colégio. Esse processo, conforme veremos no próximo tópico, acontecia nos aldeamentos e presídios militares fundados ao longo da margem direita do rio Araguaia, mas também de alguns aldeamentos situados nas margens do rio Tocantins. Em alguns casos, ocorriam também o tráfico de crianças indígenas para o colégio.

## 5.2 Aquisição de menores indígenas

A aquisição de crianças indígenas para o colégio Isabel se dava basicamente de duas maneiras: a primeira era através da comercialização com os próprios indígenas, mediante o resgate dos seus cativos de guerra. Essa situação, conforme mencionado anteriormente, resultou no aumento da guerra dos Irã amrayré contra seus tradicionais inimigos, tendo em vista a possibilidade de obterem bens materiais através da troca de seus prisioneiros. Entretanto, eles não foram os únicos que forneceram cativos de guerra ao colégio Isabel. Os Karajá também viram no interesse das autoridades da província uma oportunidade de conseguirem brindes. O antropólogo Herbert Baldus conheceu na cidade de Goiás, em setembro de 1935, uma antiga professora do colégio Isabel chamada Dona Delfina de Arruda Correia. Apesar de não saber precisar ao certo a data em que ocorreu o fato, ela lhe contou que havia naquela escola três crianças Tapirapé que foram levadas pelos Karajá, que as “tinham raptado e vendido”<sup>43</sup>. Certamente tal fato se deu antes de 1879, ano em que a referida professora foi dispensada de sua função no colégio Isabel<sup>44</sup>.

A segunda forma de aquisição de alunos indígenas para o colégio era através do tráfico de crianças pelos não indígenas, após raptá-las em suas aldeias. Essa prática gerou impactos negativos à política de aquisição de alunos para o colégio Isabel, uma vez que gerou a aversão indígena ao colégio. Os Karajá foram os maiores afetados por essa prática e, conseqüentemente, os que apresentaram maior aversão a enviarem suas crianças para o colégio. Em dois ofícios enviados ao Ministério da Agricultura, o presidente Aristides

---

<sup>43</sup> BALDUS, H. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Ed. Nacional/Edusp: São Paulo: 1970, p. 45. O missionário dominicano, frei Estevão Gallais, menciona o caso de um dos barqueiros que, em 1901, o conduziu de Leopoldina até a missão de Conceição do Araguaia. Tratava-se do barqueiro chamado Moysés, “um índio Kayapó”. Quando criança, a sua aldeia foi atacada pelos Karajá, o quais o raptaram e deram a uma família de Leopoldina, que o criou (GALLAIS, 1903, p. 24)

<sup>44</sup> Ofício do Presidente da Província ao Encarregado Interino do Serviço de Catequese do Araguaia. 13 de maio de 1879. AHEG. Livro 673. Correspondência da Presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885).

de Souza Spínola lamentou as consequências negativas do rapto de crianças para o colégio. No primeiro ofício, de 22 de dezembro de 1879, Spínola informou: “a aquisição de meninos [...] reprovadamente se tem feito por meio do tráfico”<sup>45</sup>. Foi pensando em combater essa prática que ele solicitou ao empresário da navegação a vapor que não permitisse que as tripulações ou passageiros das embarcações pernoitassem em qualquer aldeamento. Além disso, ele também fez outra solicitação: “não se transportem menores aborígenes, seja qual for o pretexto, desde de que não tenha passe da repartição da catequese ou estejam em companhia de seus pais”<sup>46</sup>.

No ofício de 26 de janeiro de 1880, Souza Spínola explicitou mais uma vez a sua preocupação acerca dessa questão, afirmando que desde quando se criou o colégio Isabel, “não se regulou o modo dos fornecimentos, não se fez estatutos internos, não se regulamentou as relações da Diretoria com os aldeamentos, *não determinou os meios para a obtenção de crianças a ele destinadas*”<sup>47</sup>. Por essa razão, segundo ele, ocorreram uma série de irregularidades na condução da instituição, tais como “abusos no fornecimento, falta de inspeção no procedimento dos encarregados, irregularidades no pagamento, pessoal desnecessário, *a de aquisição de crianças por violências, ou por meio de tráfico reprovado*”<sup>48</sup>. Esses problemas, somados a outros, “vieram prejudicar a execução do projeto”, disse o presidente<sup>49</sup>.

Spínola chamou atenção mais especificamente para a importância do combate ao tráfico de crianças indígenas, uma vez que essa prática estava levando ao aumento das guerras entre os grupos indígenas: “infelizmente, tem-se animado essas lutas comprando-se as crianças que umas furtam ou roubam às outras”<sup>50</sup>. Segundo ele, o fato de se encontrarem na mesma instituição representantes de diferentes grupos indígenas do vale do Araguaia, fazia com que o colégio Isabel tivesse a capacidade de “fazer desaparecer

---

<sup>45</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 22 de dezembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 05, anexo

<sup>46</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 06 de março de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 – correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885), p. 17

<sup>47</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 26 de janeiro de 1880. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 10, anexo, grifo meu

<sup>48</sup> *Idem*, grifo meu

<sup>49</sup> *Idem*, grifo meu

<sup>50</sup> *Idem*

os ódios e as dissensões das tribos”<sup>51</sup>. Entretanto, isso estava comprometido pelo fato de que o tráfico de crianças indígenas fomentava ainda mais as guerras.

Souza Spínola lembrou ainda que um antigo encarregado do Serviço de Catequese, já falecido, furtou algumas crianças entre os Karajá para serem educadas no colégio Isabel. Segundo ele, este fato, ocorrido há anos, fez com que a notícia corresse entre todas as aldeias dos Karajá e, com isso, “eles escondessem as crianças da vista dos cristãos” sempre que uma embarcação apostasse em suas aldeias<sup>52</sup>. Ele próprio chegou a presenciar por várias vezes, segundo relatou, “os grupos de crianças que corriam para fora da aldeia ou para elas voltavam, quando o vapor se aproximava ou afastava-se”<sup>53</sup>. De acordo com Spínola, muitas crianças nas aldeias Karajá “tremiam ou agarravam-se às mães pensando que eu queria arrancá-los d'aldeia”<sup>54</sup>.

Em 1880, por ocasião da fundação do presídio militar na ilha do Bananal, o presidente Souza Spínola encaminhou ao encarregado da expedição, um ofício contendo 14 instruções, e dentre elas havia a orientação para “obter crianças, por meios brandos e suasórios, para o colégio Isabel, em Leopold”<sup>55</sup>. O Alferes Manoel Gonçalves, encarregado da expedição, estava “proibido [de] comprar ou trocar crianças, tomadas ou furtadas de umas tribos às outras”, uma vez que estas crianças deveriam ser “voluntariamente entregues p<sup>r</sup> seus pais ou pelas pessoas que as criem e zelem”<sup>56</sup>. A forma violenta com que foram adquiridos os alunos para o colégio Isabel não passou despercebida aos olhos do explorador alemão Paul Ehrenreich durante a sua viagem ao Araguaia, em 1888. Em seu relato, ele informou:

---

<sup>51</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 22 de dezembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 05, anexo

<sup>52</sup> JARDIM, J. R. M. *O Rio Araguaia: relatório de sua exploração pelo Major d'Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação, pelo Tenente Coronel d'Engenheiros Jeronimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens*, pelo Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente de Goiás. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1880, p. 43

<sup>53</sup> *Idem*

<sup>54</sup> *Idem*

<sup>55</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Aristides de Souza Spínola, ao Alferes Manoel Gonçalves, em 02 de outubro de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 691 – correspondência com autoridades militares (1879-1884). Também publicado em: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm e Exm Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da Província, no ato de passar a administração ao Exm Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia Tribuna Livre: Goiás, 1880, p. 22

<sup>56</sup> *Idem*

Quando se fundou nas proximidades de Leopoldina o colégio Isabel com o intuito de educar jovens índios, para estabelecê-los mais tarde como colonos, malograram as tentativas de obter crianças Karajá como alunos. Há alguns anos, cometeu-se a imprudência de atrair e raptar alguns meninos; desde esse tempo, a criançada costuma fugir quando se aproxima uma canoa, e é só com muita dificuldade que se consegue fazê-las voltar à aldeia<sup>57</sup>

O relato de Ehrenreich acerca da prática do rapto de crianças entre os Karajá é semelhante à informação que consta na edição de 9 de março de 1888 do periódico *Goiás*. Segundo o jornal, não havia Karajá que pudesse “consentir que filho ou parente seu entr[asse] para o colégio, mesmo tendo a possibilidade de poder visitá-los e da comodidade da instituição”<sup>58</sup>. O *Goiás* informou ainda que quando um vapor se aproximava das aldeias, “tudo quanto é criança de ambos os sexos em condições de aprender, ou fog[ia] para o lado da praia oposto ao do desembarque, ou escond[ia]-se dentro das cabanas ou *tauás*”<sup>59</sup>. O presidente Souza Spínola lamentava que, muito embora os Karajá dominassem o trecho de franca navegação do rio Araguaia, e mantivessem relações comerciais com os não indígenas por ocasião do fornecimento da lenha para a empresa de navegação a vapor em troca de brindes, eles receavam enviar os seus filhos para o colégio<sup>60</sup>. O presidente lembrou que, “apesar de ser essa tribo a mais numerosa do alto Araguaia, e estar em contato com os cristãos e ter chefes que falam quase todos o nosso idioma, poucos índios a ela pertencentes existem no colégio Isabel<sup>61</sup>. Não por acaso, informou, a maioria dos alunos que frequentava o colégio era oriunda de Santa Maria e das aldeias localizadas abaixo daquele presídio<sup>62</sup>. Portanto, a forma como se dava a captação de alunos indígenas nas aldeias Karajá localizadas nas margens do rio Araguaia, mediante o rapto, foi preponderante para o número diminuto de representantes

---

<sup>57</sup> EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil..., 1948, p. 62

<sup>58</sup> *Goiás*: Órgão Democrata, sexta-feira, 9 de março de 1888. Ano III, n. 129, p. 02, grifo do autor

<sup>59</sup> *Idem*

<sup>60</sup> Ofício do presidente Aristides de Souza Spínola ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 23 de novembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 02, anexo

<sup>61</sup> Ofício ao do presidente Aristides de Souza Spínola ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 09 de dezembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 02, anexo. O presidente J. A Leite Moraes registrou a sua impressão acerca do comércio que os Karajá empreendiam com a empresa de navegação a vapor, em 1881, dizendo que eles, os Karajá, “prepara a lenha nas devidas proporções para o consumo do vapor e recebem em troca machados americanos, facas, foices, arpões e fumo”. “Então”, continua ele, “é belo de ver-se, na pequena aldeia e na barranca onde o vapor possa atracar-se, a lenha muito bem amontoada, e, quando o vapor dá o sinal de sua aproximação, os índios vão colocar-se ao pé da lenha para entrega-la, inspecionar a contagem e receber a troca” (LEITE MORAIS, 1995, p. 158)

<sup>62</sup> *Idem*

dessa etnia no colégio, o que contrastava com a presença significativa dos Irã amrayré, conforme veremos adiante.

Tendo em vista esse estado de coisas, Souza Spínola escreveu ao diretor do aldeamento de São José do Araguaia, no dia 06 de março de 1880, recomendando-lhe:

[empregue] todos os esforços para que sejam mantidas as relações existentes entre os índios Karajá, cujas aldeias se estendem ao longo do rio Araguaia, e os cristãos, proporcionando aos mesmos índios, principalmente aos chefes os precisos meios para que visitem quando quiserem o colégio Isabel e a fazenda Dumbazinho, convencendo-os das vantagens do trabalho e dívida social, não consentindo que os vexee os maltrate a gente civilizada<sup>63</sup>

Os anos seguintes mostraram que os cuidados por parte do presidente para atrair os Karajá para o colégio não surtiram muito efeito, pois ao tomarmos os mapas dos alunos do colégio Isabel e analisarmos estatisticamente os dados acerca da quantidade de alunos por etnia, no período compreendido entre dezembro de 1878 a julho de 1888, é visível a preponderância dos Irã amrayré com relação as outras etnias. Em dezembro de 1878, por exemplo, os Karajá representavam somente 12% do total de alunos matriculados no colégio. No ano de 1880 praticamente não houve aluno Karajá no colégio. Já entre os meses de abril a junho daquele ano havia somente um aluno Karajá, que nos meses seguintes não foi mais mencionado na documentação. No ano seguinte, a escola só contou com a presença de um aluno Karajá no mês de dezembro, o qual permaneceu até maio do ano de 1882. No decorrer daquele ano, mais uma vez, a escola não teve sequer um aluno Karajá matriculado. Nos anos que se seguiram, os Karajá nunca chegaram a ter mais que dois alunos matriculados no colégio<sup>64</sup>.

O mapa das aulas de primeiras letras referente ao período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 1871, publicado na edição de março de 1872 do *Correio Oficial de Goiás* exemplifica muito bem esse fato: dos 23 alunos que frequentavam as aulas, apenas um deles era Karajá. Tratava-se de Uadjurema, o qual havia entrado no colégio no dia 30 de janeiro de 1871. De acordo com o mapa, Uadjurema não conhecia nada da língua portuguesa quando se matriculou no colégio, mas em dezembro de 1871, o documento apresentou a seguinte informação a seu respeito: “lê escrito e escreve

---

<sup>63</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Diretor do Aldeamento de São José do Araguaia, em 06 de março de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 – correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885), p. 15

<sup>64</sup> De abril de 1885 a junho de 1888, o colégio Isabel teve dois Karajá matriculados.

debuxo”<sup>65</sup>. Tempos depois, em 1874, devido ao aprendizado da língua portuguesa, Uadjurema foi destacado como intérprete para o aldeamento Xambioá, para auxiliar frei Savino de Rimini. Dois anos depois Uadjurema faleceu, juntamente com outros dois alunos do colégio<sup>66</sup>.

Outro que também fez menção à prática do rapto de crianças Karajá e sua consequência para a aversão destes ao colégio Isabel foi o explorador francês Henri Coudreau. Ao se referir aos Karajá aldeados nas proximidades do aldeamento de São José do Araguaia, em 1897, ele fez menção da presença de alguns ex-alunos do colégio Isabel naquela aldeia, e destacou também o fato de que “a maior parte dos jovens indígenas levados para lá tinha sido por fornecedores poucos escrupulosos[...], que roubavam nas malocas indiozinhos para receber o prêmio prometido”<sup>67</sup>. Essa era uma das razões pelas quais, segundo ele, “os índios, uma vez educados, não demoravam para tomar o caminho das malocas onde eles esqueciam seus rudimentos de instrução e o uso de roupas”<sup>68</sup>.

O missionário dominicano Estevão Gallais, escrevendo aos noviços da ordem dominicana em Toulouse, informou que o colégio Isabel “recrutava os alunos arrancando-os à força a seus pais”<sup>69</sup>. Para o missionário, a fundação daquela instituição era uma forma de “dar a [...] conquista da civilização as aparências de uma obra humanitária e mesmo cristã”<sup>70</sup>. Em seu relatório de viagem, ele ressaltou os poucos resultados da instituição e criticou a forma como se dava a aquisição de alunos para o colégio, dizendo: “o colégio Isabel, que devia fornecer à colonização um contingente precioso tirado do elemento indígena, só deu resultados deploráveis. Para enchê-lo, arrancou-se à força os meninos dos pais, sujeitando-os a um regime desmoralizador”<sup>71</sup>.

É claro que a já citada necessidade de justificar a nascente missão e Conceição do Araguaia para os seus superiores na França fez com que ele ressaltasse os efeitos deletérios da instituição sobre os povos indígenas<sup>72</sup>. O tradutor de seu relatório, Octaviano

---

<sup>65</sup> *Correio Oficial de Goiás*. Sábado 02 de março de 1872, n. 02, p. 04

<sup>66</sup> O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação em Portugal...*, 2010, p. 50-1

<sup>67</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1987, p. 179, tradução nossa

<sup>68</sup> *Idem*

<sup>69</sup> Carta de frei Estevão Gallais aos noviços do Convento de Tolosa. Leopoldina, 15 de janeiro de 1901. Cartas do Brasil, por frei Estevão Gallais (*Coleção Memória Dominicana* - 12). S.d, p. 29

<sup>70</sup> *Idem*, p. 28

<sup>71</sup> GALLAIS, Estevão M. *Entre os Índios do Araguaia...*, p. 21

<sup>72</sup> Um exemplo disso é afirmação acerca da quantidade de alunos que morreram no colégio: “Centenas, milhares talvez, morreram mais de nostalgia do que de outra qualquer moléstia, e encheram com os seus cadáveres o grande cemitério em que repousam. Foram os mais felizes. Os sobreviventes apressaram-se, à

Esselin, contrapôs essa afirmação do missionário, trazendo a sua avaliação acerca de sua própria experiência no Araguaia, quando era praticante de maquinista no rio Araguaia. Esselin afirmou que “os índios entregavam os filhos com muito boa vontade após ligeira troca de palavras com o intérprete Cadete Pedro, e sempre com o riso nos lábios, tal a liberdade e confiança com que o faziam”<sup>73</sup>. Segundo ele, se porventura esses episódios de furto ocorreram, tal fato se deu quando o general Couto de Magalhães passou a direção do Serviço de Catequese para outras mãos<sup>74</sup>.

Mas além do rapto e do tráfico de crianças indígenas para o colégio Isabel, a documentação registra também casos em que os próprios indígenas se deslocavam de suas aldeias para o colégio ou enviavam as suas crianças. Os poucos casos registrados na documentação valem a pena serem citados aqui, tendo em vista os elementos que eles suscitam para essa discussão. Vamos a eles, portanto. Na tarde do dia 27 de novembro de 1875, após realizar “próspera viagem”, o vapor Araguaia aportou no porto de Santa Leopoldina, vindo do presídio de Santa Maria do Araguaia. Entre os seus passageiros estavam funcionários do Estado, mas também futuros alunos para o colégio Isabel. Eram “oito índios menores da tribo Kaypó [sic], que vieram com destino ao colégio Isabel, dos quais faleceu um índio na chegada”<sup>75</sup>. Segundo informou o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia ao presidente da província, essas crianças foram

---

saída do colégio, em voltar à suas florestas, em retomar a vida selvagem, com os seus hábitos acrescidos de mais alguns vícios” (GALLAIS, 1903, p. 22)

<sup>73</sup> Nota do tradutor (Octaviano Esselin). In: GALLAIS, Estevão M. *Entre os Índios do Araguaia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1903, p. 21.

<sup>74</sup> Se o relato de frei Estevão Gallais pesa na mão com o objetivo de tentar justificar a necessidade de continuidade da missão dominicana entre os Irã amrayré, o relato de Esselin faz justamente o contrário. Em 1902, em carta publicada na reedição da obra *Viagem ao Araguaia*, de Couto de Magalhães, Esselin assume um tom saudosista e prosélito com relação à obra de Couto de Magalhães no rio Araguaia (a navegação a vapor e a catequese indígena no colégio Isabel). Em sua carta/relato ele informou que os pais entregavam os filhos ao colégio “certos, talvez, do carinho com que seriam tratados, como de fato o foram, pelos professores capitão Felicissimo do Espírito Santo e sua esposa d. Emereciana Vicencia de Azevedo, e certos também de que os filhos se tornariam mais úteis às suas aldeias” (ESSELIN, 1902, p. XXV). O fato de os Karajá negociarem a lenha com os vapores da empresa de navegação do Araguaia, em troca de brindes, é tomada por Esselin como parte dos “efeitos mágicos de uma bem compreendida catequese, tendo por base o intérprete” (*Idem*). Quando comparado a outros relatos (como os de Ehrenheich, por exemplo) e os relatórios dos presidentes de Província, fica claro que Esselin estava de fato preocupado em enaltecer a “obra” de Couto de Magalhães, por ocasião da reedição dessa obra. Outrossim, os registros acerca do tráfico de crianças indígenas remetem ao início da década de 1870, época em que Couto de Magalhães ainda estava à frente do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Por fim, é mister registrar que, em sua carta, Esselin nada menciona acerca do massacre dos Xambioá, impetrado pelo missionário capuchinho, frei Savino de Rimini. Acerca desse missionário, Esselin destacou que o referido missionário foi capaz de “se desfaz[er] abnegadamente de todos os gozos terrenos para dedicar-se em todos os instantes da vida em benefício dos infelizes” (*Idem*).

<sup>75</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado interino do Serviço de Navegação à vapor do Araguaia, 13 de dezembro de 1875. AEHG. Documento manuscrito. Livro 1874 – Ofícios do Governo da Província ao Encarregado da Navegação a Vapor do Araguaia.



entregues pelos próprios Irã amrayré ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, major Pedro Dias Paes Leme, que os brindou com oito machados americanos<sup>76</sup>. Entretanto, antes de uma avaliação mais aligeirada do episódio a ponto de pensar que os Irã amrayré estavam vendendo suas crianças em troca de brindes, é preciso considerar um fato anterior: a já mencionada campanha militar fracassada de Wanaô contra os Gorotire e suas consequências para a sua aldeia.

Após a sua derrota, e a destruição de suas roças pelos Gorotire, a aldeia de Wanaô se encontrava “na maior penúria”. Tal situação foi atenuada pelo comandante do presídio, que enviou milho e farinha em socorro a sua aldeia<sup>77</sup>. Com essa catástrofe demográfica, o número de guerreiros havia se reduzido a 20 indivíduos, o que tornou delicada a situação da aldeia. Com poucos guerreiros, a aldeia estava fragilizada frente aos Gorotire e suas expedições guerreiras no Araguaia. Nessa situação, aumentava o risco de rapto das crianças e mulheres num potencial ataque surpresa. Ademais, a destruição de sua roça representou também uma crise no abastecimento de alimento, apesar da possibilidade de obtenção de caça. É nesse cenário que as crianças Irã amrayré foram enviadas para o colégio Isabel.

É necessário considerar também a possível avaliação feita pelas lideranças e/ou os familiares das crianças enviadas ao colégio: a possibilidade de poder proteger suas crianças do rapto dos Gorotire, o que impossibilitaria vê-los novamente (diferentemente do colégio Isabel, onde a presença dos adultos indígenas era, inclusive, incentivada) e, ao mesmo tempo, de obtenção de brindes dados pelo comandante do presídio. Dentre esses alunos estavam Cabá e Caô, ambos com aproximadamente 12 anos de idade quando se matricularam no colégio, no dia 28 de novembro de 1875. Em dezembro de 1878, e durante o ano de 1879, eles se encontravam na fazenda dos índios, no Dumbazinho<sup>78</sup>. Segundo o mapa dos alunos de dezembro de 1878, eles não tinham conhecimento algum da língua portuguesa, ao passo que, em 1879, eles já haviam aprendido algumas sílabas.

Caso semelhante foi registrado no relatório do presidente Aristides de Souza Spínola, de 01 de março de 1880. Trata-se do já citado episódio em que cinco capitães Irã amrayré foram até o presídio de Santa Maria do Araguaia em busca do presidente da

---

<sup>76</sup> *Correio Oficial de Goiás*. 09 de janeiro de 1876. Ano XXXIX, n. I. Tipografia Provincial, p. 01

<sup>77</sup> *Idem*, p. 11

<sup>78</sup> Mapa mensal dos Alunos indígenas existentes no colégio Isabel durante o mês de dezembro de 1878. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

província, que dias antes esteve no seu acampamento, na margem esquerda do Araguaia, defronte ao presídio. Era o dia 17 de outubro de 1879, quando eles atravessaram o rio rumo àquele presídio e, no dia 18, segundo informação do comandante João Detsi, os capitães trouxeram consigo dois meninos de aproximadamente 6 a 7 anos, e uma menina de 8 a 9 anos que. Segundo o comandante do presídio, os três seriam remetidos ao colégio por um dos vapores da empresa de navegação. No dia 21, Bebkety, outro capitão, levou ao comandante João Detsi mais um menino de 12 a 13 anos e uma menina de 10 a 11 anos.

Aqui, mais uma vez, é necessário ponderar e entender o contexto em que as crianças foram “doadas” ao comandante. Takakare – capitão que se expressava em português, apesar das dificuldades – comunicou ao comandante João Detsi que as suas aldeias haviam sido atacadas por colonos, em suas bandeiras, e mataram suas mulheres e filhos. Ele próprio, Takakare, tinha um ferimento do pé, “uma cicatriz profunda”, segundo relatou João Detsi. Nesse cenário, conforme já descrito no capítulo anterior, os capitães informaram que gostariam de se aldear nas margens do rio Araguaia, a salvo das enchentes, mas também das expedições dos colonos. Joel Marin afirma que em função desse ataque “os índios adultos ficaram traumatizados com tanta violência e pediram proteção ao diretor do presídio de Santa Maria”, e “transferiram espontaneamente três meninos e duas meninas”<sup>79</sup>. Os casos em tela parecem se aplicar a uma questão levantada por John Monteiro acerca dos índios no período colonial. Segundo ele, é preciso “considerar que as escolhas pós-contato sempre foram condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada e expansão dos europeus em terras americanas”<sup>80</sup>.

Já havia se passado quase dois anos desde a morte de Wanaô, e por aquela época alguns Irã amrayré realizavam ataques a fazendas nas proximidades do presídio de Santa Maria do Araguaia. Nesse contexto, o sertão havia se tornado um espaço de perigos e insegurança àquele grupo, sujeitos aos ataques dos Gorotire, mas também dos colonos do presídio. Assim, frente às essas questões, os Irã amrayré retomaram o contato com aquela guarnição e utilizaram ambas as instituições (o presídio e o colégio) a seu favor, quer fosse para o envio de algumas crianças ao colégio, ou para a obtenção de bens materiais,

---

<sup>79</sup> MARIN, J. A formação de trabalhadores brasileiros..., 2009, p. 161

<sup>80</sup> MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores...*, 2001, p. 75

os denominados *nêkrêjx*. Mas é possível também que algumas dessas crianças, cuja etnia não foi identificada por João Detsi, fossem cativos de guerra.

Em março de 1878, chegou a Santa Leopoldina, vindo “da missão de Santa Maria uma menor indígena da tribo Kayapó com destino ao ensino do colégio pelo vapor que [...] chegou a 21 de março findo”. Logo no dia seguinte ela foi matriculada no colégio<sup>81</sup>. No dia 14 de janeiro de 1880, conforme informou o presidente da província de Goiás, “foram recolhidos no colégio Isabel duas meninas indígenas da tribo Kayapó de 6 a 7 anos de idade pouco mais ou menos, as quais foram remetidas do presídio de Santa Maria do Araguaia pelo respectivo comandante”. O presidente informou ainda que ao comandante foi remetida a quantia de 48.000 réis, relativo à “brindes e comedorias que ele alegou ter gasto com os ditos indígenas”<sup>82</sup>. Algumas vezes, os menores Irã amrayré ou de outras etnias ficavam no presídio de Santa Maria do Araguaia à espera da saída de um dos vapores para seguirem viagem para o colégio Isabel. Nesse interim, eram cuidados por particulares, os quais eram depois ressarcidos pela província. Esse foi o caso de Virgínia Leal do Nascimento e Geralda Pereira. Entre o dia 02 de outubro e 21 de dezembro de 1880, Geralda Pereira, segundo constava em recibo assinado por seu filho, tratou do “menor índio Kayapó” em sua residência, perfazendo “a razão de duzentos e sessenta réis diários”, além da confecção de uma camisola, com a qual o pequeno já seguiu vestido para o colégio<sup>83</sup>. Entre os dias 18 de setembro e 21 de dezembro daquele mesmo ano, Virgínia Leal do Nascimento forneceu “comedorias” e tratou uma “indiazinha Kayapó” e um “indiozinho Itaperrape”, conforme consta no recibo abaixo:

Recebi do Snr. Major João Detsi, Comte d’este presídio a quantia de cinquenta e sete mil e oitocentos réis proveniente de comedorias e trato que dei a uma indiazinha Kayapó, e um indiozinho Itaperrape, a razão de duzentos e sessenta réis diários a contar de dezoito de setembro, dia da sua chegada a 21 do corrente inclusive seis camisolas fazenda e feito; sendo três para cada um levando-as para Leopoldina.

S. Maria, 25 de dezembro de 1880.

Virgínia Leal do Nascimento<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> Relatório do Serviço de Catequese no Vale do Araguaia. Leopoldina, em 24 de abril de 1878. AHEG. Documentação avulsa. Cx. 276

<sup>82</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 14 de fevereiro de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 – correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885), p. 13v-14

<sup>83</sup> Recibo assinado por João Lopes Ferrão (filho de Geralda Pereira) ao Sr. Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. Santa Maria do Araguaia, 25 de dezembro de 1880. MUBAN. Vol. 1671. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Material (Gêneros e objetos).

<sup>84</sup> Recibo assinado por Virgínia Leal do Nascimento ao Sr. Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. Santa Maria do Araguaia, 25 de dezembro de 1880. MUBAN. Vol. 1671. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Material (Gêneros e objetos).

As três crianças remetidas ao colégio pelo comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, foram adquiridas, segundo ele registrou, mediante a doação de brindes aos índios. Segundo ele, foi dado aos “índios para aquisição dos três menores que remeto p<sup>a</sup> o colégio Isabel” três machados americanos e dois facões ao custo de 24 mil réis<sup>85</sup>. Algumas vezes as crianças que eram enviadas do presídio ao colégio acabavam fugindo ao longo do caminho: dos três menores Irã amrayré que partiram de Santa Maria do Araguaia, no dia 10 de abril de 1874, apenas um chegou ao colégio, e dois escaparam “por ocasião de fazer-se lenha, 15 léguas aquém de S. José, os quais apesar dos esforços do comandante do vapor, não foi possível encontrar”<sup>86</sup>. Ao chegar em Santa Leopoldina, o comandante enviou uma igarité com cinco homens (dentre eles “um índio Kayapó”) para o local onde os meninos sumiram, a fim de capturá-los.

Muitas vezes os próprios indígenas se deslocavam de suas aldeias para se matricularem no colégio ou eram levados pelos pais, conforme se pode perceber no ofício enviado pelo presidente da província de Goiás ao encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 30 de junho de 1880:

Tenho presente seu ofício de V.Sa. deste mês pelo qual fiquei ciente de que em 1<sup>o</sup> do mesmo mês mandou V.Sa. matricular no Colégio Isabel a um indígena menor da tribo Xerente, apresentado para esse fim por sua mãe vinda do rio do Sono, e que fosse matriculado no mesmo colégio, a seu pedido, o índio Caypó [sic] de nome Granramacacê por desejo de aprender o ofício de ferreiro<sup>87</sup>.

Nos dois casos citados acima vemos os indígenas tomando a iniciativa de se deslocarem de suas aldeias rumo ao colégio para se matricularem e aprenderem determinados ofícios. Granramacacê entrou no colégio com 19 anos de idade, contrariando o que havia dito o presidente Antero Cícero de Assis sobre a presença de indígenas adultos no colégio Isabel<sup>88</sup>. Na verdade, essa não era a primeira vez que Granramacacê havia se matriculado no colégio, conforme veremos mais adiante.

---

<sup>85</sup> Declaração do Major comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. Santa Maria do Araguaia, 25 de dezembro de 1880. MUBAN. Vol. 1671. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Material (Gêneros e objetos)

<sup>86</sup> Correio Oficial de Goiás. 09 de maio de 1874. Ano XXXVIII, n. 18, p. 01

<sup>87</sup> Ofício do presidente da província de Goiás ao Encarregado Interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 30 de junho de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - correspondência da Presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885)

<sup>88</sup> Por ocasião da fuga de dois alunos adultos do colégio – “um Kayapó e outro Tapirapé” – o presidente afirmou “não convir ao colégio a aquisição de índios já adultos como são os que evadiram-se, porque dificilmente adotam os nossos costumes, ao passo que os menores com muita facilidade os abraçam” (GOIÁS, 1875, p. 40-1)

Na década de 1880, outros Irã amrayré, assim como Grancramacaê, se deslocaram de suas aldeias para o colégio Isabel. Dos 10 alunos Irã amrayré matriculados em dezembro de 1881, apenas 03 haviam entrado para o colégio na década 1870. Dois deles, Cameriture (que foi batizado com o nome Francisco) e Mopuaicou (batizado com o nome de Antero) haviam entrado em 10 de julho de 1871, com aproximadamente 09 e 11 anos respectivamente. O terceiro aluno era Bebcryti (batizado como Joaquim), e havia entrado para o colégio aos 05 anos de idade, em 22 de maio de 1878. Dos 07 alunos que haviam entrado no colégio na década de 1880, quatro deles tinham entre 18 e 26 anos de idade quando se matricularam<sup>89</sup>. Passados quatro anos, Cameriture e Bebcryti ainda permaneciam no colégio, porém eram os únicos Irã amrayré remanescente da década de 1870. Todos os demais (07 alunos) haviam entrado na década de 1880, e cinco deles tinham entre 17 e 25 anos de idade<sup>90</sup>. Em dezembro de 1887, já se fazia quatro anos que o colégio não recebia novos alunos Irã amrayré. Em dezembro daquele ano, o colégio contava com 07 alunos ingressos naquela década, dentre os quais, 05 tinham entre 17 e 26 anos de idade quando entraram<sup>91</sup>. Entre os meninos, o último que havia sido matriculado foi Nhamorou, em 24 de outubro de 1883<sup>92</sup>. E entre as meninas, foi Bremêcôrity. Batizada com o nome de Augusta, ela admitida em 20 de janeiro de 1884, aos 10 anos de idade<sup>93</sup>.

A ligeira predominância de Irã amrayré, homens e acima dos 17 anos de idade, que procuravam o colégio Isabel para se matricularem é algo pode parecer, num primeiro momento, contraditório. Só parece, no entanto. É preciso considerar aqui, por exemplo, o fator geracional e o tempo de contato desse grupo com os não indígenas. Todos esses Irã amrayré que se matricularam na década de 1880 nasceram num mundo diferente

---

<sup>89</sup> Mapa demonstrativo dos alunos indígenas de ambos os sexos existentes no Colégio Isabel no período de 20 a 31 de dezembro de 1881. Leopoldina, 02 de janeiro de 1882. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>90</sup> Mapa demonstrativo da frequência dos educandos indígenas de ambos os sexos existentes no Colégio Isabel – fazenda do Dumbazinho, durante o mês de dezembro de 1885. Leopoldina, 02 de janeiro de 1886. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>91</sup> Mapa demonstrativo da frequência dos educandos Indígenas do Colégio Isabel durante o mês de dezembro de 1883. Leopoldina, 2 de janeiro de 1884. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>92</sup> Mapa demonstrativo da frequência dos educandos Indígenas do Colégio Isabel no vale do Araguaia durante o mês de dezembro do corrente ano de 1887. Leopoldina, 2 de janeiro de 1887 [sic]. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>93</sup> Mapa demonstrativo dos educandos Indígenas de ambos os sexos existentes no Colégio Isabel durante o mês de janeiro de 1884. Leopoldina, 01 de fevereiro de 1884. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

daquele de seus pais, em que o contato com o não indígena não era tão intenso. Quando o último Irã amrayré se matriculou no colégio, em outubro de 1883, já havia se passado quase duas décadas de contato e convivência do grupo com o presídio de Santa Maria do Araguaia. Joaquim, o Irã amrayré mais velho a entrar para o colégio, em 20 de julho de 1881, aos 26 anos, era apenas uma criança quando Wanaô estabeleceu contato pacífico e aliança com o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 1862. Durante o seu crescimento, os Irã amrayré saíam de suas aldeias em expedições guerreiras contra seus tradicionais inimigos (como os Gorotire), mas também iam negociar naquele presídio, ou mesmo buscar *nêkrêjx* na sede do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em Santa Leopoldina, ou mesmo na capital da Província. Foi nesse ambiente de contato que ele cresceu. Pela sua idade, é possível que ele próprio tenha participado de algumas dessas expedições, haja vista a sua importância para formação do guerreiro Mebêngôkre. Pode-se dizer, portanto, que a geração que entrou para o colégio Isabel na década de 1880 foi aquela que cresceu no mundo do contato interétnico com o não indígena, o mundo da fronteira.

De igual modo, há que se ressaltar também que em 1880 já havia se passado quase dez anos de funcionamento do colégio Isabel. Esse fato, somado às constantes idas dos Irã amrayré à sede do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, deve ter servido para o melhor conhecimento daquele espaço e da relação que os não indígenas estabeleciam com os indígenas, principalmente através da doação de brindes. Outro fator que contribuiu para o conhecimento daquela instituição por parte dos Irã amrayré foi o retorno de alguns ex-alunos para as suas aldeias, como foi o caso de Gongri e Peucaranti. Nesse caso, foi certamente a visão dos Irã amrayré acerca do colégio que foi transmitida ao seu povo e não o projeto tal como pensavam as autoridades da província.

Os Irã amrayré não foram os únicos que, na década de 1880, se deslocaram de suas aldeias para o colégio Isabel. Em julho de 1880, 05 Xerente do aldeamento de Piabanhas, dirigido por frei Antônio de Ganges, se encontravam na capital da província e foram ao colégio a fim de ali “aprenderem os ofícios de ferreiro e carpinteiro”<sup>94</sup>. Foram os próprios indígenas que resolveram “ir matricular-se o colégio Isabel”, entretanto, ali chegando,

---

<sup>94</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 25 de junho de 1879. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 – correspondência da presidência relativo à catequese dos índios (1878-1885), p. 21v

eles “pouco tempo se demoraram”<sup>95</sup>. Eles faziam parte de um grupo de 37 Xerente que chegaram à capital da província no dia 02 de julho. Destes, 29 foram batizados na igreja da Boa Morte, na presença de “algumas autoridades e um concurso numeroso de cidadãos”<sup>96</sup>. Pouco tempo depois, o grupo se retirou levando consigo alguns brindes, tais como roupas, ferramentas, munições e armas de fogo. Quanto aos alunos matriculados no colégio Isabel, o que se pode afirmar é que a sua estadia naquela instituição foi bastante passageira, a ponto de sequer terem sido registrados nos mapas de frequência dos alunos daquele ano.

Ainda sobre esse tema, vale mencionar um caso bastante curioso de um ex-aluno Tapirapé. Após passar um longo tempo no colégio Isabel, ele retornou à sua aldeia, no rio Tapirapé, a bordo de uma ubá dos Karajá. Tempos depois ele rumou para a margem esquerda do rio Araguaia e ali, numa aldeia Karajá, esperou a passagem do vapor da empresa de navegação que passava a cada dois meses. Com esse ex-aluno estava um parente menor de idade, órfão, para ser entregue ao comandante Sebastião Freitas Silveira. Aos Karajá, ele deixou a recomendação para “o mandarem chamar se, na ocasião, estivesse em caçada, e de pedirem em seu nome ao comandante que demorasse o vapor até sua chegada”<sup>97</sup>. De acordo com o relato, a criança tremia de medo.

Conforme a tabela a seguir, percebe-se que durante todo o período de funcionamento do colégio Isabel, o número de alunos do sexo masculino era bastante superior ao do sexo feminino. Excetuando-se os anos de 1872, 1881 e 1889 (último ano de funcionamento do colégio), as meninas não correspondiam a 30 % da quantidade total de alunos matriculados na instituição. Outro detalhe importante a ser considerado era a diferença na quantidade de alunos nas duas décadas. Entre 1872 e 1878 o colégio possuía um número significativo de alunos, os quais frequentavam as aulas de primeiras letras, e estavam envolvidos nas oficinas de carpintaria, ferraria e navegação, bem como na indústria pastoril, na fazenda dos índios, no Dumbazinho. Nesse período, a exceção de 1874 (com 39 alunos), o colégio contava sempre com mais de 40 alunos. No ano de 1872 o colégio chegou a abrigar até 52 menores indígenas. A tabela abaixo nos ajuda a

---

<sup>95</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Ilmo. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola. Ex-presidente da Província, no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia da Tribuna Livre: Goiás, 1880, p. 14

<sup>96</sup> *Idem*

<sup>97</sup> *Goiás: Órgão Democrata*, sexta-feira, 9 de março de 1888. Ano III, n. 129, p. 02

visualizar melhor o número de alunos do colégio e a sua distribuição ao longo dos anos, de acordo com o sexo.

A década de 1880, por sua vez, foi o período em que o número de alunos do colégio se reduziu significativamente, a ponto de não se conseguir que pelo menos 20 alunos frequentassem as aulas do colégio. É justamente entre fins da década de 1870 e ao longo de toda a década de 1880 que as autoridades manifestaram preocupação com o baixo número de alunos indígenas, e buscaram criar algumas estratégias para a incorporação de novos alunos, dentre elas estavam o já mencionado o combate ao rapto de crianças e os seus efeitos junto aos indígenas.

#### Número total de alunos do colégio Isabel (1871-1889)

Ano	Masculino	Feminino	Total	Masc.	Fem.	Total
1871	-	-	23	-	-	
1872	36	16	52	69%	31%	100%
1873	32	10	42	76%	24%	100%
1874	30	9	39	77%	23%	100%
1875	36	9	45	80%	20%	100%
1876	34	9	43	79%	21%	100%
1877	34	9	43	79%	21%	100%
1878	33	8	41	80%	20%	100%
1879	20	6	26	77%	23%	100%
1880	19	5	24	79%	21%	100%
1881	13	8	21	62%	38%	100%
1882	10	4	14	71%	29%	100%
1883	11	4	15	73%	27%	100%
1884	11	4	15	73%	27%	100%
1885	12	3	15	80%	20%	100%
1886	11	3	14	79%	21%	100%
1887	11	3	14	79%	21%	100%
1888	10	2	12	83%	17%	100%
1889	2	2	4	50%	50%	100%

*Fonte:* Marin (2009), Henrique (2010) e Mapas dos alunos do Col. Isabel, 1880-1888. (MUBAN, v. 1674)

Com relação à composição étnica dos alunos do colégio e a predominância dos Irã amrayré entre os alunos do colégio, vale aqui algumas considerações. Já no primeiro ano de funcionamento do colégio (1871), a predominância dos Irã amrayré era notória, conforme mostra o Mapa das aulas de primeiras letras correspondente aos meses de julho a dezembro, publicado na edição de 02 de março de 1872 do *Correio Oficial de Goiás*<sup>98</sup>:

<sup>98</sup> *Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 02 de março de 1872. N. 409, p. 04



dos 23 alunos matriculados no colégio, 10 eram “Kayapó”. Todos haviam entrado para o colégio no primeiro semestre de 1871, a maioria no mês de janeiro. Para os outros anos dessa década não foi possível fazer esse levantamento por etnia, exceto no mapa do mês de dezembro de 1878, no qual os Irã amrayré representavam 64% do total de alunos matriculados. Contudo, vale ressaltar que, conforme já afirmado no capítulo anterior, a maioria dos alunos do colégio à época era oriunda do presídio de Santa Maria do Araguaia.

Para a década de 1880, no período compreendido entre 1880 e 1888, os mapas dos alunos das aulas de primeiras letras nos ajudam a perceber melhor esse predomínio dos Irã amrayré entre os alunos do colégio Isabel. Em 1880, considerando as constantes flutuações no número de alunos, os Irã amrayré correspondiam a 63 % e 67% dos alunos. Nos meses de julho e agosto daquele ano, eles eram 56 % do alunado. Em janeiro de 1881, dos 23 alunos que frequentavam o colégio, 15 eram Irã amrayré. Ao final daquele ano, a escola contava com 16 alunos, desse total 10 eram Irã amrayré. Em 1882, entre os meses de janeiro e maio, havia 11 Irã amrayré frequentando o colégio, de um total de 15 alunos matriculados, e no decorrer do ano esse número nunca ficou abaixo de 69 % do total de alunos. No ano seguinte, os Irã amrayré representavam entre 60 % e 67 % do total de alunos. No ano de 1885, eles representavam em média 71% dos 17 alunos do colégio. Em 1886, a escola foi frequentada por 14 alunos, sendo 10 deles Irã amrayré. No ano seguinte, quando o número de alunos diminuía ainda mais, eles ainda eram maioria. A turma se iniciou com 14 alunos e a partir do mês de julho esse número caiu para 12. Os Irã amrayré eram 09 em janeiro e a partir de julho esse número caiu para 8. No último ano que foi possível contabilizar a partir dos mapas, 1888, a escola contava com 12 alunos somente, sendo 08 Irã amrayré, 02 Karajá, 01 Tapirapé e um Xavante.

A forte presença dos Irã amrayré entre os alunos do colégio Isabel, e o fato de na década de 1880 eles próprios procurarem o colégio, seria um sinal de que, de fato, a política indigenista capitaneada por aquela instituição de ensino estaria dando frutos? Estariam os Irã amrayré se “aculturando” e, como consequência, abraçando a religião e o modo de vida dos *kubẽ*? A análise das experiências dos Irã amrayré no colégio Isabel nos ajuda a entender melhor esse processo e a perceber também o que eles faziam, e como manejavam esse projeto segundo os seus próprios interesses, impondo limites à política de formação de línguas e braços aclimatadas. Assim, para além da impessoalidade estatística desses números, a análise das experiências dos alunos Irã amrayré no colégio

Isabel é fundamental para pensarmos esse processo. No tópico que segue, trato da relação dos alunos do colégio Isabel com o batismo e o casamento, dois principais sacramentos do catolicismo.

### **5.3 Batismos e casamentos: usos e apropriações**

Durante o período em que os Irã amrayré e os outros grupos indígenas estiveram no colégio Isabel, o batismo e o casamento interétnico foram os dois principais sacramentos mobilizados em nome da civilização indígena, no entanto, os alunos indígenas buscaram formas de manipulá-los a seu favor, conforme veremos a seguir. É sobre esse processo que tratarei neste tópico.

Um das principais ações desenvolvidas junto aos menores indígenas após a sua chegada ao colégio era a sua preparação para o recebimento do batismo, função que ficava sob a responsabilidade do capelão do colégio, Antônio Marques Santarém. Assim, tão logo eram consideradas aptas, as crianças indígenas eram batizadas. Desde a América portuguesa, esse era um dos sacramentos mais importantes no processo de catequese indígena, pois ele marcava “o nascimento social, espiritual e religioso do indivíduo”<sup>99</sup>, ou como bem assinalou Carvalho Junior, “significava um passaporte das almas para o mundo de Deus”<sup>100</sup>. Na perspectiva do missionário, o batismo representava a vitória do catolicismo sobre a religião dita pagã dos indígenas, materializada no fenômeno da conversão.

De acordo com informação contida no mapa dos alunos do mês de dezembro de 1878, dos 43 alunos matriculados no colégio, 40 haviam entrado entre os anos de 1871 e 1875, apenas 12 ainda não haviam recebido o batismo, ou pelo menos não têm o seu nome cristão citado na documentação (desse total, 11 eram Irã amrayré). Já entre os 28 alunos batizados estavam 19 indígenas Irã amrayré. Entre as 09 alunas citadas no referido mapa, todas eram Mebêngôkre (01 Gorotire e 08 Irã amrayré) e já haviam recebido o batismo. Em novembro do ano de 1877, Antônio Marques Santarém celebrou o batismo de 10 menores do colégio, sendo 2 do sexo masculino e 8 do feminino. No mês seguinte, mais nove menores receberam o referido sacramento, todos do sexo masculino<sup>101</sup>. Um aspecto

---

<sup>99</sup> BAÊTA NEVES, Luiz Felipe. *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1978, p. 73

<sup>100</sup> CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2005, p. 164

<sup>101</sup> Relatório do Serviço de Catequese no Vale do Araguaia. Leopoldina, em 24 de abril de 1878. AHEG. Documentação avulsa. Cx. 276

digno de nota acerca dos mapas dos alunos era o fato de que nele constavam os nomes indígena e cristão do aluno. Essa preocupação dizia respeito ao fato de que, para as autoridades, muito embora o menor indígena adentrasse à cristandade, através do batismo, ele não poderia se dissociar por completo do seu mundo nativo, inclusive do seu próprio nome, pois futuramente ele deveria retornar à sua aldeia.

Muitas vezes o tempo entre a matrícula no colégio e o batismo era longo. Esse foi o caso dos menores Irã amrayré chamados Mathió e Poucamu. Ambos entraram para o colégio no dia 14 de janeiro de 1880, com 07 e 06 anos, respectivamente, e até dezembro daquele ano ainda não constavam os seus nomes cristãos no mapa<sup>102</sup>. Passado um ano desde a sua matrícula, eles ainda não haviam recebido o batismo. Foi somente em março de 1881 que eles foram batizados, recebendo os nomes de Matias (Mathió) e André (Poucamu). Ocorre que, segundo o mapa de março de 1881, Mathió, assim como Poucamu, esteve “enfermo todo o mês”, e no dia 26 do mês de maio de 1881, ele faleceu vítima de sarampo<sup>103</sup>. Com relação à Poucamu, o mapa de abril de 1881, não menciona mais o seu nome, nem tampouco informa o que tenha acontecido com ele. No entanto, é provável que ele também tenha morrido vitimado pelo sarampo, uma vez que naquele mesmo mês outros alunos também morreram na epidemia de sarampo que assolou o colégio. O fato deles passarem todo o ano de 1880 sem receber o batismo, e de terem sido batizados somente no mês de março de 1881 – justamente no período em que estavam enfermos – sugere que possivelmente eles tenham recebido o batismo em função daquela enfermidade e do risco de vida que ela representava. É possível que eles tenham recebido o sacramento mesmo no leito de morte.

Nos meses de maio e junho de 1881 a epidemia de sarampo continuou e resultou na morte de outros alunos. No mês de maio morreram os alunos *Afonso* (menor Irã amrayré, matriculado em 01 de fevereiro de 1879, aos 06 anos de idade; seu nome indígena não é mencionado), *Luiz* (menor Tapirapé, matriculado no dia 20 de janeiro de 1881, aos 07 anos de idade, e cujo nome indígena não é mencionado), *Becuecueti* (menor Irã amrayré, matriculada em 21 de outubro de 1873, aos 10 anos de idade, o seu nome cristão era Rita)

---

<sup>102</sup> Mapa mensal demonstrativo do movimento dos alunos indígenas de ambos os sexos deste colégio no mês de dezembro de 1880. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>103</sup> Mapa mensal demonstrativo do movimento dos alunos indígenas de ambos os sexos existentes neste colégio no decurso decorrido de 1º a 31 de maio de 1881. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

e *Hilda* (menor Irã amrayré, matriculada no dia 30 de abril de 1881, aos 06 anos de idade, e seu nome indígena não é citado).

No mês de julho morreram *Hecoeco* (Gorotire, que havia chegado ao colégio em janeiro de 1871), *Elisa* (menor Irã amrayré, que havia chegado ao colégio em janeiro de 1881, aos 06 anos, seu nome indígena não é mencionado), *Pyjocram* (Irã amrayré batizado com o nome de José, e que chegou ao colégio em julho de 1872) e Sebastião (Xavante, que havia chegado ao colégio em setembro de 1879, seu nome indígena não é mencionado)<sup>104</sup>. As consequências da epidemia de sarampo foram tão grandes entre os alunos do colégio que no mês seguinte havia somente 13 alunos indígenas frequentando aquela instituição. Foi nesse cenário de morte que foi ministrado o sacramento do batismo para Mathió e Poucamu.

Os relatórios dos presidentes de província e do Serviço de Catequese do vale do Araguaia pouco dizem acerca da relação dos indígenas com o batismo, uma vez que trazem quase sempre dados quantitativos. No entanto, os relatos de viajantes fogem dessa frieza estatística e nos apresentam informações importantes acerca dos usos que os alunos do colégio Isabel faziam do batismo, ou melhor, como eles manipulavam taticamente esse sacramento a seu favor. Nesse particular, o registro do missionário dominicano, frei Michel Berthet, é extremamente esclarecedor. Berthet visitou o colégio em 1883, em companhia do bispo de Goiás e sua comitiva. Em seu registro o missionário notou que os meninos indígenas egressos do colégio, ao retornarem para as suas aldeias, retomam “os hábitos de vida selvagem”. O missionário acrescentou, referindo-se à relação dos indígenas com o batismo: “casados com índios e vivendo no meio dos pagãos, não conservam de cristãos mais que o nome. E se por vezes desejam que seus filhos sejam batizados, é a fim de que o padrinho dê a seu afilhado uma roupa bonita e, ao pai da criança, um machado ou um fuzil”<sup>105</sup>.

Ora, se para os missionários o batismo era tido como a inserção dos indígenas no mundo da cristandade, para os grupos indígenas se tratava de outra questão, e possuía outro sentido. Pode-se perceber, a partir do relato do dominicano, que a construção da relação de compadrio por parte dos indígenas visava a obtenção de benefícios bastante concretos, tais como roupas para os filhos, ferramentas e armas para os pais das crianças

---

<sup>104</sup> Mapa mensal demonstrativo do movimento dos alunos indígenas de ambos os sexos existentes neste colégio no decurso decorrido de 1º a 30 de junho de 1881. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>105</sup> BERTHET, frei Michel. *Uma viagem de missão pelo interior do Brasil...*, 1982, p.123

batizadas. Não se tratava, portanto, do desejo de adotar a religião cristã, mas de construir relações de compadrio que pudessem lhes garantir o fornecimento de presentes. Nesse cenário, a única lembrança que os ex-alunos do colégio guardavam dessa experiência era tão somente o nome cristão.

Noutras províncias do Império, alguns grupos indígenas também faziam uso desse mesmo sacramento como forma de obtenção de compadres e, com eles, receberem presentes ou outras vantagens. Na província do Pará, o presidente Pedro Vicente de Azevedo afirmou que alguns indígenas pediam anualmente o batismo a fim de receberem presentes de seus padrinhos, os quais eles escolhiam com antecedência. Quando não conseguiam padrinhos numa determinada freguesia eles os buscavam em outras, e assim visavam continuar recebendo novos presentes<sup>106</sup>. Situação semelhante foi vivida pelo capuchinho frei Timotheo de Castelnovo no aldeamento de São Pedro de Alcântara, na província do Paraná. Ali, conforme menciona Amoroso, apesar de realizar vários batismos entre os indígenas, o missionário não estava muito convencido da conversão destes. Segundo ele demonstrou em carta ao presidente da província, os indígenas buscavam padrinhos com o intuito de receber roupa e presentes<sup>107</sup>.

Muitas vezes a busca por novos batismos, conforme demonstra Henrique, era uma “forma de se apropriar do simbolismo da água presente no rito do batismo, no sentido de instrumento simbólico que purifica e neutraliza o poder dos inimigos”<sup>108</sup>. Situação semelhante pode também ser constatada no estudo de Ronaldo Vainfas acerca da Santidade Jaguaribe, no nordeste colonial. Enquanto um movimento anticolonialista, a Santidade se apropriou do batismo, ressignificando-o, e o tornando um rito iniciático para “purificar os índios dos males do colonialismo e prepará-los para a iminente regeneração”<sup>109</sup>. Nesse caso, eles realizavam um rebatismo.

No caso dos alunos do colégio Isabel e de seus pais, o batismo era um meio de obtenção de presentes. Batizava-se muitas vezes para se obter um machado ou um fuzil, conforme notou frei Berthet. Muito embora o missionário dominicano não mencione as etnias a qual ele se referia em seu relato, o número expressivo de Irã amrayré entre os alunos do colégio serve como parâmetro para levantarmos a hipótese de que eles tratavam

---

<sup>106</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira Nem Pombal...*, 2018, p. 146-7

<sup>107</sup> AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 246-7

<sup>108</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira Nem Pombal...*, 2018, p. 147

<sup>109</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. 2 reimp. Cia das Letras: São Paulo, 1995, p. 121

o batismo dessa maneira. Além disso, as ações dos capitães Irã amrayré, Congry e Pecaranty (ambos batizados como João), ex-alunos do colégio Isabel, mostram como para eles o batismo não representava a negação de seu modo de vida. Ao retornarem às suas aldeias, eles empreenderam ataques a uma aldeia Karajá e a uma fazenda nas proximidades do presídio de Santa Maria do Araguaia. Esse episódio será tratado com mais detalhes adiante.

Muito embora fujam do recorte temporal desta tese, os relatos dos missionários dominicanos acerca da relação dos Irã amrayré com o batismo pode nos ajudar a lançar luz acerca da sua relação com o sacramento ministrado no colégio Isabel. Logo nos primeiros anos de funcionamento da missão dominicana entre os Irã amrayré, a partir de 1897, frei Gil Vilanova “receara batizá-los, vendo a maior parte deles voltarem à aldeia e aos costumes ancestrais”<sup>110</sup>. Conforme mencionou o missionário José M. Audrin, ao recordar esse período, “muitos, embora instruídos sobre os pontos essenciais da Fé, e capazes (como se verificou diversas vezes) de batizar criancinhas em perigo de morte, morriam eles-mesmos pagãos, nas viagens, pelas matas ou nas aldeias”<sup>111</sup>. Sempre que os Irã amrayré iam para a missão dominicana, os missionários aproveitavam da ocasião para batizar as crianças indígenas, os quais tinham os seus padrinhos cuidadosamente escolhidos pelos pais, conforme afirma Audrin: “[p]or ocasião dos batizados nunca faltavam padrinhos e madrinhas escolhidos, aliás, pelos próprios silvícolas interessados em ganhar compadres entre os civilizados”<sup>112</sup>.

Outro missionário dominicano, frei Marie H. Tapie, ao se referir aos Irã amrayré e sua relação com os ensinamentos cristãos, destacou: “eles julgam o valor do missionário e sua doutrina, pela quantidade e valor dos presentes que este pode lhes oferecer. Portanto, se queríamos representar dignamente a Igreja, a Ordem e a nossa pátria, tivemos de nos prover convenientemente [de presentes]”<sup>113</sup>. Note-se aqui que o que importava para os indígenas em sua relação com os missionários era a possibilidade de receberem presentes, eis que era justamente a quantidade e a qualidade destes que definiam “o valor do missionário e sua doutrina”. Desde o primeiro século da colonização, a conversão e o batismo indígena foram acompanhadas da representação dos grupos indígenas enquanto

---

<sup>110</sup> AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte*. Edições Pugil: Rio de Janeiro, 1946

<sup>111</sup> *Idem*

<sup>112</sup> AUDRIN, José M. *Os sertanejos que conheci*. Rio de Janeiro: Agir, 1963, p. 183

<sup>113</sup> TAPIE, Marie H. *Chez le Peaux-Rouges*. Librairie Plon, Paris, 1928, p. 81

inconstantes, uma vez que a sua relação com esse sacramento se dava de maneira distinta daquela esperada pelos missionários<sup>114</sup>.

Tomando como referência as etnografias contemporâneas sobre os Mebêngôkre no que concerne ao sistema de nomeação e as prerrogativas cerimoniais atreladas aos “nomes bonitos” (confirmados cerimonialmente), pode-se levantar a hipótese de que os nomes cristãos recebidos no colégio Isabel, através do batismo, não gozavam do mesmo prestígio que aqueles recebidos durante as cerimônias tradicionais de nomeação realizadas nas suas aldeias. Eram justamente as cerimônias de nomeação que operavam a diferenciação entre pessoas belas, fortes (com nomes belos) e aquelas que possuíam nomes comuns<sup>115</sup>. Gustaaf Verswijver notou que entre os Mebêngôkre-Mekrãnotí os nomes brasileiros passaram a compor o repertório de nomes no grupo, entretanto na condição de “nome comum”, uma vez que não eram confirmados nas suas cerimônias tradicionais<sup>116</sup>, por essa razão aquele que o possuía não gozava de distintividade no seio do grupo.

Assim como o batismo, o casamento foi outro sacramento cristão no qual as autoridades indigenistas da província de Goiás investiam os seus esforços no sentido de

---

<sup>114</sup> Em *O mármore e a murta*, Eduardo Viveiros de Castro analisou as crônicas dos jesuítas nos primórdios da colonização portuguesa em solo americano. Segundo ele, o que chamava a atenção dos missionários no comportamento dos índios era a aceitação “entusiástica mas altamente seletiva e um discurso totalizante e exclusivista, a recusa em seguir até o fim este mesmo discurso” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 24). De acordo com o autor, aquilo que os missionários jesuítas e outros observadores denominavam de “inconstância” era, na verdade, “um modo de aparecer da sociedade tupinambá aos olhos dos missionários” (*Idem*). Em sua análise sobre a conversão indígena na Amazônia portuguesa, Carvalho Junior demonstra como o ritual do batismo tinha um sentido bem mais complexo para a população indígena, “inclusive o de passaporte para adentrarem no mundo dos homens brancos e cristãos” (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 164). Os diferentes sentidos e usos que os indígenas davam a esse sacramento eram, aos olhos dos missionários, descritos enquanto inconstância. Na capitania de São Paulo, mais precisamente no aldeamento de Atalaia, os Kaingang, mesmo após instruídos e batizados, ao voltarem para suas aldeias, retomavam os costumes de seus pais (TAKATUSI, 2005, p. 74). Por essa razão, o padre Antônio Vieira recomendava que os missionários agissem com prudência quanto ao batismo dos índios descidos dos sertões, pois eles, segundo Vieira, demonstravam pouca constância (*Idem*, p. 165). A questão da conversão indígena (ao catolicismo e, mais recentemente, ao protestantismo) tem sido bastante visitada pela Antropologia nos últimos anos. Destacam-se nesse caso, à guisa de exemplo, os seguintes trabalhos: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006; WRIGHT, Robin M. (org.) *Transformando os Deuses: Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1999; HEFNER, Robert W. *Conversion to Christianity: Historical and anthropological perspectives on a great transformation*. Berkeley: University of California Press, 1993.

<sup>115</sup> FISHER, William H. Name Rituals and Acts of Feeling among the Kayapó (Mebengokre). *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 9, No. 1 (Mar., 2003), pp. 118-9; VERSWIJVER, Gustaaf. Ciclos nas práticas de nomeação Kayapó. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Volume XXIX. USP. 1983/1984. São Paulo, p. 97-124; LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012; GORDON, César. *Economia Selvagem...*, 2006; VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira...*, 1977

<sup>116</sup> VERSWIJVER, Gustaaf. Ciclos nas práticas de nomeação Kayapó..., 1984, p. 105

inserir os grupos indígenas na ordem social imperial. Desta feita, elas incentivavam o casamento interétnico entre os indígenas, mas também destes com os cristãos. Vale lembrar que a prática dos casamentos interétnicos ocorria desde o primeiro século da colonização portuguesa, porém foi com as reformas do secretário de estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que ela se transformou numa política oficial por parte do Estado português<sup>117</sup>. No século XIX, o Regulamento das Missões de 1845, previa em seu §19, do artigo 1º, que entre as atribuições do Diretor Geral dos Índios, estava o emprego de “todos os meios lícitos, brandos, e suaves, para atrair índios às aldeias; e promover casamentos entre os mesmos, e entre eles, e pessoas de outra raça”<sup>118</sup>.

O projeto do colégio Isabel se valeu dessas experiências. Os registros acerca dos casamentos de alunas do/no colégio Isabel mostram que os casamentos se deram logo nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Assim, dos 44 indígenas do sexo masculino e 15 do feminino que se matricularam no início de 1873, apenas 35 meninos e 9 meninas frequentavam o colégio, “por terem morrido uns e *ter se casado outras*”<sup>119</sup>. Segundo o relatório do presidente Antero Cícero de Assis, no ano de 1873, foram realizados cinco casamentos das índias que estavam sendo educadas no colégio Isabel. De acordo com o seu relatório, os casamentos ocorreram nos meses de julho (03 casamentos), agosto (01) e setembro (01)<sup>120</sup>. No dia 31 de novembro e 2 de dezembro de 1873, realizou-se o casamento de mais duas alunas do Colégio Isabel, “sendo uma Kayapó e outra Xavante”<sup>121</sup>.

No final daquela década, em 1879, duas alunas Irã amrayré, Mariana (Tepocare) e Cecília (Temínó) se casaram com Antônio José Falcão e Paulo dos Anjos,

---

<sup>117</sup> Acerca do Diretório dos Índios e a política de casamentos interétnicos conferir: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997; COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (doutorado em História Social). USP: São Paulo, 2005; SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EdUFAM, 2011; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi*. v. 19, n. 39, Rio de Janeiro, set./dez. 2018, p. 29-52; RENDEIRO NETO, Manoel. *Casar, civilizar, colonizar: mulheres indígenas e a política de matrimônios mistos na Capitania de São José do Rio Negro (1755 – 1779)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Lic./Bac. em História). Unb: Brasília, 2017.

<sup>118</sup> BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Tomo VIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846, p. 89

<sup>119</sup> Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 30 de outubro de 1873. AEHG. Documentação avulsa. Cx. 226

<sup>120</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1874*. Goiás. Tipografia Provincial, 1874, p. 36

<sup>121</sup> *Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 13 de dezembro de 1873, ano XXXVI, n. 502, p. 08



respectivamente<sup>122</sup>. Ambas estavam no colégio desde 20 de julho de 1872, quando tinham 10 e 8 anos de idade, respectivamente. À época de seu casamento elas estavam empregadas nas atividades de leitura e costura. Na década de 1880 os casamentos continuaram e, em outubro de 1880, mais três alunas do colégio haviam se casado, às quais, segundo informa em seu relatório, o presidente mandou “fornecer objetos, conforme praxe seguida, necessários para que possam estabelecer-se”<sup>123</sup>.

Os casamentos interétnicos eram parte importante da política de catequese e civilização indígena. Acreditava-se que era através deles que se conseguiria realizar a aclimatação do europeu ao trópico (conforme pensava Couto de Magalhães), mas também fazer com que os indígenas se confundissem com a massa da população local, mediante a miscigenação. No Colégio Isabel, incentivou-se também o casamento das meninas indígenas com os funcionários da empresa de navegação a vapor. Desse modo, no dia 01 de novembro de 1874, foi realizado o casamento de uma aluna Irã amrayré de nome Cairôn, batizada com o nome de Isabel, com o foguista da empresa de navegação a vapor, chamado Isidoro Mariano<sup>124</sup>. O já mencionado Antônio José Falcão, esposo da ex-aluna do colégio, Mariana Tepocare, era ferreiro do colégio Isabel. Em janeiro de 1880, o presidente da província autorizou ao encarregado interino do Serviço de Catequese do vale do Araguaia que assinasse um contrato com ele no valor de 1.000.000 réis anuais<sup>125</sup>.

A realização dos casamentos interétnicos enquanto forma de inserção do indígena no mundo ocidental foi um dos argumentos utilizados para a aceitação de não indígenas como alunos do colégio Isabel, a partir da década de 1880. Quando escreveu ao ministro da Agricultura, em ofício de 16 de agosto de 1880, o presidente Aristides de Souza Spínola, reforçou a importância da inserção de “nacionais” no colégio, dizendo que alguns formariam “famílias com os indígenas, o que muito convém para estreitar as

---

<sup>122</sup> Ofício do Presidente da província ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, 25 de julho de 1879. AHEG. Documentação manuscrita. Livro 673. A informação também se encontra presente no relatório da presidência da província de Goiás, de março de 1880.

<sup>123</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da província, no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia Tribuna Livre: 1881, p. 15

<sup>124</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875*. Goiás. Tipografia Provincial, 1875, p. 41

<sup>125</sup> Ofício do Presidente da Província ao Encarregado Interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 10 de janeiro de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - correspondência da Presidência da Província relativo à catequese dos índios (1878-1885)

relações entre a gente civilizada e eles, e extinguir preconceitos de raça”<sup>126</sup>. A título de exemplo, de modo a reforçar seu argumento, Spínola mencionou justamente o casamento entre o ferreiro do serviço de catequese e uma ex-aluna do colégio, dizendo: “[o] ferreiro, por exemplo, do colégio, é casado com uma índia Kayapó, nele educado”<sup>127</sup>. Como bem lembra Amoroso, através dos casamentos interétnicos (mas não só), “[o] convívio com o trabalhador cristão era considerado elemento central da catequese e civilização”<sup>128</sup>. No fundo, esse processo, conforme a autora, visava a “dissolução física e identitária dos índios no meio civilizado”<sup>129</sup>.

Conforme previa a legislação do colégio, ao se casarem, as alunas recebiam enxovais, utensílios domésticos e lençóis. No dia 13 de julho de 1880, o encarregado do Serviço de Catequese do vale do Araguaia escreve ao presidente da província solicitando “enxoval e outros objetos de mais necessidades domésticas” a Joaquina e Anna. Segundo o encarregado, essa postura “se tem praticado com todas em idênticas circunstâncias”<sup>130</sup>. Dentre os itens solicitados haviam peças de chitas para fabricação de vestuário, calçados, bacias de ferro, candeeiro para azeite, chaleiras, ferro de engomar e copos. Em setembro do mesmo ano, o encarregado do Serviço de Catequese solicita novamente enxovais e utensílios domésticos à presidência da província para o casamento de mais três alunas do colégio: Diolinda, Maria e Helvina<sup>131</sup>. O presidente da província, Aristides de Souza Spínola, acenou positivamente à solicitação, atendendo-a e informando que “as índias do Colégio Isabel, quando se casam, recebem alguns objetos necessários ao uso doméstico, visto terem de constituir famílias, e ser conveniente ampará-las e dar-lhes a melhor colocação”<sup>132</sup>.

---

<sup>126</sup> Ofício do presidente da Província ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 16 de agosto de 1880. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da província, no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia da Tribuna Livre, 1881, p. 16

<sup>127</sup> *Idem*

<sup>128</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e evasão...*, 1998, p. 70

<sup>129</sup> *Idem*

<sup>130</sup> Ofício do Encarregado do Serviço de catequese do vale do Araguaia ao presidente da Província. Leopoldina, 13 de julho de 1880. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675

<sup>131</sup> Ofício do Encarregado do Serviço de catequese do vale do Araguaia ao presidente da Província. Leopoldina, 01 de setembro de 1880. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675

<sup>132</sup> Ofício do presidente da Província de Goiás ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda de Goiás. Goiás, 29 de outubro de 1880. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675

Para algumas indígenas recém-casadas a “boa colocação” significou a aquisição de casa por parte do Serviço de Catequese. Das cinco alunas do colégio que casaram no ano de 1873, três receberam uma casa em Santa Leopoldina. A primeira casa foi comprada a Manoel Gomes Tição, no valor de duzentos mil réis. A moradia era coberta de palha<sup>133</sup>. A outra casa, também coberta de palha, foi adquirida pela quantia de oitenta mil réis, junto a Manoel Alves de Castro Sobrinho<sup>134</sup>. A terceira casa, por sua vez, foi comprada a Manoel Rangel de Oliveira pelo valor de trezentos mil reais<sup>135</sup>. Já no dia 30 de junho de 1873, o serviço de Catequese do Vale do Araguaia efetuou o pagamento da quantia de duzentos e oitenta mil réis a Malaquias da Silva Rocha, “importância porque construiu uma casa coberta de palha, cita na rua do igarapé, destinada a moradia de uma das índias do colégio Isabel que se casou”<sup>136</sup>.

Diferentemente do que se pode imaginar, as alunas do colégio Isabel exerciam um certo protagonismo na pouca margem de manobra que lhes cabia com relação ao casamento. Nesse caso, vale mencionar aqui outro relato de Berthet. Segundo ele, “[e]stas jovens, educadas segundo sentimentos cristãos, cuida[va]m muito pouco de se unirem a índios, menos ainda de se reunirem à suas tribos, quase todas desejando casar-se com cristãos”<sup>137</sup>. É bem verdade que os casamentos interétnicos eram interessantes às autoridades da província pela sua capacidade de, segundo criam, operar a aclimação e a miscigenação do indígena com os não indígenas, no entanto ele acabava operando um furo no projeto civilizacional do colégio, o qual previa que as alunas indígenas também retornassem às suas aldeias após estadia no colégio. Estas, no entanto, conforme o relato, “cuidavam muito pouco de se unirem a índios”, nem mesmo os de sua própria etnia, preferindo se casar com cristãos.

As alunas do colégio Isabel estavam também sujeitas a violências cometidas pelos funcionários daquela instituição. Quando por ali passou, em 1888, Ehrenreich presenciou o estado precário do colégio e fez questão de mencionar o tratamento dados aos alunos, em especial as meninas:

O diretor tratava os índios como escravos, mandando-os trabalhar para ele. Desamparados, eles estavam entregues às brutalidades dele e dos

---

<sup>133</sup> Recibo assinado por Manoel Gomes Tição. Leopoldina, 18 de julho de 1873. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: diversas despesas, vol. 1675

<sup>134</sup> Recibo assinado por Manoel Alves de Castro Sobrinho. Leopoldina, 28 de junho de 1873. *Idem*

<sup>135</sup> Recibo assinado por Manoel Rangel de Oliveira. Leopoldina, 28 de junho de 1873. *Idem*

<sup>136</sup> Recibo assinado Malaquias da Silva Rocha. Leopoldina, 30 de junho de 1873. *Idem*

<sup>137</sup> BERTHET, frei Michel. *Uma viagem de missão pelo interior do Brasil...*, 1982, p.122

amigos dele. *As moças estavam à mercê dos instintos de todos esses opressores. A maioria delas já havia dado à luz o filho ou aguardava o momento.* Havia muito tempo que não chegavam índios novos, pois as violências dos civilizados brancos afugentavam os selvagens cada vez mais<sup>138</sup>.

Note-se, portanto, que o cotidiano dos alunos indígenas do colégio Isabel era marcado por violências e abusos por parte dos funcionários daquela instituição. Ehrenreich mostra como os indígenas eram explorados no colégio e como as alunas eram assediadas e abusadas naquela instituição, de modo que à época grande parte delas “já havia dado à luz o filho ou aguardava o momento”. Essa situação de maus tratos dos “civilizados brancos”, assim como a forma como se dava a “aquisição” dos menores indígenas, acabou levando os grupos indígenas do vale do Araguaia a se afugentarem do colégio. Mas, além dos funcionários do colégio, a sua proximidade com o presídio de Santa Leopoldina (principal porto do alto Araguaia) também era motivo de preocupação por parte do serviço de catequese. Por essa razão, o diretor daquele serviço recomendou aos funcionários do colégio que não deixassem os/as menores indígenas frequentarem o porto de Leopoldina, por achar que aquele era um “um foco deletério à educação pela influência moral dos costumes um pouco livre do pessoal marinho”. Segundo ele, era necessário

[...] evitar o contato desregrado dos índios com as tripulações que, compostas pelo comum de gente pouco moralizada, cometem imprudências, que de um momento a outro podem fazer com que os índios se revoltem contra nós, o que interceptaria o trânsito pelo rio, visto serem eles em número de seis mil, mais ou menos, audazes e disciplinados<sup>139</sup>

Nesse cenário acima descrito foi que muitas alunas do colégio foram violentadas e, conseqüentemente, obrigadas a se casar. Um desses casos foi registrado em correspondência trocada entre o diretor do colégio Isabel, o Diretor Geral dos Índios e a presidência da província em 1887. Em correspondência ao encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em março de 1887, o Diretor do colégio Isabel, Francisco de Assis Corrêa, o consultou sobre o melhor procedimento a ser adotado acerca de uma aluna, tendo em vista “a moralidade do colégio”. Assim, o diretor consultou o encarregado do serviço nos seguintes termos:

---

<sup>138</sup> Ehrenreich (1892) apud. BALDUS, H. *Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central...*, 1970

<sup>139</sup> Serviço de Catequese no Valle do Araguaia, Leopoldina, 27 de novembro de 1875. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675.

[...] cumpre-me consultar a V. Exa qual deve ser o meu procedimento para com uma educanda, para qual vendo-se privada da liberdade que tinha no tempo das outras professoras, pela grande vigilância que atual sobre elas emprega, tem a mesma educanda se tornado incorrigível e insubordinada, a ponto de com o maior descaramento declarar a professora que ela não é moça mais, tanto assim que já teve um encovito no tempo do ex-professor Constâncio, e que até podia mostrar onde se acha sepultado.[...] Espero que V. Exa. me responda se devo qto antes expulsá-la para fora do colégio ou casá-la, achando com quem<sup>140</sup>

A questão foi colocada ao presidente da província no mês seguinte, em ofício de 13 de abril, no qual o encarregado do Serviço de Catequese encaminhou o ofício recebido pelo diretor do colégio Isabel para que o presidente deliberasse acerca dessa questão, posto que ele, o encarregado do Serviço de Catequese, não se achava com competência para resolver a questão. Nessa ocasião, ele informou ao presidente que, segundo lhe constava, “já têm sido casadas algumas educandas daquele colégio, correndo as respectivas despesas por conta do Estado, e pela verba Catequese”<sup>141</sup>. De posse desse entendimento, o diretor recomendou ao presidente da província, dizendo: “não [...] parece razoável que seja a índia [...] expulsa do colégio, mas sim que se promova o seu casamento, sendo necessário nesse caso autorização de V. Exa para realizar-se e para que a Tesouraria da Fazenda pague as respectivas despesas”<sup>142</sup>. No dia 18 de abril, o presidente da província encaminhou o ofício ao Tesoureiro da Fazenda da província para que tomasse as providências para o casamento.

O caso em tela é bastante ilustrativo a respeito da forma como as autoridades da província muitas vezes agenciavam os casamentos das alunas indígenas, mas por outro lado, ele também nos mostra como nesse cenário de violência, havia resistência indígena. Foi a pretensa preocupação com a “moralidade do colégio” que motivou as autoridades da província a proporem o casamento para a aluna do colégio, e não a sua expulsão. Por outro lado, o episódio deixa muito claro como a aluna se posicionou frente aos professores e diretor do colégio, razão pela qual ela foi descrita como “incorrigível e insubordinada”. Colocada em perspectiva, a afirmação da educanda de que não era mais moça sugere, a

---

<sup>140</sup> Ofício do professor e diretor do colégio Isabel ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia e Diretor Geral dos Índios. Colégio Isabel, 03 de março de 1887. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675.

<sup>141</sup> Ofício do Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia e Diretor Geral dos Índios ao presidente da Província. Goiás, 13 de abril de 1887. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675.

<sup>142</sup> *Idem*

um só tempo, a indiferença da indígena com relação à moral cristã tão propalada por aquela instituição, mas também denuncia a postura dos funcionários do colégio. Assim, além de afirmar não ser mais moça, a aluna fez questão de tornar público o “encovito no tempo do ex-professor Constâncio”, bem como o aborto que realizou, se dispondo, inclusive, a mostrar o local onde havia sepultado o feto.

Se o casamento de alunos indígenas entre si era uma raridade no colégio Isabel, como constatou Berthet, a edição de 08 de outubro de 1887 do *Correio Oficial de Goiás* noticiou o casamento do ex-aluno Antônio Falcão Cangussú, Irã amrayré, com Maria dos Santos, Xavante. Cangussú reclamou ao presidente da província para que lhes desse “o enxoval ou cousa alguma a título de dotação como dispõe as instruções do citado colégio”<sup>143</sup>. Em resposta ao seu pedido, o presidente ordenou ao Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia que, conforme informação prestada pela Tesouraria da Fazenda da Província, prestasse ao casal quatro vacas e um garrote dentre o gado existente da fazenda Dumbazinho. O caso em tela mostra que, muito embora pudesse ser algo raro, o casamento entre indígenas pertencentes a etnias distintas também ocorria no colégio. De igual modo, esse episódio demonstra como os indígenas estavam cientes da legislação do colégio e como eles sabiam mobilizá-la para alcançarem seus objetivos.

Em outubro de 1888, o encarregado do Serviço de Catequese informou que as duas últimas educandas indígenas do colégio Isabel haviam se casado e que os demais educandos haviam se retirado do colégio, ficando somente os menores Firmo Jabitú (Tapirapé) e Joaquim Cogmecti (Irã amrayré)<sup>144</sup>. De acordo com o mapa dos alunos do colégio de julho de 1888, os alunos que se retiraram do colégio tinham entre 19 e 27 anos.

#### **5.4 Experiências indígenas no Colégio Isabel**

Num primeiro momento, os relatos mais gerais acerca dos resultados alcançados (ou não) pelo colégio Isabel nos ajudam a compreender os limites que as crianças indígenas impuseram ao projeto de civilização indígena pretendido por aquela instituição de ensino. Conforme mencionado no início deste capítulo, o colégio Isabel foi saudado enquanto uma instituição promissora na inserção dos grupos indígenas à sociedade imperial, mediante a catequese infantil; porém, o passar dos anos logo mostrou que as crianças indígenas não abraçariam tão facilmente os costumes ocidentais, a ponto de

---

<sup>143</sup> *Correio Oficial de Goiás*. Ano LII, n. 38, 08 de outubro de 1887, p. 02

<sup>144</sup> Ofício do Encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia ao Presidente da Província. 10 de novembro de 1888. MUBAN. Catequese – Colégio Isabel: Obras, ordens, deliberações, verbas, adiantamentos, casamentos de índios, criação e extinção da Fazenda Dumbazinho, vol. 1675.

renunciarem ao seu modo de vida. Desta feita, elas contrariavam a compreensão segundo a qual a catequese e a civilização das crianças indígenas seriam mais efetivas que a dos adultos.

Em seu nascedouro, a proposta despertou o interesse do Ministério da Agricultura, tendo em vista a sua importância para a conquista das regiões centrais do Império. No entanto, às palavras mais elogiosas acerca do projeto, seguiam-se aquelas que desnudavam as dificuldades de sua implementação. Em 1871, por exemplo, o ministro da Agricultura Theodoro Machado Freire Pereira da Silva elogiou a proposta de criação do colégio Isabel, apontado, inclusive, a sua superioridade em relação à política de aldeamento implementada pelos capuchinhos. Ao se referir à política de aldeamento então praticada, o ministro afirmou: “só parece conveniente para os índios domesticados que já tenham adquirido hábitos de vida sedentária e os primeiros elementos da civilização”<sup>145</sup>. Entretanto, os primeiros resultados do colégio Isabel foram descritos pelo ministro como tendo um caráter “moroso e de alcance mais limitado”<sup>146</sup>.

Em 1873, o ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior apontou os resultados do colégio Isabel e, ao se referir aos alunos, destacou: “alguns [...] falam e escrevem já correntemente o português, e se vão tornando aptos para serem intérpretes entre a gente civilizada e as tribos de que descendem”<sup>147</sup>. Desta feita, eles iam se tornando “os melhores propagadores das crenças, ideias e costumes em que se estão educando”<sup>148</sup>. O ministro ressaltou que o maior número dos alunos daquele colégio pertencia à “tribo dos Kayapó”, descritos por ele como umas das mais “numerosas e selvagens d'essa região”<sup>149</sup>. Em 1879, o ministério da Agricultura Manoel Buarque de Macedo informou que vários dos alunos do colégio já se empregavam “em trabalhos úteis, tendo adquirido os hábitos de homens civilizados”. Com relação às educandas, ele afirmou: “têm-se casado”<sup>150</sup>. Em 1881, no entanto, a realidade era bem diferente, e o discurso do Ministério da Agricultura trazia a

---

<sup>145</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1871, p. 24

<sup>146</sup> *Idem*

<sup>147</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1874, p. 198

<sup>148</sup> *Idem*

<sup>149</sup> *Idem*

<sup>150</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Buarque de Macedo*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1880, p. 59

lume esse cenário. A nível nacional, o desenvolvimento do serviço da catequese era descrito como tendo um desenvolvimento fora do desejável. A educação das crianças indígenas era vista como um meio para se utilizar “parte dos aborígenes, que tende a desaparecer”<sup>151</sup>. Tida então como uma instituição que poderia cumprir essa função, o colégio Isabel, entretanto, diz ele, “por hora ainda não deu notável resultado”<sup>152</sup>.

Em seus relatórios, o presidente da província de Goiás, Antero Cícero de Assis, informou que os resultados que se esperava do colégio eram alcançados com lentidão. Em 1874, ele informou que o colégio Isabel “[ia] realizando, *se bem que lentamente*, o fim que teve em vista o mesmo governo com a sua criação”<sup>153</sup>. No ano seguinte, o presidente voltou a ressaltar a lentidão com que se dava a realização dos objetivos do colégio junto aos índios, dizendo: “[o] colégio Isabel vai preenchendo, *se bem que com algum vagar*, o fim para que foi fundado, de educar os menores selvagens de ambos os sexos e das diferentes tribos existentes nas margens do rio Araguaia”<sup>154</sup>.

No ano de 1877, Antero Cícero de Assis ainda considerava o colégio Isabel enquanto um “ensaio”<sup>155</sup>. O presidente considerava a questão da catequese e civilização indígena um tema de extrema importância para a província. Em seu relatório de 1875, ela destaca esse aspecto, dizendo: “muita importância [tem a catequese e civilização indígena] para uma província como esta em que tantos milhares de índios que podem ser civilizados com vantagem própria e da sociedade, vagueiam selvagens, privados dos benefícios e cômodos dela”<sup>156</sup>. No entanto, a importância dada pelo presidente à civilização indígena não era compartilhada, evidentemente, pelos próprios alunos que frequentavam o colégio Isabel. A “lentidão” com que se alcançava os objetivos propostos

---

<sup>151</sup> BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Oitava Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Antônio Saraiva*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1882, p. 102

<sup>152</sup> *Idem*

<sup>153</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1874*. Goiás. Tipografia Provincial, 1874, p. 36, grifo meu

<sup>154</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875*. Goiás. Tipografia Provincial, 1875, p. 40, grifo meu

<sup>155</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1877*. Goiás. Tipografia Provincial, 1877, p. 26

<sup>156</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875*. Goiás. Tipografia Provincial, 1875, p. 40



para o colégio, de certo modo, testificam acerca dos limites impostos pelos alunos ao seu projeto civilizacional.

De passagem pelo colégio em 1883, o missionário dominicano frei Berthet conheceu seus alunos e registrou a sua impressão acerca dos resultados até então alcançados por aquela instituição. Naquele momento o colégio era frequentado por poucos alunos: “no máximo uma quinzena”, disse ele<sup>157</sup>. Ao se referir aos meninos indígenas, o missionário afirmou que eram “pouco habituados a uma vida sedentária”, e por essa razão, segundo ele, “tornam-se apáticos, sem aplicação ao estudo e ao trabalho, e, por falta de vigilância séria e assídua, acabam contraindo hábitos viciosos, os quais são por vezes iniciados por aqueles que deveriam precavê-los contra semelhantes excessos”<sup>158</sup>. Segundo ele, ao retornarem às suas aldeias, os ex-alunos retomavam o seu modo de vida tradicional, frustrando os planos da instituição.

A exemplo da “inconstância” dos Tupinambás na América portuguesa, tão bem analisada por Viveiros de Castro<sup>159</sup>, a denominada apatia e a falta de aplicação nos estudos e trabalho por parte dos alunos do colégio, tal como descrita acima por frei Berthet, era, na verdade, a forma como a sociedade e o modo de vida dos indígenas e seus interesses apareciam aos olhos daquele missionário. Esse comportamento por parte dos alunos do colégio, e criticado pelo missionário dominicano, é revelador das ações das crianças indígenas no cotidiano do colégio, isto é, o modo como eles se portavam naquela instituição.

Pouco interessados nas aulas do colégio, alguns dos alunos costumavam se dirigir ao porto de Santa Leopoldina, comportamento que gerava preocupação aos responsáveis pelo colégio Isabel. Conforme mencionado anteriormente, essa proximidade dos alunos indígenas com o porto de Santa Leopoldina era muitas vezes colocada como um fator que atrapalhava o processo de educação das crianças indígenas. Por essa razão o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia entendia que a fazenda Dumbazinho era o lugar mais apropriado para o funcionamento do colégio. Dentre os motivos colocados por ele para a sua afirmação estavam o fato de que, “além de estar a alguns quilômetros de Leopoldina – foco deletério a educação pela influência moral dos costumes um pouco livres do pessoal marinho, está também na mais alta barranca do Araguaia, e por

---

<sup>157</sup> BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo Brasil..., 1982, p.122

<sup>158</sup> *Idem*

<sup>159</sup> VIVEIROS DE CASTRO, E. *O mármore e a murta...*,1992, p. 24

conseg<sup>te</sup> livres das inundações periódicas desse rio”<sup>160</sup>. Leopoldina era uma localidade portuária importante para a província, e a movimentação daquele porto certamente chamava a atenção dos indígenas<sup>161</sup>. Conforme mencionado no tópico anterior, Couto de Magalhães manifestava preocupação para com a aproximação dos alunos com o pessoal do porto de Leopoldina, sobretudo a tripulação dos navios. Receava não só o que ele chamava de “influência moral” negativa dos marinheiros sobre os alunos indígenas, mas também que a tripulação das embarcações cometesse alguma imprudência contra os indígenas, o que poderia fazer com que eles se revoltassem contra os não indígenas<sup>162</sup>.

Em dezembro de 1882, o colégio Isabel passou a funcionar somente nas dependências da fazenda do Dumbazinho. Segundo informou o encarregado do Serviço da Catequese, tal transferência se justificava pela “falta de acomodações e estado ruinoso do [prédio] que em Leopoldina servia para esse fim”<sup>163</sup>. Ademais, o encarregado ainda informa que a referida fazenda oferecia “melhor acomodação e largueza” para os alunos que o colégio de Leopoldina. Àquele ano os alunos continuavam empregados nas oficinas de carpintaria e ferraria do colégio, “depois de neste completarem a sua educação”, afirma<sup>164</sup>. Apesar dos constantes ataques das onças ao rebanho, o gado pertencente à fazenda era orçado em aproximadamente 200 rezes.

Anos antes da visita de frei Berthet ao colégio, ele foi visitado pelo ex-presidente Joaquim de Almeida Leite Moraes, em sua passagem por Leopoldina, a caminho de Belém. A situação em que se encontrava o colégio era tão gritante aos seus olhos, a ponto

---

<sup>160</sup> Relatório do Serviço de Catequese no vale do Araguaia, de 20 de julho de 1882 a 30 de maio de 1883. AHEG. Documento manuscrito. Cx. 327

<sup>161</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros..., 2009, p. 158. A importância da empresa de navegação do rio Araguaia, bem como do Serviço de catequese do vale do Araguaia, para Leopoldina, foi evidenciada pelos vários viajantes que passaram por aquele local, após o fim da navegação a vapor, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Henri Coudreau recordou que, nos tempos áureos da navegação a vapor em Goiás, Couto de Magalhães intentou transferir a capital da província para as margens do rio Araguaia, em Leopoldina. Entretanto, informou ele, a cidade “não demorou para cair em decadência, após uma prosperidade passageira. Ela teve até 3 a 4000 moradores, hoje tem no máximo a décima quinta ou vigésima parte desse total” (COUDREAU, 1897, p. 180, tradução nossa). Quanto ao colégio Isabel, o explorador francês foi taxativo: “Santa Izabel não é mais que uma ‘tapera’” (*Idem*). Frei Estevão Gallais, comparando a situação de Leopoldina da época de sua passagem com os seus tempos “áureos”, afirmou: “Hoje, a maior parte das casas de Leopoldina estão em ruínas e o número dos seus habitantes não chega a cem” (GALLAIS, 1903, p. 22). Quando passou por Leopoldina, em 1908, o explorador alemão Fritz Krause não deixou de notar a situação de decadência daquela cidade, após os tempos áureos da navegação a vapor: para ele, “os moradores davam impressão de verdadeira penúria” (KRAUSE, 1940, p. 177). Os vapores, por sua vez, “estavam abandonados no leito fluvial e a meia altura do barranco, quebrados, enferrujados, e cobertos de areia” (*Idem*, p. 176).

<sup>162</sup> *Idem*

<sup>163</sup> Relatório do Serviço de Catequese no vale do Araguaia, de 20 de julho de 1882 a 30 de maio de 1883. AHEG. Documento manuscrito. Cx. 327

<sup>164</sup> *Idem*

d'ele afirmar que ali “o serviço de catequese [era] nenhum”. O colégio funcionava numa casa pequena e malconservada, sem boas acomodações. Ao seu redor não havia jardim, mas mato. “Em torno da casa não há sinal de enxada”, disse ele. Quanto a avaliação da aprendizagem dos alunos, ele informou: “pouco ou nada sabem; soletram balbuciando e repetindo”<sup>165</sup>. Na oficina de ferreiro a situação também não era animadora: o presidente encontrou um ferreiro contratado pela província que ganhava 1.000\$000 por ano, mas que estava, segundo ele, “em completa vadiação”, e que trabalhava para si, não para o Estado<sup>166</sup>. Por essa razão, segundo ele, apesar do Serviço de Catequese possuir bastante ferro em seu depósito, comprava-se ferramentas na capital. Em seu relatório o presidente reiterou que “o serviço da catequese [era] desanimador”<sup>167</sup>. Por fim, ele sintetizou a política de catequese e civilização indígena no vale do Araguaia nos seguintes termos: “uma sucessão nunca interrompida de escândalos”<sup>168</sup>.

Os relatos de frei Michel L. Berthet e Joaquim de Almeida Leite Moraes parecem confirmar a afirmação de John Hemming, para quem a experiência do colégio Isabel foi apenas uma quimera<sup>169</sup>. As avaliações de ambos ocorreram após a primeira década de funcionamento daquela instituição, demonstrando assim que o projeto não havia logrado êxito. Para Hemming, o insucesso do “projeto de Couto de Magalhães” na fronteira do Araguaia se devia ao mau gerenciamento dos presídios militares, colocados, segundo ele, “em mãos de soldados cujo serviço, ali, era um castigo, e por condenados vindos das prisões fronteiriças”<sup>170</sup>. Entretanto, essa afirmação explica a questão somente em parte. Primeiramente, deve-se destacar que mesmo os militares enviados ao sertão, para os presídios militares, prejudicavam a execução da política indigenista e de expansão territorial. Muitos comandantes viam os presídios militares como forma de fazer fortuna. Ali, em desacordo com a legislação vigente, eles negociavam com os soldados e paisanos, bem como afugentavam os indígenas que buscavam contato com os presídios<sup>171</sup>. Por outro lado, é preciso considerar as ações e os interesses dos próprios indígenas.

---

<sup>165</sup> LEITE MORAES, J. A. *Apontamentos de viagens...*, 1995[1883], p. 128

<sup>166</sup> *Idem*, p. 129

<sup>167</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório que ao 1º Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, apresentou, na ocasião de passar a administração da Província de Goiás, o presidente Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1882, p. 06

<sup>168</sup> *Idem*, p. 07

<sup>169</sup> HEMMING, J. *Fronteira Amazônica ...*, 2009, p. 486

<sup>170</sup> *Idem*, p. 487

<sup>171</sup> Conforme demonstrou o major Antônio Florêncio Pereira Lago, em seu *Relatório dos Estudos da Comissão Exploradora do rio Tocantins e Araguaia*, “os comandantes e diretores [dos presídios militares] e dos aldeamentos”, quase sempre oficiais do exército, reformados ou em efetivo serviço, e oficiais

Nesse sentido, a análise das experiências dos alunos indígenas no colégio Isabel nos mostra, a exemplo do que afirma Michel de Certeau, que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”<sup>172</sup>. Em suas ações, os alunos manifestavam diferentes formas de renúncia ao projeto civilizacional do colégio. Uma delas era através das fugas. Conforme lembra Marin, notícias de fugas de alunos do colégio Isabel eram frequentes nos relatórios presidenciais<sup>173</sup>. As fugas dos alunos, o baixo aproveitamento dos alunos, a desobediência, entre outros, são indícios que apontam para o fato de que, como bem destacou Caume, os indígenas não se portavam passivamente frente a “novas noções de tempo, de trabalho contínuo, de hierarquia e de submissão”<sup>174</sup>. Em agosto de 1874, dois alunos se evadiram do colégio Isabel, “um Kayapó e outro Tapirapé”. O primeiro logo foi encontrado e o segundo ainda estava sendo procurado<sup>175</sup>. Noutra episódio, alguns alunos fugiram levando consigo uma embarcação pertencente ao colégio. Em ofício encaminhado ao encarregado da empresa de navegação a vapor do Araguaia, em junho de 1880, o presidente Souza Spínola informou-lhe, dizendo:

“[c]onvém que Vmce recomende aos Comandantes dos vapores dessa empresa que empreguem todos os esforços para que sejam recebidos nas aldeias em que se acham e transferidos para o Colégio Isabel, os índios que dali fugiram levando uma montaria de serviço da catequese”<sup>176</sup>.

Em 1879, o presidente Aristides de Souza Spínola lamentou a falta de aula de música no colégio Isabel, conforme previam as *Instruções* para o seu funcionamento. Segundo ele, a música poderia preservar os alunos da nostalgia que, segundo ele, atacava-os, “dando lugar a que alguns, como tem acontecido, fujam do colégio”<sup>177</sup>. Mesmo as

---

honorários, aceitam essas comissões com o fim, salvo raríssimas e honrosas exceções, de fazerem algum pecúlio” (LAGO, 1875, p. 29). Em seu relatório, de novembro de 1881, o presidente Joaquim de Almeida Leite Moraes ressaltou como os presídios militares eram entraves ao desenvolvimento da catequese na província de Goiás. Segundo ele, “o soldado trata o índio como uma fera” (GOIÁS, 1881, p. 79). Ele informou ter recebido, inclusive, a notícia de que um comandante de um dos presídios militares do Araguaia teria atravessado para a margem esquerda e ali destruído algumas casas indígenas. A expedição contra os indígenas teria acontecido sem que houvesse ocorrido nenhum ataque ou agressão indígena.

<sup>172</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano...*, 2009, p. 38

<sup>173</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *A formação de trabalhadores brasileiros...*, 2009, p. 159

<sup>174</sup> CAUME, David J. A história de uma escola para índios: Colégio Isabel (Goiás, 1870-1888). *Inter-Ação*, Goiás, v. 21, n.1-2, p.97-124, jan./dez.1997, p. 117

<sup>175</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875*. Goiás. Tipografia Provincial, 1875, p. 40

<sup>176</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado interino do Serviço de Navegação à vapor do Araguaia, 30 de junho de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 1874 – Ofícios do Governo da Província ao Encarregado da Navegação a Vapor do Araguaia.

<sup>177</sup> Ofício do presidente da Província de Goiás ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 22 de dezembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides*

crianças que permaneciam no colégio não agiam passivamente frente ao seu projeto civilizacional, tal como é possível perceber a partir da leitura dos mapas dos alunos. Porém, antes de partirmos para algumas experiências específicas no cotidiano do colégio, faz-se necessário ressaltar aqui alguns aspectos. No caso dos Irã amrayré, vale ressaltar que a definição das atividades (ofícios) a serem ensinadas aos alunos, estruturada segundo os sexos, era distinta daquela adotada pelos indígenas em suas aldeias. Entre eles, assim como os Mebêngôkre de maneira geral, a prática da agricultura (o cultivo das roças) tradicionalmente é feita pelas mulheres, cabendo aos homens somente a derrubada da mata para a sementeira. Além disso, cabe a elas o cuidado também das crianças e dos animais de estimação trazidos da floresta<sup>178</sup>.

As roças Mebêngôkre sempre ficam próximas à aldeia, a uma boa distância de um rio. Quando as roças começam a dar frutos, as mulheres vão todos os dias para buscar legumes, ficando ali boa parte do dia. Em algumas ocasiões, elas saem para a mata para coletar frutos. Os homens, por sua vez, dedicam-se às caçadas, à pesca e também à guerra. No contexto do contato, eram eles quem ficavam responsáveis pela defesa dos interesses do grupo em relação aos não Mebêngôkre. Entre os Mětyktire, na década de 1980, a educação formal era considerada uma atividade masculina, uma vez que, conforme demonstrou Vanessa Lea, “a escola simboliza[va] a porta de entrada ao poderoso mundo externo”<sup>179</sup>. Isso nos ajuda a entender, no caso dos Irã amrayré, o motivo do número maior de meninos que se deslocavam de suas aldeias (ou eram enviados) para o colégio Isabel em relação ao de meninas. Portanto, ao definirem o ensino da prática agrícola aos meninos Irã amrayré, sob a alegação de que essa era uma atividade que eles estavam acostumados a realizar, o projeto não levou em consideração a divisão sexual de atividades na própria aldeia. Isso acabou reverberando nas ações dos meninos indígenas no colégio.

Outrossim, vale ressaltar também o choque entre os diferentes regimes de aprendizado ao qual as crianças indígenas eram submetidas, isto é, aquele de suas aldeias e o do colégio Isabel. Tradicionalmente, os meninos Mebêngôkre são socializados até os

---

de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 06, anexo

<sup>178</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012, p. 142; VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena...*, 1977, p. 78. De acordo com Cohn (2005, p. 92), os animais de estimação são trazidos da floresta ainda jovens, e podem ser tanto aqueles que a carne é consumida (porcos, antas, macacos, mutum, etc.), como aqueles que, muito embora a carne não seja consumida, usa-se as penas (como por exemplo, a arara). O importante, segundo ela, “é que o animal seja socializado: ele é tornado doméstico, amansado (tornado *uabô*, manso); ganha espaço na aldeia” (*Idem*, p.92-3, grifo no original).

<sup>179</sup> LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis...*, 2012, p. 142

dez anos de idade na Casa<sup>180</sup> da sua mãe. Até mesmo as crianças raptadas nas guerras, quando adotadas, passavam por esse processo. Após esse período eles passam a morar na casa dos homens, no centro da aldeia, onde aprendem com os guerreiros, os homens mais velhos. As meninas são criadas nas casas de suas mães e vivem ali. Desde a mais tenra idade esses papéis sociais são passados às crianças indígenas, mediante um processo de socialização próprio do grupo. O caso dos atuais Xikrin e sua relação com a escola não indígena pode nos ajudar a refletir acerca da relação entre os Irã amrayré e o colégio Isabel, considerando a diferença dos regimes de aprendizagem. Segundo informou Cohn, “os Xikrin aprendem *vendo (omuhn)* e *ouvindo (mari)*, e por isso espera-se que as crianças possam ter ampla e quase irrestrita (restrita apenas quando perigos específicos estão em jogo) participação no que ocorre pela aldeia”<sup>181</sup>.

Ainda segundo Cohn, o processo de aprendizado Xikrin não é regulamentado. Todo lugar e todo momento é hora de aprender. O que se regulamenta, segundo a autora, é o momento de se demonstrar o que se sabe, e isso se dá de acordo com o gênero, a idade e paternidade/maternidade<sup>182</sup>. Por fim, um outro aspecto levantado pela autora acerca do processo de aprendizagem entre os Xikrin é o fato de que entre os Mebêngôkre “a criança não [...] deve olhar nos olhos de um mais velho, não se deve interpelar quem ensina, não se deve responder a quem sabe mais”<sup>183</sup>. Esse choque entre os diferentes regimes de aprendizagem – o Mebêngôkre e o planejado para o funcionamento do colégio Isabel – pode ser percebido nas observações a respeito dos alunos contidas nos mapas do colégio. Esses documentos trazem as seguintes informações: nomes (indígena e cristão), sexo, etnia a que pertenciam os alunos (“tribo”), idade quando entraram no colégio, data de matrícula, “estágio de desenvolvimento” no momento da entrada no colégio e o atual (do momento de confecção do mapa), além de algumas observações (geralmente sobre o estado de saúde, atividades realizadas, ausência da escola, fuga, morte, desempenho nas atividades do colégio)<sup>184</sup>.

Dos 27 alunos que constavam no mapa referente ao segundo trimestre do ano 1880, 16 eram Irã amrayré. Desse total, 15 foram admitidos na década de 1870, sendo a maioria

---

<sup>180</sup> Retomo aqui o conceito de Casa, tal como proposto por Vanessa Lea (2012)

<sup>181</sup> COHN, Clarice. A cultura nas escolas indígenas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & CESARINO, Pedro Niemeyer (orgs.). *Políticas culturais e povos indígenas*. Ed. Unesp: São Paulo, 2016, p. 320-1, grifo no original.

<sup>182</sup> *Idem*, p. 321

<sup>183</sup> *Idem*, p. 321

<sup>184</sup> Infelizmente, não foi possível localizar os mapas referentes à década de 1870, no entanto, os mapas encontrados (1880 a 1888) lançam luz sobre as ações das crianças indígenas nesse período.

entre os anos de 1871 a 1875 (12 alunos)<sup>185</sup>. Portanto, à época de produção do mapa de frequência, a maioria do grupo já estava há pelo menos cinco anos na instituição. Entre esses alunos estava Francisco Houtuque. Ele foi admitido no colégio aos 11 anos de idade, no dia 20 de julho de 1872. De acordo com o documento, Houtuque não falava a língua portuguesa e em 1880 o seu conhecimento se resumia a algumas sílabas, ou seja, já havia se passado oito anos desde a sua entrada no colégio e o plano de formação de línguas estava sendo frustrado.

Em maio daquele ano, já com 19 anos, Francisco Houtuque foi desligado do colégio, pois havia fugido. No mesmo dia em Houtuque fugiu do colégio, outros três alunos também empreenderam fuga, juntamente com ele (dois Irã amrayré, um Tapirapé e um Karajá). Os Irã amrayré eram Tonicam e Corojore, os quais também haviam entrado para o colégio no dia 20 de julho de 1872. Eles tinham 06 e 11 anos de idade, respectivamente. O seu desempenho no colégio era semelhante ao de Houtuque. Já o aluno Tapirapé se chamava Ecrócrê, e havia entrado no colégio no dia 01 de dezembro de 1871, aos 07 anos de idade<sup>186</sup>. O aluno Karajá se chamava Joryré, e havia entrado no colégio no ano de 1873, aos 08 anos de idade.

Foram esses alunos que, ao fugirem do colégio, levaram consigo “uma montaria” pertencente ao serviço de catequese e, por essa razão, o presidente Aristides de Souza Spínola enviou um ofício ao encarregado da Empresa de Navegação a vapor do Araguaia para os recebessem na aldeia em que eles se encontravam e os levassem de volta ao colégio Isabel<sup>187</sup>. Os anos em que estiveram juntos no colégio serviram para que os alunos Irã amrayré, Tapirapé e Karajá criassem laços de solidariedade a ponto de fugirem juntos. Conforme já mencionado, uma das propostas do colégio Isabel era acabar com os “ódios” entre os diferentes grupos indígenas do vale do Araguaia e, conseqüentemente, as guerras indígenas. O caso em questão mostra como esse plano foi manejado pelos próprios alunos para arquitetar a sua fuga daquela instituição. Não deixa de ser curioso aqui também o

---

<sup>185</sup> Em 1871 (01 aluno), 1872 (08 alunos), 1873 (01 aluno), 1874 (01 aluno). Nos anos de 1875, 1878 e 1879 foram admitidos um aluno em cada um. Em janeiro de 1880 colégio admitiu dois novos alunos.

<sup>186</sup> Mapa demonstrativo do movimento dos alunos de ambos os sexos existentes neste colégio no período decorrido no 2º trimestre do corrente ano de 1880. Leopoldina, 1º de julho de 1880. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>187</sup> Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Encarregado interino do Serviço de Navegação à vapor do Araguaia, 30 de junho de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 1874 – Ofícios do Governo da Província ao Encarregado da Navegação a Vapor do Araguaia.

fato de que os Irã amrayré, conhecido por não serem navegadores, fugiram levando consigo uma embarcação de pequeno porte.

Quanto aos demais meninos Irã amrayré do colégio citados no mapa, vale trazer aqui também a menção que deles é feita naquele documento. Eram Mopyrarêo (não é citado o seu nome cristão), Camimiritu (batizado como Francisco) e Pyjocran (não é citado o seu nome cristão). Todos também entraram no ano de 1872. As informações que constam a respeito de ambos no mapa era de que não tinham inteligência. No caso de Mapyrarêo, o mapa informa que ele era “hipócrita”. Em 1882, Mapyrarêo já lia e escrevia, porém, mal. Àquela época, além de frequentar a escola, ele já se encontrava empregado em outros serviços do colégio.

A mesma situação era a de Francisco Camimiritu, que lia e escrevia mal e estava empregado na Fazenda Dumbazinho<sup>188</sup>. Em outubro daquele ano Francisco Hontuque retornou ao colégio e se matriculou novamente, e no ano de 1882 ele já se encontrava trabalhando no colégio Isabel. Corojore (batizado de Aristides) retornou ao colégio, já com 17 anos, em janeiro de 1882, e naquele mesmo ano se empregou nas atividades do colégio. Em dezembro de 1883 todos eles já liam e escreviam e se empregaram na fazenda Dumbazinho ou noutros serviços do colégio. Em janeiro de 1885, todos esses alunos estavam empregados na fazenda da catequese, no Dumbazinho<sup>189</sup>. Em dezembro daquele ano, todos eles liam, escreviam e faziam conta. Francisco Hontuque trabalhava na carpintaria. Francisco Camimiritu era descrito como aprendiz de ferreiro, porém, não frequentava a oficina por falta de ferreiro no colégio<sup>190</sup>. Em dezembro de 1887, a partir do mapa daquele período, percebe-se que eles já liam, escreviam o alfabeto e faziam contas.

Na fazenda Dumbazinho, assim como no colégio situado próximo ao presídio de Leopoldina, as crianças indígenas passavam por um processo de socialização diferente daquele das suas aldeias, no qual se implementava o uso de roupas e a inserção de uma

---

<sup>188</sup> Mapa demonstrativo dos alunos indígenas de ambos os sexos existentes no Colégio Isabel durante o mês de janeiro de 1882. Leopoldina, 1º de fevereiro de 1882. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>189</sup> Mapa demonstrativo dos alunos indígenas de ambos os sexos existentes no Colégio Isabel, na fazenda Dumbazinho, a contar de 01 a 20 de janeiro do corrente. Santa Isabel, na Fazenda Dumbazinho, 20 de janeiro de 1885. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>190</sup> Mapa demonstrativo da frequência dos educandos indígenas de ambos o sexo existente no colégio Isabel. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.



alimentação diferente daquela de suas aldeias. Essas estratégias faziam parte da política indigenista que visava criar “necessidade sociais” entre os indígenas, mediante a mudança de seus hábitos sociais e alimentares. Não foram poucos os gastos da província com a aquisição de roupas e alimentação – denominadas de “rações” – para os estudantes indígenas do colégio. Na tentativa de se operar uma “conquista do paladar”<sup>191</sup>, colégio inseriu na alimentação das crianças indígenas alimentos como carne de boi, arroz, café, açúcar e rapadura<sup>192</sup>.

Entre as meninas Irã amrayré que entraram na primeira metade da década de 1870 citadas no mapa do segundo trimestre de 1880 estava Thyró. Ela foi admitida no colégio aos 12 anos de idade, no dia 25 de fevereiro de 1874, e ao ser batizada, recebeu o nome de Joaquina. O mapa informa que Thyró entrou no colégio sem o conhecimento da língua portuguesa e, passado todo esse tempo, o seu conhecimento do português se resumia a algumas sílabas. Thyró gozava de boa saúde e, de acordo com as observações contidas no mapa a seu respeito, ela era descrita como alguém “robusta”, de “gênio arrebatada e mal”. A segunda parte das observações sobre Thyró é bastante esclarecedora acerca de sua visão e postura em relação ao colégio: “não aprecia nossos costumes”. Além de Thyró, haviam mais quatro alunas Irã amrayré no colégio naquele momento, todas entraram entre os anos de 1871 e 1874. Entre estas alunas Irã amrayré também se encontrava Becuicueti, batizada como Rita, e que entrou em 21 de outubro de 1873, aos 10 anos de idade, e era descrita como alguém “caprichosa e dedicada no serviço doméstico”, entretanto, informa o documento, gozava de um “gênio forte”. Em janeiro de 1882 nenhuma dessas alunas foram citadas no mapa dos alunos. Havia somente quatro alunas (três Irã amrayré e uma Xavante) e todas estavam empregadas no serviço doméstico.

---

<sup>191</sup> AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, 1998, p. 66

<sup>192</sup> Destaco aqui alguns exemplos existentes na documentação: no dia 1º de abril de 1886, através de sua solicitação de rações diárias para os alunos do colégio Isabel, o seu professor interino do colégio, sr Francisco de Assis Correa, pediu os seguintes produtos: carne de gado, carne de porco, café, toucinho, açúcar, sabão e sal, farinha de mandioca e de milho, feijões, azeite para as luzes, vinagre, rapadura (MUBAN, vol. 1671. Colégio Isabel, em 01 de novembro de 1886). Em 01 de março de 1880, a professor do colégio também solicitara produtos como: farinha de mandioca, sal toucinho (MUBAN, vol. 167. Leopoldina, em 02 de abril de 1880). No dia 02 de abril de 1880, o professor solicitou ao presidente da província que fornecesse as seguintes rações aos estudantes indígenas: açúcar, rapaduras, arroz pilado, feijão, carne seca de gado, farinhas (de milho e tapioca). (MUBAN, vol. 1671. Leopoldina, em 02 de abril de 1880). Eram bastante comuns também as solicitações de roupas para os alunos. Em março de 1880, o professor Luiz de Macedo Carvalho solicitou à presidência da província os seguintes itens para a confecção de roupas para os alunos do colégio: 120 metros de algodão liso; 128 metros de chita superior, 30 metros, pares de chinela. (MUBAN, vol. 1671, Colégio Isabel, 22 de março de 1880)

Muito embora esses alunos tenham escolhido permanecer no colégio durante toda a década de 1870, essa permanência foi vivida por eles ao seu modo. Assim essas expressões utilizadas no relatório para descrever “o desenvolvimento” dos menores indígenas no colégio não só revelam a visão daqueles responsáveis por implementar o projeto, mas, quando lidas à contrapelo, essas informações também demonstram como essas ações representavam um desafio ao plano de catequese e civilização do colégio Isabel. As duas meninas Irã amrayré supracitadas já haviam passado por um longo processo de socialização em suas aldeias antes de irem para o colégio, e isso fica patente na forma como elas se posicionavam naquela instituição. Em seu cotidiano, elas demonstraram não apreciar os costumes dos não indígenas e, ao não se curvarem a eles, foram descritas como que possuindo um gênio forte.

A língua sempre se mostrou uma barreira difícil de transpor e um fator que dificultava o processo de ensino e aprendizagem. Não só os professores não conheciam as línguas indígenas, como também os alunos conheciam muito pouco o português. Esse fator dificultou, por exemplo, as aulas de mecânica e desenho linear ministradas pelo engenheiro inglês Alexander MacGregor Wilkes. Conforme lembra Marin, “os primeiros contatos entre professor e alunos foram marcados pelo estranhamento. Afinal, o professor, que mal sabia falar o português e com forte sotaque britânico, ensinava crianças indígenas que pouco entendiam a língua portuguesa”<sup>193</sup>. O autor destaca ainda que o ensino das “primeiras letras” não despertava muito a atenção dos indígenas, diferentemente do rio Araguaia e da movimentação de embarcações no porto de S. Leopoldina:

Só o rio Araguaia era o grande atrativo para as crianças. Ali elas gostavam de banhar-se, de apreciar a movimentação das pessoas e de observar os grandes barcos a vapor, com seus motores barulhentos, fumarentos e buzinas estridentes, bem diferentes das pequenas embarcações existentes em suas aldeias de origem<sup>194</sup>

Apesar dessas ações que desafiavam a organização e o funcionamento do colégio, não se pode negar que ali houve a exploração do trabalho indígena, à pretexto de sua civilização. No caso das alunas indígenas, eram elas quem costuravam, lavavam ou cozinhavam no colégio Isabel. Em 1879, segundo declarou o seu esposo, a ex-aluna Mariana (Tepocare), Irã amrayré, juntamente com outras alunas, se empregava “em

---

<sup>193</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros..., 2009, p. 158

<sup>194</sup> *Idem*

costurar os seus vestuários e os dos meninos” que frequentava o colégio, de modo que não havia “vestuário algum que não passasse por suas mãos e das de suas colegas”<sup>195</sup>. O encarregado da catequese declarou em 27 de abril de 1880 que “as índias já há tempos coziavam, lavam e engomavam”<sup>196</sup>. Noutra ocasião, o encarregado declarou que “as índias já lavam as roupas do colégio, pois há 7 anos que estão aprendendo e já fazem tudo como já estão fazendo”<sup>197</sup>.

Outro aluno do colégio Isabel que também teve o seu trabalho explorado foi Grancramacaê. Ele se matriculou no colégio Isabel no dia 28 de novembro de 1875, aos 12 anos de idade. Juntamente com ele vieram mais 05 Irã amrayré: Cruagure, Robtire, Oroncré, Caô e Cabá. À exceção de Cruagure, com 09 anos, todos os demais tinham a mesma idade de Grancramacaê. Ao entrar no colégio o seu “grau de instrução” era descrito como “nenhum” e em dezembro de 1878, passados pouco mais de três anos desde a sua matrícula, Grancramacaê lia algumas sílabas e continuava “empregado [...] em leituras”<sup>198</sup>. Infelizmente, não pude obter informações sobre ele referente ao ano de 1879, entretanto é provável que nesse período ele tenha voltado para a sua aldeia. Prova disso é que ele retornou em 01 de junho de 1880 ao colégio Isabel solicitando a sua matrícula para aprender o ofício de ferreiro, conforme já mencionado no segundo tópico deste capítulo. A sua vontade foi respeitada, e tão logo entrou no colégio, ele começou a frequentar a oficina de ferreiro. À época, o seu conhecimento acerca das “primeiras letras” se resumia a algumas sílabas, assim como em 1878.

Em dezembro de 1880 ele ainda continuava a frequentar a oficina de ferreiro. Foi nesse mês que pela primeira vez foi mencionado o seu nome cristão na documentação, Antônio, o que sugere que ele havia recebido o batismo. Grancramacaê estava bastante interessado em aprender o ofício de ferreiro, de modo que durante todo o ano de 1881, ele frequentou somente a oficina de ferreiro, não comparecendo às aulas de primeiras letras<sup>199</sup>. Durante a epidemia de sarampo de 1881, Grancramacaê foi acometido da doença

---

<sup>195</sup> Relação das despesas feitas pelo ex-Tesoureiro da catequese José da Costa Xavier de Barros e por mim glosadas. (sem data). MUBAN. Vol. 1683. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II – Catequese. III – Diretoria Geral dos Índios.

<sup>196</sup> *Idem*

<sup>197</sup> *Idem*

<sup>198</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de dezembro de 1878. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>199</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de janeiro de 1881. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

e não frequentou as aulas na oficina de ferraria. A partir do mês de julho de 1881, ele se encontrava empregado na oficina de ferraria, na condição de aprendiz, recebendo etapas por parte do colégio. A partir do dia 02 de maio de 1882, com a exoneração do mestre da oficina de ferraria, Grancramacaê passou da condição de aprendiz à de contratado deste serviço no colégio, a pedido do encarregado do Serviço de Catequese<sup>200</sup>, e a partir do ano de 1884 ele começou a trabalhar na fazenda dos índios, no Dumbazinho. Em dezembro de 1885, Grancramacaê, ainda na fazenda, se dedicava ao trabalho na carpintaria, mas também à pesca. Quanto ao seu grau de instrução, dizia o mapa daquele mês: “lê, escreve, e conta mal<sup>201</sup>”. No ano de 1887, ele retornou às aulas do colégio e voltou a frequentar as oficinas de ferraria<sup>202</sup>. Aqui, mais uma vez, os registros demonstram como ele não tinha muito interesse pelas aulas de primeiras letras, preferindo a oficina de ferreiro. No ano seguinte os mapas dos alunos não registram mais a sua presença no colégio, e não dá informações sobre o seu paradeiro.

A trajetória de Grancramacaê e de outros/as alunos/as do/no colégio Isabel, nos mostra como os indígenas eram utilizados como trabalhadores naquela instituição, servindo como ferreiro, vaqueiros, cozinhando e costurando. Em alguns casos – diferentemente de Grancramacaê – os indígenas não recebiam nenhum pagamento por isso. Quando estive na fazenda Dumbazinho, Joaquim de Almeida Leite Moraes encontrou “dois vaqueiros indígenas, alunos do Colégio Isabel, que nada percebiam, e nem ao menos a ração que o Estado lhes dava!”<sup>203</sup>. No caso das alunas, conforme citado anteriormente, elas lavavam, cozinhavam e costuravam no colégio para os demais alunos, sem, contudo, receber nenhum pagamento. Esse processo, dizia-se, visava prepará-las também para, uma vez casadas, serem boas donas de casa e esposas. Situação semelhante foi vivenciada pelas crianças indígenas na Manaus da *Belle Époque*. Bruno Braga demonstrou como muitas crianças indígenas foram retiradas de suas aldeias e levadas para Institutos de educação de menores indígenas para aprenderem diferentes ofícios braçais. As meninas eram utilizadas nas casas das elites, ao passo que os meninos eram

---

<sup>200</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de março de 1882. Leopoldina, 01 de abril de 1882. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>201</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de dezembro de 1885, Colégio Isabel – Dumbazinho, 02 de janeiro de 1886. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I - Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>202</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de abril de 1887, Colégio Isabel, 30 de abril de 1887. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas

<sup>203</sup> LEITE MORAES, J. A. *Apontamentos de viagens...*, 1995[1883], p. 141

destinados a determinados trabalhos, como por exemplo, os de pedreiros, carpinteiros e sapateiros<sup>204</sup>.

Enquanto no presídio de Santa Maria do Araguaia os missionários empreendiam a catequese e civilização dos Irã amrayré somente durante os momentos em que eles se dirigiam ao presídio, no caso do colégio Isabel a situação era diferente. Os indígenas estavam distantes de suas aldeias e “inseridos” dentro de um universo culturalmente distinto daqueles onde nasceram. Isso não significava que eles abraçavam tudo de maneira passiva. Pelo contrário, as experiências aqui relatadas mostram como, apesar das violências a que estavam submetidos cotidianamente, os/as alunos/as acabaram impondo limites à política indigenista que ali se buscava implementar. A descrição dada a algumas alunas indígenas nos mapas, qualificando-as negativamente, demonstra isso. No caso de Granramacaê, deve-se destacar a forma como ele subverteu o projeto do colégio, ao não demonstrar interesse pelo ensino das primeiras letras, preferindo aprender o ofício de ferreiro. Por essa razão não frequentava as aulas onde deveria aprender a língua portuguesa.

Se no caso de Granramacaê as fontes nada mencionam acerca de seu paradeiro após o período em que esteve no colégio Isabel, o mesmo não se pode dizer de dois outros Irã amrayré que foram alunos do colégio no mesmo período em que ele ali esteve. Trata-se de João Gongri e João Peucaranti. A incorporação de Peucaranti e Gongri para o quadro de alunos do colégio Isabel ocorreu no ano de 1872, quando estes tinham aproximadamente 09 e 08 anos, respectivamente. Peucaranti entrou para o colégio no dia 08 de março, e Gongri só foi matriculado no mês seguinte<sup>205</sup>. Frei Estevão Gallais, ao rememorar esse processo, afirmou que

No tempo em que funcionava a empresa de navegação a vapor, eles foram colhidos na passagem e, sem se lhes perguntar se lhes convinha ou não, foram encerrados como pequenos kaxinguelés (*écureuilx*) [sic] aos quais se interrompe os passatempos e que se põe na gaiola para amansá-los<sup>206</sup>

---

<sup>204</sup> BRAGA, Bruno Miranda. *Manãos uma Aldeia que virou Paris: saberes e fazeres indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016, p. 221. Para mais detalhes acerca dessa temática, ver também: SOARES, Ana Luiza Morais. *Os indígenas na cidade de Manaus (1870-1910): entre a invisibilidade e a assimilação*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Para uma análise acerca da Belle Époque na Amazônia, Cf.: SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque: Belém do Pará (1870-1910)*. 2.ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>205</sup> Essas informações são apresentadas no mapa dos alunos do colégio Isabel.

<sup>206</sup> GALLAIS, Estevão M. *Entre os Índios do Araguaia...*, 1903

Certamente o missionário dominicano se valeu do contato e da proximidade que os seus irmãos de Ordem já tinham com aqueles capitães para obter tal informação, posto que no momento em que ele visitou a missão de Conceição do Araguaia, em 1901, já se passara quase três anos de relação dos indígenas com os missionários dominicanos. Entretanto, sem desconsiderar a forma violenta com que muitas crianças indígenas foram arrancadas de suas aldeias, é possível que Gallais tenha pesado a mão na tinta para criticar a proposta de catequese que tinha sido realizada na província de Goiás, centrada nos presídios militares, aldeamentos e no colégio Isabel. Isso fazia parte, de certo modo, de seu intento de apontar a necessidade de fortalecimento da missão dominicana entre os Irã amrayré, diferenciando-a daquilo que havia sido realizado na segunda metade do século XIX através dos presídios militares<sup>207</sup>. O que não se pode negar é que no início da década de 1870 ambos saíram de suas aldeias, atravessaram o rio Araguaia rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia e de lá subiram o rio em direção a sede do Serviço de Catequese do vale do Araguaia, numa das embarcações pertencentes à empresa de navegação à vapor do rio Araguaia.

No mesmo relato, Gallais dá a entender que a ida de ambos para o colégio Isabel não foi fruto de um rapto seguido de negociação com o comandante daquele presídio. Para o missionário, a decisão de Peucaranti e Gongri de se irem para o colégio era, segundo ele, uma consequência dos encantamentos da “vida civilizada” sobre os indígenas. “Sem dúvida”, diz ele, “não foram senão mediocrementemente seduzidos pelos encantos da vida civilizada, porque, logo que puderam voltaram às suas matas”<sup>208</sup>. Assim como os demais registros de sua época, Gallais não reconhece nenhum protagonismo por parte dos dois indígenas, silenciando-os, percebendo suas ações sempre na esteira das ações de outrem.

Durante os primeiros anos em que estiveram no colégio, a instituição ofereceu os cursos de primeiras letras e mecânica, no caso dos meninos, e de trabalhos de agulha,

---

<sup>207</sup> Ao se referir aos presídios fundados às margens do rio Araguaia, o missionário destacou a população do seu entorno, relacionando esse aspecto ao fracasso dessa política indigenista e de expansão baseada nos presídios militares: “Ao redor dos Presídios que o governo havia espalhado ao longo do rio, tinham vindo agrupar-se aventureiros, mulheres de má vida, negociantes viciados, espuma sem consistência sobre a qual não se podia fazer alicerce para o futuro” (GALLAIS, 1903, p. 21). A esse cenário dos presídios o missionário contrapõe a população da missão de Conceição do Araguaia, afirmando: “O que faz a superioridade da população da Conceição sobre as dos Presídios, de que já tratei, é que ela se compõe quase unicamente de famílias honestas e laboriosas, que para ali foram com o fim de viverem em paz e de gozarem as vantagens morais e religiosas que lhes faculta a vizinhança dos missionários” (*Idem*, p. 40).

<sup>208</sup> *Idem*

cozinha, no caso das meninas<sup>209</sup>. No ano de 1877, após a fundação da Fazenda dos índios, no Dumbazinho, oito menores indígenas foram enviados para o local<sup>210</sup> e no ano seguinte mais cinco foram enviados<sup>211</sup>. Não é possível afirmar em qual desse grupo os dois foram enviados para a fazenda, mas em 1878 eles já se encontravam empregados na fazenda, conforme mapa de alunos de dezembro daquele ano<sup>212</sup>. No ano de 1879, eles compunham a lista de 13 pessoas que mensalmente recebiam “rações alimentícias” por parte do serviço da catequese<sup>213</sup>, além de peças de roupas, e que trabalhavam nas atividades da fazenda. Sabe-se que durante esse período João Gongri fez “cinco viagens quer para o Baixo Tocantins, quer para o Pará”<sup>214</sup>. Entre os meses de maio e dezembro de 1879 foram desligados 19 indígenas do colégio Isabel, dos quais, 17 estavam empregados no serviço da fazenda<sup>215</sup>. O relatório do presidente da província não menciona sob que circunstâncias esses alunos foram desligados do colégio, o que se pode afirmar é que tanto Gongri quanto Peucaranti estavam entre eles, uma vez que no ano seguinte eles já não constavam mais entre os alunos do colégio.

Após o desligamento do colégio, ambos se dirigiram para as suas aldeias, na margem oposta ao presídio de Santa Maria do Araguaia, de onde haviam saído no início da década de 1870. Assim como havia proposto Couto de Magalhães, ambos se tornaram capitães em suas aldeias após o seu retorno do colégio; entretanto, eles não operaram a incorporação de seu povo ao mundo ocidental, como pensava o idealizador do colégio. Após assumirem a liderança, eles passaram a liderar ataques contra outros grupos indígenas e às fazendas das proximidades do presídio de Santa Maria do Araguaia.

Quando esteve no presídio de Santa Maria do Araguaia em 24 de dezembro de 1881, a caminho de Belém, o ex-presidente da província J. A. Leite Moraes encontrou um índio Karajá “triste e abatido, mostrando nas costas e no peito largas feridas abertas pela flecha

---

<sup>209</sup> Cf. Relatórios do Presidente da província de Goiás referente aos anos de 1874, 1875 e 1876.

<sup>210</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1877*. Goiás: Tipografia Provincial, 1877, p. 29

<sup>211</sup> Relatório Catequese e civilização dos índios no Araguaia. Apresentado pelo Serviço de Catequese no Vale do Araguaia. Leopoldina, em 24 de abril de 1878. AHEG. Documentação Avulsa. Cx. 276.

<sup>212</sup> Mapa mensal dos alunos indígenas existentes no Colégio Isabel durante o mês de dezembro de 1878. MUBAN. Vol. 1674. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. Diversas Despesas.

<sup>213</sup> Cf. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas

<sup>214</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 219, tradução nossa

<sup>215</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 44

do inimigo”<sup>216</sup>. Tratava-se do único sobrevivente de um ataque realizado pelos Irã amrayré a uma aldeia localizada na “praia fronteira” ao presídio. O episódio, narrado pelo próprio sobrevivente, foi assim descrito pelo autor: “Na praia fronteira estava situada uma pequena aldeia de *Karajá* pacíficos; há poucos dias fora assaltada pelos *Kayapó*, que ali fizeram uma carnificina horrorosa, matando mulheres crianças e os seus chefes. Escapara somente o pobre índio que ali se achava”<sup>217</sup>.

Após atacarem a aldeia Karajá, o grupo continuou sua expedição, e se dirigiu a uma das fazendas dos campos próximo ao presídio e ali “mataram um ou dois camaradas”<sup>218</sup>. Após esse ataque, toda a população de Santa Maria do Araguaia se achava apreensiva, com receio de serem atacados a qualquer momento pelos “Kayapó”. O relatório do presidente da província do ano de 1882, àquela altura com os dados melhor apurados, informou que no ataque foram mortos 15 Karajá e, logo em seguida, os agressores “mataram um vaqueiro de Ferreira Lima, roubando o que encontraram”<sup>219</sup>, isto é, ferramentas, armamentos e outros utensílios.

Nesse cenário, o comandante do presídio, o tenente Manoel José Pinto, se encontrava sobressaltado e pronto para repelir qualquer investida dos indígenas, apesar do número diminuto de soldados em seu destacamento. A população do presídio, por sua vez, aguardava apenas ordens para atravessar o rio Araguaia e seguir até as suas aldeias para atacá-los. Os lavradores falavam, inclusive em “formar a sua bandeira”<sup>220</sup> contra os Irã amrayré. A orientação de Leite Moraes, no entanto, foi para que eles não atacassem os indígenas, permanecendo na defensiva, com o apoio das praças que o acompanhava com destino ao presídio de São José dos Martírios. O fato ocorrido foi relatado na edição de 04 de fevereiro do ano de 1882 do Correio Oficial de Goiás, com o título “ataque de índios”, onde se lê:

A 22 de novembro do ano próximo passado, os índios Kayapó atacaram uma pequena aldeia Karajá, na ilha em frente ao presídio de Santa Maria do Araguaia, matando 15 destes e, continuando em correrias por todos os moradores dos arredores, o retiro do Sr. Ferreira Lima, também um

---

<sup>216</sup> LEITE MORAES, J. A. *Apontamentos de viagens...*, 1995[1883], 173

<sup>217</sup> *Idem*, grifo do autor

<sup>218</sup> *Idem*, p. 174

<sup>219</sup> GOIÁS, Governo. *Relatório com que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Cornélio Pereira de Magalhães, Presidente da Província de Goiás, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 1º vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 20 de junho de 1882*. Tipografia Provincial: Goiás, 1883, p. 02

<sup>220</sup> *Idem*, p. 175



vaqueiro deste, de nome Lucas, roubando ferramentas, armamentos e gêneros alimentícios<sup>221</sup>

Essa mesma notícia foi veiculada posteriormente no jornal *Diário de Belém*, que reproduziu a matéria do *Correio Oficial de Goiás*<sup>222</sup>. Ao relatar este episódio, Marin o compreendeu enquanto uma demonstração de que “a disputa pela terra era a principal motivação desses conflitos sangrentos travados entre os próprios índios, bem como entre índios e colonizadores”<sup>223</sup>. Segundo ele, à medida que a frente colonizadora avançava sobre os territórios indígenas, com a expansão das fazendas, estes recuavam cada vez mais para os territórios já ocupados por outros grupos indígenas, e de igual modo, “atacavam fazendas e povoados porque tinham a consciência dos propósitos dos colonizadores: apropriar-se de suas terras e submetê-los culturalmente”<sup>224</sup>. Leite Moraes informou que os ataques realizados pelos ex-alunos do colégio Isabel eram uma constante naquela região: “depois que estes tomaram o comando, *frequentemente* fizeram eles as suas correrias pela margem direita, já assaltando os Karajá e já os poucos fazendeiros de Santa Maria”<sup>225</sup>.

Os ataques realizados pelos Irã amrayré na margem direita do rio Araguaia aumentou a tensão com os colonos, e fizeram com que o grupo fosse aos poucos se distanciando do presídio e evitando a margem direita do Araguaia. No final da década de 1890, em virtude das tensões entre os Irã amrayré e os colonos da margem direita do rio Araguaia, os missionários dominicanos foram obrigados a fundar sua missão em solo paraense, e não no lado goiano do Araguaia, conforme lhes havia autorizado os seus superiores<sup>226</sup>. Em 1897, a aldeia de João Gongri contava com uma população total de 500 pessoas, com 200 crianças. Não se tratava de uma aldeia pequena, pois possuía 52 casas (“cabanas”)<sup>227</sup>. Peucaranti, por sua vez, vivia numa aldeia localizada próxima à serra do Chicão, “com os Kayapó Domingos, João Raimundo e uma dezena de pessoas”<sup>228</sup>, e em estreita relação com os criadores de gado.

---

<sup>221</sup> *Correio Oficial de Goiás*. 04 de fevereiro de 1882, ano XLV, n. 05, p. 03

<sup>222</sup> *Diário de Belém*. 16 de abril de 1882. Ano XV, n. 85, p. 03

<sup>223</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros..., 2009, p. 166

<sup>224</sup> *Idem*

<sup>225</sup> *Idem*, grifo meu

<sup>226</sup> Cf. SENA, L. R. “Devemos começar pelos índios cayapós”: os Irã amrayré e a fundação da Missão Dominicana no sul do Pará (1896-1905). In: TEIXEIRA JUNIOR, T. & PACHECO, A. S. (Orgs.). *Amazônias: diálogos socioculturais e socioeducativos*. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v.1, p. 73-96.

<sup>227</sup> COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya...*, 1897, p. 207, tradução nossa

<sup>228</sup> *Idem*, p. 206

Gongri e Peucaranti foram descritos por Coudreau como sendo “letrados”, tendo em vista o conhecimento que eles possuíam da língua portuguesa graças ao período em que estiveram no colégio Isabel. Esse conhecimento foi fundamental para que eles estabelecessem relações com a povoação de Barreira de Santana e logo depois, em 1896, com os missionários dominicanos. Foi graças a João Gongri e João Peucaranti que frei Gil Vilanova conseguiu estabelecer contato com os Irã amrayré em fins do século XIX, no sul do Pará. Segundo informou Gallais,

“[a] sua estada no colégio Isabel facultou-lhes o aprenderem a língua portuguesa e despertou n'eles o sentimento das conveniências ao ponto de levá-los a tornarem a vestir sem muita repugnância uma calça e uma camisa quando aparecem diante dos missionários”<sup>229</sup>.

Após o diálogo com frei Gil, os Irã amrayré haviam prometido enviar seus filhos para estudarem numa escola que o missionário disse que construiria. Essas negociações, no entanto, ocorreram “às custas de largas distribuições de brindes”<sup>230</sup>. Não imaginaram os Irã amrayré que essa negociação com os missionários dominicanos, e anteriormente com os moradores/criadores de gado de Barreira de Santana, selaria de vez o destino do grupo, ocasionando a sua progressiva diminuição ao longo da primeira metade do século XX.

De todo modo, a experiência dos ex-alunos do colégio Isabel traz alguns aspectos interessantes que merecer ser aqui considerados: primeiramente, diferentemente do que pensou Couto de Magalhães, ao se tornarem capitães entre os seus, Gongri e Peucaranti não agiram enquanto mediadores culturais a serviço do projeto civilizacional do Império; pelo contrário, uma vez em suas aldeias, eles retomaram as suas práticas de guerra (contra outros grupos indígenas e os não indígenas). De igual modo, o conhecimento da língua portuguesa por parte dos “letrados” Gongri e Peucaranti foi mobilizado por eles a serviço do próprio grupo por ocasião do estabelecimento de alianças com os criadores de gado de Barreira de Santana e, principalmente, com os missionários dominicanos, tendo em vista, sobretudo, o recebimento de brindes. Isso seria uma constante na relação desse grupo com os freis dominicanos no decorrer do século XX. Nota-se, portanto, que a presença de Gongri e Peucaranti no colégio Isabel não significou a sua assimilação ao mundo ocidental, a sua aculturação, e conseqüentemente a incorporação de seu povo ao mundo ocidental. Pode-se dizer, pelo contrário, que o que se viu foi uma espécie de

---

<sup>229</sup> GALLAIS, E. *Uma catequese entre os índios do Araguaia...*, 1903, p. 43

<sup>230</sup> *Idem*, p. 44

“Mebêngokrêização”<sup>231</sup> da política indigenista, isto é, a utilização da política indigenista, o manejo dos códigos do outro, pelos próprios Irã amrayré, segundo os seus horizontes culturais, e tendo em vista os seus interesses<sup>232</sup>.

Foi o manejo dos códigos do outro, o conhecimento dos diferentes mundos (indígena e não indígena) em contato na fronteira que fez com que os dois ex-alunos do colégio Isabel assumissem posições de liderança em suas aldeias. A experiência sociocultural na fronteira acabou por operar uma mudança no que diz respeito aos critérios de escolha das lideranças Irã amrayré. Desta feita, além da valentia, liderança e o lastro familiar, o conhecimento da língua portuguesa e a capacidade de transitar entre os dois mundos (o Mebêngôkre e o do *kubẽ*) se tornou um dos critérios de escolha dos caciques do grupo. No decorrer dos anos, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, não seria diferente, conforme notou Fritz Krause ao visitar as aldeias dos Irã amrayré em 1908: “[c]omo se escolhessem de preferência homens que falavam bem o português, os caciques eram, em sua maioria, antigos alunos da Missão [dominicana]”<sup>233</sup>.

Não se pode dizer, no entanto, que o caso de Gongri e Peucaranti foi uma regra entre os alunos do colégio Isabel, uma vez que muitos ficaram em Leopoldina (como por exemplo, as ex-alunas casadas) e outros morreram no colégio. Entretanto, resumir a experiência dos Irã amrayré com o colégio Isabel à perspectiva da “crônica da extinção” seria um equívoco. Se o colégio operou um processo de violência junto aos grupos indígenas da fronteira Araguaia, é mister destacar, porém, que não se tratava de uma instituição alheia ao protagonismo dos indígenas que ali estavam.

Nesse sentido, cabe aqui destacar as redefinições sofridas pelo projeto do colégio Isabel frente à agência indígena e as limitações que eles impuseram à sua proposta. Tomo como referência a análise de Patrícia Sampaio acerca da implementação da política

---

<sup>231</sup> A expressão é uma clara referência à noção de “indigenização da modernidade” proposta por Marshall Sahlins (1997), ao modo como os grupos indígenas se apropriam e elaboram os elementos que a eles chegam na dinâmica do Sistema Mundo. Nesse contexto, eles organizam culturalmente suas experiências, buscando incorporar esses elementos no seu próprio sistema.

<sup>232</sup> Izabel Missagia de Mattos mostra como no processo de colonização das matas dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, no século XIX, a figura do “língua”, enquanto agente intercultural, foi de vital importância. Foi ele quem, segundo ela, “sustentou todo o processo de conquista da fronteira” (MATTOS, 2002, p. 151), agindo como soldado ou agenciador de índios para os trabalhos na mata. Muitas vezes eles também podiam agir na preparação de traições, emboscadas. Nesse cenário do contato colonial, eles acabaram por ocupar “o papel de liderança indígena dentro da nova configuração política de alianças e disputas estabelecidas na situação colonial” (*Idem*, p. 148).

<sup>233</sup> KRAUSE, Fritz. Nos sertões do Araguaia. *Revista do Arquivo Municipal*. Ano IX, v. XCV, São Paulo, 1944, p. 67

indigenista no Grão-Pará a partir da segunda metade do século XVIII, onde a interferência dos atores índios operou ressignificações no projeto de dominação colonial no decurso do processo colonial<sup>234</sup>. A primeira foi a já citada criação da Fazenda dos Índios, no Dumbazinho. A sua proposição foi o resultado da “falta de interesse” por parte dos alunos indígenas com relação ao aprendizado dos ofícios de ferreiro e carpinteiro logo nos primeiros anos de funcionamento do colégio.

Por essa razão, Couto de Magalhães chamou a atenção para a importância justamente de que se atentasse para o ensino de atividades para as quais, dizia ele, os indígenas estivessem mais adaptados, devido ao seu estágio de desenvolvimento – nômades e desprovidos dos cômodos da vida nos grandes centros. Ele acreditava que a pecuária era a atividade mais adaptada à realidade dos indígenas das províncias centrais<sup>235</sup>. O ministro da Agricultura à época também defendeu a importância da criação de uma fazenda de criação de gado voltada para a educação dos menores indígenas, de modo que ela pudesse servir, “a um tempo de escola prática da indústria pastoril para os alunos do colégio *Isabel*, e de exemplo e incentivo ao desenvolvimento desta indústria, que tanto se coaduna com os hábitos e a índole dos indígenas”<sup>236</sup>. O presidente Aristides de Souza Spínola corroborava com essa compreensão. Segundo ele, “a indústria pecuária [...] é a mais própria para servir de transição entre a vida venatória de silvícola e a pastoril do sertanejo”<sup>237</sup>.

A outra mudança no projeto original foi a inserção de alunos não indígenas no colégio Isabel. Os argumentos para essa proposição foram apresentados no final da década de 1870 pelo presidente Aristides de Souza Spínola, e estavam diretamente relacionados à agência indígena no colégio Isabel. Em seu ofício ao Ministério da Agricultura, de 22 de dezembro de 1879, o presidente defendeu a incorporação de crianças não indígenas, alegando que desse modo a instituição produziria melhores

---

<sup>234</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EdUFAM, 2011, p. 23, 135

<sup>235</sup> Conforme destacado no início desse capítulo, Couto de Magalhães defendeu essas ideias na obra *Região e raças selvagens do Brasil*, de 1874.

<sup>236</sup> BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sexta Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Sr. Tomaz José Coelho de Almeida*. Tipografia Perseverança, Rio de Janeiro, 1877, p. 484

<sup>237</sup> Ofício do presidente da Província de Goiás ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 22 de dezembro de 1879. In: GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente da Província, à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880*. Tipografia Provincial: Goiás, 1880, p. 06, anexo

resultados. Segundo ele, já que os empregados do colégio não aprendiam as línguas indígenas, a expectativa era que com a incorporação das crianças não indígenas na instituição pudesse resolver esse problema. “Seria muito fácil”, disse ele, “admitir ali um certo número de crianças nacionais, que aprenderiam não só a ler e escrever, e a trabalhar nas oficinas, como as línguas indígenas, pelo contato com os outros aprendizes”<sup>238</sup>. O presidente expôs ao Ministro da Agricultura a dupla vantagem de seu plano: por um lado, essa proposição garantiria a “formação de catequistas dedicados, instruídos, relacionados com os indígenas, conhecedores de seus hábitos, e capazes de compreenderem a importância da colonização indígena”<sup>239</sup>, e por outro lado, seria um meio de “dar ensino a crianças indigentes destinadas a miséria e a ignorância, como existem perto do colégio, em Leopoldina”<sup>240</sup>.

No ano seguinte, o presidente voltou a enviar um ofício ao Ministério da Agricultura, reafirmando a proposta. Desta vez ele ressaltou a superioridade do “nacional” em relação ao indígena no que diz respeito à catequese: “o nacional, possuído do dialeto indiano, será melhor intermediário para a catequese do que o íncola educado”<sup>241</sup>. Segundo ele, a superioridade dos nacionais em relação aos “bisonhos educandos indígenas” era algo indisputável<sup>242</sup>. Uma vez iguados no conhecimento da língua, o nacional, dizia Souza Spínola, era “superior pela raça, pelos hábitos, pelos sentimentos, e saberá compenetrar-se, melhor do que ele [o indígena] da importância da missão catequizadora”<sup>243</sup>.

Buscando convencer o ministro acerca da viabilidade econômica da proposta, o presidente apresentou os dados quantitativos do número de alunos no colégio: de abril a junho de 1880 havia somente 27 aprendizes, bem abaixo dos 50 alunos que previam as *Instruções* de 1870. Esses alunos cursariam as mesmas aulas que os indígenas (primeiras letras, doutrina cristã, música e ofícios mecânicos), e após completarem a educação primária poderiam ser enviados para a fazenda Dumbazinho. O presidente previa, inclusive, a possibilidade de casamento interétnicos e, com isso, “estreitar as relações

---

<sup>238</sup> *Idem*

<sup>239</sup> *Idem*

<sup>240</sup> *Idem*, p. 07

<sup>241</sup> Ofício do presidente da Província de Goiás ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 16 de agosto de 1880. In: GOIAS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da Província, no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880*. Tipografia Tribuna Livre: 1880, p. 16

<sup>242</sup> *Idem*

<sup>243</sup> *Idem*

entre a gente civilizada e eles [os indígenas]”<sup>244</sup>. A proposta foi aceita pelo Ministério da Agricultura, e em dezembro de 1880 cinco crianças não indígenas (“cristã”) se matricularam e em janeiro do ano seguinte mais uma criança entrou para o colégio.

Durante o seu governo, o presidente Leite Moraes defendeu não só a incorporação dos cristãos no colégio Isabel, mas também a fundação de uma ou duas escolas semelhantes àquela instituição nas margens do rio Araguaia. Estas seriam destinadas, segundo ele, “não só para a educação dos indígenas e conseqüente catequese, como para a educação dos cristãos, colocando-os assim em contato intenso desde a escola, fazendo desaparecer os ódios, e as distinções de raça”<sup>245</sup>. Dessa feita, o presidente acreditava que com o passar do tempo esses alunos poderiam se transformar em “missionários da civilização que devem levá-la ao seio das nações indígenas”<sup>246</sup>. Tal proposição nunca foi posta em prática.

---

<sup>244</sup> *Idem*, p. 17

<sup>245</sup> Ofício do presidente da província de Goiás, Joaquim de Almeida Leite Moraes, ao empresário da Empresa de navegação a vapor do Araguaia, em 16 de fevereiro de 1881. AHEG. Documentação manuscrita. Livro 610 – Ofícios do governo da Província ao Encarregado da Navegação a Vapor do Araguaia (1874-1885)

<sup>246</sup> *Idem*

## Considerações Finais

Gostaria de iniciar esse momento de fechamento desta tese informando ao leitor sobre como tudo começou. O interesse na história indígena surgiu em meados do ano de 2010, quando, recém-saído da graduação, assumi o concurso de professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), no Campus Rural de Marabá (CRMB), e ali fiquei durante 04 anos. Na ocasião dei aulas e coordenei, juntamente com mais 04 colegas, um curso técnico integrado ao ensino médio para povos indígenas da região sul e sudeste do Pará<sup>1</sup>. Essa experiência foi crucial para minha inserção junto aos povos indígenas da região, mas, principalmente, me provocou para a necessidade de compreendê-los melhor em sua dimensão histórica, mesmo que à época eu ainda não possuía leitura relacionada à História Indígena e pesquisava outra temática no mestrado.

Em 2014, já docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, no campus de Xinguara, passei a ministrar a disciplina de História do Sul e Sudeste do Pará. Foi então que comecei a perceber como a história dessa região era discutida tomando como referência a chegada do não indígena num território secularmente ocupado por vários grupos indígenas. A fundação da missão dominicana de Conceição do Araguaia aparecia como marco zero da história dessa região e, conseqüentemente, da entrada dos Irã amrayré na “história”. Em algumas leituras que comecei a realizar para compreender melhor essas dinâmicas, notei que os Irã amrayré apareciam como vítimas das ações de missionários, caucheiros e criadores de gado, que os expropriavam. Eram os alvos das ações de outrem. Seminal nesse sentido foram os estudos de Octávio Ianni e C. A. Moreira Neto. A essa altura já começava a me debruçar sobre os estudos do campo da História Indígena, e essa experiência me provocou a analisar a relação dos “Kayapó” com os não indígenas no século XX.

No doutorado, à medida que a pesquisa transcorria, me dei conta não só de que a compreensão da missão dominicana enquanto marco zero da história da região e dos “Kayapó” era uma construção que em muito se devia aos escritos dos missionários dominicanos, como também do fato de que ainda havia muito a se pesquisar acerca das

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao Curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas (2011-2014). O curso tinha uma coordenação colegiada formada pelos seguintes docentes: William Bruno Silva Araújo, Maria Cristina Macedo Alencar, Ribamar Ribeiro Junior, Tatiane Costa Malheiro e Laécio Rocha de Sena. Os/as alunos/as do curso pertenciam aos povos Akrätikatêjê, Parkatêjê, Guanari-Mbya, Atikum, Assurini do Trocará, Aikewara, Guajajara e Amanayé.

experiências desse grupo com a sociedade nacional no século XIX. Eis, portanto, a lacuna que esta tese pretende contribuir, não para sanar, mediante a apresentação de resultados definitivos que prescindam de outras pesquisas, mas para provocar novos estudos acerca dos Irã amrayré e sua relação com os seus “outros”. Dito isto, passo agora para algumas considerações finais acerca deste estudo.

Passados mais de três décadas desde a constituição de aliança de Wanaô com o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, os testemunhos históricos nos ajudam a avaliar o resultado da relação entre os Irã amrayré e os diferentes agentes da política indigenista no contexto da fronteira Araguaia. De igual modo, esses registros também nos permitem refletir acerca da apropriação e dos usos que os Irã amrayré fizeram da política indigenista e da estratégia da província de Goiás com vistas à sua civilização. Conforme destacado na introdução desta tese, este estudo tinha como proposta analisar a relação dos Irã amrayré com os diferentes agentes da política indigenista em Goiás, cujo objetivo era a ocupação e colonização do vale do rio Araguaia na segunda metade do século XIX. Esse processo constituiu esse território enquanto uma fronteira, isto é, um espaço marcado pelo encontro intercultural, pela experiência da alteridade, uma zona de contato, tal como proposto por M. L. Pratt.

O presídio de Santa Maria do Araguaia e o colégio Isabel foram tomados aqui enquanto instituições de fronteiras, ou seja, espaços gestados no (e para o) contato, a catequese e civilização dos grupos indígenas do vale desse rio, dentre eles os Irã amrayré. Por essa razão elas se constituíram em espaços estratégicos para empreender a análise das experiências desse grupo com a fronteira. Conforme destacado no primeiro capítulo, tinha-se como objetivo a incorporação dos sertões do Araguaia à dinâmica econômica da província de Goiás, tendo em vista a abertura de uma rota comercial/fluviál ligando Goiás, a capital da província, à Belém, no Pará. Por outro lado, o governo imperial esperava que esse processo possibilitasse também a ligação entre as bacias hidrográficas da Prata e do Amazonas.

Para a realização desse projeto, o governo da província de Goiás buscou também incentivar o avanço da frente pastoril do vale do rio Tocantins, oriunda do Maranhão, para as margens do rio Araguaia. Essa era uma estratégia de garantir a ocupação das margens daquele rio a fim de possibilitar o fornecimento de socorros aos comerciantes que navegavam por aquela rota. Outrossim, era preciso “chamar à civilização” os grupos indígenas que habitavam as margens do rio Araguaia, tendo em vista a segurança dos



colonos (agricultores e criadores de gado), mas também o fornecimento de mão de obra aos serviços da agricultura e navegação. O “índio”, segundo o entendimento de José Vieira Couto de Magalhães, seria, a um só tempo, o trabalhador apropriado para tais serviços e o agente de aclimatação do europeu ao sertão, através da miscigenação. A política indigenista na província de Goiás, na segunda metade do século XIX, através da Diretoria Geral dos Índios e do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, buscava garantir esse processo, tal como demonstrado no capítulo II.

Conforme apontado, a produção historiográfica e antropológica acerca dos Mebêngôkre pouca atenção tem dado aos Irã amrayré e suas experiências no século XIX. Quando estes são citados, quase sempre se toma como referência o contato que eles tiveram com os missionários dominicanos a partir da fundação da missão de Conceição do Araguaia, em fins da década de 1890. Os estudos antropológicos mais clássicos acerca dos Mebêngôkre fizeram menção aos Irã amrayré em suas etnografias, no entanto, eles não adensaram a discussão acerca da relação desse grupo com os não indígenas no contexto de expansão da fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX. Carlos Eduardo Chaves, em seu importante estudo acerca da cultura material Irã amrayré, retomou os dados de Turner acerca desse grupo no século XIX, mas toma o contato com os dominicanos como referência, a tal ponto que, segundo ele, quando frei Gil Vilanova morreu em 1904, os Irã amrayré foram esquecidos dos documentos oficiais<sup>2</sup>.

Quanto às pesquisas históricas, pode-se afirmar que os estudos mais densos dizem respeito aos Mebêngôkre meridionais, isto é, os Kayapó do Sul. Os Irã amrayré são mencionados – com o etnônimo de Kayapó – nos estudos sobre as políticas indigenista em Goiás no século XIX. Nesse caso, menciono aqui os trabalhos de C. A. Moreira Neto, Mary Karasch, Leandro Rocha, John Hemming e Francisquinha Carvalho. Esta última autora, inclusive, analisou mais detidamente o presídio de Santa Maria do Araguaia e sua relação com os povos indígenas do médio Araguaia, dentre eles os “Kayapó”, etnônimo, que como destaquei ao longo desta tese, era utilizado para se referir aos Irã amrayré.

No que concerne à relação dos Irã amrayré com o colégio Isabel e sua política de formação de “línguas” e trabalhadores, destacam-se as análises de David Caume, Márcio Couto Henrique e Joel Marin. Em seus estudos, esses autores ressaltam a relação dos diferentes grupos indígenas do vale do Araguaia com aquela instituição, evidenciando o

---

<sup>2</sup> CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas...*, 2012, p. 12

seu protagonismo frente ao projeto civilizacional de Couto de Magalhães, materializado no colégio Isabel. Considerando a contribuição desses estudos, compreendia que ainda havia muitos aspectos a serem destacados sobre os Irã amrayré, tanto no que dizia respeito a reflexão de documentação ainda não analisada, bem como da reinterpretação de testemunhos históricos já visitados por outros pesquisadores.

É mister ressaltar que, à exemplo do que tem sido feito nas pesquisas sobre história indígena e do indigenismo no Brasil, uma análise sobre as agências indígenas não pode desconsiderar as assimetrias políticas que envolvem esse processo, isto é, a diferença de poder, bem como o processo de violência (física, simbólica e linguística) a que os povos indígenas foram submetidos ao longo da história. Entretanto, a relação colonial entre indígenas e não indígenas não se resume a essa dimensão. Pode-se dizer, portanto, retomando Michel de Certeau, que se os agentes da política estabeleciam estratégias com vistas a enquadrar o outro dentro de sua órbita de saber/poder, aos Irã amrayré competia a função de agir taticamente. E assim eles o fizeram, ainda mais por se tratar de um território (o vale do Araguaia) que eles conheciam melhor que os *kubẽ*.

Enquanto uma zona de contato, a fronteira Araguaia foi experimentada pelos Irã amrayré de acordo com a sua cultura, seus horizontes simbólicos. Entretanto, ela não se constituía num todo monolítico e alheia às experiências do grupo na fronteira. Nesse jogo entre tradição e experiência, entre o herdado e o experimentado, os Irã amrayré foram tecendo as suas experiências cotidianas e se constituindo na (e em relação com a) fronteira e seus agentes não indígenas, os *kubẽ*. Conforme vimos no terceiro capítulo, a relação dos Irã amrayré com os outros (aqueles situados fora de suas fronteiras linguística, portanto, não Mebêngôkre) estava balizada na lógica da *predação*, isto é, a incorporação das características técnicas e estéticas, com vistas à produção de diferenciação dentro do próprio grupo, conforme demonstrou Cesar Gordon<sup>3</sup>.

Dessa feita, diferentemente do que esperava a presidência da província quando enviou frei Francisco para o presídio de Santa Maria do Araguaia, os Irã amrayré jamais se aldearam naquele presídio; pelo contrário, mesmo estabelecendo alianças com os não indígenas, eles sempre fizeram questão de construir e guardar espaços de autonomia, mantendo suas aldeias na margem oposta àquela em que se encontrava o presídio. Mesmo quando foram atacados por uma bandeira e precisaram buscar refúgio junto à guarnição

---

<sup>3</sup> GORDON, Cesar. *Economia Selvagem...*, 2006

do presídio, a sua aldeia foi construída na margem esquerda do rio Araguaia. O presídio, conforme já dito ao longo da tese, se localizava na margem direita daquele rio. Era de lá que eles, os Irã amrayré, partiam para o presídio em busca de *nêkrêjx*.

A experiência dos Irã amrayré na fronteira Araguaia, mais especificamente no presídio de Santa Maria do Araguaia nos mostra que tanto a imagem de um “índio” aculturado, passivo e subserviente, quanto aquela que os vê como uma espécie de herói da resistência, que nega o contato e a relação com outro, não possui correspondência com, digamos, o “índio” histórico, de carne e osso e que urde as suas tramas cotidianamente, de acordo com as suas experiências e expectativas. Nesse sentido, ela rompe com os já citados clichês sobre as populações indígenas, apontados por Gruzinski e John Monteiro na introdução desta tese. Retomo-os aqui: Gruzinski afirmou que às populações indígenas era atribuída a ideia de que eram “massas passivas, atrasadas, presas a um arcaísmo miserável”, ou, no outro extremo, “como heróis de uma resistência invicta e monolítica”<sup>4</sup>. Já John Monteiro lembrou que um dos pressupostos e imagens ligadas aos índios na história do Brasil, e que precisam ser destruídos, é o “binômio clássico que opõe um tipo de índio resistente a um outro tipo de índio colaborador”<sup>5</sup>.

Os Irã amrayré buscaram o contato e estabeleceram alianças com o presídio de Santa Maria do Araguaia desde o início da década de 1860, mas isso segundo os seus próprios interesses. Esse processo para eles não significava que eles estavam se tornando igual ao *kubê*. Eles se dirigiam ao presídio em busca de ferramentas, espingardas e missangas, ou mesmo para fazer reparos às ferramentas e armas que já possuíam. Era nesses momentos, conforme vimos no capítulo IV, que frei Francisco do Monte São Vito dava alguma orientação religiosa ao grupo. Mas os Irã amrayré também buscavam o presídio para comercializarem suas caças, criações e crianças raptadas em suas guerras, o que num primeiro momento gerou preocupação à presidência da província, mas que depois, em função da fundação do colégio Isabel, se aproveitou desse expediente para “adquirir” alunos para a instituição. Se para as autoridades da província de Goiás essa situação era uma grande oportunidade de obtenção de crianças para o colégio, para os Irã amrayré, por sua vez, era a oportunidade de obterem bens materiais que eles tanto almejavam e que eram fundamentais no processo de diferenciação no seio do grupo.

---

<sup>4</sup> GRUZINSKI, S. O renascimento ameríndio..., 1999, p. 283

<sup>5</sup> MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas..., 1999, p. 239

Portanto, dialogando com R. Koselleck, pode-se dizer que essa experiência histórica abriu aos Irã amrayré um horizonte de expectativa.

Seguindo a premissa de estabelecer relação pacífica com os indígenas, os missionários faziam uso de brindes para conquistar a confiança dos indígenas não aldeados, os índios do sertão, quase sempre denominados de bárbaros e selvagens. De igual modo, os brindes eram utilizados também para aqueles que já se encontravam aldeados ali permanecessem. Para além disso, esperava-se também realizar a “conquista do paladar”<sup>6</sup> e, conseqüentemente, torná-los dependente dos bens materiais dados pelos missionários e, dessa maneira, fazê-los abandonar o seu modo de vida nômade e se sedentarizarem. Com os Irã amrayré, conforme vimos, não foi diferente. Entretanto, eles incorporavam esses bens ao seu universo sociocultural sob outra perspectiva, dando outros sentidos e usos.

Era a busca por *nêkrêjx* que fazia com que eles deixassem suas aldeias, atravessassem o rio Araguaia rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia, à capital da província ou mesmo à sede do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. O fascínio dos Irã amrayré pelos ditos brindes guardava, portanto, relações com a própria lógica predatória do grupo em sua relação com o outro, o não Mebêngôkre. A relação com os *kubê* lhes possibilitou obter os *nêkrêjx* mediante a negociação. Isso não significava necessariamente o fim da guerra entre eles, eis que, conforme vimos no capítulo IV, eles mesclaram a prática da guerra (contra outros grupos indígenas e mesmo os colonos próximos ao presídio) com a negociação com o presídio de Santa Maria do Araguaia. Esse processo, aliás, representou uma transformação no que diz respeito à destinação das crianças raptadas em suas guerras, outrora integradas ao universo sociocultural Irã amrayré.

A experiência dos Irã amrayré no colégio Isabel também traz elementos importantes e merecem ser aqui considerados. Retomando Patrícia Sampaio, e a relação entre projeto e processo colonial por ela apontada, pode-se afirmar que entre o projeto de José Vieira Couto de Magalhães e o processo histórico, no qual os alunos indígenas eram agentes históricos ativos, havia uma distância bastante considerável<sup>7</sup>. No caso em tela, o

---

<sup>6</sup> Cf. AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão...*, p. 66; AMOROSO, Marta. *Conquista do Paladar: os Kaingang e os Guarani para além das cidadelas cristãs. Anuário Antropológico/2000-2001*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 36

<sup>7</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EdUFAM, 2011, p. 23, 135

primeiro aspecto a ser destacado aqui é a apropriação que os Irã amrayré fizeram da política do colégio de adquirir menores indígenas por eles raptados, valendo-se desse expediente para conseguirem mais *nêkrêjx* junto ao comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. Não por acaso, conforme vimos no capítulo V, era daquele presídio que eram enviados a maioria das crianças para o colégio. Por outro lado, também era comum o rapto de menores indígenas em suas aldeias por parte dos não indígenas. Nesse caso, o grupo que mais sofreu com essa prática foram os Karajá. Isso, por sua vez, contribuir para que eles rejeitassem mandar os seus filhos para o colégio, muito embora contribuíssem enviando crianças raptadas em suas guerras contra outros grupos indígenas.

Quando ao funcionamento da instituição, aqui também se operaram transformações significativas. Enquanto Couto de Magalhães havia pensado o ensino organizado por sexo e obedecendo etapas – primeiramente o ensino das primeiras letras e depois de certos ofícios (mecânicos e carpintaria para os meninos, e cozinhar, fiar e costurar para as meninas) – as crianças indígenas acabavam por subverter essa ordem ou muitas vezes demonstrar predileção por um determinado, fazendo pouco caso do aprendizado da língua portuguesa nos bancos do colégio. O caso específico de Granramacaê é singular, pois ele buscou o colégio com o objetivo de aprender o ofício de ferreiro, sem demonstrar muito interesses pelas primeiras letras. Ademais, as barreiras linguísticas eram um grande empecilho para o ensino, além da “rebeldia” e do “pouco caso” que alguns alunos/as faziam da cultura do não indígena. Por essa razão, era comum muitos alunos passarem mais de um ano no colégio e conhecerem pouco o português, pelo menos a gramática.

Com relação à política de casamentos interétnicos estabelecida no colégio, visando a aclimação do europeu ao sertão, e o batismo como forma de incorporação dos menores indígenas à Cristandade, notamos também a ação ativa e criativa dos menores indígenas, ou seja, o seu agir tático urdindo suas próprias histórias e suas experiências cotidianas, à despeito da violência a que estavam submetidos. Batizava-se para ganhar presentes e, por essa razão, os padrinhos eram escolhidos com certa antecedência e cuidado. Quanto aos casamentos interétnicos, notamos que eles foram mais comuns entre as meninas indígenas. Estas, uma vez casadas, não retornavam às suas aldeias de origem, o que, por um lado, representava um ganho para a província, mas, em contrapartida, inviabilizava o projeto de que as crianças indígenas retornassem às suas aldeias e

auxiliassem na sua catequese e civilização. A partir do relato de Paul Ehrenreich pode-se perceber as violências – inclusive sexuais – a que as alunas estavam submetidas no colégio.

Em linhas gerais, conforme demonstramos no capítulo V, o processo histórico – ou seja, a ação e as experiências das crianças indígenas no cotidiano do colégio Isabel – operou duas mudanças significativas no projeto de civilização indígena através do colégio Isabel, quais sejam: *i*) a fundação de uma fazenda para o ensino da criação de gado aos grupos indígenas do vale do Araguaia e *ii*) a inclusão de crianças não indígenas (“cristãos”) no colégio. Essas mudanças foram consequência da necessidade de adequar a proposta inicial frente as ações dos menores indígenas.

Por fim, a trajetória de Peucaranti e Gongri, dois ex-alunos do colégio que se tornaram líderes em suas respectivas aldeias, nos mostra também como a experiência de alguns menores Irã amrayré no colégio Isabel foi agenciada por esses sujeitos. Se eles se tornaram líderes junto aos seus, não foi para levá-los ao seio da dita civilização, como propunha Couto de Magalhães, mas para continuarem sendo Irã amrayré nesse contexto da fronteira, onde o contato era cada vez mais intenso com os *kubẽ* que, bem ou mal, já estavam dentro de seu território. Nesse cenário, era imprescindível aprender os seus códigos culturais, como por exemplo, a língua, e saber como manejar esse novo mundo da fronteira. A partir de então, o conhecimento da língua do *kubẽ* passou a ser um elemento importante nessa relação interétnica na fronteira e, como mostram os relatos de Fritz Krause na primeira década do século XX, esse critério se somaria aos outros tradicionalmente utilizados para a escolha de uma liderança Mebêngôkre.

No século XIX, a política indigenista goiana (e imperial) não deu os resultados que se esperavam, muito por causa da agência dos próprios indígenas. Por essa razão Estevão Gallais, em 1901, descrevia aqueles sertões enquanto um “país selvagem”<sup>8</sup>. Quanto ao colégio Isabel, o seu ocaso foi assim descrito num relatório de junho de 1890, quando Império já não mais existia: “[n]ão nos consta que um só indígena aproveitasse a disciplina colegial, que voltando às aldeias procurasse seus irmãos das selvas para o grêmio civilizado, em pura perda todo o sacrifício feito, todo o dinheiro gasto”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> GALLAIS, E. *Uma catequese entre os...*, 1903, p. 09

<sup>9</sup> Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia enviado ao presidente do Estado de Goiás, Sr. Rodolpho Gustavo Paixão, em 14 de junho de 1890. AHEG. Caixa 403, documentação avulsa.

## Referências

### *Bibliografia Consultada*

- ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Conselho Editorial do Senado, Brasília, 1998 [1907]
- ALBERT, B. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico/89*. Departamento de Antropologia da ICH/UNB. Edições Tempo Brasileiro Ltda: Brasília, 1992
- \_\_\_\_\_. Introdução: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. In: ALBERT, B; RAMOS, Alcida R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato Norte-Amazônico* (org.). Ed. UNESP: Imprensa Oficial de São Paulo: São Paulo, 2002
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. Cortez Editora: São Paulo, 2011
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*. 2 ed. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2013
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997
- AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Vol. 8, n. 15, 1995
- AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a Escravidão Indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35, Jan/Jun 2006, p.189-206.
- AMOROSO, Marta R. *Catequese e Evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998
- \_\_\_\_\_. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 13, n. 37. São Paulo: 1998
- \_\_\_\_\_. Conquista do Paladar: os Kaingang e os Guarani para além das cidadelas cristãs. *Anuário Antropológico/2000-2001*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 35-72
- \_\_\_\_\_. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. Série Antropologia Hoje. Terceiro Nome: São Paulo, 2014
- Ana María LORANDI, “¿Etnohistoria, Antropología Histórica o simplemente Historia?”. *Memoria Americana*, nº 20-1, enero-junio 2012, 17-34.
- ARNAUD, Expedito. A expansão dos índios Kayapó-Gorotire e a ocupação nacional (região sul do Pará). In: \_\_\_\_\_. *O índio e a expansão nacional*. Edições Cejup: Belém, 1989
- ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Dissertação (Mestrado em História). UFG, Goiânia, 1991
- AZANHA, Gilberto. *A forma Timbira: estrutura e resistência*. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1984

- BAÊTA NEVES, Luiz Felipe. *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1978, p. 73
- BALDUINO, Ana Paula. *Educação indígena no Império: a Colônia Orfanológica Agrícola e Industrial Isabel e o projeto pedagógico dos capuchinhos (1874- 1889)*. Dissertação (mestrado em História). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- BALDUS, H. O Xamanismo na aculturação de uma tribo tupi do Brasil Central. *Revista do Museu Paulista*. 15. 1964, p. 319-27
- \_\_\_\_\_. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Ed. Nacional/Edusp: São Paulo: 1970
- BANNER, H. A casa dos homens Gorotire. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. VI. São Paulo. 1952
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica*, n. 19, 2005
- \_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000
- BATISTA, Alcelides. *Entre corredeiras, remansos e meandros: os desafios na conquista do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins: Palmas, 2015, p. 98.
- BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo*, 23, 2007, p. 56-72
- BRAGA, Bruno Miranda. *Manãos uma Aldeia que virou Paris: saberes e fazeres indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Ed. Unesp: São Paulo, 1997
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e cultura*. v. 6, num. 2, 2003, p. 117-31
- \_\_\_\_\_. *O índio e o mundo dos brancos*. 2 ed. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1972
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ed. Campus: Rio de Janeiro, 1997
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma História Indígena. \_\_\_\_\_. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo 1992, p. 09-24
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Por uma história indígena e do indigenismo. In: \_\_\_\_\_. *Cultura com aspas e outros ensaios*. Ubu Editora: São Paulo, 2017, p.127-34
- \_\_\_\_\_. *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahô*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1978
- \_\_\_\_\_. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. *História dos Índios no Brasil*. Cia das Letras: São Paulo, 1992, p. 133-154
- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2005, p. 164
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade*



do século XVIII). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridiz cultural*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008

\_\_\_\_\_. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia (Século XIX)*. Goiânia: Kelps, 2006.

CAUME, David J. A história de uma escola para índios: Colégio Isabel (Goiás, 1870-1888). *Inter-Ação*, Goiás, v. 21, n.1-2, p.97-124, jan./dez.1997

CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas Irã Amrãnh: sobre história e cultura material Mebêngôkre*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém: 2012

COELHO, Mauro C. *Do sertão par ao mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

COHN, Clarice. A cultura nas escolas indígenas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & CESARINO, Pedro Niemeyer (orgs.). *Políticas culturais e povos indígenas*. Ed. Unesp: São Paulo, 2016

\_\_\_\_\_. *Relações de diferença no Brasil Central: os Mebêngôkre e seus outros*. Tese (Antropologia Social). USP: São Paulo, 2005

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. 16 ed. Ed. Vozes: Petrópolis, 2009

DOLES, Delísia A. Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Ed. Oriente: Goiânia, 1973.

DOMINGUES, Ângela. “Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial. *Almanack. Guarulhos*, n. 01, 1º semestre 2011, p.35-51

\_\_\_\_\_. Os conceitos de Guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese (doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2017.

\_\_\_\_\_. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*. vol. 38, no 79, São Paulo: 2018.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. *Prosa Uniderpjun*. 2003. v. 3, n. 1,

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

- FELIPPE, Guilherme Galhegos. *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18*. Tese (Doutorado em história). Unisinos, São Leopoldo, 2013
- FERGUSON, R. Brian & WHITEHEAD, Neil. “The violent edge of empire”. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1992, p. 1-30.
- FERREIRA, David Barbuda Guimarães de Meneses. *Entre contatos, trocas e embates: índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2011
- FISHER, William H. Name Rituals and Acts of Feeling among the Kayapó (Mebengokre). *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 9, N. 1, mar., 2003
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson & FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). HEINZ, Flavio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos: São Leopoldo, 2009
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. *Textos de História*. v. 3, n.2, Brasília, 1995
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 41
- GALVÃO, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979
- GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese (doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. LTC: Rio de Janeiro: 2019
- GIRALDIN, O. Catequese e civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. sér. Ant. 18(2), 2002
- \_\_\_\_\_. *Cayapó e Panara: luta e sobrevivência de um povo*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Unicamp. Campinas, 1994
- GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII – XIX)*. Edufpa: Belém. 1999, p. 195-224
- GORDON, Cesar. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngokre*. São Paulo: Ed. UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006
- GRIGÓRIO, Patrícia Costa. *A professora Leolinda Daltra e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012

- \_\_\_\_\_. Transformando selvagens em civilizados: um plano de educação para os índios do Brasil segundo a professora Leolinda Daltro. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011
- GRUZINSKI, S. O renascimento ameríndio. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999. p. 283-298
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. N. 1, v. 01. Rio de Janeiro, 1988
- HEFNER, Robert W. *Conversion to Christianity: Historical and anthropological perspectives on a great transformation*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Edusp: São Paulo, 2009
- HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). UFPA: Belém, 2003
- \_\_\_\_\_. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Cláudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. FAPERJ: Quartet: Rio de Janeiro, 2010
- \_\_\_\_\_. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018
- HILL, Jonathan. *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*, University of Illinois (Urbana), 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 4 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2017[1957].
- \_\_\_\_\_. *Monções*. 4 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2014 [1945]
- \_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). Brasiliense: São Paulo, 2000
- HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, B; RAMOS, Alcida R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato Norte-Amazônico*. Ed. UNESP: Imprensa Oficial de São Paulo: São Paulo, 2002.
- HUGH-JONES, Stephen. Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In: HUMPHREY, Caroline; HUGH-JONES, Stephen (org.). *Barter, exchange and value: na anthropological approach*. Cambridge University Press, 1992, p. 42-74
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978
- JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2015
- KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, p. 397-412

- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos capuchinhos italianos no século XIX. *Estudos Históricos*. vol. 28, no 55, Rio de Janeiro, 2015
- KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Ed. PUC-Rio/Contraponto: Rio de Janeiro, 2006
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006
- LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n° 75, São Paulo, 2017, p. 119-143
- \_\_\_\_\_. The Return of the Bandeira: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808. *The Americas*, Vol. 61, No. 3, Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil (Jan., 2005), p.429-461
- LEA, Vanessa. Casas e casas Mebêngôkre (Jê). In: VIVEIROS DE CASTROS, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. NHI-USP: FAPESP: São Paulo, 1993
- \_\_\_\_\_. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os mebêngôkre (Kayapó) do Brasil Central*. Edusp, Fapesp, São Paulo, 2012
- LIMA, Milton Pereira. *O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na revista Cayapós e Carajás*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. HUCITEC Editora: São Paulo, 2013
- LUKESCH, Anton. *Mito e Vida dos índios Caiapós*. Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976, p. 02
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese (Livre docência). Departamento de História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005, p. 99
- MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007
- MALHEIROS, Marcia. *Homens da Fronteira: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVII e XIX)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008
- MANO, Marcel. Contato, Guerra e Paz: problemas de tempo, mito e história. *Política & Trabalho*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 abril de 2011, p.293-212
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos* 13(2):154-167, maio/agosto 2009.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996

- MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack braziliense n°01*, maio 2005, p. 01-26
- MATTOS, Izabel Missagia de. “Civilização” e “revolta”: povos botocudos e indigenismo missionário na província de Minas. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 2002
- MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese (doutorado em Estado e sociedade na América e África). Universidade de Barcelona: Barcelona, 2006
- MELATTI, Júlio Cezar. *Índios e criadores: a situação dos Craôs na Área Pastoril do Tocantins*. Editado pelo autor: Brasília, 2009
- MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2011
- MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*. Niterói: v. 14, n° 28, 2010
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (livre docência). Unicamp: Campinas, 2001
- \_\_\_\_\_. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999
- \_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006
- \_\_\_\_\_. Missionários, índios e mediação cultural. In: \_\_\_\_\_. *Deus na aldeia*. Ed. Globo: São Paulo, 2006, p. 09-29
- MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d’Arco. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Belém, n. 10, março de 1960
- \_\_\_\_\_. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese de doutorado (Antropologia). Rio Claro, 1971
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi*. v. 19, n. 39, Rio de Janeiro, set./dez. 2018, p. 29-52
- \_\_\_\_\_. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios: 1798 -1860*. (Coleção Canaã, vol. 25). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Vitória, 2017
- NIMUENDAJU, C. *Cartas do sertão: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim: Lisboa, 2000
- \_\_\_\_\_. Os Gorotire. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. VI. São Paulo. 1952, p. 427-454
- OLIVEIRA FILHO, J.P. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. *Revista Travessia*. v.9, n.24, p. 5-9, São Paulo: CEM, jan./abr. 1996, p. 09

\_\_\_\_\_. & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. *Presença Indígena na Formação do Brasil*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade//Brasília; LACED/Museu Nacional, 2006

\_\_\_\_\_. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n.1, 1998, p. 47-77

PALACIN, Luis & MORAIS, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 6 ed. Ed Goiânia: Goiânia, 1994,

PALACIOS, Guillermo. Política externa, tensões agrárias e práxis missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do Segundo Reinado. *Revista de História*. N. 167. São Paulo. Jun./dez. 2012, p. 193-222

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. 31, São Paulo, 1986, p. 148-196

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. Fapesp/SMC/Companhia das Letras: São Paulo, 1992, p. 115-132

PETROCCHI, Marco Curátola. Los cinco sentidos de la etnohistoria. *Memoria Americana*, 20 (1), enero-junio 2012

PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Tese (doutorado em Antropologia Social). Unicamp: Campinas, 2019

POMPA, Maria Cristina. Os índios, entre Antropologia e História: a obra de John Manuel Monteiro. *BIB*, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), p. 61-79

\_\_\_\_\_. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Unicamp: Campinas, 2001.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. EDUSC: Bauru, 1999

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. HUCITEC/Ed. Universidade de São Paulo. Fapesp: São Paulo, 2002

RAVAGNANI, Oswaldo M. Os últimos aldeamentos indígenas na província de Goiás. *Revista do Museu Paulista (Nova Série)*. Vol. XXXII, São Paulo, 1987, p. 195-205

REGO, André de Almeida. *Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na Província da Bahia (1822-1862)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2014

RENDEIRO NETO, Manoel. *Casar, civilizar, colonizar: mulheres indígenas e a política de matrimônios mistos na Capitania de São José do Rio Negro (1755 – 1779)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Lic./Bac. em História). Unb: Brasília, 2017.

RESTALL, “Maya Ethnogenesis”. *The Journal of Latin American Anthropology*, 9(1), 2004, p. 64-89

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7 ed. Global Editora: 2017

- RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em história). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004
- ROBERTO, Maria F. *Salvemos nossos índios: uma interpretação da atuação evangelizadora da ordem dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem do século XIX para o século XX*. Dissertação (Antropologia Social), Unicamp: Campinas, 1983
- ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Editora UFG: Goiânia, 1998
- RODRIGUES, Álvaro Almeida. *Da cultura da guerra a paz colonial: notícias sobre um gentio Kayapó*. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Mestrado (dissertação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013
- RODRIGUES, Aryon Rodrigues. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola: São Paulo, 1986
- RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo. *Anuário Antropológico*. n. 01, v. 38. Brasília: 2013.
- RUSSEL-WOOD, A. J. Fronteiras do Brasil colonial. In: \_\_\_\_\_ *Histórias do Atlântico português* (Organização de Ângela Domingues e Denise A. Soares de Moura). 1 ed. Ed.Unesp: São Paulo, 2014
- \_\_\_\_\_. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Difel: Lisboa, 1998
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, 3 (1), 1997, 41-73
- SAITO, Akira. “Guerra y Evangelización en las misiones jesuíticas de Moxos”. *Boletín Americanista*, LXV.1, n. 70, 2015
- SALES, Tamna dos Santos. *Políticas indigenistas na província de Goiás: a territorialização do povo Krahô no século XIX*. Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território). UFT, Araguaína, 2017
- SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EdUFAM, 2011
- \_\_\_\_\_. & HENRIQUE, Márcio Couto. História, memória e escravidão ilegal dos índios no Brasil, século XIX. In: IVO, Isnara Pereira & GUEDES, Roberta (orgs.). *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos (séculos XVI-XXI)*. 1 ed. Alameda: São Paulo, 2019
- \_\_\_\_\_. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 176-206
- SANTOS, Edivaldo A. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*. Dissertação (mestrado em Historia), UFG, Goiânia, 1996
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010
- SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Dis o índio...”: políticas indígenas no vale amazônico (1777-1798). Paco Editorial: Jundiá, 2018

- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. Série Estudos Brasileiros: São Paulo, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque: Belém do Pará (1870-1910)*. 2.ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHADEN, Egon. Aculturação e assimilação dos índios do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*. N. 02, São Paulo, 1967, p. 7-14
- \_\_\_\_\_. *Aculturação indígena*. Ed. Pioneira/Ed. da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1969.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*. vol.8, n.20, 1994, p.137-152
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. Companhia das Letras: São Paulo, 1993
- SCHWARTZ, Stuart & SALOMON, Frank. “New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era)”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge University Press, 1999, p. 443-501
- \_\_\_\_\_. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Cia das Letras: São Paulo, 1988
- SENA, L. R. “Devemos começar pelos índios cayapós”: os Irã amrairé e a fundação da Missão Dominicana no sul do Pará (1896-1905). In: TEIXEIRA JUNIOR, T. & PACHECO, A. S. (Orgs.). *Amazônias: diálogos socioculturais e socioeducativos*. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v.1, p. 73-96.
- SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Editora Fiocruz/CCBB: Rio de Janeiro, 1996, pp. 41-58
- SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história xavante. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, 357-378
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015,
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte. Teses sobre sertão e cidades de fronteira: labirinto e barroco. *O público e o privado*. N 7, janeiro/junho de 2006, p. 171-9
- SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará: Belém, 2013
- SOARES, Ana Luiza Moraes. *Os indígenas na cidade de Manaus (1870-1910): entre a invisibilidade e a assimilação*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014
- SOUSA FILHO, Durval de. *Os retratos dos Coudreau: Índios, Civilização e Miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em*



- busca do “Bom Selvagem” (1884-1899). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Agassiz e Gobineau – as Ciências contra o Brasil Mestiço*. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fiocruz: Rio de Janeiro, 2008.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação (mestrado em História). USP, São Paulo, 2006
- TAKATUSI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Unicamp: Campinas, 2005
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou o planetário dos erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981
- VIEIRA CAVALCANTE, Tiago Leandro. “Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa”. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, jan/jun de 2011, p. 349-371
- TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Mestrado (Antropologia Social). Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1992.
- TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Prospects. *Ethnohistory*. 29(1): 1982, p. 1-19
- TURNER, T. History, Myth, and Social Consciousness among the Kayapó of Central Brazil. HILL, Jonathan (org.). *Rethinking History and Myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988
- \_\_\_\_\_. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, p. 311-338
- \_\_\_\_\_. Da Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: VIVEIROS DE CASTROS, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. NHII-USP: FAPESP: São Paulo, 1993, p. 44-66
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. 2 reimp. Cia das Letras: São Paulo, 1995
- VERSWIJVER, G. *Considerations on Mekrãgnotí warfare*. Doctor in de Sociale Wetenschappen Facultei van Rechtsgeleerdheit: Rijksuniversiteit Gent Academiejaar, 1985
- \_\_\_\_\_. *Enquete ethnographique chez les Kayapo-Mekragnoti: contribution a l'etude de la dynamique des groupes locaux (scissions et regroupements)*. Paris:École des Hautes Études, 1978
- \_\_\_\_\_. Ciclos nas práticas de nomeação Kayapó. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Volume XXIX. USP. 1983/1984. São Paulo, p. 97-124
- VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. HUCITEC/Ed. USP: São Paulo, 1977.

- VIVEIROS DE CASTRO (Org.). Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 21. 1986
- \_\_\_\_\_. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, 2002
- \_\_\_\_\_. Etnologia brasileira. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. I: Antropologia. São Paulo: Org. Sumaré/ANPOCS, 1999, p. 109-223
- WAGLEY, C.; GALVÃO, E. *Os índios Tenetehara*. Coleção Vida Brasileira. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1961
- \_\_\_\_\_. *Lágrimas de boas-vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central*. (Reconquista do Brasil, 2º série, 137). Edusp: São Paulo, 1988
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Série Estudos Históricos. HUCITEC/EdUSP: São Paulo, 1993
- WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. Edusp: São Paulo, 2005
- WRIGHT, Robin M. (org.) *Transformando os Deuses: Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP
- \_\_\_\_\_. *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro*. Mercado das Letras/ISA: Campinas/São Paulo, 2005
- \_\_\_\_\_. “Uma conspiração contra os civilizados”: história, política e ideologias dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano do Noroeste da Amazônia. *Anuário Antropológico/89*. Departamento de Antropologia da ICH/UNB. Edições Tempo Brasileiro Ltda: Brasília, 1992

## **Documentação consultada**

### **Arquivo Público Estadual de Goiás**

#### *Manuscritos*

Livros 421, 434, 1874, 400, 406, 427, 451, 466, 479, 576, 610, 652, 662, 673

#### *Documentação avulsa*

Caixas 123, 138, 171, 172, 189, 195, 211, 226, 254, 276, 327, 83, Caixa Municípios Diversos (1851),

#### *Legislação da província de Goiás*

GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da Província de Goiás, 1863*. Tomo 29, parte I. Tipografia Provincial, 1864

GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1862*. Tomo 28, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1862

GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1863*. Tomo 29, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1864

GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1864*. Tomo 30, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1865

GOIÁS, Governo. *Coleção das Leis da província de Goiás, 1865*. Tomo 31, parte 1ª. Tipografia Provincial: Goiás, 1866

GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*. Contém as leis, e resoluções da Assembleia Legislativa da província de Goiás em as Sessões ordinárias de 1860. Tomo 26. Tipografia Provincial: Goiás, 1861

GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*: dividido em duas partes: primeira contém as leis, resoluções, e posturas da Assembleia Legislativa da Província de Goiás nas sessões ordinárias de 1847; segunda contém os atos do governo provincial para a boa execução das ditas leis e resoluções. Tomo 13. Tipografia Provincial: Goiás, 1848.

GOIÁS, Governo. *Livro da Lei Goiana*: dividido em duas partes: primeira contém as leis, resoluções, e posturas da Assembleia Legislativa da Província de Goiás em as sessões ordinárias de 1848; segunda contém os atos do governo provincial para a boa execução das ditas leis e resoluções. Tomo 14. Tipografia Provincial: Goiás, 1848

### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Fundo: Secretaria da Presidência da Província, documentação encadernada, série: ofício, caixa 322

### **Arquivo da Custódia do Rio de Janeiro**

Carta de frei Antônio de Ganges a frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, em 4 de novembro de 1873. *ACRJ*. Gaveta 1, Pasta IX, 11

Carta de Frei Antônio de Ganges ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, 23 de março de 1869. *ACRJ*. Gaveta 01, pasta IX, 09.

Carta de Frei Rafael de Taggia ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Pedro Afonso, 24 de novembro de 1868. *ACRJ*. Gaveta 18, pasta I, 03

Carta de Frei Rafael de Taggia ao vice-comissário da ordem, frei Caetano de Messina. Pedro Afonso, 10 de junho de 1869. *ACRJ*. Gaveta 18, pasta I, 04

Carta de Frei Segismundo de Taggia ao prefeito dos missionários capuchinhos no Brasil, frei Fabiano de Scandiano. São Joaquim de Jamimbú, 12 de janeiro de 1848. *ACRJ*. Gaveta 19, pasta XII, 03

Carta de Frei Segismundo de Taggia ao prefeito dos missionários capuchinhos no Brasil, frei Fabiano de Scandiano. São Joaquim de Jamimbú, 01 de junho de 1850. *ACRJ*. Gaveta 19, pasta XII, 06

Carta do frei Antônio de Ganges ao Comissão Geral dos missionários capuchinhos do Brasil, frei Caetano de Messina. Santa Maria do Araguaia, 25 de março de 1869. *ACRJ*. Gaveta 1, Pasta IX, 9, grifo meu.

### **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas**

BIGORRE, Francisco. Notes anthropologiques sur les Cayapós (1909). Para P. Guenin (rua Porte-Paris 27 Amiens) para L'Anthropos. Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5A, missão indígena.

GALLAIS, E. Cartas do Brasil. Coleção Memória Dominicana. N° 12. Ordem Dominicana. Juiz de Fora. S/d, p. 25

Relatório de frei Gil Vilanova transcritos por Dom Sebastião Thomaz (1° relatório do R. Fr. Gil Vilanova, do jornal de Uberaba, n° 47, de 14 de fevereiro de 1897). Documento manuscrito. ABLC. Caixa C5B. Pasta Sebastião Tomaz.

### **Museu das Bandeiras**

Volumes 1675, 1674, 1670, 1683, 1671, 1682, 1673, 1680.

Caixa 81

### **Fundação Biblioteca Nacional**

MAIA, Joaquim da Rocha. Relatório dando conta do estado dos aldeamentos dos índios de Goiás. 31 de novembro de 1857. 4fls. FBN. Manuscritos-I-32,14,015

### RELATÓRIOS

BRASIL, Governo. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870

BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Tomo VIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846

BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851*. Tomo XIV, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1852

BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXX, parte I. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870,

BRASIL, Governo. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1870

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima sexta legislatura, pelo Ministro e Secretário*

*de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida.* Tipografia Perseverança: Rio de Janeiro, 1877

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas.* Tipografia do Diário do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1868.

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.* Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1871

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Marquês de Caxias,* Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1862

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Quinta Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barros Barreto.* Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1879

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior.* Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1874

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Buarque de Macedo.* Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1880

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Oitava Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Antônio Saraiva.* Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1882

BRASIL, Governo. *Relatório da repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3ª sessão a 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário d'Estado,* Joaquim Marcellino de Brito. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1846

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1855 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.* Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1856

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1863, apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro.* Tipografia Paula Brito, Rio de Janeiro, 1864

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas, Diogo Velho*

*Cavalcanti de Albuquerque*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1870

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1877, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Tipografia Industrial, Rio de Janeiro, 1878

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no ano de 1869*. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert: Rio de Janeiro, 1870

BRASIL, Governo. *Relatório do ano de 1865, apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Francisco de Paula Souza*. Tipografia Perseverança, Rio de Janeiro, 1866

BRASIL, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barros Barreto*. Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1872

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás na sessão ordinária de 1858, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858

GOIÁS, Governo. *Aditamento ao relatório com que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo fez entrega da administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp.: Rio de Janeiro, 1861

GOIÁS, Governo. *Discurso com que o vice-presidente da província de Goiás (Francisco Ferreira dos Santos Azevedo) fez na abertura da primeira sessão ordinária da quinta legislatura da Assembleia Provincial, no 1º de junho de 1843*. Tipografia Provincial: Goiás, 1843

GOIÁS, Governo. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense: Goiás, 1855

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da província, o Exm. Sr. Sr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1º de junho de 1863*. Tipografia Provincial: Goiás, 1863

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1856, pelo Exm. Presidente da província, Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1856

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1858 pelo Ex. Presidente da província, Sr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Tipografia Goianense: Goiás, 1858

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1873*. Tipografia Provincial: Goiás, 1873

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo presidente da província de Goiás, o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, em 3 de novembro de 1881.* Tipografia Provincial: Goiás, 1881

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, a 1 de agosto de 1870, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Ernesto Augusto Pereira.* Tipografia Provincial: Goiás, 1870.

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Presidente da Província, Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha.* Tipografia Goianense: Goiás, 1856.

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1874.* Tipografia Provincial: Goiás, 1874

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na sessão ordinária de 1859, pelo Exm. presidente da província, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira.* Tipografia Goianense, 1859

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás na sessão ordinária de 1861, pelo Exm. Presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre.* Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp.: Rio de Janeiro, 1861

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente a província, em 1º de junho de 1876.* Tipografia Provincial: Goiás, 1876

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1º de julho de 1871.* Tipografia Provincial: Goiás, 1871

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1875.* Goiás. Tipografia Provincial, 1875

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-presidente da província no ato de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1880.* Tipografia da Tribuna Livre, Goiás, 1880

GOIÁS, Governo. *Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, no dia 1º de março de 1880.* Tipografia Provincial: Goiás, 1880

GOIÁS, Governo. *Relatório com que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Cornélio Pereira de Magalhães, Presidente da Província de Goiás, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 1º vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 20 de junho de 1882.* Tipografia Provincial: Goiás, 1883

GOIÁS, Governo. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, vice-presidente da província de Goiás, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães.* Tipografia Provincial: Goiás, 1863

GOIÁS, Governo. *Relatório com que o presidente da província de Goiás, o Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, entregou a presidência da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Bonifácio Gomes de Siqueira*. Tipografia Provincial: Goiás, 1864

GOIÁS, Governo. *Relatório de 30 de novembro de 1859 com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira, entregou a administração da província de Goiás ao Exm. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo*. Tipografia Goianense: Goiás, 1859

GOIÁS, Governo. *Relatório lido na abertura d'Assembleia Legislativa de Goiás, pelo presidente da Província, o Exm. sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862*. Tipografia Provincial: Goiás, 1862

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1846, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1846

GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiás apresentou a sessão ordinária de 1852, o exm. Presidente da província, Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes*. Tipografia Provincial, Goiás, 1852

GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1847, o Exm. Presidente da mesma província, Dr. Joaquim Inácio Ramalho*. Tipografia Provincial: Goiás, 1847

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848, o Exm. Vice-presidente da mesma província, Antônio de Pádua Fleury*. Tipografia Provincial: Goiás, 1848

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão ordinária de 1839, o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial: Goiás, 1839

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1842, o exm. vice-presidente da mesma província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo*. Tipografia Provincial: Goiás, 1842

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1849, o Exm. Vice-presidente da mesma província, Antônio de Padua Fleury*. Tipografia Provincial: Goiás, 1849

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na Sessão Ordinária de 1840 o Exm. Presidente da mesma província, D. José de Assiz Mascarenhas*. Tipografia Provincial, Goiás, 1840

GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa e Goiás apresentou na sessão ordinária e 1845, o exm. Presidente da mesma província, Dr. José de Assiz Mascarenhas*. Goiás, Tipografia Provincial, 1845

GOIÁS, Governo. *Relatório que a Assembleia Legislativa e Goiás apresentou na sessão ordinária e 1841, o exm. Vice-presidente da mesma província, José Rodrigues Jardim*. Tipografia Provincial: Goiás, 1841,

GOIÁS, Governo. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou, na sessão ordinária de 1855, o Exm. Presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado*. Tipografia Goianense, Goiás, 1855



GOIÁS, Governo. *Relatório que ao 1º Vice-presidente, Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, apresentou, na ocasião de passar a administração da Província de Goiás, o presidente Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1882

GOIÁS, Governo. *Relatório que ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, apresentou no ato de passar-lhe a administração da província de Goiás, o ex-presidente, Exm. Sr. Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1857

GOIÁS, Governo. *Relatório que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da Província de Goiás, leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província, a 1º de junho de 1869*. Tipografia Provincial: Goiás, 1869

GOIÁS, Relatório. *Relatório que ao Exm. Sr. Vice-presidente, Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, apresentou no ato de passar-lhe a administração da província de Goiás, Exm. Sr. Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha*. Tipografia Goianense: Goiás, 1857

GOIÁS. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, pelo Exmº. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, presidente da província, em 1º de junho de 1874*. Tipografia Provincial: Goiás, 1874

PARÁ, Governo. *Fala dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará a Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Sexta Legislatura, no dia 1º de Outubro de 1849*. Tipografia de Santos & Filhos: Pará, 1849

PARÁ, Governo. *Relatório apresentado ao Exm. Senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, pelo Exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará, 1875

### JORNAIS

*A Constituição*. Belém do Pará, 3 de novembro de 1880, ano VII, n. 246

*A Constituição*. 30 de agosto de 1882

*O Almanak Paraense de Administração, Comércio, Indústria e Estatística*. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo. Primeiro ano. Tipografia de Assis & Lemos, 1883.

*Correio Oficial de Goiás*. 04 de fevereiro de 1882, ano XLV, n. 05

*Correio Oficial de Goiás*. 09 de janeiro de 1876. Ano XXXIX, n. I.

*Correio Oficial de Goiás*. 09 de maio de 1874. Ano XXXVIII, n. 18

*Correio Oficial de Goiás*. 08 de outubro de 1887, ano LII, n. 38

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado 02 de março de 1872, n. 02

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 02 de março de 1872. N. 409

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 12 de fevereiro de 1859. Ano II, nº 04.

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 13 de dezembro de 1873, ano XXXVI, n. 502

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 8 de janeiro de 1876. Ano XXXIX, n. 01

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 30 de junho de 1859, ano II, n. 25.

*Correio Oficial de Goiás*. Sábado, 11 de maio de 1863. N. 41.

*Gazeta Oficial de Goiás*. Sábado, 02 de abril de 1859. Ano II, nº 11. Tipografia Goiásense: Goiás, 1859

*Gazeta Oficial de Goiás*. Sábado, 05 de março de 1859. Ano II, nº 07. Tipografia Goianense: Goiás, 1859

*Correio Oficial*. Sábado 5 de novembro. Tipografia Provincial. Goiás, 1864

*Diário de Belém*. 16 de abril de 1882. Ano XV, n. 85

*O Liberal do Pará*. Ano III, 5 de abril de 1871

*O Liberal do Pará*. Ano I, n. 62, 28 de março de 1869.

*O Liberal do Pará*. Ano III, n. 75, 5 de abril de 1871.

*Goiás: Órgão Democrata*. Sexta-feira, 9 de março de 1888. Ano III, n. 129

### IMPRESSAS (LIVROS)

ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Annais da Província de Goiás*. *RIHGB*. Tomo 27. Parte Segunda. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1864

AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte*. Edições Pugil: Rio de Janeiro, 1946

AUDRIN, José M. *Os sertanejos que conheci*. Rio de Janeiro: Agir, 1963, p. 183

BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo Brasil (1883). In: *Revista Memórias Goianas*. Vol. I. Centauro – gráfica e editora: Goiânia, 1982

BROTERO, Frederico de Barros. Uma viagem a Goiás em 1867. *RIHGSP*. Edição do IHGSP, vol. 38. São Paulo, 1940

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. (Coleção nordestina). 3 ed. EDUFPI: Teresina, 2011 [1924].

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série). Vol. 217. Ed. Itatiaia Ltda, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: 2000

COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya*. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem: trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil*. Tipografia da Reforma: Rio de Janeiro, 1876.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil* (Ensaio de Anthropologia). Rio de Janeiro. Typ. de Pinheiro & C. Rua Sete de Setembro n. 159. 1874

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Relatório dos Negócios da Empresa de Navegação do Araguaia, no exercício de 1870 a 1871*. Tipografia Imparcial: Rio de Janeiro, 1871

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia*. Edição definitiva. Spindola, Siqueira & comp. São Paulo, 1902 [1863]

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Chorografia Histórica da Província de Goiás*. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. 2º trimestre

de 1874. Tomo XXXVII, parte primeira. B. L. Garnier – Livreiro-editor: Rio de Janeiro, 1874

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas e Goiás*. Tomo Segundo. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C. Rio de Janeiro, 1856

EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N. S., vol. 2. São Paulo, 1948

GALLAIS, E. *Uma catequese entre os índios do Araguaia (Brasil)*. Escola Typográfica Salesiana: São Paulo, 1903

GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma, em Goiás, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do norte da província de Goiás. *RIHGB*. Tomo 25. Rio de Janeiro, 1862

JARDIM, J. R. M. *O Rio Araguaia: relatório de sua exploração pelo Major d'Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação, pelo Tenente Coronel d'Engenheiros Jeronimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo Dr. Aristides de Souza Spínola, presidente de Goiaz*. Typografia Nacional: Rio de Janeiro, 1880

KISSENBERTH, W. Über die hauptsächlichsten Ergebnisse der Araguaya-Reise (Vortrag, gehalten am 15. Juli 1911 in der anthropologischen Gesellschaft in Berlin). *Zeitschrift für Ethnologie*. Ano 44. Berlim, 1912

KRAUSE, Fritz. Nos sertões do Araguaia. *Revista do Arquivo Municipal*. ano IX, v. XCV, São Paulo, 1944

LAGO, Antônio Florêncio Pereira do. *Relatório dos Estudos da Comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1875

LEITE MORAES, J. A. *Apontamentos de viagens*. Cia das Letras: São Paulo, 1995[1883]

MONTEIRO, José de Sousa. Mapa da Exploração do Rio Araguaya. Feita por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás. 16 de setembro de 1864. AN. Rio de Janeiro

MORAES, Eduardo José. *Navegação Interior do Brasil: notícias dos projetos apresentados para a junção de diversas bacias hidrográficas do Brasil ou rápido esboço da futura rede geral de suas vias navegáveis*. Tipografia Montenegro: Rio de Janeiro, 1894

SEGURADO, Rufino Teotônio. Viagem ao Araguaia: roteiro escrito pelo Dr. Rufino Teotônio Segurado. *RIHGB*. 1870

TAGGIA, Frei Rafael de. Mapas dos Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Cristina no rio Tocantins e índios Charaós da aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goiás. *RIHGB*. Tomo XIX, nº 21, 1º trimestre. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1856

TAPIE, M. H. *Chevauchées a travers déserts et forêts vierges du Brésil inconnu*. Librairie Plon: Paris, 1928.

TAPIE, Marie H. *Chez le Peaux-Rouges*. Librairie Plon, Paris, 1928

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A Província de Goiás na Exposição Nacional de 1875*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1876

TOURNIER. R. *Lá longe no Araguaia*. Prelazia de Conceição do Araguaia. 1942

VALLÉE, E. *Exploração do Rio Araguaia feita por ordem do Illm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Província do Goiás, em 10 de julho de 1863*. Tipografia de Quirino & irmão r. da Assembleia n. 55. Rio de Janeiro, 1864, p.10